



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2013

Copyright © 2013 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou
sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo MS, MDA, Mapa, MDS,
MEC, MMA, MPOG, Senai/DN e Agência Brasil/EBC.

Tiragem: 3.500 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Brasil. Presidente (2011 - : D. V. Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2013 : 3ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2013.

404 p. : il. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2013. 2. Desenvolvimento econômico –
Brasil. 3. Infraestrutura - Brasil. 4. Igualdade de direitos – Brasil. 5. Erradicação
da pobreza – Brasil. Soberania nacional – Brasil. 7. Cidadania – Brasil. 8.
Transparência na administração pública – Brasil. 9. Ética – Brasil. I. Título. II.
Rousseff, Dilma Vana, 1947- .

CDDir 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antônio Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante

Ministra de Estado da Cultura

Marta Suplicy

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência , Tecnologia e Inovação

Marco Antonio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Pepe Vargas

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Marcelo Crivella

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

José Elito Carvalho Siqueira

Advogado-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ideli Salvatti

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil

Alexandre Antonio Tombini

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Moreira Franco

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Bairros

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República

Leônidas Cristino

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wagner Bittencourt

Senhoras e Senhores Parlamentares,

É com grande honra que me dirijo pela terceira vez ao Congresso Nacional para cumprir o dever constitucional de apresentar esta Mensagem, com um breve balanço das ações empreendidas pelo Poder Executivo em 2012 e nossos planos e expectativas para 2013.

O ano de 2012 foi desafiador para o Brasil. As incertezas quanto à retomada do crescimento nos Estados Unidos, as dificuldades fiscais e monetárias na União Europeia, além da desaceleração do ritmo de crescimento em países emergentes configuraram, como havíamos previsto, um cenário econômico global adverso.

Entretanto, um olhar retrospectivo mostra que, mesmo com esse cenário, o Brasil conquistou bons resultados. Com políticas ousadas e ações anticíclicas, preservamos nossa economia e o emprego dos brasileiros. Se o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou aquém do esperado, fechamos o ano com indicadores que nos afastam e diferenciam substancialmente do cenário vivenciado por muitos países, inclusive os mais desenvolvidos.

O emprego continuou em expansão. Um milhão e trezentos mil novos empregos foram gerados em 2012, elevando o saldo no biênio 2011/2012 para 3,5 milhões de postos de trabalho formais criados. Em decorrência desse bom desempenho, a taxa de desemprego manteve-se em declínio, atingindo valores mínimos históricos em todos os meses do ano. Em novembro de 2012, por exemplo, a taxa de desemprego correspondia a 4,9%, a menor para esse mês, na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A solvência fiscal do Estado brasileiro é outro forte diferencial frente ao cenário internacional. A relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB manteve-se em declínio e chegou a 35% no final de 2012, abaixo do patamar alcançado em 2011 (36,5%). As reservas internacionais correspondiam a US\$ 378,6 bilhões em dezembro de 2012, montante superior ao disponível no mesmo mês do ano anterior (US\$ 352 bilhões).

O volume de investimento estrangeiro direto alcançou US\$ 65,3 bilhões em 2012, confirmando que o Brasil continua um país muito atrativo para as empresas estrangeiras investirem.

Mantivemos nosso firme compromisso com o controle inflacionário e, pelo nono ano consecutivo, a taxa de inflação permaneceu dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Em 2012, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 5,84%, inferior à taxa alcançada em 2011 (6,5%).

A combinação de disciplina fiscal e inflação sob estrito controle permitiu a continuidade do declínio da taxa de juros Selic, que encerrou 2012 em 7,25%, patamar mínimo histórico e correspondente a uma taxa de juros real inferior a 2% a.a.. Vale lembrar que as mudanças na regra de remuneração da caderneta de poupança, implementadas sem alterar nenhum direito dos poupadores, contribuíram para a continuidade desse processo de queda da Selic, fundamental para que a economia brasileira tenha taxas de juros reais mais compatíveis com seus fundamentos macroeconômicos e favoráveis ao investimento produtivo. A redução das nossas taxas de juros a patamares mais compatíveis com a realidade internacional representa uma mudança paradigmática que terá profundas consequências positivas para a economia brasileira.

No caso das contas públicas, ampliamos ainda mais a previsibilidade de algumas despesas importantes. Desde 2011, com a aprovação pelo Congresso Nacional da política de valorização do salário mínimo, as despesas com benefícios previdenciários passaram a dispor de um horizonte de médio prazo. Assim, o impacto da ampliação do salário mínimo



para R\$ 678, a partir de janeiro de 2013, pôde ser antecipado, porque as regras de reajuste já estavam previamente definidas. Com o acordo realizado com 97% dos servidores em 2012, a evolução das despesas com a folha de pagamento do Executivo federal também ganhou previsibilidade, já que foi acordado reajuste de 15,8% no triênio 2013-2015 para os servidores civis. Na mesma direção, contribui a aprovação, em 2012, do novo regime de previdência complementar e a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), cuja implementação, a partir de 2013, equipara os regimes de previdência pública para os setores privado e público e cria perspectivas para o equilíbrio do sistema previdenciário da União, em médio e longo prazos.

Em 2012 também implantamos ações decisivas para aumentar a competitividade de nossa economia e construir um ambiente cada vez mais favorável ao investimento no Brasil.

Aceleramos o processo de desoneração tributária. No caso da desoneração da folha de pagamentos, passamos de três setores beneficiados em 2011 para 15 setores no ano passado. A partir de janeiro de 2013, chegamos a 40 setores e, em abril, quando o comércio e a construção civil também passaram a se beneficiar do novo regime, chegaremos a 42 setores produtivos que contribuirão para a Previdência com base no faturamento e não mais com base em um percentual sobre a folha de pagamentos. Com isso, as empresas passam a ter custos menores com a contratação de mão de obra, ampliando sua competitividade, sem que os trabalhadores tenham seus direitos reduzidos. Ao contrário, a maior competitividade desses setores certamente resultará em mais demanda e mais emprego, contribuindo para tornar ainda mais robusto nosso mercado de trabalho.

A redução do IPI de automóveis, de móveis, painéis e afins, da linha branca e sobre materiais de construção foi mantida em 2012. A desoneração do IPI sobre caminhões e bens de capital tornou-se permanente. E a desoneração do PIS/Cofins sobre trigo, farinha, pão comum e massas, com importantes impactos sobre produtos da cesta básica, foi prorrogada até o final de 2013. O conjunto das medidas adotadas em 2012 resultou em uma desoneração de R\$ 45 bilhões da atividade produtiva.

A política de desonerações terá continuidade em 2013, como parte de nosso compromisso com a redução e racionalização da carga tributária e como instrumento, sempre que necessário, para estimular a demanda e a produção. Esperamos que, em parceria com o Congresso Nacional e com os Estados e Municípios, possamos avançar mais, aprovando novas e importantes medidas para que o Brasil tenha uma política tributária mais justa para os cidadãos e mais favorável ao investimento.

As medidas no âmbito do Plano Brasil Maior avançaram. No caso das pequenas e médias empresas, a ampliação dos limites das faixas de faturamento propiciou o aumento do número de beneficiados pelos programas Simples Nacional e Microempreendedor Individual, que atingiram 4,3 milhões e 2,3 milhões de inscritos, respectivamente. Ocorreram ainda a desoneração integral dos tributos federais sobre os bens de investimento e a redução de dez para cinco anos do prazo para depreciação para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda, até dezembro de 2012. Foram ainda aprovados 182 projetos de inovação tecnológica pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no valor de R\$ 4,6 bilhões.

Aprofundamos e ampliamos o apoio à competitividade industrial. Oito regimes tributários especiais, em particular para setores intensivos em tecnologia, como as indústrias de defesa e a eletrônica e de telecomunicações, estão em operação e implementação.

Destaca-se o novo regime automotivo, o Inovar-Auto, que estabeleceu as bases para uma efetiva atualização tecnológica da indústria automobilística. Desde a publicação do decreto de regulamentação, 34 empresas já foram habilitadas, com projetos de expansão ou de instalação de novas linhas de produção de veículos, totalizando R\$ 5,73 bilhões de investimentos, que serão realizados a partir de agora e ao longo dos próximos três anos.



Criamos as margens de preferência nas compras governamentais, beneficiando uma ampla gama de setores: têxtil e confecções; motoniveladoras e retroescavadeiras; produtos farmacêuticos, equipamentos hospitalares e insumos médicos; equipamentos ferroviários; caminhões, furgões e implementos rodoviários; e papel para impressão de papel moeda.

As compras governamentais de máquinas e equipamentos foram ampliadas em R\$ 8 bilhões em 2012, com o duplo objetivo de modernizar a estrutura física do Estado e estimular a indústria nacional. Foram adquiridos 11.994 ônibus escolares, 7,3 mil caminhões, 2.180 ambulâncias, 522 motocicletas, 3.238.407 itens de mobiliário escolar, 2,2 mil viaturas para as Forças Armadas e Polícia Rodoviária Federal e 3.393 retroescavadeiras e 1.938 motoniveladoras para os Municípios brasileiros melhorarem a manutenção de suas estradas vicinais.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), implementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi outra importante medida de estímulo ao investimento privado. Em 2012, o Banco aplicou R\$ 156 bilhões, sendo R\$ 44 bilhões com recursos do PSI. Vale destacar que, no total disponibilizado pelo PSI em 2012, a participação das micro, pequenas e médias empresas correspondeu a 57%.

O grande volume de recursos aplicado pelo PSI se deve principalmente à adoção de taxa de juros incentivada de 2,5%, entre agosto e dezembro de 2012. Para 2013, a taxa será de 3,0% até junho e de 3,5% entre julho e dezembro. Além disso, para o corrente ano, o Governo aumentou a abrangência do PSI, autorizando o financiamento das obras incluídas no Programa de Investimento em Logística.

Ainda a respeito do apoio financeiro ao investimento, foi importante a atuação dos fundos de desenvolvimento regional, que contrataram R\$ 22,0 bilhões, em 2012. Vale destacar que, para apoiar o investimento dos Estados, foi criado o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinvest), com disponibilidade de R\$ 20 bilhões, dos quais R\$ 19 bilhões já foram contratados.

Os recursos destinados à agricultura foram expandidos para a safra 2012/2013. O Plano Agrícola e Pecuário, voltado para a agricultura empresarial, destinou R\$ 115,25 bilhões para custeio e investimentos, volume 7,5% superior ao da última safra. Já o Plano Safra da Agricultura Familiar disponibilizou R\$ 22,3 bilhões para crédito rural, assistência técnica, seguros e apoio à comercialização. Desse total, R\$ 18 bilhões correspondem a crédito de custeio e investimentos nas diversas modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com taxas de juros anuais de no máximo 4%. Para dar mais segurança aos produtores agrícolas, aumentamos a subvenção ao prêmio do seguro rural e a proteção fornecida pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (ProAgro). Queremos avançar ainda mais no aprimoramento, para as próximas safras, de nossa política de seguro agrícola.

Os resultados têm vindo na forma de recordes sucessivos de produção agrícola. Na safra 2012/2013, a produção de grãos está estimada em 180,4 milhões de toneladas, superando em 8,6% o volume da safra anterior, o que garante o adequado abastecimento do mercado doméstico e o fortalecimento do papel do Brasil como grande exportador de grãos.

Uma medida histórica adotada em 2012, cujo efeito sobre a economia e a sociedade brasileira entrou em vigor em janeiro de 2013, é a redução das tarifas de energia. Aprovada com celeridade pelo Congresso Nacional, que entendeu a relevância da medida para a continuidade do desenvolvimento do País, essa redução é de 18% para os consumidores residenciais e de até 32% para os consumidores empresariais e resultará da combinação de renovação de concessões, a partir de novos parâmetros de formação de preços, e da redução de encargos incidentes sobre a conta de luz.



A redução das tarifas de energia terá impactos em toda a economia, propiciando mais investimentos, redução do custo das mercadorias, melhoria de nossa participação no comércio internacional, criação de empregos, redução da inflação e crescimento do PIB. Tarifas de energia mais módicas beneficiam todos os brasileiros, sem exceção, contribuindo para fortalecer ainda mais nosso desenvolvimento inclusivo.

Demos continuidade aos investimentos no setor elétrico. Em 2012, colocamos em operação 3.983 megawatts e 2.779 quilômetros de linha de transmissão. Em 2013, a capacidade de produção crescerá mais 7%, com a entrada em operação de mais 8.502 megawatts e de 7.545 quilômetros de linha de transmissão. Essa contínua expansão da capacidade instalada de energia elétrica dá ao Brasil a segurança da oferta de energia necessária ao crescimento.

Em 2012, a produção de óleo e LGN no Brasil foi de 1,98 milhão de barris/dia e a produção total do Pré-Sal alcançou 246 mil de barris/dia, em 31 de dezembro. A produção de derivados de petróleo foi recorde, correspondendo a 1,997 milhão de barris/dia – 5% maior que em 2011.

Os investimentos realizados pela Petrobras corresponderam a R\$ 84 bilhões, 16% acima do realizado em 2011 (R\$ 72,5 bilhões), concentrados nas atividades de desenvolvimento da produção de petróleo e na construção de novas refinarias, especialmente Abreu e Lima e Comperj. Em 2013, devem ser alocados R\$ 97,6 bilhões em projetos e seis novas plataformas devem entrar em operação, contribuindo com o crescimento da produção dos campos de Sapinhoá, Baúna e Piracaba, Lula Nordeste, Papa-Terra e Roncador.

A construção das plataformas P-59 e P-60 foi concluída em 2012 e iniciada a construção das plataformas P-67 e P-74 e da primeira sonda de perfuração destinada à exploração do Pré-Sal. A plataforma Cidade de Anchieta iniciou a produção em 2012, com capacidade de produção de 100 mil barris por dia, equivalente a 5% da produção nacional, e destinada exclusivamente à produção da camada Pré-Sal do Parque das Baleias.

O ano de 2013 será de grande importância para o setor petróleo e gás no País. Depois de uma pausa necessária para avançar na regulamentação do setor e garantir os benefícios econômicos e sociais pela produção desses recursos energéticos, será realizada, em maio, a 11ª Rodada de Licitações na modalidade de concessão. Nessa rodada serão ofertados 289 blocos exploratórios em várias bacias sedimentares do País, totalizando 156 mil km² de área no certame. Ainda em 2013, no final de novembro, será realizada a 1ª Rodada de Licitações na modalidade de partilha da produção, que será emblemática por envolver áreas de baixo risco exploratório e grande potencial petrolífero e representar a concretização das recentes mudanças no arcabouço legal para o setor. Além dessas duas rodadas, haverá, em dezembro, uma rodada específica para recursos não convencionais de petróleo e gás natural, o que permitirá o desenvolvimento de mais uma atividade voltada para garantir segurança energética, geração de empregos e distribuição de renda.

Lançamos, em 2012, o Programa de Investimento em Logística que, por meio de robustos investimentos, inicia uma nova etapa das ações para ampliar e modernizar a infraestrutura brasileira. Seu lançamento representa um novo passo para garantir, junto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos em infraestrutura que o País precisa. Reforçamos a capacidade do Estado para planejar e organizar a logística do País, com a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). E, em parceria com o setor privado, ampliaremos e daremos eficiência à nossa estrutura logística, com impactos sobre a competitividade da economia brasileira.

Para ampliar nossa malha ferroviária em 10 mil km, faremos investimentos de R\$ 91 bilhões. Vamos ampliar e duplicar 7,5 mil km de rodovias, o que mobilizará investimentos de R\$ 42 bilhões. Nos dois casos, os investidores deverão concentrar



os investimentos nos cinco primeiros anos da concessão, para que a qualidade das malhas seja ampliada com celeridade e para que os estímulos à atividade produtiva, que decorrerão desses investimentos, ocorram em prazo mais curto.

Os primeiros leilões de concessões rodoviárias serão feitos para as BR-116 e BR-040. Esses leilões e a publicação dos editais para concessões dos demais lotes ocorrerão no primeiro semestre de 2013.

No caso das concessões ferroviárias, o primeiro lote envolverá 2,6 mil km e o segundo, os demais 7,4 mil km. Todos os editais serão publicados no primeiro semestre de 2013. Quanto ao Trem de Alta Velocidade Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, o leilão para concessão da exploração dos serviços de operador e tecnologia deverá ocorrer no segundo semestre de 2013.

Fizemos, em 2012, as concessões dos aeroportos de Viracopos, em Campinas, de Guarulhos e de Brasília, que já estão sob responsabilidade dos operadores privados. Em dezembro, anunciamos as concessões dos aeroportos de Galeão, no Rio de Janeiro, e Confins, em Belo Horizonte, que ocorrerão no segundo semestre de 2013.

Além de compartilhar com o setor privado a gestão desses aeroportos, para acelerar as obras de modernização e ampliação tão necessárias para fazer frente ao extraordinário aumento da demanda de serviços aeroportuários em nosso País, anunciamos também um programa de ampliação da rede de aeroportos regionais. Investiremos, em uma primeira etapa que começará em 2013, R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que, junto com os subsídios a rotas regionais, aumentará o acesso da população brasileira aos serviços aéreos e a integração do território nacional.

Iniciamos uma mudança estrutural no sistema portuário brasileiro, para ampliar e dar mais eficiência aos serviços prestados em nossos portos. Propusemos, por meio da Medida Provisória nº 595, de 6 dezembro de 2012, um novo marco regulatório para o setor, para acelerar os processos de concessão e arrendamento e permitir a movimentação de cargas de terceiros em terminais de uso privado. Essa nova regulamentação, que amplia a participação do setor privado nos portos brasileiros, deverá propiciar investimentos da ordem de R\$ 54 bilhões em arrendamentos e terminais de uso privados.

Todas essas concessões e parcerias com a iniciativa privada foram cuidadosamente desenhadas, para aumentar a eficiência dos serviços e assegurar a modicidade tarifária sem, contudo, retirar o controle estratégico do Estado e sem vender desnecessariamente o patrimônio público.

O PAC continua quebrando recordes de execução, com investimentos em grandes empreendimentos de infraestrutura de transporte e energia, assim como em empreendimentos de caráter social e urbano em 5.097 cidades brasileiras. Em 2013, estão previstos investimentos de R\$ 126 bilhões oriundos do Orçamento da União e de estatais para iniciativas em diversas áreas.

Inúmeros investimentos do PAC foram entregues em 2012. Foram concluídos 801 km de rodovias e 388 km de ferrovias em todo o Brasil. A capacidade dos aeroportos brasileiros foi aumentada em mais de 8,8 milhões de passageiros por ano com a conclusão de seis obras em quatro aeroportos. As obras de construção e ampliação nos portos de Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA) e de dragagem nos portos de Santos (SP), Fortaleza (CE) e Natal (RN) foram finalizadas. Desde junho de 2012, iniciou-se a operação plena da segunda etapa do Porto Sem Papel em 18 portos, permitindo uma operação mais rápida de carga e descarga. Na área de saneamento, foram concluídas 493 obras de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Estão em execução obras em 7.380 km de rodovias, em 2.672 km de ferrovias e em 15 aeroportos. Na área de saneamento, estão em andamento, a cargo de Estados e Municípios, 3.502 obras.



Entre os projetos de mobilidade urbana aprovados em 2012, destaca-se a construção ou expansão dos metrô em Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro, envolvendo investimentos de R\$ 16 bilhões. Foram também selecionados empreendimentos de VLT, monotrilho, BRT e corredores de transporte que, junto com os metrô, beneficiarão as 51 maiores cidades brasileiras, contribuindo para reduzir o tempo gasto pela população em seus deslocamentos.

A indústria naval também vem sendo apoiada por recursos do PAC para revitalização da frota e expansão da marinha mercante do País. Em 2012, o desembolso do Fundo de Marinha Mercante, de R\$ 4,8 bilhões, alcançou recorde histórico. Foram concluídas 34 embarcações, 22 das quais do segmento de apoio *offshore*, oito de apoio portuário, além de quatro de cabotagem. Foram também contratadas 163 embarcações, além de dez estaleiros, envolvendo um investimento de R\$ 12,2 bilhões.

Uma área que tem merecido especial atenção é a de telecomunicações, especialmente a Internet de banda larga. Avançamos muito nesses dois anos, de modo especial nas tecnologias móveis, pois o número de conexões aumentou de 20,6 milhões, no início de 2011, para 62 milhões no final de 2012. Somente em 2012 foram 27 milhões de novas conexões. No primeiro semestre de 2013, serão iniciadas as operações do celular de quarta geração, o que deve proporcionar serviços mais confiáveis e em média dez vezes mais rápidos aos cidadãos.

Outro serviço que avançou foi o de TV por assinatura, com o número de assinantes crescendo de 9,84 milhões, no final de 2010, para mais 16 milhões em 2012. Em 2013, com a entrada em vigor da nova legislação do setor, esse serviço deve crescer ainda mais e, prestado na modalidade a cabo, será de grande valia para fazer avançar a banda larga fixa com maiores velocidades.

Em 2013 vamos acelerar o processo de implantação da TV digital e também da banda larga, em suas diferentes modalidades. O Plano Nacional de Banda Larga será remodelado para buscar a universalização da banda larga e tornar o uso da Internet tão popular quanto o rádio ou a televisão.

Começou, em outubro de 2012, a cobrança de parâmetros para a qualidade da banda larga, fixa e móvel, exigindo dos prestadores de serviço qualidade compatível com aquela contratada pelos usuários. É fundamental aumentar a qualidade e as velocidades da Internet, pois a banda larga é essencial para o crescimento econômico, para o desempenho da educação e da saúde e, sobretudo, é um instrumento de ampliação do acesso à informação e de construção e afirmação da cidadania em nosso País.

Infraestrutura mais eficiente é requisito para que o Brasil prossiga em sua trajetória de desenvolvimento. Mas o desenvolvimento sustentável de nosso País exige também que cuidemos e invistamos em nosso maior patrimônio – os 194 milhões de brasileiros e brasileiras. Quanto a essa riqueza, avançamos muito em 2012.

Em linha com o compromisso de superar a extrema pobreza no Brasil, demos continuidade à implementação do Plano Brasil Sem Miséria. Graças à ação de busca ativa, já incluímos cerca de 800 mil famílias no Programa Bolsa Família, antecipando o cumprimento da meta prevista para 2013. As mudanças que promovemos no Bolsa Família em 2011 – reajuste do benefício, ampliação do número de crianças beneficiárias por família e criação do benefício para gestante e nutriz – permitiram retirar 3,1 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Com a ação Brasil Carinhoso, lançada em 2012, a renda das famílias com crianças e adolescentes até 15 anos passou a ser complementada para superar R\$ 70 por pessoa. Com isso, 16,4 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, entre as quais



oito milhões de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. Com os aprimoramentos do Bolsa Família e com o Brasil Carinhoso, chegamos ao final de 2012 tendo conseguido retirar 19,5 milhões de brasileiros da extrema pobreza.

Esse é, certamente, um dos feitos alcançados em 2012 que mais nos orgulha. Pois o Brasil Carinhoso, além de nos aproximar do compromisso de superar a extrema pobreza, permitiu eliminar uma das maiores iniquidades de nosso País – a concentração da extrema pobreza entre as crianças. Uma pobreza que destrói futuros e esperanças.

Em 2013, os esforços do Brasil Sem Miséria para continuar reduzindo a extrema pobreza estarão concentrados nas ações de inclusão produtiva, necessárias para criar oportunidades para jovens e adultos beneficiários do Bolsa Família. Continuaremos ampliando a oferta de assistência técnica, o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e à água para que os agricultores familiares extremamente pobres aumentem sua capacidade de produção e de geração de renda. Nas cidades, priorizaremos a ampliação da participação dos beneficiários em cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), para que tenham mais oportunidades de inserção e ascensão profissional, bem como estimularemos o empreendedorismo.

Investir em educação tem sido nossa prioridade, pois nenhum país se torna realmente desenvolvido sem garantir ensino de qualidade a sua população. Essa foi uma das premissas de nossa atuação em 2012 e que será fortalecida ainda mais em 2013, em parceria com Estados e Municípios. Pois sabemos que é necessário melhorar significativamente a qualidade de nossa educação e ampliar nossa capacidade de gerar inovação em larga escala para que o recente ciclo de desenvolvimento brasileiro tenha sustentabilidade de longo prazo.

Já aprovamos, desde 2011, a construção de 3.135 creches e pré-escolas em 1.761 Municípios. Em 2013, está previsto o financiamento da construção de mais 1,5 mil creches e pré-escolas. Contamos com a parceria dos prefeitos que iniciam sua gestão neste ano para acelerar a ampliação de vagas para crianças de 0 a 5 anos nas creches e pré-escolas. Vale lembrar que, com o Brasil Carinhoso, passamos a oferecer às prefeituras recursos antecipados para custeio de novas turmas de educação infantil. Para as crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família que frequentem creches públicas ou conveniadas com o poder público, o Governo Federal aporta um adicional de 50% do valor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que representou mais de R\$ 200 milhões em 2012. Além disso, aumentamos em 66% o valor repassado para alimentação escolar na educação infantil.

Iniciaremos, em 2013, a implantação das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Queremos, em parceria com governos estaduais e municipais e com a sociedade, enfrentar o desafio de garantir que todas as crianças de até oito anos tenham domínio sobre a leitura e a escrita e conheçam as primeiras operações, dando-lhes a base cognitiva fundamental para o seu futuro. Com isso, asseguraremos a progressão pedagógica de todas as crianças e evitaremos a evasão escolar, propiciando um salto de qualidade importantíssimo na educação brasileira. Todas as 27 unidades da Federação e 5.314 Municípios brasileiros aderiram ao Pacto.

Em 2012 chegamos a 32.074 escolas atendidas com ampliação da jornada e organização curricular na perspectiva da educação integral, beneficiando 4,8 milhões de alunos. A meta é alcançar 45 mil escolas em 2013.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) avançou celeremente. Entre outubro de 2011, quando entrou em vigor, e dezembro de 2012, 2,5 milhões de jovens e trabalhadores conseguiram vagas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional. Em 2013, mais 2,3 milhões de vagas serão oferecidas nas escolas do Sistema S e nas redes públicas de educação profissional, para ampliar as oportunidades para esses profissionais e garantir a oferta de mão de obra qualificada necessária para o desenvolvimento do Brasil.



Esses extraordinários resultados do Pronatec decorrem, em grande medida, da profícua parceria que estabelecemos com o Sistema S, que respondeu por 73% do total de vagas criadas em 2012 no Programa. Para fortalecê-la ainda mais, foi concedido um financiamento de R\$ 1,5 bilhão, por meio do BNDES, para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) construir 53 escolas e modernizar ou ampliar outras 251, além de adquirir 82 laboratórios, que funcionam em unidades móveis. Esses recursos permitirão também ao Senai implantar 85 centros de inovação e serviços tecnológicos.

A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica teve sequência em 2012, quando foram inauguradas 35 unidades da rede federal em 19 Estados. Com isso, estão em funcionamento 76 unidades de um total de 208 previstas até 2014. Em 2013, mais 50 estarão em funcionamento.

Avançamos mais na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. O número de instituições que participam do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) continua crescendo e, no primeiro semestre de 2013, 101 universidades públicas e institutos federais de educação ofereceram 129 mil vagas por este sistema. O Programa Universidade para Todos (ProUni) já alcançou a marca de 1,1 milhão de estudantes atendidos até 2012, sendo 49% negros e indígenas, e deve ofertar, em 2013, mais 290 mil bolsas de estudo. O Programa de Financiamento Estudantil (Fies) garantiu acesso a mais de 370 mil estudantes ao ensino superior e, em 2013, deverá conceder financiamento estudantil a mais 400 mil estudantes matriculados em instituições privadas, alcançando, assim, a marca de um milhão de universitários atendidos desde a reformulação do Programa, em 2010.

A expansão das universidades federais também avançou. Desde o início do meu governo, 13 novos campi universitários estão em funcionamento e outros 11 serão abertos em 2013. Os projetos de lei para criação de quatro novas universidades federais, nos Estados do Pará, do Ceará e da Bahia, já estão tramitando neste Congresso Nacional.

A partir de 2013, está em vigor a Lei das Cotas, que prevê a reserva de vagas nas universidades federais e nos institutos federais de educação profissional e tecnológica para estudantes de escola pública, com percentuais específicos para alunos de baixa renda, negros e indígenas. O percentual de vagas reservadas será ampliado progressivamente – neste primeiro ano, a lei prevê a reserva mínima de 12,5% das vagas e, até 2016, quando a lei estará implantada de forma integral, o percentual destinado a cotas será de 50%. Esses alunos terão acompanhamento por um programa especial de tutoria e receberão bolsas de permanência nos cursos com jornada diária superior a cinco horas. As cotas são fundamentais para que alcancemos o objetivo de ser um país que assegure oportunidades para todos. O Brasil só será efetivamente uma democracia racial quando enfrentarmos com coragem e decisão o racismo, chaga histórica que ainda marca profundamente a sociedade brasileira.

O Ciência sem Fronteiras, programa essencial para internacionalizar a ciência brasileira e melhorar a qualidade da nossa educação superior, já concedeu 21.418 bolsas de estudo no exterior, das quais 15 mil para estudantes de graduação, em 38 países. Neste início de 2013, estão abertas chamadas para 10,3 mil vagas e o objetivo é disponibilizar, até o final do ano, um total de 27 mil vagas.

O desafio de melhorar a qualidade dos serviços de saúde está sendo enfrentado. A Rede Cegonha conta hoje com a adesão de todos os Estados da Federação, o que garante, a um público potencial de 2,3 milhões de mulheres, atendimento humanizado e de qualidade durante a gestação. Em 2012, até outubro, 6,5 milhões de mulheres realizaram exames de colo de útero e 1,6 milhão, exames de mama – aumento de 41% no atendimento na faixa prioritária de 50 a 69 anos, em relação a 2010 – como parte do esforço de reduzir a incidência desses tipos de câncer no Brasil.



Em 3.872 Municípios de todo o Brasil estão sendo apoiadas reformas, ampliações ou construção de Unidades Básicas de Saúde. Com relação às Unidades de Pronto Atendimento, repassamos recursos para reforma ou construção de 605 unidades no biênio 2011/2012.

O Programa SOS Emergências já está implantado em 12 dos principais hospitais de urgência e emergência do País, nos quais a qualidade do atendimento já começou a mudar. Somente em 2012, 13,3 milhões de brasileiros retiraram medicamentos gratuitos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. O Programa Melhor em Casa, que apoia a internação domiciliar, já conta com 159 equipes de atenção domiciliar e 74 equipes de apoio atuando em todas as regiões do País.

Com o crescimento dos recursos para realização de mutirões e para ampliar o acesso às cirurgias eletivas, mais brasileiros foram atendidos em 2012. Foram realizadas, até outubro, dois milhões de cirurgias eletivas e 383 mil cirurgias de catarata, com aumento, neste último caso, de 25% em relação ao ano anterior. O Programa Brasil Sorridente financia laboratórios e prótese dentária em 1.305 municípios, o que permitiu entregar, em 2012, 335 mil próteses dentárias, 11% mais que em 2011.

Todas essas ações terão continuidade em 2013. Destaco a oferta de novos recursos para financiar a ampliação de 5.629 Unidades Básicas de Saúde, a reforma de 4.348 unidades e para construção de 1.253 novas unidades; a disponibilização de recursos para ampliação ou construção de mais 225 Unidades de Pronto Atendimento; e a oferta de 3,7 mil bolsas de residência médica e residência multiprofissional em especialidades prioritárias e com carência de profissionais, cuja seleção já está em curso no início de 2013. Daremos continuidade também aos mutirões de cirurgias de catarata e de atendimento odontológico, que permitem acelerar o atendimento à população.

Respeitadas suas atribuições constitucionais, o Governo Federal tem atuado para a melhoria das condições de segurança no Brasil. Tal como no ano anterior, em 2013 o enfrentamento à criminalidade violenta e ao crime organizado continuará sendo a nossa prioridade no âmbito das políticas de segurança pública.

O Plano Estratégico de Fronteiras alcançou excelentes resultados nos 18 meses desde seu lançamento. Ele é composto pelas Operações Sentinela e Ágata, que se complementam. A Sentinela é uma operação permanente que fiscaliza os pontos vulneráveis da fronteira, integrada pelo Ministério da Justiça, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança. Esta operação articula-se à Operação Ágata, liderada pelo Ministério da Defesa e as Forças Armadas, com ações focadas e com forte concentração de efetivo naquelas regiões de fronteira, indicadas pelos órgãos de inteligência.

Além das ações continuadas da Operação Sentinela, já foram realizadas seis Operações Ágata, tendo sido apreendidas 360 toneladas de drogas, 2,2 mil armas, 280 mil munições e 20 toneladas de explosivos, além de presas cerca de 20 mil pessoas e desarticuladas 65 organizações criminosas.

Em 2012, foram firmadas parcerias com os 11 Estados de fronteira, para os quais foram repassados R\$ 186,7 milhões para o reaparelhamento das suas polícias – aquisição de viaturas, rádios digitais, GPS, embarcações, coletes e capacetes. Intensificamos também a cooperação com os países fronteiriços, com importantes resultados no plano das ações de inteligência e das operações conjuntas, como a erradicação, em território estrangeiro, do cultivo ilegal de plantações de maconha e coca, e a destruição de laboratórios de produção de drogas ilícitas.

Em 2013, o Plano Estratégico de Fronteiras terá prosseguimento, em todas as suas vertentes. Será realizada uma Operação Ágata antes da Copa das Confederações, para aumentar o controle de nossas fronteiras. Continuaremos trabalhando para



fortalecer a colaboração com os corpos policiais estaduais que atuam nas fronteiras e para intensificar a colaboração entre países, nas áreas de inteligência e de capacitação, bem como na realização de operações conjuntas.

Criado em 2012, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) integrará as informações relevantes para a segurança pública em todo o País, permitindo uma ação planejada e integrada de todos os órgãos policiais, bem como uma substantiva melhoria da gestão dos órgãos de segurança em todas as esferas federativas. O portal do Sinesp entrará em operação em 2013, ano em que será desenvolvido o Sistema Nacional de Registro de Ocorrências, que permitirá a importante padronização desses registros em todo o território nacional.

O Plano Brasil mais Seguro foi lançado em 2012, em Alagoas, considerado o Estado mais violento do País pelo elevado número de homicídios. Em seis meses de ações pactuadas e integradas com o Governo Estadual, o Poder Judiciário e o Ministério Público alagoanos, o plano não só interrompeu o crescimento da violência, mas ainda conseguiu reduzi-la substantivamente. Em Maceió, uma das cidades mais violentas do País, houve redução de 27,3% no número de homicídios, percentual que alcançou 11,7% em todo o Estado de Alagoas. Em 2013, o programa será levado a outros Estados brasileiros, pactuando uma melhor estruturação dos serviços de segurança pública das unidades federativas, como feito em Alagoas, ou com o desenvolvimento de ações pontuais que visem a maior eficiência das investigações criminais e a melhor capacitação no enfrentamento do crime organizado gerador da criminalidade violenta.

Em pouco mais de um ano desde seu lançamento, o Plano Viver sem Limite permitiu avanços concretos para a inclusão das pessoas com deficiência em nosso País. Já foram adquiridos 1.315 veículos adaptados para transporte escolar, que começam a transportar os estudantes no início do ano letivo de 2013. Vinte e uma mil escolas já receberam os recursos para adaptação arquitetônica e 13,5 mil estão recebendo os equipamentos para as salas de recursos multifuncionais.

Foi criado o primeiro Centro Tecnológico de Formação de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia do País; as obras dos demais iniciarão em 2013. No Programa Minha Casa, Minha Vida, foram contratadas 356 mil moradias adaptáveis para quem tem renda de até R\$ 1,6 mil e sete mil moradias receberam kits de adaptação para diferentes tipos de deficiência. Os produtos de tecnologia assistiva tiveram desoneração de PIS e Cofins e a linha de microcrédito para equipamentos destinados a pessoas com deficiência, financiando 250 itens, já realizou 3,2 mil operações, financiando R\$ 15,3 milhões.

Na área da saúde, 106 Centros de Especialidades Odontológicas estão recebendo 20% a mais de recursos para atendimento a pessoas com deficiência e foram criados 81 centros cirúrgicos odontológicos em hospitais de todos os Estados. Para o acompanhamento e cuidado a pessoas com deficiência, foram publicadas quatro diretrizes terapêuticas para Síndrome de *Down*, lesão medular, pessoa amputada e triagem neonatal auditiva. Em março de 2013, será iniciada a capacitação para Equipes de Saúde Bucal, bem como a capacitação para técnicos e profissionais em órteses e próteses para atuação nas oficinas ortopédicas espalhadas pelo País. E já foi aprovada a criação de três novas oficinas ortopédicas fixas, em João Pessoa/PB, Juazeiro do Norte/CE e Juazeiro/BA, que serão implantadas em 2013.

Catorze Estados aderiram ao Programa *Crack*, é possível vencer, superando a meta de 2012, que previa a parceria com 11 Estados com a maior concentração do problema. No ano passado, disponibilizamos R\$ 840 milhões para as ações do Programa. Foram abertos 574 leitos em enfermaria especializada e autorizada a abertura de mais 2.533 leitos para atendimento aos usuários, com aumento de 250% no valor repassado para seu funcionamento, em hospitais gerais. Foram repassados recursos para a abertura de 148 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) 24 horas. Estão sendo habilitadas 375 comunidades terapêuticas, que se inscreveram para apoiar a ampliação da capacidade de atendimento aos usuários. Foram instalados 50 centros regionais de referência nas instituições de ensino superior públicas para capacitar profissionais para atender usuários e familiares.



Cerca de 105 mil pessoas, entre profissionais da saúde, da área de segurança, do judiciário e lideranças religiosas e de conselhos comunitários, foram capacitadas em cursos presenciais e a distância.

Entre as prioridades do Programa *Crack*, é possível vencer, em 2013, está a finalização do processo de adesão com os demais 13 Estados, para ampliar a capacidade de atendimento em todo o País. Será iniciada também a entrega dos equipamentos de segurança a Estados e Municípios que aderiram ao Programa, como bases móveis de policiamento integrado, armamento não letal e câmeras de videomonitoramento.

Em 2012, o Minha Casa, Minha Vida firmou-se ainda mais como um programa fundamental para garantir o acesso à moradia especialmente para os segmentos mais pobres da população e para estimular a indústria da construção civil no País. Alcançamos a marca de 1,05 milhão de moradias entregues às famílias e, ao final de 2012, estavam contratadas mais 1,275 milhão de novas moradias, cujas obras estarão em curso ao longo deste ano. Em 2013, contrataremos mais 700 mil unidades, o que nos dá a certeza do cumprimento da meta anunciada de, até 2014, contratar 2,4 milhões de moradias na segunda fase do Programa.

A preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 avançou ainda mais. Dois estádios já foram inaugurados – Castelão, em Fortaleza, e Mineirão, em Belo Horizonte. No primeiro semestre de 2013, deverão ficar prontos os quatro outros estádios que serão palco da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, em Salvador, Brasília, Recife e Rio de Janeiro. Os seis restantes estarão concluídos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Nove obras em aeroportos para a Copa já foram concluídas. As demais ficarão prontas até o primeiro semestre de 2014. As obras em cinco portos estão em curso, assim como as obras de mobilidade urbana nas sedes da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em 2013 terão continuidade ações do segundo ciclo de preparação para o evento. A infraestrutura turística nas cidades está sendo aprimorada, com investimentos em sinalização turística, acessibilidade e centros de atendimento ao turista. Também foram iniciados os investimentos em telecomunicações, envolvendo a expansão de fibra ótica nas regiões metropolitanas das 12 Cidades-sede e implantação de equipamentos e sistemas para auxiliar na fiscalização, monitoramento e suporte da infraestrutura de telecomunicação. Quanto ao plano de segurança, foi iniciada a implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle de Segurança Pública e Defesa, bem como o processo de aquisição de equipamentos e sistemas para a integração tecnológica e operacional entre as instituições federais, estaduais e municipais de segurança.

Um novo ciclo olímpico e paralímpico começou em julho de 2012, no qual o Brasil, como sede dos Jogos de 2016, é protagonista. As ações para preparação da infraestrutura olímpica na cidade do Rio de Janeiro foram iniciadas e, com o lançamento do Plano Brasil Medalhas, aprimoramos nossos instrumentos de apoio aos atletas brasileiros.

Com esse Plano, 200 atletas olímpicos e paralímpicos classificados entre os 20 melhores do mundo em suas modalidades receberão apoio financeiro por meio da Bolsa Pódio, uma das modalidades do Bolsa Atleta, e terão recursos para remunerar técnico, fisioterapeuta, psicólogo e nutricionista, além de apoiar a participação em competições no exterior. Serão também construídos ou modernizados, para preparação desses atletas, 22 Centros de Treinamento, um dos quais voltado para modalidades paralímpicas. O Vale Cultura entrará em vigor em 2013. A concessão aos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos de um vale mensal no valor de R\$ 50, complementar ao salário, irá ampliar o acesso a atividades culturais e estimular a produção cultural no Brasil. Trata-se de mais uma iniciativa para promover a inclusão dos brasileiros e brasileiras.



O Brasil é hoje um país muito mais preparado para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, graças às ações do Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) estão em funcionamento 24 horas por dia. Destinamos R\$ 12,8 bilhões para obras de drenagem e contenção de encostas, priorizando 17 Municípios, agrupados em 17 bacias hidrográficas, onde ocorreram 74% das mortes por desastres naturais entre 1991 e 2010.

Já foi realizado o mapeamento de áreas de risco de deslizamentos em mais de 290 Municípios, de um total de 821 que serão mapeados até 2014. O mapeamento de áreas de riscos de inundações já foi realizado em bacias hidrográficas de todos os Estados e o Atlas Nacional, cobrindo os 26 Estados e o Distrito Federal, será finalizado em 2013. Estão instaladas 13 salas de situação da Agência Nacional de Água, em 13 diferentes Estados, a fim de monitorar as chuvas e seus efeitos nos rios. Até o final de 2013, outras 13 deverão estar em funcionamento.

Reforçamos muito a capacidade de resposta à ocorrência de desastres naturais. A Força Nacional de Emergência atuou com sucesso em janeiro de 2012, durante as enchentes em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e está atuando ativamente no atual período de chuvas do Sul e Sudeste em 2013. Quanto à Força Nacional do SUS, foram capacitados mais de 300 profissionais para gestão de crises, implantadas 17 equipes em regime de plantão, formado um estoque permanente de medicamentos e, até fevereiro de 2013, ela contará com seis hospitais de campanha. O Cartão de Pagamento da Defesa Civil foi recebido por 532 Municípios e 18 Estados, o que agiliza a compra e o recebimento de itens essenciais em situações de emergência.

Um dos grandes desafios que enfrentamos em 2012 foi a seca que assola o semiárido do Nordeste e de Minas Gerais, uma das mais intensas das últimas décadas. Desde abril, o Governo Federal mobilizou vários instrumentos para minorar o impacto sobre a população, atuando em estreita parceria com os governos estaduais e municipais e contando com o apoio do Congresso Nacional.

Para aumentar a oferta de água, contratamos 4.292 carros-pipa para distribuir água em mais de 700 Municípios. Entregamos 150 mil cisternas somente em 2012, alcançando um total de 237 mil entregues no biênio 2011-2012; estavam em construção, em janeiro de 2013, outras 50 mil cisternas e vamos atingir um total de 240 mil cisternas construídas até o final deste ano. No âmbito do PAC Prevenção – Semiárido, autorizamos investimentos de R\$ 2,22 bilhões para execução de obras que poderão, em curto período de tempo, ampliar a oferta de água no semiárido. Somados aos empreendimentos que já estavam previstos no PAC, são R\$ 20,1 bilhões para aumentar a segurança hídrica na região e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento e a geração de emprego no semiárido.

O apoio aos produtores rurais afetados pela seca combina três instrumentos. A Bolsa Estiagem, decisiva para garantir a manutenção da renda das famílias até que a produção possa ser retomada, está sendo paga a 881 mil agricultores pobres, e o seguro do Garantia Safra, a outros 768 mil produtores. Inicialmente, previmos pagar cinco parcelas de cada um desses benefícios, montante que foi ampliado para sete parcelas em novembro e para nove em janeiro de 2013. Adicionalmente, realizamos a venda de milho a preço subsidiado para os pequenos produtores, ação que foi mantida no início de 2013.

Oferecemos também crédito em condições especiais, para evitar a paralisa da atividade econômica na região atingida pela seca. Foram realizadas 236 mil operações, que resultaram na contratação de R\$ 1,8 bilhão de crédito por agricultores familiares, produtores rurais e empresários urbanos da indústria, comércio e serviços.



Acompanharemos, com atenção, a evolução do quadro em 2013. Se mais recursos ou mais ações se fizerem necessárias, o Governo Federal agirá com determinação e presteza, para diminuir os impactos da seca sobre os nordestinos e sobre a economia da região do semiárido.

Aprimoramos muito, em 2012, o processo de monitoramento das políticas e ações do Governo Federal. Com o apoio da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, implantamos e aperfeiçoamos sistemas informatizados de monitoramento para vários programas e dispomos hoje de um grande mapa de informações sobre cada um. Possuímos, por exemplo, informações detalhadas sobre os mais de 10 mil empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida e sua evolução. Temos cadastros sobre as 39.526 Unidades Básicas de Saúde e as obras que estão sendo apoiadas nas mesmas. Acompanhamos as 860 Unidades de Pronto Atendimento e os 12 hospitais do SOS Emergências que, tal como os aeroportos brasileiros, são monitorados por câmeras 24 horas. Conhecemos as especificações e a localização dos 720 aeroportos brasileiros, dos quais 270 terão suas obras monitoradas. Todos os projetos e ações para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para as Olimpíadas são acompanhados sistematicamente, assim como as ações de mapeamento e enfrentamento de risco e desastres naturais, o Programa *Crack*, é possível vencer, o Plano Viver sem Limite. O Programa de Investimento em Logística terá, em 2013, um site para informações e acompanhamento de sua evolução pela sociedade.

Todo esse esforço soma-se a sistemas de monitoramento já existentes em outras áreas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a educação e previdência social, instrumentos fundamentais para elevar a qualidade da gestão e do atendimento à população brasileira.

A intensa atuação do Brasil no mundo e nos vários foros internacionais, frente ao cenário de persistente crise econômica mundial, tem buscado defender a construção de um amplo pacto pela ação coordenada entre as principais economias. Este pacto deve incluir a necessidade de equilíbrio entre ajustes fiscais e os estímulos necessários para a retomada do crescimento; maior regulamentação do sistema financeiro e o estabelecimento de controles à guerra cambial; e a reforma das instituições financeiras multilaterais para aumentar a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial. Essas medidas são essenciais para que a economia internacional inicie um consistente e sustentado processo de recuperação, que afaste de vez o perigo de uma depressão mais longa, alimentada por políticas excessivas de austeridade e de contração dos investimentos e da demanda agregada.

O fortalecimento da relação com os países vizinhos permanece como nossa preocupação central. Durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, no segundo semestre de 2012, o Mercosul contou com a presença da Venezuela como membro pleno, além de aprovar o protocolo de adesão da Bolívia. A ampliação do Mercosul é de fundamental importância para os interesses brasileiros no subcontinente, que vêm se fortalecendo muito com a exitosa integração regional. No Mercosul e na Unasul, democracia e integração andam juntas. Enquanto aguardamos a pronta retomada da normalidade democrática no Paraguai, mantivemos nosso compromisso com o bem-estar do povo paraguaio, descartando medidas que dificultem nossos fluxos comerciais ou de investimentos com esse país vizinho.

A vocação universalista da política externa brasileira levou-nos a realizar em 2012 dez visitas ao exterior (Cuba, Haiti, Alemanha, Índia, EUA, Reino Unido, Espanha, Argentina, França e Rússia), fortalecendo nossos relacionamentos bilaterais e parcerias de grande importância para o Brasil. Ao longo do ano, recebi, no Brasil, entre visitas oficiais e reuniões de trabalho, 22 Chefes de Estado e de Governo e dois Presidentes eleitos. Essa é uma medida do crescente protagonismo do Brasil no cenário mundial. Em 2013, vamos intensificar os contatos com os países africanos e latino-americanos.



Na esfera multilateral, participei de sete eventos no exterior de grande envergadura e importância para o fortalecimento de um mundo multipolar: a IV Cúpula do Brics, a VI Cúpula das Américas, a Cúpula do G-20, a Cúpula do Mercosul em Mendoza, a 67ª Assembleia Geral da ONU, a III Cúpula América do Sul – Países Árabes e a XXII Cúpula Ibero-Americana.

Sediamos o maior e o mais participativo evento já realizado no âmbito das Nações Unidas, mostrando a capacidade de o Brasil receber, com profissionalismo, grandes eventos. A Rio+20 contou com expressivo número de delegações internacionais e Chefes de Estado ou de Governo, além de cerca de 45 mil participantes. A Conferência adotou o documento “O Futuro que Queremos”, que balizará a governança global nas áreas ambiental e de desenvolvimento nos próximos anos. Entre suas várias disposições está a elaboração, até 2015, de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; a implementação do Plano Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis; e o desenvolvimento de Mecanismo de Facilitação para promoção da transferência e disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente responsáveis.

Saliento que o Brasil, país líder nos debates mundiais sobre meio ambiente, manterá seus firmes compromissos com a redução do desmatamento e com a diminuição geral de suas emissões de gases do efeito-estufa.

Os avanços que temos alcançado são inequívocos. A área desmatada na Amazônia entre agosto de 2011 e julho de 2012 correspondeu a 4.656 km², menor área de desflorestamento desde a primeira medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1988. Com esse resultado, o País já reduziu a área desflorestada em 76,27% frente à média anual de desmatamento registrada entre 1996 e 2005, ficando muito próximo de cumprir o compromisso assumido em Copenhague, de alcançar, até 2020, uma redução de 80% em relação àquela média.

Temos plena consciência de nossas responsabilidades. Queremos um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. O Brasil continuará a apontar caminhos viáveis para conciliar crescimento e sustentabilidade e não defraudará suas futuras gerações.

O crescente protagonismo internacional do País caminha *pari passu* com seus êxitos internos. O Brasil influencia pelo seu exemplo, pela qualidade ímpar de seu desenvolvimento recente e por seu compromisso com o multilateralismo e com construção de uma ordem internacional mais justa e simétrica. A política externa do Brasil espelha suas políticas internas de inclusão.

Sabemos que a emergência do Brasil não pode ser separada da prosperidade e do desenvolvimento de outros países, particularmente das nações que formam o nosso entorno regional. Por isso, a política externa brasileira em 2013 seguirá voltada para a construção da paz, a defesa dos direitos humanos, o aperfeiçoamento do convívio democrático e a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social. A comunidade brasileira no exterior continuará recebendo atenção prioritária por meio de nossa rede consular, inclusive os jovens beneficiários do Ciência sem Fronteiras.

O Congresso Nacional deu mostras em 2012, mais uma vez, de sua capacidade de buscar as soluções legislativas mais adequadas aos interesses estratégicos do País e de nossa população. No ano que passou, o Executivo Federal encontrou, no Congresso Nacional, um parceiro crítico e, ao mesmo tempo, colaborativo, para suas propostas de forma a enfrentar os desafios ao fortalecimento do processo de desenvolvimento brasileiro.

Essa parceria, construída sobre a legitimidade conferida pelo voto popular, assegura que as ações governamentais sejam, além de tecnicamente sólidas, fortalecidas pela vontade política plasmada em mandatos representativos. Sem tal vontade, a razão



técnica não tem direção e propósito. Os que viveram sob regimes autoritários sabem muito bem dos perigos da dissociação entre técnica e política.

Por isso, nesse momento em que a atividade política é tão vilipendiada, faço questão de registrar nesta Mensagem o meu sincero reconhecimento ao imprescindível papel do Congresso Nacional na construção de um Brasil mais democrático, justo e soberano.

Espero que, por meio do debate democrático com o Congresso Nacional, possamos avançar, em 2013, em temas sensíveis e necessários ao nosso País. Destaco, entre outros, a continuidade das mudanças em nosso sistema tributário, inclusive em seus impactos sobre a questão federativa; o debate em torno das novas regras do Fundo de Participação dos Estados; o aprimoramento de marcos regulatórios, lembrando que a proposta de nova regulamentação do sistema portuário nacional já se encontra em análise nesta Casa Legislativa; e a urgente questão do financiamento da educação, seja no âmbito do Plano Nacional de Educação, seja na proposta de destinação dos *royalties* do petróleo. Interessa ainda ao Poder Executivo construir consensos que permitam evoluir no encaminhamento da tão necessária reforma política.

O Brasil vem se tornando um país melhor, mais próspero e cada vez mais justo, porque reuniu vontade política para enfrentar seus problemas econômicos e sociais. Porque decidiu de forma democrática e soberana traçar seu próprio caminho. Porque tomou decisões políticas corajosas, como a de resgatar da miséria todos os seus cidadãos.

Em 2013, o Brasil certamente colocará mais um tijolo na extraordinária e histórica obra de construção de uma economia mais competitiva e uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para todos. Em parceria com o Congresso Nacional, daremos mais um passo na direção de um Brasil desenvolvido, que garanta os direitos de todas as brasileiras e de todos os brasileiros, nosso legado conjunto para as gerações futuras.

Dilma Rousseff

Presidenta da República

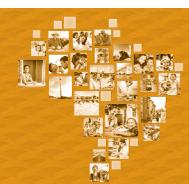


SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	31
II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA	39
1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade.....	39
a) Plano Brasil Maior	39
a.1) Redução dos Custos do Trabalho e Capital.....	40
a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	40
a.3) Estímulos às Exportações e à Defesa Comercial	41
b) Comércio Exterior, Fomento e Inovação	41
b.1) Comércio Exterior	41
b.2) Financiamentos e Investimentos.....	43
b.3) Comércio e Serviços.....	44
b.4) Pequenas e Microempresas e Programa de Artesanato.....	45
b.5) Inovação e Tecnologia	45
c) Metrologia e Qualidade Industrial.....	47
d) Propriedade Industrial	49
e) Desenvolvimento Regional da Amazônia.....	50
2. Agronegócio	51
a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização	52
a.1) Crédito Rural	52
a.2) Apoio à Comercialização	53
a.3) Apoio à Cafeicultura.....	53
b) Gerenciamento de Riscos Climáticos.....	54
b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático	54
b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.....	55
c) Defesa Agropecuária	56
c.1) Ações de Saúde Animal.....	56
c.2) Sanidade Vegetal.....	57
c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários.....	58
c.4) Sistema Laboratorial	60
c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	61
d) Fomento e Organização da Produção	61
e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio	62
f) Desempenho Exportador do Agronegócio.....	63
g) Pesquisa Agropecuária.....	64
h) Setor Sucroalcooleiro Energético	65
3. Turismo	66
a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo	66
b) Regionalização, Segmentação e Ordenamento Turístico.....	67
c) Produção Associada ao Turismo	67
d) Investimentos e Financiamentos para o Turismo	68
e) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	68
f) Infraestrutura Turística.....	68
g) Qualificação e Certificação em Turismo	69
h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária	69
i) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional	69
j) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional.....	69
4. Trabalho e Emprego.....	70
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal.....	70
b) Valorização do Salário Mínimo	72
c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda	72
d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores.....	73
e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho.....	74
f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social	75
g) Estímulo à Economia Solidária	77



5. Inclusão Bancária e Microcrédito	77
a) Crédito	77
b) Acesso a Serviços Bancários	78
b.1) Contas Correntes Simplificadas	78
c) Microcrédito e Microfinanças	79
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca.....	79
a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira.....	80
b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Pesquisa	81
c) Inclusão Social de Comunidades de Pescadores e da Aquicultura Familiar	82
d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	82
e) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro.....	83
f) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira.....	83
g) Estímulo ao Consumo e à Comercialização.....	83
h) Cooperação Internacional.....	84
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	84
a) Agricultura Familiar.....	84
a.1) Crédito e Seguro Rural.....	84
a.2) Assistência Técnica e Extensão Rural.....	85
a.3) Organização Econômica	86
a.4) Ações de Superação da Extrema Pobreza nas Áreas Rurais	87
a.5) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais	87
a.6) Desenvolvimento Territorial.....	88
a.7) Acesso à Informação e Cultura no meio Rural	88
a.8) Ações de Educação no Campo.....	88
a.9) Políticas para as Mulheres Rurais.....	89
a.10) Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	89
a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária	89
b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária	90
b.1) Assentamentos de Reforma Agrária	90
b.2) Obtenção de Terras e Criação de Novos Projetos de Assentamento	91
b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário.....	91
b.4) Governança Fundiária.....	91
b.5) Regularização Fundiária na Amazônia Legal.....	91
b.6) Mediação de Conflitos Agrários	92
8. Desenvolvimento Regional	92
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	92
b) Infraestrutura Hídrica.....	95
c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.....	97
9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável.....	102
a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas	102
a.1) Bioma Amazônia	102
a.2) Bioma Cerrado.....	104
a.3) Focos de Calor	104
b) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima.....	105
b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	106
c) Florestas	106
d) Recursos Hídricos	106
d.1) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.....	107
d.2) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.....	107
d.3) Revitalização de Bacias Hidrográficas	108
d.4) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas	108
d.5) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional.....	109
d.6) Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	109
e) Licenciamento e Qualidade Ambiental.....	109
e.1) Licenciamento Ambiental.....	109
e.2) Qualidade Ambiental	110
f) Proteção da Camada de Ozônio.....	111
g) Resíduos Sólidos.....	112



h)	Biodiversidade.....	112
h.1)	Espécies Ameaçadas.....	113
h.2)	Unidades de Conservação.....	113
i)	Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.....	115
i.1)	Regularização Ambiental Rural e Políticas Agroambientais.....	115
j)	Zoneamento Ecológico-Econômico.....	115
k)	Produção e Consumo Sustentáveis.....	116
l)	Conselho Nacional do Meio Ambiente.....	116
m)	Agenda Internacional.....	117
10.	Ciência, Tecnologia e Inovação.....	117
a)	Estímulo à Inovação.....	118
b)	Programa Ciência sem Fronteiras e Capacitação de Recursos Humanos.....	120
c)	Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento.....	121
d)	Política Nuclear Brasileira.....	121
e)	Política Espacial.....	123
f)	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social.....	124
g)	Mar, Zona Costeira e Antártida.....	125
III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES.....		129
1.	Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional.....	129
a)	Redução das Desigualdades.....	129
b)	Plano Brasil Sem Miséria.....	130
c)	Programa Bolsa Família.....	131
c.1)	Acompanhamento das Condicionalidades do Público Beneficiário do Programa Bolsa Família.....	132
c.2)	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	132
d)	Ampliação dos Serviços Socioassistenciais.....	133
d.1)	Centro de Referência da Assistência Social.....	133
d.2)	Benefício de Prestação Continuada.....	134
d.3)	Proteção Social Especial.....	134
d.4)	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.....	135
d.5)	Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho.....	135
e)	Segurança Alimentar e Nutricional.....	136
e.1)	Apoio à Produção.....	136
e.1.1)	Acesso à Água para a Produção.....	136
e.1.2)	Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais.....	136
e.2)	Comercialização.....	137
e.2.1)	Programa de Aquisição de Alimentos.....	137
e.2.2)	Cestas de Alimentos.....	137
e.3)	Consumo.....	138
e.3.1)	Acesso à Água para Consumo Humano.....	138
e.3.2)	Educação Alimentar e Nutricional.....	138
e.3.3)	Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana.....	138
e.3.4)	Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.....	139
f)	Avaliação e Gestão da Informação.....	140
2.	Juventude.....	140
3.	Educação.....	141
a)	Educação Básica.....	142
b)	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	148
c)	Educação Profissional e Tecnológica.....	151
d)	Cooperação Internacional.....	152
e)	Financiamento da Educação.....	153
f)	Democratização da Gestão Nacional da Educação.....	154
g)	Indicadores e Avaliações.....	154
4.	Saúde.....	155
a)	Atenção Básica.....	156
a.1)	Saúde Bucal.....	157
a.2)	Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança.....	157
a.3)	Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas.....	158



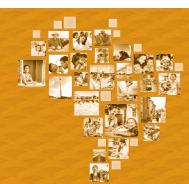
a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa	158
a.5) Saúde do Homem	159
a.6) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza	159
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade	159
b.1) Atenção Hospitalar	159
b.2) Transplantes.....	160
b.3) Sangue e Hemoderivados.....	160
b.4) Atenção às Urgências e Emergências	161
b.5) Atenção Domiciliar	161
b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica	162
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	162
d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde	163
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde	163
f) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde	164
g) Vigilância Sanitária	165
h) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde	166
i) Combate ao Desperdício, Transparência e Qualidade da Gestão do SUS	167
j) Atuação Internacional.....	167
k) Saúde Suplementar.....	167
5. Políticas Afirmativas.....	168
a) Igualdade Racial	168
a.1) Ações Afirmativas.....	169
a.2) Políticas de Promoção da Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais.....	170
a.3) Programa Brasil Quilombola	170
a.4) Cooperação Internacional.....	172
b) Política para as Mulheres	172
b.1) Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres.....	172
b.2) Saúde Integral das Mulheres.....	173
b.3) Fortalecimento de uma Cultura Social Igualitária	173
b.4) Inserção do Tema da Igualdade na Agenda Nacional e Internacional.....	174
b.5) Promoção da Gestão Transversal da Política Nacional para as Mulheres	175
b.6) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	175
c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	178
6. Direitos Humanos.....	182
a) Aprimoramento do Marco Legal Relativo aos Direitos Humanos	182
b) Pessoas com Deficiência	182
c) Criança e Adolescente.....	184
c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	184
c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	185
c.3) Sistema de Garantia de Direitos	185
c.4) Observatório da Criança e do Adolescente.....	186
c.5) Convivência Familiar e Comunitária	186
c.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	187
d) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.....	187
d.1) Garantia e Proteção de Direitos.....	187
d.2) Erradicação do Trabalho Escravo.....	187
d.3) Saúde Mental	188
d.4) Combate à Tortura.....	188
d.5) População em Situação de Rua	188
d.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	188
d.7) Registro Civil de Nascimento	189
d.8) Direitos da Pessoa Idosa.....	189
d.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	190
d.10) Educação em Direitos Humanos	190
d.11) Centros de Referência em Direitos Humanos	190
e) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	191
f) Direito à Memória e à Verdade.....	191
g) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	191
h) Atuação Internacional.....	191



i) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos	192
j) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos.....	193
k) Autoridade Central Administrativa Federal	193
7. Previdência Social	193
a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários	193
a.1) Ampliação da Cobertura.....	193
a.2) Inclusão Social e Fidelização de Segurados	194
a.3) Fortalecimento da Educação Previdenciária.....	194
b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários	194
b.1) Excelência, Ampliação e Reestruturação da Rede de Atendimento	194
b.2) Relações Internacionais da Previdência Social	195
b.3) Controle Social.....	195
c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários.....	196
c.1) Excelência da Gestão e da Qualidade do Gasto	196
c.2) Eficácia na Supervisão e Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Regimes de Previdência Complementar	196
c.3) Prevenção de Riscos Ocupacionais e Medidas no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalhador	198
c.4) Combate aos Crimes contra a Previdência Social.....	198
8. Cultura	199
a) Política Cultural.....	199
b) Cidadania e Diversidade Cultural.....	199
c) Economia Criativa.....	200
d) Acesso ao Livro e à Leitura	200
e) Preservação do Patrimônio Cultural.....	201
f) Memória e Cidadania.....	201
g) Fomento, Regulação e Fiscalização da Indústria Audiovisual.....	202
h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas.....	203
i) Cultura Afro-brasileira.....	204
j) Espaços Destinados a Atividades Culturais, Esportivas e de Lazer	205
k) Cultura e Educação, Pesquisas e Conhecimento sobre a Cultura Brasileira.....	205
9. Esporte	206
a) Esporte e Inclusão Social	206
b) Esporte de Alto Rendimento	207
c) Lei de Incentivo ao Esporte	209
10. Grandes Eventos Esportivos.....	209
11. Programa Luz para Todos	212
12. Inclusão Digital.....	212
13. Justiça e Segurança Pública.....	213
a) Segurança Pública	213
b) Sistema Penitenciário Brasileiro.....	216
c) Comissão de Anistia.....	217
d) Cooperação Jurídica Internacional	217
e) Reforma do Judiciário	218
f) Defensoria Pública da União	219
g) Conselho Nacional de Combate à Pirataria	219
h) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas.....	220
IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	225
1. Energia	225
a) Energia Elétrica	225
a.1) Geração e Transmissão	225
a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	227
a.3) Extinção das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica e a Intervenção para Adequação desse Serviço	228
a.4) Tarifa Social de Energia Elétrica	229
a.5) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão	229
a.6) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão	230
a.7) Planejamento do Setor Energético	231



a.7.1) Plano Decenal de Expansão de Energia.....	231
a.7.2) Disseminação de Informações Energéticas	231
a.8) Eficiência Energética.....	231
a.9) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico.....	232
a.10) Articulação Institucional e Gestão Socioambiental	232
a.11) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico	233
b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis.....	234
b.1) Reservas, Exploração e Produção.....	234
b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás.....	236
b.3) Contrato de Cessão Onerosa.....	236
b.4) Rodadas de Licitação de Blocos.....	236
b.5) Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.....	237
b.6) Refino e Petroquímica.....	237
b.7) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	238
b.7.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito	238
b.7.2) Fertilizantes Nitrogenados	238
b.8) Prominp e Conteúdo Local de Bens e Serviços.....	238
b.9) Hidrogênio.....	239
b.10) Biocombustíveis.....	239
b.10.1) Etanol.....	240
b.10.2) Biodiesel.....	240
b.11) Regulação e Fiscalização	241
c) Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	242
c.1) Geologia e Recursos Minerais	243
c.2) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	243
2. Transportes.....	244
a) Planejamento	245
b) Transporte Rodoviário	245
b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade	245
b.2) Manutenção de Rodovias.....	248
b.3) Operação Rodoviária.....	248
b.4) Concessões Rodoviárias.....	248
b.5) Transporte de Cargas.....	249
b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	249
c) Transporte Ferroviário	250
c.1) Expansão da Malha	250
c.2) Adequação da Malha.....	251
c.3) Regulação	251
c.4) Concessão.....	251
c.5) Transporte de Carga e Passageiros	252
d) Transporte Hidroviário	252
d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias.....	252
d.2) Construção de Terminais Fluviais.....	252
d.3) Regulação e Fiscalização	252
e) Fomento à Indústria Naval	253
f) Incentivos para os Investimentos no Setor Transportes.....	254
3. Portos	254
a) Infraestrutura Portuária.....	254
b) Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário	257
b.1) Aperfeiçoamento do Modelo Institucional	257
b.2) Plano Nacional de Logística Portuária	258
b.3) Inteligência Logística Portuária	258
b.4) Meio Ambiente e Integração Porto-Cidade	259
b.5) Cabotagem	259
b.6) Acessos Portuários	259
4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária.....	260



a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos.....	260
b) Segurança, Fiscalização e Capacitação.....	262
c) Planejamento do Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil	262
d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária	263
5. Comunicações	265
a) Programa Nacional de Banda Larga	265
b) Avanços da Regulação de Telecomunicações	266
c) Inovação em Telecomunicações	268
d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações	268
e) Serviços Postais	268
e.1) Universalização dos Serviços Postais.....	268
e.2) Exportação por Remessas Postais	269
e.3) Atuação no Âmbito Internacional.....	269
e.4) Serviços de Interesse Coletivo	269
f) Radiodifusão.....	269
f.1) Radiodifusão Comunitária	270
f.2) Demais Serviços de Radiodifusão	270
f.3) TV Digital	270
f.4) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora	271
f.5) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão.....	271
f.6) Loudness	271
g) Conteúdos Digitais Criativos	272
6. Saneamento	272
a) Medidas Estruturantes.....	272
b) Investimentos em Saneamento Básico.....	274
7. Habitação	277
a) Política Nacional de Habitação	277
b) Investimentos em Habitação – Urbanização de Assentamentos Precários	278
c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas.....	279
d) Programa Minha Casa, Minha Vida	279
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica	280
f) Qualidade e Produtividade	281
8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana	281
9. Mobilidade Urbana	283
a) Mobilidade Urbana	283
b) Transporte Metroferroviário.....	284
10. Trânsito	286
V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO	291
1. Política Externa	291
a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade	291
b) Integração Regional.....	294
c) Relações Bilaterais.....	295
d) Negociações Econômico-comerciais.....	300
e) Cooperação Técnica e Esportiva.....	302
f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural.....	303
g) Comunidades Brasileiras no Exterior	304
2. Soberania	306
a) Instrumentos de Planejamento para a Defesa Nacional	306
b) Proteção da Amazônia	306
c) Defesa Terrestre.....	307
d) Defesa Aérea	308
e) Defesa Naval	310
f) Segurança da Navegação Aquaviária	312
g) Atuação Subsidiária das Forças Armadas.....	312
h) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e outras Missões de Paz.....	313



i) Operações Combinadas/Conjuntas.....	313
j) Atividade de Inteligência	314
k) Segurança da Informação	314

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA 317

1. Informação ao Cidadão.....	317
2. Democracia e Diálogo.....	319
a) Conferências Nacionais e Mesas de Diálogo.....	322
b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	324
c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.....	325
3. Relações Institucionais	325
a) Articulação com o Poder Legislativo	325
b) Articulação Federativa	327

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO 331

1. Transparência na Administração e Controle Social.....	331
2. Planejamento, Gestão e Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos	333
a) Gestão do Plano Mais Brasil (PPA 2012-2015).....	335
b) Melhoria e Inovação da Gestão Pública	335
c) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade.....	337
3. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal.....	338
4. Informatização de Serviços Públicos e Informação.....	340
5. Gestão do Patrimônio da União	342
6. Cooperação Internacional e Captação de Recursos Externos	343
7. Produção e Disseminação de Dados.....	343
8. Regulação de Mercados.....	345
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	345
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	347
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	348
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro	349
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	350
f) Defesa do Consumidor.....	351
9. Política Fiscal.....	351
a) Arrecadação Tributária Federal.....	351
b) Resultado Fiscal	352
c) Administração da Dívida Pública.....	352
d) Apoio aos Estados e Municípios.....	353
e) Dívida Ativa da União	353
f) Programa Nacional de Educação Fiscal.....	354
10. Prevenção e Combate à Corrupção.....	354
a) Ações de Prevenção da Corrupção.....	354
b) Controle Interno	355
c) Ações de Correição.....	356
d) Ouvidoria	357
e) Combate à Lavagem de Dinheiro.....	358
11. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União	359

ANEXO - RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO) 363





I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O ano de 2012 foi marcado por importantes mudanças estruturais na economia, fortalecendo as bases para um ciclo de crescimento de longo prazo e configurando um novo cenário econômico, ímpar na história do País e promissor para o investimento, a produção e o emprego. Este novo cenário é composto por taxas de juros mais baixas, que reduzirão os custos financeiros para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais.

Ao longo de 2012, foi implementado um conjunto de ações de política econômica, fazendo com que a economia brasileira voltasse a acelerar no segundo semestre do ano, como pôde ser observado na evolução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre o segundo e o terceiro trimestres. O mercado de trabalho continuou robusto, com crescimento do rendimento real e queda consistente das taxas de desemprego. A confiança do empresariado, afetada pela crise internacional, também apresentou recuperação no segundo semestre, conforme as pesquisas de sondagens junto aos empresários realizadas pela Fundação Getúlio Vargas e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Essa situação contrasta com o quadro apresentado em muitas economias avançadas diante do agravamento da crise financeira internacional. Nos Estados Unidos, a economia tem apresentado ritmo lento de recuperação, com reflexos no mercado de trabalho, que, embora com sinais de melhora, ainda registra taxas de desemprego em patamares elevados. O Banco Central norte-americano (*Federal Reserve – FED*) tem procurado estimular a economia por meio da ampliação de sua política de afrouxamento monetário, já em seu terceiro programa de expansão de liquidez (*quantitative easing*).

Na Europa, muitas economias importantes estão registrando taxas de crescimento negativas, além de alto nível de endividamento, dificuldades para controlar o déficit público e um sistema bancário fragilizado. Esse cenário tem gerado impactos consideráveis no mercado de trabalho europeu, com taxas de desemprego superando 25% em alguns países e atingindo até 55% entre os jovens gregos, por exemplo.

A China também tem sofrido os impactos da atual crise econômica global, registrando desaceleração de seu crescimento econômico em 2012, da ordem de 7,8%, a menor expansão desde 2000. Tendência similar também pode ser observada entre os Brics e as principais economias da América Latina, com arrefecimento da expansão econômica em 2012 em comparação com os anos anteriores.

Ainda que o desempenho negativo da economia mundial tenha afetado a economia brasileira por diferentes canais, com destaque para o comércio exterior e o estado de confiança dos agentes econômicos, os fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global sem maiores sobressaltos. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal –, o elevado nível de reservas internacionais, a dívida pública líquida cadente, o sistema financeiro doméstico sólido e o mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Ainda sob os efeitos da crise mundial, a economia brasileira apresentou menor expansão no primeiro semestre de 2012, após crescer 2,7% em 2011. Entretanto, no terceiro trimestre de 2012, a economia cresceu 2,4% em termos anualizados, em comparação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). A perspectiva é de continuidade da aceleração da atividade econômica, com um crescimento mais vigoroso em 2013.

A política econômica brasileira tem atuado tanto para mitigar os efeitos negativos da crise internacional, por meio de medidas anticíclicas, quanto para consolidar as bases para o crescimento sustentado de longo prazo. Medidas têm sido adotadas para dinamizar a economia doméstica e aumentar sua competitividade, diferenciando o Brasil dos países desenvolvidos.





O primeiro ponto a ser destacado é a continuidade da queda da taxa de juros básica da economia brasileira (Selic), que somente foi possível com o controle inflacionário, a manutenção do rigor fiscal e a alteração nas regras da caderneta de poupança para novos depósitos. A partir de processo iniciado em agosto de 2011, a taxa de juros Selic foi reduzida de 12,50% para 7,25%, atingindo seu mínimo histórico, sem comprometer o sistema de metas para a inflação.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou 2012 em 5,84%, abaixo dos 6,5% registrados em 2011, representando o nono ano consecutivo de cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A variação de preços somente não foi menor em 2012 em virtude de condições climáticas adversas no País e dos efeitos da seca histórica verificada nos Estados Unidos, que levou a aumentos substanciais nos preços de importantes grãos. Entretanto, como os efeitos desses choques são transitórios, a inflação acumulada em 12 meses tende a se deslocar na direção do centro da meta.

Como consequência da redução dos juros nominais, o Brasil começou a conviver, de forma permanente, com patamares menores de taxas reais de juros. Como o País já apresentava baixos prêmios de risco nos títulos soberanos, em trajetória de declínio a partir de 2003, a redução da Selic eliminou a distorção entre essa taxa e a percepção do mercado sobre o risco soberano brasileiro, o que acabava incentivando um influxo excessivo de capitais para a economia brasileira e afetava a taxa de câmbio.

Outro ponto importante é o desempenho robusto do mercado de crédito no Brasil, cuja alta atingiu 13,8% em novembro de 2012, no acumulado em 12 meses, representando 52,6% do PIB. Destaca-se, no mesmo período, o forte crescimento de 37,1% no financiamento habitacional com recursos direcionados. A firme atuação dos bancos públicos tem sido fundamental para manter a expansão creditícia.

O comportamento do mercado creditício brasileiro tem refletido as quedas das taxas de juros do sistema financeiro e dos próprios *spreads* bancários, que atingiram patamares mínimos históricos. Como resultado, a economia passou a conviver com custos financeiros mais apropriados, que geraram efeitos positivos para o desenvolvimento dos mercados de capitais de longo prazo, como debêntures, ações e outros ativos ligados ao investimento produtivo. As debêntures de investimento e de infraestrutura, que receberam incentivos importantes em 2011 (debêntures incentivadas), tiveram seu desenho aprimorado em 2012. Assim, no segundo semestre de 2012, foram realizadas as primeiras emissões desse instrumento destinadas ao financiamento de investimentos em transportes e energia. Já no final do ano, os benefícios das debêntures incentivadas foram estendidos aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), ampliando o leque de instrumentos privados ao financiamento do investimento e da infraestrutura.

Outra medida importante foi a flexibilização das condições de emissão e negociação da Letra Financeira do Tesouro (LFT), com o objetivo de tornar o instrumento mais líquido. Ainda com vistas a induzir a demanda por títulos públicos e privados de longo prazo, bem como promover a desindexação gradual do mercado financeiro às taxas de juros de curtíssimo prazo, o CMN definiu prazos médios mínimos para as carteiras de renda fixa dos fundos de previdência complementar aberta.

Destaca-se ainda a regulamentação, pelo CMN, do cadastro positivo, instrumento fundamental para reduzir a assimetria de informações, ampliar o acesso ao crédito e reduzir a taxa de juros. O processo de renegociação de dívidas bancárias foi facilitado por mudança em critérios contábeis para efeito de incidência de imposto, o que tende a reduzir o *spread* bancário e possibilita maior reinserção de pessoas físicas e jurídicas endividadas no sistema bancário. No mesmo sentido, o Governo Federal reduziu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito para pessoa física.

Esse novo ambiente favorece a produção e o investimento, deixando para trás o tempo em que a economia brasileira operava com altas taxas de juros de curto prazo. O investimento produtivo passa a ser relativamente mais vantajoso, ampliando-se as





potencialidades da economia brasileira. Nesse sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

O investimento do setor público, como proporção do PIB, tem crescido nos últimos anos. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. A execução do PAC entre janeiro de 2011 e setembro de 2012 foi de R\$ 386 bilhões, representando 40,4% do orçamento total previsto para o período entre 2011 e 2014. Nos três primeiros trimestres de 2012, a execução foi 26% superior ao mesmo período de 2011.

Os investimentos privados, fundamentais para o crescimento econômico, têm recebido atenção especial do Governo Federal. Foi ampliado e prorrogado até o final de 2013 o Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital), por meio do qual são oferecidos empréstimos com taxas de juros vantajosas para aquisição ou exportação de bens de capital. Introduziu-se, ainda, o programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões, representando importante incentivo tributário para a aquisição desses bens. Também foi reduzido a zero o prazo de apropriação dos créditos de PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre aquisição de bens de capital. A desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre caminhões e outros bens de capital passou a ser permanente. Na mesma linha, o IPI reduzido para material de construção, adotado em 2009, foi estendido por prazo indeterminado, sendo ampliada a lista de produtos incluídos na desoneração.

Na área de infraestrutura, o Governo Federal iniciou um amplo programa de concessões de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. Foram realizadas as licitações dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP e Campinas/SP em 2012, com valor total de outorga de R\$ 24,5 bilhões, e anunciadas as concessões para os aeroportos do Galeão(RJ) e Confins (MG), com investimentos previstos de R\$ 11,4 bilhões durante o prazo das concessões que deve variar entre 20 e 30 anos a depender dos estudos de viabilidade econômico-financeira. Será também fortalecida a aviação regional. Em uma primeira fase, serão investidos R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que integrará melhor o território nacional, desenvolverá polos regionais, fortalecerá centros de turismo e garantirá acesso às comunidades da Amazônia Legal.

Os investimentos previstos em 7,5 mil km de rodovias e dez mil km de ferrovias atingirão um total de R\$ 133 bilhões. Do total de investimentos, R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. Já os investimentos portuários alcançarão até 2017 R\$ 54,2 bilhões na modernização do sistema e da gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência produtiva do setor. A edição da Medida Provisória nº 595, em 6 de dezembro de 2012, proporcionou a introdução de um novo marco regulatório para os portos, permitindo ampliação da oferta de serviços portuários, redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.

Para estruturar e qualificar o processo de planejamento integrado de logística no País, criou-se a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Além disso, para viabilizar uma participação ativa dos Estados, foi ampliado o limite de financiamento para investimento em infraestrutura e facilitado o financiamento desses investimentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Governo Federal tem atuado para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica. Iniciada em 2011 com três setores, a desoneração foi ampliada para mais 11 setores em 2012. Outros 26 setores foram contemplados a partir de janeiro de 2013 e, a partir de abril, o benefício será estendido para os setores de construção civil e comércio varejista. No total, a desoneração da folha de pagamentos já beneficia 40 setores.





Em 2013 entrará em vigência a redução das tarifas de energia elétrica, que será em média de 20,2%. Haverá diminuição para os consumidores residenciais e para os industriais, em percentual que variará conforme a tensão, mas que proporcionará queda de custos para as empresas, aumentando a eficiência e a competitividade da nossa economia, com impactos na inflação.

A política fiscal continua sólida. Os resultados primários permanecem significativos e a dívida pública líquida atingiu o patamar mínimo histórico de 35,0% do PIB em novembro de 2012, ante 36,4% no final de 2011, com tendência firme de melhora do seu perfil, tanto em termos de composição quanto de maturidade. O prazo médio da dívida mobiliária federal passou para 44 meses em novembro de 2012, contra 40 meses no final de 2011, e o percentual referenciado na taxa Selic caiu de 30,8% para 22,6% no mesmo período.

Do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com a maioria das categorias do funcionalismo público permitiu acordar reajustes de salários dos servidores para os três anos seguintes e dar previsibilidade aos gastos com pessoal para esse período em níveis consistentes com o crescimento do investimento público. No mesmo sentido, a aprovação do Fundo de Previdência Complementar para Servidores Públicos (Funpresp) reforçará o equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

Também foi apresentada uma proposta de unificação gradual das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as transações interestaduais, procurando acabar com a guerra fiscal e por fim à insegurança jurídica em torno do tributo estadual. Caminha-se, assim, para eliminar distorções tributárias consideradas, até então, de difícil solução. E para melhorar as condições financeiras dos Estados, o Governo também propôs alterar o indexador das dívidas estaduais.

Para estimular a demanda agregada e se contrapor aos efeitos negativos do agravamento da crise mundial, o Governo promoveu em 2012 a redução do IPI de automóveis e de móveis, painéis e afins, bem como prorrogou a redução do IPI da linha branca, que havia sido implementada no final de 2011. As medidas tiveram o efeito desejado, como mostra, por exemplo, o crescimento de 4,1% no número de automóveis produzidos em 2012 ou o aumento de 6,3% do valor adicionado da indústria de transformação no terceiro trimestre de 2012, em termos anualizados, quando comparado com o trimestre anterior, com ajuste sazonal. Ademais, foi prorrogada a desoneração do PIS/Cofins incidente sobre trigo, farinha, pão comum e massas até o final de 2013, beneficiando importantes produtos da cesta básica.

Em 2012 foi criado o novo regime automotivo (Inovar-Auto), com o objetivo de estimular a produção nacional de automóveis, caminhões, ônibus e autopeças com desenvolvimento tecnológico, inovação, segurança, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e qualidade. O regime vigorará de janeiro de 2013 a dezembro de 2017 e deverá elevar a competitividade, a produtividade e os investimentos da indústria automobilística no País.

Medidas também têm sido tomadas para evitar que o excesso de liquidez internacional direcione a taxa de câmbio para valores que não reflitam os fundamentos macroeconômicos. A depreciação recente da taxa de câmbio tem contribuído para recuperar a competitividade das indústrias nacionais e, por conseguinte, estimular o aumento das exportações de manufaturados. Na mesma linha, visando incentivar as exportações brasileiras, o Governo reeditou o Programa Reintegra, que dá estímulo às empresas brasileiras exportadoras de bens manufaturados por meio da devolução de até 3% dos impostos pagos, mas não recuperados ao longo da cadeia produtiva.

Apesar das dificuldades do contexto externo, a balança comercial se mostrou positiva, atingindo um saldo de US\$ 19,4 bilhões em 2012. Com isso, o déficit em transações correntes se mantém relativamente estável em torno de 2,2% do PIB, no acumulado do ano até novembro de 2012. Esse montante é integralmente financiável pela conta de investimento estrangeiro direto.





As reservas internacionais continuam em valores elevados, atingindo US\$ 378,6 bilhões no final de 2012, constituindo-se pilar fundamental na capacidade de a economia brasileira enfrentar choques externos.

Enquanto muitos países têm por pressuposto que a melhora dos indicadores sociais de sua população é consequência da expansão econômica, o modelo de desenvolvimento brasileiro tem como alicerce a inclusão social, fortalecendo o mercado doméstico e dando sustentabilidade ao crescimento econômico de longo prazo. Entende-se que é dever do Estado criar condições para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro tem propiciado redução da pobreza, queda da desigualdade social e robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil deu um passo adiante e, em 2011, lançou o desafio da erradicação da extrema pobreza no País. Para tanto, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi implantado no intuito de consolidar, aperfeiçoar e ampliar o melhor da experiência brasileira na área social.

Em 18 meses, o BSM articulou e mobilizou esforços em todo o País, fortalecendo o pacto federativo em torno do compromisso de desenvolver ações voltadas para os brasileiros do campo e da cidade que, a despeito dos avanços sociais dos últimos anos, ainda viviam com renda inferior a R\$ 70 mensais. Diversos avanços foram obtidos em torno dos três eixos estratégicos do Plano: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O BSM já retirou da miséria 16,4 milhões de brasileiros por meio do benefício do Brasil Carinhoso, pago pelo Programa Bolsa Família. O Brasil Carinhoso envolve, além da renda, aspectos do desenvolvimento infantil ligados a serviços públicos de saúde e educação. Na área de educação, destaca-se a ampliação do acesso a creches e a melhoria do atendimento às crianças mais pobres, estimulada pelo aumento e pela antecipação de transferências de recursos do Governo Federal aos Municípios. Em 2012, 2.744 Municípios fizeram cadastramento para atender 381,5 mil crianças do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. Na parte de inclusão produtiva, 266,7 mil pessoas de baixa renda e pouca escolaridade se inscreveram nos cursos de qualificação profissional do Pronatec BSM em todos os Estados em 2012. Na Busca Ativa, desde o lançamento do BSM até novembro de 2012, 791 mil famílias extremamente pobres foram incluídas no Cadastro Único e já estão recebendo Bolsa Família.

No que tange à queda da desigualdade, outro pilar do modelo de desenvolvimento brasileiro, o maior aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos foi determinante para que o Índice de Gini atingisse 0,522 em setembro de 2012, menor nível desde 1960, segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Ressalta-se que o modelo de crescimento inclusivo brasileiro não favorece apenas a redução das desigualdades de renda, mas também tem o objetivo de reduzir as disparidades de riqueza. Por meio do maior acesso à educação e da elevação patrimonial das famílias mais pobres, o Governo tem adotado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida subsidia a compra de moradias para as famílias mais carentes. Até 2012, foram contratadas cerca de dois milhões de unidades habitacionais, das quais pouco mais de um milhão já foram entregues.

No que concerne aos avanços da educação, torna-se digno de nota que a população ocupada com mais de 11 anos de estudo tenha aumentado de 28,8% para 46,3% entre 2001 e 2011, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

Quanto à oferta de educação profissional, vale destacar que, desde outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) beneficiou mais de 2,5 milhões de brasileiros, sendo 243 mil pessoas atendidas pelo Programa





Brasil Sem Miséria e 50 mil beneficiários do seguro desemprego. A partir da edição da Medida Provisória nº 593, de 5 de dezembro de 2012, o Pronatec passou a contar com a participação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, desde que ofereçam curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação. Além disso, a Bolsa-Formação para cursos de educação profissional técnica de nível médio será ampliada para as modalidades integrada e subsequente.

O Programa Ciência sem Fronteiras, por sua vez, já concedeu 21.418 bolsas para graduação e pós-graduação no exterior, desde seu lançamento. A meta até 2015 é prover 101 mil bolsas para estudantes e pesquisadores.

Em 2012, os investimentos em educação atingiram 6,1% do PIB, com o intuito de propiciar a igualdade de oportunidades e aumentar a produtividade da nossa economia. Esse mesmo propósito justificou o envio ao Congresso da Medida Provisória nº 592, em 3 de dezembro de 2012, para que as receitas de *royalties* e participações especiais dos contratos de concessão, firmados após essa data, sejam destinados exclusivamente à educação. Também fica assegurado que 50% do rendimento das aplicações do Fundo Social sejam destinados a programas e projetos direcionados ao desenvolvimento da educação.

Em outros termos, além de impactar positivamente o consumo das famílias, o fortalecimento da rede de proteção social possibilita a elevação da produtividade do trabalho, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos.

A robustez do mercado de trabalho tem papel-chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável. A taxa de desemprego brasileira atingiu 4,9% em novembro de 2012, menor patamar da série histórica. Houve também continuidade do crescimento da formalização: foram gerados 1,3 milhão empregos celetistas no acumulado do ano até novembro, segundo as informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os menores níveis históricos de desemprego são acompanhados por aumentos consistentes de renda real do trabalhador, que cresceu 4% no acumulado em 12 meses, em novembro de 2012. Destaque também para a política de valorização do salário mínimo, que aumentou em cerca de 70% o poder de compra de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social no período entre 2003 e 2012. O novo valor do salário mínimo que passou a vigorar em janeiro de 2013, de R\$ 678, injetará cerca de R\$ 33 bilhões na economia, segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O vigor do mercado de trabalho brasileiro e as políticas sociais implementadas pelo Governo têm garantido a continuidade da ascensão de mais pessoas na pirâmide social brasileira, fortalecendo ainda mais nossa economia. A perspectiva é de que a classe C incorporará 15 milhões de pessoas até 2014, atingindo 59% da população, de acordo com as projeções do Ipea. Esse enorme potencial de consumo da população é condição fundamental para estimular o aumento da capacidade produtiva do País.

Em síntese, em 2012 foram adotadas medidas e tiveram continuidade políticas que permitiram reforçar, ainda mais, as bases de um crescimento inclusivo e sustentável, com avanços consistentes no bem-estar da população.





II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade

a) Plano Brasil Maior

O Plano Brasil Maior (PBM), lançado em 2 de agosto de 2011, tem como objetivo central aumentar a competitividade do parque produtivo nacional a partir do aumento do investimento, do incentivo à inovação tecnológica e da agregação de valor.

As principais estratégias do PBM são: elevar dispêndio empresarial em P&D, ampliar investimento fixo, aumentar a qualificação da força de trabalho na indústria, alcançar maior eficiência energética visando produzir de forma mais limpa, diversificar e aumentar as exportações, estimular o processo inovativo em médias, pequenas e microempresas, entre outras.

O Sistema de Gestão do PBM é composto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), para aconselhamento superior; pelo Comitê Gestor (CGPBM) e pelo Grupo Executivo (GEPBM), no nível de gerenciamento e deliberação; e, no nível de articulação e formulação, por Comitês Executivos, por Conselhos de Competitividade Setorial e por Coordenações Sistêmicas. O desdobramento do PBM em medidas e ações concretas se dá mediante articulação entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil.

Mais abrangente que as políticas industriais anteriores, o PBM amplia significativamente o conjunto de cadeias produtivas representadas em sua estrutura de governança. Já foram instalados 19 Conselhos de Competitividade Setorial, organizados por cadeias produtivas que representam aproximadamente 90% do PIB brasileiro, e nove Coordenações Sistêmicas, organizadas por temas, tais como qualificação, inovação, investimento, entre outros.

O PBM também avançou no estabelecimento de escolhas estratégicas para a estruturação do setor produtivo. Nesse sentido, cabe destacar o apoio às vocações reveladas do sistema produtivo nacional com elevada capacidade de inovação e de agregação de valor, como as da cadeia de petróleo, gás e naval; as dos segmentos baseados na economia do conhecimento natural; e as das cadeias de suprimentos para energias limpas, complexo de saúde, complexo mecânico e complexo de defesa. Embora internacionalmente o esforço tecnológico se concentre em poucos setores, há evidências de que cada vez mais, independentemente do setor em que se concentram, as empresas apostam na inovação como fator competitivo.

Dos trabalhos realizados pelos Conselhos de Competitividade e Coordenações Sistêmicas destaca-se a construção das Agendas Setoriais entregues, em versão preliminar, em julho de 2012. Suas propostas resultaram em 120 medidas associadas a 50 objetivos, a serem avaliadas com vistas à criação de outros regimes tributários especiais e de novas desonerações de encargos incidentes sobre a folha de salários, dentre outras medidas. De forma complementar, o Governo dedica-se à construção de Agendas Tecnológicas Setoriais (ATS) para nove cadeias nas quais há relevante capacidade científica tecnológica no Brasil e para as quais significativas oportunidades tecnológicas estão se apresentando ou se apresentarão nos próximos anos. Em 2013, as ATS serão concluídas e integradas com as agendas setoriais.

As medidas no âmbito do PBM, adotadas em 2012, podem ser organizadas em três grandes blocos: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) estímulos às exportações e defesa comercial.





Destacamos a seguir as principais realizações em 2012:

a.1) Redução dos Custos do Trabalho e Capital

- Desoneração da folha de pagamento para 40 setores intensivos em trabalho, abrangendo aproximadamente 46% das exportações de manufaturados: mais de 50 mil empresas beneficiadas, com desoneração estimada em R\$ 3 bilhões, em 2012; R\$ 12,83 bilhões, em 2013; e R\$ 14,1 bilhões, em 2014. Para bens exportados, isenção integral, reforçando os efeitos competitivos do câmbio;
- Simples Nacional e Microempreendedores Individuais (MEI): até julho de 2012 foram beneficiados 4,3 milhões de empresas optantes do Simples e 2,3 milhões do MEI – incremento de 6,3% e 38,3%, respectivamente, desde a vigência dos novos limites das faixas de faturamento;
- Desoneração dos investimentos: completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento;
- Depreciação Acelerada para efeito de apuração do Imposto sobre a Renda (IR) das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real: autorização de depreciação acelerada de dez para cinco anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de janeiro de 2013;
- Crédito para Investimento e Inovação: o total de desembolsos do BNDES para projetos agropecuários, industriais, comerciais e de serviços atingiu aproximadamente R\$ 152 bilhões em 2012, crescimento de 8,8% sobre valor equivalente em 2011. Entre os grandes setores, cabe destaque à indústria, cujos desembolsos cresceram aproximadamente 15%. No âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI) foram desembolsados, em 2012, R\$ 44,03 bilhões. Atualmente, as principais linhas do PSI oferecem crédito ao investimento a juros nominais de 2,5% ao ano. Em novembro de 2012, foi anunciada a criação da mais moderna fábrica de semicondutores de ponta do Hemisfério Sul, um dos resultados do PSI-Projetos Transformadores que visa apoiar a constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia relativos a bens não produzidos no País; e
- Reforço à Inovação via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep): desde o lançamento do PBM, foram aprovados 182 projetos no valor total de R\$ 4,6 bilhões.

a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas

- Política de Margens de Preferência para Compras Públicas, resultando no montante de R\$ 2,5 bilhões dispendido em compras governamentais com margem de preferência em 2012. Nove decretos já foram publicados, beneficiando os seguintes setores: confecções, calçados e artefatos; medicamentos, fármacos e biofármacos; máquinas rodoviárias (retroescavadeiras e motoniveladoras); materiais e equipamentos hospitalares; trens urbanos; papel-moeda; discos para moeda; caminhões e furgões; e perfuratrizes e patrulhas agrícolas. A expectativa é de que, em 2013, o rol desses produtos seja ampliado;
- Instituídos oito Regimes Tributários Especiais: Automotivo; Indústria de Defesa; Semicondutores; Banda Larga; Um Computador por Aluno; Aquisição de Computadores para Uso Educacional; Portos; e Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes. A renúncia fiscal total, estimada em cerca de R\$ 12 bilhões até 2017, virá acompanhada de contrapartidas importantes como investimentos em P&D, inovação, eficiência energética, capacitação de fornecedores, dentre outros; e
- Crédito para Investimento e Inovação: o total de desembolsos do BNDES para projetos agropecuários, industriais, comerciais e de serviços atingiu aproximadamente R\$ 156 bilhões, crescimento de 11,72% em relação ao ano de 2011.





a.3) Estímulos às Exportações e à Defesa Comercial

- Ressarcimento de crédito PIS-Cofins Exportações em prazo inferior a 12 meses: 24,6 mil pedidos analisados, no valor de R\$ 22,6 bilhões;
- Estabelecimento do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra): 1.047 pedidos de ressarcimento, no valor de R\$ 470 milhões;
- Ampliação dos recursos do Programa de Financiamento à Exportação (Proex) para R\$ 2,6 bilhões em 2012;
- Ampliação do número de empresas com suspensão de IPI, PIS e Cofins sobre aquisição de insumos: redução de 60% (setores intensivos em trabalho) e de 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Preponderantemente Exportadora;
- Seguro de crédito à exportação: aumento do limite de faturamento bruto de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) beneficiárias, de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões;
- Flexibilização das garantias do Proex: autorização para o Banco do Brasil aceitar garantias do próprio empresário em operações de até US\$ 50 mil para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões; e
- Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via *tradings*: autoriza empresa que exporta via *trading* a financiar a produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto.

b) Comércio Exterior, Fomento e Inovação

b.1) Comércio Exterior

A política de comércio exterior atendeu às diretrizes do Plano Brasil Maior, visando ao fortalecimento das ações de combate às práticas ilegais e desleais de comércio exterior e ao aumento da competitividade das exportações brasileiras, em especial pela adoção de medidas de desoneração tributária das exportações e de mecanismos de financiamento ao comércio exterior.

Em 2012, o comércio exterior brasileiro registrou cifra de US\$ 466 bilhões, implicando recuo de 3,4% sobre o resultado de 2011, cujo valor atingiu US\$ 482 bilhões. Essa retração repercutiu no declínio do *superávit* comercial, de US\$ 29,8 bilhões, em 2011, para US\$ 19,4 bilhões, em 2012. Em relação às exportações, verificou-se queda de 5,3%, recuando de US\$ 256 bilhões em 2011 para US\$ 242,6 bilhões, em 2012. Quanto às importações brasileiras, assinalou-se declínio de 1,4% frente a 2011, caindo de US\$ 226,2 bilhões para US\$ 223,1 bilhões. Esses resultados refletem o adverso cenário externo e a retração do comércio internacional.

Várias foram as iniciativas do Governo com o objetivo de promover a maior inserção internacional das empresas brasileiras. No âmbito do desenvolvimento da cultura exportadora, foi lançado, em agosto de 2012, o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), reunindo 16 instituições nacionais e regionais com a proposta de integrar ações e projetos de promoção da cultura exportadora. Participam do PNCE 24 unidades da Federação. Das 278 ações previstas pelo PNCE em 2012, foram realizadas 255 (91,7%). Foram realizados, ainda, dois encontros empresariais regionais (Encomex), os quais ocorreram em Vitória/ES e Bento Gonçalves/RS, para um público de 740 e 834 pessoas, respectivamente.

A nova versão da Vitrine do Exportador possibilitou maior interatividade e divulgação das empresas exportadoras brasileiras por meio do *website*. Desde o seu lançamento, em dezembro de 2011, foram registradas 25.864 consultas por produto; 38.188 consultas por região de destino; e 69.533 por setor de atividade. A vitrine virtual conta com uma área para envio de propostas de negócios por parte de importadores com registro de 166 demandas.





O Programa Redeagentes realizou 28 treinamentos em 2012. Foram cursos e oficinas sobre como exportar, realizados em 13 Estados e 21 Municípios, para cerca de 700 pessoas. Da série Aprendendo a Exportar, foi concluída a atualização do conteúdo de 12 produtos multimídia com abordagem de diversas áreas temáticas de interesse do exportador. Encontra-se em processo de finalização o Aprendendo a Exportar – versão 3 e o Simulador de Preço de Exportação.

O Portal Brasileiro de Comércio Exterior (PBCE) consolidou-se, em 2012, como importante referência na disponibilização de informações e facilitação de comércio, registrando 569.188 acessos. O serviço de atendimento *on-line* Comex Responde atingiu um índice de satisfação de 60%, mantendo o tempo médio de resposta das consultas em dois dias úteis. Foram recebidas consultas de 35 países e de 492 Municípios de todas as unidades da Federação, totalizando 2.536 questões no ano.

No tocante ao combate às práticas desleais de comércio exterior, ao longo de 2012, foram iniciadas 63 investigações de *dumping*, uma investigação de subsídios e uma investigação de salvaguardas. No mesmo período, foram encerradas 39 investigações, sendo uma de salvaguarda; três de subsídios; cinco de circunvenção; e 30 de *dumping*. Desse total, 18 investigações encerraram com a aplicação de medidas de defesa comercial. Ao final de 2012, 63 investigações estavam em curso, sendo 62 relativas à prática de *dumping* e uma relativa a subsídios. Das 89 medidas em vigor, uma era relativa a medida compensatória e as demais a direitos *antidumping*. No que se refere ao apoio a exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos cinco setores cujas exportações foram alvo de investigações de defesa comercial em outros países.

Ao longo de 2012, foram concluídos 15 processos de investigação de origem não preferencial e ainda há mais cinco investigações em andamento. O objetivo dessas investigações é impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlem a aplicação de uma medida de defesa comercial, por meio de uma declaração de origem incorreta. Em 2013, o Governo continuará a intensificar sua atuação no combate à falsa declaração de origem, contribuindo desse modo para a consolidação de um dos principais objetivos do Plano Brasil Maior, que é a defesa da indústria brasileira no cenário internacional.

Em termos de sistemas de comércio exterior, o processo de implantação do Siscomex Exportação Web – Novoex foi finalizado em 2012, assumindo a totalidade das operações de exportação, efetivadas por intermédio dos Registros de Exportação e dos Registros de Crédito. Ainda em 2012, foi dada sequência ao Projeto Licenciamento de Importação LI WEB, com a aprovação da documentação de requisitos do módulo Anuente e início da revisão do módulo Importador.

Com relação aos mecanismos de incentivo às exportações, cabe dar especial ênfase ao *drawback*, regime aduaneiro especial. Até outubro de 2012, foram realizadas 365 operações de análise de *Drawback* Integrado Isenção e 28.808 operações de análise de *Drawback* Integrado Suspensão. Os atos concessórios de *drawback* suspensão autorizados pelo MDIC contemplam um montante de US\$ 60,73 bilhões em exportações.

Em matéria de sistemas relacionados à área de negociações internacionais, foi lançada em 2012 a ferramenta *on-line* denominada Consulta aos Acordos de Preferências Tarifárias (Capta). O Capta possibilitará o acesso às informações sobre o tratamento preferencial concedido pelo Brasil a 44 países e o tratamento preferencial recebido, pelo Brasil, de 37 países. Além disso, facilitará a divulgação das informações dos acordos comerciais brasileiros e, assim, ajudará no melhor aproveitamento das preferências comerciais neles previstas. Ainda em 2012, houve a implementação do aplicativo estatístico *Statistical Analysis System* (SAS). Essa ferramenta permite, com rapidez, gerar relatórios de setores econômicos que interessam aos exportadores brasileiros em mercados externos, bem como de setores no Brasil que interessam a exportadores estrangeiros, servindo de base para orientar o interesse brasileiro em negociações internacionais.





As operações realizadas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do Fundo de Garantia às Exportações (FGE) viabilizaram em 2012 exportações de US\$ 6,97 bilhões. Especificamente no Proex Equalização, o dispêndio de US\$ 281,1 milhões alavancou exportações no valor de US\$ 4,39 bilhões.

Ressalte-se, ainda, a criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. (ABGF). Com o intuito de facilitar e aumentar o acesso ao crédito pelos diversos agentes econômicos, bem como elevar a confiança nas relações comerciais – obrigações contratuais – entre esses agentes, o Estado irá atuar em nichos nos quais os setores privados de seguros tenham pouco ou nenhum interesse em operar. Dessa forma, atua para minimizar falhas de mercado nos setores de seguros e de garantias, otimizar a utilização de recursos públicos já alocados em fundos garantidores, bem como complementa e amplia a estrutura de apoio oficial às exportações com o objetivo de impulsionar os investimentos e as exportações do País.

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) têm por objetivo contribuir de forma decisiva para a agregação de valor de produtos primários da agropecuária, das indústrias extrativa mineral e vegetal, dentre outras. Isso significa maior valor para os produtos exportados, geração de emprego e renda e realização de novos investimentos, com consequente desenvolvimento regional. Atualmente existem no Brasil 24 ZPEs em distintas fases pré-operacionais, regionalmente distribuídas em duas no Sul, três no Centro-Oeste, quatro no Norte, seis no Sudeste e nove no Nordeste. No exercício de 2012, foi aprovada a criação da ZPE no Município de Uberaba/MG.

b.2) Financiamentos e Investimentos

Em 2012, o quadro de incertezas que marcou a economia mundial nos anos recentes se manteve, redundando em um nível de crescimento global abaixo das expectativas. Apesar das incertezas no ambiente externo, o Governo vem estimulando o investimento, em especial por meio dos desembolsos de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme demonstra o quadro abaixo:

Desembolsos do BNDES em 2011 e 2012 (R\$ milhões)

ÁREA	VALORES DESEMBOLSADOS	
	2011	2012
Infraestrutura	19.905	25.829
Infraestrutura Social	6.715	15.975
Insumos Básicos	14.262	17.489
Industrial	15.148	15.197
Operações Indiretas	71.248	69.542
Comércio Exterior	11.384	10.901
Outras*	1.016	1.116
Total	139.678	156.049
Desembolso Primário	138.873	155.992
Operações de Mercado	804	56

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Obs.: *Inclui operações de mercado.





Os desembolsos totais do BNDES em 2012 foram da monta de R\$ 156,04 bilhões. Sob um prisma mais geral, cabe destacar que o crescimento do desembolso em 2012 (em relação a 2011) ocorreu nas áreas mais estruturantes. Na de infraestrutura o setor de Energia atingiu R\$ 18,3 bilhões e o setor de logística, R\$ 7,5 bilhões; na de insumos básicos o setor de Petróleo e Gás atingiu R\$ 8,1 bilhões e Papel e Celulose, R\$ 4,4 bilhões. Nas demais áreas de atuação destacam-se as operações para: telecomunicações e complexo eletrônico (R\$ 5,3 bilhões); complexo sucroalcooleiro e de produção de biocombustíveis (R\$ 1,8 bilhão); indústria pesada, como automobilística e fundição (R\$ 2,1 bilhões); comércio e serviços (R\$ 1,2 bilhão); produtos químicos e farmacêuticos (R\$ 1,3 bilhão); água e saneamento (R\$ 1,3 bilhão), transporte urbano (R\$ 1,4 bilhão) e Procopa Arenas (R\$ 1,4 bilhão).

As operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos por meio dos produtos BNDES-Finame atingiram R\$ 43,6 bilhões; as operações de financiamento a pequenos projetos de investimento, através do BNDES-automático, alcançaram R\$ 16,4 bilhões; e, pelo Cartão BNDES, foram financiados R\$ 9,5 bilhões em 2012 entre as pequenas e microempresas (PMEs), com um expressivo crescimento em relação ao ano anterior. No conjunto dos produtos, R\$ 35,8 bilhões foram utilizados por PME.

A área de Comércio Exterior do BNDES desembolsou R\$ 10,9 bilhões em 2012. Os demais desembolsos do Banco superaram R\$ 1,1 bilhão. Os destaques foram investimentos em lançamentos primários de debêntures e ações nas Áreas de Mercado de Capitais e Área de Capital Empreendedor (R\$ 714 milhões), na Área de Agropecuária e Inclusão Social (R\$ 239 milhões, dos quais R\$ 125 milhões em operações de microcrédito) e Meio Ambiente (R\$ 86 milhões, dos quais R\$ 71 milhões de recursos do Fundo Amazônia).

b.3) Comércio e Serviços

Em atendimento ao disposto no artigo 24 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, que institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). A NBS é o classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis como Produtos e viabiliza a adequada elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas de forma integrada. Para o próximo ano, será constituído o Comitê Interministerial para revisão da NBS.

A nova versão do Portal do Empreendedor, com lançamento ocorrido em 28 de novembro de 2012, visa abranger, além dos registros de Microempreendedores Individuais (MEI), as demais naturezas jurídicas existentes no País e, com isso, se tornar uma fonte de referência para o empreendedorismo no Brasil. Além de contemplar informações e orientações para os diversos tipos de empresas, o Portal trará novas funcionalidades para o MEI, dentre as quais a possibilidade de efetuar alterações e baixas *on-line*, bem como ter nome fantasia e capital social.

Desde sua implantação, em 1º de julho de 2009, até dezembro de 2012, o Portal do Empreendedor totalizou 2.665.605 registros de Microempreendedores Individuais (MEI), número acima da meta estabelecida de 2.562.868 de inscrições até dezembro de 2012 e 42,5% a mais que o acumulado até 2011, que foi de 1.871.176 registros. Para 2013, a previsão é de se atingir 3.379.863 registros, 31,9% acima da meta de 2012.

O Projeto Integrar, convênio firmado em julho de 2012, no âmbito da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG), com o apoio e a orientação do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), alia boas práticas e desburocratização para a abertura de empresas, com a utilização de tecnologia desenvolvida pela JUCEMG.





Esse Projeto visa à adaptação, à implantação e à cessão do Sistema Integrador de Minas Gerais para as Juntas Comerciais do Distrito Federal, Sergipe, Paraná, Rondônia, Roraima, Tocantins, Ceará, Pará e Paraíba. Sob a ótica do cidadão, o Sistema está estruturado para que as pessoas consultem, pela Internet, a disponibilidade de um determinado nome e lugar com vistas à formalização de uma empresa, bem como o preenchimento, também *on-line*, das informações do contrato social. Essa integração simplificará o processo de abertura de empresas nas etapas de responsabilidade das esferas estaduais e municipais, tais como: pesquisas prévias de nome e endereço, registros e inscrições tributárias e alvarás de funcionamento. Serão formados, com isso, cadastro e banco de dados unificados. A Junta Comercial do Distrito Federal iniciou, em outubro de 2012, a primeira fase do Projeto. Por meio de sítio eletrônico, o cidadão pode realizar, de forma unificada, a consulta prévia de viabilidade locacional, antes realizada nas Administrações Regionais, e a pesquisa prévia de nome empresarial, realizada antes na Junta Comercial.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas Juntas Comerciais do País, em 2012, foram realizadas 538.685 constituições de empresas, 1.591.312 alterações e 214.311 extinções, totalizando 2.344.308 atos registrados.

b.4) Pequenas e Microempresas e Programa de Artesanato

Ao longo de 2012, o Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte consolidou seu papel de agente indutor da política nacional de desenvolvimento do segmento ao promover diversas iniciativas de apoio e fomento às pequenas e microempresas. Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se a entrada em vigor dos instrumentos de apoio trazidos pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, como a expansão dos limites de enquadramento no Simples Nacional, a revisão de alíquotas, a criação de limite especial de exportação e a simplificação das regras de registro e baixa de empresas. Outra iniciativa se refere à construção da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios (Pnen), que tem como objetivo promover a coordenação e a articulação eficientes dos programas e ações de promoção e de apoio ao empreendedorismo empresarial.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), destaca-se a participação, em 2012, em 10 eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas cerca de 500 mil peças, com faturamento aproximado de R\$ 4,5 milhões. Por meio do Plano Nacional de Capacitação para Artesãos, foram realizadas atividades em seis Estados, com a formação de 250 artesãos e multiplicadores de metodologia. Foi ainda desenvolvido em 2012 o mapa da produção artesanal que ilustra os principais produtos artesanais de cada Estado; e implantada nova versão do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) permitindo a emissão da carteira do artesão e do trabalhador manual.

Em 2013, esforços serão envidados no sentido de elaborar a agenda de desenvolvimento e competitividade das PMEs; regulamentar e instituir o plano nacional de capacitação e aperfeiçoamento de PMEs e Empreendedores Individuais; desenvolver iniciativas de apoio a micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e do setor artesanal; implementar o Sistema de Gestão e Alinhamento Gerencial do Fórum das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; regulamentar a sociedade de propósito específico – artigo 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; instituir a Rede Brasileira de Informações para Pequenos Negócios; realizar cursos do plano nacional de capacitação de artesãos e multiplicadores; apoiar a realização de feiras e eventos de comercialização da produção artesanal; e implementar ações pactuadas no Memorando de Entendimento Brasil – União Europeia.

b.5) Inovação e Tecnologia

Em 2012, três eventos voltados à difusão da cultura de inovação foram apoiados: o XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas; o XX *Workshop* Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de





Empreendimentos Inovadores); e a 7ª Edição do Desafio Brasil, programa de fomento ao empreendedorismo de alto impacto, incluindo a maior competição de *startups* de base tecnológica do Brasil. Em 2013, pretende-se iniciar um trabalho com foco na promoção internacional dos parques tecnológicos brasileiros, na atração de empresas âncoras e no fortalecimento da cadeia produtiva dentro desses ambientes de inovação.

Foi estabelecido projeto no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec-PBM) que prevê a disponibilização de recursos e de infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S e dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior. Pretende-se, em 2013, viabilizar o lançamento das primeiras ofertas específicas no âmbito do Pronatec-PBM.

Em 2012, no que se refere a tecnologias inovadoras, foram apoiados três eventos: i) 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia; ii) XI Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital; e iii) 13º Fórum Internacional de *Software Livre*.

No âmbito do Comitê Nacional de Biotecnologia e do Fórum de Competitividade foi realizado diagnóstico sobre escalonamento de biotecnologia no Brasil com o objetivo de mapear a oferta e a demanda de serviços de escalonamento no País. Em 2013, serão intensificadas ações para internacionalização da biotecnologia brasileira, com a coordenação da participação brasileira no evento BIO 2013, em Chicago, e no apoio ao evento *Bio Partnering*, que será realizado no Rio de Janeiro com empresas da América Latina.

Na área de energia e no âmbito do Plano Brasil Maior estão sendo discutidas, no Comitê Executivo de Energias Renováveis, políticas para aumento do uso de energias renováveis, bem como produção de equipamentos no território nacional. No ano de 2013, pretende-se concluir a avaliação de cinco áreas tecnológicas relacionadas ao setor sucroenergético, de modo a identificar aquelas que tenham viabilidade econômica e financeira. Pretende-se estabelecer parâmetros para possíveis benefícios de uma política nacional de biocombustíveis para aviação, e examinar atores interessados em políticas de estímulo à inovação em energia eólica.

Foi elaborado o Estudo de Viabilidade de uma Planta de Insumos Nanométricos para Aperfeiçoamento de Embalagens Plásticas. A cadeia de plástico foi identificada como oportunidade para introdução de novas tecnologias com o objetivo de aperfeiçoar as propriedades e performance de embalagens plásticas, tendo em vista o impacto na exportação de produtos agroindustrializados. Em 2013, com o objetivo de averiguar e estimular a aplicação de nanotecnologias nos setores de óleo & gás do Plano Brasil Maior, será realizado estudo para análise da viabilidade econômica e financeira para aplicações na área de Nanorecobrimentos.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destaca-se no campo da TV Digital a introdução do *middleware* Ginga, *software* de camada intermediária que faz a mediação entre o *hardware* e demais aplicações, no Programa Processo Produtivo Básico (PPB) dos aparelhos receptores de TV, fato que gerou novas oportunidades para a indústria de *software* nacional. Em 2013, serão articuladas ações com vistas a estimular a produção de conversores digitais e aplicativos para TV Digital, inclusive para serviços governamentais, tendo em vista o desligamento do sinal analógico previsto para 2016.

No âmbito do Plano Brasil Maior estão sendo desenvolvidos dois importantes projetos voltados para a fabricação, no Brasil, de equipamentos militares. São eles: o Guarani e o Astros 2020. O Guarani é o primeiro modelo de uma família de blindados a ser produzida no País – os novos modelos substituirão, gradualmente, os atuais blindados utilizados pelo Exército (Urutu, Cascavel). O Astros 2020 é um sistema nacional de lançamento de foguetes e mísseis, desenvolvido pelo Exército. Sucesso comercial, o lançador sobre rodas já foi exportado para vários países e vai aparelhar unidades de combate da artilharia do Exército Brasileiro.





c) Metrologia e Qualidade Industrial

Para atender à Política Industrial, as ações executadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) em 2012 foram estruturadas nos três eixos a seguir descritos:

- **Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão**

Foi intensificado o intercâmbio de informações com a Receita Federal do Brasil (RFB) com vistas a aprimorar as ações de fiscalização na importação e no mercado interno de produtos que não atendam aos requisitos de avaliação da conformidade. Foram priorizados cinco setores: brinquedos, capacetes para motociclistas, luvas cirúrgicas, pneus e barras e fios de aço. Dentre as ações que marcaram a parceria, destaca-se a Operação Especial Brinquedo Perigoso, que resultou na apreensão de cerca de sete toneladas de brinquedos irregulares.

A implantação do controle metrológico legal dos tacógrafos para conferir maior segurança nas estradas e possibilitar a redução dos acidentes de trânsito atingiu cerca de um milhão de verificações desde sua implantação em 2010. Somente em 2012, foram fiscalizados 46.757 veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, portos, Ceasa e nas escolas.

Na área de Cooperação Técnica Brasil - Estados Unidos foi firmado acordo com o *Consumer Product Safety Commission* (CPSC) priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança dos produtos de consumo nos mercados, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo, sinalização sobre áreas de riscos emergentes, entre outros. Também foi assinado Memorando de Entendimento (MOU) entre o Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) para o desenvolvimento de material de referência para biocombustíveis de aviação. Foi organizada ainda a *4th International Conference on Biofuels Standards: Current Issues, Future Trends*, em parceria com o NIST e o Diretório Geral de Energia da Comissão Europeia, com vários pesquisadores de todo o mundo, prevendo-se a harmonização das especificações para biocombustíveis de biomassa para a aviação.

Os programas de avaliação da conformidade passaram a contemplar o Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado, além de aumentar a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. Em 2012, foram concedidos 4.198 Registros de Objetos.

- **Infraestrutura técnica para a qualidade e metrologia**

Iniciado em 2009, o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular contou naquele ano com cinco marcas e 54 modelos. Em 2012, alcançou 34 marcas e pelo menos 450 modelos, correspondendo a cerca de 75% do mercado. Em termos de volume de vendas, atingiu cerca de 90% do mercado, tendo servido de subsídio para a concessão de incentivos do Governo de redução diferenciada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do novo regime automotivo (Inovar-Auto).

Em três anos, o Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações (PBE Edifica) contemplou 60 etiquetas para prédios públicos, comerciais e de serviços e 1.101 etiquetas para apartamentos, em 13 empreendimentos, sendo 20 comerciais e 981 residenciais. Para receber a etiqueta, as edificações são avaliadas em três parâmetros de eficiência: envoltória, sistema de iluminação e sistema de condicionamento de ar. A intenção é avaliar o melhor aproveitamento das chamadas energias passivas: a iluminação e a ventilação naturais, além de incentivar o uso racional de água e de energia solar. A utilização de práticas sustentáveis na construção civil conta cada vez mais como critério de escolha de produto pelos consumidores.





Em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), foi desenvolvido programa para certificar produtos manufaturados com matéria-prima da Amazônia. O primeiro programa, lançado em julho de 2012, foi para o pirarucu. A certificação é voluntária e abrange produtos fitoterápicos, fitofármacos, biocosméticos, joias, embalagens sustentáveis, alimentos, dentre outros.

- **Apoio à competitividade sistêmica do Estado**

Em 2012 foram licitadas, no âmbito do Programa Caminho da Escola, mais de 11 mil ônibus escolares, com destaque para o lançamento do ônibus urbano escolar acessível. Estão sendo contemplados 1.530 Municípios, nas 27 unidades da Federação, totalizando 2.609 veículos a serem adquiridos entre os anos de 2012 a 2014, dos quais 800 em 2012.

Em 2012, o Inmetro e a Rede Brasileira de Metrologia Legal, Qualidade (RBMLQI) inspecionaram 26,5 mil ônibus que foram entregues a vários Municípios. Também está sendo realizado o controle de qualidade para aquisição e distribuição de unidades móveis de ensino, contemplando Laboratórios Móveis Profissionalizantes e Consultórios Itinerantes Odontológicos e Oftalmológicos. Em 2012, ressalta-se: a inspeção na fabricação e aprovação dos protótipos dos conjuntos de componentes, a supervisão da fabricação dos conjuntos de componentes e a inspeção e aprovação final de cada conjunto de componentes. Foram supervisionados, inspecionados e aprovados três modelos de protótipos (um laboratório profissionalizante e as alternativas de composição interna, um consultório oftalmológico e um consultório odontológico).

No âmbito do Programa de Avaliação da Conformidade para demandas da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, destaca-se o Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), que apresenta nova sistemática com sete tipos de Meios de Hospedagem e identificação dos empreendimentos por estrelas do SBClass em cinco categorias. Considerando que a adesão ao programa é voluntária, 25 hotéis já exibem as estrelas do SBClass. No total, 97 hotéis estão incluídos no sistema, em diversas fases do processo de classificação.

O Inmetro está avaliando a eficiência de funcionamento e a duração no tempo de equipamentos usados na pesquisa biomédica e na prática médica. Serão avaliados procedimentos laboratoriais (análises clínicas), prevendo-se a possibilidade de criação de Material de Referência Certificado (MRC) para glicose, colesterol, hemoglobina glicosada e marcadores moleculares para câncer de mama, entre outros. Outros dois MRC, de furosemida e diclofenaco potássico, estão envasados e serão finalizados em breve. Para ampliar a infraestrutura tecnológica e dar suporte à produção nacional de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), será construído um laboratório com cerca de 750 m² no campus do Inmetro, em Xerém, no Município de Duque de Caxias/RJ. Foram estabelecidos os requisitos de avaliação de conformidade para implantes mamários, tendo sido designados organismos de certificação.

Está sendo desenvolvida regulamentação técnica metroológica para os medidores multifásicos com vistas a dar credibilidade aos resultados das medições. Os medidores de vazão regulamentados devem propiciar uma divisão justa dos recursos advindos da exploração do petróleo nos campos do Pré-Sal, pois serão utilizados na medição de apropriação de petróleo, que é a referência para o cálculo da distribuição dos *royalties* entre Estados, Municípios e proprietários de terras onde estão localizados os poços.

Foi realizada pela primeira vez, no Brasil, a 12ª IAF (*International Accreditation Forum*)/ILAC (*International Laboratory Accreditation Cooperation*) 2012 *Joint Annual Meetings*, reunindo representantes de organismos de avaliação da conformidade de 62 países. No evento foram assinadas 55 resoluções. Dessas, há destaque para a recente ISO/IEC 17.065 e ISO/IEC 17.020, de setembro de 2012, que acreditam organismos de certificação de produto e de inspeção. Destaca-se, também, o 1º Encontro dos Pontos Focais OMC/TBT das Américas com os demais países do continente americano, onde 33 países trocaram experiências visando fortalecer a rede de contatos para superação de barreiras técnicas e promover os negócios entre as empresas e as melhores práticas dos Pontos Focais do continente americano.





d) Propriedade Industrial

Em 2012, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) deu continuidade ao esforço de modernizar suas atividades, imprimindo agilidade e segurança aos processos de concessão de direitos sobre patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas.

Na área de Patentes, o volume de depósitos de pedidos em 2011 foi de 31.716 pedidos e, em 2012, de 33.780. Nos anos de 2011 e 2012, houve um número significativo de decisões relativas a pedidos irregulares pendentes, tendo sido arquivados, respectivamente, 24.368 e 27.788, decorrentes da automatização de procedimentos administrativos. Ao longo desses dois anos, o número de decisões manteve-se praticamente constante.

No tocante a Marcas, o volume de pedidos em 2012 se estabilizou em cerca de 150 mil marcas depositadas, o que torna o Brasil um dos maiores receptores de marcas no mundo. A demanda para 2013 deverá aumentar e pretende-se neste ano implantar novo sistema interno de gestão de marcas, denominado *Ipas (Industrial Property Automation System)*, desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O *Ipas* permite que todas as fases do exame do pedido de registro de marca sejam informatizadas, possibilitando um aumento na produtividade dos examinadores, necessária para fazer frente à demanda.

Na área de contratos de transferência de tecnologia, visando à melhoria nos processos e procedimentos, as análises técnicas passaram a ser feitas apenas em meio digital, além de terem sido realizados os seguintes trabalhos de apoio à implementação do registro eletrônico de contratos de tecnologia: preparação do sistema de contratos para adoção da numeração única para os processos do INPI; definição dos novos despachos para publicação na Revista da Propriedade Industrial (RPI); e atualização da classificação de atividade econômica (CNAE/IBGE) no cadastro de empresas cessionárias da tecnologia.

Houve ainda a integração da área de contratos com iniciativas de divulgação do sistema brasileiro de propriedade intelectual, por meio do *road show* nos EUA, visando esclarecer aspectos relativos à legislação brasileira pertinentes a contratos de licenciamento de propriedade industrial e transferência de tecnologia. Existem perspectivas de desenvolvimento dos serviços de orientação técnica no ano de 2013, de forma a dar melhor suporte aos interessados no comércio de tecnologia.

Em relação às indicações geográficas (IG), o número de registros concedidos em 2012 totalizou 21, sendo 18 nacionais e três estrangeiros. O total representa um aumento de 250% em relação a 2011. Ao longo de 2012, foram empreendidas várias iniciativas para o fomento ao registro de IG em conjunto com diversos parceiros, com destaque para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Dentre os 40 Memorandos de Entendimento com Escritório de PI de outros países para a promoção da cooperação bilateral, destaca-se o firmado com o Escritório Chinês de Patentes (Sipo), no qual estão previstas ações no campo da colaboração em exames e no desenvolvimento de uma máquina de tradução (português/chinês). Foi também realizado o primeiro encontro entre os escritórios de PI do grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), às margens da Assembleia Geral da OMPI.

É importante ressaltar o alcance da atividade de capacitação promovida na modalidade de educação a distância. O curso geral de propriedade intelectual a distância (DL 101P BR), em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, certificou cerca de dois mil alunos em 2012, em duas edições. Cabe ainda destacar a aprovação de Programa de Doutorado da Academia pela Capes, com o objetivo de formar pesquisadores de alto nível, capacitados a discutir, pesquisar, ensinar e formar outros pesquisadores dentro da temática da PI e Inovação.





Está previsto para meados de 2013 o funcionamento do Centro de Mediação em Propriedade Intelectual, na sede do INPI, com vistas à resolução mais rápida e ágil de conflitos.

e) Desenvolvimento Regional da Amazônia

No âmbito da política industrial, com vistas à dinamização e à expansão do modelo da Zona Franca de Manaus e ao fortalecimento do Polo Industrial de Manaus (PIM), foram retomadas e incrementadas as atividades de revisão e de estabelecimento de novos Processos Produtivos Básicos (PPB) ao longo de 2012.

O PPB é uma contrapartida exigida pelo Governo para fruição de benefícios fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus e pela Lei de Informática. O PPB exige um conjunto mínimo de operações fabris para certificar a efetiva industrialização de um determinado produto no Brasil. Essa iniciativa, de janeiro a dezembro de 2012, resultou na publicação de 79 Portarias Interministeriais, incluindo ZFM e Lei de Informática, estabelecendo ou alterando PPB para aproximadamente 75 produtos do PIM.

A diversificação da produção no PIM obteve resultados importantes no ano de 2012, com destaque para a aprovação de PPB para os setores de fármacos e de medicamentos. No setor de fármacos, o Polo produzirá medicamentos como o ácido acetilsalicílico, usado como analgésico; a vitamina C; o albenzadol, usado contra verminose; o citrato de sildenafil, medicamento indicado para disfunção erétil; o antigripal paracetamol; o antirreumático ibuprofeno; e o polivitamínico do complexo B. Em decorrência dessa ação, encontra-se em andamento no Distrito Industrial de Manaus obra de implantação de uma empresa farmacêutica, a maior do Brasil e a terceira maior da América Latina, com investimentos estimados em R\$ 360 milhões e previsão de conclusão até dezembro de 2013. Em 2012 foi publicado edital para a realização de estudos com vistas à implantação do Complexo da Indústria da Construção Náutica e Naval do Estado do Amazonas.

Ainda em 2012, foram realizadas ações para a promoção de desenvolvimento profissional do PIM, com ênfase na aplicação de recursos de P&D por parte das empresas beneficiárias pelos incentivos da Lei de Informática. Na área de ciência e tecnologia destaca-se, também, o desenvolvimento de dispositivo multimídia embarcado em táxis, que propiciará ao cliente o pagamento por meio de cartões eletrônicos e fornecerá informações turísticas e culturais da cidade de Manaus.

No que diz respeito à política de atração de novos investimentos, em 2012 a Suframa aprovou 269 projetos industriais e de serviços, dos quais 103 de implantação e 166 de ampliação, atualização e diversificação. Estima-se que, a partir do terceiro ano de implantação dos projetos aprovados, sejam gerados 15.338 novos postos de trabalho, com investimentos da ordem de US\$ 6,34 bilhões.

Até novembro de 2012, os projetos implantados no PIM alcançaram o faturamento de US\$ 34,89 bilhões, apresentando faturamento médio mensal de R\$ 6 bilhões, crescimento de 6,6%, com expectativa de superar os R\$ 70 bilhões, tornando-se o maior resultado de toda a sua história. Ressalta-se que, em decorrência da valorização do dólar americano, houve queda no nível de faturamento nesta moeda.

Entre os setores que mais contribuíram para esse resultado estão: o eletroeletrônico, incluindo bens de informática, (US\$ 12,7 bilhões); o de duas rodas (US\$ 5,5 bilhões); o setor químico, inclusive concentrado para bebidas não alcoólicas (US\$ 3,8 bilhões); e o setor termoplástico (US\$ 1,3 bilhão). Os investimentos líquidos totais realizados pelas empresas do PIM até dezembro de 2012 somam US\$ 10 bilhões. Os Índices de Nacionalização e de Regionalização da produção alcançaram 39,59% e 24,32%, respectivamente. Com relação à mão de obra do PIM, nesse mesmo período foi registrada a média mensal de 120.265 empregos, representando ligeiro incremento de 0,46% em relação ao mesmo período do ano anterior (119.713).





Em 2012 deu-se continuidade às ações de promoção comercial para o fortalecimento do modelo da ZFM no sentido de atrair novos empreendimentos através da divulgação das vantagens competitivas para investimentos na região. Também foram desenvolvidos esforços destinados à integração econômico-produtiva, comercial e cultural, com destaque para as tratativas em andamento com os governos da Venezuela e do Peru; ações de cooperação técnica com o Panamá e a Turquia, assim como a participação em eventos internacionais, visando ao aumento da competitividade dos produtos do PIM e ampliação de seus mercados.

Está em tramitação o processo de acreditação dos laboratórios do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) de modo a atender à necessidade da cadeia produtiva da biodiversidade (ISSO 17025). Destaca-se ainda o Projeto Criativos (Criação de Ativos da Amazônia), com o objetivo de apoiar e criar ambientes favoráveis à geração de negócios inovadores e sustentáveis na Amazônia, estimulando o surgimento de novos empreendedores capazes de gerar resultados atrativos a investidores de risco, fundos não reembolsáveis e outras fontes de recursos financeiros. Nesse sentido, registra-se a realização do Segundo Fórum de Investidores, o qual contou com a participação de dois investidores nacionais, quatro regionais, um internacional e nove empresas amazônicas caracterizadas como projetos criativos. Registrou-se, ainda, a capacitação de 18 empreendedores para *venture capital*. Paralelamente, ocorreu a captação de recursos para desenvolvimento de projetos na Incubadora de Base Tecnológica (INCBA) e para o desenvolvimento e otimização de protocolos de produção *in vitro* para o híbrido de dendê (*Elaeisguianensis*).

No âmbito das atividades de laboratório, foram desenvolvidos o projeto do Etanol de Segunda Geração (álcool a partir de celulose) e os trabalhos de busca de novos antibióticos (projeto em fase final), com destaque para *Mycobacterium Tuberculosis*, por ser a tuberculose uma doença negligenciada principalmente pelos grandes produtores de medicamentos.

Para 2013, pretende-se: i) revitalizar e expandir as áreas de infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus; ii) elaborar o projeto executivo para construção da Central de Fiscalização de Mercadorias; iii) elaborar estudos para implementação do Centro de Comercialização Fronteiriço; e iv) incrementar as ações de apoio ao Plano de Desenvolvimento e Integração Transfronteiriça (PDIT), dentre outras ações.

2. Agronegócio

A agricultura brasileira atingiu novos patamares de produção e exportação em 2012. Os mais de cinco milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais produzirão 180,4 milhões de toneladas, superando em 8,6% o volume da safra anterior. Esses resultados decorrem da implementação das políticas públicas de estímulo à produção e de medidas que visam garantir a qualidade dos produtos brasileiros.

O Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2012/2013 destinou R\$ 115,25 bilhões para custeio e investimentos agropecuários, volume 7,5% superior ao da última safra, e obteve a excepcional conquista da redução da taxa de juros em consonância com a redução da taxa básica de juros da economia.

Foram ainda adotadas em 2012 diversas ações em benefício da cadeia produtiva, como as emergenciais de apoio à prorrogação das dívidas e a liberação de estoques públicos aos suinocultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e aos pequenos produtores da região Nordeste. As dívidas vencidas e vincendas em 2012 dos suinocultores foram prorrogadas até 31 de janeiro de 2013, podendo após esta data serem prorrogadas ainda por mais cinco anos. Os produtores de laranja receberam alongamento de cinco anos das dívidas de custeio com vencimento em 2012, com parcelas anuais a serem pagas a partir de 2013. Ao seu turno, os produtores de maçã e arroz tiveram prorrogação até 15 de fevereiro de 2013 das dívidas de investimento e de custeio de safras anteriores, podendo as de custeio ser prorrogadas por cinco anos. Também foram prorrogadas dívidas de custeio e investimento para os produtores que foram afetados por problemas climáticos nas regiões Sul, Norte e Nordeste.





Visando mitigar a crise dos suinocultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, foi liberada a venda de 250 mil toneladas de milho dos estoques públicos. Além disso, os estoques públicos também atenderam os pequenos produtores da região Nordeste com a autorização da remoção de 400 mil toneladas do cereal.

Destacam-se ainda os investimentos em pesquisa agropecuária, que garantem as inovações tecnológicas e dinamização ao setor agropecuário; a introdução de melhorias no Prêmio do Seguro Rural (PSR) para a safra 2012/2013 que garantirão a cobertura de oito milhões de hectares de culturas e capitais da ordem de R\$ 11 bilhões; e as ações desenvolvidas no âmbito do comércio internacional, especialmente os esforços para sustar os embargos à carne suína produzida no Brasil.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Os instrumentos de política agropecuária para a safra 2012/2013 foram ampliados, com destaque para o crédito rural e os mecanismos de apoio à comercialização e à gestão de risco rural. Foram enfatizadas medidas de apoio à pecuária, à agroenergia, à cana-de-açúcar e à estocagem de suco de laranja. As ações governamentais de incentivo às tecnologias sustentáveis na produção agropecuária e de mitigação da emissão de gases causadores do efeito estufa foram aperfeiçoadas e consolidadas no Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

A crise da suinocultura e dos produtores de laranja e arroz, geradas por adversidades climáticas e por questões mercadológicas, criaram dificuldades aos produtores em saldar suas dívidas de safras anteriores a 2012/2013. Diante desse quadro, o Governo autorizou a renegociação das dívidas de custeio e de investimento desses produtores, a criação de linhas emergenciais de crédito, inclusive no âmbito do Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), e a elevação de limites de crédito para custeio e investimento.

O Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2012/2013 destinou R\$ 115,25 bilhões para custeio e investimentos agropecuários, volume 7,5% superior ao da última safra, e obteve a excepcional conquista da redução da taxa de juros, de 6,75% para 5,5% ao ano. Do total de recursos do PAP 2012/2013, R\$ 86,95 bilhões foram destinados ao financiamento de custeio e comercialização, e R\$ 29,3 bilhões para investimento, com destaque para os programas Agricultura de Baixo Carbono (R\$ 3,4 bilhões), Procap-Agro (R\$ 3,0 bilhões), Pronamp (R\$ 4,0 bilhões) e Sustentação do Investimento – Bens de Capital PSI-BK (R\$ 6,0 bilhões).

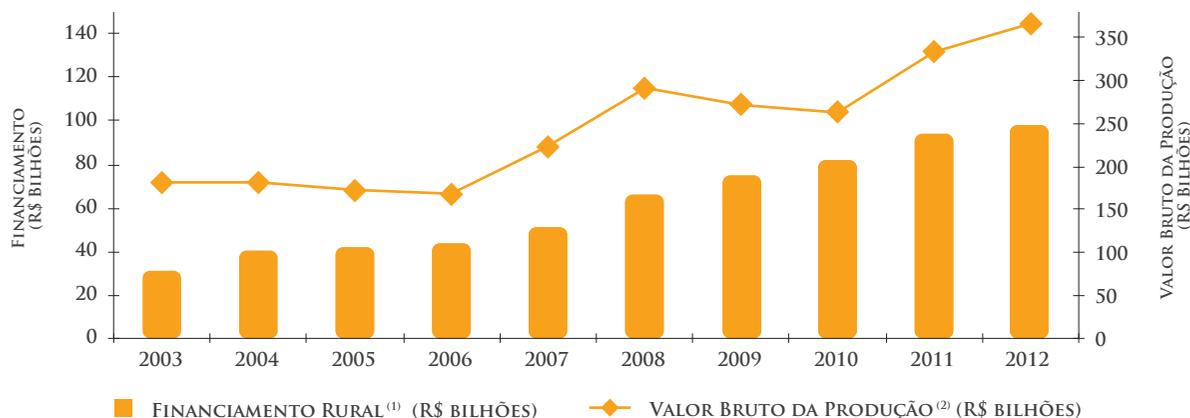
O médio produtor rural passa a contar com melhores condições de financiamento, dentre as quais se destacam a redução da taxa de juros e a elevação no valor da renda bruta e nos níveis de rebate sobre essa renda para fins de enquadramento no Pronamp. Os recursos disponibilizados para o Pronamp totalizaram R\$ 11,15 bilhões nesta safra, significando aumento de 34% em relação à safra 2011/2012. Por sua vez, as ações voltadas para o fortalecimento do cooperativismo tiveram aumento de 25% nos valores disponibilizados, passando de R\$ 4 bilhões para R\$ 5 bilhões.

O financiamento da agricultura com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais também apresentou forte expansão (31,5%) na safra 2011-2012 em relação ao período anterior. Esses recursos são destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com taxas anuais de juros diferenciadas segundo o tamanho do produtor.





Financiamento rural x valor bruto da produção agrícola e pecuária 2003 a 2012



⁽¹⁾ FINANCIAMENTO RURAL TOTAL EM 2012 - DADOS DE JANEIRO A NOVEMBRO
⁽²⁾ VBP - ESTIMATIVA

Fontes: Financiamento Rural - Anuário Estatístico do Crédito Rural/Bacen; Valor Bruto da Produção - Conab; IBGE; CNA; UBA; Abipecs e ABCS; IEA-Esalq/Cepea-IBGE.

2005 e 2006 - FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a outubro, a preços de outubro de 2006;

2007 e 2008 - FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a julho, a preços de setembro de 2008;

2009 - FGV: a preços reais pelo IGP-DI média de janeiro a dezembro, a preços de abril de 2009

2010 - FGV: a preços reais pelo IGP-DI média de janeiro a dezembro, a preços de janeiro de 2010

Café (média USP/Esalq)

Laranja (Produção: IEA (SP) e IBGE (demais estados) Preços: Esalq/Cepea-mercado, FGV e IEA)

a.2) Apoio à Comercialização

Em 2012, foram comprometidos R\$ 483,90 milhões para o apoio à comercialização de 2.105,71 mil toneladas de arroz, laranja, milho, sisal, trigo e uva, por meio dos instrumentos de Aquisição do Governo Federal (AGF), Contratos de Opção, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).

As operações com os instrumentos Pepro e PEP alcançaram o montante de R\$ 301,31 milhões, com a negociação de 1.792,03 mil toneladas de produtos, e as Opções Públicas atingiram R\$ 1,394 milhão, para a negociação de 5,1 mil toneladas.

A aquisição de estoques públicos pela utilização dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ultrapassou 308,6 mil toneladas de produtos agrícolas, com utilização de R\$ 180,20 milhões. No mesmo período, 1,52 milhão de toneladas de produtos agrícolas foram vendidas com a aplicação da equalização de preços, visando suplementar o abastecimento em regiões deficitárias, e 603,2 mil toneladas comercializadas por meio do programa de Vendas em Balcão.

a.3) Apoio à Cafeicultura

O Brasil é o maior produtor e exportador e o segundo consumidor de café do mundo, com uma área plantada de 2,3 milhões de hectares, contemplando cerca de 5,7 bilhões de pés de café, com safra prevista de 50,48 milhões de sacas para 2012. O café é produzido por aproximadamente 287 mil produtores/estabelecimentos, em cerca de 1,9 mil Municípios, em 15 Estados: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.





As linhas de crédito para financiamento ao setor cafeeiro foram ampliadas com a alocação de R\$ 2,715 bilhões, mediante a utilização de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo: R\$ 550 milhões para custeio e colheita, incluindo despesas com certificação de propriedades; R\$ 1,5 bilhão para estocagem; R\$ 250 milhões para Aquisição de Café (FAC); e R\$ 40 milhões para recuperação de cafezais danificados.

Além dessas linhas de crédito tradicionais, foram destinados recursos do Funcafé da ordem de R\$ 50 milhões para operações de Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros; R\$ 100 milhões à linha extraordinária de crédito para composição de dívidas decorrentes de financiamentos à produção de café; R\$ 25 milhões para capital de giro às indústrias de café solúvel; e R\$ 200 milhões às indústrias de torrefação de café.

Para o ano de 2013, serão priorizadas ações de investimentos em pesquisa e transferência de tecnologias, de capacitação de técnicos e agricultores, com foco no aumento da produtividade, na melhoria da qualidade e nos processos de gestão, assim como em ações promocionais do café brasileiro e operacionalização de linhas de crédito para financiamentos, com recursos do Funcafé, da ordem de R\$ 3,18 bilhões, dentre outros instrumentos de política agrícola, contemplados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Cafeeiro - período 2012/2015.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitaram o monitoramento e o zoneamento agroclimático para as ações de previsão de safras; e, ainda, o fornecimento de informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros para a adoção de medidas preventivas, que diminuam os riscos inerentes à atividade agrícola. A rede meteorológica brasileira é composta de 768 estações, das quais 465 automáticas.

O zoneamento agrícola tem por objetivo identificar e dimensionar os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola, para a orientação ao produtor quanto às datas mais adequadas para o plantio e às cultivares mais bem adaptadas às regiões de cultivo, no intuito de minimizar a exposição do produtor ao risco climático e reduzir as perdas decorrentes de eventos adversos.

Os estudos de zoneamento agrícola de risco climático contemplam 44 culturas, sendo 20 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, cevada, feijão *phaseolus*, feijão caupi, gergelim, girassol, mamona, mandioca, melancia, milheto, milho, consórcio entre milho e braquiária, soja, sorgo e trigo) e 24 culturas permanentes (açai, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, nectarina, palma forrageira, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira sisal e uva), em 24 unidades da Federação. Ao longo de 2012 foram elaborados 348 estudos de zoneamento e publicadas 311 portarias, identificando os Municípios aptos e os períodos de semeadura com menor risco climático para o cultivo das culturas estudadas.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema articulado de informações para o acompanhamento sistemático do efeito do clima nas culturas agrícolas, que auxilie na construção de uma matriz de risco e monitoramento de safras, subsidiando de maneira consistente o próprio zoneamento agrícola, o seguro rural privado e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de fornecer suporte técnico para análises e julgamentos de recursos do Proagro encaminhados à Comissão Especial de Recursos (CER).





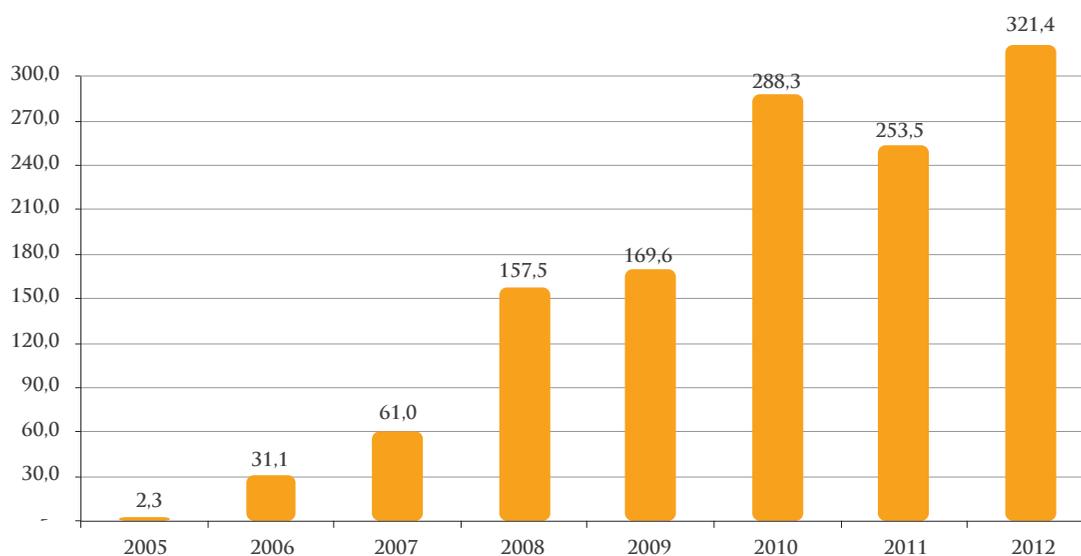
b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem alcançado o seu objetivo de avançar na universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais, induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais. Dessa forma, tem contribuído para a redução da inadimplência do segmento rural junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários.

O PSR contempla apólices de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola. Na modalidade agrícola são beneficiadas mais de 70 culturas e o produtor pode ser beneficiado com até R\$ 96 mil de subvenção a cada ano civil, com percentuais que variam de 40% a 70% sobre o prêmio do seguro rural, conforme a cultura selecionada. Para as demais modalidades, o percentual máximo de subvenção sobre o valor do prêmio do seguro rural é de 30%, com limite financeiro de R\$ 32 mil por produtor, a cada ano civil.

Em 2012, o PSR comprometeu R\$ 321,4 milhões para o pagamento da subvenção. O gráfico a seguir demonstra a evolução do PSR desde sua implementação.

Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural de 2005 a 2012 (em R\$ milhões)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para a safra 2012/2013 foram introduzidas melhorias no PSR que permitiram a alteração de alguns percentuais de subvenção, a saber: i) acréscimo de 10% no percentual de subvenção para as culturas de soja, milho, arroz e feijão nas microrregiões onde essas culturas possuem uma substancial importância econômica, ao mesmo tempo em que estão sujeitas a maior vulnerabilidade climática, conforme parâmetros extraídos do zoneamento agrícola de risco climático; ii) acréscimo de 10% no percentual de subvenção para as culturas de milho, arroz e feijão para os produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); e iii) acréscimo de 20% no percentual de subvenção para os produtores de orgânicos, independentemente da atividade e da região produtora.





Para o ano de 2013 está prevista a alocação de R\$ 400 milhões no PSR, o que permitirá a ampliação da área segurada e do número de produtores beneficiados. Deve ser criada, também, uma matriz de risco agrícola, com previsão para utilização na safra 2013/2014, que propiciará ao Governo identificar e priorizar os produtos, regiões e categorias de produtores que necessitem de um aporte maior de recursos.

c) Defesa Agropecuária

A defesa agropecuária é um dos instrumentos da política agrícola com o objetivo de assegurar a saúde e o bem-estar animal; a sanidade vegetal; a identidade e a inocuidade dos produtos agropecuários destinados ao consumo humano; e a idoneidade dos insumos utilizados na agropecuária.

Na busca do atendimento do referido objetivo, o poder público desenvolve, permanentemente, as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e a fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

Nas últimas décadas, o Brasil foi capaz de não apenas atingir a autossuficiência no atendimento da demanda doméstica de alimentos de boa qualidade e com estabilidade de preços, mas também se tornou um dos maiores exportadores mundiais de grãos, cereais, carnes, fibras e biocombustíveis. No futuro próximo, a importância do setor agropecuário nacional tende a aumentar, pois o Brasil é percebido como um dos países mais aptos a atender o crescimento da demanda mundial de alimentos, fibras e de matéria prima para a produção de energia renovável.

Para ampliar a produção e a exportação de produtos agropecuários, com acesso a novos mercados, é indispensável a ampliação dos investimentos nos serviços complementares de defesa, inspeção e fiscalização sanitária e fitossanitária e no apoio laboratorial, pois as carnes bovinas, de aves e de suínos, os grãos e as frutas frescas são produtos cuja comercialização nos mercados interno e externo requerem a acentuada manutenção das condições sanitária e fitossanitária. A ocorrência de determinadas doenças ou pragas nesses segmentos de produção pode paralisar a sua comercialização por longos períodos.

Nesse cenário, novas demandas dos mercados internos e externos exigem a modernização e o fortalecimento da defesa agropecuária, com geração de tecnologia e novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário, e de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária. A continuidade da trajetória de sucesso depende, dentre outros fatores, da existência de serviços de defesa agropecuária capazes de compensar as vulnerabilidades naturais causadas pela extensão territorial brasileira, diversidade de climas, ambientes, recursos naturais, sistemas produtivos e riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças capazes de comprometer todo o setor agropecuário. No comércio internacional, o próprio sucesso do agronegócio brasileiro suscita o surgimento de seguidas tentativas de impor barreiras sanitárias aos seus produtos pelos competidores.

c.1) Ações de Saúde Animal

Vários programas sanitários estão em execução no País, com a participação dos Governos federal e estaduais e da iniciativa privada, com destaque para:

- **Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa:** A febre aftosa não é registrada no País desde abril de 2006. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece como áreas livres de febre aftosa com vacinação os territórios constituídos pelos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,





Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rondônia e o Distrito Federal, além de parte do território do estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Estado do Amazonas. O Estado de Santa Catarina é reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. A zona livre da doença no Brasil ultrapassa cinco milhões de quilômetros quadrados, com uma população de aproximadamente 182 milhões de bovinos e 30 milhões de suínos (cerca de 90% do rebanho nacional). Após as ocorrências de febre aftosa no Paraguai, em setembro de 2011 e janeiro de 2012, o serviço veterinário brasileiro empenhou grandes esforços e recursos para a proteção do rebanho nacional. Passada a fase de emergência, o Brasil dedicou esforços para apoiar a recuperação da situação sanitária daquele país, disponibilizando técnicos especialistas, que acompanharam de perto as atividades de vigilância realizadas em território paraguaio. Para 2013 está prevista a ampliação da zona livre de febre aftosa, que incluirá os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará. Inquéritos sorológicos estão sendo realizados nestes Estados e servirão de embasamento para o reconhecimento de toda a região como zona livre de febre aftosa com vacinação. Os Estados do Amazonas, Amapá e Roraima continuam classificados como de alto risco e, apesar de ainda necessitarem de maior atenção na sanidade animal, já desenvolvem ações intensas para a evolução da condição sanitária.

- **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT):** O PNCEBT foi intensificado com a certificação oficial de propriedades livres, objetivando reduzir a prevalência dessas doenças. Atualmente são mais de 1,5 mil propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose e cerca de 2 mil em processo de certificação com envolvimento de aproximadamente dez mil veterinários capacitados pelo Programa.
- **Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis:** Em maio de 2012, a OIE reconheceu o Brasil na categoria de país com risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina – EEB (doença da vaca louca), zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. No controle da raiva dos herbívoros, foram reforçadas as ações estaduais, com supervisão e apoio federal, em todas as unidades federativas, visando controlar a ocorrência da doença e reduzir prejuízos econômicos na pecuária, além de contribuir na prevenção da saúde humana.
- **Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica (PSC):** Foram intensificadas as ações de sanidade com a realização de vigilâncias sorológicas em granjas comerciais, criações de subsistência e estabelecimentos de abate de suínos sob inspeção oficial, contribuindo para o incremento da vigilância para as doenças dos suínos e para a comprovação de ausência de atividade viral na zona livre de PSC. A zona livre alcança 15 unidades federativas, correspondendo a cerca de 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos. Foram concluídos os estudos realizados no Acre e nos Municípios de Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará, situados no Estado do Amazonas, sendo as próximas localidades a serem incluídas na zona livre da doença.
- **Programa Nacional de Sanidade Avícola:** Foi editada instrução normativa buscando a implantação de procedimentos de biossegurança em todos os estabelecimentos avícolas comerciais e de reprodução, aprimorando, assim, a prevenção da entrada e disseminação de enfermidades no plantel avícola nacional, visando também à garantia da inocuidade dos produtos avícolas comestíveis.
- **Sanidade de Equídeos:** Foi realizado reforço na vigilância para o mormo e revisão dos procedimentos de atuação em casos de ocorrência de anemia infecciosa equina e mormo.

c.2) Sanidade Vegetal

A ação da defesa agropecuária, na área de sanidade vegetal, tem por objetivo proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira.





As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2012 permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas, dentre as quais:

- **Mosca da carambola:** Foi erradicado o foco detectado no Município de Almeirim/PA. A erradicação pode ser declarada após três ciclos biológicos completos da praga, ou seja, 378 dias, sem capturas. Em 2013 deverão ser mantidas as atividades de erradicação nos Estados do Amapá e Roraima, bem como o monitoramento preventivo nas demais unidades da Federação.
- **Cancro cítrico:** Estão sendo desenvolvidos estudos que incluem critérios e procedimentos para adoção do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) e o estabelecimento de Áreas Livres da Praga, além da oficialização das áreas sob erradicação ou supressão e da caracterização e manutenção da condição fitossanitária de praga. Em 2013 deverá ser constituído Grupo de Trabalho para implementação das alterações necessárias.
- **HLB (ex-Greening):** Praga restrita aos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A legislação vigente determina que o produtor efetue inspeções regulares, elimine plantas sintomáticas e encaminhe ao Serviço de Defesa Agropecuária do Estado os relatórios com os resultados de suas ações. A não entrega dos referidos relatórios implica automática inspeção pelos órgãos de sanidade. Tal medida concorreu para que mais de 90% dos produtores aderissem às ações de controle da praga. O trabalho a ser realizado em 2013 consiste na continuidade das ações de controle oficial da praga, visando a sua contenção, para que a huanglongbing (HLB) permaneça restrita às unidades da Federação nas quais se encontra atualmente presente. Também deverá ser implementado um Plano Regional de Contenção da HLB, executado em cooperação com outros países integrantes do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave).
- **Lagarta da macieira:** Ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a erradicação no Município de Bom Jesus/RS permitiram a quase eliminação da "*Cydiapomonella*" no País.
- **Sigatoka negra:** Manutenção do sistema de manejo de risco e áreas livres, propiciando o acesso de vinte Estados ao mercado interno e internacional da banana, ressaltando-se que 13 unidades da Federação são consideradas integralmente livres da praga. Em 2012 foi publicada a Instrução Normativa nº 4 que define procedimentos para revisão do status fitossanitário das regiões onde não mais ocorrem detecções da praga, mediante levantamentos realizados ao longo de vários anos, com testes realizados em diferentes laboratórios. Para 2013 está prevista a ampliação da Área Livre de Sigatoka Negra no Estado do Mato Grosso do Sul, incluindo os Municípios de Anaurilândia, Bataiporã, Bataguassu, Nova Andradina e Taquarussu.
- **Mosca das cucurbitáceas:** Manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e de sistema de mitigação de riscos da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Foi reconhecido o sistema de mitigação de risco nos Municípios de Santa Isabel do Ivaí/PR e Ribeira do Amparo/BA.
- **Mofo azul do Tabaco:** Assinado novo protocolo para exportação de tabaco para a China, incluindo os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas. Foi publicada a Instrução Normativa nº 3/2012, padronizando os procedimentos de mitigação de risco para Mofo Azul do Tabaco, a serem adotados pelos Estados exportadores que não forem reconhecidos como áreas livres da praga. Em 2013 espera-se aumentar o volume de exportações, com a inclusão dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

A inspeção de produtos de origem animal priorizou as ações de combate à fraude em carnes de aves, pescado e leite. Foram realizadas 1.737 supervisões em estabelecimentos inspecionados, sendo que em 11,6% foram encontradas inconformidades,





com a necessidade de adoção de medidas para garantir a saúde da população e o cumprimento da legislação. Do total de 69.492 amostras coletadas durante a realização das supervisões, 94,5% alcançaram situação de conformidade em seus resultados.

Dentre as atividades de inspeção de produtos de origem animal, destacam-se: modernização de instrumentos legais reguladores da inspeção industrial e sanitária; incremento e atualização do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA); conclusão dos módulos de Registro de Estabelecimento, dos Avisos e Nosografia, Quadro de Avisos e Banco de Normas da Plataforma de Gestão Agropecuária e revisão das nomenclaturas; e a classificação de produtos de origem animal.

O Sisbi, parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, é um programa estratégico para a área de sanidade animal, e já conta com a adesão de quatro Estados – Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul – e o Distrito Federal. Outros dez Estados estão em processo de adesão – Ceará, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Tocantins e Espírito Santo. Os Estados do Acre, Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Norte solicitaram auditoria prévia para posterior adesão ao sistema. Além desses Estados, mais de 50 Municípios solicitaram adesão, sendo que sete deles já aderiram ao Sisbi/POA – Uberlândia/MG, Santa Cruz do Sul/RS, Rosário do Sul/RS, Erechim/RS, Alegrete/RS, São Pedro do Butiá/RS e Cascavel/PR.

A inspeção de produtos de origem vegetal manteve como prioridade a fiscalização dos processos produtivos, com foco na prevenção e detecção de fraudes econômicas e na conformidade.

As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle, visando encontrar soluções operacionais para suprir a demanda da sociedade, bem como a de organismos internacionais representantes dos países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado em 2012 atingiu 81%. No que diz respeito aos produtos que compõem a cesta básica (farinha de mandioca, farinha de trigo, óleo de soja), o índice de conformidade nacional alcançou 87%.

No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, ressalta-se a revisão da legislação e procedimentos administrativos que permitiram a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras. Para 2013, além da inspeção e fiscalização, está prevista a capacitação de técnicos em processo produtivo de bebidas não alcoólicas (suco, refresco etc.) e de cervejas.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, corretivos e fertilizantes, e agrotóxicos) são fatores de produção que têm sido responsáveis pelos contínuos aumentos da produtividade de culturas e de pastagens. A qualidade e o uso correto desses insumos são preponderantes para que se obtenha maior produtividade, com sustentabilidade ambiental, garantindo-se alimentos seguros e competitivos. No segmento de defensivos agrícolas tem-se implementado medidas de redução de riscos relativos à segurança alimentar por meio da regularização e priorização de defensivos com menor impacto toxicológico e ambiental usados em produtos de consumo, notadamente frutas e hortaliças.

Na área de sementes, destaca-se a fiscalização nos segmentos da produção, comercialização e no uso, pela ação fiscal diretamente nas propriedades rurais, retirando de circulação grande quantidade de sementes de baixa qualidade, contribuindo dessa forma para o aumento da taxa de utilização de sementes de qualidade e maior produtividade das culturas.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação,





a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Também tem sido monitorada a presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – BSE, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que possam ser incluídas na cadeia alimentar. No período foram realizadas aproximadamente 4.131 ações de fiscalização nos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário em todo o território nacional, resultando na coleta de 1.058 partidas de vacinas, de um total de 13,4 bilhões produzidas no País, cujo índice de conformidade alcançou 93%. Foram efetuadas 3.590 fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais de produtos para alimentação animal. Em 2013 serão intensificadas as ações de fiscalização nos estabelecimentos fabricantes e comerciais de insumos pecuários e agrícolas, com ênfase nas áreas de alimentação animal, produtos de uso veterinário, sementes e mudas, fertilizantes e corretivos, além de agrotóxicos.

No âmbito do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes em alimentos de origem animal, foram coletadas 16.319 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 99,8%. Na área vegetal deu-se ênfase às culturas de abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha do brasil, feijão, laranja, limão, lima ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pêssego, pimenta do reino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva. No período foram coletadas e analisadas 1.047 amostras, sendo 747 de multirresíduos de agrotóxicos e 290 de micotoxinas/salmonelas.

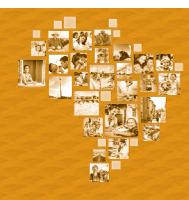
O cultivo de produtos com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), com ênfase para a soja e o milho, representa 85% e 70%, respectivamente, do total da área total cultivada com essas culturas. As culturas são controladas no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização realizadas com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Em 2012 foram realizadas 989 fiscalizações em 23 unidades da Federação. Essa atuação, tanto na área de pesquisa quanto na comercial, tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório relacionado aos OGM, bem como garantido a disponibilização de uma tecnologia segura para os agricultores.

c.4) Sistema Laboratorial

As análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico são executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis laboratórios oficiais (Campinas/SP, Pedro Leopoldo/MG, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Belém/PA e Goiânia/GO) e pelos credenciados. A referida rede de laboratórios dá suporte às ações relacionadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários.

O incremento da demanda por serviços laboratoriais está diretamente relacionado à expansão da produção agropecuária. Em 2012, o número de ensaios laboratoriais, entre análises e diagnósticos, ultrapassou 32,3 milhões. Para atender às demandas foram adotadas ações que buscaram aumentar a capacidade operacional da rede, tanto no que diz respeito ao volume de análises e diagnósticos quanto no que tange à variedade de métodos disponibilizados.

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários possuem certificado de qualidade ISO/IEC 17025 para parte de seus escopos. A certificação é fundamental para criar condições de confiança mútua, facilitando a circulação e a aceitação de serviços e de produtos nos mercados nacional e internacional. A ISO/IEC 17025 serve para comprovar a competência de laboratórios e permite a rastreabilidade dos testes, garantindo que o resultado final seja passível de comprovação por meio de auditorias. O objetivo agora é ampliar o escopo acreditado na ISO/IEC 17025.





c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) objetiva ampliar a abrangência da defesa agropecuária em parceria com Estados e Municípios para a oferta de serviços em relação à saúde animal, à sanidade vegetal e idoneidade, inocuidade e qualidade de insumos e produtos agropecuários. Em 2012, houve significativos avanços relacionados à articulação dos diferentes órgãos envolvidos no processo, como também ao aprimoramento das políticas para sua implementação. Destaca-se a inclusão do programa temático Defesa Agropecuária no PPA 2012-2015 com a finalidade de organizar, estruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

d) Fomento e Organização da Produção

O Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) tem o objetivo de dar cumprimento às metas de redução de gases de efeito estufa da Política Nacional sobre as Mudanças Climáticas e adaptação do setor agropecuário. Para tal, o Programa vem desenvolvendo ações para estimular sistemas produtivos agrícolas sustentáveis, visando à recuperação de áreas e pastagens degradadas, ao plantio direto na palha, ao plantio de florestas comerciais e ao sistema de integração lavoura-pecuária-floresta.

Encontram-se em funcionamento 20 Grupos Gestores Estaduais responsáveis pela construção do Plano ABC, sendo que em 2012 foram implementados os Grupos Gestores Estaduais da Paraíba, Piauí, Pará, Roraima, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Rondônia e Amazonas. Esses grupos gestores e as iniciativas do Governo têm permitido o desenvolvimento, a expansão e a adoção dos sistemas sustentáveis de produção agropecuária, sobretudo com a implantação de unidades demonstrativas ou de referências tecnológicas, bem como de atividades de capacitação, que atenderam mais de 1.700 técnicos e produtores rurais.

No ano-safra 2011/12, foi aplicado R\$ 1,5 bilhão dos recursos do Programa ABC, beneficiando a recuperação de pastagens degradadas; a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); o sistema de plantio direto (SPD); a fixação biológica do nitrogênio (FBN); e as florestas plantadas e o tratamento de resíduos animais. Para 2013, está prevista a continuidade das ações e a ampliação dos Grupos Gestores.

No âmbito da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), destacam-se a capacitação de dois mil agentes do agronegócio, a implantação do projeto de olivicultura no Rio Grande do Sul, e os entendimentos para a formalização de um protocolo único de Boas Práticas Agrícolas para o Mercosul, além da realização de parcerias para capacitação de fornecedores supermercadistas de hortaliças e frutas visando ao uso racional de agrotóxicos.

A produção integrada também teve avanços consideráveis no setor pecuário, com a ampliação da fiscalização dos serviços de registro genealógico, buscando a melhoria da eficiência na prestação deste serviço e na otimização do trabalho dos fiscais. Ressaltam-se as parcerias firmadas com o Sistema S, a Universidade Estadual de São Paulo e a Organização Mundial de Proteção Animal, que permitiram avançar no treinamento e expansão nacional do Programa Alimento Seguro da Cadeia de Leite (PAS-leite). Houve também a implantação do programa nacional de melhoramento genético do gado Jersey; o apoio aos programas de melhoramento genético de caprinos leiteiros e bovinos da raça guzerá, e o projeto de validação de forrageiras de alta produtividade para as condições do semiárido nordestino.

Para o ano de 2013, pretende-se trabalhar na difusão das melhores práticas de bem-estar animal, especialmente no que tange à regulamentação junto ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) do transporte de animais sob a ótica do bem-estar animal; na expansão e no fortalecimento do PAS-leite; no fomento à implantação das boas práticas agropecuárias na cadeia bovina em parceria com o setor privado; e na publicação das normas de produção integrada da cadeia do leite e da carne suína.





As políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica tiveram como prioridade a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), aprovada pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, para elevar o patamar de proteção do capital natural e de sustentabilidade da agropecuária brasileira, construindo alternativas para a redução da contaminação de alimentos e da dependência de insumos externos; a implementação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e o desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica. Para o controle da garantia da qualidade orgânica, estão credenciadas sete certificadoras que abrangem 9.007 unidades de produção controladas; quatro Sistemas Participativos de Garantia, com 1.162 unidades de produção controladas, e 80 Organismos de Controle Social, com 1.355 unidades de produção, perfazendo um total de 11.524 unidades de produção controladas.

No âmbito da propriedade intelectual, foram reconhecidas 232 novas variedades de plantas, totalizando 2.069 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 1.700 cultivares protegidas anteriormente. O sistema de proteção de cultivares confere segurança aos investimentos públicos e privados em melhoramento vegetal, cujo crescimento reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvopastoril. Atualmente existem 144 espécies abrangidas pelo regime de proteção. A previsão é de se proteger mais 240 cultivares em 2013, ampliando o número de espécies para 154.

No segmento da armazenagem, está em elaboração o Plano Nacional de Armazenagem, que objetiva adequar o parque armazenador nacional aos crescentes volumes da produção agrícola. Além do diagnóstico da situação dos armazéns disponíveis e da capacidade estática instalada, foi realizado um estudo para propor a ampliação da participação da armazenagem oficial no cenário existente, assim como medidas de incentivo governamental que possam despertar o interesse privado na construção de novas estruturas.

O Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras visa à qualificação e profissionalização da atividade, mediante o cumprimento de regulamento específico, com requisitos técnicos obrigatórios na melhoria da estrutura, tecnologias, processos e capacitação de mão de obra dos operadores. A certificação é o reconhecimento formal de que uma unidade armazenadora tem capacidade técnica para a realização de serviços específicos e está regulamentada de acordo com a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000 e pelo Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001.

No âmbito do grupo de trabalho instituído para o Ano Internacional das Cooperativas, foram definidas ações de articulação política e institucional; de formação e capacitação em cooperativismo; e de intercâmbio para a cooperação internacional das cooperativas, dentre outras. Para 2013, pretende-se desenvolver as ações que fortaleçam o cooperativismo e associativismo.

e) **Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio**

Têm sido priorizadas as negociações de abertura e manutenção de mercados relacionados a questões sanitárias e fitossanitárias, e de produtos tradicionais. Dentre as negociações, destacam-se os avanços obtidos para o acesso da carne suína nos mercados do Japão (maior importador mundial), do Peru e da Coreia do Sul. Houve negociações para exportação da carne de frango para os mercados do sudeste asiático, da Malásia e dos Estados Unidos. As negociações com o Chile já permitiram a obtenção do *status* sanitário como livre da doença de *Newcastle* para os Estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, habilitando-os a exportar para aquele país. Como outros fatos relevantes, deve-se destacar ainda a abertura das exportações de tabaco oriundos da Bahia e Alagoas para a China, que é considerada o maior importador mundial do produto; as exportações de soja para o mercado indiano e as negociações com o Canadá para exportação de carne *in natura*.

De forma a promover as exportações brasileiras por meio da diversificação de mercados, foram realizadas ações comerciais no Japão, Porto Rico, China, Estados Unidos, África do Sul, Turquia, Peru, Rússia, Reino Unido e França, além de ações





de imagem na Inglaterra e no Brasil. Para 2013, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê eventos nos seguintes mercados: Japão, China, Porto Rico, Rússia, África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Turquia e Peru.

f) Desempenho Exportador do Agronegócio

As exportações do agronegócio cresceram 0,9%, alcançando o montante de US\$ 95,81 bilhões. A expansão ocorreu, principalmente, em função da elevação dos preços das *commodities*. As importações, por sua vez, atingiram US\$ 16,41 bilhões, representando um decréscimo de 6,2%, se comparado com 2011, resultando em *superávit* da balança comercial do agronegócio de US\$ 79,41 bilhões.

Balança comercial do agronegócio

Evolução mensal das exportações e importações 2011 e 2012



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da Secex/MDIC.

Elaboração: Mapa/SRI/DPI.

As exportações para a China foram incrementadas em 8,90% e alcançaram US\$ 17,9 bilhões, correspondendo a uma participação de 18,68% no total da pauta de exportações. Outros países que ampliaram as compras do agronegócio brasileiro foram: Egito, +12,93% (US\$ 2,16 bilhões em aquisições); Coreia do Sul, +40,91% (US\$ 2,20 bilhões); Tailândia, +13,52% (US\$ 1,45 bilhão); Hong Kong, +6,55% (US\$ 2,12 bilhões); Taiwan, +35,81% (US\$ 1,40 bilhão) e Estados Unidos, +2,64% (US\$ 7,3 bilhões).

Destaca-se, no período, a participação do bloco asiático como a principal região de destino das exportações, que absorveu mais de um terço do total exportado em produtos do agronegócio (35,74%). A União Europeia continuou na segunda posição, com aquisições de 23,41%. Dessa forma, os dois blocos (Ásia e União Europeia) absorveram 59,15% do total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio.

O complexo soja foi o principal setor do segmento, com US\$ 26,11 bilhões, ou 27,25% do valor total exportado, seguido de carnes, com exportações de US\$ 15,74 bilhões (16,42% de participação). Outros setores que também tiveram participação expressiva foram: complexo sucroalcooleiro (US\$ 15,04 bilhões); produtos florestais (US\$ 9,07 bilhões) e café (US\$ 6,46 bilhões). O conjunto dos cinco setores teve participação de 77,42% no total das exportações.





g) Pesquisa Agropecuária

A pesquisa agropecuária de responsabilidade do Governo visa garantir a continuidade e a ampliação da sua carteira de projetos, de forma a manter um conjunto compatível com as demandas e prioridades identificadas e a gerar resultados que efetivamente contribuam para promover o desenvolvimento do País, incluindo desafios que envolvem a produção em larga escala, como também a inserção dos agricultores familiares ao processo produtivo, a produção sustentável de alimentos, fibras e agroenergia, e a busca de soluções para problemas relacionados às mudanças climáticas globais. Além disso, especial atenção tem sido dada às ações e compromissos de internacionalização, por meio dos laboratórios e escritórios de negócios no exterior - Labex e projetos de cooperação, que visam capturar as inovações e descobertas, pela consolidação e fortalecimento dos vínculos e do apoio técnico multilateral com diversos países e instituições.

A agenda institucional e os portfólios de pesquisa a serem trabalhados de forma prioritária nos próximos cinco anos são os seguintes: agroenergia/setor sucroalcooleiro energético; mudanças climáticas globais/agricultura de baixa emissão de carbono; indicadores de sustentabilidade/serviços ambientais; Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE); novas pragas e doenças; melhoramento genético (milho, soja, algodão e mandioca), dentre outros.

Na produção da pesquisa agropecuária, destacam-se os lançamentos de novas cultivares para os sistemas agrícolas brasileiros, a saber:

- Fruticultura: Maracujazeiro BRS Rubi do Cerrado, bananeira BRS Platina, pessegueiro BRS Regalo e BRS Fascínio, videiras BRS Magna (suco) e BRS Vitória (de mesa sem sementes), cupuaçu BRS Carimbó, lima ácida BRS Passos;
- Soja: BRS 360 RR, BRS 361, BRSMG 772, BRSMG 820 RR, BRSGO 8551RR, BRSGO 9970 RR, BRS 8990 RR, BRS Perola, BRS 8381, BRS 8480;
- Trigo: BRS Galha Azul;
- Forrageiras: Capim Brachiaria humidicola BRS Tupi, capim sudão BRS Estribo, aveia preta BRS Centauro, milheto BRS 1503, trevo persa BRS Resteveiro;
- Arroz: BRS Esmeralda;
- Batata: BRS Bell;
- Hortícola: Tomate BRS Sena e abobrinha BRS Linda; e
- Amendoim: BRS Pérola Branca.

Além das novas cultivares lançadas, merecem destaque:

- A implantação do laboratório de biotecnologia no segmento de pesca e aquicultura, em Tocantins, que permitirá análises a partir do banco de amostras de DNA e auxiliará na criação de um banco de germoplasma de peixes nativos, com preservação de recursos genéticos *in vivo* e *ex-situ* (criopreservação de sêmen). Essas atividades farão parte de um programa de pré-melhoramento de peixes nativos que visa, como ação inicial, introduzir a genética como ferramenta no manejo de reprodutores nas pisciculturas;
- O lançamento do projeto Aquapesquisa, que permitirá a realização do diagnóstico estratégico do setor de pesca e aquicultura no Brasil, cujo principal produto será um extenso banco de dados sobre a pesquisa científica e a atuação do Brasil nessas duas áreas;





- A criação e o registro, tanto para a agricultura convencional quanto para a orgânica, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle do fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas;
- O desenvolvimento de tecnologia de processamento de chocolate fino e de equipamentos para pequenas plantas industriais do segmento, sendo que 121 toneladas de cacau já estão sendo processadas em pequenas agroindústrias regionais;
- A produção e a distribuição de 18,6 milhões de propágulos de espécies vegetais diversas: garfos para enxertia, sementes e mudas de cacau e outras espécies, contribuindo para a recuperação e expansão de sistemas agrícolas sustentáveis; e
- A dinamização do plano de contingenciamento da monilíase do cacauzeiro, visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença do cacauzeiro, ainda não ocorrente em território brasileiro.

Para 2013 está previsto o lançamento de novas cultivares mais resistentes a pragas e adversidades climáticas, com o consequente aumento de produtividade para as culturas de trigo, soja, forrageiras, algodão, abobrinha e feijão. Para fortalecimento institucional da Embrapa, pretende-se desenvolver as seguintes ações: i) aprimoramento dos instrumentos de governança corporativa e implantação de programas de gestão de competências; ii) implantação da Rede Virtual Agropensa, voltada a estudos sobre a produção e difusão de conhecimentos com foco na agricultura brasileira e em cadeias de valor relacionadas; iii) fortalecimento de programas de cooperação internacionais; iv) modernização da transferência tecnológica no Brasil; e v) fortalecimento da infraestrutura de campos experimentais e de laboratórios, adotando conceito de multiusuário, reduzindo custos, desperdícios e redundâncias, e ampliando a excelência operacional da empresa.

h) Setor Sucroalcooleiro Energético

Além de sua importância no contexto do suprimento de energia de fontes renováveis, por meio do etanol combustível e da cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana, o setor sucoenergético tem sido responsável pelo fortalecimento do saldo da balança comercial do agronegócio. Em 2012, o total exportado de açúcar alcançou 24,3 milhões de toneladas, com uma receita de divisas de US\$ 12,8 bilhões. As exportações de etanol, por sua vez, atingiram três bilhões de litros, gerando receita de divisas de US\$ 2,2 bilhões.

Em face disso, o Governo vem adotando medidas para recuperar a produção e a produtividade do setor, mediante incentivos à renovação de canaviais, programa lançado no final de 2011. Esse programa contemplou 871 mil hectares, 54% da meta prevista. A área plantada também cresceu 608 mil hectares, 70% do programado. Essas medidas são importantes para restabelecer e promover o crescimento da oferta de biocombustíveis e de açúcar destinados ao suprimento do mercado interno e às exportações.

Diante dos desafios que se apresentam no setor sucoenergético, o Governo deu continuidade, em 2012, aos encontros com representantes do setor privado para avaliar o suprimento de etanol e a retomada do crescimento da produção subsidiando a análise de condições de oferta, demanda e logística de distribuição dos biocombustíveis no Brasil.

Enquanto avançam essas iniciativas, o Governo deve manter, em 2013, incentivos para renovação e ampliação dos canaviais e para a retomada dos investimentos na construção de novas usinas, além do apoio a pesquisas com matérias-primas complementares, destacando-se o sorgo sacarino, passível de processamento em conjunto com a cana-de-açúcar.





A continuidade dos financiamentos com taxas de juros favorecidas para estocagem de etanol combustível também constitui medida importante para estabilizar oferta e preços desse produto ao consumidor final. Outro ponto a destacar é a renovação, até abril de 2013, do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, iniciativa conjunta do Governo, de trabalhadores e de empresários no sentido de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores no setor sucroenergético.

3. Turismo

As atividades do turismo mundial seguiram crescendo, nesses últimos anos, a taxas maiores do que o aumento percentual do PIB mundial, mostrando a relevância e a potencialidade econômica do setor, mesmo em meio à crise internacional. Em 2012, o movimento internacional de turistas ultrapassou a marca de um bilhão, em todo o mundo. Nesse número não está incluído o deslocamento do turismo interno de cada país que, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), pode chegar a ser até seis vezes maior do que o turismo internacional.

No Brasil, os números também são significativos. De acordo com o IBGE, a atividade turística representa aproximadamente 3,7% do PIB brasileiro. Em 2012, o número de desembarques internacionais no País foi de 9.236.947 e os desembarques domésticos no País alcançaram 84.863.693 passageiros, incremento de 7,1% em relação a 2011.

O gasto dos turistas estrangeiros no Brasil, em 2012, foi 1,4% maior que no mesmo período do ano anterior. O acumulado chegou a US\$ 6,65 bilhões, enquanto os visitantes internacionais deixaram aqui, em 2011, um total de US\$ 6,55 bilhões, segundo o Banco Central. É importante assinalar que esse resultado ocorre em um cenário de crise econômica mundial, que afeta tradicionais e importantes emissores de turistas para o Brasil, como Espanha, Portugal, Itália e Argentina – países situados entre os dez maiores mercados emissores de turistas para o País.

De acordo com o relatório anual da *International Congress & Convention Association* (ICCA), divulgado em 2012, o Brasil recebeu 304 eventos classificados como internacionais. No ano anterior, foram realizados 275 eventos. O País subiu duas posições no *ranking*, de 9º para 7º colocado – sendo o único da América Latina entre os 10 primeiros.

O aumento de 48 para 57 do número de cidades brasileiras que receberam congressos e convenções é outro dado bastante positivo, porque mostra que mais destinos turísticos estão aptos a receber eventos internacionais. Os grandes eventos a se realizarem no País, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, dentre outros, darão um impulso ainda maior na divulgação de outros destinos ainda desconhecidos pelo público internacional.

Outro dado que reforça a continuidade ascendente do turismo é a quantidade de franquias abertas nesse segmento. De acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF), são 864 unidades franqueadas de hotéis e agências de viagem, cujo faturamento cresceu 85,8%, cinco vezes mais que a média dos demais segmentos de franquias. Em relação à construção de hotéis, de acordo com a *Lodging Econometrics*, o Brasil aparece em quarto lugar na lista de países que mais constroem hotéis em todo o mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia. Na América Latina, o País representa mais de 40% do mercado de novos hotéis.

a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo

Em abril de 2012, o Ministério do Turismo divulgou o Planejamento Estratégico e o Plano de Ação para o quadriênio de 2012-2015. Compõem os documentos, em consonância com o PPA, um conjunto de objetivos, iniciativas, ações, indicadores de desempenho e metas, formulados para o alcance de uma visão de longo prazo: posicionar o Brasil, até 2022,





como uma das três maiores economias turísticas do mundo. Atualmente, o País está em 6º lugar, de acordo com o *World Travel & Tourism Council (WTTC)*.

Com o objetivo de reduzir os preços praticados ao consumidor final e, assim, estimular o aumento do número de turistas e viagens realizadas, o Governo promoveu a desoneração tributária relativa à folha de pagamento dos setores hoteleiro e de transportes aéreos.

Para aprimorar as informações disponíveis sobre o mercado turístico brasileiro foram realizados: i) o levantamento da estrutura de gastos dos brasileiros no exterior com vistas a subsidiar a avaliação da situação do Balanço Cambial do Turismo brasileiro; e ii) a inclusão da hotelaria e outros serviços relativos ao turismo no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Com a medida, os meios de hospedagem passam a encaminhar o registro de suas operações com hóspedes estrangeiros, permitindo assim conhecer melhor o impacto e a dimensão da atividade como item de exportação de serviços.

b) Regionalização, Segmentação e Ordenamento Turístico

O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivo o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para alcançar padrão de qualidade internacional. Em 2012, o Programa esteve em fase de reformulação, tendo sido realizadas avaliações com interlocutores estaduais do Programa e atores institucionais da cadeia turística. Com base no novo modelo, atualmente em fase de consulta pública, pretende-se, em 2013, a retomada das ações de implementação do Programa.

Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta, do espaço geográfico, e também das características e variáveis da demanda. Atualmente, os segmentos prioritários são: Sol e Praia; Ecoturismo; Aventura; Pesca; Saúde; Náutico; Estudos e Intercâmbio; Social; Cultural; Negócios e Eventos; Rural.

Em 2012, alguns dos projetos, atividades e ações desenvolvidos foram: i) o plano de ação do turismo de pesca; ii) o projeto Talentos do Brasil Rural, com diagnósticos e assistência técnica a roteiros do turismo rural; iii) a realização do III Fórum Nacional das Cidades Históricas (Turismo Cultural); e iv) a pesquisa qualitativa sobre o perfil do turista com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHos) é outro projeto de fundamental importância no desenvolvimento do setor. O SNRHos vai armazenar, em meio eletrônico, as fichas preenchidas pelos hóspedes no *check-in*. O objetivo é modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. O novo Sistema *on-line* foi disponibilizado para as Cidades-sede da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, que farão a transmissão da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes por meio do novo processo. Ainda em 2013, o Sistema será disponibilizado para outros Municípios, a começar pelas demais Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

c) Produção Associada ao Turismo

Em 2012, com o objetivo de diversificar a oferta, dinamizar a comercialização de roteiros e agregar valor às atividades turísticas, foram apoiadas ações em 117 Municípios, com prioridades para as 12 Cidades-sede da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, além dos destinos internacionalmente reconhecidos.





Foi disseminado o manual de orientações e aplicada metodologia com vistas à integração da produção associada à atividade turística visando ao fortalecimento e à consolidação de iniciativas apoiadas. Essa metodologia foi aplicada em 12 destinos turísticos, obtendo-se como resultado a identificação de 42 novas atividades turísticas com potencial de integração na cadeia produtiva do turismo e com diferencial competitivo para o destino. Para 2013, será dada continuidade às ações de identificação de novas atividades turísticas, de qualificação e inserção do produto no mercado, utilizando a mesma área de abrangência delimitada em 2012 e priorizando a utilização de metodologias desenvolvidas e disponibilizadas pelo Governo.

d) Investimentos e Financiamentos para o Turismo

As ações de fomento aos projetos turísticos se concentraram, em 2012, na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais e internacionais e ao desenvolvimento e à adequação de linhas de crédito voltadas para o financiamento às empresas prestadoras de serviços turísticos e aos turistas.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Em 2012, até novembro, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 11,2 bilhões, em operações de capital de giro e investimento, expressando incremento de 30,1% em relação aos financiamentos realizados no exercício anterior. A meta para 2012 foi da ordem de R\$ 8,3 bilhões, tendo sido superada em 34,9%.

No que se refere especificamente ao financiamento de projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas, em função da Copa do Mundo FIFA 2014, os agentes financeiros federais contrataram 200 operações de crédito, no período de janeiro de 2010 a novembro de 2012, no montante de R\$ 2,2 bilhões, com investimentos totais da ordem de R\$ 3,1 bilhões. Os valores investidos deverão viabilizar a reforma de 6,7 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de dez mil quartos à capacidade hoteleira do País.

Os grandes eventos representarão uma importante vitrine do País no exterior, propiciando melhoria do atual patamar do turismo e de infraestrutura urbana. Para tal, pretende-se em 2013 dar continuidade às ações de fomento aos investimentos privados com foco na implantação, expansão e modernização de empreendimentos do turismo brasileiro.

e) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

Para a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), foi celebrado contrato de empréstimo, em 2012, para o Município de Fortaleza/CE junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). Tal cooperação, somada à dos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco que já estão em execução, totaliza US\$ 387 milhões. Outras 20 cartas-consulta foram aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex), encontrando-se em diferentes estágios de preparação. Dentre essas propostas, destaca-se a do Município de Manaus, negociada junto à CAF, atualmente em fase de assinatura do seu contrato e as dos Estados do Rio Grande do Norte e do Pará.

f) Infraestrutura Turística

No ano de 2012, foram apoiados mais de mil projetos de infraestrutura turística no valor aproximado de R\$ 780 milhões, envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura em 26 unidades da Federação, incluindo saneamento básico, pavimentação, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria da acessibilidade, sinalização turística, construção ou reforma de mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos e centros de informações turísticas.





g) Qualificação e Certificação em Turismo

A qualificação de profissionais em turismo, até 2014, é um compromisso que envolve o setor público e o setor privado. A estimativa é que o Brasil receba cerca de 600 mil turistas durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014.

O Programa de Certificação do Turismo objetiva servir de referência para o mercado e para os consumidores em suas decisões de compra. Também estimula a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, constituindo-se em ferramenta na busca pela excelência na prestação dos serviços.

Importante ação no âmbito da garantia de qualidade dos serviços turísticos, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) visa promover a concorrência justa entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas em suas escolhas. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, *flat*, *resort*, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café de acordo com a infraestrutura, equipamentos e serviços. Em 2013, serão intensificadas as ações de classificação e de entrega das placas aos empreendimentos.

h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária

As ações apoiadas em 2012 tiveram como diretrizes a geração de trabalho e renda e o incremento do protagonismo local por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários ligados à cadeia produtiva do turismo, fortalecendo a gestão participativa e a inserção comercial dos produtos turísticos oferecidos. Também foram apoiados projetos de fortalecimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas regiões do entorno das 12 Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em 2013, a proposta é apoiar projetos ligados ao fortalecimento da gestão participativa do turismo nas comunidades locais, e da inserção dos roteiros no mercado, garantindo a sustentabilidade econômica dos projetos. A área de abrangência das ações está delimitada em 117 Municípios, priorizando-se as 12 Cidades-sede que receberão os jogos da Copa das Confederações da FIFA Rio 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e destinos reconhecidos internacionalmente.

i) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional

Para motivar o brasileiro a viajar e conhecer o País, o Governo promove a veiculação de campanhas promocionais, ações de publicidade, propaganda e a produção de material institucional e de divulgação. Em 2012, foram produzidas as seguintes campanhas: i) campanha de infraestrutura turística com a divulgação das obras realizadas pelo Governo Federal nos últimos anos; ii) Campanha Rio+20; iii) Campanha do Pronatec Copa; e iv) Campanha Região Serrana. Para 2013, novas campanhas publicitárias estão sendo planejadas para serem veiculadas em TV, revistas, jornais e mobiliário urbano, além das mídias sociais e Internet.

Outra importante iniciativa, como complemento às ações promocionais e com vistas à sensibilização e informação ao turista, foi o lançamento do guia Viaje Legal, nas versões *on-line* e impressa, no final de julho de 2012. As orientações incluem como proceder em caso de extravio de bagagens, atraso, *overbooking* em voos, e cautelas na hora de contratar serviços turísticos, como pesquisar a situação cadastral do prestador de serviços pretendido no Sistema Cadastur.

j) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional

Para o alcance das metas de crescimento sustentável do turismo internacional para o Brasil, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) manteve em 2012 um programa de relações públicas, resultando na geração de 3.532 notícias sobre o Brasil.





Também foi iniciada uma série de eventos nos principais mercados internacionais, especificamente voltados para a atração de turistas durante os eventos esportivos. Os seminários foram dirigidos para operadores de turismo, agentes de viagens e jornalistas, alcançando a marca de 1,5 mil participantes. Houve ampla repercussão, na imprensa, dos mercados atingidos pela ação (Chile, Argentina, França, Portugal, Colômbia e Canadá). Os eventos, intitulados *Goal to Brasil*, prosseguirão até maio de 2013.

Para manter e ampliar os bons resultados do nosso turismo internacional, foi lançada, em Londres, na véspera da abertura oficial dos Jogos Olímpicos, a nova campanha publicitária mundial do Governo intitulada *O mundo se Encontra no Brasil. Venha Celebrar a Vida*. Com esse *slogan*, o Brasil será apresentado em mais de 100 países às vésperas dos próximos grandes eventos: Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, ambas em 2013, e a Copa do Mundo FIFA 2014.

O objetivo da nova campanha é mostrar um país que propicia experiências únicas, a partir da soma de todos os ritmos, do sabor e das cores das nossas comidas, da arte dos museus e do talento dos nossos artistas, da acolhida propiciada pelo povo e das paisagens naturais deslumbrantes. Os atributos já conhecidos e utilizados nas outras campanhas (brasileiridade, diversidade, modernidade e interatividade) continuam presentes na linha de comunicação, mas foram reforçados os traços mais bem avaliados nas pesquisas com turistas estrangeiros.

No âmbito das relações internacionais de turismo, foi dada relevante sinalização para o desenvolvimento do turismo mundial com a formalização, durante reunião do G20, da importância do Turismo na agenda mundial como um novo motor de crescimento econômico e da criação de empregos. A facilitação de vistos foi um dos temas formalmente incluídos no documento final do encontro.

Na Rio+20 foi apresentada a campanha *Passaporte Verde – Turismo Sustentável por um Planeta Vivo*, com o objetivo de estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade turística com base em padrões de sustentabilidade. Também foram disponibilizados totens interativos para promover destinos brasileiros em diversos segmentos: ecoturismo; sol e praia; turismo de pesca; turismo rural; e turismo de aventura.

4. Trabalho e Emprego

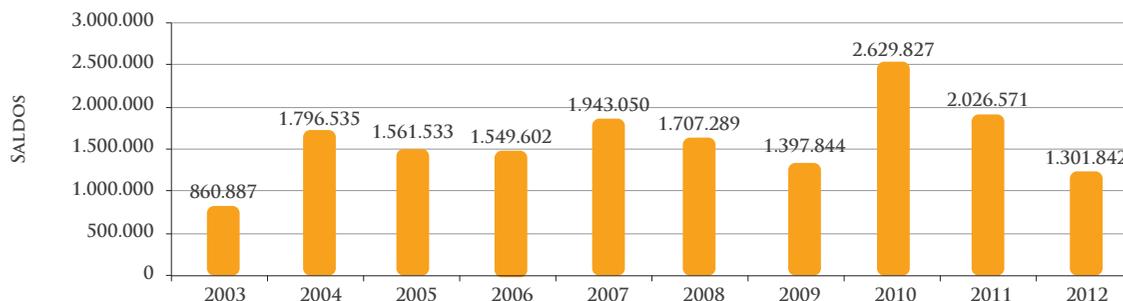
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

O mercado de trabalho formal celetista, medido pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apresentou, em 2012, um crescimento de 3,43% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2011, o que representou a geração de 1,3 milhão de empregos. Espera-se que em 2013 o mercado de trabalho formal dê continuidade ao seu processo de crescimento, apresentando resultado ainda mais favorável que o observado em 2012 em função da maturação das medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo, conforme revela o gráfico a seguir.





Evolução dos Saldos do Emprego Formal nos Anos de 2003 a 2012



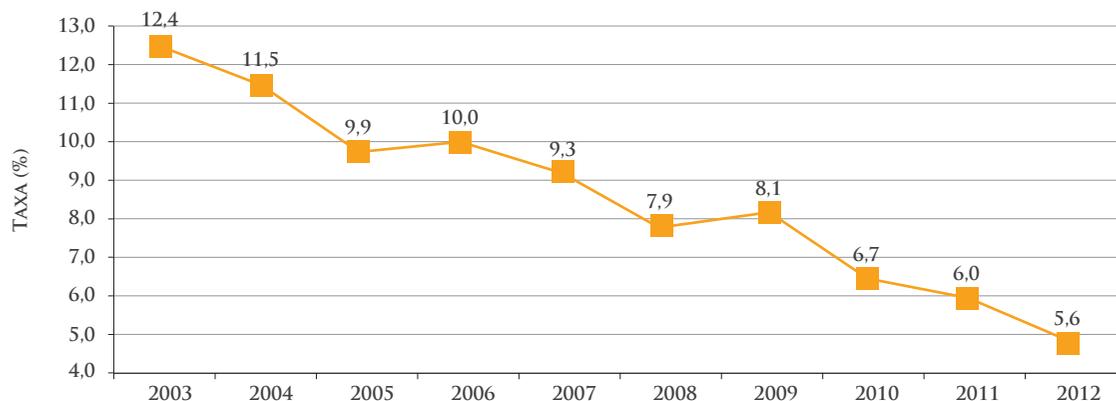
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)/Ministério do Trabalho e Emprego.

No período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), abrangendo os empregados celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais, e os do Caged, somam 3.544.118 empregos formais gerados.

A taxa de desemprego estimada pela Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) apresenta tendência decrescente, atingindo a média anual de 5,6% para o conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas em 2012, considerando até o mês de novembro, conforme o gráfico abaixo.

Evolução da Taxa Média Anual de Desemprego - Total das Áreas Metropolitanas (*)

Período: 2003 a 2012 (até novembro)



Fonte: PME/IBGE (*) Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Os salários médios reais de admissão dos empregados celetistas registraram, em 2012, segundo o Caged, continuidade do processo de elevação apontado pela RAIS nos últimos anos, com ganhos reais consecutivos, desde 2003. Em 2012 verificou-se um aumento médio real de 4,69%, em relação ao ano de 2011, ao passarem de R\$ 966,45 (valor atualizado para 2012) para R\$ 1.011,77. O aumento real do salário médio de admissão obtido pelas mulheres (4,94%) foi superior ao dos homens (4,74%). Em consequência, a relação entre o salário real médio de admissão feminino versus masculino aumentou de 85,80% em 2011 para 85,97% em 2012, indicando uma redução na diferença dos salários auferidos pelas mulheres frente aos percebidos pelos homens.





b) Valorização do Salário Mínimo

Em primeiro de janeiro de 2012, o salário mínimo foi elevado de R\$ 545,00 para R\$ 622,00, representando aumento real de 9,2%, como fruto da aplicação da política de valorização do salário mínimo, cujas diretrizes foram instituídas pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Em 2013, o valor do salário mínimo está fixado em R\$ 678,00, tendo como base de referência o INPC de 2012, estimado em 6,10%, e o PIB de 2011, cujo crescimento foi da ordem de 2,73%.

A elevação do salário mínimo ao longo dos últimos anos tem proporcionado também aumento real em outros indicadores relacionados a rendimentos e salários praticados na economia, possibilitando aumento no poder de compra da população, dinamismo do mercado de trabalho e fortalecimento da demanda interna.

c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) tem como principal objetivo estimular, mediante um conjunto de linhas de crédito com taxas de juros diferenciadas, investimento produtivo de pequenos e microempreendedores, bem como facilitar o acesso a financiamento para inovação tecnológica e para empreendimentos próprios do setor de turismo e exportação. Os recursos do Proger são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob a forma de depósitos especiais, e suas linhas de crédito são operadas pelas instituições financeiras oficiais. Para o ano de 2012, o Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) autorizou a alocação de novos recursos no valor de até R\$ 3,5 bilhões, que inclui ainda a utilização de R\$ 3 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos que retornaram ao Fundo. Durante o exercício de 2012 (janeiro a outubro) a execução do Proger totalizou R\$ 5,6 bilhões.

Em outubro de 2012 foi lançada oficialmente a linha de crédito especial FAT Turismo, com o objetivo de financiar pequenos empreendimentos que visem apoiar os grandes eventos esportivos que ocorrerão no Brasil a partir de 2013. Também relacionada a tais eventos, a linha de crédito especial FAT Taxista se destina ao financiamento da aquisição de veículos, objetivando a renovação da frota e melhores condições de trabalho ao profissional autônomo taxista.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de amparar financeiramente o trabalhador a ele vinculado, contribui para o desenvolvimento do País, por meio de investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. Em 2012, os destaques foram: i) aumento da arrecadação das contribuições do FGTS, representando acréscimo de aproximadamente 14,9% sobre o valor verificado em 2011; ii) elaboração do Planejamento Estratégico do FGTS para o período 2012-2022, conjugado à revisão das diretrizes de aplicação de recursos do Fundo; e iii) revisão e reajuste dos valores de avaliação de imóveis para fins de enquadramento nos programas habitacionais, em especial no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O orçamento do FGTS disponibilizado em 2012 para aplicação por meio de operações de crédito tradicionais e por meio de instrumentos de mercado encontra-se discriminado no quadro a seguir.





FGTS – Orçamento Disponibilizado em 2012 (em R\$ 1.000,00)

ÁREA	VALOR
Financiamento Tradicional	57.365.000
Habitação	47.365.000
Saneamento	5.000.000
Infraestrutura Urbana	5.000.000
Operações de Mercado	23.181.677
Saldo para Aplicações em Habitação	2.252.300
Saldo para Aplicações em Saneamento	1.437.164
Saldo para Aplicações em Infraestrutura Urbana	3.000.000
FI-FGTS	16.492.213
TOTAL	80.546.677

Fonte: MTE.

Sendo um dos mais importantes instrumentos de aplicações de recursos do FGTS em infraestrutura, nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias e saneamento, o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) aplicou aproximadamente R\$ 22,44 bilhões, de 2008 até dezembro de 2012, sendo R\$ 4,093 bilhões no ano de 2012. Além disso, em 2012, foram autorizados reinvestimentos em novos projetos da ordem de R\$ 4,44 bilhões.

Considerando as aplicações de recursos, por meio dos financiamentos tradicionais e das operações de mercado, e os saques dos trabalhadores em contas vinculadas, o FGTS injetou na economia do País, em 2012, mais de R\$ 108,6 bilhões. A arrecadação bruta (depósitos em contas vinculadas), de R\$ 83,03 bilhões, deduzida dos saques, de R\$ 48,05 bilhões, resultou na arrecadação líquida de R\$ 17,98 bilhões, em 2012.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

Em 2012, no período de janeiro a dezembro, 269.025 ações fiscais realizadas em empresas urbanas, rurais e marítimas, permitiram a lavratura de 143.025 autos de infração por descumprimento da legislação trabalhista, em desfavor de 105.136 empregadores. Foi ainda formalizado o vínculo empregatício de 419.183 trabalhadores, proporcionando a respectiva anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em relação ao atributo FGTS, a fiscalização de 150,1 mil estabelecimentos, em 2012, resultou no recolhimento sob ação fiscal do FGTS e da Contribuição Social (CS) de R\$ 369 milhões, tendo sido exaradas 15.875 notificações fiscais para recolhimento do FGTS/CS, totalizando o valor de R\$ 1,66 bilhão, alcançando mais de 17 milhões de trabalhadores.

A verificação do cumprimento das regras trabalhistas decorrentes dos contratos de aprendizagem permitiu o ingresso no mercado de trabalho, em 2012, de 140,9 mil jovens na faixa etária de 14 a 24 anos. A ação fiscal também permitiu,





no mesmo período, a inclusão, no mercado de trabalho, de 35.400 trabalhadores com deficiência, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Em 2012, a inspeção do trabalho realizou 7.392 fiscalizações, com o afastamento de 6.363 crianças e adolescentes do trabalho. Todos os indivíduos foram encaminhados à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente para que os problemas que os levaram à situação irregular de trabalho fossem sanados por meio de programas governamentais. Os dados podem ser consultados por meio do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (Siti) no endereço eletrônico <http://sistemasiti.mte.gov.br>.

Em 2012, foram realizadas 132 operações de combate ao trabalho análogo ao de escravo, com 241 estabelecimentos inspecionados, 1.461 registros em CTPS, 2.560 trabalhadores resgatados da condição análoga a de escravo. Foram pagos R\$ 8,6 milhões diretamente aos trabalhadores em razão de verbas rescisórias e 3.468 autos de infração restaram lavrados em desfavor dos empregadores. O Cadastro de Empregadores fechou o ano com 410 nomes de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas a de escravo.

As taxas de mortalidade por acidentes do trabalho foram reduzidas de 11,7 por 100 mil trabalhadores no ano de 2003 para 7,35 por 100 mil trabalhadores em 2011. Os setores da construção civil, as obras de infraestrutura, o transporte rodoviário de cargas e o trabalho rural mereceram atenção especial nas ações fiscais realizadas em 2012. Foram 154.361 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho e 1.902 análises de acidentes de trabalho graves e fatais realizadas no período de janeiro a dezembro de 2012.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, foram elaboradas e aprimoradas sete Normas Regulamentadoras (NR), merecendo destaque a publicação da nova NR-35 – Trabalho em Altura, e a revisão da NR-20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis.

Ainda na área de segurança e saúde no trabalho, foram distribuídas mais de 50 mil publicações; realizados 90 cursos de curta duração, quando 3.086 profissionais puderam debater as vicissitudes do mundo do trabalho; e publicados 37 trabalhos, englobando os apresentados em eventos e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Buscando novas formas de disseminação de informações, foram disponibilizados 12 programas na forma de *podcast* e 38 na forma de *vídeo cast* no Portal da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em 2012, foram beneficiados 16,05 milhões de trabalhadores.

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O diálogo social tem sido tratado com relevância e respeito no Conselho de Relações do Trabalho (CRT), que tem estrutura tripartite e natureza orientadora, que objetiva a promoção da democratização das relações do trabalho e o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo a respeito de temas relativos às relações do trabalho, à organização sindical e à negociação coletiva.

No âmbito do referido CRT, diversos assuntos foram tratados, tais como representatividade da organização sindical – aferição da representatividade das centrais sindicais ano-base 2012/2013 realizada pelo grupo de trabalho GT-Aferição –, e proposta de classificação das categorias profissionais e econômicas, para fins de controle da unicidade sindical (Tabela de Categoria).





Em 2012, o Governo participou de grandes mesas de negociação coletiva, a exemplo da mesa de negociação entre a empresa General Motors (GM) e os operários ligados ao complexo da montadora em São José dos Campos/SP, que evitou a demissão de cerca de 1,5 mil empregados.

Em busca de transparência e segurança nas relações trabalhistas entre empregador e empregado, o Governo editou o novo Termo de Rescisão de Contrato que será de utilização obrigatória a partir de 1º de fevereiro de 2013, para a rescisão dos contratos de trabalho, liberação do seguro-desemprego e do FGTS, conforme disposto na Portaria nº 1.057, de 06 de junho de 2012.

Em 2012, foram realizadas 9.850 mediações coletivas, com acordo em 86% delas, beneficiando, diretamente, 9,6 milhões de trabalhadores. A implantação da certificação digital em 2012 no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) permitiu o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na administração pública.

Encontra-se em fase final o estudo para a elaboração de norma que regulamentará o registro das entidades sindicais, alterando os requisitos para a apresentação de documentação pelas entidades requerentes, aumentando critérios e objetivando identificar a representatividade dessas entidades, e regulamentando a fusão e a dissociação, dentre outras alterações, com previsão de publicação em 2013.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

O Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, constitui importante instrumento do Governo de promoção do direito ao trabalho, por meio de suas três principais ações: o benefício do seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra e a qualificação social e profissional.

Em caso de dispensa involuntária, visando prover assistência temporária ao trabalhador, o benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: i) trabalhador formal; ii) empregado doméstico; iii) trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão; iv) pescador artesanal; e v) bolsa qualificação devida pela interrupção da atividade de seu empregador.

No ano de 2012, dados preliminares informam que foram beneficiados 7,5 milhões de trabalhadores formais, 912,9 mil pescadores artesanais cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso, 2,1 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 14,2 mil empregados domésticos. Também receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa-qualificação 10.342 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Para essa execução, foram despendidos com o seguro-desemprego, durante esse período, mais de R\$ 27,3 bilhões. Para o ano de 2013, estima-se que cerca de 8,7 milhões de trabalhadores serão contemplados pelo benefício do seguro-desemprego, com gasto estimado em R\$ 28,9 bilhões.

O Abono Salarial beneficia com o valor de um salário mínimo por ano todos os trabalhadores que, no ano-base de referência para o início do pagamento, atendam aos seguintes critérios: estejam cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com CTPS assinada por empregadores contribuintes do PIS/Pasep ou nomeados em cargo público por pelo menos 30 dias; e tenham percebido no período trabalhado média salarial mensal de até dois salários mínimos. Nos últimos anos, o aumento de benefícios pagos está relacionado diretamente ao aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos. Em 2012, considerando-se o ano calendário vincendo no exercício (julho/2011 a junho/2012) foram pagos 19,3 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 10,4 bilhões. Para 2013, estima-se atender 21,3 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 13,3 bilhões.





A rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine) conta com aproximadamente 1.600 postos em todas as unidades da Federação, em parceria com entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos. Os serviços oferecidos nos postos de atendimento permitem o cruzamento do perfil profissional do trabalhador com as vagas oferecidas, bem como a captação de vagas junto ao empregador. No ano de 2012, com dados parciais de dezembro, registraram-se aproximadamente 726 mil colocações no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sine. Para 2013, espera-se a realização de mais de um milhão de colocações no mercado de trabalho devido à constituição de banco de nacional com vagas de emprego cadastradas em todo o País, possibilitando a inscrição e reserva de vagas pelos trabalhadores via Internet.

Com a implantação do Portal MTE Mais Emprego, ao dar entrada no requerimento do seguro-desemprego, qualquer trabalhador está automaticamente inscrito no processo de intermediação de emprego do Sine, de modo que, caso haja vaga compatível com o perfil profissional do trabalhador, ele será convocado a participar do processo de seleção para novo emprego. Essa efetiva integração com a intermediação tem acarretado diminuição do dispêndio com o benefício do seguro-desemprego, evidenciado pela queda de 3% nas emissões de parcelas, comparando-se o mesmo período entre 2011 e 2012.

Os trabalhadores reincidentes na solicitação do benefício do seguro-desemprego são encaminhados para cursos de qualificação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sob pena do cancelamento do benefício por sua recusa. A intenção é que a qualificação facilite o reingresso do trabalhador no mercado de trabalho em um período mais curto.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), documento que retrata a vida profissional de seu portador, garante acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores. Até novembro de 2012, foram emitidas 6,06 milhões de CTPS, sendo 3,35 milhões do modelo manual e 2,75 milhões do modelo informatizado. Para 2013, a meta é a emissão de 5,73 milhões de CTPS. Continua a ser emitido, ainda na fase piloto nos Estados de Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), parte integrante da CTPS informatizada, visando provimento ágil de informações ao trabalhador e acesso a serviços de consulta e recebimento de benefícios. Em 2012, foram emitidos 47.139 cartões.

Integrado ao Sistema Público de Emprego, a operacionalização do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), parte integrante do Sine, prepara trabalhadores para atuação no mercado de trabalho, de forma competitiva, por intermédio de cursos cujas ocupações são demandadas pelo mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica. Das vagas ofertadas para o exercício 2012, foram inscritos em cursos de qualificação cerca de 33,5 mil trabalhadores, em 630 Municípios nos mais diversos setores e ocupações. As melhorias na gestão do PNQ vêm sendo alcançadas pela implementação de mecanismos de controle, acompanhamento, monitoramento e supervisão dos instrumentos celebrados (com adoção de medidas administrativas punitivas no caso de impropriedades e/ou indícios de inexecução), e parcerias com instituições de credibilidade para a elaboração de conteúdos pedagógicos e materiais didáticos, além do portal *web* e da criação do catálogo nacional de cursos. Um dos indicadores utilizados para avaliação do programa é a obrigatoriedade de inserção de pelo menos 30% dos beneficiários qualificados no mercado de trabalho.

Em 2012, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a Resolução Normativa que autoriza a obtenção de visto permanente a nacionais do Haiti por razões humanitárias para a vinda ao Brasil. Até 31 de dezembro de 2012, 73.022 profissionais tiveram permissão para trabalhar no Brasil (entre temporários e permanentes). Das autorizações permanentes, 4.682 foram permissões de residência em caráter humanitário concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a haitianos. Atualmente, o CNIg está finalizando o projeto denominado *Migranteweb_Digital*, o qual visa a digitalização dos processos com a tramitação e análise de forma eletrônica.





g) Estímulo à Economia Solidária

Para dar suporte aos agentes comunitários, educadores, mobilizadores sociais e gestores públicos que atuam nas ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, em 2012, foram destinados recursos R\$ 3,8 milhões para manutenção e ampliação dos Centros de Formação e apoio à Assessoria Técnica. Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de oito mil agentes em sete unidades, sendo uma nacional e seis regionais.

As ações de fomento e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tiveram continuidade em 2012, com investimento de R\$ 35,5 milhões para beneficiar diretamente 8,5 mil famílias com formação, assessoria técnica e comercialização. Também foram beneficiadas 25 redes de cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores com aquisição de veículos para o transporte de coleta seletiva e entrega de materiais e com assistência técnica e qualificação para planos de logística, em uma parceria que envolveu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras, a Fundação Banco do Brasil e o MTE. Nos próximos dois anos, serão disponibilizados R\$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que não estão adequadamente organizadas, cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas de forma precária. Essas famílias serão identificadas e inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e terão acesso às ações de elevação de escolaridade, de educação profissional e tecnológica, de assistência técnica na constituição e fortalecimento de cooperativas com vistas à organização das atividades de coleta, triagem e reciclagem na implantação da coleta seletiva e nos acordos setoriais para logística reversa.

Em 2012, foram selecionadas três propostas para certificação de produtos e serviços no âmbito do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS). Ao todo, até 2014, serão investidos R\$ 5,0 milhões nessas atividades, beneficiando cinco mil empreendimentos econômicos solidários.

Na promoção das iniciativas de finanças solidárias, no ano 2012, foram identificados e mapeados 500 Fundos Rotativos Solidários que beneficiam projetos comunitários com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Esses fundos estão recebendo assessoria técnica e suporte para fortalecimento de suas atividades. Os 81 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) já existentes proporcionaram serviços de inclusão financeira, produtiva e econômica para dez mil mulheres do Programa Bolsa Família.

Em 2012 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), garantindo reconhecimento de direitos e políticas públicas para essas cooperativas.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

As operações de crédito do sistema financeiro, considerados os recursos livres e direcionados, alcançaram cerca de R\$ 2,30 trilhões em novembro de 2012, equivalente a 52,6% do PIB nacional, permanecendo favorecidas pela trajetória declinante de taxas de juros e *spreads* bancários, que continuaram alcançando mínimos históricos, e pela perspectiva de redução dos índices de inadimplência.

Nessas operações de crédito, os bancos públicos aumentaram sensivelmente sua participação, atingindo 47,0% do total, sendo que o setor privado foi o grande tomador dos créditos: R\$ 2,19 trilhões em novembro de 2012, equivalente a 95,2% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).





O crédito às pessoas físicas tem acompanhado e contribuído para esse ritmo de crescimento, com o montante de R\$ 1,09 trilhão em novembro de 2012. Tem destaque o crédito habitacional, que alcançou R\$ 270 bilhões, valor equivalente a 6,1% do PIB, ante 4,7% do PIB em novembro de 2011, com forte participação das contratações da Caixa Econômica Federal, que registra uma expansão de 33,8% no ano, somando R\$ 101 bilhões.

No total do Sistema Financeiro Nacional, o crédito consignado já perfaz, em outubro de 2012, uma carteira de R\$ 139,3 bilhões, segundo dados remetidos pelas instituições financeiras ao Banco Central do Brasil.

b) Acesso a Serviços Bancários

Nos últimos anos, a população brasileira com acesso a contas bancárias aumentou significativamente. Segundo pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada pelo Ibope, 22% da população possuem conta-corrente e conta-poupança; além desses, 25% têm somente conta-corrente e 16% somente conta-poupança, totalizando 63% da população com acesso a alguma conta que lhe permita guarda e movimentação de recursos.

Para aumentar o acesso aos serviços financeiros, especialmente pelos mais pobres, em maio de 2012, foi lançado o Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional no âmbito da Parceria Nacional para Inclusão Bancária, que conta com a participação de diversos atores públicos e privados, visando à concretização de uma série de ações até 2014 com os seguintes objetivos: i) aumentar a adequação da oferta de serviços financeiros às necessidades da economia e da população; ii) elevar o nível de educação financeira da população, combatendo o sobre-endividamento; iii) fomentar a poupança popular; iv) fortalecer os mecanismos de proteção aos usuários de serviços financeiros; v) fomentar o desenvolvimento sustentável do microcrédito produtivo; vi) garantir a estabilidade e promover o aperfeiçoamento do modelo de correspondentes bancário; e vii) aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira em relação à inclusão financeira.

Nesse escopo, com o objetivo de facilitar o crescimento de uma rede de atendimento eficiente e adaptada às necessidades atuais dos clientes do sistema financeiro, a Resolução CMN nº 4.072, de 26 de abril de 2012, revisou e consolidou as normas sobre a instalação de dependências de instituições financeiras, com a definição das seguintes modalidades: i) agência; ii) posto de atendimento (PA); iii) posto de atendimento eletrônico (PAE); e iv) unidade administrativa desmembrada (UAD). Tal alteração foi feita em função da criação e crescimento dos correspondentes no País e do avanço tecnológico, que possibilitou a diversificação das formas de atendimento ao público, especialmente com o uso de equipamentos eletrônicos.

O Banco Postal consolidou-se de forma efetiva na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional, com atenção especial à população de baixa renda. Ao final de 2012, a rede de atendimento do Banco Postal, com 6.175 pontos, estava presente em 94,2% dos Municípios.

b.1) Contas Correntes Simplificadas

A conta simplificada, criada em 2004, é gratuita e não exige comprovante de renda para sua abertura ou manutenção. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), são 8,0 milhões de contas ativas em outubro de 2012, número representativamente maior ao apresentado no mesmo mês de 2011, que era de 6,9 milhões de contas ativas. Tal crescimento tem sido impulsionado pelas ações da Caixa Econômica Federal, que, no período, alcançou crescimento de 14% na quantidade de contas simplificadas ativas.





c) Microcrédito e Microfinanças

É no contexto da informalidade e da pobreza que a política de microcrédito se faz relevante: trata-se de dispor de empréstimos a pequenos empreendimentos informais, microempresas e empresas de pequeno porte que, principalmente, em função da dificuldade em oferecer garantias reais, ficam sem acesso ao sistema financeiro. O crédito é concedido mediante metodologia assistida, em que o agente de crédito interage com o tomador antes, durante e depois da concessão do crédito.

Lançado em agosto de 2011, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer possui o intuito de estimular o empreendedorismo no País, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de emprego e renda.

O referido Programa está inserido no contexto do projeto de massificação do microcrédito no Brasil. Com objetivo de promover a democratização do crédito e a bancarização, mantém a metodologia consagrada do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). As operações são direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, com prazo de pagamento pactuado entre as instituições financeiras e o tomador de acordo com o tipo de empreendimento e uso do recurso. Entretanto, diferentemente do PNMPO, a concessão de crédito no âmbito do Crescer conta com subvenção fixada pelo Ministério da Fazenda (MF), que exige taxa de juros de até 8% ao ano para o tomador, acrescida da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1%.

A metodologia e os valores da subvenção anual por instituição financeira interessada em operar com o Programa são definidos anualmente por portaria do Ministério da Fazenda, sendo o total da equalização limitado a R\$ 500 milhões anuais. Os recursos são pagos, mensalmente, pelo Tesouro Nacional, com base no número, valor e prazo das operações contratadas pelos bancos que optarem pela adesão ao Programa. As instituições financeiras públicas federais Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia têm ação destacada no Programa Crescer.

Desde sua criação até novembro de 2012, já foram realizadas no Programa Crescer cerca de 3,3 milhões de operações com um desembolso de R\$ 4,14 bilhões e um gasto de subvenção de R\$ 261 milhões, o que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias. Do valor concedido, 86% foram destinados a pessoas físicas, 8% a microempresas e 6% a empreendedores individuais, sendo que 64% das pessoas atendidas foram mulheres. Em relação à distribuição geográfica dos valores desembolsados, 73% foram destinados para a região Nordeste, 16% para a região Sudeste, 6% para a região Sul, 2% para a região Norte e 3% para o Centro-Oeste.

Em maio de 2012, foi identificado que 51% dos beneficiários do Programa Crescer estão registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo que 38% são beneficiários do Programa Bolsa Família e 34,5% das operações atingiram o público de extrema pobreza do Brasil Sem Miséria, cuja renda mensal *per capita* é de até R\$ 70.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

Para alcance de maior efetividade das políticas do Governo voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura, foi lançado em outubro de 2012 o Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014.

O Plano, ao adotar uma abordagem sistêmica, supera os enfoques convencionais e setoriais baseados em infraestruturas e crédito, contemplando o conjunto dos serviços necessários à exploração sustentável do enorme potencial aquícola e





pesqueiro do Brasil. Seu objetivo é ampliar as ações governamentais e promover o desenvolvimento sustentável, estimulando o empreendedorismo, principalmente para jovens e mulheres, beneficiando em torno de 300 mil famílias e retirando da situação de pobreza mais de 100 mil famílias com investimento de R\$ 4,1 bilhões em financiamentos para expandir a aquicultura, modernizar a pesca, e fortalecer a indústria e o comércio pesqueiros.

Para atingir a meta de produzir dois milhões de toneladas anuais de pescado até 2014, destacam-se as seguintes medidas: i) a ampliação do crédito com redução de juros, aumento dos prazos de carência e pagamento e qualificação dos critérios para obtenção de crédito; ii) desoneração da cadeia produtiva; iii) oferta de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; iv) ampliação da capacidade de compras institucionais para apoio ao pescador artesanal e ao aqüicultor familiar; v) fortalecimento do cooperativismo; vi) disponibilização de infraestrutura e equipamentos; vii) modernização e renovação de embarcações; e viii) investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

A produção de pescado do Brasil, no ano de 2011, atingiu 1.431.974,4 toneladas, representando um incremento de 13,2% em relação a 2010. Dentre as modalidades, a pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por aproximadamente 553.670 toneladas, seguida, sucessivamente, pela aquicultura continental com 544.490 toneladas, pesca extrativa continental com cerca de 249.600 toneladas e aquicultura marinha com aproximadamente de 84.214 toneladas.

Em 2012, foram concedidos R\$ 303,64 milhões num total de 19.884 operações de financiamento e concessão de crédito para o setor da pesca e aquicultura.

O Programa Revitaliza foi expandido em 2012, passando a contemplar também as modalidades de obras de construção e aquisição de embarcação pesqueira de até 20 toneladas (20 AB) e o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais habilitou 1.197 embarcações, das quais 391 possuem arqueação bruta (AB) menor que 20, que são embarcações artesanais, e 806 maiores que 20 AB. Foi publicada ainda no âmbito do Programa de Subvenção a Instrução Normativa MPA nº 7/2012, isentando as embarcações artesanais da instalação dos dispositivos eletrônicos de aferição, ampliando, portanto, o acesso dos pescadores artesanais ao Programa.

Em relação à aquicultura, foram finalizados os estudos em Parques Aquícolas para implantação de 11 reservatórios: Moxotó (Pernambuco/Alagoas/Bahia), Lajeado (Tocantins), Manso (Mato Grosso), Jurumirim, Salto Grande, Chavantes, Canoas I, Canoas II, Capivara e Rosana (Paraná/São Paulo) e Taquaruçu (São Paulo). Também foram concluídos estudos no litoral de seis Estados: Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná, visando à demarcação de Parques Aquícolas em áreas propícias ao desenvolvimento sustentável da atividade.

Em 2012, foram cedidas 587 áreas aquícolas em diversas regiões do País, totalizando 921 hectares, cuja produção potencial é de 61.827,6 toneladas/ano. Com essas novas cessões, o País passa a contar com 2.783 áreas aquícolas, com produção estimada de 460.586,20 toneladas/ano de pescado cultivado, em 1.780,40 hectares. Dessas áreas, 89,83% foram ofertadas de forma não onerosa, selecionando aqüicultores de baixa renda e em comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Cerca de três mil tanques escavados foram construídos em 2012 para atender aqüicultores familiares em propriedades rurais, a maioria dos beneficiados nos Estados da região Norte. Foram cedidas 133 máquinas agrícolas, beneficiando 9,5 mil famílias atuantes na aquicultura familiar em diversos Municípios de 17 Estados.





As estações de piscicultura, responsáveis pelas atividades de fomento, pesquisa, geração e difusão de tecnologia, por meio da produção de alevinos de espécies aquícolas de valor comercial e de espécies nativas, receberam, ao longo de 2012, recursos na ordem de R\$ 3,4 milhões para a recomposição da fauna ictícia, além de R\$ 2,5 milhões para produção de aproximadamente 35,5 milhões de alevinos, capacitação de 1.134 pessoas e publicados 30 pesquisas e estudos científicos nas áreas de aquicultura, limnologia, ictiologia e nutrição. A previsão para 2014 é de aumento na produção média de 30 milhões de alevinos/ano para 100 milhões de alevinos/ano.

Para implementar infraestruturas de recepção, distribuição e comercialização do pescado, em 2012, foi realizada a concessão da Unidade de Beneficiamento de Pescado de Sergipe à iniciativa privada, que passou a atender 200 pescadores da região, incrementando o valor agregado do pescado produzido pelos pequenos piscicultores e reforçando a cadeia produtiva da aquicultura nas bacias do São Francisco e do Parnaíba. Para 2013, está previsto o repasse das unidades da Bahia e de Alagoas para empreendedores do ramo ou cooperativas de piscicultores.

b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Pesquisa

A Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) constitui-se em elemento estratégico para a melhoria da produção e da qualidade do pescado, com consequente impacto na renda e qualidade de vida de pescadores artesanais e aqüicultores familiares.

Para ampliar a abrangência da Atepa, foram celebrados convênios, principalmente com instituições públicas. Com os convênios de Ater/Atepa celebrados em 2012, somados àqueles que tiveram algum tipo de repasse de recursos naquele ano, deverão ser atendidos cerca de 10 mil pescadores e aqüicultores.

Em 2012, iniciou-se também um processo de capacitação de extensionistas de instituições públicas que pretende, até 2015, qualificar pelo menos 750 técnicos para atuarem com pesca e aquicultura. Os convênios celebrados devem contemplar 210 profissionais. Com isso, aumenta-se o contingente de extensionistas rurais aptos a compreenderem as especificidades e atuarem junto a pescadores e aqüicultores.

Ainda em 2012, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o MPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para a contratação de serviços de Ater/Atepa por meio de Chamadas Públicas, conforme definido na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Por meio desse mecanismo, espera-se agilizar e desburocratizar o processo de contratação e garantir que os técnicos estejam a campo mais rapidamente, atuando na orientação de pescadores e aqüicultores.

Há que se ressaltar ainda o Acordo de Cooperação celebrado entre os Ministérios da Pesca e Aquicultura, da Defesa, da Educação e a Marinha do Brasil, que possibilitou a habilitação dos Institutos Federais da Paraíba, do Ceará (Campus Acaraú) e Santa Catarina para ministrar cursos para aquaviários, fluviais e pescadores, além de possibilitar a reformulação da matriz curricular do curso de formação de pescador a partir de 2013.

Em 2013, as Ater das regiões Norte e Nordeste deverão receber atenção prioritária, tendo como focos o acesso ao crédito, a organização produtiva, a geração de renda e a superação da pobreza, visando atingir as metas do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014, que prevê a aplicação de R\$ 135 milhões em ações de assistência técnica e extensão rural para beneficiar 120 mil pescadores e aqüicultores.

Quanto às ações de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I), em 2012 foram selecionados 66 projetos de pesquisa por meio de chamada pública conjunta, com objetivo de apoiar aqueles considerados inovadores, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de pesca e aquicultura, com foco na ampliação do conhecimento em temas prioritários





para propiciar o aumento da produção de pescados no País. O montante de recurso a ser investido até 2013 no financiamento desses projetos é de R\$ 10 milhões. Ainda em 2013, pretende-se realizar estudos estratégicos para a definição da criação de um Centro Nacional de Pesquisa em Pesca e Aquicultura Marinhas.

c) Inclusão Social de Comunidades de Pescadores e da Aquicultura Familiar

Em 2012, foram beneficiadas 104 comunidades pesqueiras com equipamentos de informática (novos ou reconicionados), mobiliário (no caso das entidades contempladas com equipamentos novos), conexão para a Internet, bolsas e cursos de capacitação para monitores, abrangendo 99 Municípios. A instalação desses Telecentros e a capacitação dos monitores estão em andamento e serão finalizadas em 2013. Em 48 Telecentros da Pesca Maré são realizados cursos de Técnico em Pesca e Técnico em Aquicultura para 1.684 alunos, fruto da parceria entre o MPA, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). As aulas nesses Telecentros, chamados de polos de ensino a distância, iniciaram-se em 2009 e têm data de conclusão prevista para março de 2013. Está prevista, ainda, nova edição desses cursos, a oferta de cursos básicos em informática e a criação de 13 polos de ensino a distância.

Em outubro de 2012, foi firmado Acordo de Cooperação entre o MPA e o Ministério da Saúde, objetivando fomentar a implementação das ações de atenção integral à saúde para as comunidades de pescadores e da aquicultura familiar, com iniciativas que possibilitem o diagnóstico, tratamento e contínuo monitoramento de doenças relativas às atividades desenvolvidas.

Merece destaque também o Acordo de Cooperação celebrado visando à execução e monitoramento de ações de combate à extrema pobreza entre pescadores artesanais. Como fruto desse acordo, foi lançada a primeira Chamada Pública de Ater para pescadores artesanais, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, com previsão de atendimento de 3,5 mil famílias de pescadores artesanais nos Estados da Bahia e do Pará.

d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Atualmente, estão em execução as obras dos Terminais Pesqueiros Públicos de Aracaju/SE, Belém/PA, Natal/RN, Ilhéus/BA e Salvador/BA, e estão em estágio de execução as obras civis das unidades de beneficiamento de pescado nas localidades de Pinhalão/PR, Iracema/RR, Castelo Branco/SC, Dois Irmãos do Buriti/MS, Três Fronteiras/SP e São Lourenço do Sul/RS.

Estão sendo realizados ainda os serviços e obras de engenharia: i) de dragagem do Canal São Lourenço; ii) do Canal de Acesso ao Centro Integrado de Pesca Artesanal (Cipar) de Niterói/RJ; iii) de reforma e aparelhamento do Estaleiro Municipal de Garopaba/SC; iv) da construção do Trapiche do Mercado Público de Balneário Barra do Sul/SC; v) da construção do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão em Aquicultura (Cempea) de São Luiz/MA; e vi) da construção dos Trapiches de Tubiacanga e Ribeira, ambos no Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2012, foram entregues quatro Fábricas de Gelo, com capacidade aproximada de 1,2 tonelada por dia, nos Municípios de Timbó/SC, União do Oeste/SC, Santa Luzia do Itanhi/SE e Couto Magalhães/TO. Já os Municípios de Prainha/PA, Óbidos/PA e Monte Alegre/PA foram contemplados com três Câmaras Frias com capacidade aproximada de cinco toneladas, para estocagem de pescado.

Para 2013, objetivando estimular iniciativas de geração de trabalho e renda com produtos oriundos da pesca, será reeditado o Projeto de Pequenos Empreendimentos, com a meta de entregar 50 Cozinhas Comunitárias e 50 Pontos Comerciais Fixos.





e) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro

O Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (SGC) está estruturado em Comitês Permanentes de Gestão (CPG) que possuem caráter consultivo e de assessoramento e são integrados por representantes governamentais e da sociedade civil. O SGC subsidia a elaboração e implementação de normas, critérios e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Atualmente existem seis CPG instalados, sendo eles: Lagosta; Atuns e Afins; Camarões; Demersais N/NE; bacia Amazônica e bacia do rio São Francisco. Para o ano de 2013, está prevista a criação de mais oito CPG. Foi criado em 2012 o Grupo Técnico de Trabalho Tainha (GTTT) com a finalidade de debater e elaborar proposta de Plano de Gestão para o uso sustentável de tainha e coordenar a execução de estudos biológico-pesqueiros para subsidiar a gestão do uso sustentável do recurso nas regiões Sudeste e Sul.

No tocante à fiscalização da atividade pesqueira em Águas Jurisdicionais Brasileiras, foram realizadas, em 2012, ações em parceria com o Ibama, Polícias Militares Ambientais e outros órgãos fiscalizadores, e firmadas novas parcerias para elaboração do Plano Nacional de Fiscalização da Atividade Pesqueira, que tem previsão de assinatura e implementação em 2013.

Dando continuidade ao processo de aprimoramento do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), foi introduzido novo procedimento de acompanhamento da atividade exercida pela categoria de pescador profissional, cuja licença será válida por período indeterminado. Na categoria de embarcações pesqueiras, mudanças em 2012 nas Instruções Normativas deixaram o processo de registro mais célere, possibilitando a renovação de 35 mil registros. Em 2012, houve 2,3 mil inscrições na categoria de aquicultor, o que representa aumento de 77% em comparação com 2011. Em 2013, serão realizadas campanhas estaduais, e de divulgação junto aos produtores, visando estimular o registro.

Em relação à pesca amadora também foram atualizadas as Instruções Normativas de registro e ordenamento da atividade e o número de pescadores amadores licenciados em 2012 foi de 350 mil, o que representa aumento de 20% em relação ao ano anterior. Também foram autorizadas cerca de 150 competições de pesca amadora.

f) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

Com vistas a garantir a sanidade dos produtos e processos relacionados a peixes, crustáceos e moluscos no Brasil, foi lançada, em 2012, a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (Renaqua) e o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB). A Renaqua, formada por laboratórios públicos, é responsável pela realização de testes de diagnóstico de doenças de animais aquáticos e de análises de resíduos e contaminantes nos recursos pesqueiros. Já o PNCMB executado em parceria com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) monitora toda a produção do setor destinada ao consumo humano, como ostras, berbigões, vieiras e mexilhões. A partir deste primeiro programa oficial para animais aquáticos, foi possível instituir o monitoramento contínuo e sistemático de resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 15 áreas na região Sul.

g) Estímulo ao Consumo e à Comercialização

Em 2012 ocorreu a IX Semana do Peixe, no mês de setembro, ocasião em que foram realizadas articulações com redes supermercadistas, peixarias, bares, restaurantes, escolas entre outros, para que esses agentes promovessem o consumo do pescado e tornassem a sua comercialização mais eficiente. Para 2013, como estratégia do Plano Safra, prevê-se a instalação de equipamentos de processamento de pescado em 25 Municípios contemplados com a implantação das Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (Uadaf), o que permitirá a agregação de valor do produto da pesca





artesanal e da aquicultura familiar local, assim como o escoamento do produto para os mercados institucionais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

h) Cooperação Internacional

O Governo tem sido ativo nos foros internacionais, como o Comitê de Pesca da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Cofi/FAO), a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (Iccat), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e a Rede de Aquicultura das Américas.

No âmbito bilateral, estabeleceu memorandos de entendimento com um grande número de países, com vistas ao intercâmbio de experiências e de conhecimentos técnicos e científicos. Com países fronteiriços – Argentina, Colômbia, Guianas, Suriname, Uruguai, Venezuela – procura-se harmonizar a legislação e aperfeiçoar o uso de recursos pesqueiros compartilhados.

Também foi efetiva a participação do Governo na construção do Plano de Ação Estratégica (PAE) do Projeto Amplo Ecossistema Marinho do Caribe, coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), mediante a aplicação de análise diagnóstica transfronteiriça e do enfoque ecossistêmico aplicado à pesca no “estudo de caso sobre os estoques compartilhados de camarões e peixes demersais na plataforma continental Brasil-Guianas”.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

A agricultura familiar brasileira é representada por 84% dos estabelecimentos agropecuários do País e ocupa diretamente mais de 12 milhões de pessoas (74% da mão de obra no campo). Apesar dos agricultores familiares ocuparem apenas 24% da área agrícola do País, respondem por 33% do valor total da produção no campo, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE.

Atualmente, o MDA registra 4,3 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) de pessoas físicas e dois mil DAPs de pessoas jurídicas. O DAP é documento que comprova os requisitos exigidos pela Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) e garante acesso aos programas do Governo Federal.

a.1) Crédito e Seguro Rural

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o crédito rural do Governo Federal já está presente em mais de 5,3 mil Municípios (95% do total). No ano-safra 2011/2012, período compreendido entre 1º de julho de 2011 e 30 de junho de 2012, foram disponibilizados R\$ 16 bilhões para o Pronaf. Desse total, foram financiados R\$ 13,5 bilhões com mais de 1,2 milhão de contratos. Para o ano-safra 2012/2013 estão disponibilizados R\$ 18 bilhões para o Pronaf, em diversas modalidades de crédito para custeio e investimento.

O Pronaf Mais Alimentos, destaque das linhas de investimentos, vem contribuindo para a modernização das unidades familiares. Desde o ano-safra 2008/2009, quando foi lançado, financiou aproximadamente R\$ 12 bilhões, atendendo mais de 270 mil agricultores familiares de todas as regiões do Brasil. Na safra 2011/2012 foram 77 mil operações de crédito nesta linha, no valor de 3,4 bilhões.





Para o Plano Safra 2012/2013 foram adotadas medidas para ampliar o acesso ao crédito, dentre as quais: i) a ampliação da renda bruta para fins de enquadramento no programa, que passou de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil; ii) a ampliação dos limites de crédito para custeio de R\$ 50 mil para até R\$ 80 mil por agricultor; iii) a elevação do limite das linhas de investimento do Pronaf Agroindústria de R\$ 50 mil para até R\$ 130 mil por agricultor e para as cooperativas de R\$ 10 milhões para até R\$ 30 milhões; iv) a elevação do limite do microcrédito rural (Pronaf B) dirigido aos agricultores de baixa renda para até R\$ 15 mil; e v) maior redução nas taxas de juros do Pronaf, que passaram a contar com juros inferiores à inflação em todas as suas modalidades a partir de julho 2012.

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que cobre as perdas por eventos climáticos, dá cobertura a mais de 450 mil agricultores. Ele se aplica a 50 culturas que possuem zoneamento climático, com valor segurado de R\$ 5,5 bilhões por safra. Desde julho de 2012, o valor limite da parcela de renda por unidade familiar de produção foi elevado de R\$ 3,5 mil para R\$ 7 mil. Em 2012, em função de eventos climáticos adversos (seca, geada, granizo etc.), mais de 93 mil agricultores receberam pagamento do Seaf, totalizando desembolso de R\$ 680 milhões.

Foram reforçadas ações permanentes e desencadeadas ações emergenciais para reduzir os impactos de secas prolongadas ou cheias que atingiram a agropecuária em 2012, com destaque para: i) o Programa Garantia-Safra, que na safra 2011/2012 beneficiou 768.322 famílias em 1.015 Municípios que aderiram ao Programa, tendo as famílias recebido R\$ 1.240,00, valor superior ao inicialmente previsto (R\$ 560,00). Foram também disponibilizados R\$ 1,07 milhão de cotas de participação para a safra 2012/2013; ii) a concessão de auxílio financeiro emergencial transferidos em parcelas mensais de R\$ 80, no âmbito do Bolsa Estiagem para as regiões Nordeste (nove parcelas no total de R\$ 720,00) e Sul (cinco parcelas no total de R\$ 400,00); iii) disponibilizado R\$ 1 bilhão para concessão de crédito de investimento e de custeio agrícola e pecuário aos produtores rurais prejudicados pela estiagem no Nordeste, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com taxa de juros de 1% ao ano e rebate de 40% do valor contratado se o pagamento for realizado dentro do prazo estipulado; iv) disponibilizada linha de crédito emergencial no Norte e no Sul de até R\$ 10 mil, com juros de 1% ao ano e prazo de até 10 anos para pagar, com rebate de 20% no Sul e 40% no Norte; e v) a venda de cerca de 400 mil toneladas de milho no Nordeste e no Sul ao preço mínimo (modalidade balcão) para garantir a alimentação dos animais durante a estiagem.

No que se refere à garantia das operações do Pronaf em caso de queda de preços dos produtos no momento de sua comercialização, o Governo concede bônus no contrato de crédito equivalente à diferença entre o custo de produção e o preço médio do mercado em cada Estado, por meio do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O bônus pode ser de até R\$ 5 mil para as operações de custeio e R\$ 2 mil para as de investimento. O Programa abrange mais de 98% das operações de custeio e investimento do Pronaf, com 50 culturas amparadas. Desde julho de 2012, o preço de garantia no âmbito do PGPAF passou a computar o custo de produção e um bônus de 10%, valorizando assim o trabalho da unidade de produção familiar.

a.2) Assistência Técnica e Extensão Rural

Em 2012, a assistência técnica e extensão rural (Ater) beneficiou 412 mil famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, mulheres, jovens e famílias em situação de extrema pobreza na área rural, conforme ilustra a tabela a seguir.





Assistência técnica e extensão rural 2012

SEGMENTO	AGRICULTORES (AS) FAMILIARES (MILHARES)	RECURSOS (R\$ MILHÕES)
Agricultura familiar – geral	222	338
Assentados	145	227
Quilombolas	4,4	4
Mulheres	6,5	12
Brasil Sem miséria	31	46
Sementes crioulas	2,6	3
Indígenas	0,3	3
TOTAL	412	633

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Governo conta com 689 entidades governamentais e não governamentais de Ater registradas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), habilitadas para participarem das chamadas de contratações de serviços. Atualmente são mais de 380 contratos em execução. As organizações públicas estaduais de Ater receberam R\$ 10 milhões, em 2012, para aquisição de veículos, computadores e mobiliários a serem destinados ao atendimento direto aos agricultores familiares, e em 2012 foram beneficiados 2,4 mil técnicos mediante cursos de formação. Para 2013, a previsão é a capacitação de nove mil técnicos para atender às diversas modalidades de Ater.

Visando à melhoria e à profissionalização da gestão das cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar, o Governo criou a Metodologia de Assistência Técnica em Organização, Gestão, Produção e Comercialização para Empreendimentos da Agricultura Familiar – Metodologia de Ater Mais Gestão, que vem funcionando em projeto-piloto desde 2008, visando capacitar cooperativas da agricultura familiar na qualificação da gestão, com foco no fortalecimento e inserção no mercado uma parceria do MDA e Sebrae. Em 2012, 562 cooperativas e empreendimentos passaram a ser acompanhados, com aplicação de cerca de R\$ 49 milhões. Para 2013, serão mais 1,2 mil cooperativas e empreendimentos, com recursos de aproximadamente R\$ 100 milhões.

Em 2013, a Ater do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) chegará a 210,5 mil famílias. Já entre os assentados da reforma agrária, a Ater chegará a 214,2 mil famílias. Os serviços de assistência também chegarão a 50 mil agricultores agroecológicos, orgânicos e/ou agroextrativistas, a 120 mil com ações de sustentabilidade e a 10 mil jovens rurais.

Considerando todas as ações de Ater em 2013, a perspectiva é chegar a 600 mil agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, apoiar 489 organizações em gestão e ampliar a cooperação com as entidades estaduais.

a.3) Organização Econômica

Para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Governo conta com vários instrumentos:

- Foram investidos R\$ 611 milhões pelo Governo beneficiando 117,5 mil agricultores familiares, em 2012, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A meta de 2013 é atender 387 mil famílias com recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão.





- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ação conjunta com o Ministério da Educação (MEC), permite que pelo menos 30% das aquisições da alimentação escolar sejam obtidas diretamente da agricultura familiar. Para apoiar as necessidades da alimentação escolar nas grandes cidades e regiões metropolitanas, foi implementado o Projeto Nutre Brasil, que capacita as cooperativas de agricultores e familiares a fornecerem para o Programa. Atualmente são 46 Municípios atendidos. Em 2013, serão assistidas 200 cooperativas em 64 Municípios, com recursos de R\$ 25 milhões.
- A participação da agricultura familiar é incentivada pelo Selo Combustível Social concedido às usinas produtoras de biodiesel que compram a produção da agricultura familiar e asseguram a assistência técnica. Hoje, 41 usinas produtoras de biodiesel com Selo adquirem aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em matérias-primas, beneficiando mais de 100 mil estabelecimentos familiares e 70 empreendimentos coletivos. Para 2013, serão beneficiados mais de 120 mil estabelecimentos familiares e 80 empreendimentos coletivos.

Em 2012 o Governo Federal implementou a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar (PGPM-AF), que utilizou R\$ 37 milhões em leilões com prêmio para escoamento da produção, beneficiando 20 mil famílias. Em 2013, serão disponibilizados R\$ 380 milhões para eventuais necessidades da PGPM-AF.

Outro instrumento importante é a Rede Brasil Rural, ferramenta virtual disponível em www.redebrasilrural.mda.gov.br, na qual poderão ser realizadas compras de insumos e venda da produção, que já conta com 578 empreendimentos, aos quais estão ligados 203 mil agricultores familiares.

No âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), foi lançada a Copa Orgânica e Sustentável, com campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira, por ocasião dos grandes eventos que o País sediará nos próximos anos. Na mesma direção, a campanha Brasil Orgânico e Sustentável vem buscando a adesão dos segmentos de hotelaria, bares, restaurantes e redes de supermercados na oferta de produtos agroecológicos e orgânicos, por meio da aproximação e facilitação de negócios entre estes segmentos e as organizações econômicas da agricultura familiar.

a.4) Ações de Superação da Extrema Pobreza nas Áreas Rurais

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) nas áreas rurais visa à inclusão produtiva, combinando Ater, transferência de recursos para estruturação produtiva, oferta de insumos e apoio à comercialização. Em 2012, iniciou-se a contratação de serviços de assistência técnica para mais 145 mil famílias, além das 35,5 mil atendidas em 2011, alcançando 908 Municípios, especialmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

No âmbito da preservação de ativos ambientais, 21 mil famílias de assentamentos de reforma agrária ambientalmente diferenciados já estão recebendo o benefício do Bolsa Verde, no valor de R\$ 300 a cada três meses. Para 2013, concluem-se os procedimentos para atender 203 mil famílias com ações para superação da extrema pobreza, antecipando as metas previstas para 2014. Além disso, será implantada estratégia específica de superação de pobreza para mais 50 mil famílias assentadas da reforma agrária.

a.5) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais

A aquisição de máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes faz parte do PAC 2, que prevê investimentos de R\$ 1,8 bilhão até 2014. A medida vai beneficiar mais de 61 milhões de pessoas, entre as quais 3,5 milhões de famílias de agricultores familiares.





Foram entregues, em 2012, 1.275 retroescavadeiras, com investimentos de R\$ 211 milhões. Para 2013, serão mais 3.394 retroescavadeiras, universalizando o acesso a todos os 4.669 Municípios que, cumprindo os requisitos do Programa, manifestem interesse. Também serão entregues 1.938 motoniveladoras. No total, em 2013, serão entregues equipamentos no valor de R\$ 1,2 bilhão.

a.6) Desenvolvimento Territorial

A política de desenvolvimento territorial, presente em 165 territórios rurais, sendo 120 territórios da cidadania, busca apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais para a gestão participativa do processo de desenvolvimento e a dinamização econômica nos territórios apoiados, com ênfase à inclusão socioproductiva. Em 2012, foram aplicados R\$ 321,8 milhões, destacando-se: i) concluídos dez Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que se somam aos 148 já realizados; ii) apoiados 165 Colegiados Territoriais, instâncias de participação social que deliberaram sobre projetos a serem financiados, com R\$ 29 milhões; iii) aplicados R\$ 16,2 milhões para formação e capacitação de 2.240 Agentes de Comercialização e Cooperativismo, para o apoio à organização de 450 empreendimentos por meio de bases de apoio a serviços de comercialização e/ou cooperativismo, e organização de 25 redes de cooperação da agricultura familiar; iv) beneficiadas 15.547 famílias com ações de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido, no âmbito do projeto Dom Helder Câmara, com recursos de R\$ 15,8 milhões; e v) investidos R\$ 245,3 milhões para execução de 732 projetos de infraestrutura e serviços. Especificamente no âmbito do programa territórios da Cidadania, foram aplicados, pelo MDA, R\$ 522 milhões em 1.852 Municípios. Para 2013, o investimento do MDA será ampliado nos Territórios da Cidadania, além dos valores a serem ofertados pelas outras esferas de Governo.

a.7) Acesso à Informação e Cultura no meio Rural

As Casas Digitais integram o Projeto Territórios Digitais, com o objetivo de oferecer gratuitamente o acesso à informática e Internet para populações rurais. As 132 Casas permitem disponibilizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, integração às atividades educacionais, culturais, produtivas e comerciais da comunidade. Para 2013, está prevista a instalação de mais de 400 Casas.

Para acesso ao livro e à cultura no meio rural, o Governo atua por meio do Programa Bibliotecas Rurais Arca das Letras. Desde 2003, nove mil arcas foram distribuídas, e em 2012, foram distribuídas 604 arcas. Para 2013, está planejado implantar 800 novas unidades e formar 1,6 mil agentes de leitura, atuando junto aos Territórios da Cidadania e às áreas mais vulneráveis de todos os Estados, além de atualizar o acervo das bibliotecas em funcionamento. As iniciativas para recuperação e preservação de acervos, do patrimônio imaterial e de saberes populares, são enfatizadas com ações que valorizam as expressões culturais do meio rural e sua diversidade, como os projetos de registro das Folias de Reis e de difusão da memória das lutas sociais pela reforma agrária. A temática continuará tendo relevância em 2013, com a produção de um caminhão-museu, que vai circular pelo Brasil.

a.8) Ações de Educação no Campo

Para qualificação e formação no campo, em 2012 foram realizadas as seguintes ações: i) ofertadas 27 mil vagas para qualificação, sendo 10 mil para jovens, por meio do Pronatec; ii) capacitação de 4.920 jovens como agentes de Ater; iii) formação de 15 mil pessoas no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); e iv) realização da chamada para a residência agrária destinada a egressos de cursos de graduação e a profissionais de assistência técnica, com previsão de alcançar 1,5 mil alunos que receberão bolsa por dois anos para estudarem e trabalharem nos assentamentos.





a.9) Políticas para as Mulheres Rurais

Por meio da execução do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que em 2012 teve como prioridade o público do BSM, foram emitidos 235.505 documentos e realizados 701 mutirões, em 538 Municípios, atendendo 117.523 mulheres. Desde o início do Programa, já foram realizados mais de 3,8 mil mutirões, beneficiando a mais de 900 mil mulheres rurais.

As ações de apoio à organização produtiva das mulheres rurais resultaram na celebração de 17 contratos no valor de R\$ 6 milhões, e na liberação de R\$ 26 milhões do Crédito Apoio Mulher no âmbito da reforma agrária, cujo limite de contratação foi ampliado para até R\$ 3 mil por beneficiárias em parcela única. Atualmente estão identificados 9.402 grupos produtivos de mulheres, no âmbito do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais.

a.10) Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

Foram realizados seminários de Ater para povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas. Também foi organizada a rede temática Ater quilombola e normatizada a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para povos indígenas e quilombolas, observando suas tradições culturais, sua autonomia e a preservação ambiental. Foi lançado, em 2012, o Selo Quilombos do Brasil articulado ao Selo da Agricultura Familiar. O selo de identificação social de produtos oriundos das comunidades quilombolas servirá como certificado de origem e identidade cultural nos mercados consumidores.

Em 2012, o Governo entregou títulos definitivos para duas comunidades remanescentes de quilombos de Sergipe: Mocambo, com 113 famílias, em 2.100 hectares; e Lagoa dos Campinhos, com 89 famílias, em 1.263 hectares. Também foram publicados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de regularização das terras de posse de comunidades quilombolas, beneficiando 682 famílias. O volume de recursos empenhados foi de R\$ 49 milhões. Desde 2005, 157 comunidades tiveram Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação (RTID) publicados. Em 2012, foram publicados 11 relatórios. Além desses, estão iniciadas a elaboração de novos RTID para mais 73 comunidades, com 3.350 famílias.

a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Governo marcou presença em diversos espaços, tais como a reunião dos ministros de Agricultura e Desenvolvimento Agrário dos países integrantes do Brics, visando desenvolver redes de trabalho dirigidas para pesquisa agrícola, programas de compras públicas voltados a garantir a segurança alimentar das populações vulneráveis, educação e extensão rural.

No âmbito do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, sediado na FAO, foram aprovadas as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, bem como o Marco Estratégico Global para a Segurança Alimentar.

No que concerne à integração regional sul-americana, destaca-se a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf). A Reaf conta, desde 2012, com o Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), voltado a incentivar a participação das organizações do setor no processo de formulação de políticas públicas e de facilitação de comércio dos produtos. Em 2012, os Registros Nacionais Voluntários da agricultura familiar dos países do Mercosul foram reconhecidos pelo Conselho Mercado Comum (CMC), estabelecendo critérios comuns para a identificação do setor na região.





No plano da cooperação internacional, o Programa Mais Alimentos Internacional combina cooperação técnica com financiamento, para a exportação de máquinas e equipamentos brasileiros específicos para a agricultura familiar, e conta com linha de crédito de US\$ 640 milhões aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Em 2012, aderiram os Governos de Moçambique e Cuba, somando-se a Gana e Zimbábue. O Governo brasileiro também levou a sua experiência das políticas voltadas à agricultura familiar a outros 33 países, principalmente da África, da América Latina e do Caribe.

No âmbito das negociações internacionais comerciais que afetam a agricultura familiar, destaca-se, no Mercosul, a aprovação de prorrogação da alteração da Tarifa Externa Comum para produtos lácteos e pêssegos.

b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária

b.1) Assentamentos de Reforma Agrária

Em 2012, o Governo deu início a mudanças nas ações desenvolvidas junto aos assentamentos da reforma agrária, visando ao aumento de produção e renda, à sustentabilidade, à superação das condições de pobreza no campo e à integração de políticas públicas. As estratégias de atuação estão organizadas em três grandes eixos: i) integração ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM) para assentamentos novos; ii) combate e construção de alternativas ao desmatamento para assentamentos na Amazônia Legal; e iii) produção e integração à dinâmica territorial da agricultura familiar para assentamentos em fase de estruturação e consolidação.

No âmbito do BSM, 50 mil assentados participarão de ações de inclusão produtiva já em 2013, antecipando as metas; e por meio do Bolsa Verde, 41,8 mil famílias em 956 assentamentos com ativos ambientais foram indicados para ingressarem no Programa até 2013, sendo que 20 mil já estão recebendo os recursos. Esses assentamentos terão prioridade nas ações de abertura de estradas de acesso aos lotes, contratação de água, luz, habitação, assistência e de apoio à comercialização.

Foram disponibilizados, em 2012, cerca de R\$ 252 milhões do Crédito de Instalação para complementar o valor da modalidade habitação para 19 mil famílias que já tinham recursos depositados em conta e que não haviam iniciado a construção das habitações. No total dos créditos de instalação foram empenhados R\$ 741,5 milhões em 2012.

Para o suprimento das demandas por água para consumo humano, em 2013 serão beneficiadas 31 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, com o Programa Água para Todos. As demandas por construção de habitações de assentados serão atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

No eixo de combate e construção de alternativas ao desmatamento para assentamentos na Amazônia Legal, destacam-se a regularização e recuperação ambiental e a valorização dos ativos florestais por meio do Programa Assentamentos Verdes com ênfase na Amazônia Legal, que será implementado em 2013, em parceria com entes federados, além do Ministério Público Federal.

No eixo de apoio à produção, foram lançadas 14 chamadas públicas de assistência técnica. Está sendo estruturado banco de projetos de agroindústrias em assentamentos para apoio de agências de financiamentos e outros parceiros; e por meio da Ater, em 2013 pretende-se que 45 mil assentados da reforma agrária possam participar da comercialização de seus produtos por meio do PAA.





b.2) Obtenção de Terras e Criação de Novos Projetos de Assentamento

Em 2012, foram assentadas 23 mil famílias e criados 117 novos assentamentos, incorporando 322,3 mil hectares à reforma agrária. Foram empenhados R\$ 639 milhões para a obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. Para 2013, os procedimentos para seleção de novos beneficiários serão atualizados, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com o Cadastro Único de Programas Sociais visando atuação conjunta com o Plano Brasil Sem Miséria.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma ação complementar à reforma agrária. No ano de 2012, mais de 2,9 mil famílias rurais foram beneficiadas e 90 mil hectares de terra tiveram aquisição financiada. Essas ações implicaram investimentos de R\$ 166 milhões em infraestrutura coletiva e individual, necessária para a fixação das famílias no campo. Para 2013, a meta é atender 10 mil novas famílias, e concluir a chamada pública que amplia o apoio da assistência técnica para mais 30 mil famílias rurais beneficiárias, distribuídas em 560 Municípios, visando fornecer suporte técnico necessário para as práticas sustentáveis de produção, com orientações para a diversificação da produção, a segurança alimentar e nutricional, o apoio à comercialização e a gestão associativa.

b.4) Governança Fundiária

Os dados cadastrais sobre os 5,5 milhões de imóveis rurais do País e o acervo em mapas, mantidos pelo Governo, serão disponibilizados para consulta do público, e inovações tecnológicas estão sendo introduzidas, visando conferir maior agilidade e transparência aos serviços oferecidos pela autarquia.

A certificação de imóveis rurais passará a contar, em 2013, com um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos, o que vai garantir dinamismo, transparência e agilidade na certificação de imóveis, além de orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais. No mesmo sentido, a implantação da Declaração Eletrônica de Proprietário (e-DP), para a inscrição ou atualização de dados por proprietários rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), permitirá atualização de dados cadastrais sem burocracia e deslocamentos.

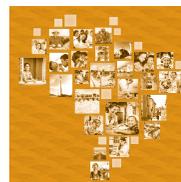
No ano de 2012, o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária incorporou mais 18 mil imóveis rurais, investiu em tecnologia, consolidando o cadastro georreferenciado por meio da utilização de imagens de satélites e GPS, reduzindo custos e imprimindo maior agilidade aos processos de regularização. Em 2013, serão atendidas mais seis mil famílias.

b.5) Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Por meio do Programa Terra Legal Amazônia, foi realizado o georreferenciamento de 34.977 ocupações e glebas correspondentes a uma área de 13,3 milhões de hectares. Em 2012, foram tituladas 2.757 famílias na área rural com área de 160,5 mil hectares.

Esses resultados, somados aos acumulados desde 2009, permitem a identificação de mais de 58 mil ocupações e glebas, em área correspondente a 18,1 milhões de hectares. Desde 2009, o Terra Legal entregou títulos rurais para 3.764 famílias, em uma área de 290 mil hectares, e doou 156 perímetros urbanos para 62 Municípios, em uma área correspondente a 15,6 mil hectares.

Complementarmente a esses resultados, foram digitalizados, catalogados e disponibilizados em formato eletrônico, cerca de 12 mil processos de regularização fundiária e reforma agrária na região do Xingu no Pará.





Para o ano de 2013, está prevista a entrada em funcionamento do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), que conferirá maior capacidade de gerenciamento das informações geoespaciais e automatizará os procedimentos de instrução e análise processual do Terra Legal. Outra iniciativa a ser adotada será o compartilhamento das informações fundiárias, visando ao monitoramento de ações vinculadas ao desmatamento ilegal e à garantia de acesso a políticas públicas.

b.6) Mediação de Conflitos Agrários

Em 2012, o Governo aplicou cerca de R\$ 4,5 milhões em atividades de mediação de conflitos agrários, prevenção de tensão social e violência no campo, atendimento a denúncias, assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas.

Os trabalhos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC) resultaram, desde 2006, na especialização dos órgãos agrários. Estão em funcionamento no País: oito Varas Agrárias Federais; 11 Varas Agrárias Estaduais; 18 Promotorias Agrárias Estaduais; 14 Delegacias de Polícia Civil Agrárias; 14 Polícias Militares Agrárias; 27 Ouvidorias Agrárias Regionais do Inca; nove Ouvidorias Agrárias em Unidades Avançadas do Inca; duas Ouvidorias Agrárias Estaduais; e nove Defensorias Públicas Agrárias Estaduais.

Entre os resultados obtidos, cita-se o fato de que 17 Tribunais de Justiça baixaram provimentos com a orientação para que os magistrados ouçam o Ministério Público, o Inca e os Institutos de Terras antes de decidirem acerca de pedidos liminares de reintegração de posse de imóveis rurais em litígios coletivos. Tais ações vêm contribuindo para a redução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários, sendo que em 2011 esse número foi de 12 homicídios, e em 2012 foram registradas seis mortes decorrentes de conflitos agrários.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) está em processo de reformulação, com vistas ao aprimoramento de suas instâncias de governança, de seus critérios de elegibilidade, de seus instrumentos de financiamento, bem como de suas ações setoriais com maior impacto no desenvolvimento inter e intrarregional.

Com o objetivo de promover um debate de abrangência nacional, para definição de princípios e diretrizes para a nova PNDR, no ano de 2012, iniciou-se a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). Nesse sentido, foram realizadas 27 etapas estaduais/distrital e cinco conferências macrorregionais da Conferência, com participação de mais de dez mil pessoas nos seus diversos segmentos: público, empresarial, acadêmico e sociedade civil organizada.

Como suporte para a implementação da PNDR, está em fase de implementação o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIDR), que consiste em estratégia de monitoramento e avaliação integrada e articulada com programas do Governo para fortalecer a ação da política regional no Brasil. A operacionalização será realizada por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), repositório único de informações georreferenciadas, provenientes de instituições governamentais, que engloba dimensões centrais do desenvolvimento regional a ser apresentado na CNDR no início de 2013.

No que tange à capacitação, como instrumento de implementação da PNDR, foram realizadas, em 2012, três edições do Curso Internacional de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Regional e Local, nos Estados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Acre, e capacitados 126 agentes públicos e privados para a elaboração de planejamento estratégico de desenvolvimento regional e local.





Em 2012, foram eleitas as propostas vencedoras do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional: homenagem a Rômulo de Almeida. Das 701 propostas inscritas, 434 foram consideradas elegíveis e foram julgadas e selecionadas 20 propostas vencedoras nas categorias: i) produção do conhecimento acadêmico; ii) prática exitosa de produção e gestão institucional; e iii) projetos inovadores para implantação no território. Além disso, no decorrer de 2012, a cooperação internacional para o desenvolvimento regional foi fortalecida com a Comissão Europeia e com instituições de desenvolvimento da América Latina, como a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

Com o objetivo de coordenar ações e propor medidas para a implementação de políticas públicas prioritárias para a região fronteira, foram criados, ao longo de 2012, na área de atuação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (Cdif), dois novos núcleos estaduais de fronteira, cada um referente a um dos Estados limítrofes da fronteira Sul-Americana. Também foram elaborados pelos núcleos estaduais oito Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (Pdif), para proposição de ações que visem ao desenvolvimento e à integração das políticas públicas da Faixa de Fronteira.

Para 2013, estima-se que os onze núcleos estaduais de fronteira estejam instalados e seus Pdif entregues e em execução no âmbito estadual. Calcula-se, ainda, que a carteira de projetos do Plano Brasil Fronteira esteja estruturada e seus projetos de curto prazo viabilizados, contemplando ações estratégicas em: i) saúde na fronteira; ii) escolas binacionais; iii) áreas integradas de controle; iv) investimentos em infraestrutura; e v) adensamento e diversificação da base produtiva da Faixa de Fronteira.

No que se refere às ações governamentais em escala sub-regional, cabe mencionar a coordenação da Câmara Técnica de fomento a atividades produtivas, para priorização dos projetos produtivos que visam mitigar os impactos da Usina de Belo Monte, construída no rio Xingu, na área de influência dos 11 Municípios afetados pelo empreendimento. Quanto ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), foram iniciadas, em 2012, ações para elaboração do Plano do Entorno previsto para finalização e publicação em meados de 2013.

Por intermédio do Programa Água Para Todos, desenvolvido no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Governo envidou esforços para a garantia de ações que visam à segurança alimentar e nutricional da população inserida na área de abrangência do Programa, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Essas ações, voltadas para a população que vive em extrema pobreza e residentes em áreas rurais, proporcionaram a contratação de aproximadamente 85 mil equipamentos de captação de água, tanto para o consumo humano quanto para a inclusão produtiva. Como resultado, foram beneficiados cerca de 45 mil famílias com cisternas de consumo e 30 famílias com barreiros, proporcionando o armazenamento de água para a produção agrícola e a dessedentação animal. Em 2012, os recursos disponibilizados pela LOA para a implantação das tecnologias totalizaram R\$ 955 milhões.

No final do exercício de 2012, foi lançado edital que viabilizará a contratação de cinco tecnologias de captação de água (cisternas de consumo, cisternas de produção, sistemas simplificados de abastecimento, barreiros, e kits de irrigação), com previsão de novas contratações para 2013, no montante de R\$ 1,3 bilhão, o que deverá exceder o quantitativo de 2012. Ademais, estão previstos cerca de R\$ 1,4 milhão para serem utilizados com o modelo de gestão dos sistemas coletivos de abastecimento, o que garantirá a sua operacionalização e incentivará a gestão dos equipamentos por parte dos governos locais.

No contexto local, também foco do processo de desenvolvimento regional, outra atuação importante do Governo envolve a estruturação e o adensamento de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, inseridos no Plano Brasil Sem Miséria. Foram apoiados aproximadamente vinte projetos prioritários, com a aplicação, em 2012, de mais de R\$ 59,0 milhões para o apoio às Rotas de Integração Nacional, consideradas redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais.





Na Rota do Mel, o Governo apoiou cerca de seis mil beneficiários diretos, com aplicação de R\$ 22,3 milhões, proporcionando a participação de técnicos e produtores em eventos na área de apicultura, visando à obtenção de novas tecnologias, à promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e à inserção mercadológica, mediante capacitação e estruturação de Unidades de Beneficiamento de Mel.

A estruturação da Rota do Cordeiro contou com recursos superiores a R\$ 16,8 milhões, que beneficiaram aproximadamente cinco mil produtores distribuídos nos Estados da Bahia e do Ceará. Na Rota da Uva e do Vinho, foram investidos cerca de R\$ 2,7 milhões para apoiar 622 produtores da região Sul, no território compreendido no Arco Sul da Faixa de Fronteira. Esse projeto tem como escopo, além da capacitação dos produtores locais, o apoio ao desenvolvimento de projeto-piloto de implantação de vinhedo no assentamento do Município de Hulha Negra/RS. Por sua vez, o Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, foi beneficiado com investimentos de R\$ 1,9 milhão para apoio à Rota do Peixe, visando atender dois mil beneficiários diretos.

Em 2013, a previsão é triplicar o investimento em ações de capacitação e estruturação dos arranjos produtivos da ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, fruticultura e economia criativa, perfazendo o total de R\$ 165 milhões.

No âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), destaca-se, como ação do Plano Brasil Sem Miséria, a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. Com recursos de 2012, está sendo implementado o Projeto Piloto de Capacitação de Mulheres na Construção Civil nos Estados do Pará e do Amazonas, com previsão de capacitar 200 mulheres durante o ano de 2013.

No âmbito da Sudene, destacam-se as seguintes ações em 2012: i) inclusão tecnológica em escolas com a aquisição de *software* e equipamentos para 100 salas de aula em cada Estado de sua área de atuação, além da capacitação de professores e gestores; ii) acordo de cooperação técnica para implementação de estudos, programas e projetos direcionados à inovação e à difusão tecnológica na área de energias renováveis no Piauí; iii) celebração de convênio com o Governo do Estado da Paraíba para apoiar o Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do Estado; e iv) celebrados convênios com o Governo de Pernambuco para a ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas da caprinovinocultura e piscicultura, com recursos da ordem de R\$ 771,6 mil, e com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), para apoiar o fortalecimento da cadeia produtiva do mel na chapada do Araripe/PE, com aplicação prevista de R\$ 133,2 mil. Para 2013, estão previstos a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos, em Sergipe e na Bahia; o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de biocombustíveis do Nordeste; e o apoio às pesquisas aplicadas e inovação tecnológica de interesse para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Alguns dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) têm seus recursos aplicados com o objetivo de aumentar a produtividade dos empreendimentos das regiões beneficiadas, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda nas regiões beneficiadas. De janeiro a novembro de 2012, os recursos aplicados por esses Fundos totalizaram R\$ 15,2 bilhões, representando crescimento de 6,0% em relação a igual período de 2011, resultando na contratação de aproximadamente 359 mil operações.

Na região Nordeste, com recursos do FNE, foram aplicados R\$ 7,5 bilhões até novembro de 2012, tendo o setor rural absorvido mais de 55% dos recursos aplicados pelo Fundo nesse período, enquanto os segmentos de menor porte, prioritários dos Fundos, absorveram quase 63,1% dos recursos aplicados.





Por sua vez, o FNO financiou, na região Norte, R\$ 2,6 bilhões até setembro de 2012, priorizando os setores rural, de turismo e de comércio e serviços. O Fundo aplicou, de janeiro a setembro de 2012, cerca de 73,6% a mais do que no mesmo período de 2011.

Já na região Centro-Oeste, o FCO aplicou R\$ 5,0 bilhões, até novembro de 2012, com primazia para o setor rural, que obteve mais de 60% das aplicações do Fundo no período. Os segmentos de menor porte também foram destaque nas contratações do FCO, absorvendo 72,5% dos financiamentos até novembro do corrente ano.

Para atender os produtores rurais e aos empreendedores, prejudicados pela seca ou estiagem no Nordeste e pelas enchentes ou enxurradas no Norte, o Governo Federal criou linhas de crédito especiais destinando recursos dos Fundos Constitucionais do Norte e do Nordeste no total de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão do FNE e R\$ 350 milhões do FNO. Até o dia 28 de dezembro haviam sido contratados, pelo FNE, R\$ 1,7 bilhão e, pelo FNO, R\$ 258,7 milhões.

Outra medida de grande impacto para os beneficiários desses Fundos foi a redução da taxa dos juros final para 2,5% a.a. nas operações de investimento.

Relativamente aos Fundos de Desenvolvimento Regional, merecem destaque as seguintes medidas aprovadas em 2012: i) viabilização de fluxo financeiro dos Fundos de maneira a não impactar no resultado primário do Tesouro Nacional, o que permitirá a efetivação de liberações tempestivas e oportunas; ii) concessão de subvenção econômica às instituições financeiras nas operações de financiamento, a título de equalização da taxa de juros; e iii) publicação de Resolução do Conselho Monetário Nacional de proposta de redução das taxas de juros para as operações contratadas com recursos dos Fundos de Desenvolvimento.

Para 2013, as dotações previstas para os Fundos de Desenvolvimento serão, respectivamente, de R\$ 1,4 bilhão para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e R\$ 2,15 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Há ainda a expectativa do início de operação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), o que deverá alavancar novos investimentos para a região.

As regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, em diversas modalidades. Com a publicação da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, esses benefícios, que tinham previsão de término para o ano de 2013, foram prorrogados por mais cinco anos. Em 2012, os incentivos fiscais também foram estendidos para os empreendimentos localizados na região do Vale do Mucuri, em Minas Gerais, e, para 2013, há a possibilidade de extensão desses incentivos à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e a outros setores prioritários da economia.

Quanto aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no exercício de 2012, foram contemplados 20 projetos com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). Desse total, 12 certificados foram emitidos para beneficiárias incentivadas pelo Finam e oito para beneficiárias incentivadas pelo Finor. Ademais, foram realizadas sete autorizações de liberações que atingiram o montante de R\$ 195,7 milhões, destinados a beneficiárias do Finor.

b) Infraestrutura Hídrica

Os empreendimentos estruturantes que objetivam ampliar a oferta de água integram o PAC Recursos Hídricos e permitirão o armazenamento de aproximadamente 3,3 bilhões de m³ de água, além da implantação de 2,0 mil km de adutoras, e ampliação das áreas passíveis de receber projetos de irrigação em 259 mil hectares.





No exercício de 2012, foram direcionados para o segmento hídrico R\$ 641,6 milhões, propiciando a conclusão das seguintes obras: Adutora do Oeste (PE), com 292 km; Sistema Adutor Guanambi (BA) (1ª Etapa), com 264 km; Sistema Adutor Cafarnaum (BA), com 148 km; Sistema Adutor do Seridó (RN), com 31 km, beneficiando aproximadamente 378 mil habitantes.

Para 2013, estão previstos aproximadamente R\$ 3,1 bilhões para o Programa Oferta de Água, que permitirão a conclusão dos projetos: Sistema Adutor Guanambi (BA) (2ª Etapa), com 83 km; Sistema Adutor Jacobina (BA), com 125 km; Sistema Norte de Minas (MG); Sistema Adutor Alto Oeste (RN), com 288 km; Eixo de Integração Gavião ao Porto Pecém (CE) (1ª Etapa do Trecho V), com 55 km; e Sistema Adutor Pias (PI), com 104 km.

Ademais, dar-se-á prosseguimento às obras das Barragens Figueiredo e Fronteiras, no Ceará; Ingazeira, em Pernambuco; Milagres, Tinguis e Atalaia, no Piauí; Congonhas, em Minas Gerais; Arroio Taquarembó e Arroio Jaguari, no Rio Grande do Sul; Sistema Adutor Vertente Litorânea e Nova Camará, na Paraíba, dentre outros.

No âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que atenderá aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, foram aplicados, em 2012, R\$ 569,00 milhões na execução das obras dos Eixos Norte e Leste. Encontram-se concluídos o Canal de Aproximação e o Reservatório Tucutu no Eixo Norte, o Canal de Aproximação e o Reservatório Areias no Eixo Leste. Para 2013, está prevista a aplicação de R\$ 1,276 bilhão, destinado ao Pisf, para conclusão da captação no Reservatório de Itaparica até o Reservatório Areias, e início das obras para recuperação de reservatórios estratégicos existentes no perímetro do empreendimento, dentre outras intervenções.

Ações de caráter social fazem parte desse Complexo, como a construção de 697 casas para comunidades indígenas e quilombolas, melhoramentos em outras 1.709 casas e em oito postos de saúde, para beneficiar 2.999 famílias. Além disso, está prevista a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais para assentamento de 768 famílias afetadas pelo Projeto. Em 2012, foram construídas as Vilas Produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão 314 famílias. Para 2013, com recursos do Pisf, está prevista a construção das Vilas Ipê, Retiro, Bartolomeu, Quixeramobim, Lafaiete, Irapuá e Jurema, que atenderão 294 famílias e, também, a construção de 165 casas para as populações quilombolas e indígenas.

No contexto da revitalização do São Francisco, em 2012, foram concluídas as obras de recuperação ambiental de áreas degradadas na sub-bacia do rio Pará (MG); construção de 11.610 pequenas barragens na mesorregião do Vale do Urucuia (MG); recuperação ambiental da sub-bacia do rio Pajeú (PE); implantação de Unidade Demonstrativa de Controle de Voçorocas em Santa Filomena (PI); e implantação da Estação de Piscicultura de Bebedouro (PE). Além disso, concluiu-se a elaboração dos projetos básicos de adequação das estradas de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra (MG) e a recuperação ambiental de áreas degradadas em Municípios do Estado da Bahia. Estão previstas, para 2013, a execução das obras e dos serviços de recuperação das estradas de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra; a demarcação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba; a elaboração do Diagnóstico Ambiental do Entorno da Calha do Rio São Francisco e a elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Estados da Bahia e de Pernambuco.

Com relação às ações de saneamento básico, em 2012, foram concluídos 15 sistemas de esgotamento sanitário e três aterros sanitários em diversos Municípios dos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí, com investimentos da ordem de R\$ 120,0 milhões, beneficiando aproximadamente 543 mil habitantes. Para 2013, estão previstos R\$ 249,9 milhões para a construção de mais 27 sistemas de esgotamento sanitário, que deverão beneficiar aproximadamente 271 mil habitantes, e a remediação do lixão do Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, que deverá beneficiar aproximadamente 160 mil habitantes.





No tocante ao Programa Água Para Todos, foram concluídas as obras para a instalação de 95 poços tubulares, 51 na Bahia, 38 em Minas Gerais e seis em Pernambuco, assim como sistemas de abastecimento em 177 localidades, sendo 167 na Bahia, um em Minas Gerais e nove em Pernambuco. Para o exercício de 2013, estão previstos investimentos de R\$ 169,1 milhões para a conclusão de 191 sistemas simplificados de abastecimento de água, inseridos no PAC Prevenção.

Na área da macrodrenagem, em 2012, foram investidos R\$ 56,3 milhões em sistemas de drenagem e recuperação e canalização de córregos, sendo que R\$ 50,2 milhões voltados para as obras inseridas no PAC, o que permitiu a conclusão de diversos projetos nas localidades de Salvador/BA, Baixada Campista/RJ, Paraíso do Tocantins/TO, Ilhota, Luís Alves, Pomerode e Navegantes em Santa Catarina, levando benefícios a 717 mil habitantes. Além disso, foram iniciadas as obras da Barragem Serro Azul (PE). Para 2013, está prevista a conclusão das obras do Canal da Suburbana e Canal Vasco da Gama (BA), recuperação da drenagem no ribeirão da Velha e ribeirão Garcia em Santa Catarina e redragagem em São Leopoldo/RS, que beneficiarão mais 484 mil habitantes.

Por sua vez, a agricultura irrigada tem contribuído para que o País amplie a sua participação na produção agrícola mundial, com aumento da produtividade, em especial nas regiões Sul e Nordeste. O Brasil figura atualmente na 9ª posição no *ranking* mundial de países com maiores áreas irrigadas, equivalente a 5,5 milhões de hectares. Em termos de potencial de expansão da área irrigada, o País possui aproximadamente 25 milhões de hectares irrigáveis, 13% das áreas irrigáveis do Planeta.

Em 2012, foram direcionados para a irrigação recursos da ordem de R\$ 641,2 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, como os realizados nos Perímetros de Irrigação Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte; Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú, no Ceará; Tabuleiros Litorâneos do Parnaíba e Platôs de Guadalupe, no Piauí; Salitre e Baixio de Irecê, na Bahia; e Nilo Coelho em Pernambuco. Outro destaque foi a conclusão das obras no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa, com 4.100 hectares, na Paraíba. O Perímetro já se encontra na fase de produção, sendo que aproximadamente dois mil hectares estão sendo irrigados.

Para 2013, está previsto o investimento de R\$ 772,8 milhões, com destaque para a implantação dos Perímetros de Irrigação Jonas Pinheiro (1.296 hectares), no Mato Grosso; Rio Formoso (28.500 hectares), em Tocantins; Flores de Goiás (3.800 hectares), em Goiás; Itamarati II (2.000 hectares), no Mato Grosso do Sul; e Pontal (7.717 hectares), em Pernambuco, além da continuidade e da ampliação dos investimentos nos Perímetros de Santa Cruz do Apodi (4.024 hectares), Tabuleiro de Russas (3.101 hectares), Tabuleiros Litorâneos do Parnaíba (5.985 hectares), Salitre (6.352 hectares) e Baixio de Irecê (25.865 hectares). Há previsão ainda de investimentos em estudos para o desenvolvimento e expansão da agricultura irrigada, administração de perímetros em fase inicial e modernização e requalificação de perímetros, visando ao aumento de produtividade e eficiência.

c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

O Governo, em 2012, buscou priorizar ações de prevenção a desastres, em função de sua importância para a proteção civil. De modo articulado com diversos órgãos federais envolvidos no tema, foram identificados os principais desastres que afetam a população brasileira – inundações, deslizamentos e seca – e os Municípios mais críticos a esses desastres conforme número de óbitos, pessoas afetadas e recorrência nos últimos 20 anos. Como resultado foi estruturado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres com ações que visam mudar o paradigma da intervenção pública no momento pós-desastre para o foco nos trabalhos de prevenção.

O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais visa o mapeamento das áreas de risco, a estruturação do sistema de prevenção e alerta e resposta a desastres naturais e integra unidades de serviço e pesquisas do Governo Federal que já vêm atuando na prevenção e em respostas a desastres naturais.





Em abril de 2012, foi atualizado o marco legal da Defesa Civil, a Lei nº 12.608, que consolida a nova orientação de foco na prevenção de desastres ao incluir a identificação de áreas de risco no planejamento municipal e ao organizar as competências dos entes federativos no âmbito do Sistema e Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Sob esse novo marco, as frentes de ação em andamento abrangem ações de melhoria do planejamento urbano, de mapeamento das áreas de risco, de estruturação do Sistema de Monitoramento e Alerta, de fortalecimento dos órgãos de defesa civil em todos os níveis federativos, bem como obras voltadas à prevenção e ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento aos desastres.

Nos trabalhos de mapeamento das áreas de risco, ao longo de 2012, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) mapeou as áreas de “alto e muito alto risco” a deslizamentos e inundações em cerca de 300 Municípios críticos. A meta estabelecida no Plano Nacional é de 821 localidades até 2014. Outro importante instrumento de identificação são os mapas de suscetibilidade a inundações e a deslizamentos, que apontarão, na área total de Municípios críticos, as regiões suscetíveis à ocorrência desses desastres, segundo as características geológicas e hidrológicas do terreno. Em 2012, foi definida a metodologia de elaboração dos mapas, que estão concluídos para dois Municípios. Ao fim dos próximos dois anos estarão disponíveis para 286 Municípios, considerando os mais críticos a partir dos critérios supracitados.

Complementarmente ao mapeamento de suscetibilidade, serão elaborados, para as localidades mais críticas a desastres, mapas de risco e cartas geotécnicas de aptidão à urbanização que auxiliarão Municípios críticos na identificação dos riscos em seu território. Os mapas de risco permitem à Defesa Civil municipal conhecer as áreas que precisam de intervenção, sugerir reassentamento, desocupação e obras de contenção. As cartas geotécnicas, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, são instrumentos do planejamento urbano voltados para a definição de diretrizes de garantia da segurança de novos loteamentos. A metodologia de elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais já foi finalizada, com o apoio, via termo de cooperação, de cinco universidades federais, que elaboraram as cartas geotécnicas – em escala piloto – dos Municípios de Igrejinha/RS, São José/SC, Ouro Preto/MG, Nova Friburgo/RJ e Ipojuca/PE.

Em 2013, será realizada licitação para contratação de cartas geotécnicas em 101 Municípios incluídos dentre os mais vulneráveis a desastres naturais e que apresentam elevadas taxas de crescimento populacional, com o objetivo de disponibilizar este novo instrumento de planejamento urbano voltado à prevenção dos desastres para as equipes municipais encarregadas da aprovação dos projetos de novos loteamentos.

O mapeamento é importante insumo para a estruturação do Sistema de Monitoramento e Alerta, outra frente de ação do Governo. Os trabalhos da CPRM são transmitidos ao Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres (Cemaden) para subsidiar a análise de potenciais desastres a partir da junção dos dados do território com as informações meteorológicas e climáticas. O Cemaden, órgão vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado em 2011, atua de forma integrada ao Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres (Cenad).

Há muito o País demandava um sistema eficiente de informações que apoiasse o gerenciamento de riscos de desastres causados por condições meteorológicas e climáticas extremas, ou seja, um sistema nacional de monitoramento e previsão de risco de desastres naturais.

Quando da completa implantação do Cemaden com todos os seus sistemas, será possível aos tomadores de decisões terem acesso a informações e previsões imediatas sobre a possibilidade e extensão dos fenômenos naturais, bem como sobre os possíveis reflexos da ocorrência dessas intempéries nos sistemas sociais, econômicos e ambientais. Poderão identificar rapidamente vulnerabilidades e, com isso, aumentar a prontidão e a indução de ações efetivas e antecipadas de prevenção, como a conscientização da população em risco.





O Cemaden monitora atualmente 286 Municípios com áreas de risco de desastres naturais – em dezembro de 2011 eram monitorados 56. As equipes de operação e pesquisa responsáveis por este trabalho compreendem 82 especialistas, dos quais 19 doutores e 38 mestres, e 25 graduados em diversas áreas de conhecimento. Para o aperfeiçoamento das instalações e a ampliação dos recursos humanos do Cemaden, estão previstos no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres recursos da ordem de R\$ 362 milhões para os próximos dois anos.

Com o objetivo de melhorar continuamente a base de dados observacionais, o Cemaden adquiriu, em 2012, nove radares meteorológicos; 1,5 mil pluviômetros automáticos, cujos dados de chuva serão transmitidos continuamente (*on-line*) para a plataforma de dados do Centro; e 1,1 mil pluviômetros semiautomáticos para o Projeto Pluviômetros nas Comunidades, que serão instalados em áreas de risco e operados por equipes da comunidade local, especialmente treinadas, completando a rede de informações hidrometeorológicas que fazem parte da estrutura observacional do País para monitoramento e alertas de desastres naturais. Esses equipamentos serão instalados ao longo de 2013 enquanto outros serão adquiridos até 2014 para reforçar a rede observacional específica para riscos de desastres naturais associados a chuvas intensas.

Expandiu-se ainda a instalação de salas de situação com a aquisição pelo Cemaden de 15 aparelhos de teleconferência a serem instalados nos Estados em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). Em 2014, espera-se que todos os Estados e o Distrito Federal possuam essas unidades. O objetivo das salas é acompanhar de forma conjunta as tendências hidrológicas, com análise da evolução das chuvas, dos níveis dos reservatórios e das vazões dos rios, auxiliando na prevenção de inundações e secas. Também foi realizado acordo de cooperação técnico-científica entre o Cemaden e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para desenvolvimento de banco de dados e eventos que apoie ações de monitoramento de desastres naturais e promova capacitação e treinamento na região de abrangência da Sudene. Por sua vez, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) firmou termo de cooperação com a Universidade Federal do Pará para a execução de projeto de monitoramento e alerta de desastres com base na evolução já alcançada pela previsão de eventos meteorológicos, climáticos e hidrológicos extremos, além do monitoramento de focos de calor. Esse sistema tem como principal objetivo subsidiar as ações de defesa civil nas tomadas de decisões e na efetivação de respostas à sociedade amazônica.

Também o Cenad, órgão vinculado à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, contou em 2012 com modernização de suas instalações físicas resultando em infraestrutura equipada com tecnologia de ponta e sala de gestão de crises, para o monitoramento eficiente e a rápida tomada de decisões em caso de desastres. Outra medida importante para a reestruturação do Cenad foi a contratação de 52 servidores federais por concurso público, reforçando o quadro de analistas administrativos e especialistas nas áreas de assistência humanitária e de informática, expandindo sua atuação com uma equipe de geólogos, hidrólogos, biólogos e engenheiros.

Os alertas elaborados pelo Cemaden, baseados em análises de risco de condições potencialmente adversas, por meio de estudos de modelagem e acompanhamento sistemático da rede de dados meteorológicos e hidrológicos espalhada pelo País, são repassados de forma imediata ao Cenad. Em casos de potenciais desastres, o Cenad encaminha os alertas do Cemaden e aciona os órgãos de defesa civil nos Estados e Municípios, e oferece apoio nas ações de resposta a desastres. Cabe portanto ao Cenad interagir com a Defesa Civil no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Para que o sistema de monitoramento e alerta possa cumprir a função de prevenir desastres, é fundamental que os órgãos de defesa civil, especialmente estaduais e municipais, tenham condição de receber as informações de alerta e atuar. Para tal, o Governo tem apoiado o fortalecimento do Sistema de Proteção e Defesa Civil. Em 2012, foram realizadas as seguintes ações: i) levantamento de dados para a produção de planos de intervenção para 68 Municípios; ii) projeto de fortalecimento das Defesas Civas locais de 106 Municípios, contemplados com a doação de kits compostos por um veículo de tração 4 x 4,





aparelhos de GPS e máquinas fotográficas digitais; iii) nove oficinas para implementação de Plano de Ação para atender ao período das chuvas na região Nordeste; e iv) projeto piloto de Desenvolvimento de Metodologia e Material Didático de Agentes Locais de Vigilância em Saúde, além da formação de 4,9 mil pessoas em Capacitação Básica Continuada e Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

Para 2013, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa será fortalecido com as seguintes realizações previstas: i) Programa Nacional de Redução de Riscos de Desastres em Escolas; ii) X Fórum Nacional de Defesa Civil em Joinville/SC; iii) II Conferência Nacional e Conferências Regionais de Proteção e Defesa Civil; iv) distribuição dos *kits* do projeto Fortalecimento das Defesas Cívicas Locais; v) três cursos de Capacitação Básica Continuada à distância para seis mil pessoas; e vi) curso Recursos Federais de Defesa Civil com capacitação presencial nos 26 Estados e no Distrito Federal. Também estão previstos o desenvolvimento de sistema integrado de gestão de riscos e desastres, que proverá comunicação em tempo real junto aos sistemas de outros órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec); o fortalecimento da infraestrutura de comunicação via rádio e satélite; e a capacitação dos diversos atores do Sinpdec.

Outra frente de atuação do Governo é o financiamento de projetos e obras de prevenção a deslizamentos de encostas, enchentes e enxurradas e de mitigação dos efeitos da seca. Assim, em 2012, foi lançado, no âmbito do PAC, uma carteira específica para Prevenção de Desastres, cujos empreendimentos abrangem as regiões mais atingidas e totalizam aproximadamente R\$ 18,8 bilhões. O PAC-Prevenção abarca obras de contenção de encostas, contenção de cheias e de erosões fluviais, barragens, reassentamentos e drenagens, além de adutoras e sistemas de abastecimento urbano de água.

Na área da drenagem, foram investidos, em 2012, R\$ 149,9 milhões em canalização de córregos e sistemas de drenagem e recuperação, o que permitiu a conclusão de diversos projetos nas localidades de Salvador/BA, Baixada Campista/RJ, Paraíso do Tocantins/TO, Ilhota, Luís Alves, Pomerode e Navegantes em Santa Catarina, levando benefícios a 717 mil habitantes.

Para 2013, estão previstas a conclusão das obras dos canais da Suburbana e Vasco da Gama, na Bahia; a recuperação da drenagem nos ribeirões da Velha e Garcia, em Santa Catarina; e a redragagem em São Leopoldo/RS, que beneficiarão mais 484 mil habitantes.

Na ação de contenção de encostas, a primeira seleção da carteira do PAC envolveu 116 operações em Municípios mais vulneráveis a processos de deslizamentos, dentre execução de obras de contenção, elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e elaboração de projetos básicos de estabilização de taludes. O valor total investido nessa ação atinge cerca de R\$ 595 milhões. Em 2012, foram iniciadas 27 operações, representando 42% dos recursos totais. Ainda nesse ano, deu-se início ao segundo processo de seleção, que direcionou operações para Municípios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e São Paulo no valor de R\$ 1,5 bilhão. Em 2013, espera-se superar, em grande medida, as operações relacionadas ao planejamento das construções e, assim, focar na execução das obras de contenção de encostas selecionadas, uma vez que a conclusão desses empreendimentos significa um aumento expressivo das condições de segurança frente aos desastres naturais em 60 Municípios críticos.

Ao todo, o PAC selecionou, em 2012, R\$ 4,7 bilhões em novos empreendimentos para prevenir inundações e deslizamentos no Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Outros R\$ 7,7 bilhões de investimentos estão em processo final de seleção. Nas obras de combate aos efeitos da seca, com a construção de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento urbano de água, foram selecionados empreendimentos em dez Estados, sendo nove do Nordeste e semiárido mineiro, somando recursos de R\$ 2,4 bilhões.





Na frente de resposta aos desastres, destaca-se a universalização, em 2012, do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), utilizado para o repasse de recursos para ações de resposta, socorro e assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais. No decorrer do ano, foram repassados mais de R\$ 272 milhões para Municípios e Estados em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Nas ações relativas ao combate aos efeitos da seca, especialmente a de 2012, a pior dos últimos 40 anos, foram atendidas, com Auxílio Emergencial Financeiro, famílias de agricultores não assistidos pelo Programa Garantia Safra, mediante repasse de R\$ 251,9 milhões; contratados 4.292 carros-pipa para distribuição de água potável em 700 Municípios no Semiárido, que passaram a ser monitorados por GPS, aos quais se soma a Operação Carro-Pipa, realizada pelo Exército Brasileiro, com investimento de R\$ 310,8 milhões. Para articular, coordenar e acompanhar essas ações foi criado o Comitê Integrado de Combate à Seca. Considerando todas as ações de defesa civil, o Governo investiu diretamente, em 2012, mais de R\$ 1 bilhão na minimização dos efeitos da seca.

Tendo em vista a preparação da população para a ocorrência de desastres, foram realizados simulados de treinamento da comunidade em Municípios de oito Estados do Nordeste. A sequência inclui organização da população em pequenos grupos, deslocamento por rota de fuga, chegada ao ponto de apoio, transporte até o abrigo, atendimento de emergência e assistência com medicamentos, agasalhos, alimentos e recreação para as crianças.

Para que artigos essenciais, como agasalhos, alimentos e colchões, cheguem mais rápido à população afetada por calamidades, uma parceria entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Integração Nacional prepara estoques desses itens em armazéns regionais dos Correios.

A atenção à saúde no momento pós-desastre está sendo coberta pela Força Nacional do SUS (FN-SUS), criada em 2011 para agir no atendimento a vítimas de desastres naturais, calamidades públicas ou situações de risco epidemiológico. Em 2012, a FN-SUS participou de quatro grandes missões de desastres naturais, capacitou cerca de 330 profissionais e distribuiu *kits* de medicamentos e insumos para primeiros-socorros. Em 2013 espera atingir mil profissionais voluntários cadastrados e capacitados para agir em situações de resposta crítica dentro do protocolo definido pelo Ministério da Saúde. A partir de 2013, a FN-SUS terá seis hospitais de campanha e estrutura de comunicação em locais sem acesso a celular.

Houve, ainda, reforço na atenção às famílias vítimas de desastres que perderam sua única casa. A Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012, dispensa essas famílias de contrapartida financeira no recebimento de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Reconhecendo a necessidade de forte articulação multissetorial para o enfrentamento dos desastres, organizou-se a Força Nacional de Emergência, que reúne apoio aéreo, de comunicação, saúde e salvamento. A Força conta ainda com profissionais de diversas áreas para proporcionar maior agilidade de resposta e atendimento às vítimas, envolvendo representantes dos ministérios da Integração Nacional; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Defesa; da Saúde; de Minas e Energia, do Meio Ambiente; e a Agência Nacional de Águas (ANA). Em 2012, foram instaladas, preventivamente, bases da Força Nacional de Emergência nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A atuação do Governo, conforme sucintamente descrito, evidencia uma mudança em curso no País em relação ao enfrentamento dos desastres naturais. Acima de tudo, estão sendo tratados como evitáveis, por meio de alertas cada vez mais precisos, da melhoria do planejamento urbano capaz de impedir ocupação de áreas de risco, apoiado por mapeamentos de identificação dessas áreas.





9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho de 2012, foi a maior conferência da história das Nações Unidas e a primeira a ser proposta por um país em desenvolvimento, o Brasil. O fato de a Conferência ter sido sediada no Rio de Janeiro/RJ ofereceu ao País a oportunidade de confirmar sua liderança e protagonismo na discussão dos temas globais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

No contexto internacional, a Rio+20 ajudou a integrar, sob a perspectiva da sustentabilidade, as discussões sobre políticas ambientais, sociais e econômicas. Lançou processos internacionais de negociações importantes, tais como a definição de objetivos de desenvolvimento sustentável e a esperada negociação de um instrumento internacional sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora das jurisdições nacionais, ao amparo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos). A Conferência renovou e fortaleceu o compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável e com os princípios consagrados na Declaração do Rio, destacando-se, dentre os quais, o “Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, por meio do qual os países desenvolvidos devem aportar em maior medida as condições financeiras e tecnológicas para a implementação da agenda da sustentabilidade.

O legado que a Conferência deixa para a comunidade internacional, ainda está sendo dimensionado. O grau de seu sucesso é também fortalecido e qualificado a partir da deflagração dos processos adotados pela Conferência. Além dos processos que trarão inovações ao ordenamento jurídico internacional, com a criação de novos tratados e órgãos, o documento final da Rio+20 consagra, ainda, grandes conquistas políticas como: i) a erradicação da pobreza, que figura agora como elemento central do desenvolvimento sustentável; e ii) a necessidade de urgente mudança dos padrões de produção e consumo do planeta, de forma a assegurar que os processos de inclusão social de milhões de pessoas ao mercado consumidor dar-se-ão em bases sustentáveis.

No que se refere ao legado nacional, a Rio+20 configurou-se, ainda, como importante plataforma de debate e apropriação de conhecimento para a composição de novas agendas na área ambiental, a exemplo da Arena Socioambiental, organizada como espaço de diálogo do Governo Federal com a sociedade civil cujos debates abordaram as interfaces entre as agendas social e ambiental, partindo da premissa de que inclusão social constitui-se um direito do cidadão, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável compreende crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

a.1) Bioma Amazônia

O monitoramento da Amazônia brasileira por satélites tem sido alvo constante de aprimoramento, resultando em subsídios importantes para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões pelo poder público. A experiência exitosa do monitoramento da Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) está sendo agora compartilhada com os países vizinhos da América do Sul.

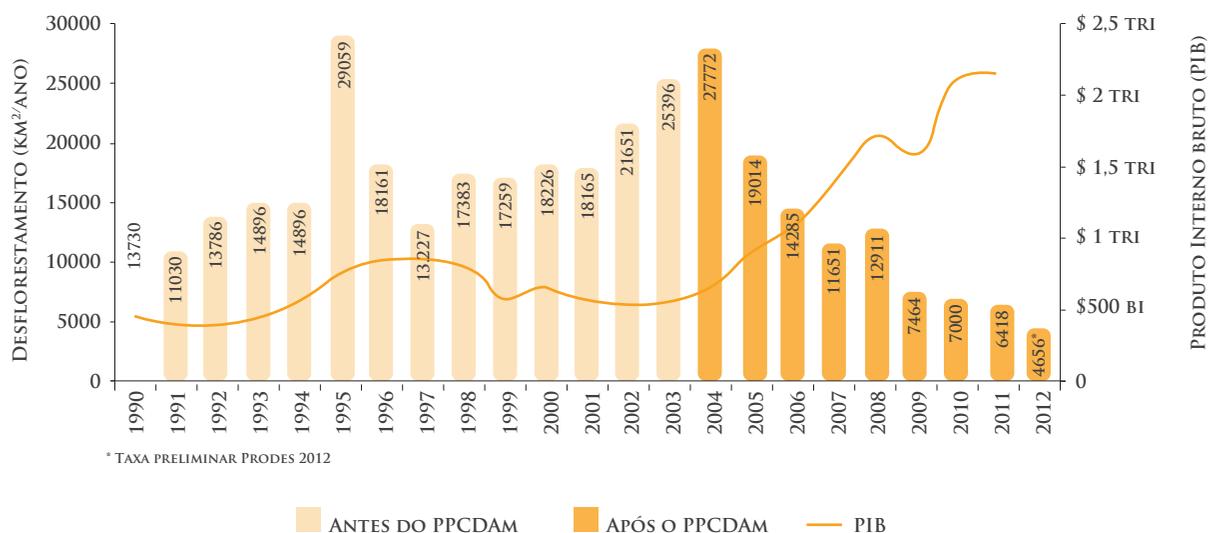
Dessa forma, em junho de 2012, foi registrado o enquadramento do primeiro projeto internacional na carteira do Fundo Amazônia: Monitoramento do Desmatamento e das Mudanças de Uso da Terra na Floresta Pan-Amazônica. Com isso, o Fundo começa a apoiar também a proteção e a conservação da biodiversidade da Floresta Amazônica nos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).





No âmbito nacional, após oito anos de implementação do Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal reduziu-se acentuadamente. Considerando o último levantamento, em 2012, essa taxa ficou em 4.656 km², a menor da história. Esse dado, quando comparado ao de 2004, de 27.772 km², demonstra uma redução de 83%, conforme a figura a seguir.

Taxas de desmatamento na Amazônia Legal medida pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes) e a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no mesmo período



Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Anualmente, é publicada uma lista dos Municípios com altos índices de desmatamento para que sejam acompanhados e recebam apoio do Governo na implementação de ações que visem diminuir as taxas de desmatamento, buscando também a transição para uma economia de base sustentável. Trata-se da Lista de Municípios Prioritários da Amazônia, que, no momento, é composta por 46 Municípios que possuem altas taxas de desmatamento. Já saíram dessa listagem seis Municípios que têm desmatamento monitorado e controlado.

Foi criado o Núcleo de Inteligência Territorial (NIT), cujas principais estratégias, no que tange ao PPCDAm, estão focadas no fomento à produção sustentável; na assistência técnica e extensão rural e florestal; e na difusão de inovação tecnológica, mecanismos de financiamento, mecanismos de apoio à comercialização e arranjos produtivos locais (APL).

No âmbito do que determina a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Fundo Amazônia criou uma linha de apoio específica para fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O objetivo é apoiar financeiramente projetos que viabilizem a adesão de proprietários rurais ao CAR, para regularização ambiental de suas propriedades. A implementação desse instrumento é estratégia fundamental para garantir a conservação da vegetação nativa do País.

Em 2012, foram realizadas diversas operações de combate ao desmatamento no Bioma Amazônia nas regiões consideradas críticas, destacando-se: i) Operação *Krakatoa*, caracterizada pela descapitalização dos infratores, por meio do desmonte de diversas serrarias ilegais que utilizavam produtos extraídos de terras indígenas e de unidades de conservação federais, nos





Estados do Pará e do Maranhão; e ii) Operação *Toruk*, baseada na fiscalização de polígonos de desmatamento não identificado pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e no monitoramento constante de áreas prioritárias, por meio de sobrevoos táticos realizados com o uso de helicóptero.

Destaca-se, ainda, a Operação Soberania Nacional, deflagrada com o objetivo de conter os sinais de aumento do desmatamento na Amazônia, nos Estados do Pará (Municípios de Dom Eliseu, São Félix do Xingu, Itaituba e Novo Progresso), Mato Grosso (Municípios de Sinop, Juína e Barra do Garça), Rondônia (Município de Porto Velho) e Amazonas (Municípios de Apuí e Boca do Acre) para onde foram enviados 552 Agentes Ambientais Federais ao longo do ano.

Visando contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia em 2013, será desenvolvido novo modelo de ações de fiscalização, por meio da Operação Onda Verde, que ocorrerá de forma ininterrupta, em seis frentes de desmatamento consideradas críticas a partir dos dados do histórico recente do Prodes, com a participação permanente da Força Nacional de Segurança. Além disso, outras operações priorizarão o combate aos desmatamentos em áreas federais e em áreas prioritárias para conservação.

a.2) Bioma Cerrado

Para proteger o Cerrado, bioma que ocupa cerca de 24% do território nacional, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) implementa um conjunto de ações para a redução do desmatamento e a ocorrência de queimadas, bem como alternativas de uso sustentável dos recursos naturais. Em 2013, serão revisadas as ações propostas e aprimorada a estratégia de atuação no bioma.

Adicionalmente ao PPCerrado, destaca-se a implementação de dois projetos de cooperação internacional para regiões com altas taxas de desmatamento e de alta importância para a conservação do Cerrado. O Projeto Cerrado-Jalapão é voltado tanto para o desenvolvimento de sistema de detecção do desmatamento em tempo quase real (Deter do Cerrado) e de áreas com queimadas quanto para o fortalecimento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de órgãos estaduais no combate a incêndios florestais no mosaico de Unidades de Conservação da região do Jalapão e Municípios do entorno. Já o segundo Projeto destina-se ao CAR e à prevenção e combate aos incêndios florestais em Municípios prioritários no Cerrado dos Estados da Bahia e Piauí.

Nesse bioma foi realizada a Operação *Caryocar* de combate ao desmatamento nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí e no Distrito Federal. Para 2013, está sendo planejada a Operação Corcel Negro, que visa combater a cadeia ilegal do carvão nativo, desde sua origem até a responsabilização das siderúrgicas consumidoras.

a.3) Focos de Calor

As ações de combate e prevenção às queimadas e aos incêndios florestais que ocorrem no Brasil são articuladas pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo). Em 2012, essas ações foram articuladas em 18 Estados e no Distrito Federal, alcançando 108 Municípios.

Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), em 2012, apesar dos efeitos dos fenômenos climáticos *La Niña* e *El Niño*, foram registrados 1.914.776 hectares queimados, o que representa 0,22% de todo o território nacional.





Em 2013, será ampliado o apoio técnico à implementação da Política Nacional de Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Esse apoio ocorrerá por meio do monitoramento por satélites espaciais, da melhoria da análise dos focos de detecção e da informação em campo, de forma que o combate possa ser efetivo.

No âmbito dos projetos nacionais e de cooperação internacional, incluindo o Fundo Amazônia, há previsão de ações de monitoramento e de estabelecimento de políticas públicas locais de controle de queimadas e de incêndios florestais em diversas regiões, incluindo o oeste da Bahia, o sul do Piauí e a região do Jalapão, no Tocantins.

b) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) tem sido implementada com vistas a efetivação do compromisso nacional voluntário de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao projetado para 2020. Um dos principais instrumentos para o alcance desse objetivo é o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), o qual foi fortalecido por meio dos planos de ação para a prevenção e o controle do desmatamento nos biomas e pelos planos setoriais de mitigação e de adaptação à mudança do clima.

Desse conjunto, destacam-se: o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE); e o Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

No ano de 2012, foi finalizada a elaboração dos seguintes planos: Setoriais de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação (Plano Indústria); de Mineração de Baixa Emissão de Carbono (Plano MBC); Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação das Mudanças Climáticas (Plano PSTM); e Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima – Vigilância em Saúde (Plano da Saúde). A elaboração dos planos contou com ampla participação da sociedade civil e de agentes governamentais. Foram realizadas sete consultas públicas presenciais, sendo cinco destinadas a discussão dos quatro planos, nas cinco regiões do País – Sudeste, no Rio de Janeiro/RJ; Sul, em Curitiba/PR; Nordeste, em Recife/PE; Centro-Oeste, em Cuiabá/MT; e Norte, em Manaus/AM – e duas com ênfase setorial, contemplando Indústria e Mineração e o setor de Transporte e Mobilidade Urbana, também na região Centro-Oeste, em Brasília/DF. Ainda como parte do processo, os planos ficaram em consulta pública, no período de 15 de junho a 15 de agosto de 2012, no sítio do Ministério do Meio Ambiente.

Na agenda de 2013 está prevista a intensificação dos trabalhos de implementação, monitoramento e acompanhamento dos oito planos hoje existentes, além da finalização do Plano de Mitigação da Mudança do Clima para a Siderurgia à Carvão Vegetal.

Em 2012, voltou a ser destaque a redução das emissões de GEE resultante da queda da taxa do desmatamento na Amazônia. A menor taxa registrada este ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde o início da série histórica, representa uma redução de cerca de 76% das emissões em relação ao projetado para 2020 para aquele bioma.

No âmbito da agenda de realização de grandes eventos esportivos no País, o Ministério do Meio Ambiente tem apoiado a adoção de Planos de Gestão de Carbono para as Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.





b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Após a estruturação do Fundo e contratação dos primeiros projetos, em 2011, deu-se início à execução e ao acompanhamento dos projetos contratados durante o ano de 2012, além do desenvolvimento de novas linhas de ação, aprovadas no Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR).

Estão em execução, com recursos não reembolsáveis, 23 projetos elaborados por órgãos do Governo Federal, por Estados e Municípios e por entidades civis, entre eles apoio a projetos de manejo florestal comunitário; de difusão de tecnologias de combate à desertificação na região semiárida; de recuperação de áreas degradadas; de gestão costeira; de aquisição de imagens de satélite e de equipamentos para monitoramento de uso da terra; de estruturação do sistema de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa para floresta e agricultura; bem como apoio à estruturação do sistema de alerta contra desastres naturais, inclusive com o módulo secas. Outros 64 projetos foram contratados, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, para ações no semiárido em capacitação e manejo florestal. Em 2012, foram aplicados recursos não reembolsáveis para projetos na ordem de R\$ 29 milhões, além de R\$ 360 milhões de recursos reembolsáveis transferidos ao BNDES para financiamento de projetos a juros subsidiados.

Para 2013, além de dar continuidade à aplicação de recursos, ao acompanhamento e à avaliação dos projetos em execução, serão implantadas as novas linhas de ação propostas por grupos técnicos e debatidas pelo Comitê Gestor do Fundo, a saber: cidades sustentáveis e mudanças do clima; gestão e serviços de carbono; manejo florestal sustentável e restauração, aliados às cadeias produtivas florestais.

c) Florestas

As concessões florestais avançam gradativamente na Amazônia, permitindo a produção de madeira de forma sustentável e devidamente controlada e monitorada pelo poder público, para atender à demanda crescente de diversos setores da economia. Em 2013, o Brasil terá mais de 1,3 milhão de hectares concessionados.

Depois de mais de 40 anos da primeira iniciativa, encontra-se em implantação o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR), instrumento que irá gerar informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono.

Atento ao desafio de capacitar produtores e extensionistas, o Governo vem oferecendo assistência técnica florestal para a gestão de empreendimentos, nos biomas Amazônia e Caatinga, a cerca de três mil famílias. O Nordeste, em especial, tem 30% de sua matriz energética à base da lenha e do carvão. O Governo, com a contribuição do Serviço Florestal Brasileiro, tem convergido esforços para incentivar a oferta sustentável de lenha e o aumento da eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do semiárido, de sustentabilidade de polos industriais relevantes e de mitigação da desertificação em regiões críticas.

d) Recursos Hídricos

Dentre as realizações de 2012 na área de recursos hídricos, merecem destaque as ações do Programa de Dessalinização da Água no Semiárido (Água Doce), que beneficiou, no período de 2004 a dezembro de 2012 cerca de 100 mil pessoas em 152 localidades rurais do semiárido brasileiro. Desde 2011, o Água Doce passou a integrar o Programa Água para





Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, tendo como meta a recuperação, a implantação e a gestão de 1,2 mil sistemas de dessalinização até 2014, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas. Durante o ano de 2012, foram firmadas parcerias com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, para a implantação de 1.030 sistemas de dessalinização que beneficiarão cerca de 400 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano.

Também, em 2012, foram articuladas ações, objetivando a prevenção, a mitigação e a recuperação ambiental de áreas afetadas por enxurradas. Dentre elas destacam-se: i) o processo de contratação para a realização de estudos visando à tomada de decisão em Municípios mineiros situados na bacia hidrográfica do rio São Francisco, recorrentemente afetados por eventos hidroclimatológicos críticos; e ii) a promoção de ações para uso e conservação dos recursos hídricos, destacando-se o apoio a quatro Estados na elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH), envolvendo a capacitação desses entes federados na proposição de projetos.

d.1) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

Os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas são documentos de referência para a definição de projetos, obras e investimentos prioritários para a região da abrangência das bacias, elaborados com a participação do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água. Atualmente, 54% do território brasileiro já estão cobertos por planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas interestaduais.

Em 2012, foram iniciados os trabalhos de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte). Foram concluídos os Planos das Bacias Hidrográficas do Rio Paranaíba (Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul) e de seus afluentes e a proposta de enquadramento dos seus corpos de água, que serão apreciados em 2013 pelo Comitê da Bacia do Paranaíba.

Cabe registrar que está prevista a revisão, a partir de 2013, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), que concentra 12% do PIB do País.

Ainda em 2012, foi divulgado o novo Informe do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresenta uma visão integrada do estado dos recursos hídricos, abordando as disponibilidades, os usos, as vulnerabilidades e a situação da gestão, constituindo-se documento referência para diversas políticas públicas.

d.2) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso de recursos hídricos vem sendo implementada pelos comitês de bacias hidrográficas, com apoio do Governo, em águas de domínio da União, tendo sido iniciada na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul desde março de 2003; nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em janeiro de 2006; na bacia hidrográfica do rio São Francisco, em julho de 2010; e na bacia hidrográfica do rio Doce, em novembro de 2011. Essas bacias abrangem nove Estados e o Distrito Federal.

Em 2013, a arrecadação com cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União deverá ultrapassar o montante de R\$ 60 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia.





Atualmente, estão em funcionamento sete comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; e Piancó-Piranhas-Açu.

Merece destaque, em 2012, o processo de instalação do Comitê da Bacia do Rio Grande, criado pelo Decreto nº 7.254, de 2 de agosto de 2010, com uma área de abrangência correspondente a 106 mil km², contemplando 393 Municípios, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, ressalta a Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, com área de 106 mil km², abrangendo 247 Municípios nos Estados de São Paulo e Paraná, por meio do Decreto s/nº de 5 de junho de 2012.

d.3) Revitalização de Bacias Hidrográficas

A revitalização das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Paranaíba está incluída no PAC Recursos Hídricos. Há obras de esgotamento sanitário – incluindo ligações intradomiciliares; recuperação e controle de processos erosivos; e coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos – situadas, prioritariamente, em Municípios localizados na calha desses rios. O investimento previsto para essas intervenções para o período 2011-2014 supera R\$ 1,8 bilhão. Ressalte-se que esses projetos, além do impacto ecológico que vão proporcionar nas bacias do São Francisco e do Paranaíba, são dotados de forte cunho social, inserindo-se em uma estratégia mais geral de redução da miséria e desconcentração do desenvolvimento regional.

Com relação às ações de saneamento básico, foram concluídos, em 2012, 15 sistemas de esgotamento sanitário e três aterros sanitários em diversos Municípios dos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí, com investimentos da ordem de R\$ 120,0 milhões, beneficiando aproximadamente 543 mil habitantes. Para 2013, estão previstos R\$ 249,9 milhões para a construção de mais 27 sistemas de esgotamento sanitário, que deverão beneficiar aproximadamente 271 mil habitantes, e a remediação do lixão do Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, que deverá beneficiar aproximadamente 160 mil habitantes.

Além das ações do PAC, foram executados projetos de manejo integrado de microbacias dos Municípios mineiros de Luz, Pains, Martinho Campos, Serra da Saudade e Pedra do Indaiá, na região fisiográfica do Alto São Francisco. Nesses Municípios, o controle e a recuperação de processos erosivos foram implementados com ações de construção de barraginhas de captação de águas pluviais, terraceamentos, readequação de estradas vicinais e recuperação de matas ciliares por meio da produção e plantio de mudas, cercamento de nascentes e promoção de educação ambiental.

d.4) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) é resultado de um esforço do Governo, em articulação com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no sentido de criar um ambiente favorável à integração de políticas setoriais que fazem uso da água, seja como insumo em processos de produção ou como recurso natural impactado por atividades antrópicas, somando-se os interesses de setores como: gestão de recursos hídricos e ambientes urbanos, resíduos sólidos, saneamento, irrigação, infraestrutura hídrica, defesa civil, entre outros.

O Acordo de Empréstimo com o Bird, assinado em dezembro de 2011, tem prazo de execução de cinco anos, no valor de US\$ 107,33 milhões que, acrescentados aos recursos de contrapartida, perfazem um total de US\$ 143,11 milhões. Em 2012, iniciou-se a readequação do planejamento do Programa e a consolidação das estruturas institucionais de implementação das atividades.





d.5) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional

O monitoramento hidrometeorológico no Brasil é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País e é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN). São levantadas, tratadas e disponibilizadas informações sobre capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional.

A Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela coordenação da operação de cerca de 4,5 mil estações hidrometeorológicas, tem investido na modernização tecnológica da estrutura operacional da RHN. Nesse sentido, estão em operação equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, auxiliando no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Prevê-se até 2015 a automatização de 1,5 mil estações hidrométricas e a modernização de quase 50% da atual RHN ao final desse prazo.

d.6) Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

A ANA vem atuando no mapeamento das áreas com maior vulnerabilidade, no monitoramento e em sistemas de alerta, que buscam identificar a possibilidade de ocorrências e a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações.

Os sistemas de alerta operam por meio de Salas de Situação, em funcionamento na Agência e nos Estados, cuja implantação conta com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal, e participação do órgão gestor de recursos hídricos do Estado, o instituto de meteorologia e a Defesa Civil estadual. Ao longo de 2012, entraram em operação 11 salas, nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, somando-se às Salas de Alagoas e Pernambuco, que já operavam desde 2011. Acordos que possibilitarão a implantação de Salas de Situação nas demais unidades da Federação encontram-se em fase final de formalização.

Para contribuir com o diagnóstico das inundações graduais nos principais rios das bacias hidrográficas brasileiras, a ANA está elaborando o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Brasil, desde o final de 2011, em conjunto com os Estados. Em 2012, foi concluído e divulgado o Atlas da região Nordeste. Todos os demais Estados brasileiros foram visitados e realizaram o mapeamento dos trechos sujeitos a inundações. Essas informações estão sendo consolidadas em mapas para divulgação no início de 2013.

e) Licenciamento e Qualidade Ambiental

e.1) Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental Federal (LAF) tem reafirmado seu papel como ferramenta de gestão ambiental, permitindo um debate direto entre o Poder Público e inúmeros setores da sociedade.

Em 2012, foram colocados em prática os novos instrumentos normativos criados em 2011, com resultados positivos de interlocução com órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Fundação Palmares e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Em cumprimento aos normativos, foi assinado em 2012 o Termo de Compromisso entre Ibama e Secretaria de Portos da Presidência da República (SP/PR), permitindo a regularização ambiental de 18 portos e terminais portuários brasileiros. Também as estradas foram objeto de regularização via termos de compromisso para regularização ambiental assinados entre o Ibama, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).





Houve dois marcos significativos em 2012: o planejamento estratégico da exploração de petróleo e gás, implantado com a publicação de portaria interministerial que trata da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) e a Instrução Normativa do Ibama que regulamenta a Educação Ambiental no LAF.

Em 2012 foram realizadas ações estruturantes para a implantação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Siga), que agregará os dados ambientais dos projetos licenciados, permitindo visualização espacial, composição de mapas temáticos, infográficos e relatórios dinâmicos.

Atualmente, existem 1.557 projetos nas mais diversas fases do licenciamento ambiental, sendo 281 processos do PAC. No ano de 2012, 17.729 pessoas foram diretamente envolvidas nos debates sobre a avaliação ambiental dos empreendimentos em 69 reuniões e audiências públicas relacionadas aos processos em licenciamento no Ibama. Concomitantemente, foram produzidos 13.568 documentos técnicos e avaliados 718 pedidos de licença, sendo três licenças indeferidas. Nesse período, cinco estudos de impacto ambiental foram devolvidos para adequações, visando aperfeiçoar o diagnóstico e medidas de mitigação dos impactos antes da tomada de decisão final.

Número de licenças ambientais emitidas em 2012

LICENÇAS	NÚMERO
Licenças Prévias	55
Licenças de Instalação	85
Licenças de Operação	110
Outras	441
TOTAL	691

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama) – 31/12/2012.

e.2) Qualidade Ambiental

Em 2012, entrou em vigor a nova fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), da fase P-7 para os veículos pesados (ônibus e caminhões) e da fase L-6 para os veículos leves comerciais movidos a diesel. É importante ressaltar que o controle pelo Programa se dá a partir da classificação dos veículos em razão de seu Peso Bruto Total (PBT), sendo que as fases caracterizadas por “L” (veículos leves) e “P” (veículos pesados) vêm sendo implantadas segundo cronogramas diferenciados. Em 2009, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ao aprovar a Resolução nº 415, introduziu a fase L-6, que entrou em vigor em 2012. Essa fase estabelece, basicamente, novos limites máximos para a emissão de escapamento de veículos automotores leves novos, de passageiros de massa menor ou igual a 1.700 kg e veículos leves comerciais, com massa superior a 1.700 kg. Ambas as categorias são para uso rodoviário e contemplam tanto veículos do ciclo Otto quanto Diesel. Para o futuro ainda está prevista a introdução de catalisadores de oxidação, de filtro de particulados e de recirculação de gases. Essas fases colocam o Brasil no mesmo patamar de exigências da Europa e dos Estados Unidos. Nosso óleo diesel também teve suas características melhoradas com a redução do nível de enxofre na composição, o que permitiu a aplicação de novas tecnologias de motor, atendendo às exigências do Proconve.





Em 2013, inicia-se a fase Proconve L-6 para veículos leves de passageiros novos, bem como a antecipação da fase 4 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Ciclomotores, Motociclos e Veículos Similares (Promot), em que os veículos de duas rodas terão de manter estáveis por determinada quilometragem os níveis de emissões estipulados pelo Conama, o que contribuirá para a melhoria da qualidade do ar, principalmente onde há grandes concentrações humanas.

Em 2012, 66 novos produtos de baixa periculosidade ambiental tiveram seus registros para pesquisa ou para comercialização priorizados, com o objetivo de favorecer a substituição de outros reconhecidamente perigosos.

Ressalta-se que o Ibama possui Acordos de Cooperação Técnica referentes à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, assinados com dez Governos Estaduais (Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Além desses acordos, está em articulação para assinar com mais cinco Estados (Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Goiás). Na esfera federal, foi assinado Acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, para intercâmbio de dados entre o Cadastro Técnico Federal (CTF) e as Juntas Comerciais, que totalizam 20 milhões de CNPJ em sua base.

A harmonização das tabelas de atividades sujeitas a licenciamento ambiental estadual com a tabela de atividades do CTF permitirá uma integração das bases de dados do Ibama e das instituições ambientais estaduais responsáveis pelo licenciamento. Os Estados de Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo estão nesse projeto piloto, com previsão de integração, a curto prazo, de 75% das atividades sujeitas a licenciamento ambiental estadual com a base de dados do Ibama.

f) Proteção da Camada de Ozônio

O Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos – HCFC (PBH), aprovado na 64ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML), ocorrida em 2011, foi instituído por meio da Portaria MMA nº 212, de 26 de junho de 2012.

O documento contempla o diagnóstico de utilização de HCFC nos diversos setores que empregam tais substâncias, bem como a estratégia a ser adotada pelo Brasil para a eliminação do consumo até 2040. Está previsto o congelamento do uso de HCFC em 2013 e a eliminação de 16,6% do consumo até 2015.

Essa meta equivale à eliminação de 220,3 toneladas de Potencial de Destruição do Ozônio (PDO) e a aproximadamente 4,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes de emissões evitadas, visto que essas substâncias também contribuem para o aquecimento global.

Em 2012, foram iniciados os projetos de investimento para a eliminação do consumo do HCFC-141b, substância que tem sido usada como solvente e agente expensor na manufatura de diversos produtos, de refrigeradores a isolamento em edifícios. Esses projetos contemplam a conversão tecnológica de empresas que utilizam essa substância. Foram iniciados projetos de conversão tecnológica em três empresas de painéis contínuos de poliuretano, em duas empresas de pele integral e houve a definição dos projetos para a conversão tecnológica de casas de sistemas.

Para o setor de serviços que consome o fluido refrigerante HCFC-22, utilizado largamente em sistemas de ar-condicionado, foram lançados os editais de licitação para a contratação das instituições de ensino profissionalizante responsáveis pela realização dos cursos de capacitação para técnicos que trabalham na operação e manutenção de sistemas de refrigeração





de supermercados e técnicos que atuam na instalação e manutenção de aparelhados de ar-condicionado do tipo *Split*. Os programas de treinamentos também foram definidos, com a previsão de se treinar 4,9 mil técnicos do setor.

Com relação à definição das cotas de importação de HCFC, foi publicada a Instrução Normativa Ibama nº 14, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o controle das importações para os anos de 2013 a 2015. A nova norma substitui a Instrução Normativa nº 207, de 2009, do Ibama, que tem prazo de validade até o final de 2012. O controle da importação dos HCFC passa a ser feito por meio de conta específica para cada tipo de HCFC importado, baseado na média da importação dos anos de 2009 e 2010.

Para 2013, estão previstas a continuidade dos projetos de conversão tecnológica para a eliminação do consumo de HCFC-141b; a realização dos treinamentos em boas práticas na refrigeração para redução do consumo de HCFC-22; e a implantação dos projetos demonstrativos para a redução do consumo de HCFC-22 em instalações de refrigeração de supermercados.

g) Resíduos Sólidos

O Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, aprovou, após amplo processo participativo, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Dentre as atividades do Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (Cori) destaca-se a aprovação do texto consolidado do acordo setorial para embalagens plásticas de óleo lubrificante, que foi assinado em dezembro de 2012. Além disso, encontram-se em análise pelo Cori as propostas de acordo setorial para lâmpadas.

A gestão integrada de resíduos sólidos está sendo implantada por meio de 35 contratos de repasse, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária, que contemplam 17 planos estaduais de resíduos sólidos, um plano para o Distrito Federal, três planos de resíduos municipais e de coleta seletiva, e 14 planos intermunicipais, distribuídos em 283 Municípios. Também foram aprovadas 26 propostas para celebração de contratos de repasse de apoio a 25 consórcios, totalizando 391 Municípios e um Plano Estadual para o Estado de Tocantins. Foram aprovadas, ainda, 52 propostas para celebração de contratos de repasse para apoio a Planos de Coleta Seletiva. O Manual de Orientação: Planos de Gestão de Resíduos foi publicado, em parceria com a Embaixada Britânica e a associação mundial de cidades e governos locais dedicados ao desenvolvimento sustentável – Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI). Essa parceria continua com a implementação do curso de educação a distância com o tema do manual, tendo sido ministrado cinco vezes em 2012, com um total de três mil participantes.

h) Biodiversidade

O Brasil é um país de proporções continentais, com grandes variações ecológicas e diferentes biomas: a Floresta Amazônica, maior floresta tropical úmida do mundo; o Pantanal, maior planície inundável; o Cerrado de savanas e bosques; a Caatinga de florestas semiáridas; os campos dos Pampas; e a floresta tropical pluvial da Mata Atlântica. Além disso, o Brasil possui uma costa marinha de cerca de 3,5 milhões km², que inclui ecossistemas como recifes de corais, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos.

Essa variedade torna o Brasil o país com a maior biodiversidade do planeta. Com mais de 20% do número total de espécies da Terra, o País é a principal nação entre os 17 países megadiversos (ou de maior biodiversidade). Assim, a política de biodiversidade tem buscado aliar ações de conservação e de uso sustentável da biodiversidade, como a criação de Unidades de Conservação, a proteção de espécies ameaçadas de extinção, o monitoramento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros e a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade.





A Décima Convenção das Partes (COP-10) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em 2010, estabeleceu um plano estratégico para o período de 2011 a 2020 a fim de reverter o quadro atual e impedir os avanços da perda de biodiversidade com 20 metas globais, conhecidas como Metas de Aichi.

Dessa forma, foi lançada a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020”, com o principal objetivo de construir de forma participativa as metas nacionais, cujos resultados deverão contribuir para o alcance das Metas de Aichi. Em 2012, a estratégia gerou um documento com propostas encaminhadas pela sociedade brasileira após consulta envolvendo cerca de 280 instituições do setor privado, organizações não governamentais (ONG), academia, governos (estaduais e federal), povos indígenas e comunidades locais, além da consulta pública *on-line*. O resultado desse processo foi considerado como a contribuição da sociedade para o estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade, submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio). Como o estabelecimento de metas nacionais envolve diálogo e acordo entre diferentes atores, essa definição está sendo discutida no âmbito do Governo.

h.1) Espécies Ameaçadas

O Brasil é responsável pela gestão do maior patrimônio de biodiversidade do mundo: são mais de 100 mil espécies de invertebrados e aproximadamente 8,2 mil espécies vertebrados (713 mamíferos, 1.826 aves, 721 répteis, 875 anfíbios, 2,8 mil peixes continentais e 1,3 mil marinhos), das quais 627 estão listadas como ameaçadas de extinção. A proteção de espécies ameaçadas de extinção é uma das prioridades do Governo na política de biodiversidade e demanda esforço conjunto.

Nesse sentido, o Brasil avança significativamente para alcançar a Meta 12 Global de Aichi que prevê: “até 2020, a extinção de espécies ameaçadas conhecidas terá sido evitada e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo um maior declínio, terá sido melhorada e mantida”. Até o momento, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação de 43% das espécies mais relevantes da fauna brasileira e estão sendo promovidas ações para a recuperação de 45% das espécies da fauna ameaçadas de extinção, que totalizam hoje 627 espécies.

Para 2013, pretende-se ampliar o número de espécies diagnosticadas para verificação do *status* quanto à ameaça de extinção e promoção de medidas de conservação. Ainda nesse contexto, encontram-se em fase de elaboração nove Planos de Ação Nacional (PAN) para Conservação e Recuperação de Espécies Ameaçadas, que constituem uma estratégia de agregação e organização de esforços e ações com entidades governamentais e não governamentais para garantir a conservação e recuperação das espécies ameaçadas.

h.2) Unidades de Conservação

No ano de 2012, foram criadas duas novas Unidades de Conservação (UC) nos biomas Caatinga e Mata Atlântica: o Parque Nacional da Furna Feia, com 8.517 hectares, no Rio Grande do Norte, e a Reserva Biológica de Bom Jesus, com 34.179 hectares, no Paraná, totalizando 312 UC federais. Outras quatro unidades de conservação tiveram suas áreas ampliadas: i) Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia; ii) Parque Nacional dos Campos Amazônicos, nos Estados de Amazonas, Rondônia e Mato Grosso; iii) Floresta Nacional de Goytacazes, no Espírito Santo; e iv) Floresta Nacional de Araripe-Apodi, no Ceará.



**Número e área de UC pertencentes ao Sistema Nacional, criadas até o ano de 2012¹, por esfera de atuação (ano de referência 2011)**

ESFERA	TOTAL DE UC EM 2012		% INCREMENTO NO NÚMERO DE UC EM 2012	% INCREMENTO NA ÁREA COBERTA PELO SNUC EM 2012
	NÚMERO	ÁREA (KM)		
Federais ³	312	750.457	0,6%	0%
Estaduais	621	764.941	9,7%	0%
Municipais	131	6.523	43,9%	0,3%
RPPN ²	661	4.987,3	4,09%	0,8%
<i>Federais</i>	<i>(574)</i>	<i>(4.728)</i>	<i>(0%)</i>	<i>(0%)</i>
<i>Estaduais</i>	<i>(86)</i>	<i>(259)</i>	<i>(2,4%)</i>	<i>(17,9%)</i>
<i>Municipais</i>	<i>(1)</i>	<i>(0,3)</i>	<i>(0%)</i>	<i>(0%)</i>
TOTAL	1.725	1.526.908,3	0,6%	0,03%

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

Notas: ¹ Dados consolidados em 30 de setembro de 2012.

² O reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) se dá por diferentes esferas de gestão, por essa razão, optou-se por informar o número total de RPPN e o número por esfera de gestão.

³ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade iniciou um trabalho de revisão dos limites das UC federais, resultando em maior precisão no desenho das áreas.

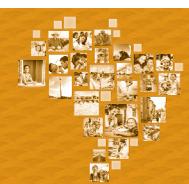
Importante ressaltar que em 2012 foram desapropriados, por meio administrativo e/ou judicial, 8.914,76 hectares de imóveis privados em UC de domínio público, utilizando-se recursos da compensação ambiental. Ademais, por meio do mecanismo de compensação de reserva legal, no Parque Nacional da Serra da Canastra, foram regularizados 4.807 hectares, além da demarcação e sinalização de 24 UC, entre elas 13 Reservas Extrativistas na Amazônia Legal.

Em 2013, está prevista a realização de diagnósticos fundiários de 30 UC federais, trazendo agilidade para os processos de desapropriação e de doações por compensação de reserva legal. O trabalho de demarcação será realizado em dez florestas nacionais na região da BR-163 e no eixo da BR-319.

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) iniciou em 2012 a segunda fase de seu Plano de Investimentos 2010-2015, cuja meta é apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares e a consolidação de 32 milhões de hectares de UC, bem como ampliar a capitalização do Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões. Além de Acre, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia, os Estados do Pará e Amapá passaram a integrar o Programa.

Outra importante iniciativa foi a aprovação do projeto Sistemas representativos e efetivos de áreas costeiras e marinhas protegidas (GEF-MAR) pelo Conselho do *Global Environmental Facility Fund* (GEF), no valor de US\$ 116 milhões. Esse projeto, que deverá iniciar-se em 2013, é parte de compromissos assumidos pelo Brasil durante a Rio+20 e no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para a conservação dos oceanos.

Na conservação da área terrestre, foi aprovado, também pelo GEF, o projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e proteção da fauna e flora (GEF-TER) no valor de US\$ 160,8 milhões. O projeto terá foco nos biomas menos representados no SNUC: Caatinga, Pampa e Pantanal.





Em 2013, sua execução será unificada com os recursos provenientes da Plataforma *Lifeweb*, criada no âmbito da CDB, visando facilitar a implementação efetiva dos compromissos relativos à agenda de áreas protegidas.

i) Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2012, as comunidades extrativistas de todo o Brasil foram fortalecidas, com a realização de ações conjuntas entre as áreas de desenvolvimento agrário e meio ambiente. Dentre as ações de apoio às comunidades extrativistas, destacam-se: i) a criação do núcleo de articulação e monitoramento da pauta extrativista e ii) a aplicação de R\$ 35 milhões até 2013, em subvenção para a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Em 2012, foram publicados novos preços mínimos e incluídos novos produtos na PGPM-Bio, passando a serem contemplados 11 produtos extrativistas não madeireiros: açaí, babaçu, baru, borracha natural extrativa, castanha do Brasil, cera da carnaúba, mangaba, piaçava, pequi, pó cerífero tipo B e umbu. Outra iniciativa de destaque refere-se à criação do Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (SiCAR) para imóveis coletivos, além de acordos de cooperação para capacitar as comunidades na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em junho de 2013, será lançado o Plano de Ação Nacional para Fortalecimento do Extrativismo.

i.1) Regularização Ambiental Rural e Políticas Agroambientais

Ainda em 2012 a sociedade brasileira passou a ter um novo instrumento de interação dos setores produtivos rural e ambiental, instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. A nova legislação traz maior segurança jurídica ao proprietário rural e autoriza a instituição de novos instrumentos de apoio e incentivo para impulsionar a recuperação de áreas degradadas e a conservação florestal no País. Dentre esses instrumentos, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), os Programas de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (PRA) e o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (PAI).

A referida Lei nº 12.651, de 2012, instituiu o CAR e o PRA em âmbito nacional. Encontra-se em finalização o desenvolvimento do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), que integrará informações ambientais dos imóveis rurais de todo o território nacional, e cujos módulos de cadastro, análise e gestão serão disponibilizados para todas as unidades da Federação, mediante acordo de cooperação técnica para implementação do CAR e do PRA. O SiCAR já conta com base de dados geoespaciais, com imagens de satélite de alta resolução, de todo o território nacional, que será também disponibilizada gratuitamente a todas as unidades federadas.

No tocante ao apoio financeiro para implementação do CAR nos Estados, destaca-se a negociação de um empréstimo concessional com o Banco Mundial, pelo Programa de Investimento Florestal (FIP), para o CAR no Cerrado, no valor de R\$ 67,4 milhões, além da negociação para doação do *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW) no valor de R\$ 21,2 milhões, para aplicação na transição Cerrado-Amazônia. Ademais, foi aberta linha de financiamento do Fundo da Amazônia para os nove Estados da Amazônia Legal. Para 2013, está previsto o investimento de recursos orçamentários da ordem de R\$ 32 milhões para estruturar os sistemas Estaduais de CAR de forma integrada com o SiCAR, o que promoverá a implementação desses sistemas e do Programa de Regularização Ambiental em todo o País.

j) Zoneamento Ecológico-Econômico

Em 2012, após conclusão e institucionalização do Macro Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Amazônia Legal, foi iniciado o processo de elaboração do Macro ZEE do bioma Cerrado, que agregará a base ambiental e o planejamento do uso e ocupação da região, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais no âmbito do Macro ZEE do Brasil.





As informações utilizadas na elaboração do Macro ZEE da Amazônia Legal foram sistematizadas e disponibilizadas em Atlas Interativo, que visa subsidiar a tomada de decisões e contribuir para a articulação e a sinergia das diversas ações governamentais na região.

Considerando que a Lei nº 12.651, de 2012, estabelece um prazo de cinco anos para elaboração e aprovação dos ZEE estaduais, segundo metodologia unificada estabelecida em norma federal, o Governo Federal tem buscado fortalecer a cooperação institucional, técnica e financeira com as unidades da Federação, no sentido de viabilizar a execução de projetos de ZEE nas escalas estadual e local. Em 2012, foram estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica com os Estados do Amapá, Amazonas e de Roraima, e está em curso o estabelecimento de convênios com Goiás, Piauí e Tocantins e com o Distrito Federal.

k) Produção e Consumo Sustentáveis

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em novembro de 2011, tem como objetivo nortear as ações de governo, do setor produtivo e da sociedade para que o Brasil adote padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O Plano articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do País.

Em 2012, o foco principal do Plano foi a disseminação dos conceitos de produção e consumo sustentáveis, a divulgação do PPCS e a ampliação do seu alcance. Em abril, foi realizado o *Workshop* Internacional de Compras Públicas, a fim de que fossem discutidas e indicadas as formas de inserção da dimensão ambiental nas licitações públicas. Nesse evento, foram sensibilizados cerca de 400 gestores, presencialmente, e outros 2,7 mil a distância. Outras capacitações foram realizadas: 80 pessoas no programa piloto em contratações públicas, 200 pessoas nos fóruns da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e 500 pessoas na capacitação em rede, realizada em parceria com o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) em 25 Estados.

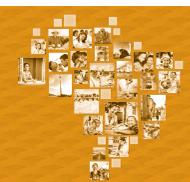
Outro marco importante foi a edição do Decreto nº 7.746, lançado no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho de 2012), que consolida e amplia o Programa de Contratações Sustentáveis. Também destaca-se a assinatura, durante o ciclo de debates Brasil Sustentável – O Caminho para Todos, realizado na Rio+20, da Carta de Intenções de Adesão ao Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável com o objetivo desenvolver estratégias comuns envolvendo um conjunto de atividades relativas à produção e ao consumo sustentáveis, à capacitação e qualificação de mão de obra e a inovações tecnológicas para soluções sustentáveis.

Para o ano de 2013, está prevista a implementação da Rede de Produção e Consumo Sustentáveis, que tem como objetivo facilitar a integração dos atores, estimular novas parcerias para a implementação de projetos, bem como identificar oportunidades de financiamento. A expectativa é de que a rede seja enriquecida por um banco de dados composto por iniciativas, pesquisas e políticas inovadoras em PCS. Pretende-se, ainda, celebrar dois pactos setoriais, duas iniciativas voluntárias e duas ações de parceria, assim como realizar um novo *Workshop* Internacional em Produção e Consumo Sustentáveis. Estão previstas quatro novas publicações e a capacitação de mil gestores na elaboração de projetos básicos e compras públicas, além da capacitação de 80 mil trabalhadores e pequenos empresários em gestão ambiental.

l) Conselho Nacional do Meio Ambiente

No ano de 2012, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou e publicou 18 Resoluções, com destaque para:

- Resoluções que aprovam a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para os Estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Sergipe, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, respectivamente, de acordo com os termos da Resolução Conama nº 417, de 23 de novembro de 2009;





- Resolução que altera os limites de emissão da Tabela 3 do Anexo I da Resolução nº 418, de 25 de novembro de 2009, que dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular (PCPV) e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente;
- Resolução que dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito; e
- Resolução que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Em setembro de 2012, o Conselho realizou o seminário sobre Capacidade de Suporte das Regiões Metropolitanas do País, com destaque para o conceito de capacidade de carga e a elaboração de uma metodologia para defini-lo. Participaram das discussões representantes da sociedade civil, do governo, da academia e da mídia brasileira.

A Câmara Especial Recursal do Conama julgou 139 processos administrativos de apuração de infrações ambientais.

Para 2013, além das discussões sobre o processo de revisão da Resolução nº 03, de 28 de junho de 1990, que dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), e da Resolução nº 05, de 05 de agosto de 1993, que rege o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, está prevista a discussão de novas resoluções sobre o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos relacionados a essas atividades.

m) Agenda Internacional

Além da relevante participação do Brasil na Rio+20, outra importante participação do País se deu na 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-11 da CDB), realizada na Índia. As negociações permitiram resultados significativos que deverão assegurar a mobilização de recursos para os países em desenvolvimento, com vistas à implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade e as Metas de Aichi (frutos da COP-10). Outra temática que ganhou destaque nas discussões foi a preservação da biodiversidade marinha e costeira. Ademais, a COP-11 tratou da implementação do Protocolo de Nagoya também no que diz respeito ao acesso e à repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos. O Protocolo foi encaminhado ao Congresso Nacional, em junho de 2012, em mensagem que recomenda sua ratificação.

Na área de mudança do clima, o Brasil participou ativamente das negociações voltadas para a implementação de importantes decisões adotadas pela 17ª Conferência das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima (COP-17 da CQMC/2011). Tais decisões compreendem a adoção, a partir de 2013, de um segundo período de cumprimento para o Protocolo de Quioto e o lançamento da Plataforma de Durban. Assim, espera-se que aconteça a negociação de instrumento na matéria com força legal aplicável a todas as Partes, no contexto da CQMC, com perspectiva para entrar em vigor em 2020.

Em 2012, o Brasil sediou a 12ª Reunião do Basic, grupo integrado pelo Brasil, África do Sul, Índia e China, ocasião em que se concertaram posições e se formularam propostas conjuntas que subsidiaram a participação da delegação na 18ª Conferência das Partes (COP-18), em Doha, conjuntamente com a 8ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

Os recursos financeiros destinados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) aumentaram expressivamente, desde meados dos anos 2000, resultando em fortalecimento institucional do sistema de C,T&I; elevação da quantidade





e qualificação dos recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento; e ampliação da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com desconcentração e redução das assimetrias regionais, inserindo a ciência brasileira no cenário internacional.

O ambiente favorável à inovação, aliado à conjuntura econômica brasileira, tem atraído para o País maiores investimentos e centros de P&D de empresas de presença global. O empresariado brasileiro também está mobilizado para difundir a importância da inovação para a competitividade. Essa nova atitude do setor empresarial tem propiciado novas parcerias com o Governo e maior difusão da utilização dos instrumentos da política de inovação.

Apesar dos significantes avanços, o Brasil permanece em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico, quando comparado aos países mais desenvolvidos. Para reduzir essa defasagem tecnológica, é essencial a continuidade do crescimento do esforço tecnológico brasileiro, expresso em investimentos em P&D, tanto públicos quanto privados.

Em 2013, o Governo dará continuidade às iniciativas de desenvolvimento das áreas estratégicas para o País, como tecnologias de informação e comunicação, complexo industrial da saúde, energias renováveis, áreas espacial e nuclear e as áreas portadoras de futuro como biotecnologia e nanotecnologia, entre outras.

a) Estímulo à Inovação

O Brasil tem desenvolvido esforços contínuos visando à melhoria do ambiente doméstico de inovação e ampliação de investimento público e privado em P&D. Inúmeros instrumentos de política tem facilitado essa tarefa, tais como: i) incentivos fiscais; ii) subvenções diretas das agências de fomento a projetos relevantes para o desenvolvimento tecnológico nacional; iii) subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas; iv) programas de financiamento à inovação de capital empreendedor; e v) um arcabouço legal mais propício à interação com institutos públicos de pesquisa.

A expansão das atividades de inovação realizadas pelas empresas brasileiras, com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), atende a dois objetivos centrais do Governo: sua consolidação como agente indutor da inovação; e a ampliação dos investimentos realizados pelo setor produtivo, em especial nas áreas prioritárias do Plano Brasil Maior (PBM).

Em 2012, por meio da Finep foram disponibilizados mais de R\$ 3,0 bilhões para a concessão de crédito com juros reduzidos para o desenvolvimento de projetos e planos de inovação de empresas brasileiras. Somados aos recursos da subvenção econômica, da equalização da taxa de juros e da participação em investimento para empresas inovadoras, o montante ultrapassou R\$ 4,0 bilhões. Além disso, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) disponibilizará cerca de R\$ 4,5 bilhões para C,T&I em 2013.

Uma das iniciativas do Governo para promover a inovação é o recém-criado Programa Inova Petro, que tem como objetivo fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural, contribuindo para a política de aumento do conteúdo local e para a competitividade e sustentabilidade da cadeia nacional de fornecedores. O Programa, operacionalizado pelo BNDES e pela Finep, destina-se a empresas brasileiras e/ou grupo econômico brasileiro com Receita Operacional Bruta (ROB) superior a R\$ 16 milhões, individualmente ou em associação, com interesse em empreender atividade de produção e comercialização dos produtos ou serviços decorrentes das tecnologias relacionadas ao segmento. Seus recursos estão voltados para atender às demandas da cadeia produtiva. Os projetos devem ser desenvolvidos integralmente no território nacional e apoiados com o valor





mínimo de R\$ 1 milhão e prazo de execução de 60 meses, nas seguintes linhas temáticas: i) processamento de Superfície – tecnologias aplicáveis no processamento que acontece nas plataformas/embarcações; ii) instalações Submarinas – tecnologias aplicáveis aos diversos equipamentos e dutos que ficam abaixo da lâmina d'água; e iii) instalações de Poços – tecnologias aplicáveis ao poço no fundo do mar. O 1º Edital do Inova Petro lançado em 2012 contou com demanda por recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões e está previsto para 2013 a publicação do 2º Edital.

O Programa Estratégico de *Software* e Serviços em Tecnologia da Informação (TI Maior) busca fomentar a indústria de *software* e serviços na área de TI, tendo como um dos maiores objetivos que a produção de *software* expanda-se aceleradamente no Brasil, e que esse crescimento represente divisas para o País, geração de renda para as empresas e criação de postos de trabalho qualificados para os brasileiros. O setor de TI faturou US\$ 37 bilhões em 2011 e 73 mil empresas foram estimadas em 2012 para o setor.

O TI Maior integra-se à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) para o período 2012-2015 e também se articula a outras políticas públicas do Governo, como; i) a Estratégia Nacional de Defesa (END); ii) a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); iii) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); iv) o Programa Brasil Mais Saúde, no escopo do Plano Brasil Maior (PBM); v) o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); e vi) os Programas de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores e *Displays* (Padis) e à TV Digital (PATVD).

O TI Maior está estruturado em cinco eixos principais: i) desenvolvimento econômico e social; ii) posicionamento internacional; iii) inovação e empreendedorismo; iv) competitividade; e v) produção científica, tecnológica e inovação. Os recursos do Programa são da ordem de R\$ 500 milhões para o período 2012-2015, subvencionados pela Finep e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O TI Maior prevê ações para acelerar o surgimento de empresas com base tecnológica, consolidar ecossistemas digitais; dar preferência nas compras governamentais para *softwares* com tecnologia nacional; capacitar jovens para atuar na área de TI e atrair centros de pesquisa globais.

Um dos principais alvos do Programa TI Maior é o fomento às empresas iniciantes (*start-ups*), aceleradoras de pesquisa e desenvolvimento na área de *softwares* e serviços. As *start-ups* serão estruturadas em uma rede de mentores e investidores, por meio de consultorias tecnológicas, institutos de pesquisa e incubadoras, parcerias com universidades, articulação com grandes empresas nacionais e internacionais, além de programas de acesso a mercado e compras públicas. O recebimento de propostas para seleção de aceleradoras de *start-ups* foi aberto em dezembro de 2012, com encerramento em janeiro de 2013. A base tecnológica nacional deverá ser ampliada por meio de certificações de tecnologia nacional de *software* e serviços (Certics), a serem emitidas pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), estabelecendo uma metodologia de avaliação de *softwares* elaborados com tecnologia nacional. A chamada pública para contribuições à metodologia, com foco nas compras públicas, foi realizada em 2012, e a certificação deverá ser lançada em março de 2013.

Para integrar os núcleos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, o TI Maior definiu 12 setores estratégicos para o desenvolvimento de *softwares* e soluções de alta complexidade e impacto econômico e social: educação; defesa e segurança cibernéticas; saúde; petróleo e gás; energia; aeroespacial/aeronáutico; grandes eventos esportivos; agricultura e meio ambiente; finanças; telecomunicações; mineração; e tecnologias estratégicas (computação em nuvem, Internet, jogos digitais, computação de alto desempenho e *software* livre).

Com o objetivo de estimular a criação de empregos e a qualificação profissional, foi traçado diagnóstico do mercado de profissionais de TI no Brasil, que culminou no Brasil Mais TI Educação, que visa construir uma grande plataforma de relacionamento digital com estudantes e profissionais do setor de TI, oferecendo intermediação de vagas, cursos básicos





e avançados, geração de informação profissional, cursos gratuitos para comunidades e estudantes, além de atualização tecnológica e acompanhamento de programas governamentais de apoio à iniciativa, como o Pronatec. A plataforma já está em funcionamento, com quase 30 mil usuários, mais de cinco mil currículos cadastrados, 1,2 mil horas de conteúdo de *e-learning* profissionalizante, 15 mil alunos registrados em cursos e mais de 18 mil seguidores em redes sociais. A meta é capacitar 50 mil novos profissionais até 2014. Até 2022, o objetivo é formar os 900 mil novos profissionais, que serão adicionados à base atual de 1,2 milhão de profissionais de TI.

O Programa TI Maior já atraiu investimentos de empresa multinacional do setor, que instalará laboratório de Tecnologia Avançada no Rio de Janeiro/RJ. A previsão é que as atividades se iniciem em dezembro de 2013. O investimento previsto para instalação de centros como esse, entre 2012 e 2015, é de R\$ 15 milhões e inclui o lançamento de editais para a contratação de pesquisadores brasileiros. A meta do programa é estimular a instalação de mais três centros no País, reforçando a participação nacional no desenvolvimento dessas tecnologias e ampliando a capacitação tecnológica em território nacional.

No âmbito Finep, que atua como Agência Brasileira de Inovação, as perspectivas para 2013 são de intensificar o apoio às atividades inovativas do setor produtivo, com ênfase nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, aplicação de novas tecnologias à produção *offshore* de petróleo e gás do Pré-Sal, complexo da saúde, indústria aeroespacial, etanol de segunda geração e em tecnologias assistivas. O patamar de recursos disponíveis pela Finep deve superar R\$ 5,0 bilhões para contratos de crédito, e mais de R\$ 1 bilhão para as subvenções econômicas diretas e na forma de equalização de taxa de juros. Visando atender a esses objetivos, está sendo fortalecida a integração dos instrumentos operados pela Finep com o BNDES e agências estaduais de fomento, e órgãos setoriais nas áreas de saúde, defesa, energia e meio ambiente, que dispõem de poder de compra capaz de potencializar o esforço nacional para o desenvolvimento científico e tecnológico.

b) Programa Ciência sem Fronteiras e Capacitação de Recursos Humanos

Ao longo das últimas décadas, o País tem realizado continuado investimento na capacitação de recursos humanos, principalmente para estimular a fase inicial dessa formação, bem como nos cursos de pós-graduação. Recentemente, os esforços nesses programas têm buscado focar setores estratégicos para o desenvolvimento do País, tais como das engenharias, relacionados ao Plano Brasil Maior, de forma a contribuir fortemente na expansão do número e na qualidade dos nossos cientistas e pesquisadores.

Nessa perspectiva, destaca-se o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), iniciativa conjunta dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC) por meio das suas respectivas Agências – o CNPq e a Capes. O CsF visa promover o desenvolvimento tecnológico e estimular os processos de inovação no Brasil por meio da mobilidade internacional de docente, discente de graduação e pós-graduação, de pós-doutorandos e pesquisadores brasileiros, formando estudantes brasileiros no exterior e dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação. O Programa busca, também, atrair pesquisadores estrangeiros para se estabelecerem no País ou cooperar com pesquisadores brasileiros nas áreas estratégicas contempladas pelo CsF, como Engenharias e demais áreas tecnológicas, Biologia e Ciências Biomédicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, dentre outras.

O apoio do Programa se dá pela concessão de bolsas em diferentes modalidades e tem como meta global financiar 75 mil bolsas para a formação e capacitação de recursos humanos e execução de pesquisa no País e Exterior. O setor privado deverá financiar mais 26 mil bolsas, totalizando 101 mil bolsistas até 2015. Motivados com a magnitude do Programa, alguns dos melhores centros de pesquisa do mundo estão interessados em estabelecer ou fortalecer parcerias com grupos de pesquisa brasileiros.





Em 2012, o CsF concedeu 17.885 bolsas a estudantes para atuarem em diferentes países, como Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Espanha, França, Holanda, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, dentre outros. Desde seu lançamento em 2011 até dezembro de 2012, foram concedidas 21.418 bolsas.

c) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento

A criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) é um dos expressivos resultados alcançados, recentemente, no que se refere à expansão da infraestrutura de pesquisa, relacionada à questão da garantia e qualidade de vida dos brasileiros, conforme já explicitado no tema Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. Além do desenvolvimento, teste e implementação do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global no supercomputador Tupã, o Cemaden tem o objetivo de assegurar autonomia e eficiência na geração de cenários climáticos futuros, por meio da promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas e da ampliação das iniciativas de educação ambiental associadas à prevenção dos desastres naturais decorrentes dessas mudanças.

O Projeto Sirius, a nova fonte brasileira de luz Síncrotron 3ª geração, é destaque na área de infraestrutura para C,T&I e abrirá novos horizontes para as técnicas de caracterização de materiais sintéticos e biológicos. Orçado em R\$ 467 milhões (2012-2016), o Sirius vai operar com energia de 3,0 Giga elétron-volts (GeV) e terá muito mais brilho que a fonte atual, o que abrirá novas perspectivas para a pesquisa e ciência brasileiras. Das 45 fontes Síncrotrons em operação em todo o mundo, 15 são de 3ª geração. Com desempenho equiparado ou superior a essas novas fontes, o Sirius vai aumentar a competitividade do País em áreas estratégicas de pesquisa, como nanociências e biologia molecular estrutural, que são a base para o desenvolvimento de fármacos e materiais avançados, e de energias alternativas.

d) Política Nuclear Brasileira

O Brasil é um dos três únicos países, ao lado dos Estados Unidos e da Rússia, que têm reservas de urânio e tecnologia capazes de suprir a demanda do ciclo do combustível nuclear destinada às usinas nucleares. O País, porém, não dispõe de capacidade industrial instalada em escala capaz de atender à demanda das usinas nucleares, ainda que possua o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear. Por isso, os serviços de conversão e de enriquecimento de urânio são contratados no exterior, embora já se produza no Brasil, na Usina de Enriquecimento das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende/RJ, cerca de 14% da necessidade de Angra 1.

Atualmente a demanda do ciclo do combustível nuclear restringe-se ao atendimento a duas usinas: Angra 1 e Angra 2. Com a entrada em operação da Usina de Angra 3, com data prevista para dezembro de 2015, ganha relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear.

No que tange ao projeto para implantação da Usina de Enriquecimento com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI) alcançou-se, em 2012, cerca de 58,5% da implantação da primeira fase, que prevê a construção de quatro módulos com um total de 10 cascatas, com uma capacidade de 125 mil UTS de produção, o que será suficiente para atender 100% da demanda de Angra 1 e 20% da demanda de Angra 2. Para o exercício de 2013, estão previstas a conclusão dos testes funcionais/comissionamento da Cascata 5 e a contratação e a elaboração do projeto básico da UTSI – Módulo Resende, além do projeto executivo a UTSI – Módulo Aramar.

Em relação à ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA, estão em fase de revisão as especificações técnicas da contratação da implantação e operação da lavra subterrânea na atual mina em exploração naquele Município.





Para a ampliação da capacidade de produção da unidade, está prevista a duplicação da capacidade da planta química e a abertura de novas jazidas, bem como o licenciamento nuclear e ambiental de todas as atividades. Uma vez concluída a ampliação, a unidade, que conta hoje com uma capacidade de 400 toneladas/ano, passará a ter uma capacidade nominal de 800 toneladas de U3O8 por ano.

Para as atividades de segurança nuclear, foi dada continuidade às iniciativas relacionadas ao fortalecimento dos processos de licenciamento, inspeções regulatórias e controle de instalações e atividades com materiais nucleares e radioativos.

No ano de 2012, no segmento de aplicações da tecnologia nuclear, deve-se destacar ainda o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), com a contratação do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura do empreendimento. A contratação representa o cumprimento, pelo lado brasileiro, do Acordo de Cooperação Brasil/Argentina, no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (Coben), assinado em janeiro de 2011, cujo valor orçado é de US\$ 12,6 milhões. O RMB é uma nova instalação de pesquisa, desenvolvimento e produção, que possibilitará ao País eliminar a dependência externa referente ao fornecimento de radiofármacos para atender integralmente à demanda nacional por radioisótopos, além da prestação de serviço de irradiação e de teste de materiais necessários ao desenvolvimento de componentes para atendimento do setor nuclear.

Outro aspecto importante a ser destacado é o tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no País, cujo projeto do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN) consiste na construção de um depósito de subsuperfície em local geologicamente adequado para armazenar esses materiais de modo seguro – do ponto de vista ambiental, radiológico e físico – pelo período necessário à sua liberação para uso irrestrito, de cerca de 300 anos.

Para o ano de 2013, estão previstos: a produção de substâncias radioativas para atender à demanda de mais de dois milhões de procedimentos de medicina nuclear; a conclusão do projeto básico do RMB; o início das atividades de licenciamento ambiental e nuclear; e a adequação do projeto conceitual do RBMN.

A Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) tem a missão de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos. No ano de 2012 foram 2.426 toneladas de equipamentos produzidos. Esses equipamentos estão relacionados principalmente ao fornecimento de 21 vasos de pressão (150 toneladas) para o Programa de Revitalização de Plataformas, cliente Petrobras; de um Feixe Tubular (uma tonelada) para Usina de Angra I, sendo a Eletronuclear a cliente; de um Pré-Distribuidor (270 toneladas) para Hidroelétrica de Tocolma, na Venezuela, cliente IMPSA; e o fornecimento de Embutidos (cinco toneladas) para Usina de Angra 3.

A renovação da certificação Asme III, da Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos, para a fabricação de equipamentos voltados ao setor nuclear foi outro destaque em 2012. Com essa renovação, a empresa mantém-se apta a participar em concorrências internacionais na área nuclear.

Os submarinos são poderosas armas dissuasórias, e suas características operacionais conferem importante dimensão ao Poder Naval, um dos pilares do Sistema de Defesa Brasileiro. No contínuo esforço para dotar o Brasil desses importantes meios, foi criado, em 1979, o Programa Nuclear de Marinha (PNM), com a finalidade de capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear.





Em 2012, com a finalidade de implementar as ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias, relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB), foi criada, pela Lei nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, a empresa pública Amazul - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., vinculada ao Comando da Marinha.

Também no âmbito do Programa Nuclear da Marinha, cabe destaque, em 2012, o início do comissionamento da primeira fase da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (Uhexa), consolidando o domínio do ciclo de combustível nuclear no Brasil. As rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do tetrafluoreto de urânio (UF4) ao hexafluoreto de urânio (UF6) têm previsão de conclusão em 2013.

Vale ressaltar, também, que as obras civis do protótipo do reator nuclear em terra, o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), avançam em ritmo acelerado, com a construção simultânea de sete prédios do seu complexo.

O grupo responsável pelo recebimento do Labgene continua em treinamento no Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de Aramar, inaugurado em fevereiro de 2012, em Iperó/SP. As licenças de construção dos prédios nucleares do Labgene já foram obtidas na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) objetiva coordenar ações para atender às necessidades de proteção e segurança do Programa Nuclear Brasileiro em situações de emergência nuclear, e proteger os materiais e conhecimentos sensíveis relacionados ao setor nuclear. Em 2012, realizaram-se dois exercícios parciais de emergência: o primeiro simulou acidente na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis/RJ, e o segundo, na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), em Resende/RJ. Ocorreram, ainda, mais nove exercícios de comunicação no âmbito do Sistema para testar pronta resposta a emergências nucleares.

Houve o aprimoramento do processo de geração de cenários e da metodologia de avaliação dos exercícios de emergência nuclear e foi criado o Comitê de Articulação nas Áreas de Segurança e Logística (Caslon), voltado para as atividades de segurança do Programa Nuclear. Para 2013, prevê-se a realização, pela primeira vez, de um Exercício Geral – Resende/RJ, com enfoque na área de segurança do transporte de material nuclear e outro Exercício Geral – Angra/RJ, no qual serão incorporados cenários ambientais e de saúde.

e) Política Espacial

A política espacial do Governo, entendida como estratégica para o desenvolvimento soberano do País, está orientada para a busca de soluções de vários problemas e desafios do Governo e da sociedade, mediante a aplicação das tecnologias espaciais, bem como para o domínio não só dos meios de acesso ao espaço como das tecnologias críticas envolvidas, com a crescente participação e capacitação da indústria nacional.

Nesse contexto, destacam-se importantes avanços nos trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que resultaram na criação da empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A. – uma *joint-venture* entre a Telebrás e Embraer, assim como na elaboração do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, previsto no Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, que servirá de importante instrumento de orientação governamental para a capacitação e domínio das tecnologias críticas no setor de telecomunicações, com maior envolvimento e participação da indústria nacional.





Para ampliar a capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, ao monitoramento agrícola e à gestão territorial, destacam-se os importantes trabalhos de integração e testes finais do satélite CBERS-3, realizados pelo Inpe e pela Agência Espacial Brasileira (AEB), em cooperação com a China. Foi dada continuidade ao desenvolvimento do CBERS-4 e do satélite Amazônia-1, com lançamentos previstos para 2014 e 2015, respectivamente. Adicionalmente, foram apoiadas iniciativas voltadas para a utilização de dados de satélites para o sensoriamento remoto, a gestão hídrica, a previsão meteorológica, os alertas de desastres naturais e o monitoramento do clima espacial.

Nos esforços de conquista dos meios de acesso ao espaço, podem ser citados: i) desenvolvimento da família de Veículos Lançadores de Satélite (VLS); ii) desenvolvimento do Veículo Lançador de Microssatélite (VLM); iii) estabelecimento de uma cadeia sustentável de industrialização do veículo lançador suborbital VSB-30; iv) desenvolvimento de motores foguete a propulsão líquida; v) avanços no desenvolvimento de uma plataforma de navegação inercial; vi) implantação de importantes obras de preparação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, com vistas a possibilitar os voos dos veículos das famílias VLS e Cyclone.

f) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

O Governo aumentou a integração e a capilaridade no que se refere à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais, por meio de ações na área de C,T&I. As ações são efetivadas mediante programas e apoio a projetos destinados à difusão, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos e à melhoria da educação científica, além dos destinados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, assistivas, de conteúdos e plataforma digitais, de segurança alimentar e nutricional e de soluções tecnológicas para arranjos produtivos locais e regionais e cidades sustentáveis, sob o enfoque da inclusão social.

Destacam-se os resultados alcançados com as tecnologias assistivas, no âmbito do MCTI, que vêm colaborando para o Plano Viver sem Limite: i) criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA); ii) criação de uma rede de núcleos de pesquisa em Tecnologia Assistiva; e iii) criação de um Programa de Inovação Tecnológica em Tecnologia Assistiva.

O CNRTA, inaugurado em julho de 2012, foi instalado em Campinas/SP, com recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão. Foram selecionados 25 núcleos para compor a rede de pesquisa em Tecnologia Assistiva, vinculados a Universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa. A rede é composta por 29 núcleos. Seis desses núcleos já foram apoiados com investimentos da ordem de R\$ 2,1 milhões. Para 2013, planeja-se apoiar 17 núcleos.

O Programa de Inovação Tecnológica em Tecnologia Assistiva selecionou oito projetos, aportando R\$ 12 milhões. Foram colocados à disposição do Programa R\$ 20 milhões, por meio de subvenção econômica, para o desenvolvimento de equipamentos voltados à prática e ao treinamento de esportes paralímpicos. O apoio se dará em todas as modalidades definidas pelo Comitê Paralímpico.

Outra ação relevante de destaque na difusão da C,T&I é a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), cujo objetivo é estimular o estudo da matemática e o surgimento de talentos na área. Iniciada em 2005, o evento cresce a cada ano, criando um ambiente estimulante para o estudo da matemática entre alunos e professores de todo o País.

A OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa/MCTI), com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e representa a maior Olimpíada de Matemática do Mundo, na qual participaram da primeira fase da competição, em 2012, cerca de 19,14 milhões de alunos e 46.728 escolas em 99,42% dos Municípios brasileiros. Na segunda fase da OBMEP, foram 824 mil participantes.





Além dos testes e da premiação de estudantes, professores, escolas e secretarias, a OBMEP realiza outras ações importantes: produção e distribuição de material didático de qualidade; concessão de bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq para os 3.200 medalhistas (ouro, prata e bronze); Programa de Iniciação Científica – Mestrado (PICME), para medalhistas que estejam cursando graduação com bolsas do CNPq (IC) e Capes (Mestrado); Preparação Especial para Competições Internacionais (PECI), para medalhistas de ouro serem preparados para competições internacionais; e realização de atividades como seminários com professores e cerimônias de premiação.

Outras olimpíadas nacionais como as de física, química, geociências, história do Brasil, astronomia e astronáutica, robótica etc., bem como feiras de ciências, em nível nacional, estadual e municipal, também são apoiadas anualmente.

A Semana Nacional da Ciência e Tecnologia (SNCT) realiza-se no mês de outubro de cada ano, com a intenção de mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação, e contribuir também para que a população conheça e discuta os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas. A SNCT é realizada de forma integrada com os sistemas estaduais e municipais, as entidades científicas e as instituições de ensino e pesquisa.

Em 2012, foram registradas, na SNCT, 26.823 atividades em 701 Municípios de todos os Estados e o Distrito Federal. Em relação a 2011, o número de atividades aumentou 65% e o número de Municípios envolvidos cresceu 10%. Esses números fazem com que a SNCT seja hoje o maior evento de popularização da ciência no mundo com estas características de festival público de C&T. O tema da SNCT 2012 foi Sustentabilidade, Economia Verde e Erradicação da Pobreza. No ano de 2013, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia será realizada no período de 21 a 27 de outubro e o tema será Ciência, Saúde e Esporte.

O Programa de Inclusão Digital apoiou, em 2012, diversos projetos com foco em estruturação de cidades digitais e no fortalecimento de espaços públicos de inclusão digital, que tem como objetivo a priorização da convergência das ações do Governo nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliando a cidadania e popularizando a ciência e a arte. No ano de 2012, foram apoiados 13 projetos, em nove Estados, totalizando cerca de R\$ 21 milhões. No ano de 2013, serão priorizadas ações voltadas ao desenvolvimento de conteúdos digitais para educação e difusão de ciência e tecnologia; à implantação de centros de referência em pesquisa e desenvolvimento na área de inclusão digital; e a projetos de infraestrutura de cidade digital, em articulação com o Plano Nacional de Banda Larga.

Em 2012, o Programa de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), sofreu algumas modificações visando focar na sua principal característica: inclusão social por meio da extensão tecnológica, pesquisa aplicada e ensino profissionalizante. No ano de 2012, foi lançada a Chamada Pública para a implantação de CVT em Agroecologia com o objetivo de apoiar 40 projetos de implantação desses Centros. Para 2013, está programada a implantação de CVT de Segurança Alimentar e Nutricional; a implantação de um CVT em Alcântara/MA; e a ampliação e revitalização de CVT em Territórios da Cidadania, Bioma Amazônia e dos demais já instalados em todo o País.

g) Mar, Zona Costeira e Antártida

O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) para o período de 2012-2015 define ações voltadas ao conhecimento e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos, com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil, de modo a transformar os recursos da Amazônia Azul e da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País.





Nas ilhas oceânicas, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, onde são desenvolvidos programas de pesquisa com importância científica, econômica e estratégica para o País, notadamente no campo da meteorologia. Na Ilha Trindade, em 2012, foi instalada uma Estação Meteorológica automatizada, que permitirá o acompanhamento de dados climatológicos locais, em tempo real, o que contribuirá para as previsões meteorológicas do continente, em virtude de sua posição de observação privilegiada no Atlântico Sul.

Na área de Biotecnologia de Organismos Marinhos (Biomar), os ecossistemas marinhos apresentam formas diversas de vida que constituem recursos importantes para o desenvolvimento de uma ampla variedade de aplicações, a exemplo da pesquisa em desenvolvimento pela Rede Algas e Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) para a obtenção de biocombustível a partir de microalgas no litoral pernambucano.

O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac) e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) destinam-se a identificar e avaliar a potencialidade mineral do mar e a biodiversidade. Está prevista para 2013 a realização da primeira comissão de pesquisa dos Programas Remplac e Proarea, com o emprego de navios japoneses e participação de pesquisadores brasileiros. Também terão continuidade as comissões destinadas às pesquisas na Elevação do Rio Grande, para coleta e estudo das amostras de crostas cobaltíferas, que subsidiarão a proposta brasileira para a exploração desse recurso mineral.





III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



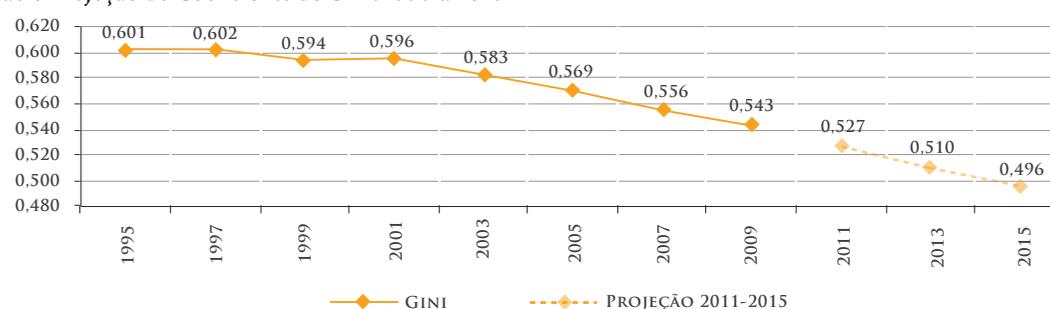
III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

a) Redução das Desigualdades

No aspecto socioeconômico, um dos fatos mais notáveis observados no País nos últimos dez anos foi a redução das desigualdades sociais. A tendência de diminuição consistente do coeficiente de Gini, índice mais usado na aferição das desigualdades sociais, reflete o crescimento relativo da renda da parcela da população pobre e extremamente pobre, em decorrência do aumento dos rendimentos do trabalho, do crescimento do emprego formal, dos aumentos reais do salário mínimo e do incremento das políticas de proteção social. O gráfico a seguir demonstra o comportamento declinante do coeficiente de Gini que, mantida a tendência atual, permanecerá em queda ao longo dos próximos anos.

Evolução e Projeção do Coeficiente de Gini: 1995 a 2015



Fonte: Ipeadata.

Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Hoje, a distância entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres é menor do que há uma década: enquanto a renda *per capita* dos primeiros cresceu 16,6%, a dos mais pobres cresceu 91,2% no período 2001 a 2011. No mesmo sentido, a distância entre as pessoas residentes nas regiões Nordeste e Sudeste, entre os moradores das áreas rurais pobres e das metrópoles, negros e brancos, também reduziu. A título de ilustração, o quadro a seguir demonstra o comportamento evolutivo da renda em diferentes segmentos populacionais na última década.

Variação da Renda *Per Capita* Mediana por Segmento Populacional (2001-2011)

TIPO DE CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO	SEGMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO 2001-2011 (%)
Região	Nordeste	72,8
	Sudeste	45,8
Território	Áreas Rurais Pobres	85,5
	Metrópoles	40,5
Etnia	Negros	66,3
	Pardos	85,5
	Branco	47,6

Fonte: Ipea.

Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).





Nesse contexto, merece destaque o Programa Bolsa Família que, ao custo de apenas 0,40% do PIB (valor executado em 2011), caracteriza-se, conforme estudo do Ipea, como a mais eficiente política de redistribuição de renda praticada no Brasil, ou seja, entre as políticas públicas redistributivas, é a que causa maior efeito em termos de redução da desigualdade para cada unidade monetária investida.

Como consequência do crescimento econômico associado à redução da desigualdade, a pobreza vem decrescendo paulatinamente nos últimos anos. No intuito de reduzir a pobreza de forma ainda mais efetiva, o Governo implantou, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

b) Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) tem por missão cumprir os preceitos constitucionais de combate à pobreza e às desigualdades e de consolidação dos direitos sociais e da rede de proteção social. O Plano promove um conjunto integrado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o acesso a direitos e oportunidades sociais aos grupos mais pobres e vulneráveis da população brasileira.

Estima-se que 16,2 milhões de pessoas vivam com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a R\$ 70, segundo o Censo 2010, correspondendo a 8,5% da população brasileira. Essa parcela da população extremamente pobre é predominantemente jovem (51% tem até 19 anos de idade), negra (71% de pardos e pretos), reside nas regiões Norte e Nordeste (75%) e concentra-se na área rural (47%), uma vez que no campo, de cada quatro brasileiros, um é extremamente pobre, enquanto nas cidades essa relação é de um para vinte.

O BSM foi criado para ir aonde estão as pessoas que vivem na extrema pobreza, respeitando suas particularidades e especificidades. Nesse intuito, a estratégia da Busca Ativa objetiva incluir no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) aqueles que vivem fora da rede de proteção e promoção social, de forma a garantir o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), bem como a outras ações do poder público.

Principais resultados do BSM, em 2012:

- 384 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas e incluídas no Cadastro Único pela estratégia de Busca Ativa e já estão recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), totalizando 791 mil famílias desde o início do BSM em 2011;
- 3,5 milhões de famílias com crianças de 0 a 15 anos saíram da extrema pobreza com a criação do benefício do Brasil Carinhoso no PBF, totalizando 16,4 milhões de pessoas, das quais 8,1 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos;
- Ampliação do acesso a creches e melhoria do atendimento às crianças mais pobres, estimulada pelo aumento e pela antecipação de transferências de recursos do Governo Federal aos Municípios. Em 2012, 2.744 Municípios fizeram cadastramento para atender 381,5 mil crianças do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas;
- 206 mil nutrízes e 166 mil gestantes foram atendidas com benefício variável do PBF;
- 266,7 mil matrículas para formação profissional inicial e continuada destinadas a inscritos no Cadastro Único, no âmbito do Pronatec;
- 175 mil famílias no campo estão com assistência técnica, sementes e fomento garantidos em todas as regiões do Brasil;





- 157 mil cisternas do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água Para Todos) foram entregues para a população que vive no semiárido;
- 25 mil famílias foram beneficiadas pelo Bolsa Verde, abrangendo diferentes biomas, em unidades de conservação de uso sustentável, em áreas ocupadas por ribeirinhos e em assentamentos ambientalmente diferenciados, totalizando 34,2 mil famílias beneficiadas desde o início do programa em 2011; e
- 26,1 mil famílias beneficiadas com ações de fomento.

Estão previstas para 2013 diversas ações destinadas a consolidar e aprofundar a articulação federativa no âmbito do BSM, em especial com os Municípios, em função da posse dos novos prefeitos. Para tanto, o Governo adotará uma estratégia de atuação apoiada na capacidade mobilizadora dos Estados e de entidades parceiras, bem como no uso de ferramentas tecnológicas disponíveis, *on-line*, a todos os Municípios.

Essas iniciativas de articulação têm como principal objetivo propiciar aos Municípios melhor entendimento de suas situações e colaborar na elaboração de planos de ação adequados às suas realidades para superar a extrema pobreza. Para isso, o BSM disponibilizará um conjunto de material informativo como cartilhas, diagnósticos sobre o perfil da extrema pobreza em cada Município, além de relatórios atualizados *on-line*, apresentando os resultados das principais ações do BSM em cada cidade.

c) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), integrante do eixo garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria, completou nove anos de existência em 2012, tendo se consolidado como um dos mais importantes instrumentos de combate à pobreza e à extrema pobreza no Brasil. Foram beneficiadas 13,9 milhões de famílias, totalizando um volume de recursos da ordem de R\$ 21,2 bilhões. Cada família recebeu, em média, R\$ 129,78 em benefícios por mês.

Em maio de 2012, foi lançado o Brasil Carinhoso, que tem na infância o seu público prioritário e que, também, é parte do BSM. Um de seus principais componentes é um novo benefício para superação da extrema pobreza, destinado a complementar a renda de famílias com crianças e adolescentes de até quinze anos de idade que ainda não haviam conseguido superar a linha da extrema pobreza.

A expectativa do Governo é que esse novo benefício tenha impacto imediato de quase 40% na redução da extrema pobreza em geral e de 62% entre as crianças com até quinze anos. Os valores do novo benefício são calculados conforme o perfil de renda e o número de integrantes da família. Antes dessa medida, cada família extremamente pobre recebia um benefício básico de R\$ 70,00, somado aos benefícios variáveis por criança de até 15 anos no valor de R\$ 32,00 (incluindo gestantes e nutrízes), limitados a cinco por família, e dos benefícios variáveis vinculados aos adolescentes, de R\$ 38,00 para cada adolescente de 16 e 17 anos, limitados a dois. As famílias pobres, ou seja, com renda entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00, recebem somente os valores referentes a crianças e adolescentes.

Além disso, estão sendo disponibilizados recursos para Municípios com a finalidade de financiar vagas em creches para beneficiários do Programa Bolsa Família, no valor de aproximadamente R\$ 210,9 milhões em 2012, possibilitando o atendimento a 381,6 mil crianças.

Há que se destacar que o Governo, com o BSM, adota como estratégia prioritária o estabelecimento de parcerias para a agenda de complementação financeira do Programa e para a oferta de serviços de suporte à superação da extrema pobreza. Já haviam





aderido, em 2011, além do Distrito Federal, os Estados do Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. Em 2012, novo acordo foi firmado com o Estado de Santa Catarina e seis pactos tiveram suas operações iniciadas, totalizando dez pactos ativos, beneficiando mais de 343,6 mil famílias. A expectativa é alcançar, até o final de 2013, cerca de 700 mil famílias extremamente pobres, com acréscimo médio de R\$ 85,00 em seus benefícios. Dessa forma, espera-se que aproximadamente 630 mil famílias cruzem a linha de extrema pobreza, com um desembolso mensal dos entes federados pactuados da ordem de R\$ 59,5 milhões.

É importante mencionar, também, a integração do Programa Bolsa Família com o Programa Mais Educação com o objetivo ampliar a jornada escolar das crianças nas escolas públicas, que consiste, basicamente, em fortalecer a adesão ao Programa Mais Educação das escolas que possuem, entre os seus estudantes matriculados, pelo menos 50% pertencentes a famílias beneficiárias. Como resultado dessa integração, a partir de 2012 as escolas com maioria de estudantes beneficiários do PBF passaram a ser majoritárias no Programa Mais Educação, alcançando o percentual de 54%.

A expectativa para 2013 é que o Programa Mais Educação atinja aproximadamente 47 mil escolas, sendo que 26 mil dessas escolas deverão ser compostas por maioria de estudantes beneficiários do PBF. A continuidade e o fortalecimento da parceria entre os Programas Bolsa Família e Mais Educação contribuem diretamente para que esses alunos possam não somente manter um alto percentual de frequência escolar acompanhada, como também tenham acesso à educação integral.

c.1) Acompanhamento das Condicionalidades do Público Beneficiário do Programa Bolsa Família

O acompanhamento das condicionalidades do PBF favorece a ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, de modo a concretizar seus direitos em cada uma dessas áreas, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. Atualmente, todos os Municípios fazem o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias. Em setembro de 2012, o Programa alcançou o maior público em acompanhamento na faixa etária de 6 a 17 anos (15,9 milhões, ou 87,3% do público-alvo) de toda a série histórica iniciada em 2006; e, dos estudantes acompanhados em 2012, mais de 90% cumpriram o exigido pela condicionalidade de educação, que é a frequência escolar mensal mínima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos, e de 75% para aqueles de 16 e 17 anos. O acompanhamento das condicionalidades de saúde também atingiu, em 2012, o mais expressivo resultado já registrado, alcançando 73,45% das famílias no primeiro semestre.

c.2) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) identifica e caracteriza as famílias brasileiras de baixa renda, isto é, aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Por sua abrangência e qualidade, o CadÚnico foi definido como ferramenta de seleção e acompanhamento para todos os programas que compõem o Plano Brasil Sem Miséria e sua base de dados está disponível no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em julho de 2012, foram atualizadas as estimativas de famílias de baixa renda (isso é, renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo), com base nos dados do Censo 2010, indicando aproximadamente 20,1 milhões de famílias em todo o Brasil.

Com a estratégia da Busca Ativa, entre janeiro e outubro de 2012, foram incluídas, no Cadastro Único, aproximadamente 2,9 milhões de famílias, sendo mais de 1,1 milhão em situação de extrema pobreza (renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00). Na base de dados de outubro de 2012 havia 24,2 milhões de famílias registradas, sendo 13 milhões em





situação de extrema pobreza. De todas as famílias identificadas, 65,74% (16.230.032 famílias) estão com informações atualizadas há menos de 24 meses.

Para o período 2013-2014, o Cadastro Único prevê ampliar o monitoramento das informações cadastradas, por meio da utilização de indicadores relacionados à gestão e qualidade dos dados. Também será realizada a atualização do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) a partir dos dados da Versão 7 do Cadastro Único, além de serem reforçadas parcerias para a identificação de famílias extremamente pobres ainda não cadastradas.

Para apoiar a realização das ações de gestão a cargo dos entes federados, como o cadastramento da população em situação de pobreza e extrema pobreza e a atualização de suas informações no CADÚNICO, e o acompanhamento das condicionalidades do PBF, o Governo instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), e repassa recursos de acordo com o desempenho de cada Município, Estado e do Distrito Federal. Em 2012, foram repassados para Estados, Municípios e Distrito Federal, a título de apoio a gestão descentralizada do PBF, mais de R\$ 500 milhões.

d) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Governo tem implementado, em parceria com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, um conjunto de ações visando orientar e apoiar o processo de constituição e qualificação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Como resultado, em dezembro de 2012, 5.551 Municípios e o Distrito Federal, representando cerca de 99,7% das cidades, já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do Suas, sendo 133 (2,4%) em gestão inicial, 5.017 (90,1%) em gestão básica e 401 (7,2%) em gestão plena. A previsão para 2013 é habilitar os Municípios que ainda não aderiram ao Suas e, estimular a migração de todos os Municípios em gestão inicial para a gestão básica.

Entre as ações implementadas em 2012 destacam-se: i) instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) e do Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (BPC Trabalho); ii) definição de proposta, no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), para o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos; iii) conclusão da análise dos processos de certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas), protocolados antes da publicação da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; iv) disponibilização, para os Municípios, de aplicativo eletrônico para coleta de informações sobre as entidades socioassistenciais, que constituirá a base de dados para a implantação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), prevista para 2013; v) implantação do Programa Nacional de Capacitação do Suas (CapacitaSuas); e vi) cofinanciamento federal para Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop).

O CapacitaSuas tem como objetivo apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos estaduais de capacitação, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional. Em 2012, foram transferidos aos Estados e ao Distrito Federal recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do Sistema, com prioridade para os integrantes dos serviços que receberam expansão em 2011 e 2012 (equipes volantes, equipes dos Cras, Creas e Centro Pop) e componentes do Plano Brasil Sem Miséria; Plano *Crack*, é possível vencer; e Plano Viver Sem Limite.

d.1) Centro de Referência da Assistência Social

Os Cras são unidades públicas estatais, responsáveis pela organização da proteção social básica em seu território de abrangência e pela oferta do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que objetiva fortalecer





a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O Censo Suas-2011 registrou a existência de 7.475 Cras, em 5.264 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de 25 milhões de famílias. Em 2012, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, os Municípios que apresentavam déficit de cobertura de Cras receberam oferta de cofinanciamento federal para expansão do Paif. Para a manutenção e expansão dessa rede, em 2012, foi destinado um montante de aproximadamente R\$ 576 milhões.

Os Cras cujos territórios de abrangência possuem peculiaridades de extensão territorial, áreas rurais ou de difícil acesso, isolamento ou dispersão populacional podem contar com equipes volantes, visando ampliar sua capacidade de atendimento e o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, em 2012, o cofinanciamento federal para os serviços realizados por equipes volantes alcançou 1.038 Municípios, responsáveis por 1.205 equipes, demandando recursos de R\$ 60,3 milhões. Para 2013, os recursos previstos serão ampliados para R\$ 78 milhões e também foi estabelecida cooperação técnica para construção de 100 lanchas sociais e implementação do Projeto Conceitual e Especificação de Aquisição de Barcos Sociais.

d.2) Benefício de Prestação Continuada

Em 2012, a cobertura do BPC alcançou 3,8 milhões de beneficiários, sendo dois milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, representando um investimento de R\$ 27,2 bilhões. Para 2013, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, com investimentos de R\$ 31,2 bilhões. A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras informacionais de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente.

O BPC na Escola tem como objetivo promover acesso e permanência na escola às pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, favorecendo seu desenvolvimento e a inclusão social. Mais de 2,3 mil Municípios – incluindo todas as capitais – aderiram ao programa, contribuindo para a inclusão, até 2012, de 278 mil beneficiários. O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC (Dataprev/MPS) e o Censo Escolar (Inep/MEC) aponta que mais beneficiários estão matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 68,71% (2011).

O BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Em 2012, foi finalizada a experiência piloto em nove Municípios e o programa foi institucionalizado. Em 2013, pretende-se expandir o BPC Trabalho para todas as capitais e Municípios de grande porte do Brasil, realizar 67 mil visitas domiciliares e inserir 34 mil beneficiários na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas, além de ações de qualificação junto aos Estados e Municípios.

d.3) Proteção Social Especial

A média e a alta complexidades são os dois níveis em que se organizam a Proteção Social Especial (PSE), tendo no Creas a principal unidade pública estatal de oferta dos serviços de média complexidade.





Os Creas ofertam Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), e outros serviços que visam contribuir para a superação dos padrões de violação de direitos que as tornam vulneráveis ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Mediante demanda, oferta-se, ainda, o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, instituído pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Ao final de 2012, o Governo cofinanciava a oferta dos serviços em 2.216 unidades Creas, em 2.303 Municípios de todas as unidades da Federação, as quais atendem aproximadamente 126 mil famílias e indivíduos. Além disso, aproximadamente 900 dessas unidades atendem também cerca de 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Os Municípios de grande porte também contam com cofinanciamento federal para a oferta de serviços em 153 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua.

São oferecidos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos em 1.558 Municípios de todas as unidades federadas. Em 2012, por meio do Plano Viver sem Limite, o Governo passou a cofinanciar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, ofertado em unidades denominadas Centro Dia.

Para a proteção social de média complexidade, foram destinados, em 2012, recursos de R\$ 377,6 milhões, prevendo-se para 2013 um aporte de R\$ 543,7 milhões.

Na alta complexidade, são ofertados serviços de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2012, esses serviços foram disponibilizados por 828 Municípios e 20 Governos Estaduais para crianças, adolescentes e idosos, permitindo o atendimento de aproximadamente 40,5 mil pessoas. O Plano Brasil Sem Miséria permitiu ampliar a oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, cobrindo 119 Municípios, com capacidade de atendimento de cerca de 19,5 mil pessoas. Além disso, como uma estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos, o Plano Viver sem Limite possibilitou a implantação do serviço de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, oferecido em Residências Inclusivas. Para a manutenção e expansão do conjunto desses serviços de alta complexidade, em 2012, foram aplicados recursos de R\$ 83,1 milhões, que deverão ser incrementados para R\$ 247,1 milhões em 2013.

d.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País. De acordo com dados da Pnad 2011, o trabalho infantil atingia 4,7% das crianças e adolescentes da faixa etária atendida pelo programa, representando redução significativa em relação ao índice de 8,52% verificado em 2001. Em 2012, o cofinanciamento federal para a oferta dos serviços pelos Municípios e pelo Distrito Federal beneficiou 853 mil crianças e adolescentes, em mais de 3,5 mil Municípios, exigindo um aporte de R\$ 277,6 milhões.

d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. O Programa integra o Plano Brasil Sem Miséria e funciona de forma integrada ao Pronatec – Brasil Sem Miséria. Em 2012, quase 300 Municípios aceitaram o cofinanciamento federal para o Programa, resultando na alocação de R\$ 64 milhões, valor que deverá ser elevado para R\$ 120 milhões em 2013.





e) Segurança Alimentar e Nutricional

O Brasil tem avançado na concretização da política de segurança alimentar e nutricional e, até 2015, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverá estar consolidado em todos os Estados e em grande parte dos Municípios.

O processo de construção do Sisan apresentou, em 2012, novos avanços, destacando-se o início do monitoramento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), com vigência no período de 2012 a 2015, pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por 19 ministérios. Concebido em consonância com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), as atividades do Plansan visam garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável; o acesso à terra, ao território e à água; a segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; a transferência de renda; o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica; e alimentação e nutrição para a saúde e ações de formação que contribuam com a construção de uma cultura de direitos.

É importante mencionar, ainda, outros trabalhos realizados ou discutidos no âmbito da Caisan, tais como: i) o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade; ii) a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; iii) a convivência com o semiárido e os impactos da seca na segurança alimentar e nutricional; iv) o Balanço do 1º ano de implantação do Plano Brasil Sem Miséria e as contribuições do Consea; v) as Deliberações da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; vi) o Relatório da Comissão de Monitoramento de Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada; e vii) a criação do Comitê Técnico de Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais. A Caisan, portanto, tem avançando no processo de consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e aponta caminhos para que os Estados e Municípios possam avançar em modelos de gestão intersetorial, inclusive por meio de apoio financeiro de responsabilidade do MDS.

e.1) Apoio à Produção

e.1.1) Acesso à Água para a Produção

A ação de acesso à água para produção de alimentos, que congrega o Programa Segunda Água, objetiva a identificação e a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, de baixo custo e de comprovada eficiência técnica, que visem ampliar as condições de acesso à água para o fomento e estruturação produtiva no meio rural, aliadas a capacitações para a gestão da água, para a produção de alimentos e para o manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo intercâmbios de experiências entre beneficiários, agricultores e instituições.

No ano de 2012, foram entregues 8.886 equipamentos, que beneficiaram cerca de 12 mil famílias. Nesse período, foram feitas contratações para aproximadamente 45 mil tecnologias, tais como cisternas calçadão, cisternas de enxurrada, barragens subterrâneas, tanques de pedra e bombas d'água popular. Para 2013, estão previstos recursos da ordem de R\$ 440 milhões para construção desses equipamentos.

e.1.2) Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – fundamental na estratégia de superação da extrema pobreza rural do Plano Brasil Sem Miséria – consiste na disponibilização de assistência técnica e extensão rural (Ater) a agricultores familiares, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e no repasse de recursos financeiros não reembolsáveis a esses públicos. O Programa vem disponibilizando também sementes de milho, feijão e hortaliças produzidas pela Embrapa e





adaptadas às condições dos territórios onde estão os beneficiários do Programa, bem como de material didático e informativo às famílias beneficiárias e aos técnicos da extensão rural.

Entre 2011 e 2012, aproximadamente 37 mil famílias de agricultores familiares e quilombolas em extrema pobreza nos Estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais começaram a receber o acompanhamento de técnicos da extensão rural. Até dezembro de 2012, pouco mais de 26 mil famílias já haviam recebido a primeira parcela do fomento produtivo, no valor de R\$ 1.000,00, ampliando sua capacidade produtiva, com reflexos diretos na segurança alimentar e nutricional.

e.2) Comercialização

e.2.1) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca incentivar a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, o consumo e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; fortalecer os circuitos comerciais locais e regionais; estimular o cooperativismo e associativismo; formar estoques públicos; e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica, com ênfase na sustentabilidade.

O Programa tem duas categorias de beneficiários: os fornecedores de alimentos (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais) – devendo ser garantida a participação de 40% de mulheres; e os consumidores de alimentos, que são as pessoas em situação de insegurança alimentar, atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

O PAA teve sua execução redesenhada para permitir o aumento do número de beneficiários, tanto de fornecedores quanto de consumidores, na expectativa de ampliar a eficiência e efetividade do Programa. Vêm sendo celebrados termos de adesão com Estados, Municípios, Distrito Federal e consórcios públicos de Municípios com vistas à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além da formação de estoques públicos. Até 2012, já haviam aderido à nova forma de operação do PAA 18 Estados e 112 Municípios. A partir da adesão e do início da execução do programa, o pagamento dos beneficiários fornecedores será feito por meio de crédito em cartão bancário específico, emitido por instituição financeira oficial, o que permite ao gestor federal atuar sobre a governança da execução das ações que compõem o Programa.

Em 2012, foram executados R\$ 923,6 milhões, beneficiando cerca de 184 mil agricultores familiares. Em 2013, o Programa contará com recursos da ordem de R\$ 1,15 bilhão.

e.2.2) Cestas de Alimentos

Essa política pública de caráter emergencial e complementar à distribuição de alimentos vem sendo executada desde 2003, em parceria com órgãos públicos federais. Seu objetivo é doar alimentos a famílias que estão em situação continuada de insegurança alimentar e nutricional. Para isso, cada ente parceiro é responsável pela identificação de um segmento populacional específico. Podem também ser atendidas demandas emergenciais, oriundas das ações de defesa civil, de acordo com necessidades advindas de catástrofes ambientais. Foram distribuídas entre janeiro e novembro de 2012 cerca de 1,23 milhão de cestas de alimentos, contemplando 407,7 mil famílias beneficiárias. Para 2013, estão previstos recursos da ordem de R\$ 82,0 milhões, o que tornará possível a ampliação do número de entregas por família.





e.3) Consumo

e.3.1) Acesso à Água para Consumo Humano

A ação de acesso à água para consumo humano na zona rural ampara o Programa Cisternas (Primeira Água), que tem como objetivo garantir o acesso à água potável para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional, por meio da construção de cisternas de placas para a captação e armazenamento de água de chuva e outras tecnologias sociais apropriadas. As atividades desenvolvidas compreendem a seleção das famílias da zona rural sem acesso à rede pública de abastecimento, formação de mão de obra para a construção de cisternas e capacitação das famílias para a gestão da água e uso sustentável dos recursos naturais, bem como a construção das cisternas em domicílios, comunidades e escolas rurais. Em 2012, foram entregues 77.458 cisternas. Nesse mesmo período, foram feitos contratos para cerca de 196 mil unidades. Para tais resultados, entre outras parcerias, contribuíram a cooperação estabelecida com o Programa Minha Casa, Minha Vida e o contrato de prestação de serviços firmado com o Banco do Nordeste, que atuará como mandatário da União e que operacionalizará contratos de repasse para a implementação de ações de água para consumo e produção. Para 2013, estão previstos R\$ 383 milhões para a contratação de novas cisternas.

e.3.2) Educação Alimentar e Nutricional

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) estão sendo desenvolvidas de forma articulada e são compostas por três componentes principais: normatização, mobilização e qualificação.

Destacam-se, em 2012: a publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas; e o apoio a 30 projetos de EAN, em nível local, por universidades estaduais e federais, já utilizando as referências do Marco de Educação Alimentar e Nutricional. Para 2013, pretende-se: a divulgação da rede Ideias na Mesa, uma plataforma *on-line* para compartilhamento de experiências em EAN, que possibilita, ainda, o georreferenciamento das experiências cadastradas; do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade; e a publicação de materiais de Educação Alimentar e Nutricional para a rede da assistência social, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Pretende-se ainda em 2013: i) fortalecer os projetos locais implementados; ii) formar mil multiplicadores locais (lideranças) em EAN, que façam a articulação com os atores da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); iii) capacitar a distância dois mil gestores do Programa Bolsa Família para atuarem com o componente da EAN em parceria com a Fiocruz; iv) expandir e manter a RedeSAN, como uma experiência de interlocução, mobilização e qualificação de agentes públicos envolvidos com a SAN nos Municípios e Estados; v) divulgar e dar visibilidade a campanhas de mídia; e vi) apoiar e fortalecer as ações de EAN nos SCFV.

e.3.3) Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

A ação visa incentivar a produção de alimentos, a saber: cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de pequenos animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos para o consumo humano, a troca, a doação e a comercialização. Em 2012, o financiamento de ações produtivas ficou em R\$ 6,7 milhões e, para 2013, está previsto o financiamento de ações produtivas, de transformação de alimentos e a promoção de equipamentos para comercialização no valor de R\$ 9,5 milhões, com o recorte máximo de R\$ 1.000,00 por beneficiário, propiciando, assim, o apoio a 9,5 mil beneficiários diretos.





e.3.4) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

A Rede de Equipamentos de SAN compreende os Restaurantes Populares (RP), as Cozinhas Comunitárias (CC), os Bancos de Alimentos (BA) e as Unidades de Apoio à Agricultura Familiar (Uadaf).

Os Restaurantes Populares (RP) são implantados nos Municípios com mais de 100 mil habitantes. O objetivo desse programa é ampliar a oferta de refeições saudáveis à população de baixa renda a preços acessíveis (mínimo de mil refeições/dia por unidade), e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2012, foram executados R\$ 6,9 milhões para a modernização de 13 unidades já em funcionamento.

As Cozinhas Comunitárias (CC) implantadas em parceria com entes federados em periferias ou localidades de vulnerabilidade social atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas, em articulação com o Centro de Referência em Assistência Social. A distribuição de refeições é gratuita (mínimo de 100 refeições/dia por unidade), podendo, ainda, ser comercializada a preço acessível. Em 2012, foram modernizadas 15 unidades que funcionavam há pelo menos 12 meses.

Os Bancos de Alimentos (BA) atuam na arrecadação de alimentos provenientes de doações de produtores, comerciantes, rede varejista e Centrais de Abastecimento que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e na distribuição gratuita a entidades da rede socioassistencial, escolas públicas, projetos sociais, restaurantes e cozinhas comunitárias. Em 2012, foram implantados 11 novos Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento (Ceasa) e modernizadas 18 unidades já em funcionamento. Os Editais publicados em 2012 priorizaram a implantação de Bancos de Alimentos nas Centrais de Abastecimento, em razão de estes serem locais onde se registra elevado índice de perda dos alimentos, e a modernização de unidades já em funcionamento nas Ceasas e em Municípios com mais de 100 mil habitantes, localizados nas capitais e regiões metropolitanas.

As Unidades de Apoio à Agricultura Familiar (Uadaf) têm como finalidade auxiliar a organização do abastecimento local e a distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos pelos programas de compras governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). No edital público de 2012, no valor de R\$ 32,8 milhões, foi priorizada a implantação de Uadaf em Municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania, que participam do PAA. Foram selecionados 73 Municípios, abrangendo 56 Territórios da Cidadania, 60% destes das regiões Norte e Nordeste.

Estão previstas, para 2013, ações de implantação de novos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente as Unidades de Apoio à Agricultura Familiar, que deverão beneficiar os agricultores familiares extremamente pobres, conforme previsto pelo Decreto nº 7.775, de julho de 2012, garantindo infraestrutura adequada para distribuição, beneficiamento e comercialização dos gêneros alimentícios excedentes. Pretende-se, também, ampliar as parcerias para modernização de cozinhas sociais, ou seja, cozinhas públicas institucionais mantidas por outras políticas públicas como creches e escolas, por exemplo. Além disso, esforços serão envidados no sentido de fortalecer a estratégia da qualificação da gestão desses equipamentos, por meio da normatização dos programas, buscando definir parâmetros de demanda e localização, bem como os relativos à qualidade nutricional dos alimentos servidos nos Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, monitoramento e acompanhamento da implementação e gestão dos equipamentos de segurança alimentar e nutricional e qualificação das atividades de educação alimentar e nutricional.





f) Avaliação e Gestão da Informação

Entre as várias iniciativas realizadas em 2012, cabe destacar a divulgação dos resultados finais da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, realizada em 2009, em 269 Municípios. Os principais resultados da avaliação são: i) as crianças beneficiárias do Bolsa Família apresentaram progressão escolar da ordem de 6% maior do que crianças de mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias; ii) foram gerados impactos efetivos na melhoria das condições de saúde de crianças beneficiárias, reduzindo a desnutrição aguda e garantindo cumprimento mais regular do esquema vacinal; e iii) maior presença de mulheres grávidas beneficiárias do Programa no acompanhamento pré-natal. Em 2013, serão realizadas as atividades de planejamento da terceira rodada da pesquisa, prevista para 2014.

Igualmente relevante foi a estruturação do registro mensal de atendimentos de serviços socioassistenciais, que permite que os mais de sete mil Cras possam informar, mensalmente, o volume de famílias atendidas nos serviços de proteção social básica e especial. Em 2013, esse aplicativo permitirá o registro de informações, para cada família, identificada por Número de Identificação Social (NIS), de atendimentos e encaminhamentos a outros serviços e programas federais.

2. Juventude

O lançamento do Plano Juventude Viva foi o destaque em 2012. O Plano reúne um conjunto de ações para prevenção à violência contra jovens negros, tendo como prioridade os 132 Municípios que concentram 70% dessas mortes. Sua primeira etapa foi lançada em Alagoas e, em 2013, o desafio é ampliar para, pelo menos, mais cinco Estados.

O Plano se estrutura em quatro eixos de trabalho quais sejam: i) desconstrução da cultura da violência, por meio da sensibilização da sociedade e da formação de rede de organizações que atuam com o tema; ii) inclusão, emancipação e garantia de direitos, com programas sociais focados em jovens de 15 a 29 anos em situação de maior vulnerabilidade; iii) instalação de equipamentos públicos com oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer; e iv) aperfeiçoamento institucional que pretende enfrentar o racismo nos órgãos públicos que se relacionam com os jovens, como os dos sistemas educacional, de saúde, penitenciário e de justiça, além de trabalhar para a redução da letalidade policial.

Ainda em 2012, foi lançado o programa Estação Juventude, cujo objetivo é promover a inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas. Neste primeiro ano, 12 Municípios firmaram convênios para implementar as Estações em equipamentos públicos já existentes e oito Estados conveniaram para viabilizar as unidades itinerantes, ou seja, veículos que irão percorrer localidades diferentes para promover atividades de interesse dos jovens e expandir, territorialmente, o acesso a essas informações. Para 2013, será lançado edital para ampliação do serviço.

Visando à elevação da escolaridade, à qualificação profissional inicial e à participação cidadã, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano), em 2012, beneficiou 104.804 jovens de 18 a 29 anos. Essa edição envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino, 4.032 educadores, em 309 Municípios.

Por meio do ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã – foram beneficiados 203.889 jovens em 2012, mediante 175 parcerias assinadas em 2011, sendo 14 com Estados e 161 com Municípios, com investimento de R\$ 345 milhões. Em 2012, foram celebradas mais sete parcerias que beneficiarão quatro mil jovens em 2013, com orçamento de R\$ 14 milhões.





Foi realizado, ainda em 2012, o 1º Seminário Nacional de Juventude Rural, que estabeleceu as diretrizes de uma política nacional voltada para esse segmento. Em 2013 serão enviados esforços para consolidar essa agenda por meio de um plano interministerial, com especial destaque para as ações voltadas à educação no campo.

Na agenda internacional, o Brasil se consolidou como uma referência de políticas públicas de juventude. Dentre as ações, o País sediou o Juvensur (Seminário Permanente de Integração Regional); a 9ª Reunião Especializada de Juventude, ambos do Mercosul; e a 16ª Conferência de Ministros, Ministras e Responsáveis da Organização Iberoamericana de Juventude, em que o Brasil foi eleito presidente do Conselho Diretivo.

O projeto Soldado Cidadão oferece aos jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar. Em 2012, foram qualificados 14.655 jovens durante a prestação do serviço militar, e a meta para 2013 é qualificar cerca de dez mil jovens.

3. Educação

A educação é fator estruturante e estratégico para o desenvolvimento social e econômico do País. Para tal, propiciar o acesso à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade tornou-se meta primordial nos últimos anos, possibilitando avanço relevante nas condições sociais da população brasileira. Os resultados registrados por alguns indicadores mostram significativa melhoria da situação educacional do País, representando a ampliação de ganhos sociais que, dentre outros motivos, decorrem do sucesso do esforço de expansão da educação infantil, dos ensinos fundamental, médio e superior, além da educação profissional e tecnológica. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, ainda em tramitação no Congresso Nacional, apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas e ações desenvolvidas conjuntamente pela União, Estados e Municípios na área de educação. Seu foco está na valorização do magistério e na qualidade da educação, contemplando a ampliação do acesso e do atendimento em todos os níveis educacionais; o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral; a universalização do ensino de quatro a 17 anos; a garantia do atendimento em creches para 50% das crianças de até três anos; a ampliação da educação em tempo integral na rede pública de ensino; dentre outras ações.

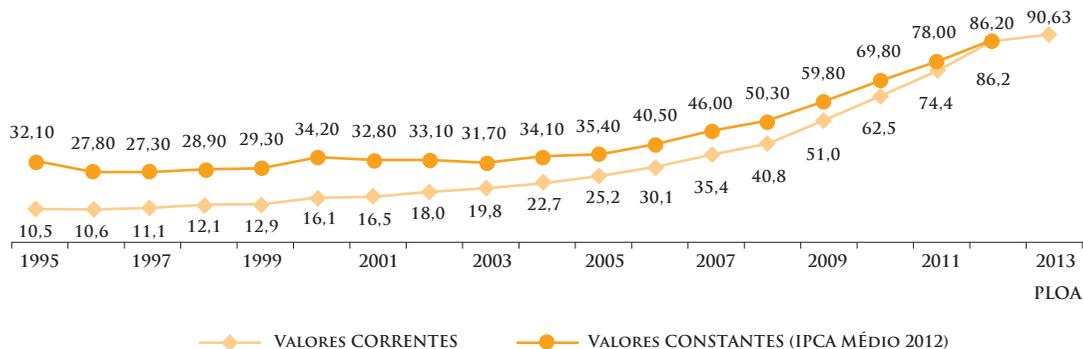
Nesse tocante, cabe destacar a importância do esforço conjunto da sociedade, dos entes federados e do Congresso Nacional em aumentar os investimentos públicos em educação de modo a incrementar o novo PNE e atingir a meta de aplicar, até 2020, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. Foi publicada a Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012, determinando que o total das receitas de *royalties* e participações especiais dos contratos de concessão, firmados após sua edição, será destinado exclusivamente à educação pública. Ainda nessa linha, o mencionado diploma legal assegura que 50% do rendimento das aplicações do Fundo Social, constituído, sobretudo, com recursos originados de contratos de partilha de produção, sejam destinados a programas e projetos direcionados ao desenvolvimento da educação.

Os gráficos a seguir espelham a evolução dos recursos direcionados a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino demonstrando o aumento substancial em termos reais nos recursos dispendidos. Esse fato, somado aos esforços conjunto dos entes federados, contribuiu para o crescimento do investimento público em educação em relação ao PIB, que passou de 4,7% para 6,1% de 2000 a 2011, com previsão de elevação maior nos próximos anos.





Orçamento Total sob Supervisão do Ministério da Educação* (em R\$ bilhões)

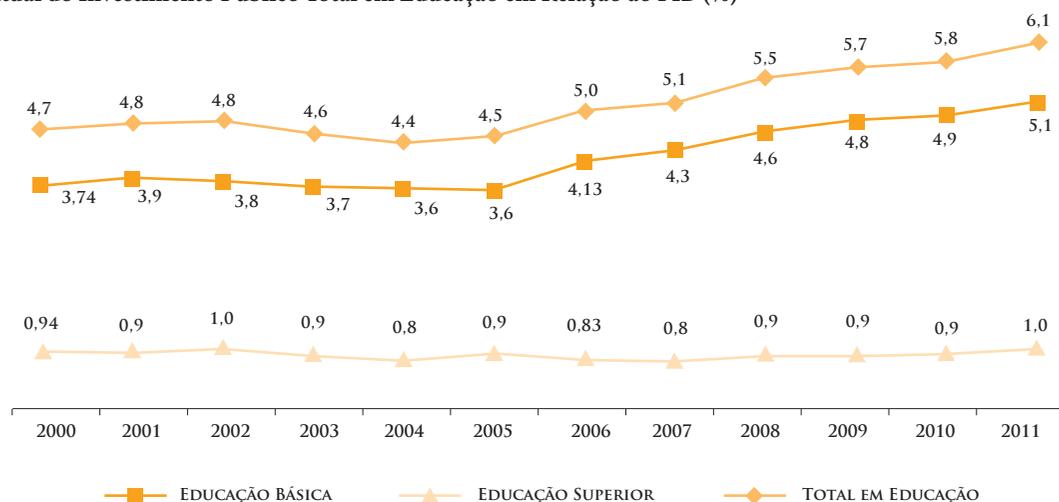


Fonte: FNDE/MEC.

Elaboração: COAV/CGP/SPO/SE/MEC.

Obs.: *Orçamento da administração direta e indireta. Inclui Fies e Salário-Educação.

Percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao PIB (%)



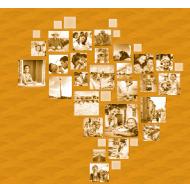
Fonte: Inep/MEC.

Elaboração: COAV/CGP/SPO/SE/MEC.

a) Educação Básica

A atuação do Governo neste campo baseia-se na tríade: acesso e permanência; equidade e qualidade. Orientada por tais objetivos, tem adotado políticas sistêmicas que focam a educação básica em sua integralidade – abordando desde a educação infantil até o ensino médio – considerando a relação de mútua dependência e a necessária articulação com o ensino superior, que é ao, mesmo tempo, o destino dos egressos do ensino médio e a origem dos professores da educação básica.

Em 2012, o Governo deu continuidade às ações para o desenvolvimento desse nível de ensino, por meio do apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.





O Plano de Metas, instituído em 2007, é um compromisso formado por um conjunto de 28 diretrizes cuja implementação é amparada pelos Planos de Ações Articuladas (PAR) com vistas à melhoria da educação básica, que é avaliada, essencialmente, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em 2012, houve a divulgação do Ideb referente à avaliação realizada no ano anterior, o qual apontou que o Brasil atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico – anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O Ideb foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

O PAR é uma ferramenta importante de diagnóstico e planejamento educacional dos sistemas de ensino e de institucionalização da relação cooperativa entre o Ministério da Educação e os demais entes federados. Seu fundamento legal foi conferido pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, que ratificou a racionalização e simplificação do processo de transferência de recursos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal ao dispensar a necessidade de firmar convênio, ajuste, acordo ou contrato para apoio na execução de ações. No âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), foram repassados, em 2012, R\$ 232 milhões para aplicação nos planos de ação das escolas, para investimento em iniciativas como pequenas reformas, aquisição de materiais, implantação de salas para aula de reforço, realização de avaliação diagnóstica, dentre outras ações.

Em 2012, o PDDE atendeu 134.530 escolas da educação básica, com investimento, incluindo as ações agregadas ao Programa, de R\$ 2,037 bilhões. Foram capacitados cerca de 3.300 dirigentes e técnicos de Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação envolvidos com a gestão do PDDE e suas ações.

Com relação à Política Nacional de Educação Infantil, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) contribuiu para construção e reforma de escolas e aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas públicas em condições adequadas de funcionamento. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar o PAC 2, com a previsão de construção de mais de seis mil unidades escolares para a educação infantil (creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos) em todo o Brasil até 2014. Entre os anos de 2007 e 2011, o MEC firmou convênios com Municípios para a construção de 2.543 unidades com recursos aprovados da ordem de R\$ 2,4 bilhões. No período de 2012, foi aprovada a construção de 1.628 novas unidades, beneficiando 1.610 Municípios, o que representou investimentos da ordem de R\$ 2,09 bilhões. Atualmente, 570 escolas encontram-se em funcionamento, 703 concluídas e 507 em fase de conclusão. Para o exercício de 2013, está prevista a aprovação para a construção de mais 1,5 mil creches e pré-escolas com investimentos de R\$ 1,98 bilhão. Ainda no âmbito do ProInfância, está prevista a antecipação de recursos para custeio de novas matrículas nas suas unidades. Em 2012, 223 Municípios receberam recursos, totalizando investimento de R\$ 44 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil é o repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essa estratégia faz parte do Brasil Carinhoso e tem por objetivo ampliar o acesso à educação infantil e melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas. Em 2012, mais de 1,9 mil Municípios receberam recursos do Brasil Carinhoso.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R\$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes a formação continuada de 362 mil professores





alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; a orientação aos resultados das avaliações externas universais; material didático; e gestão, controle social e mobilização. Em dezembro de 2012, o Pacto contou com a adesão de todos os Estados, do Distrito Federal e de 5.314 Municípios.

O PAC 2 também tem o objetivo de construir quadras esportivas em escolas da educação básica por todo o País, investindo R\$ 4,1 bilhões até 2014. Serão construídas 6.116 novas quadras escolares cobertas e quatro mil coberturas para quadras escolares já existentes. Até 2012, foram selecionados 4.681 projetos para construção em 719 Municípios, somando investimentos da ordem de R\$ 1,68 bilhão. Para o exercício de 2013, está previsto investimento de R\$ 1,17 bilhão, com vistas ao atendimento de 3.019 projetos.

Em 2012 houve a expansão do Programa Mais Educação, que contempla estratégia e ações de indução da ampliação da jornada escolar e da organização curricular na perspectiva da educação integral, tendo sido priorizadas as escolas que apresentaram o Ideb mais baixo. O Programa conta com a adesão de 32.074 escolas, abrangendo 4,8 milhões de alunos, implicando repasses da ordem de R\$ 1,3 bilhão. A meta é alcançar 60 mil escolas até 2014.

O Programa Escola Aberta (PEA) tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade, bem como das oportunidades de acesso à formação para cidadania, e da redução de violências na comunidade escolar. O PEA incentiva e apoia a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais. Em 2012, o PEA atingiu 3.827 escolas, por meio do repasse de R\$ 46,6 milhões, envolvendo aproximadamente 480 mil participantes entre estudantes e comunidade. Para 2013, a expectativa é atingir oito mil escolas.

Como um esforço do Governo em construir políticas intersetoriais para a melhoria da qualidade de vida dos educandos, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE) por meio da aquisição e distribuição de materiais clínicos e impressos para subsidiar as ações de avaliação clínica e psicossocial das condições de saúde dos estudantes e de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos à saúde por profissionais de educação e de saúde. Em 2012, o MEC destinou R\$ 4,2 milhões para materiais didáticos e R\$ 10,1 milhões para equipamentos e instrumentos clínicos, estando previsto o desembolso de R\$ 28 milhões para 2013. A expectativa é universalizar o Programa em todas as escolas até 2015.

A 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa contou, em 2012, com a adesão de 5.092 Municípios e com mais de 100 mil professores. No ano de 2013, a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro proporcionará aos professores oportunidades de formação a distância e presencial, consubstanciando-se em uma estratégia de mobilização. Também foi realizada, em 2012, a 8ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio, que contou com mais de 19 milhões de inscritos, oriundos de 46.728 escolas. Para a 9ª edição, prevista para 2013, espera-se a ampliação para 20 milhões de inscritos, oriundos de 50 mil escolas.

O Programa Ensino Médio Inovador apoia os Estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, com foco nas áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Em 2012, o MEC ampliou o seu atendimento para duas mil escolas, envolvendo cerca de 1,27 milhão de matrículas e o repasse de R\$ 102,7 milhões. Pretende-se manter o processo de ampliação nos próximos anos, até atender a totalidade de escolas do ensino médio: cinco mil escolas em 2013, dez mil em 2014 e 15 mil em 2015.

O MEC iniciou em 2012 um processo de redesenho da estratégia de implementação da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica para integrar diversas iniciativas de oferta de cursos e programas de formação continuada





a partir do levantamento de demanda junto às escolas, da adequação da oferta pelas universidades e da implementação e monitoramento da formação continuada para professores da educação básica pública. Em 2012, um total de 58.420 escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Com esse modelo, a oferta de cursos compatibiliza-se com a demanda real, aumentando a manifestação de preferências de cursos. A meta é formar 200 mil professores da educação básica em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização até 2014.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) é iniciativa relevante no que diz respeito à qualidade e à equidade na formação de professores. Ancorada em resultados qualitativos, a demanda pelo Pibid fez crescer os números do Programa, tendo aumentado de 3.088 bolsas aprovadas em 2009 para um total acumulado de 49.857 em 2012. Há 195 instituições de educação superior participantes, atendendo 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o investimento no Pibid compreendeu um total de R\$ 217,9 milhões. Em 2013, a meta é incrementar 25 mil novas bolsas, totalizando 75 mil bolsistas.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância (EaD), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação pública superior no País. O Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 645 polos de apoio presencial, distribuídos em todas as unidades da Federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Atualmente são 270 mil matrículas ativas, sendo 52,5% em cursos de Licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB. O investimento total em 2012 atingiu a cifra de R\$ 365 milhões. Para o ano de 2013, prevê-se a integração de todas as IES públicas do País, tendo como metas 350 mil matrículas. Considerando as dotações suplementares aportadas em 2012, o orçamento necessário para 2013 é da ordem de R\$ 700 milhões, para cobertura do custeio e bolsas ao Sistema UAB.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que: i) não tenham formação superior; ii) atuem em área distinta da sua formação inicial; e iii) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. O total de professores ingressantes no período 2009 a 2012 foi de 58.338 e o investimento em 2012 atingiu R\$ 159 milhões. A previsão para 2013 é de alcançar a meta de 70 mil professores em formação.

Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor), em 2012, foram ofertadas 58.461 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização nas áreas de educação especial, educação do campo, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais. Para os anos de 2013 e 2014 está prevista a formação de mais 66.010 profissionais.

Em reconhecimento das experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, o MEC confere o Prêmio Professores do Brasil. A 6ª edição do Prêmio, em 2012, alcançou 2.609 inscrições e condecoração de 40 experiências. A expectativa para 2013 é alcançar mais de cinco mil inscrições e a publicação de uma revista cujo conteúdo contemple as experiências premiadas na edição de 2012.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo prover, em ciclos trienais alternados, as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras didáticas complementares de apoio em sala de aula. Dos livros adquiridos para distribuição em 2012, temos o seguinte quantitativo de exemplares: i) 91,8 milhões para alunos do ensino fundamental; ii) 40,9 milhões para os alunos do ensino médio; e iii) 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa para





alunos da educação básica e versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Foram adquiridos também, em 2012, um total de 578 mil acervos de obras complementares para os alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, totalizando 17,3 milhões de exemplares. Para 2013 está previsto um orçamento de R\$ 1,8 bilhão para aquisição e distribuição de 181,2 milhões de livros.

Em 2012 foi implementado o PNLD Alfabetização na Idade Certa com o objetivo de beneficiar os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental, matriculados nas escolas públicas. No âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foram adquiridos 10,7 milhões de livros para distribuição em 2013, que perfazem um valor de R\$ 41,1 milhões.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com o objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal por meio do fornecimento de obras literárias e demais materiais de apoio à prática da educação básica distribuiu, em 2012, 10,5 milhões de livros contratados em 2011 e 15,1 milhões de periódicos. Para 2013 serão adquiridos, aproximadamente, 19,4 milhões de livros e 14,9 milhões de periódicos, com previsão de investimentos no valor de R\$ 181,4 milhões.

Para a melhoria da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas do campo e quilombolas, em 2012, foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que estabelece um conjunto de ações articuladas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica com vistas ao fortalecimento da escola do campo e quilombola. Com relação à formação de professores, foram contemplados em 2012, no âmbito do Pronacampo, 2.163 professores com previsão de beneficiar 15 mil professores até 2014. O PNLD Campo em 2012 selecionou obras didáticas para distribuição a 3,2 milhões de estudantes, considerando as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações. A previsão para 2013 é atender mais de 2,2 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental do campo.

Destaca-se, ainda, que em 2012, por meio do Programa Mais Educação, 9.779 escolas do campo passaram a oferecer educação integral. Foram também atendidas oito mil escolas do campo com recursos financeiros para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas. Serão disponibilizados, até 2014, mais de 50 mil *laptops*, por meio do Programa Um Computador por Aluno (Prouca); 12 mil laboratórios do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e mais de 101 mil computadores para a atualização dos laboratórios existentes, além da aprovação de projetos para a construção de novas escolas.

Visando contribuir com o acesso e a permanência dos alunos, residentes em área rural, nos estabelecimentos escolares da educação básica pública, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) presta assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a manutenção de veículos escolares e a contratação de serviços terceirizados de transporte. Em 2012 foram beneficiadas pelo Programa 5.126 Prefeituras, além de Secretarias Estaduais de Educação, com investimentos da ordem de R\$ 590,7 milhões. Os recursos do PNATE destinaram-se ao atendimento do transporte escolar a 4.507.241 alunos residentes na zona rural, sendo 279.146 da educação infantil, 3.336.622 do ensino fundamental e 891.473 do ensino médio. Está previsto o investimento de R\$ 644 milhões para atender ao Programa em 2013.

O Programa Caminho da Escola possibilita aos Estados e Municípios a renovação e padronização da frota de veículos escolares. Em 2012, foram adquiridos 11.994 ônibus com recursos do FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 2,4 bilhões. Além disso, os entes adquiriram com recursos próprios 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Destaca-se, ainda, que por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e nove acessíveis.





Além disso, com investimento de R\$ 14,1 milhões foram adquiridas 59.356 bicicletas, das quais 8.716 com recursos do MEC e 50.640 com recursos próprios. Ainda em 2012, foram doadas pelo Programa Caminho da Escola 236 lanchas. Para 2013, está previsto um investimento de R\$ 880 milhões para a aquisição de quatro mil ônibus escolares; R\$ 60 milhões para aquisição de 200 mil bicicletas; e de R\$ 140 milhões para a aquisição de 700 embarcações.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) atendeu, em 2012, mais de 43 milhões de alunos com um investimento de, aproximadamente, R\$ 3,3 bilhões. Considerando a priorização da rede de educação infantil e a necessidade de oferta de alimentação escolar adequada e saudável, o valor *per capita* para pré-escola passou de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 e o valor *per capita* para creches passou de R\$ 0,60 para R\$ 1,00, a partir da parcela referente ao mês de junho de 2012. Para 2013, está previsto o investimento de R\$ 3,5 bilhões e o atendimento a cerca de 44 milhões de alunos. Destaca-se que o Programa conta com parcerias que propiciam a compra de produtos da agricultura familiar e ações que promovam a alimentação saudável e adequada.

Outra importante ação educacional é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que visa fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio, por meio da disponibilização de recursos técnicos (laboratórios de informática, *notebooks*, computadores interativos, conexão à Internet em banda larga, projetores multimídia, aparelhos e mídias DVD) atuais e tecnologicamente convergentes. Em 2012, foram entregues 5.508 laboratórios de informática para escolas públicas urbanas e entregues 27.284 laboratórios rurais, beneficiando cerca de 43,5 milhões de alunos em todo o País.

O objetivo do Projeto Educação Digital – Política para Computadores Interativos e *Tablets*, é oferecer instrumentos e formação aos professores e gestores das escolas públicas para o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Em 2012, foram transferidos 56.562 computadores com lousas digitais a serem utilizados pelos professores do ensino médio de escolas públicas federais, estaduais e municipais.

Até dezembro de 2012, 24 Estados e o Distrito Federal já tinham aderido e assinado os contratos de fornecimento dos *tablets*, totalizando 480 mil. São esperados, por meio do projeto, investimentos de cerca de R\$ 150 milhões para a compra de 600 mil *tablets* para uso dos professores do ensino médio de escolas públicas, além da aquisição de 100 mil computadores interativos, com recursos da ordem de R\$ 182,5 milhões.

A Pnad 2011 registra que mais de um milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo, apontando redução da taxa de 9,6% em 2010 para 8,6% em 2011. Esse resultado pode ser creditado ao esforço conjunto dos entes federados, principalmente na implementação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). No ciclo 2011, encerrado em meados de 2012, foram beneficiadas 1,4 milhão de pessoas. O ciclo 2012 ainda está em curso, com a previsão de atendimento de mais de 1,3 milhão de pessoas.

Os alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de Educação de jovens e Adultos (EJA) foram beneficiados, em 2012, com a produção e distribuição de 12,9 milhões de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) com investimentos no valor de R\$ 154,3 milhões. Está prevista para 2013 a aquisição de 7,3 milhões de livros, com recursos da ordem de R\$ 94,5 milhões.

Com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social, nos termos da Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, e do Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, foram propostos 22 Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional. Estão previstas mais de 18 mil matrículas em EJA para atender esse público em 2013.





b) Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Para consolidação de um contexto favorável de crescimento econômico e manutenção dos níveis de competitividade, constitui fator crucial um elevado padrão de qualidade na educação superior. Dessa forma, a atuação do Governo Federal na educação superior se concretiza em ações que visam garantir a qualidade do ensino por meio da expansão, manutenção e fortalecimento das universidades federais; desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; supervisão, regulação e avaliação do sistema federal de educação superior; desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Quanto à inclusão de setores tradicionalmente excluídos, merecem destaque as políticas de ação afirmativa que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos por grande parte das universidades federais no sentido de assegurar condições especiais de ingresso no ensino superior para grupos específicos da população, inclusive com a adoção de cotas raciais.

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.372, de 2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), que será responsável pelas atividades referentes à avaliação e supervisão das instituições de educação superior e cursos de graduação no sistema federal de ensino, bem como à certificação das entidades beneficentes que atuam na área de educação superior e básica. Com a criação do Instituto, busca-se atualizar os mecanismos de avaliação e supervisão da Educação Superior no Brasil, por meio das melhores práticas nacionais e internacionais em processos gerenciais, metodológicos e organizacionais customizadas à realidade nacional, adequando esses mecanismos aos objetivos governamentais e da população no que tange ao ensino superior de qualidade.

Com a aprovação da Lei nº 12.711, de 20 de agosto de 2012, que estabeleceu a reserva mínima de 50% das vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, torna-se obrigatória a adoção de um modelo nacional uniforme de política de cotas, que tem como parâmetro primeiro a procedência de escola pública e como critérios complementares a renda familiar e a origem étnico-racial. Dessa forma, as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, e, deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para negros, pardos e índios. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da Federação em que se localiza a instituição, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A implementação dessa política ao longo dos próximos anos contribuirá de forma significativa para a democratização do acesso às universidades, sem prejuízo para o enfrentamento do desafio de manter o alto nível da educação pública e a meritocracia. O sistema de cotas estabelecido pela mencionada Lei será implementado a partir de 2013, conforme Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, devendo ser aplicado em sua plenitude até o mês de agosto de 2016.

A expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), vem promovendo o aumento da oferta de vagas, assim como a inovação pedagógica na formação superior. Com a proximidade do término do Programa Reuni, o Governo elaborou uma nova proposta de reestruturação, expansão e consolidação, observando as cinco dimensões que se seguem: i) reestruturação acadêmico-curricular; ii) inovação pedagógica; iii) mobilidade intra e interinstitucional; iv) compromisso social das Ifes; e v) articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais.





O Reuni proporcionou aumento significativo do número de vagas anuais em graduação presencial oferecidas nos processos seletivos de ingresso das universidades, passando de 140 mil vagas ofertadas, em 2007, ano de seu lançamento, para aproximadamente 240 mil vagas em 2012 e 250 mil em 2013.

Estão previstos, para 2013, recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão – somando-se os recursos destinados à conclusão do Programa Reuni e ao plano de reestruturação, expansão e consolidação das Ifes. Como resultado desses investimentos, o Governo espera atingir a meta de implantação de 47 novos *campi* até o final de 2014. Além disso, será iniciado o processo de expansão do ensino médico, como também a implantação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufoba), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), que aguardam a aprovação do Projeto de Lei destinado à sua criação, e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recém-criadas (Unila, Unilab, UFFS e Ufopa).

O Programa de Extensão Universitária (Proext) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social. Foram apoiadas 710 propostas de extensão, em 2012, com um orçamento total de R\$ 70 milhões. Para o ano de 2013, projeta-se o apoio a 781 propostas de extensão universitária, com orçamento de total de R\$ 80 milhões.

Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET) consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2012, foram apoiados 778 grupos e, para 2013, o orçamento do PET será na ordem de R\$ 77 milhões e apoiará 841 grupos.

Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e apoio pedagógico. Em 2012, foram investidos aproximadamente R\$ 513 milhões e, para 2013, estão previstos recursos na ordem de R\$ 600 milhões.

No âmbito das políticas de inclusão, o Programa Universidade para Todos (ProUni) amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas, em contrapartida à isenção de impostos. Em 2012, o ProUni alcançou a marca de 1,1 milhão de estudantes atendidos, sendo 49% negros e indígenas. Já se formaram com bolsa do Programa 268 mil alunos e, para 2013, prevê-se a oferta de 290 mil bolsas.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, foi criado em 2010 o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Sistema informatizado e gratuito, disponibilizado às instituições públicas de educação superior para oferta de vagas em cursos de graduação, utiliza como critério único de seleção o desempenho do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A adesão ao Sisu apresentou crescimento de 86% em relação à primeira edição, contando, em 2012, com 96 instituições participantes e a oferta de 139 mil vagas. Para 2013, estão previstas 150 mil vagas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) propiciou, em 2012, o acesso de mais de 372.555 mil estudantes ao ensino superior em mais de 1,5 mil instituições cadastradas e com avaliação positiva, segundo os indicadores do MEC. Desde que o Fies foi reformulado, em 2010, foram firmados mais de 585 mil contratos, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R\$ 10 bilhões. Em 2013, está prevista a concessão de financiamento estudantil a 450 mil estudantes matriculados em instituições privadas, alcançando, assim, a marca de um milhão de universitários atendidos em quatro anos.





A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em 2011, passou a ser implementado, sob a sua coordenação, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), o qual abrange, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade, onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais. Para 2013, a meta da Empresa é concluir o diagnóstico situacional dos hospitais, processo que precede a assinatura do contrato de gestão e compreende um detalhado levantamento da situação de cada unidade em que são consideradas as dimensões assistenciais, acadêmicas, de infraestrutura, de recursos humanos e de gestão administrativo-financeira. Além disso, é também meta para 2013 a adoção das respectivas medidas para a recomposição do quadro de pessoal dos 26 hospitais que manifestaram a adesão até 2012, com a realização de concursos públicos e processos seletivos, permitindo a reativação dos leitos atualmente desativados em virtude da falta de profissionais.

O Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) tem como objetivo criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão e à dimensão da assistência à saúde. No ano de 2012, foram destinados R\$ 407 milhões aos 46 hospitais da rede para o custeio das atividades de assistência, ensino e pesquisa; à realização de obras para recuperação física das instalações; e à compra de equipamentos para a modernização do parque tecnológico dos hospitais. Também foi implantado sistema informatizado para melhoria de gestão em nove dos hospitais universitários federais. Para 2013, a meta é a utilização da ferramenta por 19 hospitais e, de acordo com o cronograma de desenvolvimento e implantação, os 46 hospitais universitários estarão com o sistema em execução até 2014.

Nos últimos anos, o Governo continuou a expandir sua política de apoio e fomento à pós-graduação brasileira, mediante a formação de pessoal de alto nível no País e no exterior. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), em 2012, registrou um total de 3.319 programas, que correspondem a 417 mestrados profissionais, 2.925 mestrados e 1.738 doutorados. Do total de alunos matriculados nos Programas de Pós-Graduação, cerca de 180 mil (2/3 no mestrado e 1/3 no doutorado), estão, na sua grande maioria, em instituições públicas.

No âmbito da valorização do magistério e da formação continuada associada a ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica, destacam-se os seguintes programas: i) Programa Novos Talentos – apoia atividades extracurriculares inovadoras para professores e alunos da educação básica. No período 2011-2012, as 61 instituições de ensino superior, selecionadas por edital, desenvolveram 982 atividades formativas, envolvendo 862 docentes das instituições-sede; 616 alunos de pós-graduação; 1.759 alunos de graduação/licenciatura; e alcançando 1.344 escolas públicas de 324 Municípios, 4.983 professores e 34.217 alunos da rede pública de educação básica. Em 2012 foram investidos R\$ 5 milhões. Em 2013 serão implementados 70 novos projetos e um investimento de R\$ 5 milhões; ii) Prodocência fomenta a inovação, melhora a qualidade dos cursos de licenciatura e promove a formação de professores. Em 2012, investiu em 73 projetos institucionais e, para 2013, mais 80 projetos novos serão implementados, em investimento de R\$ 6 milhões; e iii) Programa de Excelência Acadêmica (Proex) que apoiou 216 programas de pós-graduação com alto nível de desempenho registrado nas avaliações trienais, totalizando um investimento de R\$ 236 milhões, em 2012. Em 2013 está previsto investimento de R\$ 249 milhões.

Visando promover a articulação entre a pós-graduação, as licenciaturas e as escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado, foi criado o Observatório da Educação. Concebido com o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, que utilizassem as bases de dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros, o escopo do Observatório da Educação foi ampliado, incluindo nos grupos de pesquisa alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica. Em 2012, foram





apoiados 119 projetos que alcançam 126 instituições de ensino superior e 241 programas de pós-graduação, com a concessão de 1.822 bolsas. Ainda em 2012 foi lançado edital para atender a 80 novos projetos que serão implementados no início de 2013, com recurso de R\$ 24 milhões.

No âmbito da concessão de bolsas de estudo no País, em 2012, registrou-se incremento na pós-graduação, somando 77.582 bolsas, sendo 45.107 de mestrado, 28.028 de doutorado, 4.302 de pós-doutorado e 145 de Professor Visitante Nacional Sênior, com aplicação de cerca de R\$ 1,4 bilhão. Em 2013 está prevista a concessão de 82.338 bolsas de pós-graduação, totalizando um investimento de cerca de R\$ 2 bilhões.

O Programa Jovens Talentos para a Ciência (PJT-IC) foi criado em 2012 com vistas a estimular estudantes ingressantes nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a interagirem com grupos de pesquisa, bem como se prepararem para participar de programas de bolsas, como o Ciência sem Fronteiras, o Programa de Iniciação a Docência (Pibid) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq). Neste primeiro ano, o PJT-IC concedeu um total de 4.791 bolsas, um investimento de R\$ 9,6 milhões. Está previsto o lançamento de um Edital em março de 2013, cuja expectativa é atender cerca de seis mil alunos, a um custo anual de R\$ 28 milhões.

Visando apoiar a recuperação, modernização e suprimento de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e pesquisa dos programas de pós-graduação, o Programa Pró-Equipamentos Institucional apoiou 112 projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior com um investimento de R\$ 101 milhões. Espera-se atingir em 2013 cerca de 120 projetos institucionais com recursos estimados em R\$ 120 milhões.

Um dos mais importantes serviços à comunidade acadêmica é o Portal de Periódicos, que atende hoje 406 instituições públicas e privadas. Em 2012, registrou mais de 60 milhões de acessos e *downloads*, o que representa 247 mil acessos diários. O investimento no acervo do Portal de Periódicos foi de R\$ 166,6 milhões. Em 2013 está previsto um investimento da ordem de R\$ 174 milhões.

O Projeto Rondon promove o trabalho voluntário de estudantes e professores universitários em Municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento. Em 2012, participaram do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 Municípios dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe.

c) Educação Profissional e Tecnológica

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado, em 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica, com a meta de ofertar oito milhões de vagas até 2014. Desde o seu lançamento, já foram atendidos mais de 2,5 milhões de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, dentre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo. No período, foram realizadas 811 mil matrículas em curso técnicos de nível médio, sendo que a rede federal matriculou 417,5 mil estudantes. Já os cursos de formação inicial e continuada registraram 1.748.420 matrículas, sendo 32,3% por meio da Bolsa-Formação Trabalhador e 67,7% resultantes de gratuidade com o Sistema S.

No exercício 2012, o Programa investiu o total de R\$ 2,49 bilhões com o objetivo de fortalecer o trabalho das redes de educação profissional e tecnológica. Entre os objetivos do Pronatec para 2013 está a ampliação da oferta de cursos técnicos para egressos do ensino médio e para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade própria.





O Governo investiu em 2012 mais de R\$ 1,24 bilhão na oferta gratuita de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada por meio da Bolsa-Formação. Foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil são beneficiários do Bolsa-Formação Estudante. Esse Programa tem investimentos previstos na ordem de R\$ 2,3 bilhões para o ano de 2013.

O Governo continua a investir na Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Das 208 novas unidades previstas para entrega até 2014, 76 já estão em funcionamento. Em 2012, foram inauguradas 35 unidades da Rede Federal em 19 Estados, que, quando em pleno funcionamento, terão capacidade de ofertar 1,2 mil vagas, cada uma. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios. Em 2012, foram investidos R\$ 724 milhões na expansão e reestruturação e a previsão de investimento para 2014 é de R\$ 746 milhões.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que 64 mil jovens ingressassem em cursos técnicos, nas redes estaduais. Desde 2008, a União tem investido recursos na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, além da construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 já estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras já finalizadas. Em 2012, esse recurso totalizou R\$ 544,9 milhões.

Com a rede e-Tec Brasil, que atualmente envolve a participação dos institutos federais e de Secretarias Estaduais de Educação na oferta de educação a distância, foram matriculados 134 mil estudantes em cursos técnicos na modalidade a distância e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec, com investimento de R\$ 81,8 milhões no ano de 2012.

Com o Fies-Técnico, serão financiados cursos de formação profissional técnica de nível médio em unidades de ensino privadas e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Com o Fies-Empresa, as empresas de pequeno, médio e grande portes poderão financiar a qualificação de seus funcionários.

d) Cooperação Internacional

No que se refere às ações de cooperação internacional, foram apoiados aproximadamente mil projetos de cooperação e cerca de 1,4 mil auxílios à participação de doutores em eventos científicos no exterior foram concedidos. No que tange à concessão de bolsas, em 2012, quase 11,5 mil alunos receberam bolsas para desenvolver suas atividades no exterior, incluindo alunos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Ainda em 2012 foram assinados aproximadamente 30 novos acordos de cooperação e estão em negociação cerca de mais dez acordos, incluindo tanto programas tradicionais quanto as novas parcerias no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Para 2013, estima-se a concessão de 12,2 mil novas bolsas para alunos brasileiros estudarem no exterior, sendo 1,2 mil de pós-doutorado, 2,4 mil de doutorado pleno, 4,1 mil de doutorado sanduíche e 3,7 mil de graduação sanduíche. Além dessas bolsas, 200 outras serão direcionadas para a atração de cientistas para o Brasil por meio dos programas Pesquisador Visitante Especial e Jovem Cientista de Grande Talento.

No que diz respeito à formação de professores da educação básica, outra ação relevante é a execução do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), que objetiva a capacitação de graduandos em licenciaturas por meio de dupla titulação, inicialmente em parceria com o Grupo Coimbra, a Universidade de Coimbra e outras universidades portuguesas, cobrindo as áreas de física, química, biologia, matemática, português, educação física, música e teatro. Em 2012, foram financiados 102 projetos e 684 bolsistas foram contemplados. Em 2013, o programa será ampliado para os Estados Unidos, Canadá, França, Suíça e Alemanha.

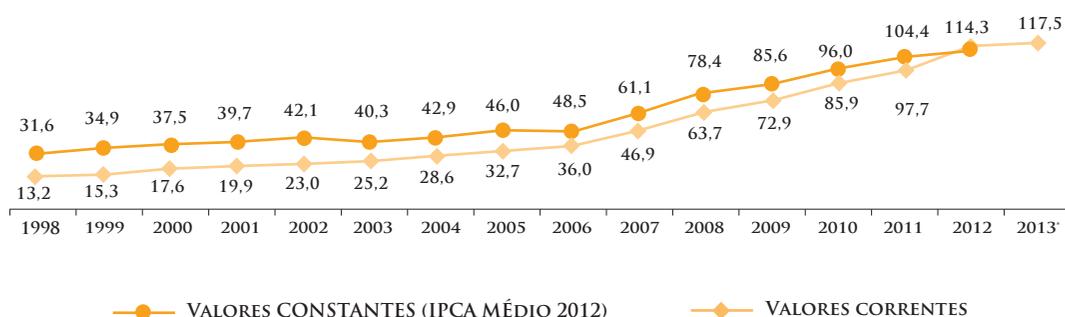




e) Financiamento da Educação

Com vigência estabelecida para o período de 2007-2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atua como mecanismo de redistribuição de recursos, visando garantir o acesso à educação, promovendo a inclusão socioeducacional na educação básica pública brasileira (da creche ao ensino médio). Os recursos do Fundo alcançaram R\$ 114,3 bilhões, sendo R\$ 104,9 bilhões originários da contribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e R\$ 10,5 bilhões de recursos federais. Para o exercício de 2013, estima-se um total de 43 milhões de alunos matriculados e um investimento de R\$ 117,5 bilhões, dos quais R\$ 107,8 bilhões são de contribuição dos entes federados e R\$ 10,7 bilhões são de recursos federais.

Fundeb - Totais de Recursos (R\$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC.

Elaboração: COAV/CGP/SPO/MEC.

Obs.: *Previsão.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) objetiva prover as escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais, da educação básica, bem como as escolas privadas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, com recursos financeiros, de forma suplementar, devendo ser empregados na aquisição de material permanente e de consumo, na realização de pequenos reparos e conservação da unidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Em 2012, o PDDE atendeu 135 mil escolas da educação básica, com investimento, incluindo as ações agregadas ao programa, de R\$ 1,95 bilhão. A previsão de investimentos do PDDE para 2013 é de, aproximadamente, R\$ 2,4 bilhões, destinados ao apoio de 157 mil escolas em todo o País.

O PDDE contemplou, também, ações voltadas à implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDDE/PDE-Escola); a realização de atividades de educação integral (PDDE/Educação Integral); a adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo (PDDE/Escola do Campo); a realização de adequações arquitetônicas de acesso e permanência de alunos de educação especial (PDDE/Acessibilidade); ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário em escolas sem água e/ou esgoto (PDDE/Água na Escola); e ao apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio (PDDE/Ensino Médio Inovador).

Importante iniciativa implantada em 2012 foi o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) – Contas Online, metodologia informatizada para melhorar os procedimentos relacionados à gestão do processo de prestações de contas dos recursos repassados pelo FNDE, mediante transferências voluntárias, legais e obrigatórias, possibilitando a elaboração de relatórios gerenciais e operacionais indispensáveis à tomada de decisão, ao monitoramento das ações e, principalmente, à transparência da gestão pública.





f) Democratização da Gestão Nacional da Educação

Com objetivo principal de intensificar os espaços de diálogo, a negociação e a pactuação acerca da política educacional, o Governo tem fortalecido o regime de colaboração com os entes federados no desenvolvimento de uma política pública capaz de responder às necessidades da sociedade.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares desenvolve ações que visam ao fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas mediante a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica. Em 2012, foram capacitados 3.258 técnicos e conselheiros escolares por meio de encontros presenciais de formação e 4.990 técnicos de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação por curso de extensão a distância. Em 2013, pretende-se ofertar 5.120 vagas para a formação a distância e dar início à oferta de formação continuada por meio do curso de formação semipresencial, em parceria com as Secretarias de Educação.

No que concerne às ações de apoio à gestão das redes de ensino, o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação ofertou 1.650 vagas, em 2012, destinadas à formação continuada para dirigentes municipais de educação, secretários adjuntos e técnicos dos quadros permanentes lotados nas Secretarias Municipais de Educação. Em 2013, pretende-se ofertar 3.712 vagas para os novos dirigentes municipais de educação.

Vale destacar também o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, que contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram formados nesses cursos 2.299 gestores e 1.310 coordenadores, em 2012. Para 2013, serão ofertadas 18.280 vagas, que serão somadas aos 11.910 cursistas atualmente matriculados.

g) Indicadores e Avaliações

O Censo Escolar da Educação Básica tem por objetivo coletar dados nas diferentes etapas e modalidades de ensino em todo o País. Em 2012, foram registradas mais de 50 milhões de matrículas na educação básica pública e privada – creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, educação profissional, especial e de jovens e adultos. Os resultados da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar demonstraram que 95% dos dados declarados pelas escolas são informações fidedignas e confiáveis da realidade educacional brasileira.

O Censo da Educação Superior 2011 oferece, anualmente, um diagnóstico sobre a educação superior no Brasil, propiciando o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de educação superior. Com base nos dados do Censo, divulgado em 2012, o número de matrículas de graduação e de cursos sequenciais em formação específica foi de 6.765.540, um incremento de 5,6% em relação ao Censo de 2010.

Com relação ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/Prova Brasil), em 2012, foram divulgados os dados de sua aplicação a mais de cinco milhões de estudantes da educação básica.

A Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas, ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. As escolas de todo o País receberam os *kits* impressos para a aplicação da Provinha Brasil de Leitura e Matemática – 2012. O *kit* eletrônico também já está disponível para os gestores.





O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo é avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, vem sendo utilizado também, a partir de 2009, como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do ProUni. Em 2012, inscreveram-se 5.791.290 pessoas, sendo que, destas, cerca de 4,1 milhões realizaram as provas. Em dezembro de 2012, o Exame foi aplicado para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e para os adolescentes sob medidas socioeducativas.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada, para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extraescolar. Em 2012, foram divulgados os resultados do Encceja – 2011 e iniciados os trabalhos de preparação para a realização da edição 2013, a ser aplicado, igualmente, no Japão, na Espanha e nos Estados Unidos.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Em 2012, foram avaliados 587.351 concluintes de cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas das áreas de ciências sociais aplicadas, ciências humanas e afins de cursos superiores de tecnologia. Prevê-se, para 2013, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de saúde, ciências agrárias, áreas afins e cursos superiores de tecnologia.

A avaliação trienal realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no âmbito do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), foi aplicada, em 2012, a quase 20 mil estudantes de 856 escolas brasileiras. A avaliação teve ênfase em matemática e seus resultados deverão ser publicados em dezembro de 2013.

Foram ainda realizadas em 2012 mais de 4,5 mil avaliações *in loco*, cujos resultados subsidiarão os processos de regulação e supervisão da educação superior. As avaliações *in loco* de instituições de ensino superior e dos cursos de graduação integram o rol de atividades do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e, para 2013, prevê-se a realização de cerca de seis mil visitas.

4. Saúde

Uma das principais diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) é a descentralização de recursos e responsabilidades de execução das ações de saúde para Estados e Municípios. Nesse contexto, os resultados a seguir apresentados configuram a consolidação do desempenho conjunto das três esferas de gestão do SUS em 2012, assim como as propostas a serem executadas em 2013.

Esse desempenho pode ser observado pela evolução de alguns indicadores que exemplificam a integralidade do SUS. A cobertura populacional por Equipes de Saúde da Família foi ampliada de 31,92%, em 2002, para 54,84%, em 2012. O número de consultas médicas por habitante elevou-se de 2,25 em 2000 para 2,71 em 2010. O número absoluto de transplantes realizados elevou-se de 10.428 em 2001 para 23.397 em 2011.

A integração de políticas sociais teve destacada participação em indicadores vitais, a exemplo da mortalidade infantil, que teve queda expressiva. Em 2000, a cada mil crianças nascidas vivas, 29,7 morriam antes de completar um ano. Em 2010, o número ficou em 15,6. A maior queda foi registrada na região Nordeste, que ficou com 58,6%. Segundo o IBGE, o resultado obtido é reflexo das políticas públicas na saúde, da maior escolaridade das mães, do aumento da renda e da diminuição do número de filhos nas famílias. A média de filhos por mulher caiu de 2,38 para 1,9 em dez anos.





a) Atenção Básica

A Estratégia de Saúde da Família apresenta hoje cobertura de 55% da população brasileira, contando com 33.404 equipes implantadas. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 Municípios. Para 2013, está prevista a universalização tanto do Programa Saúde na Escola quanto dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf).

O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica beneficiou, em 2012, 3.872 Municípios, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS.

Em 2012, o Programa de Requalificação de UBS já habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 3.966 propostas de construção. Foram ainda construídas, nesse exercício, mais 263 novas UBS. Destaca-se, também, o cadastramento de 62 propostas de UBS Fluviais, das quais 15 unidades foram contempladas até dezembro de 2012. A meta para 2013 é de 36 UBS Fluviais.

O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) visa induzir a instituição de processos que ampliem a capacidade da gestão federal, estadual e municipal e a atuação conjunta de segmentos específicos da atenção básica, o que ocasiona a ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente.

Em 2012, inscreveram-se no PMAQ 17.482 Equipes de Saúde da Família distribuídas em 3.972 Municípios. Foram entrevistados aproximadamente 17 mil profissionais integrantes das equipes EAB e em torno de 66 mil usuários com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e o tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

No ano de 2012, ocorreu a certificação e classificação de 16.938 equipes em mais de 70% dos Municípios, o que os habilitou a receber o incentivo correspondente do PMAQ. Esse incentivo é variável e depende dos resultados alcançados, representando atualmente o montante de cerca de R\$ 85 milhões, transferidos mensalmente aos Municípios.

Visando à continuidade do aperfeiçoamento da qualidade da atenção, está prevista na atuação do PMAQ o segundo ciclo do Programa, a partir de março de 2013, com a ampliação da adesão para 100% das EAB, o que representa um universo em torno de 33 mil equipes. Será possibilitada também a adesão de Equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dos Consultórios na Rua.

O Programa Telessaúde Brasil Redes na Atenção Básica visa potencializar a qualificação da atenção básica ao estimular o uso das modernas tecnologias da informação e telecomunicações para atividades a distância, relacionadas à saúde. Em 2012, foram registrados 63 núcleos de telessaúde em processo de implantação, distribuídos em todo território nacional.

Com o rápido crescimento das doenças crônicas e os fatores de risco associados, a iniciativa de implantação das Academias da Saúde busca a qualidade de vida por meio do incentivo à realização de práticas corporais e atividades físicas em ambientes comunitários, de forma articulada com as Unidades Básicas de Saúde. Em 2011, houve seleção para implantação de 1.772 polos da Academia da Saúde. No ano de 2012, houve a aprovação de mais 1.047 polos, chegando a um total de 2.819. Para 2013 está prevista a implantação de mais mil academias da saúde.





a.1) Saúde Bucal

Em 2012, intensificou-se a implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. O repasse pago por prótese para os Municípios foi ampliado, passando de R\$ 100,00 para R\$ 150,00.

O número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) foi ampliado de 21.425, em 2011, para 22.213, em 2012, operando em 4.903 Municípios. Além disso, foram doados 1.728 equipamentos odontológicos para apoiar a implantação de novas equipes, principalmente para Municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

Para 2013, as perspectivas são de ampliar a rede assistencial em saúde bucal, principalmente na região Norte, com a implantação de 100 novos CEO, além da ampliação das ações de reabilitação protética, iniciando a produção em 250 novos Municípios. Está prevista ainda a doação de três mil equipamentos odontológicos para novas ESB, em substituição a equipamentos antigos.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Rede Cegonha visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres, em todos os seus ciclos de vida, o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, parto, aborto e puerpério, e às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 47 maternidades, construção de duas maternidades, ampliação e equipamentos de 14 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) e ampliação e equipamentos de 25 Centros de Parto Normal (CPN). Ainda em 2012, foram empenhados, até novembro, R\$ 482 milhões correspondendo a exames de pré-natal, construção, ampliação, reforma e equipamentos para maternidades, CGBP, CPN; e para UTI neonatal e materna, adição e qualificação de leitos vinculados à Rede Cegonha. Foram qualificados 3.194 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investe na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetritz. No ano de 2012 foram abertas 156 vagas em residência e 300 em especialização em enfermagem obstétrica. Todos os Estados aderiram à Rede Cegonha, contemplando 4.959 Municípios, com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes. Foram ampliados os exames de pré-natal de risco habitual e alto risco, destacando-se os testes rápidos de gravidez, sífilis e HIV.

Foi implantado um serviço de ouvidoria ativa que, permanentemente, ligará para todas as mulheres que tiveram parto realizado na rede SUS com o objetivo de avaliar sua satisfação em relação ao serviço. Em 2012, foi desenvolvida a primeira pesquisa com 45 mil mulheres.

A Rede Cegonha prioriza a redução da mortalidade materna e infantil. Dados preliminares apontam redução no número de óbitos maternos notificados ao Sistema de Informação de Mortalidade, no período de janeiro a abril, passando de 494, em 2011, para 384, em 2012, no mesmo período.

A taxa de mortalidade materna no período de 2000 a 2010 teve redução de 12% da taxa padronizada de mortalidade feminina, de 4,24 para 3,72 por mil mulheres. Em 2000, a cada mil crianças nascidas vivas, 29,7 morriam antes de completar um ano. Em 2010, o número ficou em 15,6, queda de 47,6%. Com isso, o Brasil atingiu, com quatro anos de antecedência, uma das mais importantes metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que é a redução dessa taxa em dois terços entre 1990 e 2015.

Em 2012, foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e capacitados 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste,





contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Também foi implantada, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso, e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram estabelecidas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher trabalhadora para implantação de sala de apoio à amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes, recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012, foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e à alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Foi instituída, em 2012, a Agenda de Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil em 233 Municípios, e formado o Comitê de Especialistas e de Mobilização Social para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas

Em 2012, foi intensificada a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), com a promoção de ações do Programa Crack, é possível vencer. Foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 285 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa aumento de 23% sobre a rede existente em 2011. Essa expansão levará a capacidade operacional de todos os Caps a 40 milhões de atendimentos por ano, dentre os quais 7,8 milhões de atendimentos em Caps especializados nos problemas relacionados ao álcool e a outras drogas.

Foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 574 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais e ampliação do valor de custeio desses leitos em até 250%. Foi incentivada a abertura de 66 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 90 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio, o que resultou em 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, benefício mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa

Em 2012 destacam-se: i) a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; e ii) a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (Sisap/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa. Para 2013, serão capacitados mil profissionais em saúde do idoso e envelhecimento ativo na modalidade a distância.





a.5) Saúde do Homem

Em 2012, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem expandiu a execução de suas ações e estratégias com foco em homens na faixa etária de 20 a 59 anos, abrangendo: acesso e acolhimento; saúde sexual e reprodutiva; paternidade e cuidado; e prevenção de violências e acidentes. A perspectiva para 2013 é monitorar as ações executadas pelos Estados e Municípios, realizar campanhas de promoção da saúde do homem e distribuir um milhão de materiais educativos para gestores, profissionais de saúde e usuários, além de incentivar a adesão de novos Municípios, dando continuidade às ações desenvolvidas; capacitar três mil profissionais em saúde do homem, na modalidade à distância; e distribuir 35 mil Cadernos de Atenção Básica – Saúde do Homem na rede SUS.

a.6) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Em 2012, buscou-se ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços de saúde ofertados, bem como sensibilizar e mobilizar os envolvidos, a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Por meio do Brasil Carinhoso, lançado em 2012, foi viabilizado a 2.179 Municípios aumento da oferta de sulfato ferroso e suplementação com megadoses de vitamina A, administradas não apenas durante as campanhas de vacinação, como na rotina da puericultura, com objetivo de prevenir e controlar anemias e a hipovitaminose A. Além disso, 402 mil pacientes foram beneficiados com a distribuição gratuita de medicamentos para asma pelas farmácias populares.

Outras contribuições para a erradicação da extrema pobreza incluíram, em 2012, 1.098 UBS em construção (de um total de 3.966 habilitações) e 5.247 UBS habilitadas para reforma; construção de 15 UBS fluviais a implantação de 82 novas equipes de consultório na rua, equipes da atenção básica compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua. Também foram cadastrados 2.752 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

O Projeto Olhar Brasil viabilizou 93.030 consultas até novembro de 2012, bem como a compra e distribuição de 32.463 óculos aos beneficiários do Programa Saúde na Escola e Programa Bolsa Família. Destaque também aos 1.569 Municípios que aderiram ao pré-natal da Rede Cegonha e à implantação de 1.728 novos consultórios odontológicos, 33 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

No semiárido brasileiro, dentro do Projeto Água para Todos, foram construídas 13.647 cisternas para consumo humano e elaborados 154 projetos de sistemas de abastecimento de água para comunidades rurais, quilombolas e indígenas.

Para 2013, a perspectiva é de continuidade dessas linhas de atuação e identificação de novos focos de vulnerabilidade.

O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, passando a 962 Municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa, atingindo 81,14% da meta prevista para o ano de 2012. Em 2013, pretende-se atingir mais 253 Municípios abrangidos pelo Brasil Sem Miséria.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

b.1) Atenção Hospitalar

Destacam-se o credenciamento, em 2012, de 1.005 leitos de UTI em todo o Brasil, totalizando 8.941 leitos (2003-2012), com impacto financeiro de R\$ 748 milhões, e a seleção de 186 portas de entrada hospitalares (Redes de Atenção às Urgências e





Emergências) que estão recebendo recursos de incentivo de custeio e R\$ 558 milhões de investimento. Para o ano de 2013 deverão ser qualificadas em torno de 86 portas de entrada.

Até outubro de 2012 constam 175 estabelecimentos de saúde certificados como hospitais de ensino, sendo 20 hospitais certificados em 2012; destes, 153 estão contratualizados no Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino (12 neste ano). Constam ainda 649 hospitais no Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos, dos quais quatro foram contratualizados em 2012.

Os projetos desenvolvidos pelos hospitais de excelência, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), incluem capacitação e apoio à gestão de hospitais sediados nas cidades que receberão os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, além de projetos de capacitação e apoio de estrutura e gestão de unidades de tratamento intensivo nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia Legal, entre outros.

Essas iniciativas colaboraram em 2012 para a realização de 9,05 milhões de internações hospitalares, 457,3 milhões de consultas ambulatoriais hospitalares e 1,9 milhão de cirurgias eletivas até outubro. Em 2013, serão implantados mais 550 leitos hospitalares.

b.2) Transplantes

O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea. Ao final de setembro de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Hoje, cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Em agosto de 2012 foi lançada parceria com a rede social para incentivar a doação de órgãos e tecidos no Brasil, resultando na previsão de elevação superior a 10% do número de transplantes realizados em relação a 2011. Até o primeiro semestre de 2012, foram realizados 12.342 transplantes. Para 2013, está previsto o quantitativo de 25.458 transplantes de órgãos sólidos e tecidos. A meta de alcançar 13 doadores de órgãos por milhão de população no final de 2013 foi atingida já no primeiro semestre de 2012.

b.3) Sangue e Hemoderivados

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de três Unidades Internacionais (UI)/*per capita* de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a esses pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram ainda realizadas 168 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Em 2012 foram qualificados 117 serviços de hemoterapia fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Foi também finalizada a implantação de 13 plataformas para teste dos ácidos nucleicos (NAT) na Hemorrede Nacional. A 14ª plataforma, no Hemocentro Coordenador da Bahia, está em fase final de adequações na área física. Testes





e treinamentos estão sendo concluídos e o início da rotina NAT está previsto para fevereiro de 2013. Essa iniciativa tem por objetivo fazer com que 100% das bolsas de sangue oriundas de doação voluntária nos serviços de hemoterapia públicos e privados contratados pelo SUS sejam testadas pela metodologia do NAT brasileiro, diminuindo, assim, o risco de transmissão de patógenos em transfusões de sangue.

Em 2013, serão disponibilizados 160 mil litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

b.4) Atenção às Urgências e Emergências

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (Samu 192) tem contribuído na redução do número de óbitos, do tempo de internação em hospitais e das sequelas decorrentes da falta de socorro.

Estão em funcionamento 178 Centrais de Regulação atuantes em cerca de 2.528 Municípios, alcançando 134,3 milhões de pessoas com acesso ao SAMU 192 – o que corresponde a uma cobertura populacional de 70,4% .

Em 2012 o Samu 192 operou com 2.851 unidades móveis, sendo 2.152 (75,5%) Unidades de Suporte Básico (USB), 520 (18,2%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 169 (5,9%) Motolâncias, sete Equipes de Embarcação e três Equipes de Aeromédico. Nesse ano foram efetivadas a compra de 2.180 ambulâncias para renovação da frota e expansão do serviço. Para 2013, estão previstas a distribuição de mais 386 ambulâncias, além de 375 ambulâncias com tecnologia 4x4, e a compra de 364 Veículos de Intervenção Rápida como novo componente móvel a ser inserido no Samu 192 do Brasil.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) contam com estrutura simplificada – Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação – de disponibilização ininterrupta e têm contribuído para a redução das filas nos prontos-socorros dos hospitais. No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 2011 a 2014) está previsto o funcionamento de 500 UPA. Em 2012 havia 266 UPA em funcionamento no País, sendo 184 construídas com incentivo de recursos federais e 82 com recursos locais. Das UPA em funcionamento, sete delas já são do programa PAC 2. Para 2013 estão previstas no PAC 2 a aprovação de outras 225 UPA, no valor total de R\$ 520 milhões. A previsão de inaugurações para 2013 é de 62 UPA, com valor estimado de R\$ 116,8 milhões.

As 117 unidades habilitadas em 2011 apresentam a seguinte situação em 2012: sete entraram em funcionamento; 29 estão em obras e 81 estão em fase de projetos e licitação. Em 2012 foram selecionadas outras 158 UPA para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções. Dessas, 27 já estão em obras e uma em funcionamento.

O Programa SOS Emergências tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. Já está implantado em 12 desses hospitais e, no início de 2013, em mais dez. Até 2014 o Programa alcançará os 40 maiores e mais complexos prontos-socorros, em todas as unidades da Federação.

b.5) Atenção Domiciliar

O Programa Melhor em Casa oferece atenção domiciliar aos pacientes do SUS. Em 2012, o Programa habilitou 511 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 231 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap), alcançando 78 Municípios em todo o País. Desse total, 159 Emad e 74 Emap já estão garantindo a realização de mais de 86 mil internações domiciliares. Desde que o Melhor em Casa foi lançado, em novembro de 2011, já foram repassados





mais de R\$ 38,4 milhões a Estados e Municípios. A perspectiva é de que até 2014 estejam atuando em todo o Brasil 1,0 mil Emad e 400 Emap, com a finalidade de levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidades de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Ainda em 2013, 400 novas equipes de atenção domiciliar deverão ser criadas.

b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica

Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Qualidade em Mamografia e Citopatologia e o Programa de Mamografia Móvel; e foram financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia de grande porte. Essas iniciativas possibilitam a criação de serviços de referência para o diagnóstico precoce do câncer do colo do útero e de mama.

Na radioterapia, por meio de sistemas de convênio, o Governo tem financiado a aquisição de novos equipamentos e a substituição dos equipamentos obsoletos. Até 2014, o Plano de Expansão da Radioterapia criará 39 novos serviços de radioterapia e ampliará 41 serviços de radioterapia em hospitais já habilitados, totalizando a aquisição de 80 “soluções de radioterapia” que contemplam a aquisição do equipamento e a construção do local de instalação.

Incorporado ao rol de medicamentos disponibilizados pelo SUS, o Trastuzumabe será fornecido, no início de 2013, para o tratamento de câncer de mama, beneficiando cerca de 20% dos casos de câncer de mama inicial ou avançado que respondem a esse medicamento.

Uma importante conquista no combate ao câncer foi a aprovação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e define prazo para seu início. A Lei estabelece que o paciente com neoplasia maligna deve receber, gratuitamente, pelo SUS, todos os tratamentos necessários e que o seu primeiro tratamento, seja ele cirúrgico, de quimioterapia ou radioterapia, deve iniciar-se no prazo de até 60 dias.

Em 2012, teve início a implementação do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), com a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e o combate ao câncer. Criado pela Lei nº 12.615, de 17 de setembro de 2012, resultante da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, o Pronon permitirá às empresas deduzirem do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços desenvolvidos por instituições de prevenção e combate ao câncer, envolvendo a promoção da informação, a pesquisa, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes às neoplasias malignas e afecções correlatas.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Dos 150 temas definidos pela Política Nacional de Saúde, 92 foram contemplados em contratações ou em chamadas públicas realizadas em 2012, dentre as quais destacamos: i) Fontes de Financiamento em Saúde do Setor Público e Custo Operacional Global das Entidades Filantrópicas (R\$ 1,2 milhão); ii) Pesquisa em Saúde Bucal (R\$ 2 milhões); iii) Pesquisa Translacional em Terapia Celular (R\$ 10 milhões); e iv) Pesquisa em Doenças Negligenciadas (R\$ 18 milhões).

No processo de incorporação de novas tecnologias no SUS foram implementadas importantes inovações, dentre elas: i) a oferta de tecnologias segundo protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; ii) o prazo máximo de 270 dias corridos para que seja concluído o processo administrativo de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologia; e iii) a relevância de evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo de avaliação. Em 2012, foram incorporadas 28 tecnologias. Em 2013 serão fomentados 30 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisas de interesse da saúde pública.





d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde

Para o fortalecimento da indústria nacional de medicamentos, insumos e equipamentos, o Programa para o Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde (Procis) aportou, em 2012, cerca de R\$ 259 milhões em 64 projetos destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão e da mão de obra de 14 laboratórios oficiais produtores e sete Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT). No ano de 2012 foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório de compras governamentais direcionadas para o Complexo da Saúde, com dois destaques: i) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos e (bio) fármacos e para equipamentos e produtos médicos, com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégico-tecnológica para saúde; e ii) a dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e não aplicação do limite temporal de criação do órgão ou entidade que integre a administração pública e que produza produtos estratégicos para o SUS, conforme a Lei nº 12.715, de setembro de 2012.

As Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) permitem negociar reduções significativas e progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida. Essa estratégia alcançou 55 PDP formalizadas para a produção de 54 produtos finais – sendo 47 medicamentos acabados, um DIU, um *kit* para teste rápido, um projeto de P&D e cinco vacinas, abrangendo 21 grupos terapêuticos. Essas parcerias envolvem atualmente 50 parceiros, 15 laboratórios públicos e 35 privados, nacionais e estrangeiros, resultando na produção de oito novos medicamentos: Tenofovir (antirretroviral), Clozapina, Quetiapina e Olanzapina (antipsicóticos), Toxina Botulínica (relaxante muscular), Tacrolimo (imunossupressor) e Rivastigmina e Donepezila (doença de Alzheimer), que, somados às três vacinas, totalizam 10 produtos oriundos de PDP em condições de serem adquiridos para disponibilização pelo SUS. Estima-se que as PDP incorporem economias significativas para o SUS – cerca de R\$ 2,7 bilhões anuais em média. Estima-se que quando todas as PDP estiverem em operação, o País deixará de importar em torno de US\$ 2,25 bilhões/ano.

No que concerne à produção dos laboratórios públicos, a partir de 2013 está prevista a dispensação de mais três medicamentos: i) Antiasmático Formoterol+Budesonida, que visa beneficiar, aproximadamente, 200 mil pessoas e economizar cerca de R\$ 100 milhões para os cofres públicos; ii) Oncológico Docetaxel; e iii) Antirretroviral para os pacientes pediátricos, que associa três princípios ativos em um único comprimido.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde

Lançada em 2011, a campanha Saúde Não Tem Preço passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Até o final de 2012, mais de 16,6 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo Programa, desde que se instituiu a gratuidade. Também passaram a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma, que beneficiaram de junho a dezembro de 2012 quase 402 mil brasileiros.

A Rede de Farmácia Popular credenciou mais 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 até dezembro de 2012, que, somadas a 560 unidades próprias, atendem mais de 4,7 milhões de pessoas por mês.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da assistência farmacêutica, foram disponibilizados medicamentos para tratamento de Aids (220 mil pacientes), coagulopatias (17.350 pacientes), controle do tabagismo (389.897 pacientes), tuberculose (72 mil pacientes), hanseníase (43.847 pacientes) e outras doenças (malária, dengue, doença de Chagas, cólera, leishmaniose, esquistossomose, influenza, meningite, tracoma, lúpus, e geohelmintíase) totalizando cerca de R\$ 1,3 bilhão.





Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS. Houve a inclusão de quatro novos medicamentos desse tipo e o apoio a projetos utilizando a abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APL) de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Para 2013 está previsto o acréscimo de 14 novos fitoterápicos disponíveis na rede SUS.

Em 2013, serão priorizadas as seguintes iniciativas: i) implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS), como ferramenta de controle dos medicamentos estratégicos, no âmbito do SUS; ii) credenciar mais cinco mil estabelecimentos no Aqui tem Farmácia Popular; e iii) incluir todos os medicamentos do elenco da rede própria no sistema de autorizações do Aqui Tem Farmácia Popular para evitar aquisições duplicadas e garantir o acesso a um maior número de usuários.

f) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde

O número preliminar de casos de malária registrados na região Amazônica, em 2012, foi de 226.061, o que representa uma redução global de 9%, quando comparado com o mesmo período de 2011. Também foi observada uma redução de 34% nas internações por malária, passando de 4.131 para 2.706.

Em relação à hanseníase, foi mantido o compromisso de eliminação da doença como problema de saúde pública até 2015, ou seja, alcançar menos de um caso por dez mil habitantes. Em 2011, o coeficiente de prevalência foi de 1,54 casos por dez mil habitantes. Dados preliminares de 2012 indicam um coeficiente de prevalência de 1,49 por dez mil habitantes.

No controle da tuberculose constata-se que o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, diagnosticados entre janeiro a dezembro de 2011, está em 70,6%, o que representa um acréscimo de 3,7% quando comparado com o mesmo período de 2010.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo o território nacional, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio, cujo número de diagnosticados passou de 34% em 2011 para cerca de 29% no primeiro semestre de 2012. Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV, 160 mil testes de sífilis e capacitados mil multiplicadores para testagem de HIV e Sífilis, resultando na capacitação de aproximadamente 32 mil UBS.

Com relação à hepatite C, foram realizados 14.138 tratamentos, em 2012, correspondendo a um incremento de 28,5% em relação a 2011.

Na área da saúde do trabalhador, a meta de implantar dez Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) até 2015 já foi atingida. Foram habilitados oito novos Cerest voltados para saúde do trabalhador rural em 2012 e dois em 2011.

A meta de investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) foi de 65% daqueles ocorridos em 2011. Dos 1.576 óbitos maternos notificados em 2011, 79% foram investigados em 2012.

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Em 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde localizadas em 2.648 Municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

As campanhas de vacinação em 2012 foram exitosas, destacando-se o alcance ou superação da meta de 80% da cobertura vacinal em todos os grupos elegíveis para a vacina influenza (crianças de seis meses a menor de dois anos,





gestantes, indígenas, trabalhadores de saúde e idosos). A cobertura global ficou em 86% e isto corresponde a 25,9 milhões de doses aplicadas.

Em 2012, a população de 25 a 29 anos de idade foi inserida na rotina de vacinação contra a hepatite B. Dados provisórios mostram uma cobertura vacinal de 79,3% nessa faixa etária registrada até agosto.

A etapa nacional de vacinação contra poliomielite, realizada em junho de 2012, alcançou cobertura de 98,9%, representando 14 milhões de doses aplicadas. No mesmo ano foi efetuada a combinação das vacinas tetravalente (difteria, tétano, coqueluche e meningite) com a hepatite B, compondo a vacina pentavalente, o que reduz o número de injeções nas crianças menores de um ano, além de ampliar e homogeneizar essas coberturas vacinais. Os dados preliminares de dezembro de 2012 indicam que a cobertura vacinal de tetravalente passou de 62% para 70% dos Municípios.

Com relação ao combate à dengue, em 2012 foram confirmados 284 óbitos, correspondendo a uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando houve 484 óbitos. Foram confirmados 4.055 casos graves em 2012, o que representa uma redução de 62% em relação a 2011, com 10.545 ocorrências.

Para 2013 são projetados os seguintes resultados principais:

- Introdução das vacinas Hepatite A e Varicela no calendário vacinal infantil e da vacina dTpa para gestantes (vacina combinada contra difteria, tétano e coqueluche – pertussis acelular);
- Redução de 10% no número de casos de malária na região Amazônica;
- Redução de 10% em relação ao número absoluto de óbitos por dengue do ano anterior;
- Realização da Campanha Semana contra a Hanseníase e Geohelmintíases nas Escolas, no primeiro semestre de 2013, com o objetivo de identificar casos suspeitos de hanseníase e reduzir a carga parasitária de Geohelmintos na população escolar de 7 a 14 anos de idade;
- Ampliação da taxa de cura para 75% dos novos casos de tuberculose pulmonar bacilífera;
- Ampliação da capacidade de investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil; e
- Realização da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

g) Vigilância Sanitária

Na área de regulação e monitoramento de medicamentos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) credenciou, até o ano de 2012, 47.422 estabelecimentos farmacêuticos que comercializam medicamentos de controle especial no Brasil, distribuídos em 4.186 Municípios. Em abril de 2013, inicia-se o processo de escrituração eletrônica de antimicrobianos no SNGPC, cuja finalidade é o monitoramento e o controle do risco sanitário a partir do perfil farmacoepidemiológico desses produtos.

As normas regulatórias mais relevantes adotadas em 2012 foram: i) revisão da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDC) nº 44/2009, para restabelecer que medicamentos isentos de prescrição poderão permanecer ao alcance dos usuários nas gôndolas de farmácias e drogarias; ii) definição de nova rotulagem para os medicamentos adquiridos pelo Ministério





da Saúde para distribuição no SUS, conforme RDC nº 21/2012; iii) RDC nº 16/2012, que estabelece os requisitos mínimos de identidade e qualidade para implantes mamários, como a certificação compulsória de implantes mamários; iv) RDC nº 23/2012, que estipula os procedimentos e os prazos que devem ser seguidos ao se constatar que um produto para saúde não atende aos requisitos essenciais de segurança e eficácia; v) RDC nº 30/2012, que define o valor mínimo do Fator de Proteção Solar (FPS) e a proteção contra os raios UVA; vi) elaboração de *ranking* com a classificação sanitária dos 18 navios de cruzeiro que trafegam na costa brasileira durante toda a temporada 2011/2012; e vii) a RDC nº 14/2012, que estabelece restrições ao uso de aditivos em produtos derivados do tabaco comercializados no Brasil, visando à redução da iniciação de fumantes.

Foi inaugurado o Laboratório de Tabaco e Derivados (Latab), sexto laboratório público do mundo e o primeiro da América Latina voltado exclusivamente para análises de produtos derivados do tabaco.

No contexto da função regulatória de inspeção de produtos em circulação no mercado que são do interesse da saúde pública, em 2012 foram analisadas 46.470 petições para autorização, concessão e renovação para funcionamento de empresas; inspecionadas 432 empresas; emitidos 1.741 certificados de boas práticas de fabricação, armazenamento e distribuição de medicamentos, produtos para saúde e insumos farmacêuticos; suspensos e apreendidos 179 produtos; e interditadas 34 empresas.

h) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde

A política de educação permanente dos trabalhadores do SUS proporciona a transformação nas práticas institucionais com vistas a melhorar a qualidade da atenção, viabilizando a atuação da equipe de saúde, de forma comprometida com o processo de trabalho e com a comunidade.

A política de desenvolvimento da graduação e pós-graduação em áreas estratégicas busca aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, a partir da integração entre o ensino e os serviços e com a gestão do SUS. Assim, em 2012 foram ofertadas 76.557 bolsas do Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (PET-Saúde), 2.456 bolsas do Pró Residência, apoiados 709 cursos de graduação pelo Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde), 5,0 mil profissionais beneficiados com cursos de especialização em Saúde da Família, sendo 1.886 profissionais do Programa de Valorização de Profissional da Atenção Básica (Provab). Em 2013 estão previstas ofertas de 1.623 novas bolsas de residência médica, 28.516 vagas em cursos de atualização, 20.834 vagas em cursos de especialização e 100 vagas de mestrado profissional em educação na saúde para fortalecimento da docência nas escolas médicas.

A política de educação profissional em saúde conta com uma rede de 36 Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) para a oferta de cursos adequados às necessidades do Sistema. Em 2012 foram beneficiados 19.625 trabalhadores da saúde e em 2013 está prevista a qualificação/formação de 86.622 trabalhadores da saúde de nível médio.

A política de modernização e qualificação do trabalho apoia a gestão do trabalho nos Estados e Municípios. Em 2012, destacam-se: i) 400 gestores qualificados em gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde; ii) apoio a um projeto para mestrado profissional em gestão do trabalho e educação na saúde; e iii) realização do concurso Prêmio InovaSUS Carreira, com a premiação de sete experiências com R\$ 200 mil cada. Para 2013 está prevista a implantação de projeto piloto de modelo de gestão do trabalho pactuado entre gestores e trabalhadores em quatro Estados e três regiões de saúde, que correspondem ao espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de Municípios limítrofes, delimitados a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.





i) Combate ao Desperdício, Transparência e Qualidade da Gestão do SUS

Foram realizadas 1.858 ações de controle interno do SUS em 2012, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS). Em um total de R\$ 5,06 bilhões auditados nos programas PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama e Hanseníase, Glaucoma e Carta SUS, houve R\$ 162,9 milhões de proposições de ressarcimento.

O Índice de Desenvolvimento do SUS (IDSUS) foi publicado, oferecendo uma visão aproximada do SUS que permite instaurar práticas de avaliação e monitoramento para identificar seus principais problemas e, principalmente, contribui para repor a necessidade de pactos entre os gestores, com metas e compromissos para a contínua construção de um Sistema que responda mais aos direitos de cidadania e de saúde da população.

Para garantir a sustentação do Projeto Cartão Nacional de Saúde (CNS) visando à integração dos Sistemas de Informação de Saúde, foram qualificadas e eliminadas as duplicidades de mais de 60 milhões de registros de usuários do SUS, incluindo a Saúde Suplementar. Em 2012 foi concluído o desenvolvimento das funcionalidades de pesquisa e impressão do Cartão Nacional de Saúde (CNS) pelo próprio cidadão, pré-cadastro do CNS, autorregistro de saúde e histórico dos Registros das Ações e Serviços de Saúde (RES Básico). Em 2013 serão disponibilizadas as funcionalidades de pesquisa, pré-cadastro e impressão do CNS, assim como consulta aos registros de diagnose e terapêuticos.

A partir de 2012, foi implantada a Ouvidoria Ativa, que permite: i) realização de entrevistas diretas com os cidadãos atendidos pelo SUS, para colher informações sobre o atendimento recebido nos serviços de saúde; ii) emissão da Carta SUS aos cidadãos que foram internados e aos que realizaram procedimentos de alta complexidade, contendo os dados, informações da internação, valor pago pelo SUS referente ao tratamento, além de uma pesquisa de avaliação do atendimento, contida no cartão-resposta da própria carta. Em 2012 foram enviadas mais de dez milhões de cartas e 304,7 mil avaliações (devolutiva da carta) já foram recebidas; e iii) foi implantado o Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério da Saúde para atendimento à Lei de Acesso à Informação com registro de 1.090 solicitações e percentual de resposta de 100%.

j) Atuação Internacional

Em 2012, no âmbito internacional, destacam-se as seguintes realizações: i) o desenvolvimento de projeto de cooperação técnica em saúde no Haiti para fortalecer as capacidades institucionais, permitir transferência de tecnologia e troca das experiências exitosas do SUS; e ii) a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos, em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano. Em 2013, serão discutidas, no âmbito da Organização Mundial de Saúde, as doenças chamadas negligenciadas, diretamente relacionadas à pobreza. O objetivo é trabalhar globalmente essas doenças, coordenando e integrando os diversos programas de controle e eliminação.

k) Saúde Suplementar

Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13,6 mil reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. As operadoras de planos de saúde vêm sendo monitoradas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) desde dezembro de 2011. Em consequência, até 2012, foram adotadas três medidas de suspensão da comercialização de planos de saúde. Das operadoras monitoradas, 16 foram reincidentes ao não cumprimento





da norma durante os quatro períodos de monitoramento e serão indicadas para a abertura de processo visando à correção das anormalidades administrativas e assistenciais graves.

Outras 13 operadoras, que não foram reincidentes, irão assinar Termo de Compromisso para reduzir o número de reclamações dos beneficiários. Essas operadoras deverão adequar a rede de prestadores e os serviços de relacionamento ao cliente.

Em junho de 2012, foi divulgado o prontuário de resultados e o painel de indicadores do monitoramento assistencial. Foi evidenciado que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (*status verde*); 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (*status amarelo*); 6,20% estavam na faixa de risco moderado (*status laranja*); e 6,20% na faixa de risco alto (*status vermelho*).

Com relação à integração com o SUS, o aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou R\$ 110 milhões de inscrições em dívida ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) pagas, em 2012, alcançaram R\$ 41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$ 71,6 milhões.

Registra-se um crescimento no número de programas de promoção da saúde e prevenção de agravos e doenças e de envelhecimento ativo, oferecido pelos planos privados. De outubro de 2011 a dezembro de 2012 houve a evolução de 127 novos programas, com a estimativa de participação de 198 mil beneficiários alcançando um total de 844 programas, que contam com a participação de 1,3 milhão de beneficiários. Esses programas, além de estimular hábitos saudáveis, podem oferecer prêmios e descontos nas mensalidades dos planos.

Para 2013, está prevista a divulgação dos resultados da pesquisa de satisfação de beneficiários de planos privados de saúde, com a participação de 255 operadoras de grande e médio porte, que representam 64% dos beneficiários desses planos. Os resultados da pesquisa subsidiarão a avaliação de desempenho das operadoras de planos de saúde.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

Com o objetivo de consolidar a implementação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foram celebrados, em 2012, convênios com dez organismos estaduais de promoção da igualdade racial, prevendo-se o repasse de recursos de cerca de R\$ 2,38 milhões para dotar os Estados com capacidade logístico-operacional para ações de promoção da igualdade racial. Em 2013 está prevista a celebração de convênios com os demais 17 unidades federadas.

Com relação à campanha Igualdade Racial é para Valer, as principais ações realizadas em 2012 foram:

- Protocolo de Intenções firmado com a Petrobras, que resultou em iniciativas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, destacando o lançamento de editais para a cultura negra nas áreas de esporte e de projetos culturais e socioambientais, bem como para a Cartilha Igualdade Racial, voltada à formação, a partir de 2013, dos cerca de 40 mil profissionais de postos e serviços da Petrobras Distribuidora;
- Realização de parceria com o Senado Federal, resultando na Pesquisa de Opinião sobre a violência contra a juventude negra; na formação de 180 gestores do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir); no curso de





introdução ao Orçamento Público; no relançamento de 500 exemplares da 2ª edição do livro 1823-1888 - A abolição no Parlamento: 65 anos de lutas; e

- Veiculação de peças publicitárias de valorização da pessoa negra e indígena e inserção de cláusulas de coibição às práticas discriminatórias nos contratos para prestação de serviços e nos editais e contratos de patrocínio de eventos culturais da Caixa Econômica Federal (CEF). Foi igualmente realizada uma Campanha de Autodeclaração Racial, convidando o público a fazer sua autodeclaração, com base nas imagens positivas das diversas raças que formam a população brasileira. Em 2013 haverá a continuidade da execução do Plano de Trabalho firmado com a Petrobras e a formação de 15 mil profissionais frentistas. Está prevista, também, a realização de um curso avançado de orçamento público para gestores de política de igualdade racial com 200 vagas, em parceria com o Senado Federal.

a.1) Ações Afirmativas

Na área da educação, além da sanção da Lei nº 12.711, de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de estudantes de escolas públicas e da edição do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, determina a aplicação do sistema de cotas já em 2013, ressaltam-se: i) a concessão pelo Programa Universidade Para Todos (Prouni) de 95 mil bolsas de estudo a estudantes negros; e ii) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), com 800 bolsas anuais distribuídas por 74 instituições que vem beneficiando, desde o ano de 2009, três mil estudantes.

Como efeito da Lei nº 12.711, de 2012, em 2013 está previsto o ingresso de aproximadamente dez mil estudantes negros cotistas nas universidades federais. Em 2013, será incluída a temática da igualdade racial como linha de pesquisa, a ser apoiada pelo CNPq. Haverá também a ampliação do Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF), que vai contemplar quatro mil bolsas anuais destinadas a estudantes negros.

Na área cultural, ressaltam-se cinco editais lançados pelo Ministério da Cultura (Biblioteca Nacional e Funarte) destinados a criadores e escritores negros. Também foram lançados em 2012 dois editais: i) o Edital Prêmio Funarte de Arte Negra, que premiará 33 projetos nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, no valor de R\$ 4,4 milhões; e ii) o Edital de Apoio para Curta-Metragem–Curta-Afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, que selecionará seis obras audiovisuais de curta metragem dirigidas ou produzidas por jovens negros de 18 a 29 anos, no valor individual de R\$ 100 mil.

No que tange às relações de trabalho destaca-se, em 2012, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 478 de 2010 – ora em tramitação no Senado Federal –, que altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, e a realização de ações para que as oportunidades geradas pela Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 incentivem o empreendedorismo negro e as oportunidades de renda.

A articulação entre racismo e sexismo aprofunda desigualdades e gera indicadores mais baixos de desenvolvimento. Conforme Relatório da OIT de 2012, as jovens negras constituem o principal grupo social sem estudo e sem trabalho. Nesse sentido, foi elaborado um Plano de Ações Integradas para as Mulheres Negras em consonância com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.





Em 2013, estão previstas ações nas áreas de empoderamento e fortalecimento; enfrentamento ao racismo e sexismo; e comunicação para a igualdade.

Dados obtidos por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

Por meio de diagnóstico formulado no âmbito do Plano Juventude Viva, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros concentraram-se em apenas 132 Municípios. A estratégia de implementação do Plano contempla a adoção de um Piloto no Estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Em 2013, o Plano será implantado nos Estados de São Paulo, Paraíba, Espírito Santo e Pará.

a.2) Políticas de Promoção da Igualdade Racial para Povos e Comunidades Tradicionais

O Governo formula, implementa e monitora políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, com ênfase para as comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana.

Em 2012, foi construído o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e instituído grupo responsável pela articulação e definição das iniciativas e metas, em parceria com dez instituições federais. Destacam-se as seguintes iniciativas realizadas por eixos, que serão executadas a partir de 2013:

- **Garantia de Direitos:** i) realização de chamada pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltados ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, com recursos de R\$ 1,2 milhão; ii) atuação por meio da Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial para resposta a denúncias de atos violentos motivados, principalmente, pela discriminação racial e intolerância religiosa; e iii) acordo de cooperação com a Defensoria Pública da União voltado para defesa e promoção dos direitos dos povos tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana, inclusive com a formação de defensores.
- **Territorialidade e Cultura:** incentivo à implantação dos pontos de leitura Ancestralidade Africana no Brasil em dez territórios tradicionais, de matriz africana e quilombolas, com apoio para o mobiliário e aquisição de 600 exemplares sobre temas gerais.
- **Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável:** i) celebração de termo de cooperação com a Conab, em 2012, garantindo a embalagem e transporte de 83,4 mil cestas de alimentos, em seis etapas de atendimentos, às 13,9 mil famílias dos povos tradicionais de matriz africana, entre o período do 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013. Foram atendidas, em 2012, 14,7 mil famílias, com 49.707 cestas de alimentos; ii) identificação pelo Cadastro Único das famílias que integram grupos específicos – ciganos, extrativistas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e beneficiários do programa de crédito fundiário, acampados, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, comunidades de terreiro, agricultores familiares, presos do sistema carcerário e catadores de materiais recicláveis; e iii) realização no Rio de Janeiro da Plenária Políticas Públicas e os Povos de Cultura Cigana, com o objetivo de obter subsídios para a elaboração de políticas específicas a esse segmento.

a.3) Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004, organiza as ações voltadas às comunidades quilombolas em quatro eixos: i) acesso à terra; ii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; iii) direitos e cidadania e iv) infraestrutura e qualidade de vida. A gestão do Programa Brasil Quilombola vem sendo articulada com os entes federados por meio de comitês estaduais.





No eixo acesso à terra, atualmente 2.024 comunidades quilombolas são oficialmente reconhecidas pelo Estado brasileiro por meio de certidão de autorreconhecimento. Dessas, 206 comunidades são tituladas em benefício de 12.804 famílias. Também foi realizada cooperação para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), imprescindível ao processo de regularização fundiária. Desde 2005, 157 comunidades tiveram relatório (RTID) publicado, esperando-se beneficiar 73 comunidades e 3.350 famílias.

No que se refere à inclusão produtiva e desenvolvimento local, as ações empreendidas permitiram Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e fomento produtivo para as comunidades quilombolas. Em 2012, foi lançada a Chamada de Ater, que beneficiou mais 4,5 mil famílias em cinco Estados. Estabeleceu-se, ainda, articulação entre o Selo Quilombos do Brasil e o Selo da Agricultura Familiar, com o objetivo de ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecer a qualificação dos produtos quilombolas junto ao mercado nacional e articular a produção com redes da agricultura familiar. Foram distribuídas, em 2012, sementes de diversas hortaliças, além de grãos como feijão, arroz e milho para agricultores quilombolas de 17 Territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em benefício de 5.726 famílias.

O eixo Direitos e Cidadania contemplou as seguintes ações: i) chamada pública de apoio a projetos de capacitação de lideranças quilombolas voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil, com recursos no montante de R\$ 1,2 milhão; ii) publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, que revisa a perspectiva ideológica da formulação de currículos, respeitando os valores culturais dos alunos das comunidades remanescentes de quilombos; iii) incentivo para que as comunidades quilombolas sejam priorizadas no programa de alimentação escolar com valor do repasse da merenda escolar de R\$ 0,60 – superior ao repasse universal, de R\$ 0,30; iv) atendimento das comunidades quilombolas e assentados da reforma agrária por meio de 2.008 equipes de Saúde da Família e 1.536 equipes de Saúde Bucal, em 1.117 Municípios; e v) atuação da Ouvidoria em resposta a denúncias de atos violentos cometidos por comunidades quilombolas.

No que tange à infraestrutura e qualidade de vida, em 2012, foram priorizadas ações em 122 comunidades quilombolas, no âmbito do Programa Água para Todos, sendo contratados sistemas de abastecimento de água para 60 comunidades com recursos da ordem de R\$ 24,3 milhões e contratados estudos geofísicos e perfuração de poços para implantação de sistemas simplificados de água em 62 comunidades. Em 2012, também foram contratadas cisternas para comunidades quilombolas dos Municípios de Salgueiro (62), Mirandiba (38) e Cabrobó (22), situadas em Pernambuco. No PPA 2012-2015 a meta é implantar obras de saneamento em 375 comunidades quilombolas.

Entre 2009 e 2012, 83 projetos foram conveniados com o Ministério da Educação, para construção de novas escolas quilombolas, e com o Programa Luz para Todos, que atendeu, em 2012, mais de 25 mil domicílios quilombolas, estando em curso a atualização do cadastro de comunidades que ainda não possuem atendimento, para fins de ampliação da cobertura. A partir de 2013, com o Pronacampo, está prevista a construção de três mil novas escolas para o meio rural, que atenderão, também, comunidades quilombolas.

O Programa Minha Casa, Minha Vida protocolou, em 2012, projetos para a construção de 1.450 unidades habitacionais, com previsão de investimento de R\$ 36,8 milhões.

A construção de estradas de acesso à comunidade Kalunga, situada em Goiás, é uma demanda histórica. Com mais de três mil famílias, grande parte do território da comunidade não possui vias de acesso. Nesse sentido, parcerias foram estabelecidas para a construção de seis pontes na localidade de Vão do Moleque - Município de Cavalcante/GO e das vias de acesso. A obra integral prevê investimento de R\$ 19 milhões para construção de 79,5 km de estradas, além das pontes supracitadas.





A obra foi iniciada em 2012 com o repasse de R\$ 1 milhão pelo Ministério da Integração. Também foram destinados recursos, em 2012, por meio de convênio, para melhorar a infraestrutura da comunidade quilombola de Candiota, no Rio Grande do Sul.

a.4) Cooperação Internacional

Por ocasião da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes elaborou programa de ação voltado à proclamação da Década sobre Afrodescendentes, com início em 2013, aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos, sugerindo a criação de um Fórum Permanente sobre Afrodescendentes na ONU e a elaboração de uma Declaração Universal de Direitos dos Afrodescendentes.

Por ocasião da XXII Cúpula Iberoamericana, realizada, na Espanha, os Chefes de Estado dos países iberoamericanos proclamaram a Década dos Afrodescendentes na região. Simbolicamente, Salvador, Bahia, foi proclamada capital iberoamericana dos afrodescendentes e será dada continuidade aos compromissos assumidos no Encontro Iberoamericano do Ano Internacional dos Afrodescendentes – Afro XXI, de 2011.

O projeto de cooperação técnica Brasil-Espanha de combate ao racismo e promoção da igualdade racial proporcionou, em 2012, o intercâmbio técnico entre o Governo e instituições espanholas na área de fortalecimento institucional, com aporte financeiro e técnico à execução de ações. Foi concluída, em 2012, a primeira etapa do projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-rurais, para apoiar governos e associações quilombolas do Brasil, Equador e do Panamá na realização de um estudo sobre a situação e as características das comunidades nos três países. Os resultados da primeira etapa do projeto estão consubstanciados em livro e vídeo a serem lançados na solenidade de início da segunda etapa do projeto, prevista para o primeiro trimestre de 2013.

b) Política para as Mulheres

Em 2012, foram evidenciados avanços em relação ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) para o período de 2012 a 2015, que congrega 415 ações governamentais agrupadas em seis temas: i) igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres; ii) saúde integral das mulheres; iii) fortalecimento de uma cultura social igualitária; iv) inserção do tema da igualdade na agenda nacional e internacional; v) promoção da gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres; e vi) enfrentamento à violência contra as mulheres.

b.1) Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

Em 2012, foi firmado acordo de cooperação para qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, por meio de cursos de suporte tecnológico nos setores agrícola, mineral e metal-mecânico a serem realizados em 2013. Durante a 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça 2011/2012, foi assinado termo de compromisso com 79 organizações: 51 públicas, 19 privadas e nove de economia mista. No primeiro semestre de 2013, será lançada a 5ª edição do programa (2013/2014).

Em novembro de 2012, foi lançada a campanha Mulheres que inovam, visando incentivar o público feminino a buscar cursos de capacitação e qualificação profissional em setores econômicos em crescimento.

Outra ação que vem sendo implementada no País é o projeto Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, que objetiva contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer as organizações produtivas de





mulheres rurais, em parceria com governos estaduais e por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Está previsto para 2013 o atendimento a 50 mil mulheres do campo e da floresta.

Quanto a Políticas de Cuidado, foram realizados: i) quatro seminários visando formular políticas e monitorar a implantação de equipamentos públicos; e ii) o Seminário Internacional Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável. Ainda sobre o uso do tempo, o Brasil participou da 34ª Conferência da *International Association for Time Use Research* (Iatur), ocorrida no Japão, com a apresentação do trabalho Cuidado e Desigualdades de Gênero: uma Análise do Uso do Tempo no Brasil.

Para a 15ª Marcha dos Municípios a Brasília, foi elaborada a publicação Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras, que apresentou a prefeitas e prefeitos as possibilidades de convênios e parcerias com o Governo na área de políticas para as mulheres.

No campo da valorização das empregadas domésticas, destaca-se a aprovação da PEC nº 478 de 2010, na Câmara dos Deputados, a fim de estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Também foram concluídos os trabalhos da comissão tripartite sobre a Convenção 189 e recomendação 201 da OIT sobre o trabalho doméstico.

Para 2013 colocam-se como prioridades a parceria com os governos estaduais, municipais e institutos de ensino para a oferta de cursos de capacitação para mulheres em áreas de trabalho e profissões não tradicionalmente femininas e a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas a partir da aprovação da referida PEC nº 478 de 2010.

b.2) Saúde Integral das Mulheres

Em 2012 foram desenvolvidas ações visando fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), com ênfase em: combate ao crescimento das DST/HIV/Aids na população feminina; difusão qualificada do preservativo feminino; saúde da população LGBT; redução da mortalidade materna; e redução e prevenção dos cânceres de colo de útero e de mama. Em 2013 tem-se como objetivo fortalecer a PNAISM em todo o território nacional, com ênfase na Rede Cegonha.

b.3) Fortalecimento de uma Cultura Social Igualitária

Foram desenvolvidas diversas ações no âmbito das políticas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer com o objetivo de assegurar tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais. O foco da atuação governamental foi a articulação de ações de promoção da igualdade com as de valorização da diversidade nas políticas públicas. Em 2012, procedeu-se a um levantamento das ações e programas de Governo nos quais seria possível integrar as políticas para as mulheres e a promoção dos direitos das mulheres em suas diversidades, elencando prioridades.

Para estimular a produção científica sobre relações de gênero no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas, nas quais ainda há forte hegemonia masculina, o Programa Mulher e Ciência desenvolveu três ações centrais em 2012: o edital de fomento à pesquisa, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.





A 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero atingiu um número recorde de inscrições, sendo 237 artigos de mestres e estudantes de doutorado; 417 artigos de graduados, especialistas ou estudantes de mestrado; 304 artigos de estudantes de graduação; 4,1 mil redações de estudantes de ensino médio e 94 projetos pedagógicos de escolas promotoras da igualdade de gênero.

Houve produção e veiculação *pro bono* (pelo grupo português de comunicação *The Street*) do Minuto Mulher, veiculado diariamente em *BusTV* (monitores instalados em ônibus urbanos das principais capitais do País). O Minuto Mulher foi exibido em 1.260 ônibus urbanos.

Como prioridades para 2013 podemos citar a ampliação do programa Mulher e Ciência; a construção de propostas políticas e de ações destinadas às mulheres jovens, indígenas e idosas; a constituição de organismos de políticas para as mulheres em todos os Estados e capitais, bem como no Distrito Federal e em Municípios com mais de 100 mil habitantes.

b.4) Inserção do Tema da Igualdade na Agenda Nacional e Internacional

A inserção do tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional, com vistas à ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da sua cidadania, motivou ações de diversas áreas do Governo e da sociedade.

Em fevereiro, o Brasil apresentou, na 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW, o VII Informe Periódico do País, prestando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. O Brasil participou também da 56ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW/ONU (Nova Iorque/EUA, 27 de fevereiro a 9 de março), que teve como tema central Empoderamento das Mulheres Rurais e seu Papel na Erradicação da Pobreza e da Fome, Desenvolvimento Sustentável e Desafios Atuais.

O Governo participou da 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e da Reunião do Comitê Especial da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012).

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana de Mulheres), foi realizada a 36ª Assembleia de Delegadas da CIM (São José/Costa Rica, 29 e 30 de outubro de 2012) com aprovação de documento que reafirmou direitos já assegurados às mulheres em instrumentos internacionais. No Mercosul, a Reunião Especializada da Mulher (REM) foi elevada para Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM). A primeira RMAAM aconteceu em Buenos Aires, Argentina, de 29 de maio a 1º de junho de 2012; e a segunda, de 3 a 5 de dezembro, sob a presidência *Pro-Tempore* brasileira. Nessas reuniões, vêm sendo desenvolvidas iniciativas de diagnóstico e enfrentamento do problema do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual na região.

Na presidência da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, o Brasil coordenou os trabalhos das duas reuniões da Mesa Diretora, a 47ª, realizada em maio, no Panamá, e a 48ª, ocorrida em novembro, no Chile. O Brasil participou, também, da 34ª Sessão da Cepal (San Salvador/El Salvador, de 27 a 31 de agosto). Merece destaque a preparação da XII Conferência Regional, que será em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013, e que tem como tema central Empoderamento Econômico, Igualdade de Gênero e Tecnologias da Informação e as Comunicações.

Em 19 de junho de 2012, houve a formalização do Programa de Parceria Brasil/ONU Mulheres para a Promoção da Cooperação Sul-Sul na Área de Igualdade de Gênero, assinado durante a Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de





2012). Em agosto de 2012, foi assinada a Carta de Intenções entre o Governo e o Sistema das Nações Unidas no Brasil, para colaboração na área de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e foi realizado, também em agosto de 2012, o Seminário Interseccionalidade de Gênero, Raça e Etnia.

O curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para Mulheres Rurais e Segurança Alimentar, realizado em Brasília, em 2012, reuniu especialistas em segurança alimentar de diversos países e teve como objetivo oferecer conteúdo teórico e prático de políticas transversais de igualdade de gênero, com base na experiência brasileira para institucionalização de programas e políticas públicas.

b.5) Promoção da Gestão Transversal da Política Nacional para as Mulheres

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015 partiu das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e das demais resoluções ali aprovadas. O referido Plano avançou ainda nos temas Esportes e Mulheres Rurais. Foram pactuadas ações envolvendo todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM, seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015. Consolidada essa etapa, procedeu-se a uma nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, por meio de reuniões do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).

No segundo semestre de 2012 deu-se início ao processo de acompanhamento das ações do PNPM 2013-2015, para o qual a atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano é fundamental. Esse Comitê contará, a partir de 2013, com 32 órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, refletindo o fortalecimento do caráter transversal e da gestão horizontal das políticas de gênero. Foram ainda realizadas ações para implantação e fortalecimento de organismos executivos de políticas para mulheres (OPM) e de suporte às atividades do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

Em conjunto com o CNDM e o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, foram produzidos cerca de 60 mil exemplares da plataforma “Mais Mulheres no Poder – Eu assumo esse compromisso” para apoiar as propostas de candidatas e candidatos às eleições 2012, e aprovados dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em suas diversidades para o exercício da liderança e do controle social.

O CNDM, em 2012, passou a transmitir suas reuniões ao vivo, por *streaming*, na íntegra, e flashes de suas aberturas por meio da TV pública NBR. A iniciativa permite o acompanhamento desses encontros pela sociedade civil, garantindo maior transparência.

b.6) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Várias iniciativas voltadas à redução de todas as formas de violência contra as mulheres foram implementadas em 2012, com base no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é um acordo federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As ações desenvolvidas são continuidade do processo de reafirmação do comprometimento dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Muitos avanços podem ser apontados como resultado do Pacto. Houve crescimento da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que hoje conta com 973 serviços. Atualmente existem: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 121 Núcleos Especializados em delegacias comuns; 219 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher; 72 Casas-Abrigo; 58 Defensorias Públicas Especializadas; 29 Promotorias Especializadas; 45 Juizados Especializados; e 48 Varas especializadas.





Para que a Rede Especializada de Atendimento tenha maior informação sobre as mulheres atendidas, vem-se trabalhando na construção de um registro administrativo unificado. Encontra-se também em atuação o grupo de trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (estatísticas criminais) sobre tráfico de pessoas, relacionada ao Sistema de Segurança Pública e Justiça (GT Dados Criminais) – ação articulada aos esforços de melhoria dos registros administrativos da Rede de Atendimento.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço de utilidade pública, superou três milhões de atendimentos desde a sua criação, em 2005. De janeiro a setembro de 2012 realizaram-se 732.468 atendimentos. De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação das atividades da área de atendimento da Central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. De janeiro a outubro de 2012 a Central recebeu 164 ligações internacionais, tendo conseguido, via denúncia do Ligue 180, dismantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres que operava em Ibiza, Espanha.

A Ouvidoria Nacional da Mulher, criada em 2003, canal de diálogo entre a administração pública e as cidadãs, registrou 6.932 processos sobre diferentes formas de violação de direitos das mulheres, dos quais 1.920 referentes ao ano de 2012, respondidos diretamente às demandantes com respectivas orientações ou encaminhamentos para os órgãos competentes e acompanhados até a solução final.

Em 2012, foi realizada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento como II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi articulada a integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça. A aprovação da Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012 – que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal – foi outro avanço, pois ajudará na elucidação de crimes de violência sexual contra as mulheres.

Foram distribuídos 100 mil exemplares da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) para organismos de políticas para as mulheres, rede de atendimento à mulher em situação de violência, conselhos de direitos das mulheres, organizações da sociedade civil, dentre outras. Em comemoração aos seis anos da Lei Maria da Penha, foi realizado, em agosto de 2012, o II Encontro Nacional de Delegadas(os) das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), que contou com a participação de 279 delegadas(os) de todas as unidades da Federação. Durante o Encontro, foi lançada a campanha Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte, que une esforços do Poder Executivo e do sistema de Justiça visando fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha, a punição dos agressores de mulheres e a capacidade de resposta dos órgãos. A Campanha foi lançada em cinco Estados em cada uma das regiões: Alagoas; Pará, Espírito Santo, Paraná e Mato Grosso do Sul. As ações desenvolvidas em 2012 alcançaram mais de três milhões de pessoas do público-alvo e mais de 19 milhões de pessoas, em geral.

Também foi realizada, em 2012, a 6ª Caravana Siga Bem, a maior ação de promoção e responsabilidade social itinerante da América do Sul. O público-alvo da Caravana são os caminhoneiros, mas as ações alcançam um grupo muito maior, com atividades de responsabilidade social, como a campanha do Siga Bem Mulher, que envolve ações de conscientização alertando sobre como prevenir e eliminar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em 2012, o projeto percorreu 18,5 mil quilômetros e passou por 45 cidades, em 18 Estados, tendo sido distribuídos folhetos e adesivos e realizadas palestras que tiveram a participação, durante os seis meses da caravana, de um público recorde de 4,5 mil pessoas.

Além das campanhas, outras ações e parcerias inovadoras se deram no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012, o Governo determinou o ingresso de ações regressivas nos casos de aposentadorias ou pensões causadas pela violência doméstica, responsabilizando o agressor pelos custos da sua violência.





O fomento à cooperação internacional para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, tem sido construído de forma a integrar os serviços disponibilizados pela Rede Especializada de Atendimento. Houve, também, articulação para implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras, com ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nessas regiões. Foi revista em 2012 a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e desenhado o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNTEP).

Em 2012 foi inaugurado em Pacaraima (Roraima, fronteira com a Venezuela) o Centro de Referência Binacional de Atenção a Mulheres e constituído um Comitê Binacional Fronteiriço de Combate à Violência contra a Mulher Brasil/Venezuela para monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento, bem como para o funcionamento eficaz da rede de serviços nos dois países.

Em 2013, terá continuidade a implementação de iniciativas em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) e das resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Os grandes eventos esportivos continuarão a receber a atenção das políticas para as mulheres também no que se refere à articulação de políticas de prevenção e combate à exploração sexual de meninas e mulheres e de prevenção à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Para construir diretrizes e normas voltadas aos serviços de responsabilização dos agressores e educação para a não agressão, será realizado, em 2013, o 1º Encontro Nacional de Centros de Responsabilização e Educação dos Agressores, com o objetivo de pactuar as diretrizes nacionais para tais Centros.

Na direção de ampliar a rede de serviços, está prevista a entrega de 19 unidades móveis de atendimento às mulheres do campo e da floresta, além de repactuação, em nove Estados, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O objetivo é envolver o sistema de Justiça, uma vez que os Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas serão signatários desse acordo federativo. A repactuação também tem como objetivo consolidar os planos estaduais quanto ao enfrentamento das diversas formas de violência contra as mulheres. Além disso, está prevista a ampliação em 10% na quantidade de serviços especializados da Rede de Atendimento; estímulo para que, no mínimo, 10% dos Municípios tenham algum tipo de serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência, contemplando os Municípios polos, territórios da cidadania e fronteiras secas.

Há o compromisso de incentivar, nas 27 unidades da Federação, estabelecimentos penais femininos de acordo com padrões físicos e funcionais que garantam a saúde e a dignidade das mulheres em situação de prisão.

Objetiva-se transformar o Ligue 180 em central de denúncias e reestruturar a operação da Central de forma a criar equipes responsáveis pelo envio e avaliação das denúncias, bem como das estatísticas geradas por esses encaminhamentos; e ampliar o atendimento internacional da Central para dez países.

Em conjunto com as Forças Armadas do Brasil e com o objetivo de conjugar esforços que promovam a igualdade de gênero nos processos de construção de paz e segurança, em 2013 será implementado acordo com as seguintes diretrizes: diagnosticar as atribuições desenvolvidas pelas mulheres nas Tropas de Paz; contribuir na capacitação e treinamento das Tropas de Paz na perspectiva de gênero; fortalecer as práticas esportivas como instrumento de paz, nos locais de atuação; estabelecer parcerias na construção do processo de prevenção das DST/HIV e no combate à violência sexual como arma de guerra; construir estratégias de enfrentamento da violência baseada em gênero nos contextos humanitários.





No âmbito internacional, além das reuniões regulares dos organismos regionais e internacionais de promoção dos direitos das mulheres, ocorrerá a 57ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW, em Nova Iorque, EUA, de 4 a 15 de março de 2013, e que terá como tema central o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, o ano de 2013 terá uma agenda bastante intensa com a realização de duas grandes conferências regionais que irão tratar de temas ligados diretamente às mulheres. De um lado, a I Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, que será realizada no Uruguai e discutirá a implementação do Plano de Ação da Conferência de Cairo; de outro, a XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que ocorrerá em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013.

c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Foi instituído em 2012 o Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena, cujo objetivo é garantir direitos indígenas no que se refere à saúde e à segurança alimentar e nutricional, bem como mitigar a vulnerabilidade desses povos, com altos índices de mortalidade infantil, por meio do fortalecimento das ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Para a implementação do Plano, foram priorizados 16 Dsei que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano e desenvolvidas as seguintes ações:

- Atendimento intensivo em seis Dsei (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e *Xavante*), com 9,7 mil atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico. Para 2013, estão previstas atividades em dez Distritos (Altamira, Interior Sul, *Kaiapó* – MT, Leste de Roraima, Maranhão, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Tocantins e *Yanomami*), além de mantidas as ações já iniciadas;
- Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para a população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 68,8% das crianças indígenas dessa faixa etária. Estima-se, para o exercício de 2013, o incremento de 6,2% na cobertura vacinal, atingindo um percentual de 75% do total de crianças (61.608 crianças);
- Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da mortalidade infantil. Estima-se que, para o exercício de 2013, serão capacitados 500 profissionais de saúde em AIDPI;
- Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos Distritos com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A. Para 2013 estão previstas a aquisição de outros equipamentos (antropômetros e balanças) e a realização de quatro Oficinas Regionais;
- Até o primeiro semestre de 2012 foram distribuídos 49.936 testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite B, bem como treinados técnicos dos 34 Distritos para a aplicação de testes, tendo sido realizados 41.076 testes rápidos ou 82,25% dos distribuídos; e
- Aquisição e distribuição de 25 unidades odontológicas móveis em 15 Distritos. Para 2013, está prevista a aquisição de mais 40 unidades odontológicas móveis, contemplando os demais Distritos.

Na área do saneamento e edificações, até o final de 2012 foram desenvolvidas iniciativas que abrangeram os 34 Dsei, com destaque para as seguintes realizações:

- Das 4.877 aldeias cadastradas, 1.816 (38,98%) possuem Sistema de Abastecimento de Água. Foram contratadas 164 obras de novos sistemas, beneficiando aproximadamente 50 mil indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). Destaca-se que, desse total de obras, 37 aldeias beneficiadas





se enquadram no Programa Brasil Sem Miséria. Para 2013, estão programadas a implantação de 200 Sistemas de Abastecimento de Água, bem como do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano em Áreas Indígenas (PMQAI), cujo objetivo é garantir a excelência do monitoramento da qualidade da água, abrangendo 50% das aldeias; e

- No que tange à estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (Casai) e para a reforma e ampliação de cinco. Além dessas obras, constata-se a construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, de reforma da sede do Dsei Litoral Sul e dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (Aisan) no Dsei Médio Rio Solimões. Para 2013, está programada a construção de três Casai, dois Polos Base e cinco Postos de Saúde. Ainda quanto à previsão de edificações para o exercício de 2013, deverão ser feitas as reformas/ampliações de cinco Casai, quatro Polos Base e três Postos de Saúde.

Em 2012 foi institucionalizada a Licenciatura Intercultural por meio das Instituições de Educação Superior e apoiada a oferta do Magistério Intercultural pelos Estados, resultando na formação inicial de 6.438 professores indígenas. Foi aprovado o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio. Também, foram apoiadas as ações de produção de material didático específico, transporte escolar e construção de escolas. Para o período de 2013-2014, estão previstos: a construção de 200 escolas indígenas; a implantação de mil laboratórios do Proinfo; a distribuição de cinco mil computadores no âmbito do Programa Um Computador por Aluno para estudantes; o atendimento de 811 escolas indígenas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Indígena e PDDE Água e Saneamento; a formação de 4,1 mil professores indígenas nas licenciaturas interculturais e de 900 professores em magistério intercultural (nível médio); a formação continuada de 1,5 mil professores e a formação de 250 membros das Comissões Gestoras dos Territórios Etnoeducacionais.

No âmbito da participação social desse segmento populacional específico, com finalidade de estruturação e formação de base de apoio à participação dos integrantes, foram desenvolvidos os seguintes empreendimentos:

- Entrega de 15 kits de equipamentos do Programa de Inclusão Digital (PID), composto por um microcomputador (CPU e vídeo), impressora, TV de 32 polegadas e antena parabólica para acesso ao Canal Saúde e demais canais da rede pública de televisão. Para 2013, estão programadas as entregas de 19 kits para os demais Dsei;
- Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Horus) nos 34 Dsei e nas 68 Casai. Para 2013, está programada a implantação do referido sistema em 354 Polos Base; e
- Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) para distribuição aos 34 Distritos.

Ação relevante prevista para 2013 será o início das atividades de Manejo dos Resíduos Sólidos e Resíduos de Serviço de Saúde em áreas indígenas.

No tocante às ações de demarcação e proteção territorial, em 2012, destacam-se a estruturação de grupos de trabalho para identificação e delimitação de 31 terras indígenas; a publicação de resumo de 13 relatórios circunstanciados; as avaliações e o pagamento de benfeitorias de boa-fé em oito terras indígenas; a edição de portaria que restringe ingresso e locomoção de pessoas estranhas aos quadros da Funai em duas terras indígenas de recente contato; o encaminhamento para expedição de portarias declaratórias pelo Ministro da Justiça de sete terras indígenas; a aquisição de três terras para comunidades indígenas; a demarcação ou avivantação de limites concluída em 30 terras indígenas; o registro na Secretaria de Patrimônio da União





de 16 terras indígenas; a emissão de duas portarias declaratórias pelo Ministro da Justiça; e a homologação de sete terras indígenas pela Presidenta da República, em junho de 2012.

Procedeu-se, ainda, à integração de bases cartográficas da Funai com o Incra e o IBGE, como das bases de dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi), Cadastro Único e cadastro da Funai. Ressalte-se a criação de seis Frentes de Proteção Etnoambiental e o monitoramento de 23 terras indígenas, com referências confirmadas de povos indígenas isolados. Prevê-se em 2013 a disponibilização à sociedade do Sistema Indigenista de Informações (SII) com informações referentes a dados fundiários, geográficos, etnográficos e censitários.

Em 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação de 14 terras indígenas em vários Estados brasileiros: das terras tradicionalmente ocupadas pelos *Kaiowá* e *Ñandeva*, no Mato Grosso do Sul; das terras ocupadas pelos *Kaingang* e *Guarani*, na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (Alap) da BR-317 e da BR-319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente *Fulni-ô* e *Truká*; e de áreas *Munduruku*, no médio Tapajós/PA.

O Governo atuará nos registros e regularização fundiária, com extrusão de ocupantes não índios em 10 terras indígenas, bem como na identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. Pretende-se concluir a extrusão da Terra Indígena *Yanomami*, com a construção de duas bases de Proteção Etnoambiental. Serão desenvolvidos programas para os Povos *Uru-Eu-Wau-Wau*, *Amondawa* e *Suruwaha*. Prevê-se a demarcação física de 18 terras indígenas e a aviventação dos limites de outras nove terras.

Foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa, a fim de garantir a proteção das terras indígenas. Em 2012, realizaram-se três operações *Ágata* com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como de coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas.

Foram realizadas 43 ações de retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos dentro de terras indígenas, em parceria com a Polícia Federal, Ibama, Força de Segurança Nacional e ICMBio. Foram implementados, ainda, quatro cursos de capacitação de indígenas voltados à formação de brigadas para combate e prevenção de incêndios nas terras indígenas *Kadiwéu*, *Pirakuá/MS*, *Maraiwatsede/MT*, *Inawêbohóná/TO*.

Com o objetivo de promover o Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Sociais dos Povos Indígenas, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), por meio do Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Como experiência piloto, a Funai coordenou a implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati), contemplando 32 terras indígenas, com destaque para a instalação de seis conselhos regionais. Além do apoio à adequação do projeto Carteira Indígena, do ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram realizadas reuniões, capacitações e intercâmbios envolvendo a participação de 261 indígenas, bem como reuniões de esclarecimentos sobre o projeto Gati em 29 terras indígenas e realização de quatro reuniões do Comitê Gestor do Projeto.

Com relação às programações de cunho ambiental, foi implantado o Sistema Agro Florestal (SAF) na aldeia *Mapuera*; houve recuperação de área degradada na terra indígena *Sararé*; participação em reunião de avaliação qualitativa do Programa ICMS-Ecológico, no Mato Grosso do Sul; enriquecimento da biodiversidade com palmeira-juçara no litoral Sudeste; recuperação de nascentes; e reflorestamento de áreas de caatinga. Houve participação na gestão de mosaicos na Academia Nacional da





Biodiversidade-AcadeBio, nos Conselhos de Mosaicos das Terras Indígenas *Xacriabá/MG*, *Tumucumaque* e *Waiãpi*, assim como a formalização ao Ministério do Meio Ambiente da inclusão da Terra Indígena Parque *Tumucumaque* e *Waiãpi* no Mosaico AM – Norte do Pará.

No tocante à gestão ambiental e territorial, foram implementados dois planos dentre os 16 previstos para 2012, sendo eles *Timbira* e *Oiapoque*, com apoio à implementação de 10 planos que terão prosseguimento em 2013. Serão ainda formados, em 2013, um total de 300 gestores indígenas e não indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Em relação aos direitos sociais, foram atendidos em 2012 cerca de 500 mil indígenas, envolvendo: realização de mutirões para o enfrentamento da situação de sub-registro civil de nascimento da população indígena, com a expedição de 15 mil novos documentos; investimento de recursos para a participação das comunidades em mais de 14 assembleias e seminários com recorte de gênero e geração; apoio financeiro para 2,2 mil estudantes indígenas matriculados em instituições do ensino superior; apoio técnico e financeiro a projetos educativos comunitários de valorização cultural e sustentabilidade dos povos indígenas, a projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas elaborados por Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e ONGs e à participação de lideranças indígenas em fóruns sobre educação escolar indígena. Houve também avanços na implantação dos territórios educacionais, com a definição das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica.

Com relação ao etnodesenvolvimento, houve apoio a atividades produtivas sustentáveis e de geração de renda, com vistas à segurança alimentar e nutricional e à autonomia das comunidades indígenas. Foram atendidas 116 mil famílias em projetos de produção de alimentos, de estruturação de cadeias de valor e de apoio à comercialização. Experiências de turismo em terras indígenas, com vistas à sua regulamentação, também foram acompanhadas.

Em 2013, outros projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas serão realizados. Prevê-se, ainda, a ampliação do fomento e apoio a projetos de produção sustentável e geração de renda, com o desenvolvimento de arranjos produtivos locais; a realização de feiras de sementes tradicionais; a realização de consultas públicas para a regulamentação do turismo em terras indígenas; a capacitação para acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a elaboração de proposta para o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena, em 2014.

Destacam-se, ainda, os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria para três mil famílias indígenas; nos Termos de Cooperação com a Embrapa para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena; e para apoio a projetos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em benefício de 1.082 famílias indígenas.

Na área da segurança alimentar e nutricional, foram distribuídas, em parceria com a Conab, cerca de 5,3 mil toneladas de alimentos para mais de 65,2 mil famílias indígenas, totalizando 219.998 cestas de alimentos.

Vale registrar, também, a regularização de 70 pistas de pouso no Estado de Roraima para o atendimento à saúde indígena, assim como os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do Governo. Na área de influência de Belo Monte, foram expedidas cerca de 2,5 mil certidões de nascimento no ano de 2012, estando em andamento a realização de um mutirão com a previsão de concessão de cerca de 300 salários-maternidade e aposentadorias.





Com o intuito de aprofundar o diálogo com os povos indígenas, foram instalados mais 15 comitês regionais, instâncias deliberativas de composição paritária entre servidores da administração pública federal e representantes dos povos indígenas, garantindo o processo democrático, a gestão compartilhada e o controle social.

Houve fortalecimento do diálogo e o empoderamento dos povos indígenas de todo o País em diversas instâncias, seja por meio de apoio à mobilização social nas agendas específicas do movimento indígena, seja no processo de formação e informação das organizações indígenas para a efetivação dos direitos sociais e territoriais desses povos. Nesse contexto, ressalte-se a importância da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), criada com o objetivo de propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política indigenista do País.

Na área internacional, foram atendidas, em 2012, as demandas internacionais dos órgãos de monitoramento de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), mais especificamente: XI Sessão do Fórum Permanente da ONU; 3º Ciclo do Relatório de Direitos Humanos do Brasil do Conselho de Direitos Humanos da ONU; e Convenção sobre Biodiversidade Biológica da ONU.

6. Direitos Humanos

a) Aprimoramento do Marco Legal Relativo aos Direitos Humanos

Dentre os avanços na esfera legislativa relacionados aos direitos humanos, pode-se destacar a aprovação, em 2012, dos seguintes instrumentos normativos: Lei nº 12.720, de 27 de setembro de 2012, que alterou o Código Penal, com a tipificação do Crime de Extermínio de Seres Humanos; Lei nº 12.641, de 15 de maio de 2012, que institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos; Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, que modificou o Código Penal, a fim de que, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o período prescricional conte a partir da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal – Lei Joana Maranhão; Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV), e regula sua expedição; Lei nº 12.685, de 18 de julho de 2012, que institui o dia 21 de novembro como o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação; e Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que, dentre outras providências, dá aos conselheiros tutelares garantias sociais fundamentais antes inexistentes, como a gratificação natalina, as férias remuneradas acrescidas de 1/3 e as licenças maternidade e paternidade.

b) Pessoas com Deficiência

Após o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, 20 Estados aderiram e lançaram planos estaduais similares, quais sejam: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins.

O Eixo de Atenção à Saúde do Plano Viver sem Limite contempla as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências, através da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS. Em 2012, ocorreram importantes avanços, tais como: i) a ampliação da triagem neonatal, incluindo os testes do pezinho, da orelhinha e do olhinho; ii) o lançamento das versões *on-line* das diretrizes de atenção à Pessoa com Síndrome de Down e a versão gráfica dos Cuidados de Saúde às Pessoas com Síndrome de Down; e a publicação *on-line* das Diretrizes de Atenção à Pessoa Amputada, à Pessoa





com Lesão Medular e da Triagem Auditiva Neonatal; iii) a Portaria que adequa o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e inclui sete procedimentos de adaptação e manutenção da Tabela de Procedimentos do SUS; e iv) a publicação de Portaria que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 24,5 milhões.

Dentre as ações de implementação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), foram empenhadas 20 propostas para a construção de novos centros e 12 propostas de qualificação de CER. Com relação a 2013 está previsto o início da aquisição de 88 veículos adaptados que serão distribuídos na seguinte proporção: 46% para o Nordeste; 18% para o Norte; 11% para o Centro-Oeste; 19% para o Sudeste; e 7% para o Sul, além da implementação das oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e fluviais, bem como a publicação de diretrizes para cuidados com pessoas com diversos tipos de deficiências e para orientação à detecção e intervenção precoce em casos de deficiências visuais.

No âmbito da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva foram adquiridos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13,5 mil novas salas de recursos multifuncionais para a atualização de 15 mil salas existentes. Além disso, em 2012, cerca de dez mil escolas foram contempladas com recursos financeiros para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Com vistas à inclusão escolar de pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, que têm direito ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), os Municípios com maior número de beneficiários fora da escola receberam recursos financeiros para a aquisição de 673 veículos de transporte escolar acessível. A fim de promover a formação de professores e de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa foram criados 11 cursos de Letras - Libras e, a partir de 2013, serão ofertadas 330 vagas em instituições federais de educação superior, além de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, com 360 vagas concedidas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).

Também no âmbito do Viver sem Limite, foi inaugurada, em 2012, a unidade central do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Treinamento de Cães-Guia, no Município de Camboriú/SC. Em 2013, serão implantados seis novos centros nos Municípios de Aracaju/SE, Muzambinho/MG, Urutaí/GO, Limoeiro do Norte/CE, Manaus/AM e Alegre/ES.

Em 2012, as Centrais de Intérpretes de Libras foram equipadas com 37 kits contendo carro, computadores, impressora, webcam, telefone e mobiliário. No ano de 2013, a distribuição desses kits será feita prioritariamente para as 27 capitais.

Concluiu-se, em 2012, estudo sobre desenvolvimento de um modelo único de classificação de deficiências e dos instrumentos adequados à sua aplicação em políticas públicas. Em 2013 será feita a aplicação do instrumento piloto, a elaboração e a publicação de normativo, bem como a capacitação de servidores públicos que irão aplicar o instrumento nas políticas públicas para pessoas com deficiência.

O Brasil participou da 5ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, durante a qual promoveu evento paralelo sobre o tema “Desenvolvimento Sustentável: Inclusivo e Acessível”. O País sinaliza à sociedade internacional que não são as soluções acessíveis e inclusivas que precisam ser sustentáveis, mas as soluções sustentáveis é que devem ser acessíveis e inclusivas.

Houve fortalecimento da Comissão Permanente de Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), com a definição de metas comuns a serem cumpridas até 2014.

Negociou-se a adoção, pela comunidade internacional, de tratado vinculante sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura, que teve, dentre seus resultados, a decisão da Organização Mundial da





Propriedade Intelectual (OMPI) de convocar em 2013 uma conferência diplomática com o objetivo de pactuar os termos do referido tratado.

Com a obrigatoriedade de disponibilizar legendas ocultas na programação, o Governo ampliou a acessibilidade na TV favorecendo a legendagem de programas de grande audiência e, em 2013, deve facilitar a adoção de medidas voluntárias de audiodescrição.

O programa Minha Casa Minha Vida 2 assegurou o Desenho Universal como padrão para todas as unidades habitacionais, com o desenvolvimento de cinco *kits* adaptação que serão disponibilizados em pelo menos 3% das unidades habitacionais.

Demais ações interministeriais mais relevantes:

- Turismo Acessível, com definição dos seguintes objetivos e metas para o próximo biênio: i) implantação de sistema de certificação de informações sobre acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos; ii) incentivo às pessoas com deficiência no mercado de trabalho turístico; e iii) preparação do País para os grandes eventos esportivos, com a qualificação de oito mil profissionais para receber as pessoas com deficiência e apoio a 100 obras de implantação e adequação de infraestrutura turística acessível nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014;
- Acessibilidade no transporte coletivo urbano e rodoviário: desde 2008, todos os veículos de transporte coletivo urbano são acessíveis e, até dezembro de 2014, toda frota fabricada anteriormente sem acessibilidade deverá ser adaptada; e
- Disponibilização por parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) de 150 mil bolsas de formação para atender pessoas com deficiência.

Foram produzidas e reimpressas diversas publicações, as quais contemplam recursos de acessibilidade, seja nos formatos ampliado, braille e/ou digital. Também foram lançadas peças publicitárias para veiculação em horário nobre da rede nacional de rádio e televisão, com mais de 1.200 inserções, para divulgação de três ações do Viver sem Limite: Crédito Acessibilidade; Minha Casa, Minha Vida; e Pronatec para pessoas com deficiência.

c) Criança e Adolescente

c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2012 foi implantado o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pair) Mercosul em 15 cidades gêmeas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, constituindo-se em uma referência possível de ser replicada para outras localidades de fronteira.

Em 2012, finalizou-se a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que permite analisar as ações intersetoriais na área presentes em 86% dos Municípios. A Matriz 2011 apontou entre 2005 a 2010 a existência de denúncias de exploração sexual em 2.798 Municípios.

Buscou-se o fortalecimento das ações de mobilização do setor produtivo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, firmando novas pactuações com empresas, por meio da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com a realização de seminários nacional e regionais objetivando adesões de novas empresas. Atualmente participam 150 empresas nacionais e multinacionais.





Para 2013, está prevista a finalização da Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Será realizada a integração de todos os sistemas de informação que tratam do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, serão produzidos estudos e pesquisas sobre: i) abuso sexual em situação de rua; ii) *bullying* sexual nas escolas; iii) tratamento da mídia sobre exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto dos megaeventos; iv) resolubilidade das denúncias de violência sexual por parte dos Conselhos Tutelares; e v) abuso sexual contra crianças e adolescentes com deficiência. Continuarão a ser veiculadas campanhas educativas permanentes de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (dia da Internet segura, carnaval, 18 de maio, festas regionais etc.) e o desenvolvimento do Pair em parceria com as Cidades-sede dos grandes eventos desportivos que se realizarão no País.

c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

A implementação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, foi o principal foco de atuação. Além das obras de novas unidades socioeducativas em 2013, também será finalizado o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, para subsidiar a elaboração dos Planos Decenais Estaduais, Municipais e Distrital.

Com o objetivo de estabelecer diretrizes sobre organização e funcionamento das unidades e dos programas de atendimento, estão em elaboração normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas: projetos-padrão e parâmetros arquitetônicos de Unidades Socioeducativas, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; e Parâmetros Pedagógicos das Medidas Socioeducativas e Parâmetros de Segurança das Unidades de Privação de Liberdade, em parceria com a Universidade de Brasília. Tais parâmetros servirão de base para a formalização de convênios com os Estados a partir de 2013 e trarão maior unidade conceitual e alinhamento de ações do sistema socioeducativo.

Também em 2013 será concluído o mapeamento dos programas socioeducativos em meio aberto nas 27 capitais, que produzirá recomendações importantes para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Em 2012, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas foram incluídos como público prioritário para a oferta de cursos no âmbito da bolsa-formação do Pronatec, com previsão de continuidade dessa agenda em 2013.

c.3) Sistema de Garantia de Direitos

Uma das principais ações de 2012 foi o fortalecimento dos Conselhos Tutelares. É prioridade a criação de Conselhos Tutelares em todos os Municípios – tarefa praticamente concluída, pois apenas 22 Municípios ainda não possuem o referido conselho. Para garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, foram repassados a esses órgãos colegiados equipagens totalizando R\$ 48 mil por Conselho. Em 2012, foi contratada a compra de mil equipagens, que serão entregues ao longo do ano de 2013.

Por meio do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares (Escola de Conselhos) é proporcionado, a esses atores, formação e aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. No ano de 2012, o número de participantes das Escolas de Conselhos foi de aproximadamente 7,5 mil. A meta para 2013 é ter uma Escola de Conselho em cada Estado e no Distrito Federal. Atualmente, já existem 15 escolas: Acre, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins; e sete em processo de formalização: Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas.





Merece destaque a sanção da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura direitos aos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades. Foi lançado, em dezembro de 2012, o Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares, uma ação sem precedentes, realizada por busca ativa e com baixo custo. Esse Cadastro Nacional localizou 5.904 conselhos e disponibilizou informações básicas sobre esses colegiados.

c.4) Observatório da Criança e do Adolescente

Foram organizadas seis oficinas regionais sobre o Sistema de Informações para Infância e Adolescência (Sipia), no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre, Minas Gerais, Pernambuco e Amapá. Também foi realizada a edição anual da oficina de treinamento de pontos focais estaduais do Sipia, possibilitando a implantação do projeto em 15 Estados.

Desenvolveu-se o módulo para cadastro geral dos conselhos e conselheiros tutelares, disponível para a geração de um identificador nacional desses equipamentos, que facilitará a interoperabilidade com os sistemas de informação das redes intersetoriais nos três níveis federativos. Foi igualmente desenvolvido o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O ano de 2012 também foi marcado pela revisão da Ficha de Notificação Compulsória de Violências contra Crianças e Adolescentes, organizada a partir de um amplo debate intersetorial. Com a nova versão, as redes locais das políticas sociais básicas contarão com um instrumento comum de trabalho para notificar aos conselhos tutelares casos de violência contra crianças e adolescentes. Para o ano de 2013, o Sipia acomodará a notificação em plataforma *web*, permitindo maior agilidade na apuração e no encaminhamento dos casos.

c.5) Convivência Familiar e Comunitária

Em 2012, instituiu-se o Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres e seu Comitê Gestor Nacional, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade desse público e orientar os agentes estatais, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional para que atuem em situação de riscos e desastres, no desenvolvimento de ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação.

Ainda em 2012 disponibilizou-se para as famílias de crianças e adolescentes desaparecidos, inseridos no cadastro nacional, a coleta de material genético para o Banco Nacional de DNA.

A assinatura da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), a Secretaria de Direitos Humanos e mais cinco Ministérios objetiva assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem os seus direitos, com absoluta prioridade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para 2013, busca-se a implementação dos Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária, bem como a adesão e a implementação nos Estados e nos Municípios do Protocolo Nacional para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres e a criação dos seus Comitês Gestores.





c.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Ao longo de 2012, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foi expandido para os Estados do Ceará, Paraíba e São Paulo, totalizando 13 coordenações estaduais, além do núcleo técnico federal que atende às solicitações de inclusão de proteção nos Estados em que não existe o Programa.

No âmbito do Programa de Redução da Violência Letal foram produzidas as publicações Prevenção à Violência e Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Atualizou-se, também, o Índice de Homicídios na Adolescência 2010, que aponta aumento de homicídios por arma de fogo contra adolescentes do sexo masculino e negros, antes de completar 19 anos.

Durante 2012 foram realizados grupos de trabalho, com participação de representantes dos Estados, cuja principal proposta é aprofundar questões fundamentais do Programa: convivência familiar e comunitária, transversalidade da segurança no programa de proteção, construção da matriz de análise e de risco, e criação de metodologia de monitoramento específica. Realizou-se monitoramento em três Estados (Pará, Espírito Santo e Rio Grande do Sul), no Distrito Federal e no Município de São Paulo.

d) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

d.1) Garantia e Proteção de Direitos

Em 2012, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, presente em 19 Estados, atendeu 700 pessoas. Para 2013, a meta é de 950 pessoas protegidas, além de estar prevista a implantação de dois novos programas nos Estados da Paraíba e Mato Grosso do Sul.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) acompanha 325 lideranças de direitos humanos e cerca de 80 casos estão em avaliação para a inclusão. Em 2013, o número de pessoas incluídas deverá superar 500 casos. Outras prioridades do PPDDH são: i) a criação de um núcleo de inteligência composto por profissionais da área de segurança pública para a análise dos riscos; e ii) o fortalecimento do PPDDH com a implementação de novos programas estaduais.

d.2) Erradicação do Trabalho Escravo

No ano de 2012, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) priorizou a capacitação e a sensibilização dos agentes públicos envolvidos com o tema. Nesse sentido, foi firmado termo de parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) para a discussão da temática do trabalho escravo na formação inicial dos magistrados do trabalho. Foram realizadas oficinas de capacitação para cerca de 600 juizes, procuradores e auditores do trabalho.

Em 2013, espera-se o aumento do número de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), já previstas sua criação nos Estados de Pernambuco, Goiás e Espírito Santo, além das existentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Está programado para 2013 o segundo Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em parceria com o Governo do Maranhão.





d.3) Saúde Mental

Durante o ano de 2012, as ações centraram esforços na desinstitucionalização desses pacientes – tendo como foco garantir o acesso à documentação civil básica e, por conseguinte, os benefícios sociais que se fizerem pertinentes, bem como o acompanhamento das situações das pessoas curateladas – e a construção de uma rede de serviços que assegure os cuidados e a dignidade, de acordo com a legislação nacional e internacional. Para 2013, propõe-se a reativação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, composto por instituições governamentais, universitárias e da sociedade civil, instituído pela Portaria Interministerial nº 3.347, de 29 de dezembro de 2006. O Núcleo deverá propiciar, com a participação da sociedade civil organizada, a definição e o acompanhamento da política pública.

d.4) Combate à Tortura

Em 2012, teve início pesquisa nacional sobre o atendimento biopsicossocial oferecido aos profissionais de segurança pública e, em parceria com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, foram realizadas inspeções carcerárias em Alagoas, Pará e Distrito Federal.

Para 2013, entrará em funcionamento módulo específico para as denúncias relacionadas a pessoas em situação de privação de liberdade no Disque Direitos Humanos – Disque 100. Além disso, será realizado o primeiro curso em plataforma de ensino a distância na temática de prevenção e combate à tortura. Por fim, o Brasil receberá a visita do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária das Nações Unidas, bem como permanecerá mobilizando os Estados para constituírem comitês estaduais e mecanismos de combate à tortura.

d.5) População em Situação de Rua

Em 2012, foi criado o grupo de trabalho para elaboração de conteúdos de direitos humanos e população em situação de rua para a formação de agentes de segurança pública de todo o País. A atuação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis, bem como dados advindos das denúncias recebidas no Disque Direitos Humanos – Disque 100, apontaram um alto número de homicídios e foram traçadas estratégias de acompanhamento dos casos, com a finalidade de evitar a impunidade de crimes desse tipo.

O Consultório na Rua (CnR) permite atenção integral à população em situação de rua. Constituídos por equipes multiprofissionais, no mínimo com dois profissionais de nível superior e dois de nível médio, oferta ações e cuidados de saúde com atuação itinerante e *in loco*. Atendem às diversas demandas sociais, inclusive as de usuários de álcool, *crack* e outras drogas. Em 2012 foram implantados 27 CnR, totalizando 78 CnR em funcionamento. Para 2013, a previsão é de implantação de mais 78 CnR.

d.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Durante o ano de 2012, destaca-se a atuação do grupo de trabalho sobre a garantia do Direito Humano à Moradia Adequada, com o objetivo de: i) realizar amplo diálogo nacional sobre o tema; ii) receber e monitorar as denúncias de violações aos direitos humanos à moradia adequada; iii) elaborar e propor diretrizes para efetiva garantia do direito à moradia adequada; e iv) levantar dados e informações pertinentes, bem como levá-los ao conhecimento das autoridades competentes. Esse grupo continuará seus trabalhos em 2013.





Ainda em 2012, foi aprovada em plenária a criação de uma Comissão Especial sobre a Mercantilização do Direito Humano à Saúde e criado o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos profissionais de comunicação no Brasil, que objetiva analisar denúncias referentes à situação de violência contra profissionais de comunicação social no exercício dessa função, encaminhar aos órgãos competentes e acompanhar seus desdobramentos.

Para o ano de 2013, objetiva-se realizar o I Encontro Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, com o objetivo de fortalecer esses colegiados estaduais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos; promover o diálogo e a troca de experiências entre os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos e capacitar os conselheiros para atividades a serem desempenhadas no âmbito dos Conselhos.

d.7) Registro Civil de Nascimento

O Governo segue sua estratégia de mobilização para a promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) e da documentação básica. Em 2012, foi instalada a 218ª Unidade Interligada, mais importante instrumento de combate ao sub-registro, pois possibilita que a mãe deixe a maternidade com o bebê já registrado e com certidão de nascimento.

Ressalta-se a edição da Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012, que assegura a emissão gratuita da primeira via da carteira de identidade. Foi, ainda, implantado o serviço, sem cobrança de taxas, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) pela Internet, importante passo para a facilitação do acesso aos meios visando ao exercício de direitos individuais e sociais. A Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, assegurou validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV) até que seja lavrado o assento do registro do nascimento. A DNV é fonte estatística para a elaboração de políticas públicas e embasa a lavratura do assento de nascimento.

Em, 2013, terá seguimento a implantação das Unidades Interligadas e a realização de mutirões e capacitações em parceria com os Governos Estaduais. Objetiva-se implantar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, que visa unificar informações, a partir da integração das principais bases de dados sobre registro civil. Almeja-se, ainda, a obrigatoriedade da utilização das certidões unificadas de registro civil, que permitirão padronizar as certidões de nascimento, casamento e óbito.

d.8) Direitos da Pessoa Idosa

Foi elaborado, em 2012, o Protocolo Nacional para Proteção Integral de Pessoas Idosas em Situação de Riscos e Desastres, que visa evitar ou minimizar os impactos desses eventos nas condições de vida das pessoas idosas.

Foi criada a Matriz Referencial do Curso Cuidador de Idosos, com o objetivo de capacitar profissionais para atuarem no atendimento domiciliar, em casas de repouso, acompanhamentos particulares, asilos e/ou unidades básicas de saúde, assim como atualizar e/ou formalizar as habilidades de profissionais que já atuam na área.

Durante a 3ª Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento, realizada na Costa Rica, em 2012, foi apresentado o Informe Brasil, que abordou o processo de avaliação do compromisso brasileiro e seus avanços na implementação de políticas públicas.

Em 2013, o Brasil sediará o III Encontro Ibero Americano sobre Pessoas Idosas, com o propósito de aprofundar as tratativas e a coordenação em matéria de direitos das pessoas idosas entre os países latino-americanos, caribenhos e ibéricos. Ocorrerão,





também, os Jogos Brasileiros da Pessoa Idosa, com o objetivo de desenvolver uma ação que pautar o esporte e o lazer como direitos sociais dos idosos, fomentando o desenvolvimento de políticas públicas nessas áreas, buscando estratégias para garantir o envelhecimento ativo e saudável.

Está prevista também para 2013 a realização de pesquisa sobre o perfil da pessoa idosa no mundo do trabalho e também a elaboração de material informativo (cartilha e vídeo) orientando Estados e Municípios na implantação de conselhos e fundos estaduais e municipais dos direitos da pessoa idosa, paralelamente à elaboração de estratégia para ampliar a captação de recursos para o Fundo Nacional do Idoso.

d.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Foi lançado o primeiro relatório sobre violência homofóbica no Brasil, importante diagnóstico a respeito das violências contra a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), permitindo visualizar tanto o perfil da vítima quanto o do agressor, além de possibilitar conhecer os locais onde a violência contra essa população é mais presente. É um importante instrumento para a implementação de políticas públicas efetivas no combate aos crimes de ódio e delitos de intolerância.

Realizou-se, em 2012, o 1º Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT, em Salvador/BA. Negras e negros são as maiores vítimas da violência no País e o Seminário buscou alternativas para o enfrentamento dessa questão, considerando a sobreposição de violências motivadas não só pelo racismo como também pela homofobia.

Já estão em vigor 14 Termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento à Homofobia com os Estados e em 2013 serão implantados os Comitês de Enfrentamento a Homofobia conjugando esforços no sentido de buscar a apuração e a punição dos responsáveis pelos crimes de caráter homofóbico, e oferecer apoio às vítimas e a seus familiares.

Para 2013 está prevista, ainda, a realização do Seminário Brasil – União Europeia sobre o enfrentamento à homofobia; de um seminário para jovens LGBT; e o 1º Seminário Nacional de Pessoas LGBT com Deficiência.

d.10) Educação em Direitos Humanos

Em 2012, apoiou-se a implementação de oito projetos com foco em mulheres trabalhadoras rurais, lideranças quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhas, multiplicadores e moradores de áreas atingidas pelos grandes eventos esportivos e megaprojetos com investimento de R\$ 2,7 milhões. Promoveu-se a formação de 600 atores sociais e a implementação de uma cultura de direitos humanos no sistema de ensino, bem como a capacitação de 270 agentes para atuação em escolas do campo e comunidades da região Nordeste.

Para 2013, estão previstas as seguintes ações voltadas à educação em direitos humanos: i) elaboração de uma matriz orientadora das formações; ii) estímulo à temática junto a movimentos sociais, com realização de Seminário Nacional; iii) publicação das diretrizes nacionais; iv) divulgação de documento sobre o fortalecimento e a criação dos comitês de educação e direitos humanos em Estados e Municípios; e v) publicação de documento voltado para a implantação dos planos estaduais e municipais de educação e direitos humanos no Brasil.

d.11) Centros de Referência em Direitos Humanos

Foram criados, em 2012, 22 Centros de Referência em Direitos Humanos. Cada Centro é composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais, capacitada para atuar em ações de promoção e defesa dos direitos humanos. Foram atendidas cerca de 32 mil pessoas em 2012, com auxílio à emissão de documentação civil, atendimentos jurídicos e psicossociais,





recebimentos de denúncias, mediações de conflito e capacitações. Para 2013, está prevista a implantação de dez novos Centros, a realização de dois encontros nacionais com as equipes e a definição de estratégia de criação de uma rede nacional de articulação dos Centros de Referência.

e) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

No ano de 2012, a Ouvidoria fortaleceu o diálogo com a sociedade civil, ampliando os canais de comunicação com a população. De janeiro a dezembro, o Disque Direitos Humanos – Disque 100 e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizaram cerca de 253,1 mil atendimentos, sendo que 168,7 mil (67%) foram registros de denúncia de violações de direitos humanos e 84,4 mil (33%) relativos à prestação de informações sobre telefones e endereços de serviços de proteção, defesa e responsabilização.

No que diz respeito às denúncias, verificou-se aumento de 75% em relação ao mesmo período de 2011. Das denúncias de violações aos direitos humanos registradas em 2012, 77,1% relacionam-se a crianças e adolescentes; 13,9% a idosos; 5% a pessoas com deficiência; 1,8% à população LGBT; 0,3% à população em situação de rua; e 1,9% a outros grupos sociais vulneráveis como quilombolas, indígenas, violência policial, tortura, entre outros.

Para 2013, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos pretende reforçar o diálogo com a sociedade civil organizada, qualificar o monitoramento das denúncias e do acompanhamento das respostas pela rede de proteção dos direitos humanos e investir na acessibilidade dos canais de comunicação, tanto da Ouvidoria quanto do Disque Direitos Humanos – Disque 100.

f) Direito à Memória e à Verdade

No direito à memória e à verdade, destaca-se, em 2012: i) a instalação da Comissão Nacional da Verdade; ii) a implementação da Lei de Acesso à Informação; iii) a criação da Política Nacional sobre Lugares de Memórias, que incentiva a participação social na identificação de locais de repressão; e iv) o Projeto da Não Repetição, visando identificar mecanismos e práticas ainda vigentes em instituições do Estado que reproduzem violações aos direitos humanos. A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de março de 2012 e terá prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período de 1946 a 1988.

Para o ano de 2013, o trabalho de resgate e preservação da memória terá continuidade destacando-se a publicação de coleção de livros dedicada a pessoas e eventos relacionados à resistência ao regime militar, como também a execução de projeto direcionado à Preservação de Sítios de Memória.

g) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

As atividades do Grupo de Trabalho Araguaia, criado em 2011, representaram avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, especialmente no Estado do Pará. Em 2012, as ações de busca e localização de mortos e desaparecidos políticos foram ampliadas e deverão ter prosseguimento em 2013, com a investigação de outros sítios espalhados pelo Brasil, como é o caso dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

h) Atuação Internacional

Em 2012, o Brasil foi eleito para mandato de três anos (2013-2015) no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Ainda no âmbito do Sistema ONU, o Brasil apresentou relatório ao II Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal sobre a situação dos direitos humanos no País.





Foi elaborada resposta ao Relatório ao Subcomitê de Prevenção à Tortura, que visitou o Brasil em setembro de 2011 e emitiu uma série de recomendações para o aprimoramento dos locais de privação de liberdade no País. O Governo também renovou seu compromisso com o monitoramento internacional para o combate à tortura e a todas as formas de tratamento cruel, desumano ou degradante.

Houve visitas ao Brasil da Perita Independente sobre Direitos Humanos e Solidariedade Internacional e da Relatora Especial para Formas Contemporâneas de Escravidão, que promoveu o *workshop* Formas Contemporâneas de Escravidão. Também foi assinado o III Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Governo seguiu atuando no fórum da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH), colaborando para a construção de um regulamento para o bloco e para a institucionalização do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul. No marco da Presidência *Pro-Tempore* do Brasil no Mercosul, a RAADH, em 2012, se reuniu em Porto Alegre/RS e em Brasília/DF. Destaca-se a aprovação do documento “Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre os sítios de memória” e o esforço conjunto para buscar arquivos e outros materiais sobre as atividades vinculadas à Operação Condor.

No plano bilateral, fortaleceram-se a cooperação e as ações de solidariedade com países em desenvolvimento, destacadamente Haiti e El Salvador. Em 2013, além de novas missões e atividades de cooperação técnica com Haiti e El Salvador, serão iniciados projetos de cooperação com a Colômbia, nas áreas LGBT e de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, e com Cabo Verde, na área da promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

No marco da cooperação com a União Europeia (UE), foi realizado o Seminário Brasil-União Europeia sobre Defensores de Direitos Humanos. Foram também construídas novas iniciativas de diálogo técnico com a UE, especialmente para o combate à homofobia e a defesa dos direitos da população em situação de rua. Em 2013, essas iniciativas produzirão seminários internacionais para debater cada um dos temas.

No plano multilateral, destaca-se a elaboração de novo acordo de cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que possibilitará a consecução de atividades de fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social das políticas de direitos humanos, como os conselhos de direitos e as conferências nacionais.

Em 2012, foram depositados os relatórios brasileiros à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; à Convenção sobre os Direitos da Criança; e ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Em 2013, serão depositados os relatórios ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; e ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.

i) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

A Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul chegou a sua 7ª edição. Em 2012, além de percorrer todas as capitais brasileiras, a 7ª Mostra apresentou o Circuito Itinerante, levando os filmes a escolas e comunidades nas cidades de Taguatinga/DF, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Diadema/SP e Salvador/BA, com o objetivo de descentralizar e popularizar o debate sobre a temática dos direitos humanos. Em Salvador/BA, ocorreu a 1ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na Rua. No ano de 2013, o Circuito Itinerante da Mostra acontecerá no período de março a outubro, chegando a escolas, comunidades quilombolas, comunidades indígenas e universidades.





Aconteceu em 2012 a 18ª edição do Prêmio Direitos Humanos, com o objetivo de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que tiveram destacada atuação na área da defesa, da promoção e do enfrentamento às violações de direitos humanos. A premiação contemplou 15 categorias, como Dorothy Stang; Garantia dos Direitos da População de LGBT; e Mídia e Direitos Humanos.

j) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Todas as ações programáticas constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foram detalhadas e articuladas aos demais planos que possuem ações voltadas à promoção e à defesa dos direitos humanos. Para 2013, o Governo instituirá o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, de forma articulada com os demais órgãos públicos e a sociedade civil, e o monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos será realizado por Grupo de Trabalho, a ser criado no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e pelo Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3, conforme previsto no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

k) Autoridade Central Administrativa Federal

No ano de 2012, o Governo deu seguimento ao trabalho da cooperação jurídica internacional no âmbito da Convenção de Haia de 1993, relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional; da Convenção de Haia de 1980, sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças; e da Convenção Interamericana de 1989, sobre Restituição Internacional de Menores. Ampliou-se o número de países com os quais o Governo brasileiro trabalha nos dois temas.

Foi instituído um Grupo Permanente de Trabalho para revisar a proposta de projeto de lei que visa regulamentar o tema da subtração internacional de crianças, matéria ainda não pacificada pela normativa interna.

Além do seguimento de cerca de 400 casos de adoção internacional processados pela Justiça Estadual, a Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf) realizou amplo trabalho de revisão e atualização de estatísticas completas sobre adoções internacionais de crianças brasileiras, tendo disponibilizado os dados no sítio da Secretaria de Direitos Humanos. Além disso, foi feito levantamento detalhado de casos de adoção internacional considerados insatisfatórios, nos últimos dez anos.

Foi criado um Grupo de Especialistas para discutir, à luz da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, os aspectos financeiros da adoção internacional. O Grupo de Especialistas irá apresentar um relatório final sobre o tema em 2013, que incluirá proposta para uniformizar, em nível global, a atuação dos organismos de adoção internacional.

7. Previdência Social

A Previdência Social tornou-se referência em seu modelo de gestão com foco em governança para resultados por meio da implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação, que tem por objetivo o acompanhamento da qualidade dos processos de trabalho. A gestão estratégica do sistema previdenciário foi fortalecida pela construção e consonância com o Plano Plurianual 2012-2015, formulado em objetivos estratégicos e metas para os próximos anos.

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários

a.1) Ampliação da Cobertura

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, a cobertura previdenciária da população ocupada representava 70,7%. Tendo em vista o esforço para atingir os 77% em 2015, as metas para 2012 e 2013 são, respectivamente,





72,3% e 73,9%. O indicador Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras/Mulheres Ocupadas, em 2011, alcançou 69,7%, com meta para 2015 de 75%. As metas para 2012 e 2013 seriam de, respectivamente, 71% e 72,4%. Ainda de acordo com a Pnad 2011, a cobertura previdenciária da população idosa (acima de 60 anos) foi de 82,1%.

A ampliação da cobertura previdenciária alcança também a previdência privada. Após o período de intensa regulamentação para assegurar maior confiabilidade ao sistema, espera-se novo ciclo de crescimento. Nesse contexto, em 2013, um dos desafios será a consolidação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), que servirá de modelo para a instituição de fundos de pensão destinados a servidores públicos de unidades federadas, com grande potencial de trazer para o sistema um número significativo de participantes.

a.2) Inclusão Social e Fidelização de Segurados

Em 2012 continuaram repercutindo positivamente as alterações promovidas na legislação, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Dentre outras medidas, esse dispositivo legal reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI) e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – a exemplo das donas de casa de família de baixa renda. Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual.

Conforme dados de dezembro de 2012, 2,66 milhões de trabalhadores estão inscritos como Microempreendedores Individuais. Em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

Houve em 2011, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a inserção de 19,3 mil pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. Somadas às 306 mil existentes no final do ano de 2010, totalizam 325,3 mil contribuintes inseridos no sistema, ou seja incremento de 6,3% de um ano para o outro.

a.3) Fortalecimento da Educação Previdenciária

Em 2012, parcerias com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada foram ampliadas, pela necessidade de inclusão e permanência de novos segmentos do setor informal da economia no sistema previdenciário, fortalecendo o diálogo com a sociedade por meio das ações de educação previdenciária. Assim, foram realizadas 6.862 ações de educação previdenciária beneficiando 650.690 pessoas e 7.861 disseminadores do conhecimento e das informações previdenciárias.

No mesmo ano, foi realizada a Conferência Internacional A Previdência Complementar dos Servidores Públicos, que trouxe a experiência internacional na administração de fundos de pensão voltados aos servidores públicos dos Estados Unidos da América, Canadá e Suécia, priorizando a divulgação dos resultados, experiências e melhores práticas observadas nos projetos apresentados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

b.1) Excelência, Ampliação e Reestruturação da Rede de Atendimento

O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) tem como foco incluir uma nova agência da Previdência Social em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Para a expansão, estão sendo investidos R\$ 616,5 milhões em todas as regiões do País. Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimentos chega a R\$ 1,1 bilhão.





De janeiro a dezembro de 2012, foram inauguradas 118 novas unidades, totalizando 234 agências das 720 previstas no Plano de Expansão. A expansão da rede representa maior capilaridade e mais serviços garantidos ao cidadão.

A qualidade da prestação de serviços, especialmente por meio da modernização do parque tecnológico e do desenvolvimento de novos sistemas corporativos – a exemplo do sistema de agendamento eletrônico –, diminuiu filas, reduziu o tempo de atendimento e possibilitou o reconhecimento de direitos em menor espaço de tempo.

Os principais resultados obtidos com a implantação das Salas de Monitoramento foram: i) a disponibilização das informações sobre a rede de atendimento de forma padronizada; ii) a resolução de inconformidades identificadas no fluxo padrão de atendimento das unidades, por meio de ajustes imediatos; iii) a visibilidade das informações de atendimento de forma simples e ágil para todas as esferas de gestão; iv) a gestão do atendimento melhorada; e v) o controle da execução do PEX.

Por meio do extrato previdenciário, disponibilizado desde 2009 na Internet aos segurados correntistas do Banco do Brasil, e estendido em 2012 aos correntistas da Caixa Econômica Federal, os trabalhadores têm acesso aos seus dados cadastrais e de vínculos empregatícios, além das informações sobre remunerações e contribuições previdenciárias – a partir de julho de 1994 – constantes do Cadastro Nacional de Informações e Serviços (CNIS). O extrato previdenciário permite ainda aos trabalhadores o acompanhamento permanente de sua vida laboral e possibilita a identificação de eventuais lacunas ou incorreções nos dados cadastrais ou nas contribuições previdenciárias.

Está em implementação o Sistema de Informações de Registro Civil que captará as informações dos registros de nascimento, natimorto, casamento, além de óbitos – atualmente administrados pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos –, e as respectivas averbações, anotações e retificações com vistas a constituir um cadastro dos dados civis dos cidadãos e viabilizar a promoção do processo de reconhecimento automático de direitos junto à Previdência Social.

Em 2012 expandiram-se o funcionamento e a implantação do sistema e-Recurso em todas as Juntas de Recursos e na 1ª Câmara de Julgamento, que, no período de outubro de 2011 a dezembro de 2012, julgou 26.264 processos. Os cadastrados nesse período representam 51.260 processos de recursos, referentes a 572 Agências da Previdência Social.

b.2) Relações Internacionais da Previdência Social

Os acordos internacionais previdenciários se destinam a garantir os direitos de seguro social, previstos nas legislações dos países signatários, aos respectivos trabalhadores e seus dependentes legais, residentes ou em deslocamento temporário, no exercício de atividade laboral. O Brasil mantém acordos bilaterais de Previdência Social com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Portugal e Japão, e é signatário do acordo multilateral do Mercosul e da Convenção Multilateral Ibero-americana de Segurança Social. Ainda em 2012 foi assinado novo acordo bilateral com a Espanha além de ter sido firmado instrumento com a Coreia do Sul.

Como forma de apoio às políticas públicas de proteção social destacam-se projetos de cooperação técnica mantidos pelo Brasil, desde 2010, com Moçambique e o apoio no fortalecimento institucional previdenciário do Timor-Leste, além da cooperação com o Paraguai.

b.3) Controle Social

Em 2012, com a publicação da Lei de Acesso à Informação, iniciou-se a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão. A Previdência Social é o segundo órgão com o maior número de demandas de solicitação de informações, contando hoje





com 4.535 pedidos registrados e atendidos. O tempo médio de resposta ao cidadão é de cinco dias, com baixo número de interposição de recursos. Em 2013 será implementado o Sistema e-DOC, que possibilitará a gestão de documentos/informações e a geração de documentos digitais.

Além das manifestações cadastradas em 2012, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social processou mais de 23,9 mil manifestações de exercícios anteriores, que ainda se encontravam pendentes de resolutividade. Somadas às recebidas no decorrer do ano, totalizaram 201,5 mil manifestações.

c) Fomentar Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários

c.1) Excelência da Gestão e da Qualidade do Gasto

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no ano de 2012, a arrecadação líquida previdenciária acumulada foi de R\$ 283,7 bilhões, aumento de 6,4% em comparação ao ano de 2011. Já o valor acumulado com o pagamento de benefícios previdenciários foi de R\$ 326 bilhões, o que representa aumento de 6,7% em relação a 2011, considerando os valores corrigidos pelo INPC a preços de dezembro de 2012. Dessa forma, a necessidade de financiamento em 2012, em valores corrigidos pelo INPC, foi de R\$ 42,3 bilhões, crescimento de 9% em relação a 2011. Em valores nominais, a arrecadação líquida, em 2012, foi de R\$ 275,8 bilhões, aumento de 12,1% em comparação com o ano de 2011. Já a despesa com benefícios cresceu 12,5%, passando de R\$ 281,4 bilhões, em 2011, para R\$ 316,6 bilhões em 2012. A necessidade de financiamento do RGPS cresceu 14,8% de 2011 para 2012, aumentando de R\$ 35,5 bilhões para R\$ 40,8 bilhões. Cabe ressaltar, contudo, que nesses dados ainda não foi considerada a compensação do RGPS pela desoneração da folha de pagamentos prevista na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

A importância dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para o desenvolvimento econômico e social do País pode ser representada pelos seguintes indicadores: i) atualmente, existem cerca de 1.970 RPPS instituídos, abrangendo a União, os Estados e o Distrito Federal, as capitais e aproximadamente um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte; ii) são mais de R\$ 60 bilhões em valores aplicados nos mercados financeiro e de capitais, além de outros ativos que, juntamente com os recursos financeiros, ultrapassam os R\$ 110 bilhões; e iii) existem cerca de dez milhões de beneficiários, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Dentre as ações relativas aos RPPS desenvolvidas em 2012 destacam-se a criação do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS) e do CNIS/RPPS, que possibilitarão a manutenção de bancos de dados atualizados e consistentes, permitindo gerar informações advindas de tratamento e cruzamento de dados relativos a óbitos, benefícios e vínculos.

Com a aprovação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, deu-se sequência aos ajustes efetuados no Sistema Brasileiro de Previdência, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com o objetivo principal de viabilizar a recomposição do equilíbrio dos regimes previdenciários em médio e longo prazos e garantir tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e privado, de forma a obter um modelo previdenciário mais justo e sustentável para o País. Com essa medida, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e membros do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União, passou a ser aplicado o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS às aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS.

c.2) Eficácia na Supervisão e Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Regimes de Previdência Complementar

Dentre as ações de supervisão e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no ano de 2012 destacam-se:





- Em números absolutos, as ações de auditoria direta realizadas nos entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios), com o intuito de identificar possíveis impropriedades na gestão dos RPPS, totalizaram 387 entes fiscalizados até dezembro de 2012. As auditorias diretas geraram a emissão de 316 notificações e 148 representações administrativas encaminhadas a Tribunais de Contas, Ministério Público e Polícia Federal;
- Até o mês de dezembro de 2012, além das auditorias diretas realizadas, 1.487 entes federativos foram objeto de auditoria indireta com o propósito específico de verificação quanto ao atendimento da exigência do equilíbrio financeiro e atuarial, representando cerca de 75% do total de entes que operam RPPS;
- Análise até dezembro de 2012 de mais de 4.740 documentos enviados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que tratam basicamente da criação ou reestruturação de RPPS, definição das regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios e fixação das alíquotas de contribuição, que tiveram como resultado o encaminhamento aos entes federados de 18 notificações de irregularidade relacionadas ao conteúdo da legislação e 611 mensagens de irregularidades relacionadas à forma de envio, sempre acompanhadas de orientação sobre os procedimentos a serem adotados para adequação; e
- Análise de mais de 12 mil comprovantes de repasse das contribuições previdenciárias e de 356 termos de acordo de parcelamento de débitos, resultando na emissão de 2.328 notificações de irregularidade e de 30 representações administrativas ao Ministério Público, por indícios de falsidade ideológica, ações consideradas de extrema importância para a manutenção da regularidade no repasse das contribuições e para a capitalização dos RPPS.

A supervisão no âmbito da Previdência Complementar é composta por licenciamento de novas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ao sistema; análise de alterações estatutárias e regulamentares dos planos e entidades; monitoramento do sistema sob parâmetros atuariais, contábeis e de investimentos; e fiscalização direta. As atividades de fiscalização são feitas pro meio de ações fiscais *in loco* nas EFPC e procedimentos de supervisão contínua, que tratam de análises de processos de denúncias, representações e pendências de ações fiscais.

Para a melhoria dos procedimentos internos de fiscalização e supervisão são utilizadas técnicas relacionadas à supervisão baseada em risco. Em 2012, foi atingida a meta relacionada à fiscalização direta prevista pelo Programa Anual de Fiscalização, com um total de 101 ações fiscais. Esse número vem crescendo nos últimos anos e, entre 2010 e 2011, foram conduzidas 65 e 79 ações fiscais, respectivamente. Para 2013 projeta-se um incremento da ordem de 10% do número de ações fiscais a serem realizadas nos planos de benefícios, em decorrência de ganho de produtividade.

A Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) realizou 12 reuniões ordinárias. Foram recebidos no ano de 2012, 14 recursos que somados ao estoque advindo do ano de 2011, totalizaram 71. No ano de 2012, foram julgados 53 recursos ordinários, dos quais 19 tiveram provimento concedido e 34 foram negados, restando 18 pendentes de julgamento.

Outro avanço importante se refere ao desenvolvimento da matriz de risco atuarial, que classifica os planos de benefícios em 12 categorias, as quais variam de risco atuarial reduzido a elevado. Isso permite que o monitoramento seja realizado a partir dos planos que apresentem maior risco, possibilitando à autarquia aplicar seus recursos com maior eficiência e agir proativamente.





c.3) Prevenção de Riscos Ocupacionais e Medidas no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalhador

No ano de 2012, foram realizadas diversas ações vinculadas à saúde e à segurança do trabalhador, entre as quais se destacam:

- Estudos de impacto e avaliações quali-quantitativas realizados a fim de acompanhar a tarifação para formação do custeio do seguro contra acidentes e doenças do trabalho, visando ao enquadramento da alíquota de Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), e a evolução da despesa com os benefícios acidentários e aposentadorias especiais;
- Processamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em 2012, que terá vigência durante todo o ano de 2013, alcançando 1.029.964 empresas com FAP calculado, das quais 939.867 obtiveram bonificação e 90.097 obtiveram majoração na alíquota de RAT em função do perfil da acidentalidade observado nos anos 2010 e 2011; e
- Preparação para atualizar, em 2013 e nos anos subsequentes, os estudos sobre as relações trabalho e agravo, com a finalidade de revisar as listas que dão suporte à aplicação de Nexo Técnico Previdenciário (NTP) – equivalente à caracterização de um benefício como de natureza acidentária – e fornecem subsídios para a intensificação da formulação de ações regressivas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as quais vão além do simples ressarcimento financeiro, por representar importante instrumento no combate aos agravos originados pelos ambientes de trabalho no País, e resultar em percentual superior a 90% de vitórias judiciais da autarquia.

Em abril de 2012 foi divulgado o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (Plansat), no âmbito das solenidades alusivas ao Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, o qual articula ações dos mais diferentes atores sociais em busca da aplicação prática da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

Com o objetivo de estabelecer procedimentos regulares e ágeis para o pronto atendimento das demandas de reabilitação profissional dos segurados, em 2012 o Governo conquistou grandes avanços no que se refere à desburocratização de rotinas de trabalho.

Situação da Reabilitação Profissional do INSS, em 2012

PERÍODO	SEGURADOS ELEGÍVEIS À REABILITAÇÃO PROFISSIONAL (A)	SEGURADOS REABILITADOS + COM RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO (B)	% (B/A)
Jan. a Dez. 2012	30.153	20.200	67%

Fonte: INSS.

c.4) Combate aos Crimes contra a Previdência Social

Em 2012 foram realizadas ações de inteligência e convergência de esforços das instituições governamentais envolvidas para o combate, de forma científica e eficaz, às ocorrências de casos de fraudes previdenciárias cada vez mais sofisticadas.

As apurações realizadas em 2012 permitiram a deflagração pela Força-Tarefa Previdenciária de 61 ações de combate a fraudes previdenciárias. Tais fraudes totalizaram um prejuízo de R\$ 85,8 milhões. A maioria dos tipos de fraudes está relacionada à obtenção de benefícios junto ao INSS por meio da falsificação de documentos públicos e da inserção de dados falsos nos sistemas corporativos da Previdência Social.





8. Cultura

a) Política Cultural

A implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), no ano de 2012, obteve expressivos avanços quantitativos e qualitativos. A meta estabelecida para 2012 de atingir 75% dos Estados e 20% dos Municípios integrados ao SNC foi ultrapassada. Do ponto de vista qualitativo, o grande avanço foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 34, de 2012, que, ao acrescentar à Constituição Federal o artigo 216-A, institui o SNC, entendido como um “processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais”. Para 2013, espera-se obter a adesão de todos os Estados e de pelo menos 30% dos Municípios brasileiros ao SNC.

A consolidação do Plano Nacional de Cultura (PNC) deu importante passo em apoio técnico destinado à elaboração de planos decenais de cultura de Estados e Municípios com ampla divulgação de suas metas publicadas no final de 2011. Em parceria com os Fóruns de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas e com a colaboração técnica das universidades federais de Santa Catarina e da Bahia, foram apoiados o desenvolvimento dos planos de 16 Estados, 12 capitais e oito Municípios de regiões metropolitanas, além do Distrito Federal. Para 2013, espera-se estender o referido apoio à totalidade dos Estados, capitais e Municípios de regiões metropolitanas e com isso fortalecer o planejamento de políticas públicas de cultura alinhadas ao PCN.

Em 2013 também terão continuidade os cursos de capacitação de gestores e conselheiros de cultura, em parceria com universidades federais e Secretarias de Estado da Cultura. Estão previstos cursos na Paraíba, no Pará, no Rio Grande Sul e em mais três Estados. Além dos cursos, serão realizadas 19 oficinas de apoio à implementação de sistemas estaduais e municipais de cultura em 17 Estados.

b) Cidadania e Diversidade Cultural

No decorrer do ano de 2012, como parte do Programa Cultura Viva foram realizadas as seguintes ações: i) fomento à Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com aperfeiçoamento e qualificação da gestão do Programa Cultura Viva e das parcerias com gestores de 25 redes estaduais, do Distrito Federal, de 44 redes municipais e de duas redes intermunicipais com convênio vigente; ii) adequação de instrumentos e procedimentos para a sustentabilidade do Programa, que integra 3.703 Pontos de Cultura fomentados, sendo 3.166 já conveniados, em mais de mil Municípios, com relevante impacto social; iii) apoio a oito pontões de bens registrados, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); iv) implementação de 38 novos Pontos de Cultura em 38 terras indígenas, beneficiando 12 etnias; e v) implementação da Rede Saúde e Cultura como modelo estratégico de gestão colaborativo das políticas de saúde e cultura, atuando na interface das redes de promoção e atenção à saúde, e as de produção, criação, fruição e difusão cultural.

No que se refere à promoção da diversidade cultural, da cidadania e dos direitos humanos, merecem destaque ainda o lançamento da 4ª edição do Prêmio Raoni Metuktire, que vai premiar 100 comunidades indígenas, e a apresentação à Unesco do 1º Relatório periódico brasileiro sobre a implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Para o ano de 2013 está prevista a realização do V Encontro Nacional de Pontos de Cultura – Teia 2013, e a implantação do Desenho Aperfeiçoado do Programa Cultura Viva.





c) Economia Criativa

Em 2012, destacou-se o Prêmio Economia Criativa com o lançamento dos editais de Apoio a Estudos e Pesquisas em Economia Criativa, que agraciou 19 trabalhos – teses de doutorado, dissertações de mestrado ou produção científica de grupos –, com uma premiação total de R\$ 655 mil; e de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras, no valor de R\$ 3,6 milhões, que laureou 150 iniciativas em duas modalidades: novos modelos de gestão de empreendimentos criativos e formação para competências criativas.

A instituição do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (Obec), instância responsável pela produção e difusão de pesquisas, dados e informações sobre a economia criativa brasileira, também merece destaque entre os avanços de 2012. O Obec atua no estímulo ao debate entre estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural acerca do impacto da economia criativa na sociedade.

O Criativa Birô é um escritório concebido para fortalecer e desenvolver a economia criativa dos Estados por meio da disponibilização de informações, da realização de formações técnicas em competências de gestão, da geração de conhecimento, da prestação de serviços de consultoria e assessoria, da disponibilização de acesso a linhas de crédito, da promoção de articulações institucionais, além da criação e do fortalecimento de redes e coletivos de profissionais e empreendedores criativos. No período em questão foram realizadas articulações e firmados convênios com os Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Acre, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e iniciados os processos com Ceará, Pará, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Em 2013, estão previstas as instalações desses 13 Criativas Birôs, bem como a realização de 13 oficinas de gestão para as equipes dos escritórios, com a capacitação de 260 gestores e equipe técnica que atuarão nos escritórios.

No próximo ano, 27 cidades receberão a chancela de Cidade Criativa e serão realizados seminários sobre práticas exitosas de gestão urbana, com investimento de cerca de R\$ 1,6 milhão. Também está prevista a pactuação de 27 Planos de Desenvolvimento Produtivo – um em cada unidade da Federação – para aumentar a competitividade e fortalecer a sustentabilidade de arranjos produtivos locais intensivos em cultura, com investimento total de R\$ 800 mil.

d) Acesso ao Livro e à Leitura

Na promoção do acesso ao livro e à leitura é relevante mencionar a ampliação do acervo da Biblioteca Nacional em formato digital. Com a entrada em funcionamento da Hemeroteca Digital Brasileira, de 2011 para 2012, saltou de um milhão para dez milhões de páginas o acervo de jornais e revistas dos últimos 200 anos disponíveis para consulta na Internet. Mais de 8,7 milhões de páginas digitalizadas foram incorporadas, em 2012, ao acervo digital da Biblioteca Nacional e disponibilizadas ao público. Em 2013, serão acrescentadas mais 2,7 milhões de páginas para consulta.

Em 2012, foram apoiadas 2.541 bibliotecas públicas e comunitárias e pontos de leitura com ações de ampliação de acervos e modernização em 1.532 Municípios, inclusive com repasse de recursos diretamente aos Estados para investimentos em infraestrutura. Em 2013, a meta é atender 1.688 bibliotecas em 1.529 Municípios.

Outra iniciativa desenvolvida em 2012 foi a concessão de bolsas para tradução e apoio à edição de 183 obras literárias nacionais e criação de quatro novos programas para ampliar a presença da literatura brasileira no exterior: i) Programa de Tradução para Livros de Ficção, Humanidades e Literatura Infantil e Juvenil; ii) Programa de Apoio à Publicação nos Países de Língua Portuguesa; iii) Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil; e iv) Programa de Intercâmbio de Escritores Brasileiros no Exterior. Em 2013, serão mais 160 bolsas.





O Circuito Nacional de Feiras de Livro e Festivais Literários dobrou de tamanho e registrou, em 2012, 204 eventos. Também foram abertos editais para apoiar 158 escritores e pesquisadores, entre os quais três específicos para criadores negros. Foram destinadas ainda bolsas para 4.150 agentes mediadores de leitura.

A Fundação Biblioteca Nacional instalou, em 2012, sistema de alarme contra incêndio, implantou novo *Data Center*, com capacidade de armazenamento inicial de 150 *Terabytes* de arquivos digitais, e assinou acordo com o BNDES para implantação da Hemeroteca Brasileira.

e) Preservação do Patrimônio Cultural

Em relação à proteção e preservação do patrimônio imaterial, reveste-se de grande importância o lançamento do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Com investimento de R\$ 2 milhões, o PNPI apoiou oito projetos que envolveram a avaliação das propostas técnicas de apoio, pesquisa, documentação e/ou tratamento de informação para a melhoria das condições de continuidade e sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações, lugares e espaços que abrigam práticas culturais coletivas vinculadas às tradições das comunidades afro-brasileiras, indígenas, ciganas, de descendentes de imigrantes, com o objetivo de transmitir o conhecimento de bens culturais de natureza imaterial.

Na área de proteção e preservação do patrimônio material, o Governo restaurou e revitalizou importantes espaços culturais, tais como o Teatro Esperança em Jaguarão/RS, e iniciou intervenções arquitetônicas por todo o País, como a da Igreja de Santa Maria Madalena e a Cantaria do Claustro do Convento Franciscano de Marechal Deodoro/AL, o embutimento e canalização da rede elétrica do Casario do Porto de Corumbá/MS, as obras de restauração e ampliação da Casa do Boi de Antonina/PR, além de mais de uma centena de obras em todo o Brasil. Foram investidos em obras de restauração cerca de R\$ 40 milhões.

No que se refere à identificação e ao reconhecimento de bens como patrimônio cultural brasileiro, devem ser ressaltadas as seguintes atividades: a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Saberes Constitutivos Tradicionais dos Mestres Artífices da Chapada Diamantina, além de 12 outros INRC, como o dos Pomeranos, o de Sairé-Santarém e o de Muqui e Mimoso do Sul. Tais atividades, entre 2002 e 2012, resultaram no registro de 25 bens como patrimônios culturais brasileiros.

Também merece destaque a capacitação oferecida a 500 gestores do patrimônio cultural para o tratamento técnico de documentação de processos de identificação e reconhecimento e os registros dos saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá e Ritxòkò, expressão artística e cosmológica do povo Karajá. Para 2013 pretende-se ampliar e consolidar o Centro Lúcio Costa, como unidade de excelência para os gestores do patrimônio não apenas brasileiros, mas de língua portuguesa e da América Latina, e prosseguir com o treinamento de mais 500 gestores culturais.

f) Memória e Cidadania

No ano de 2012, implementou-se o Projeto Conexões do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para firmar cooperação com as Secretarias Estaduais de Cultura para atuação conjunta visando ao incremento do setor de museus. O Projeto aborda diversos temas estruturantes para a área museal, como estratégias de fomento e financiamento, estatuto de museus, plano nacional setorial de museus, dentre outros. Em 2012, foram firmados termos de cooperação com 17 Estados, além do Distrito Federal, e os outros 11 estão previstos para 2013.





Além disso, ampliou-se o Programa Pontos de Memória que desenvolve ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Em 2012, foram identificados e mapeados 118 Pontos de Memória, apoiados 11 Pontos pioneiros, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos, e premiadas 48 iniciativas por meio dos Editais Pontos de Memória. A elaboração de plantas e projetos básicos para adequar e qualificar os museus do Ibram, o diagnóstico das condições de conservação desses museus, bem como a realização, o monitoramento e a avaliação de seus inventários estiveram entre as ações desenvolvidas em 2012.

Merecem destaque, ainda: i) o desenvolvimento do Projeto Acervo em Rede, que objetiva desenvolver instrumentos para gestão, documentação e divulgação dos acervos, democratizando o acesso aos bens musealizados; ii) o desenvolvimento da 2ª edição do Projeto Conhecendo Museus, série televisiva com 52 episódios sobre museus brasileiros exibidos na TV Brasil e na TV Escola; iii) a realização do 5º Fórum Nacional de Museus, com objetivo de refletir, avaliar e propor diretrizes para a Política Nacional de Museus e para o Sistema Brasileiro de Museus; iv) a realização da 10ª Semana Nacional de Museus e da 6ª Primavera dos Museus, temporadas de eventos que têm o propósito de mobilizar os museus brasileiros para o desenvolvimento de programações e atividades em torno de um mesmo tema; e v) a realização dos Editais e Prêmios do Programa de Fomento aos Museus, que cria mecanismos de apoio financeiro para museus brasileiros, em parceria com o setor privado, visando à promoção e à valorização do patrimônio museológico. Em 2012, também foram investidos mais de R\$ 6 milhões em 25 convênios firmados com 13 Estados. Em 2013, pretende-se celebrar outros 32 convênios, por meio de editais para criação, modernização e fortalecimento de museus, e distribuir 161 prêmios nas áreas de modernização, práticas de educação museal, trabalhos jornalísticos, obras de arte contemporânea, dentre outras.

g) Fomento, Regulação e Fiscalização da Indústria Audiovisual

A política de estímulo ao audiovisual nacional se dá por meio de diversas iniciativas de fomento e regulação. No eixo fomento, destaca-se a operação do Fundo Setorial do Audiovisual, que, em 2012, dispôs de recursos da ordem de R\$ 478 milhões, direcionados à oferta de crédito e à participação em projetos (como investimentos retornáveis) para o desenvolvimento do setor audiovisual. Como impacto da regulamentação da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, observou-se em 2012 o acréscimo de 20% no número de obras brasileiras exibidas nas tevês por assinatura, em relação a 2011, resultado da obrigação de as programadoras assegurarem a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Em 2012, 15,5 milhões de espectadores foram aos cinemas assistir obras brasileiras. A participação de público dos títulos nacionais nas salas de exibição foi de 10,6%, sendo que no último trimestre atingiu 22,2% do total. No mesmo ano, foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do País, superando a meta prevista de 75 lançamentos.

Ao todo, 163 salas de exibição comercial foram abertas em 2012, um aumento de 6,9% em relação a 2011. Por meio do Programa Cinema Perto de Você, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, que estimula a abertura e a digitalização de salas de cinema em cidades desprovidas desse equipamento, criaram-se condições para a abertura de salas de exibição comercial especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O número de novas salas chegou a 36, o que representa expansão de aproximadamente 9% em relação a 2011, nas duas regiões. A previsão é de 60 novas salas de exibição comercial instaladas em 2013, no Norte e Nordeste.

O ano de 2012 foi marcado pelo início da vigência da cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional dos agentes prestadores de serviços de telecomunicações, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.485, de 2011, tendo sido arrecadados R\$ 819,5 milhões.





h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas

No ano de 2012, foi concedido apoio a 515 projetos de desenvolvimento técnico e criativo do setor cultural com a publicação de Edital de Intercâmbio e Difusão Cultural, destinado à seleção de candidaturas individuais e de grupos para o custeio de despesas relativas à participação de artistas, técnicos, agentes culturais e estudiosos em atividades culturais promovidas por instituições brasileiras ou estrangeiras, representando investimento de cerca de R\$ 4,8 milhões. Nessa direção, merece destaque a realização da última etapa do Programa de Capacitação em Projetos Culturais, denominada Formação de Facilitadores – uma articulação local de pessoas, grupos e instituições, com vistas à formulação de projetos, obtenção de financiamentos, capacitação e estímulo ao empreendedorismo –, que resultou na capacitação de mais de 1,4 mil pessoas.

No ano de referência, foram autorizados a captar recursos pelo mecanismo de incentivo fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) 5.938 projetos cujos patrocinadores e doadores poderão se beneficiar da isenção fiscal de parte do imposto de renda devido.

Em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.761, que instituiu o Programa de Cultura do Trabalhador e o Vale-Cultura. No âmbito do Programa, será concedido um benefício de R\$ 50,00 aos trabalhadores com carteira assinada que recebam até cinco salários mínimos para a aquisição de bens ou contratação de serviços culturais. As empresas que aderirem ao Programa terão isenção de impostos de R\$ 45,00 por vale doado aos seus colaboradores. O objetivo da iniciativa é contribuir para o fomento da cidadania cultural e, complementarmente, para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura. Espera-se beneficiar 12 milhões de trabalhadores até 2020, conforme meta do Plano Nacional da Cultura.

Entre as ações de apoio à produção artística para incentivar a música erudita, foram instituídos, em 2012, o Prêmio de Composição Clássica, que contemplou 71 composições inéditas que serão executadas nos concertos da XX Bienal de Música Contemporânea, em 2013, e o Prêmio de Concertos Didáticos, o qual selecionou 22 projetos para a realização de 174 concertos em 154 escolas da rede pública. Além disso, o Prêmio de Produção Crítica em Música foi concedido a dez trabalhos com o objetivo de fomentar a reflexão, a produção e a difusão de conhecimentos sobre a música. Os 18 Painéis Funarte de Regência Coral, de Música Popular e de Bandas de Música, por sua vez, levaram o ensino da música a diversos Municípios, capacitando 2.601 pessoas. Outro destaque foi a seleção de quatro projetos para ocupar as Salas de Música Sidney Miller/RJ, Guiomar Novaes/SP, Cássia Eller/DF e Galpão I/MG. Para cada um dos espaços criou-se uma intensa programação, com 134 espetáculos e atividades complementares, como oficinas, palestras e lançamentos de CDs. Foram também concedidas 36 Bolsas de Aperfeiçoamento Técnico e Artístico em Música. A intenção é promover o interesse de músicos e técnicos em cursos ou estágios de reconhecida qualidade, no Brasil e no exterior, visando à excelência artística e técnica e contribuindo para a qualificação do corpo de profissionais brasileiros.

Para comemorar os 100 anos do “Rei do Baião”, foi concedido o Prêmio Centenário Luiz Gonzaga a 30 projetos voltados para a criação, produção e difusão de obras, atividades ou produtos. O Prêmio Nelson Rodrigues – 100 Anos do Anjo Pornográfico viabilizou a montagem de todas as suas peças em um só festival promovido no mês de seu centenário, nos teatros Dulcina/DF e Glauce Rocha/RJ.

Em 2012 foram selecionados 18 projetos de artes cênicas para ocupar os teatros Cacilda Becker/RJ, Duse/RJ, Glauce Rocha/RJ, e Dulcina/RJ; Eugênio Kusnet/SP; Plínio Marcos/DF; e Galpão III/MG, além das salas Carlos Miranda e Renée Gumiel/SP. Ao todo foram realizadas 553 atividades em 2012, entre espetáculos, oficinas, palestras e debates. O Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva, criado em parceria com instituições portuguesas para incentivar a produção de textos teatrais, foi entregue em 2012 ao autor português Luís Miguel Patrício Campião pela peça Nossa Senhora da Açoteia. Outro





destaque, foi a Capacitação Artística e Técnica em Artes Cênicas, por meio da realização de 131 oficinas de teatro, dança, circo e técnicas cênicas, em diversas cidades, visando à qualificação de 2.006 profissionais da área. Vale registrar, também, os Prêmios de Teatro Myriam Muniz, de Dança Klauss Vianna, Carequinha de Estímulo ao Circo e Artes Cênicas na Rua (Circo, Dança e Teatro), que premiaram 445 projetos, beneficiando todas as regiões do País.

Destacamos ainda, os Prêmios de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça, Marc Ferrez de Fotografia, Rede Nacional de Artes Visuais e Conexões Funarte/Petrobras de Artes Visuais, que juntos contemplaram 110 projetos voltados ao estímulo às iniciativas que contribuam para a promoção e valorização das linguagens artísticas nacionais, por meio de pesquisa, informação, produção e circulação.

A ação Microprojetos Mais Cultura – Bacia do Rio São Francisco, que subsidia projetos culturais de baixo custo em áreas tradicionalmente desatendidas, contemplou 1.024 propostas, distribuídas nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e no Distrito Federal.

Em setembro de 2012, iniciaram-se as comemorações do Ano do Brasil em Portugal com o objetivo de promover, até junho de 2013, manifestações artísticas e culturais que apresentem a riqueza e vitalidade do Brasil. Ao todo, foram realizadas 43 apresentações artísticas, envolvendo em cada um várias trupes e grupos musicais. Estima-se que cerca de 200 mil portugueses tiveram a oportunidade de entrar em contato com a diversidade cultural brasileira. Como produtos intangíveis temos a percepção de uma imagem moderna e contemporânea do País e a possibilidade de abertura de mercado tanto na área artística quanto na aquisição de bens e serviços.

i) Cultura Afro-brasileira

Em 2012 as seguintes iniciativas contribuíram para o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos, povos tradicionais e de terreiros: i) Oficina de Construção de Instrumental e Atos Normativos de Análise e Avaliação de Impacto Ambiental em Comunidades Remanescentes de Quilombos; e ii) Encontro de Articulação e Capacitação dos Povos Tradicionais de Terreiro na Cúpula dos Povos da Conferência Rio+20.

Destacam-se ainda o mapeamento e a publicação do Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá, que será efetivamente realizado em 2013 e abrangerá 28 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas, nos Municípios de Macapá, Calçoene, Oiapoque, Ferreira Gomes, Itaubal do Pírim, Santana e Tartarugalzinho, ao custo de R\$ 500 mil.

Importantes também foram o apoio e a promoção de projetos temáticos culturais afro-brasileiros, dos quais ressaltamos: o 2º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-Brasileiras; a realização do Mês da Consciência Negra nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Maranhão, Alagoas e Minas Gérias; o apoio à realização do Festival Latino-Americano de Cultura e Arte (Flaac 2012), em Brasília/DF, e o lançamento do Edital Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra (Nufac).

Para o próximo ano estão previstas as seguintes ações para promoção de iniciativas culturais e preservação das expressões, celebrações, lugares e manifestações da cultura afro-brasileira: i) o 3º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras; ii) a implementação de conjunto de ações que promovam a Cultura Afro-Brasileira na Copa do Mundo FIFA 2014; iii) a realização de Curso de Cinema e Vídeo para países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e iv) o lançamento do Edital Nufac 2013.





Estão previstas também para 2013: i) a realização de pesquisas sobre a Cultura e o Patrimônio Afro-Brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico; ii) a elaboração do projeto executivo da construção do Museu Nacional Afro-brasileiro, em Brasília/DF; iii) a implementação de projetos de proteção e promoção das comunidades quilombolas, tradicionais e de terreiros; e iv) ações para incentivar o empreendedorismo quilombola e das comunidades tradicionais de terreiros.

j) Espaços Destinados a Atividades Culturais, Esportivas e de Lazer

A Praça dos Esportes e da Cultura, agora denominada Centro Unificado das Artes e do Esporte (CEU), é parte do Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2 e objetiva integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sociais e assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, em um mesmo espaço físico, visando à promoção da cidadania e à redução da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012 foram operacionalizados, em parceria com a Caixa Econômica Federal, 360 projetos de CEU. Atualmente, 238 estão em fase de construção, as duas primeiras inaugurações ocorreram no mês de dezembro de 2012. Para 2013 prevê-se a inauguração de 162 CEU e em 2014 mais 196, completando o total de 360 operações. Para 2013 também está previsto incremento financeiro na ordem de até R\$ 500 mil por CEU, que possibilitará a realização de ações de usos, programação, difusão cultural e formação nas artes.

Em 2012, no âmbito do Programa Mais Cultura, 67 convênios destinados à construção e ao fornecimento de mobiliário e equipamentos para espaço de múltiplas funções em áreas de grande vulnerabilidade social estavam em fase de execução. No decorrer do ano foram desenvolvidas ações que permitiram a celebração de convênios para a instalação de 16 novos equipamentos culturais. Além disso, 68 projetos foram selecionados no Programa Usinas Culturais para investimentos em infraestrutura e programação cultural nos Municípios com os maiores índices de homicídios.

Em 2013, as ações do Mais Cultura e do Usinas Culturais serão absorvidas pelo Programa CEU das Artes. Nesse aspecto, está sendo planejada a construção de 248 equipamentos culturais que perfazem investimentos na ordem de R\$ 410 milhões no próximo ano. Para 2014 o Programa CEU das Artes pretende construir outros 252 equipamentos culturais, investimento correspondente a R\$ 417 milhões.

k) Cultura e Educação, Pesquisas e Conhecimento sobre a Cultura Brasileira

Em 2012, foram promovidos novos estudos e difundidas novas pesquisas sobre o conhecimento constitutivo da cultura brasileira, bem como a preservação da memória e divulgação do nosso patrimônio cultural com o apoio a bolsistas de iniciação científica e especializados, no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura. Ao longo de 2012, foram destinados R\$ 421,4 mil para auxílios financeiros a pesquisadores, beneficiando um total de 56 bolsistas.

A política intersetorial estabeleceu o diálogo entre os Planos Nacionais de Cultura e de Educação e promoveu ações voltadas para o ensino da arte nas escolas de educação básica, o fortalecimento do compromisso das universidades com a promoção da cultura e da diversidade, e a formação cultural para o ensino profissionalizante. Destacam-se como principais avanços:

- Mapeamento e georreferenciamento de equipamentos e iniciativas culturais, escolas do Programa Mais Educação, equipamentos de assistência social e de saúde, contribuindo para a consolidação de 20 mil territórios educativos, disponíveis no portal culturaeduca.cc;





- Fortalecimento da área de cultura e artes no Programa de Extensão Universitária/2012, por meio da elaboração de edital e seleção dos projetos concorrentes nas áreas de Cultura e Contemporaneidade e Artes e Educação, totalizando R\$ 6 milhões de investimento; e
- Ensino técnico e profissionalizante – assinatura do acordo de cooperação técnica, pactuando a criação de 52 mil vagas de cursos em formação inicial e continuada nas áreas de cultura e artes, no âmbito do Pronatec.

Com o compromisso de fazer da escola um grande espaço para a circulação da cultura brasileira, para o acesso aos bens culturais e para o respeito à diversidade e pluralidade da cultura nacional, em 2013, será lançado o Programa Mais Cultura nas Escolas, contemplando, inicialmente, cinco mil iniciativas culturais a serem desenvolvidas em escolas públicas.

9. Esporte

O esporte é um direito social garantido pela constituição brasileira e tem recebido cada vez mais atenção. O Brasil tem como meta alcançar níveis de alto desenvolvimento como potência esportiva por meio das políticas públicas que vêm sendo implementadas.

a) Esporte e Inclusão Social

O Programa Segundo Tempo (PST), em 2012, beneficiou cerca de 2,4 milhões de crianças e jovens distribuídos em 7,5 mil núcleos, 7.451 escolas, 26 Estados, Distrito Federal, e mais de mil Municípios. O PST oferece atividades esportivas no contraturno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Do público atendido pelo Programa a parceria com o Ministério da Educação no âmbito do Programa Mais Educação beneficiou 1,6 milhão de crianças e jovens.

Em 2012, as ações do PST concentraram-se no processo de reestruturação com a criação de novos mecanismos de controle para garantir segurança e confiabilidade aos resultados do Programa, tais como o Banco de Profissionais, que trata da gestão de pessoas envolvidas no PST, como coordenadores, professores, estagiários e bolsistas, entre outros, e o Cartão PST, para conferir identidade aos participantes.

Em 2013, pretende-se ampliar a inserção do PST na educação básica, em busca da garantia do direito universal ao esporte em todas as regiões do País. Na esteira dos grandes eventos esportivos, em conjunto com os Governos Estaduais e Municipais e organismos internacionais, tal como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, serão desenvolvidos projetos específicos para as Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e para o Estado do Rio de Janeiro, sede das Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Ademais, o PST terá uma nova proposta de capacitação voltada para especialização dos profissionais que atuam no Programa, junto ao público beneficiário, realizada em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as universidades públicas que integram a rede do PST.

Alinhado ao PST foi implementado o Programa Forças no Esporte (Profesp), que oferece a prática de atividades esportivas e o reforço escolar a crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Com o apoio das Forças Armadas, que disponibilizam a infraestrutura de suas organizações militares, o Profesp, desde 2003, também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, *pizzaiolo*, jardinagem e alfaiataria. De forma complementar, os beneficiários também recebem alimentação e atenção médica/odontológica.





Atualmente, o Programa atende a 12 mil crianças em 86 organizações militares distribuídas em todo o território nacional. Destacam-se como resultados a preparação e inserção de atletas adolescentes já selecionados para os Jogos Olímpicos Rio 2016 e o encaminhamento de jovens oriundos do Programa para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada quanto no meio militar.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que objetiva garantir o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, de forma lúdica, participativa e comunitária, atendeu em sua totalidade 660 mil pessoas, por meio de 62 convênios, sendo um com Estado, nove com capitais e 52 com Municípios, distribuídos em 165 núcleos. No Programa Vida Saudável, voltado aos adultos acima de 45 anos e idosos, foram atendidos 34 mil beneficiários, por meio de 13 convênios celebrados com Municípios. Além dos resultados citados, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação das ações recebeu importantes investimentos que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes.

Para 2013, será intensificada a municipalização do PELC e se ampliarão os investimentos na formação de gestores e de agentes de esporte e lazer. Como consequência, estima-se um aumento de 100% no quantitativo de núcleos. Pretende-se retomar os investimentos em pesquisa, preservação da memória e produção de conhecimento nas áreas de esporte educacional, lazer e inclusão social, com o lançamento de edital de forma a dar sustentabilidade acadêmica às políticas sociais desenvolvidas, bem como possibilitar a avaliação permanente de seus programas.

Em relação aos esportes escolar e universitário, o Governo apoiou eventos e competições, atendendo a aproximadamente 2.622 jovens atletas. No esporte universitário, foram apoiados 14 eventos nacionais e internacionais em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Quanto ao esporte escolar, o destaque foi a realização dos XVIII Jogos Sul-Americanos no Brasil, com representação de 12 países, envolvendo 2.140 pessoas, entre atletas e dirigentes. É importante destacar que, em 2013, os Jogos Mundiais Escolares (Gymnasiades) acontecerão em Brasília/DF.

No âmbito da Política Esportiva Indígena, os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos, são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio+20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas. Em 2013, os XII Jogos Indígenas serão realizados em Cuiabá/MT, em agosto, ocasião em que serão lançados os Jogos Indígenas Mundiais Brasil 2015.

b) Esporte de Alto Rendimento

O esporte de alto rendimento está organizado em plano nacional, instituído pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que criou a Rede Nacional de Treinamento para interligar instalações esportivas existentes ou projetadas no País. Constituída por centros de treinamento de alto rendimento nacionais, regionais ou locais, a Rede Nacional está articulada para treinamento de modalidades dos programas olímpico e paralímpico, desde a base até a elite esportiva. No âmbito local, o Programa Cidade Esportiva propicia espaço para formação de atletas nos Municípios, com foco em modalidades olímpicas e paralímpicas, para alargar a base do esporte competitivo, ampliar a participação brasileira na disputa de finais e, assim, melhorar a posição do País no cenário esportivo mundial. O objetivo é fomentar a vocação de cidades para projetos direcionados conforme a necessidade que o País tem de fortalecer determinadas modalidades para se projetar nos resultados internacionais.

No referido plano nacional, o Bolsa-Atleta é um programa que oferece cinco categorias de bolsas: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico. Importante mencionar que a Lei nº 12.395, de 16 de março





de 2011, extinguiu a proibição de bolsas para atletas com outros tipos de patrocínios e criou duas novas categorias: Atleta de Base e Atleta Pódio. O Bolsa-Atleta categoria Atleta Pódio é destinado a esportistas de modalidades olímpicas e paralímpicas individuais que estejam entre os 20 melhores do mundo, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional de administração da modalidade, e que sejam indicados pelas respectivas entidades nacionais de administração do esporte em conjunto com o respectivo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Com isso, em 2012 tivemos bons resultados com medalhistas olímpicos, paralímpicos, competições mundiais e pan-americanos.

Em 2012, foram contemplados 4.852 atletas de 91 modalidades – 53 olímpicas e paralímpicas e 38 pan-americanas e não olímpicas – com investimento de R\$ 71,8 milhões. Na delegação dos Jogos Olímpicos de Londres, dos 259 atletas brasileiros, 111 eram bolsistas, sendo que dez deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Em relação aos 182 atletas da delegação enviada aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios do País.

O Plano Brasil Medalhas 2016, lançado em setembro de 2012, tem como objetivo colocar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro. Para tanto, serão priorizadas 21 categorias olímpicas e 15 paralímpicas com maiores probabilidades de obtenção de medalhas. O Plano Brasil Medalhas 2016 vai proporcionar um aporte de R\$ 1 bilhão em investimentos públicos federais aos esportes olímpico e paralímpico, entre 2013 e 2016, sendo R\$ 690 milhões direcionados ao apoio ao atleta e R\$ 310 milhões destinados à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, dentre os quais 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico, seguindo a recomendação do Comitê Paralímpico Brasileiro, que vai unificar as modalidades em um só local de treinamento.

Em 2012, a preparação de todas as modalidades olímpicas e paralímpicas recebeu, por meio de confederações, federações, clubes e associações esportivas, apoio, para as categorias de base, desenvolvimento e alto nível, de cerca de R\$ 130 milhões para infraestrutura esportiva, treinamento, realização e participação em eventos, entre outras atividades estruturantes que fazem parte do processo permanente de consolidação desse setor esportivo.

Para promover o desenvolvimento do futebol no País, em 2012, o Governo apoiou a realização da Copa Libertadores de Futebol Feminino, nas cidades pernambucanas de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão, com a presença de três equipes brasileiras dentre as 12 participantes. Além disso, promoveu em São Paulo/SP, a exposição Cinquentenário da Copa do Mundo de 1962, com vistas a comemorar um dos grandes feitos do esporte brasileiro.

Em 2013 será realizado estudo sobre futebol feminino que servirá de subsídio para a implementação de políticas públicas de fortalecimento dessa modalidade esportiva. No cumprimento ao disposto na Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, será pago o prêmio dos jogadores titulares ou reservas das Seleções Brasileiras Campeãs das Copas Mundiais Masculinas da FIFA nos anos de 1958, 1962 e 1970.

Para aperfeiçoar o Estatuto de Defesa do Torcedor, Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, o Governo promoveu ações referentes ao Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para a Segurança do Torcedor que objetivam aprimorar os laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 4.960, de 19 de janeiro de 2004. Para 2013, será desenvolvido Sistema Informatizado para Cadastramento das Torcidas Organizadas e editará norma ABNT para os estádios de futebol, contendo os parâmetros necessários ao cumprimento das determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor.





c) Lei de Incentivo ao Esporte

A partir da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), em 2012, o Governo diversificou e ampliou as iniciativas de divulgação, com vistas à nacionalização desse novo e efetivo instrumento de financiamento de projetos esportivos. Para tanto, foi lançada campanha publicitária em rede nacional para apresentar os procedimentos para patrocínio e doação, prospectando a ampliação na base de investidores.

Como resultado da arrecadação fiscal, foi apurado até dezembro de 2012 cerca de R\$ 200 milhões e, para 2013, projeta-se a captação de R\$ 250 milhões, em todas as 27 unidades da Federação.

10. Grandes Eventos Esportivos

Os Grandes Eventos Esportivos proporcionarão oportunidades para o desenvolvimento do País em vários aspectos – econômico, educacional, cultural, tecnológico, de sustentabilidade – e, ainda, para universalizar a prática do esporte no território brasileiro como um dos grandes legados dos eventos.

A Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 possuem um grande efeito na imagem do Brasil no mundo, de nossa civilização democrática, além de nossa hospitalidade, criatividade, união, diversidade cultural, étnica e racial. Merece destaque também, em relação aos Grandes Eventos, a realização neste exercício de 2013 da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro.

No contexto de preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014, estão em atuação o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa (CGCOPA) e o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa), que monitoram a execução dos empreendimentos incluídos na Matriz de Responsabilidades – mobilidade urbana, arenas, portos, aeroportos, telecomunicações, turismo e segurança –, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as Cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

Vem sendo realizados investimentos públicos e privados para viabilizar infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização dos grandes eventos e para os legados econômicos, educacionais, sociais e culturais. Os investimentos feitos em segurança nas Cidades-sede, a promoção da saúde por meio do incentivo à prática esportiva e a melhor estruturação do esporte nas escolas também são legados importantes. Em complementação ao Programa de Voluntariado do Comitê Organizador Local para a Copa do Mundo FIFA 2014, que obteve 130.919 inscritos, o Governo Federal planeja implantar um Programa de Voluntariado com a mobilização de um milhão de pessoas para dar apoio aos turistas e participantes do evento em diversos locais das Cidades-sede.

Aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo FIFA 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOlimpíadas), que deverá definir as diretrizes e ações do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma, foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (Geolimpíadas), vinculado ao CGOlimpíadas, com o objetivo de monitorar a implementação e execução das ações definidas.

Para a preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi estabelecido, por termos de cooperação, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro





Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), compreendendo estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio de Janeiro.

Sob o encargo do Município do Rio de Janeiro está a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando o estádio de handebol, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático. Dentre os investimentos realizados em 2012 para a preparação dos Grandes Eventos, destacam-se:

- Na infraestrutura esportiva – modernização, ampliação e construção de 652 espaços destinados à prática de esporte, em 181 cidades, com investimento da ordem de R\$ 324 milhões. Desses recursos, R\$ 298 milhões foram destinados à implantação ou restauração de 646 equipamentos na área de esporte e lazer. Dentre outras estruturas, já foram contratadas 178 Praças da Juventude. Desse total já foram concluídas 12 Praças e 166 estão em fase de execução, em 150 cidades de todas as regiões do País;
- Na infraestrutura turística – construção de Centros de Atendimento ao Turista (CAT), obras de acessibilidade e de sinalização turística envolvendo recursos da ordem de R\$ 110 milhões, estando programados, para 2013, R\$ 84,0 milhões para execução de 16 projetos;
- Na qualificação de serviços turísticos – implementadas ações do Pronatec Copa, em parceria com Estados e Municípios, e do Pronatec Copa *in company*, para facilitar aos empresários a promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional aos trabalhadores do setor. A meta do Pronatec Copa é oferecer 240 mil vagas até 2014. Dessas, 80 mil foram providas em 2012, 160 mil estão previstas para 2013 e 80 mil até julho de 2014. Estão em fase de formação as turmas *in company* nas cidades de Caxias do Sul/RS, Rio de Janeiro/RJ e Olinda/PE. Estima-se ainda a capacitação, até meados de 2014, em parceria com Estados e Municípios, de 24 mil pessoas que prestam serviços de apoio ao turismo, entre taxistas, atendentes de atrativos turísticos e centros de atendimento turísticos, empresários e gerentes de empreendimentos turísticos, trabalhadores de bares e cafés de aeroportos; e
- Realização de pesquisa para avaliação da capacidade dos meios de hospedagem nas 12 Cidades-sede. Além da capacidade de hospedagem atual, a projeção é de incremento de 15% até 2014. Nesse sentido, os bancos oficiais já realizaram financiamentos que totalizam R\$ 1,4 bilhão.

As principais ações relativas à área de segurança para os Grandes Eventos são as seguintes:

- Implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos para adequação dos serviços prestados pelos órgãos e entidades de segurança pública relativos à integração de instituições e sistemas, com a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional e de 12 Centros Regionais em todas as sedes da Copa do Mundo FIFA 2014;
- Aquisição de armamento menos letal; *kits* antibombas, paióis e equipamentos para o Comando de Operações Táticas do Departamento da Polícia Federal, além da realização de ações para aparelhar os órgãos responsáveis pelo controle de entrada e saída de pessoas no País; e
- Realização de ações relativas ao capital humano, tais como a observação externa do aparato de segurança dos Jogos Olímpicos de Londres 2012; a execução dos cursos de Gestão e de Segurança de Grandes Eventos, em parceria com agências de segurança norte-americanas e com a Embaixada Americana no Brasil, atendendo cerca de 500 gestores, policiais e bombeiros militares em dez Estados da Federação; e cursos de capacitação ministrados no Brasil e no exterior.





Para 2013, será dada continuidade aos projetos e ações iniciados na área de segurança, para implantação e desenvolvimento dos trabalhos de coordenação das entregas de serviços e produtos adquiridos em 2012, com vistas a assegurar o emprego pelas forças de segurança pública nos Estados durante os dois primeiros eventos agendados para meados deste ano – Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude.

Na área de inteligência foram elencados dez eixos de atuação, a saber: i) comando e controle; ii) defesa contraterrorismo; iii) defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo; iv) segurança e defesa cibernética; v) defesa da área marítima e fluvial; vi) emprego de helicópteros; vii) defesa química, biológica, radiológica e nuclear; viii) proteção das águas jurisdicionais do território brasileiros; ix) fiscalização de explosivos; x) defesa de estruturas estratégicas; e xi) preparo e emprego da força de contingência.

O Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil foi testado na 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares, realizados em 2011, e empregado, com sucesso, em 2012, no apoio à realização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. Em decorrência da experiência obtida durante esses eventos, diversas ações vêm sendo desenvolvidas visando ao aperfeiçoamento contínuo do Sistema e sua adequada preparação para o apoio aos demais eventos.

Na área de mobilidade urbana estão sendo executados diversos projetos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, destacando-se a implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, *Bus Rapid Transit* (BRT), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. Esses empreendimentos contam com recursos da ordem de R\$ 8,6 bilhões, incluindo contrapartida dos entes federativos, sendo a maior parte proveniente do FGTS, por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio da linha de financiamento Projetos Estruturadores de Transporte Urbano.

No setor de aviação civil estão sendo realizadas 30 obras em 13 aeroportos. Além de reformas nas instalações existentes, estão sendo construídos novos terminais de passageiros, torres de controle, pistas e pátios de aeronaves. O total de recursos investidos soma R\$ 6,8 bilhões. Desse montante, estão sendo executadas obras pelo Governo Federal no valor de R\$ 3,2 bilhões nas cidades de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP. Em complementação a esses recursos, a iniciativa privada também está alocando R\$ 3,6 bilhões para obras nos aeroportos de Brasília/DF, São Paulo/SP, Campinas/SP e Natal/RN.

O setor portuário brasileiro também receberá o apoio do Governo Federal, com a reforma de sete portos. Os investimentos federais totalizam cerca de R\$ 700 milhões. Estão sendo preparados para os grandes eventos esportivos os terminais marítimos de Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e Santos/SP, além do porto de Manaus/AM.

Nas relações exteriores, teve início, em 2013, o desenvolvimento de treinamento, manuais e rotinas para organização e métodos de trabalho consular durante os grandes eventos internacionais. Foi ainda regulamentada a concessão de vistos de entrada para a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e a Jornada Mundial da Juventude 2013.

Em 2012 foram feitas parcerias com as Cidades-sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo FIFA 2014, incorporando as Cidades-sede e os Municípios que poderão sofrer forte impacto no turismo, para desenvolvimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Pair), que deverá ter continuidade em 2013. Também nessas cidades está sendo organizado sistema de vigilância em saúde local capaz de detectar e minimizar o risco de ocorrências de doenças transmissíveis e de agravos.





11. Programa Luz para Todos

Com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural e nas comunidades localizadas em regiões isoladas, o programa Luz para Todos (LpT) beneficiou de 2003 até dezembro de 2012, cerca de 14,7 milhões de brasileiros por meio de mais de três milhões de ligações.

Em 2012, 120,1 mil famílias passaram a contar com energia elétrica em suas casas, ou seja, mais de 480 mil pessoas. Além disso, das 257.602 famílias sem energia elétrica que se encontram na extrema pobreza, identificadas no Censo 2010, 130.804 já foram atendidas pelo LpT. Para o ano de 2013, a expectativa é que o LpT execute 182.571 novas ligações e proporcione o acesso gratuito à eletricidade a mais de 730 mil moradores rurais, criando condições para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Para atender as comunidades isoladas, especialmente as localizadas na Amazônia, em razão das difíceis condições de acesso e logística, o LpT adotou fontes alternativas de geração de energia elétrica que utilizam, por exemplo, a luz solar ou a força dos ventos, possibilitando ainda o desenvolvimento de materiais alternativos, tais como cabos subaquáticos, que foram utilizados para atender habitantes de ilhas fluviais e oceânicas, e os postes de fibra de vidro, mais leves de serem transportados, para atendimento de comunidades isoladas e localizadas em áreas de difícil acesso.

12. Inclusão Digital

Os projetos desenvolvidos no âmbito da inclusão digital têm como objetivo promover o uso da Internet e outras tecnologias da informação e comunicação (TIC) tendo como base três eixos de atuação: i) a ampliação da disponibilidade de acesso às TIC (oferta de infraestrutura, como equipamentos e disponibilização de sinal e Internet); ii) o incentivo ao desenvolvimento e à disponibilização de conteúdos que atendam aos requisitos de acessibilidade, usabilidade e inteligibilidade; e iii) a capacitação da população interessada no uso das TIC e dos profissionais que atuam diretamente no atendimento aos cidadãos, de modo a gerar interesse por tais tecnologias e despertar a confiança nesses potenciais usuários.

O uso dos telecentros como instrumento de diversas políticas públicas, sobretudo as de finalidade social e de combate à pobreza, atende pessoas que ainda não têm recursos para comprar seus equipamentos e conexões, oferecendo formação e, principalmente, proporcionando direitos e cidadania a todos. São 6.505 telecentros já instalados em todo o País, localizados em 4.096 Municípios (73,6%). Para 2013, planeja-se oferecer formação para dois mil agentes de inclusão digital dos espaços apoiados.

O Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece conexão de Internet via satélite e terrestre a telecentros, com o objetivo de promover a inclusão digital. Está direcionado para comunidades em estado de vulnerabilidade social, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio dele, é disponibilizada a infraestrutura fundamental para a expansão de uma rede. Em 2012 manteve-se o apoio a cerca de seis mil espaços com conexão via antenas Gesac, bem como com ações de capacitação, por meio de disponibilização de bolsas para jovens.

Além disso, o Gesac vem possibilitando a conexão à Internet de escolas públicas localizadas em áreas rurais, remotas e de periferia, em parceria com o Ministério da Educação, mediante a instalação de cerca de 5.425 antenas. Para 2013, a meta é ampliar para 12 mil o número de escolas rurais conectadas e 16 mil pontos de presença no programa Gesac.

Em 2012, deu-se início ao processo de implementação do Projeto de Cidades Digitais com a seleção pública dos 80 primeiros Municípios a serem beneficiados. O objetivo do projeto é contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, interligando os serviços públicos dessas cidades, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à Internet Banda Larga, de aplicativos na área de TIC, da criação de *hot spots* ou pontos de acesso gratuito à Internet Banda Larga em locais estratégicos nessas





idades, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis governamentais e entre o governo e a sociedade.

A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública. Por outro lado, também é um canal importante para integração de outras políticas públicas que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados. O início da implantação dos 80 primeiros projetos de Cidades Digitais está previsto para 2013.

O Programa Redes Digitais de Cidadania implementado em parceria com os Estados tem por finalidade apoiar projetos de inclusão digital visando ampliar o uso de tecnologias de informação e comunicação por meio da capacitação de técnicos, gestores municipais, micro e pequenas empresas e usuários de espaços públicos de uso da Internet; e da difusão nas áreas culturais e de gestão e comercialização da produção na agricultura familiar. Em 2012 foram selecionados projetos, mediante edital e celebrados convênios com instituições de 11 Estados (Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amazonas, Paraná e Acre), envolvendo recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

13. Justiça e Segurança Pública

A política nacional de segurança pública é orientada para a garantia desse direito fundamental a todos os cidadãos, por se tratar de obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de governo, e sob a responsabilidade de toda a sociedade. Sua concepção orienta-se pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

O fortalecimento das ações de segurança pública vem se dando de modo acelerado, sobretudo mediante a reestruturação e ampliação da capacidade operacional das polícias da União e a assunção por esta do seu papel indutor das políticas de segurança pública.

Também, no que se refere ao marco legal, houve expressivos avanços em 2012, com a aprovação das leis: i) nº 12.654, de 28 de maio, que trata da criação de banco de dados de perfis genéticos, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal; ii) nº 12.681, de 4 de julho, que institui sistema nacional de informações prisionais e sobre segurança pública e drogas; iii) nº 12.683, de 9 de julho, que atualizou o marco legal sobre crime de lavagem de dinheiro; iv) nº 12.714, de 14 de setembro, referente ao sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança; v) nº 12.736, de 30 de novembro – Detração Penal, que simplifica o procedimento para o abatimento do tempo de prisão cumprido provisoriamente pela pessoa condenada; e vi) nº 12.760, de 20 de dezembro – Lei Seca, que amplia o controle e as sanções sobre o uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

a) Segurança Pública

Em 2012, algumas medidas importantes foram adotadas no âmbito da segurança pública entre as quais cabe destacar a instituição, pela referida Lei nº 12.681 de 2012, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Esse sistema integrará todas as informações relevantes no que tange à segurança pública, permitindo uma atuação mais organizada dos órgãos do setor e uma gestão mais efetiva da área por meio da utilização de moderna e adequada ferramenta de apoio operacional. O portal Sinesp entrará em operação em 2013, com informações das polícias estaduais, da





Polícia Federal, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datapus) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda em 2013 será desenvolvido o sistema nacional de registro de ocorrências, a ser disponibilizado aos Estados que não possuem tal ferramenta, trazendo assim, de forma definitiva, a padronização nacional desses registros.

Para dar sequência às ações de segurança pública nas regiões fronteiriças, em 2012, foi assinado termo de adesão ao Plano Estratégico de Fronteiras com os 11 Estados de fronteira, bem como a executaram-se oito projetos relacionados a essa temática. Como parte das ações previstas no âmbito desses diversos projetos, foram capacitados 510 profissionais de segurança pública das fronteiras. Foram celebrados ainda 11 convênios para aparelhamento de 386 unidades operacionais, atendendo 12.872 profissionais dos órgãos estaduais de segurança pública, policiais militares, policiais civis, corpos de bombeiros e perícia. Como resultado desse esforço conjunto, ainda com dados preliminares de alguns Estados de fronteira, contabilizou-se a apreensão de 69 toneladas de drogas; a lavratura de 1.933 autos de prisão em flagrante; a realização de 11.642 laudos periciais; a abordagem de 43.722 pessoas e 12.101 veículos; e a instauração de 4.654 inquéritos.

Para 2013, está prevista a implementação de um sistema de radiocomunicação de missão crítica digital interoperável que permitirá a integração dos 11 Estados de fronteira e dos órgãos federais atuantes na faixa fronteiriça. Também será estimulado o financiamento de sistemas de videomonitoramento nos Municípios mais vulneráveis dessa faixa, especialmente nas cidades gêmeas e na linha de fronteira, e prosseguirão as ações integradas de capacitação e de pesquisa, dentre outras.

O efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) desenvolveu, em 2012, 37 operações em 46 bases, localizadas em 17 Estados. Para 2013, intenciona-se continuar as operações desencadeadas em 2012, bem como manter empregado, permanentemente, um efetivo mínimo de 1,5 mil profissionais nas mais diversas operações, em especial as de apoio aos Grandes Eventos e às Operações Ambientais.

Outra ação de destaque no ano de 2012 é a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) que se consolida como o maior sistema de informações de segurança pública do País, totalizando cerca de 330 milhões de informações disponíveis para consulta. O Infoseg conta com informações sobre processos, inquéritos, mandados de prisão, condutores (Renach), veículos (Renavam), armas registradas (Sigma e Sinarm), além de informações do banco de dados da Receita Federal, com 155 milhões de Cadastros de Pessoa Física (CPF) e 20 milhões de cadastros de empresas, e da base de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud).

Com relação ao Programa de Redução da Criminalidade Violenta – Brasil Mais Seguro, no eixo Enfrentamento à Impunidade estão previstas ações de fortalecimento da perícia forense e da polícia judiciária; enfrentamento às organizações criminosas e combate a grupos de extermínio; forças tarefa da FNSP na investigação de homicídios e na realização de perícia em armas de fogo; e a integração entre os sistemas policiais e judiciais com participação ativa do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública. Já no eixo Aumento da Sensação de Segurança prevê-se o policiamento ostensivo e o policiamento de proximidade voltados para as áreas mais vulneráveis dos Estados. Tais ações serão realizadas com base em indicativos constantes do mapa nacional da violência, abrindo-se a possibilidade de criação de centros integrados de comando e controle das ações. Além disso, cursos serão ministrados em diversas áreas, como investigação de homicídios e de tráfico de drogas ilegais, isolamento e preservação de locais de crime e medicina legal.

Para o controle de armas, além da continuidade da campanha do desarmamento, que prevê a entrega voluntária de armas de fogo pela população mediante indenização, dar-se-á ênfase à destruição dessas armas, principalmente as que estão sob custódia do Poder Judiciário ou armazenadas nas unidades policiais.





Com relação ao Programa *Crack*, é possível vencer, estão previstas, além de novas pactuações com Estados e Municípios que ainda não aderiram ao Programa, ações de acompanhamento e fortalecimento dos comitês locais de articulação entre a rede de segurança pública e os demais parceiros, tais como as redes de saúde, de assistência social, de educação e o sistema de garantia de direitos. A qualificação dos profissionais de segurança pública que atuarão no Programa será incrementada no tema de polícia de proximidade, tendo em vista que a entrega dos equipamentos deverá ser realizada ao longo do ano.

Teve início o processo de aquisição direta dos equipamentos necessários para a intervenção nas cenas de uso, nas 27 capitais do País, tais como bases móveis com videomonitoramento também móvel; veículos e motocicletas de apoio às bases móveis; equipamentos de menor potencial ofensivo para a utilização dos profissionais de segurança pública (espargidores de gás pimenta, pistolas de condutividade elétrica) e sistema de videomonitoramento fixo. Já foram entregues os equipamentos de menor potencial ofensivo e os protótipos dos veículos para aprovação. O contrato para aquisição das motocicletas foi assinado com a entrega do protótipo previsto para fevereiro de 2013.

De igual maneira, haverá o fortalecimento da qualificação de novos policiais militares como instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), em todas as unidades da Federação. Na prevenção primária ao uso de drogas, em parceria com a comunidade escolar, crianças, adolescentes e pais, foram habilitados 432 profissionais para trabalhar nessa atividade apenas no segundo semestre de 2012, com previsão de aumento substancial nas capacitações mediante a expansão do Programa para os demais Estados e Capitais, em 2013.

No combate ao crime organizado, o Grupo Especial de Informações Sensíveis (Gise) teve um acréscimo de unidades e efetivo, sendo realizadas, até o mês de outubro de 2012, 43 operações policiais de repressão a drogas e desarticulação de organizações criminosas. Criou-se o Sistema Nacional de Repressão a Desvios de Recursos Públicos (SINDRP), visando ao agrupamento de informações gerenciais e criminais sobre pessoas jurídicas e físicas investigadas em inquéritos policiais relacionados aos crimes de desvios de recursos públicos; também foi instituído Grupo de Inteligência Geoespacial Ambiental; e deu-se continuidade à operação Arco de Fogo. O Projeto Tentáculos, relacionado ao combate a fraudes bancárias eletrônicas, foi aprimorado e proporcionou, somente no ano de 2012, uma redução da média mensal de prejuízos decorrentes dessa espécie de fraude de R\$ 12 milhões, em janeiro, para cerca de R\$ 4,5 milhões em dezembro. No ano, o valor consolidado dessas fraudes somou R\$ 111,5 milhões, o que representa uma redução de mais de R\$ 67 milhões em comparação a 2011.

Ademais, as fraudes na Internet tiveram redução na média mensal de R\$ 2 milhões para R\$ 1 milhão. A seu turno, as fraudes de clonagem de cartões foram reduzidas de R\$ 13 milhões para R\$ 7 milhões. Ainda está em desenvolvimento o Projeto Oráculo, que visa à segurança cibernética e ao desenvolvimento de tecnologia para investigação de invasão e ataques cibernéticos contra a administração pública federal, estando previstas diversas atividades para os anos de 2012 a 2014.

Dentre as operações de inteligência policial na área de repressão a crimes ambientais cometidos em terras indígenas, merecem destaque a *Xawara*, em Roraima, e a Eldorado, em Mato Grosso; já na área de repressão a crimes violadores de direitos humanos, ressaltou-se a Operação Squadre, no Estado da Paraíba. Espera-se, para 2013, elevar o número de operações especiais e capacitar os servidores para prevenção e repressão a crimes contra a previdência e o patrimônio, crimes fazendários, crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, crimes ambientais, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, crimes violadores de direitos humanos, dentre outros.

Em 2012 destacam-se ainda as atividades de lançamento da ferramenta de busca Sianpse; recebimento da segunda aeronave Vant; incremento das ações de contrainteligência, e apoio a outras ações de inteligência e contrainteligência em diversos Estados da Federação. Para 2013 está prevista a manutenção do Projeto de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant), com aquisição de duas aeronaves; do apoio (e intercâmbio) às polícias internacionais e agências de inteligência estrangeiras; e da participação nas atividades de inteligência dos grandes eventos.





b) Sistema Penitenciário Brasileiro

Em 2012, 16.631 novas vagas foram contratadas no sistema prisional. Foram ainda elaborados, seis projetos-referência de cadeias públicas para doação às unidades da Federação. Para 2013, a previsão é de que sejam celebrados novos contratos de repasse para, até 2014, alcançar a meta de gerar 42,5 mil vagas no sistema prisional, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.

Em 2011 e 2012, foram doados 103 veículos furgão para transporte de presos e 70 ambulâncias (padrão Samu) aos Estados e ao Distrito Federal, e para 2013 está prevista ainda a doação de mais 215 veículos para transporte de presos.

Em parceria com o Ministério da Educação, a oferta educacional foi qualificada e ampliada, com a disponibilização de vagas específicas para o sistema prisional: 27 mil novas vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), dez mil novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), duas mil vagas para educadores bolsistas e 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para 2013 e 2014. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foram mais 23 mil presos inscritos.

Destaca-se também a implementação do Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (Procap) em estabelecimentos penais de 19 Estados, alcançando mais de 36 mil beneficiários. Para 2013, a previsão é de que as oito unidades da Federação ainda não contempladas recebam investimentos para iniciarem o projeto.

Em 2012, 25 Estados foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, e toda população carcerária foi incluída no Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde. Foram realizadas ainda ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e no programa Rede Cegonha. As unidades da Federação também receberam apoio do Governo para ampliar o número de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em Unidades Prisionais, totalizando 41 em todo o País.

Para tratar da questão de gênero, estabeleceu-se, em 2012, o Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal e pretende-se lançar, no início de 2013, a primeira etapa da Política Nacional de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas.

No âmbito do Sistema Penitenciário Federal, no ano de 2012, uma das medidas adotadas foi o incentivo à prática da videoconferência que se revelou um procedimento mais seguro e econômico que as audiências presenciais, evitando a saída do preso.

Foi regulamentado também o projeto Remição pela Leitura, nas penitenciárias Federais, em que o preso poderá reduzir sua pena mediante a produção de resenhas de livros. Participaram do projeto, no ano de 2012, mais de 1,2 mil presos.

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário (Ospen) atuou em 2012 no fortalecimento e na articulação dos conselhos da comunidade, conselhos penitenciários e ouvidorias estaduais do sistema penitenciário com intuito de formar a Rede de Participação e Controle Social da Execução Penal. A fim de elevar o patamar das condições de vida das pessoas aprisionadas no Brasil e fiscalizar o cumprimento das legislações, políticas e programas federais, a Ospen realizou o monitoramento *in loco*, articulado com órgãos federais, da política penitenciária em 11 unidades da Federação, abrangendo 53 estabelecimentos penais, e acompanhou as questões referentes ao sistema prisional brasileiro nos organismos de direitos humanos nacionais e internacionais.





c) Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia vem cumprindo a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

A política nacional de reparação aos anistiados políticos é dividida em dois eixos principais: reparação material e reparação moral. Aquele correspondente à reparação econômica, de caráter indenizatório, resulta, após análise dos requerimentos autuados junto ao órgão, no pagamento de prestação única ou mensal a anistiados que comprovarem ter sofrido perseguição política durante o regime de exceção. Já no segundo eixo, a Comissão de Anistia atua frente a projetos relevantes, tais como: i) Caravana da Anistia; ii) Marcas da Memória; iii) Clínicas do Testemunho, com o intuito de formar núcleos de apoio psicológico às vítimas da ditadura; iv) Verdade e Acesso à Informação, por meio de parcerias entre Comissões da Verdade em âmbito local e a Comissão Nacional da Verdade, com objetivo de facilitar o acesso aos seus arquivos e à informação; e v) Memorial da Anistia Política do Brasil.

Em 2012, a Comissão julgou 1.825 requerimentos de anistia. Também foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia Política do Brasil, cujas obras foram iniciadas em dezembro.

Para o ano de 2013, a atividade de apreciação dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada, uma vez que contribui para o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano fundamental e dever do Estado, bem como para a reconciliação nacional. Além disso, a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade sobre períodos autoritários deve continuar orientando as ações da Comissão de Anistia no futuro, por meio da elaboração e do incentivo a projetos e programas para a promoção da Justiça de Transição: reparação, verdade e memória. O Memorial da Anistia Política do Brasil, nesse contexto, assume papel de extrema relevância, devendo as ações para a sua implementação serem priorizadas no ano de 2013.

d) Cooperação Jurídica Internacional

Visando dar cumprimento ao objetivo de “assegurar e expandir os direitos dos migrantes”, cabe destacar a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o intuito da conjugação de esforços no que se refere à situação fática e legal de presos estrangeiros no Brasil. Na oportunidade, foi lançado o Sistema Nacional de Cadastro de Presos Estrangeiros, desenvolvido pelo CNJ e hospedado no *site* do Ministério da Justiça, que mapeará os presos estrangeiros no Brasil e balizará com efetividade a implementação de políticas públicas em relação a estes.

No que se refere à Cooperação Jurídica Internacional, no ano de 2012, houve uma ampliação do uso de redes de cooperação para celeridade dos pedidos de assistência jurídica internacional, tais como a Rede de Recuperação de Ativos da Organização Internacional de Polícia Criminal e Banco Mundial (Star-Interpol), a Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América do Sul sobre Lavagem de Dinheiro (RRAG) e a Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (Iberred). No mesmo contexto, em 2012, o Ministério da Justiça, assumiu a vice-presidência do Grupo de Peritos sobre Lavagem de Dinheiro (Lavex), no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Especificamente em relação à formalização de acordos e tratados, aproximadamente 29 projetos encontram-se em negociação ou em fase final de incorporação normativa, além de terem sido realizadas 37 negociações, entre presenciais e troca de notas.





No que tange à Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no ano de 2012 foram implantados seis novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nas seguintes unidades da Federação: Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná. Outro marco importante foi a validação por 17 ministérios do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em 2013 será realizado um diagnóstico do fenômeno nas regiões de fronteira, com posterior instalação de oito Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, visando fortalecer as capacidades locais de prevenção, atendimento e repressão a esse crime. Será também implementada ao longo de 2013 uma metodologia integrada de coleta e análise de dados e informações sobre tráfico de pessoas no âmbito dos órgãos de segurança pública e justiça criminal

No que se refere à acreditação das entidades sociais – concessão de títulos de Utilidade Pública Federal, qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), autorização para funcionamento no País de organizações estrangeiras sem fins lucrativos –, foram qualificadas, tituladas e obtiveram autorização para funcionamento cerca de duas mil entidades privadas sem fins lucrativos.

Foi iniciada cooperação internacional com a Unesco – Liberdade de Expressão, Educação para Mídia, Comunicação e os Direitos da Criança e do Adolescente – relacionada à Classificação Indicativa.

Ainda a respeito da Cooperação Jurídica Internacional, em 2013, devem ser estabelecidas e aprimoradas relações de cooperação internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e autoridades, contribuindo para a efetividade da Justiça.

e) Reforma do Judiciário

Com base nas diretrizes de ampliação do uso de métodos alternativos de solução de conflitos (mediação e conciliação), o Governo vem apoiando projetos como o de implementação de núcleos de Justiça Comunitária, nos quais são oferecidos serviços de resolução de conflitos, educação em direitos e articulação de redes sociais em comunidades cuja população encontra-se em situação de vulnerabilidade.

No âmbito da modernização da gestão no sistema de Justiça, foi negociada a concessão de linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às Defensorias Públicas estaduais para investimento na ampliação da capacidade de administração, gestão de informação e sistemas. Para a articulação dos projetos estaduais, foi firmado Acordo de Cooperação entre o BNDES, o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) e o Ministério da Justiça para alinhamento em alto nível e seleção de boas práticas para aplicação nacional.

Vem sendo operado, ainda, o Projeto Diálogos sobre Justiça, que consiste em um canal de difusão de conhecimento entre atores do sistema de Justiça. Ademais, foi lançada a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), visando à promoção de cursos direcionados aos operadores do Direito, aos professores dos cursos de graduação em direito e à sociedade civil, além da realização de seminários, congressos e atividades de ensino e pesquisa.

No campo da cooperação internacional em matéria de Justiça, foram promovidos o intercâmbio de boas práticas e a busca de soluções coordenadas para a superação de obstáculos compartilhados pelos diversos países no que tange à democratização do acesso à Justiça, com ênfase em foros regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sulamericanas (Unasul). Em 2012, quando a Presidência *Pro-Tempore* da Reunião de Ministros de Justiça do Mercosul ficou a cargo do Brasil, merecem destaque a aprovação de documentos relacionados ao acesso à Justiça, ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao direito de família, à recuperação de bens perdidos e ao sistema prisional, além do Plano Estratégico de Justiça do Bloco.





Para 2013 está previsto, ainda, o lançamento do Projeto Atlas do Acesso à Justiça, que consiste no mapeamento do sistema de proteção e efetivação de direitos individuais e coletivos, de modo a facilitar o conhecimento pelo cidadão tanto dos seus direitos fundamentais e básicos quanto das vias de acesso à Justiça, em todas as regiões do País.

f) Defensoria Pública da União

O ano de 2012 foi marcado por maior integração das ações para garantir a ampliação do acesso universal à Justiça, em especial da assistência jurídica gratuita à população de menor renda.

Como resultado da atuação da Defensoria Pública da União (DPU), em 2012, destaca-se a realização de Termos de Cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal com objetivo de diminuir o volume de demandas judiciais e tornar mais rápido o atendimento aos assistidos nas questões relacionadas à previdência social e obtenção de empréstimos bancários.

Destaque também para o projeto DPU Itinerante, que contribuiu para levar a assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do País e para a implantação das Salas de Visitas Virtuais em todas as 27 capitais, com o objetivo de atender os cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais e que não possuem condições econômicas para visitas presenciais.

Outra realização foi a implantação do projeto de capacitação de defensores públicos federais para atuação em favor de comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas e ciganos.

Para 2013, os principais projetos elencados no Plano Estratégico da DPU são: i) ampliação do atendimento ao cidadão com a instalação de novas unidades no interior do País; ii) criação de serviço de orientação e agendamento de assistência jurídica por telefone; iii) expansão do atendimento especializado a vítimas de discriminação racial para todas as regiões do País; iv) atuação institucional por meio de todas as unidades da DPU no enfrentamento ao tráfico de pessoas; e v) inclusão da assistência jurídica gratuita entre os serviços prestados pela rede de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

g) Conselho Nacional de Combate à Pirataria

Em 2012, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNPC) assinou acordos de cooperação técnica e operacional, visando à implantação e ao desenvolvimento do projeto Cidade Livre de Pirataria, com Osasco/SP, Rio de Janeiro/RJ, Cuiabá/MT e Várzea Grande/MT, municipalizando o processo de combate à pirataria; e participou de diversos eventos nacionais, em que foram apresentadas as ações e propostas de parcerias para o combate à pirataria, dentre eles o *Tour* de Proteção às Marcas na Copa do Mundo FIFA 2014; o Diálogo Informal Brasil-Comunidade Europeia sobre Propriedade Intelectual”, e a II Otefis – Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes contra o Fisco e a Saúde Pública.

Ainda em 2012, foi realizado o Seminário em Comemoração ao Dia Nacional de Combate à Pirataria, com a 2ª edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, agraciando as três melhores ações nas categorias Repressiva, Educativa e Econômica. Cursos de capacitação para agentes públicos também foram ministrados tendo como público total 1.058 agentes, ações que devem continuar no ano de 2013 em diversas cidades.





Pretende-se ainda dar sequência, em 2013, ao projeto Cidade Livre de Pirataria e às ações de fortalecimento do combate à pirataria no Brasil por meio de estratégias repressivas, educativas e econômicas. Será também realizada pesquisa nacional que proporcionará uma visão mais abrangente da pirataria no Brasil, auxiliando assim no planejamento e na execução de estratégias mais eficazes de combate à pirataria.

h) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas

O Programa *Crack*, é possível vencer, lançado em dezembro de 2011, tem por finalidade prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de *crack*, bem como enfrentar o tráfico de drogas.

Para a sua implantação faz-se necessário o envolvimento direto de Estados e Municípios mediante assinatura de termo de adesão. Até o momento, 14 unidades federativas e as respectivas capitais já aderiram: Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Ceará, São Paulo e além do Distrito Federal.

Dada à complexidade do tema, o Programa está organizado com forte característica intersetorial e interfederativa e prevê uma estrutura de governança, com a instalação de comitês locais, estaduais e nacional, para articular as atividades a serem desenvolvidas nos territórios.

As ações estão organizadas em três eixos: i) Cuidado, com o objetivo de aumentar a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e seus familiares; ii) Autoridade, para redução da oferta de drogas ilícitas por meio do enfrentamento ao tráfico e às organizações criminosas; e iii) Prevenção, com a finalidade de promover ações de educação, informação e capacitação.

No eixo Cuidado, houve ampliação das redes de atenção à saúde mental e proteção e promoção social, com foco na questão do uso abusivo de *crack* e outras drogas:

- 27 Consultórios na Rua (CnR) foram implantados em 2012. Já estavam em funcionamento 78. O CnR é um dispositivo constituído por equipes multiprofissionais, que têm por objetivo ofertar ações e cuidados de saúde à população em situação de rua. Com atuação itinerante e *in loco*, podem desenvolver ações compartilhadas e integradas às UBS, Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Serviços de Urgência e Emergência e outros. Atendem às diversas demandas sociais, inclusive às de usuários de álcool, *crack* e outras drogas, por meio da estratégia de Redução de Danos. Até 2014, serão 308 unidades;
- A implantação de 315 Serviços Especializados em Abordagem Social foi incentivada. Esses serviços podem ser ofertados pelos Creas ou unidades referenciadas, em Municípios com população acima de 200 mil habitantes. As equipes de Abordagem devem trabalhar em conjunto com as equipes de Consultório na Rua, para ofertar atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. O Serviço configura-se como importante canal de identificação de situações de risco pessoal e social que podem, em determinados casos, associar-se ao uso abusivo ou à dependência de drogas;
- 29 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas foram ampliados em 2012. Atualmente, existem 37 em funcionamento para atendimento de adultos, crianças e adolescentes, com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas;





- Foi incentivada a abertura de 66 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas;
- 57,5 mil profissionais de saúde foram capacitados para atendimento ao usuário abusivo de drogas e seus familiares; e
- Para fortalecimento das redes de atenção à saúde mental, o Programa *Crack*, é possível vencer ainda prevê a expansão das vagas de residência médica em psiquiatria e saúde mental. Em 2012, foram criadas 153.

No eixo Autoridade, foram realizadas as seguintes ações em 2012:

- Capacitação de 1.593 policiais civis e militares, além de guardas municipais para atuação nas cenas de uso de *crack* e outras drogas. Ainda com relação à capacitação, 432 novos policiais militares foram habilitados como instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), em todas as unidades da Federação, para atuar nas escolas públicas e privadas do País;
- No combate ao crime organizado, o Grupo Especial de Informações Sensíveis (Gise) teve um acréscimo de unidade e efetivo, sendo realizadas, até o mês de outubro de 2012, 43 operações policiais de repressão a drogas e desarticulação de organizações criminosas;
- A Polícia Rodoviária Federal (PRF) qualificou suas intervenções pontuais no combate ao tráfico de drogas e armas. Em 2012, foram apreendidos três milhões de maços de cigarro; 94 kg de haxixe; 5,6 mil kg de cocaína; e 1,3 mil kg de *crack*. Destaque para as apreensões de maconha que chegaram a 71 mil kg, cerca de 20% a mais do que em todo o ano de 2011. No mesmo período, 1,5 mil armas e 47 mil munições foram apreendidas; e
- O efetivo das Polícias Federal e Rodoviária Federal aumentou em 578 e 1,5 mil policiais, respectivamente.

Em relação ao eixo Prevenção, foram realizadas seguintes ações em 2012:

- Capacitação de mais de 105 mil profissionais de diferentes áreas de atuação – educadores, operadores do direito e profissionais das equipes psicossociais do Poder Judiciário, gestores e profissionais de comunidades terapêuticas, profissionais da saúde, e assistência social, do ramo empresarial e da segurança pública, além de lideranças religiosas; e
- Implantação de 50 novos Centros Regionais de Referência (CRR) em instituições de ensino superior, com o objetivo de qualificar, de maneira permanente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de *crack* e outras drogas, e seus familiares.

Com objetivo de ampliar o número de vagas para acolhimento de dependentes de *crack* e outras drogas e suas famílias, foi realizado chamamento público para habilitação e pré-qualificação de comunidades terapêuticas voltadas ao atendimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas, com a geração de mais de dez mil vagas para assistência gratuita a usuários e dependentes de drogas em todo País. Com recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), o edital prevê pagamento mensal de R\$ 1 mil pelos serviços de acolhimento de adultos e R\$ 1,5 mil para crianças, adolescentes e mães em fase de amamentação. As comunidades terapêuticas interessadas em participar do chamamento público terão até março de 2013 para encaminhar os documentos para habilitação.

Ações de comunicação com a população também fizeram parte do eixo Prevenção do Programa *Crack*, é possível vencer, destacando-se:





- Serviço de Viva Voz – ação de transformação da central telefônica de orientações e informações sobre drogas em serviço de utilidade pública, atendendo pelo telefone 132, o qual passou a operar durante 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados;
- Campanhas para prevenção do uso de *crack* e outras drogas – realizadas em dois períodos, no início do ano letivo de 2012 e durante a Semana Nacional sobre Drogas, em junho. Em dezembro, foi veiculada nova campanha com foco na capacitação dos profissionais que atuam com a questão das drogas;
- Manutenção do sítio *Crack, é possível vencer*, no Portal Brasil – somente em 2012, mais de um milhão de pessoas acessaram o sítio, que está disponível em www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer;
- Concursos nacionais de cartazes, *jingles*, fotografias, vídeos e monografias, atraindo cerca de 3,2 mil concorrentes, premiados durante a Semana Nacional sobre Drogas, em junho de 2012; e
- Aplicação do Programa Diga Sim à Vida nas escolas públicas de todo o País, utilizando material lúdico e didático desenvolvido em parceria com a Maurício de Sousa Produções, com personagens da Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina.





IV - INFRAESTRUTURA PARA TODOS:
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

1. Energia

a) Energia Elétrica

No ano de 2012, o País manteve e aprofundou as diretrizes da política para o setor elétrico, estabelecidas com o advento do modelo instituído pela Lei nº 10.848, de 2004. Foram desenvolvidas ações para fortalecer a infraestrutura energética compatibilizando os níveis de oferta e demanda por energia elétrica, tendo em vista a trajetória de crescimento econômico esperada para os próximos anos.

Assim, projetos estratégicos de geração e transmissão, cujo resultado se traduz na expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), compõem a carteira de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista fiscal e de financiamento, além de monitoramento intensivo por parte do Governo.

A matriz energética brasileira, no ano de 2012, apresentou a proporção de 43% de fontes renováveis, contrastando com 7% da participação dessas fontes para os países ricos e 13% em relação a média mundial, o que caracteriza o Brasil como possuidor de uma matriz essencialmente limpa. Especificamente no setor de energia elétrica, estima-se que as fontes renováveis responderam, em 2012, por mais de 80% da oferta total de eletricidade, enquanto no mundo o indicador não chega a 20%.

As vantagens ensejadas por essa configuração energética privilegiada se traduzem em baixos indicadores de emissões de CO₂ pelo uso de energia. Enquanto no Brasil o indicador é de 1,45 tCO₂ por cada tep (tonelada equivalente de petróleo) consumida, no mundo esse indicador é de 2,41 tCO₂/tep ou seja 67% superior.

Quanto à geração de energia elétrica, várias usinas se encontram em implantação proporcionando incremento de aproximadamente 3.983 Megawatt (MW) de capacidade instalada em 2012, sendo 1.857 MW de fonte hidráulica, 1.670 MW de fonte térmica e 456 MW de fonte eólica. Em relação à transmissão, foram incorporados 2.779 km de novas linhas, extensão em torno de 1,6% maior que a implementada no ano de 2011, e 16.724 Megavolt Ampère (MVA) de transformação no sistema em 2012.

A previsão de expansão da oferta de geração para o ano de 2013 é de 8.502 MW. Na transmissão, estima-se que neste ano deverão ser integrados mais 7.545 km de linhas na Rede Básica, que ampliarão a integração energética entre as diversas regiões brasileiras e atenderão à integração de novas usinas programadas para entrar em operação, contribuindo para aumentar o nível de confiabilidade e segurança do SIN.

a.1) Geração e Transmissão

No ano de 2012, dos empreendimentos que entraram em operação, destacam-se as seguintes usinas: Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio, na qual entraram em operação 626,4 dos 3.150,4 MW da Usina, localizada no Estado de Rondônia; UHE Estreito, onde entraram em operação mais 407,7 MW dos 1.087 MW previstos para a Usina; UHE Mauá, no Paraná, onde entraram em operação 357,6 MW dos 363,1 MW totais; UHE Passo São João (77 MW), localizada no Estado do Rio Grande do Sul; e UTE Porto de Pecém, localizada no Estado do Ceará, onde entraram em operação 360 MW (metade da capacidade total instalada).

Em 2012 foram iniciadas obras de 87 usinas, sendo oito Termelétricas, três Pequenas Centrais Elétricas e 76 Parques Eólicos, todas monitoradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dentre elas, destacam-se a UTE Baixada Fluminense – 530 MW – RJ, a UTE Maranhão III – 499,2 MW – MA, a UTE Maranhão IV – 337,6 MW – MA e a UTE Maranhão V – 337,6 MW – MA.





Por fim, cabe ressaltar que a usina termonuclear Angra 3 (1.405 MW) está com as obras em andamento (41,6% realizadas) e possui, atualmente, data de entrada em operação comercial prevista para junho de 2016.

Para 2013 está previsto o acréscimo na capacidade de geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 3.476 MW de fonte hidráulica, 3.348,6 MW de fonte térmica, 1.677,4 MW de fonte eólica, totalizando 8.502 MW de potência instalada em novos empreendimentos.

Dentre os principais empreendimentos de geração previstos para 2013, destacam-se:

- Entrada em operação das UHE do rio Madeira (Jirau, com 21 máquinas, totalizando 1.575 MW e Santo Antônio, com a entrada em operação de mais 18 unidades geradoras, totalizando mais 1.300,9 MW em 2013);
- UHE Simplício, com 333,7 MW;
- Conclusão das UTE Maranhão III, IV e V com 449,2 MW, 337,6 MW e 337,6 MW, respectivamente;
- Conclusão Suape II, com 381 MW;
- Conclusão da 2ª unidade de Porto de Pecém I, com 360 MW, e da 1ª unidade de Porto de Pecém II; e
- Complexos Santa Clara, com 180 MW; Morro dos Ventos, com 145,2 MW; Faisa, com 128 MW; e o Atlântica, com 120 MW.

Transmissão

A Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de 230 kV ou superior) alcançou, ao final de 2012, a extensão de 106.874 km. Em 2012 foram adicionados 2.779 km de novas linhas na Rede Básica nacional, alcançando a extensão de 106.874 km.

Entre 2003 e o final de dezembro de 2012, foram construídos no Brasil 31.267 km de linhas de transmissão na tensão de 230 kV ou acima, com incremento de 43,1% sobre o sistema existente ao final do ano de 2002. Esse crescimento proporcionou maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de eletricidade entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País. Além disso, foi promovida a melhoria das condições de suprimento energético, com a elevação da qualidade e da confiabilidade de atendimento à demanda do País, proporcionando assim maior robustez ao Sistema Interligado Nacional (SIN), do qual a Rede Básica faz parte.

Entre as linhas de transmissão construídas em 2012, destacam-se:

- LT Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde, 500 kV, com 606 km no total – reforça o sistema 500 kV que escoar a geração excedente das usinas do Mato Grosso e do sistema Acre-Rondônia, que passará a exportar energia a partir da entrada das usinas do complexo do Rio Madeira;
- LT Porto Velho-Rio Branco, 230 kV, com 487 km – reforça o suprimento ao Estado do Acre, dotando maior confiabilidade ao sistema atual;
- LT Chapadão-Imbirussu, 230 kV, com 295 km, e a Chapadão-Jataí, com 256 km – integram novas usinas térmicas a biomassa localizadas em Mato Grosso do Sul; e
- LT Miranda-Encruzo Novo, 230 kV, com 240 km no total – representa novo ponto de suprimento à região Norte do Estado do Maranhão.





Em relação ao ano de 2012, destacam-se também as energizações das seguintes Subestações (SE): SE Araraquara II (3.750 MVA), principal ponto de integração das usinas do rio Madeira com a região Sudeste, no Estado de São Paulo; SE Camaçari IV (2.400 MVA), que integrará novas usinas térmicas na região; SE Jandira e Itatiba (ambas com 800 MVA), também localizadas no Estado de São Paulo.

A conclusão da Linha de Transmissão Coletora SE Porto Velho, em 2012, primeira fase do complexo de obras denominado Integração do Madeira, permitiu o início da operação da Usina Hidroelétrica Santo Antônio (3.150 MW). A conclusão dessa Coletora, que inclui linhas de corrente contínua, e os respectivos sistemas de conversão e inversão para corrente alternada, é um importante marco da engenharia nacional e do setor elétrico brasileiro, tanto pela sua complexidade técnica quanto pelo atendimento às demandas da sociedade da região. Permitirá o abastecimento seguro da região de Porto Velho/RO, tradicionalmente uma região isolada do Sistema Interligado Nacional; a integração das UHs Santo Antônio e Jirau, que reduzirá os custos com a geração térmica local; e, principalmente, viabilizará os testes dos geradores e do Bipolo 1 da interligação elétrica das usinas do Madeira.

Para o ano de 2013 destaca-se o andamento das obras dos seguintes empreendimentos para o País:

- Interligação Tucuruí-Manaus-Macapá, circuitos 1 e 2, sendo 1.512 km em 500 kV e 314 km em 230 kV, o que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o restante do País;
- Interligação das usinas do rio Madeira. Terão continuidade as demais fases das obras de transmissão com um bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), extensão de 2.375 km, para escoamento da energia gerada pelas usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), em Rondônia;
- 3º circuito 230 kV Porto Velho-Vilhena, com 641 km, para reforçar o atendimento a Rondônia e Acre; e
- LT 230 kV Anastácio-Corumbá, com 590 km, visando ao atendimento adequado ao extremo oeste de Mato Grosso do Sul.

Para atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), no ano de 2012 foram licitados 6.369 km de linhas de transmissão e 26 subestações, que acrescentarão 7.052 MVA de transformação, incluindo obras para aumentar a segurança eletroenergética nos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo e instalações de transmissão destinadas à conexão de Centrais Geradoras eólicas que comercializaram energia elétrica nos leilões.

a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, em 11 de setembro de 2012, e seu regulamento, o Decreto nº 7.805, em 14 de setembro de 2012, que dispôs sobre prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por até trinta anos, e redução dos encargos setoriais, com o objetivo de diminuir o custo da energia elétrica para todos os consumidores brasileiros. Ainda na esteira desse processo de ajuste normativo, editou a Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 e o Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, com vistas a aperfeiçoar e clarificar os mecanismos pelos quais as renovações das concessões seriam operacionalizadas.

As concessões do setor elétrico a serem prorrogadas abrangem os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na geração, a referida Medida Provisória alcança 20 contratos de concessão de serviço público, com prazos de vencimento entre 2015 e 2017, totalizando 25,5 mil MW de potência instalada, o que equivale a cerca de 20% do parque gerador.





Na transmissão, são nove contratos de concessão, com prazos de vencimento em 2015, totalizando 85 mil km de linhas de transmissão, o que representa 67% da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso da distribuição, são 41 contratos de concessão, com prazos de vencimento entre 2015 e 2016, representando 35% do mercado nacional.

A Medida Provisória nº 579, de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, criou também a possibilidade de os atuais titulares de concessões de geração, transmissão e distribuição – outorgadas antes da publicação das Leis nº 8.987 e nº 9.074, de 1995, e não licitadas pela União – requererem a prorrogação de seus prazos por até 30 anos.

Essa medida visa alcançar dois grandes objetivos: assegurar a continuidade da prestação do serviço e capturar os efeitos da modicidade tarifária. A prorrogação poderá ser antecipada em no máximo cinco anos, e os benefícios para o consumidor começam a partir de 2013.

Foram solicitadas prorrogações dos prazos de concessão de 20 geradoras, nove transmissoras e 41 distribuidoras. No segmento de geração de energia elétrica, do universo de 123 usinas prorrogáveis, apenas 14 não manifestaram interesse.

Em 1º de novembro de 2012, foram publicados atos normativos adicionais necessários para a operacionalização das inovações legais inseridas na MP nº 579, de 2012, a saber: i) a Portaria Interministerial MME-MF nº 580, com a definição dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão de energia elétrica que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões; ii) as Portarias MME nº 578 e 579, que definem as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas e as receitas iniciais de transmissão, para efeito da prorrogação das concessões; e iii) os Despachos do Ministro que tratam dos requerimentos de prorrogação dos prazos de concessões de geração e de transmissão de energia elétrica.

Em 30 de novembro de 2012 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial MME-MF nº 602, que substituiu o Anexo I da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, que trata dos valores de indenização para as concessões de geração de energia elétrica. As concessões vincendas que não forem prorrogadas serão licitadas, mantendo-se a lógica de transferir o benefício da redução tarifária para os consumidores.

Em 4 de dezembro foi formalizada, no Ministério de Minas e Energia, a prorrogação de 100% das concessões de transmissão e cerca de 60% de geração de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017. Dessa forma, o Governo garantiu a redução da conta de luz para o consumo residencial e industrial a partir de 2013, e aumento do poder aquisitivo da população brasileira, via incremento da renda disponível, e da competitividade da indústria nacional.

a.3) Extinção das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica e a Intervenção para Adequação desse Serviço

Ainda em 2012, destaca-se a edição da Medida Provisória nº 577, de 29 de agosto de 2012, que dispôs sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências, com o objetivo de conferir maior segurança ao fornecimento de energia do País.

Essa Medida Provisória buscou disciplinar o que deve ser feito pelo poder concedente imediatamente após a extinção de uma concessão de energia elétrica, em caso de falência ou caducidade. Dentre as ações previstas, destacam-se: i) a prestação temporária do serviço pelo poder concedente, por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que novo concessionário seja contratado por licitação; ii) a permissão para a contratação temporária de pessoal imprescindível para a





prestação do serviço durante esse período; iii) a possibilidade de recebimento de recursos financeiros para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço; e iv) a assunção, a partir da data de declaração de extinção, pelo órgão ou entidade da administração pública federal, dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos vigentes específicos do setor elétrico e dos contratos de compra e venda de energia elétrica, exceto qualquer espécie de responsabilidade em relação aos direitos e obrigações referentes ao período anterior à declaração dessa extinção.

A referida Medida Provisória pretendeu robustecer o instrumento da intervenção de modo a assegurar também, durante esse processo, a continuidade apropriada do serviço. Para tanto, foi disciplinado o processo de intervenção, a atuação do interventor e a necessidade de que os acionistas da concessionária apresentem um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, além de outras medidas por parte do poder concedente. A mencionada medida provisória foi aprovada pelo Congresso Nacional na forma da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

a.4) Tarifa Social de Energia Elétrica

Em 2012, o MME acompanhou os resultados da publicação do Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, que tratou da utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a subvenção da Tarifa Social de Energia Elétrica. Destaca-se a priorização da utilização dos recursos da CDE para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica que apresentam tarifas mais elevadas. Com a nova regra, estima-se que as tarifas residenciais de grande parte das distribuidoras sejam reduzidas. Ao final de outubro de 2012, a Tarifa Social de Energia Elétrica beneficiava mais de 11,2 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil.

a.5) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 121 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2012, decorrentes dos seguintes leilões:

- 13º Leilão de Energia Nova (A-5/2011): Realizado no dia 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016, contratou 555,20 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 1.211,5 MW, provenientes de duas usinas térmicas a biomassa (21 MW médios), de 39 usinas eólicas (452,40 MW médios), e da UHE São Roque, localizada no Estado de Santa Catarina, com 135 MW de capacidade instalada, 90,9 MW médios de Garantia Física; e comercializou 81,8 MW médios ao preço de R\$ 91,2 por Megawatt-hora. O preço médio ao final do certame foi de R\$ 102,18/MWh, alcançando um deságio médio de 8,77%;
- 7º Leilão de Energia Nova (A-5/2008): Realizado em 30 de setembro de 2008, tendo como vencedora a UHE Baixo Iguaçu, com 350,2 MW de capacidade instalada; e
- 3º Leilão de Energia de Reserva (Leilão de Energia de Reserva 2010): Realizado em 25 de agosto de 2010, foram outorgadas as Eólicas (EOLs) Cristal, Primavera e São Judas, com 30 MW de capacidade instalada cada.

Em relação às linhas de transmissão, foram outorgadas em 2012 as concessões de 5.529,7 km de linhas de transmissão e 31 subestações, com capacidade de transformação de 10.344 MVA, licitadas nos leilões:

- Leilão de Transmissão nº 06/2011: ocorrido em 16 de dezembro de 2011, contratou 1.499,5 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 4.637 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 500 kV e 525 kV, a serem implantados nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2013. Os investimentos, estimados em R\$ 1,6 bilhão, gerarão 8.500 empregos diretos durante a fase de construção.





- Leilão de transmissão nº 02/2012: ocorrido em 9 de março de 2012, contratou 3.064 km de linhas de transmissão e sete subestações, que acrescentarão 1.710 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados de Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2013. Os investimentos, estimados em R\$ 2,9 bilhões, gerarão 11.600 empregos diretos durante a fase de construção.
- Leilão de transmissão nº 03/2012: ocorrido em 20 de abril de 2012, contratou 362,2 km de linhas de transmissão e seis subestações, que acrescentarão 2.100 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG), que contemplam 550 MVA de capacidade de transformação, com vistas à conexão de Centrais Geradoras eólicas que comercializaram energia elétrica nos Leilões Aneel nº 02/2011 (A-3) e nº 03/2011 (Leilão de Energia de Reserva - LER), realizados em agosto de 2011, e que participaram da Chamada Pública nº 01/2011-Aneel. Essas instalações de transmissão deverão entrar em operação comercial a partir do ano de 2014. Os investimentos, estimados em R\$ 444,6 milhões, gerarão 2.664 empregos diretos durante a fase de construção.
- Leilão de transmissão nº 05/2012: ocorrido em 6 de junho de 2012, contratou 604 km de linhas de transmissão e seis subestações, que acrescentarão 1.347 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 345 kV e 525 kV, a serem implantados nos Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2014. Os investimentos, estimados em R\$ 830 milhões, gerarão 4.200 empregos diretos durante a fase de construção.
- Leilão de transmissão nº 07/2012: ocorrido em 19 de dezembro de 2012, licitou com êxito 3.868,7 km de linhas de transmissão de energia elétrica e seis subestações, totalizando 1.848 MVA de transformação, com investimentos da ordem de R\$ 4,1 bilhões, cujas concessões serão outorgadas em 2013.

a.6) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Em 14 de dezembro de 2012 foi realizado um leilão A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à demanda declarada pelas distribuidoras a partir de 2017. Foram contratados no certame 12 projetos de geração, sendo duas hidrelétricas e 10 eólicas, totalizando capacidade instalada de 574,3 MW. O Leilão A-3/2012 previsto para ocorrer no dia 12 de dezembro de 2012, conforme Portaria MME nº 554, de 23 de setembro de 2011, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, para início de suprimento de energia a partir de 1º de abril de 2015, teve sua realização cancelada (Portaria MME nº 603, de 29 de novembro de 2012).

No ano de 2013, está previsto um leilão A-5 de compra de energia elétrica, que será entregue em 2018, proveniente de novos empreendimentos de geração hidrelétrica, que terá como objeto as UHEs São Luiz do Tapajós (7.880 MW), Jatobá (2.338 MW), São Manoel (700 MW), Água Limpa (320 MW), Riacho Seco (240 MW), Telêmaco Borba (109 MW) e Davinópolis (107 MW), totalizando 11.694 MW.

Para 2013, estão previstos três leilões de linhas de transmissão e subestações, dois previstos para o primeiro semestre de 2013 e um para o segundo semestre de 2013. Esses leilões estão de acordo com a programação de outorgas de transmissão, o documento de Consolidação de Obras de Rede Básica - 2013, abrangendo todas as regiões brasileiras e ampliando a capacidade de transmissão do Sistema Interligado Nacional, em especial das regiões Norte, Nordeste e Sul, e Sudeste, totalizando mais





6.740 MVA de transformação e 4.481 km de linhas de transmissão, com investimento previsto na ordem de R\$ 4,3 bilhões. Nesses leilões encontram-se os associados com as Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) resultantes do Leilão de Energia A-5 2011.

a.7) Planejamento do Setor Energético

a.7.1) Plano Decenal de Expansão de Energia

Em 2012 foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 (PDE 2021). Este plano foi submetido à consulta pública, e as contribuições recebidas estão sendo analisadas com o objetivo de serem incorporadas ao documento. O referido Plano indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no período decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético. Também foram iniciados, com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 (PDE 2022), a ser publicado em 2013.

a.7.2) Disseminação de Informações Energéticas

Em 2012 foi publicado o Balanço Energético Nacional, ano base 2011, contendo as estatísticas de oferta e demanda de energia, necessárias ao planejamento energético. Na mesma linha, foram produzidos diversos boletins de energia, cobrindo informações sucintas do Brasil, contemplando o enfoque regional, e do mundo, de maneira a subsidiar as ações de gestão do Governo. As ações de cooperação com a Agência Internacional de Energia (IEA), com a Organização Latino-Americana de Energia (Olade), com o Conselho Mundial de Energia (WEC), com as Nações Unidas (ONU), dentre outras organizações, possibilita que as estatísticas brasileiras de energia estejam presentes em seus bancos de dados, o que contribui para negociações comerciais entre países e blocos econômicos.

a.8) Eficiência Energética

O principal objetivo do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será atendido por programas de Eficiência Energética. O Plano de Trabalho para o biênio 2012-2014 foi concluído e ações já se encontram em curso. Dentre as ações previstas, destaca-se o Projeto Esplanada Sustentável (PES), que contempla o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, por meio do Procel Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP), com a meta de alcançar cerca de 28 mil prédios públicos da administração pública federal.

No âmbito das regulamentações para os níveis mínimos de eficiência energética, consoante determinado pela Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, e sob a coordenação do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), foi instituída a regulamentação específica para Transformadores de Distribuição. Considerados os oito equipamentos já regulamentados, bem como aqueles que serão normatizados em curto prazo, estima-se que os resultados decorrentes dessas regulamentações contribuirão, no mínimo, com cerca de 20% das metas preconizadas pelo PNEf no horizonte 2030. Um importante avanço foi obtido com a aprovação do Plano de Fiscalização dos equipamentos regulamentados pelo CGIEE, cuja implementação está sendo prevista para ter início no ano de 2013.





a.9) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

Visando garantir as condições socioambientais de atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica, são desenvolvidas atividades de articulação com concessionários, órgãos ambientais e demais gestores em questões referentes a Unidades de Conservação, patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental.

As ações de monitoramento alcançaram 545 empreendimentos outorgados ou autorizados do setor elétrico, sendo 154 linhas de transmissão/subestações; 76 Usinas Hidrelétricas; 242 Usinas Eólicas e 73 Usinas Termelétricas. Para os projetos na fase de planejamento está sendo realizado o acompanhamento de quatro Estudos de Inventário Hidrelétrico, 32 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e 21 Estudos de Impacto Ambiental dos projetos planejados, com vista ao seu licenciamento ambiental.

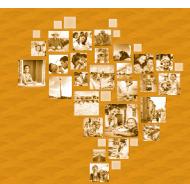
Em 2012, para o monitoramento referente ao processo de licenciamento ambiental, dentre os empreendimentos de geração hidrelétrica, destacam-se: a emissão de Licenças Prévias para Cachoeira Caldeirão (219MW), Sinop (400MW) e Ribeiro Gonçalves (113 MW); licenças de Operação para UHE Jirau (3.300MW) e UHE Simplício (328,4MW); emissão, pelo Ibama, de Termos de Referência para elaboração do Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto Ambientais (RIMA) para os Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE) São Luiz do Tapajós (7.780MW) e Jatobá (2.338MW). No período, foram realizadas as Audiências Públicas para a UHE Davinópolis (107MW).

Considerando os empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destacam-se: a emissão da Licença Prévia da LT Serra da Mesa-Niquelândia; Licença de Instalação para LT Juruá-Porto Velho e LT Joinville Norte-Curitiba C2; Licença de Operação para LT Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde, SE Coletora Porto Velho e SE Nova Araraquara. No período, foram realizadas as Audiências Públicas das LT Taubaté –Nova Iguaçu e Interligação Elétrica Garanhuns.

a.10) Articulação Institucional e Gestão Socioambiental

Com o objetivo de buscar consenso para soluções técnicas e legais a serem adotadas na condução dos procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos nas suas diversas fases, bem como no estabelecimento de ações e políticas públicas pelo Governo, foi estabelecida agenda interministerial. Das ações desenvolvidas, destacam-se:

- Proposta de Resolução do Conama para equalização dos procedimentos adotados para licenciamento ambiental de empreendimentos de geração eólica. A proposta encontra-se na Câmara Técnica de Licenciamento para deliberação;
- Sancionada a Lei n° 12.678, de 25 de junho de 2012, que dispõe sobre as alterações dos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais Itaituba I, Itaituba II, do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. No contexto, a norma propicia elementos legais para a viabilidade de realização de estudos técnicos e ambientais de empreendimento estruturantes com vistas a sua licitação, à luz da conservação ambiental na região amazônica, a exemplo da viabilidade, no que tange a interface com unidades de conservação, de empreendimentos como São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jirau, Santo Antônio e Tabajara;
- Estudo em desenvolvimento para tratar da Avaliação do Impacto na Biodiversidade nas bacias hidrográficas do Tapajós e Juruena, conforme instituído pelo Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes, criado pela Portaria Interministerial MME/MMA N° 494, de 17 de dezembro de 2010;
- Construção de diálogo institucional (MME, MMA, Funai) para a definição de diretrizes visando à regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal e da viabilidade de compensação territorial e financeira para as comunidades indígenas cujos territórios possam vir a ser diretamente afetados pela construção de empreendimentos de geração hidrelétrica;





- Participação no GT/SGP-PR/OIT 169 visando à elaboração de um modelo de processo de consulta aos povos indígenas nos termos da Convenção OIT 169 e do Decreto nº 5.051 de 2004); e
- Cadastro Socioeconômico para fins de identificação de população atingida por empreendimentos hidrelétricos. O processo de institucionalização e implantação do Cadastro Socioeconômico nos empreendimentos de geração de energia elétrica envolveu representantes dos empreendedores do setor elétrico e da população atingida pelos empreendimentos hidrelétricos, além de especialistas em gestão socioambiental e outros interessados. Esse processo de discussão se constituiu na base para elaboração da Portaria Interministerial nº 340, de 1º de junho de 2012.

a.11) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

No campo da regulamentação merece destaque, em 2012, a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR); o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE); o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico; a definição da estrutura ótima de capital, e o custo de capital considerado nas licitações de transmissão.

No exercício de 2012 foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (39 concessionárias e 12 permissionárias) e 38 processos de revisão tarifária (28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras). Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica (sete concessionárias e 26 permissionárias), além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra 1 e Angra 2 e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.809 fiscalizações em 2012. Para 2013, estão programadas 1.573 fiscalizações. Dentre as 1.573 fiscalizações programadas para 2013, serão priorizados os empreendimentos constantes do PAC.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), e a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente.

Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por monitoramento contábil, econômico e financeiro, de todos os agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cuja situação determinou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Aneel.

Para 2013, registra-se o desafio de 28 fiscalizações de ativos para composição da Base de Remuneração, em subsídio aos processos de revisões tarifárias programadas para o exercício, somadas à aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias, bem como a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, para adequação das normas brasileiras de contabilidade às referências internacionais.

No âmbito da Ouvidoria da Aneel, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. Em 2012 foram atendidas 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222.





As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC), e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2012, foram realizadas 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados, estão: o pré e pós-pagamento de energia; procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras; agenda regulatória para o biênio 2013/2014; o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição; e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta e audiência pública com vistas a colher subsídios à proposta de resolução normativa que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), procedimento que contribui para a análise dos custos e dos benefícios das propostas normativas e, assim, permite uma tomada de decisão que leve em consideração as melhores opções regulatórias para os agentes do setor elétrico, o cidadão, os usuários e o poder concedente. Para 2013, estão previstas cerca de 120 audiências e consultas públicas.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

b.1) Reservas, Exploração e Produção

O Brasil deverá alcançar até 2020, com as contribuições advindas do Pré-Sal, posição de destaque mundial como detentor de relevante estoque de reserva de petróleo e gás. Estima-se que tal reserva, considerando os blocos exploratórios já licitados, estejam entre 27,5 bilhões e 35,1 bilhões de barris de óleo equivalente (boe, que representa o somatório de petróleo e gás natural). Atualmente, as reservas brasileiras provadas de petróleo e gás natural já atingiram a marca de 17,94 bilhões de boe em 31 de dezembro de 2011.

Supondo um cenário de grande demanda mundial de energia, estima-se que a produção brasileira de petróleo e gás irá aumentar aproximadamente 82% até 2017 e mais do que duplicar a atual produção até 2021, saindo dos atuais 2,86 milhões de boe/dia, em média, para 5,1 milhões de boe/dia em 2017 e mais de 6,9 milhões de boe/dia em 2021. O Pré-Sal será responsável por aproximadamente 40% da produção e os quase 60% restantes serão oriundos das reservas maduras do pós-sal e das demais bacias marítimas e terrestres. Para atingir esses níveis elevados de produção serão necessários fortes investimentos em exploração, produção e refino, já previstos nos planos de negócio da Petrobras, atualmente responsável, como operadora, por mais de 90% da produção nacional.

Em relação à exploração e produção de petróleo e gás natural, no ano de 2012, foram registradas 174 notificações de descobertas, sendo 88 em terra e 86 em mar. Também em 2012, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recebeu onze declarações de comercialidade, que são as notificações do concessionário à ANP declarando uma jazida como descoberta comercial na área de concessão. Destaca-se ainda, ao longo desse ano, a conclusão de 662 poços entre exploratórios e de produção e a perspectiva de investimentos, no período de 2012-2016, de US\$ 279 bilhões para explorar e produzir petróleo no País, dos quais US\$ 236 bilhões referem-se à Petrobras. No que diz respeito às sondas de perfuração, além das sete que já estão com contrato assinado e cujo início da construção dos cascos está previsto para 2013, a Petrobras assinou também o contrato de afretamento de mais 21 sondas de perfuração, que serão construídas no Brasil com percentuais de conteúdo local variando de 55% a 65%. Estão sendo investidos, pela ANP, aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em levantamentos exploratórios até 2014, para aumentar o conhecimento de nossas bacias sedimentares e valorar as áreas a serem incluídas nas rodadas de licitações. Os levantamentos englobam a realização de Sísmica 2D, Sísmica 3D, Processamento Sísmico, Magnetotelúrico, Geoquímica, estudos de Sistema Petrolíferos e perfurações de Poços Estratigráficos.





Além das obras de oito navios do tipo FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência), iniciadas em 2011, que serão utilizados pela Petrobras na área do Pré-Sal para o desenvolvimento da produção nas áreas de Lula, Carioca, Iara e Sapinhoá, deverão ser construídas mais 21 FPSO, o que contribuirá para o incremento na capacidade de produção de mais de 2,3 milhões de barris por dia de petróleo e 85 milhões de m³ de gás por dia. A plataforma semissubmersível P-56, em lâmina d'água de 1.670 metros no campo de Marlim Sul, que entrou em operação em 2011, produz atualmente mais de 119 mil barris de petróleo e 3,54 milhões de m³ de gás por dia.

Encontra-se em execução a etapa de Teste de Longa Duração (TLD) em áreas do Pré-Sal, a cerca de 300 km da costa do Rio de Janeiro. Trata-se de um Projeto Itinerante de Produção e Avaliação (Pipa) por meio do FPSO *Dynamic Producer* e do FPSO São Vicente, nos prospectos de Franco, Entorno de Iara, Franco SW, Franco Leste, Franco NE, Lula Norte, Carioca NE, Lula Oeste, Iara Oeste, Lula Sul, NE de Tupi, Sul de Guará, Franco NW, Sapinhoá e Sapinhoá Norte.

A produção de petróleo, em 2012, ficou na média de 2,15 milhões de barris/dia. A produção média de gás natural brasileira, no mesmo ano, totalizou 70,6 milhões de m³/dia, um incremento de 4,63 milhões m³/dia (7,03% maior) em relação à média diária do ano anterior, decorrente do aumento da produção dos campos de Lula, Manati, Marlim Sul e Mexilhão. Somadas as produções de petróleo e de gás natural, esta média representou em 2012 a produção de 2,6 milhões de boe/dia, valores estes praticamente idênticos ao do ano anterior.

Na área do Pré-Sal, a produção, no mês de novembro, foi de 227,6 mil barris/dia de petróleo e 7,1 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 272,26 mil boe/dia. Esta produção é oriunda de 13 poços, dos quais oito estão entre os 30 maiores produtores no País.

Iniciou-se, em 2012, a produção petrolífera do campo de Baleia Azul, por meio do navio FPSO Anchieta, com capacidade de produzir até 100 mil barris por dia de petróleo e 2,5 milhões de m³ de gás natural. A produção de gás natural no campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, iniciada em abril de 2011 por meio da Plataforma de Mexilhão (PMXL-1), que é uma plataforma fixa (tipo jaqueta) instalada a uma distância de 137 km da costa, em lâmina d'água de aproximadamente 172m, está sendo ampliada por meio da interligação de sete novos poços. Com altura total de 227m, a PMXL-1 é a mais alta plataforma fixa da estatal brasileira, com capacidade de produção de 15 milhões de m³ de gás natural por dia. No mês de outubro de 2012, a PMXL-1 produziu cerca de 630 barris/dia de condensado e 5,7 milhões de m³/dia de gás natural.

Estão previstos para iniciar a produção, em 2013, outros seis empreendimentos: o navio FPSO Itajaí, que será utilizado no campo de Baúna e Piracaba, na Bacia de Santos, e terá a capacidade de produzir 80 mil barris por dia de petróleo e dois milhões de m³ de gás natural; a Plataforma P-55, que será utilizada no campo de Roncador – Módulo 3, a partir do segundo semestre de 2013, cujo casco foi construído no Estaleiro Atlântico Sul (PE) e no Estaleiro Rio Grande (RS), com capacidade para produzir 180 mil barris/dia de petróleo e 6 milhões de m³/dia de gás natural; as Plataformas P-61 e P-63, também construídas no Brasil, que serão utilizadas no Campo Papa-Terra, cuja capacidade de produção será de 140 mil barris de petróleo por dia, cada; a entrada da produção da FPSO que executará o segundo piloto de produção no Campo de Lula, com capacidade para 120 mil barris de petróleo por dia e processamento de cinco milhões de m³/dia de gás natural; e a entrada em produção do Piloto de Sapinhoá, cujo projeto prevê a perfuração e completação (preparação do poço para produção) de 13 poços (oito produtores de óleo, um injetor de WAG, um injetor de gás/CO₂ e três injetores de água) interligados ao FPSO Cidade de São Paulo, com capacidade de tratamento de 120 mil barris/dia de petróleo e processamento de cinco milhões de m³/dia de gás natural, e a interligação de mais 15 poços ao FPSO Cidade de Ilhabela, com capacidade de processamento de 150 mil barris/dia de petróleo e compressão de 6 milhões de m³/dia de gás natural.





b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Com o novo arcabouço legal para a exploração e produção sob o regime de partilha de produção, ditado pelas Leis nºs 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei da Partilha de Produção); 12.276, de 30 de junho de 2010 (Lei da Cessão Onerosa); e 12.304, de 2 de agosto de 2010 (lei que instituiu a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural/Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA), estima-se em 2013 a primeira licitação nesse novo modelo, estando em fase de elaboração as minutas do Estatuto da PPSA, do Edital e do Contrato de Partilha de Produção. A Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, determina regras de distribuição, entre os membros da Federação, dos *royalties* e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção. Na oportunidade foi editada a Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012, a qual determina que o total das receitas de *royalties* e participações especiais dos contratos de concessão será destinado à educação. Essa MP estabelece ainda que 50% dos rendimentos das aplicações do Fundo Social – constituído, sobretudo, com recursos originados dos contratos de partilha de produção – sejam destinados também à educação.

Destaca-se, ainda em 2012, a instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), a qual disciplina a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Após a seleção das áreas, serão realizados estudos para a definição de plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

Prevê-se, para 2013, a instituição do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), com vistas a permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública.

Já no setor de gás natural, dando prosseguimento à regulamentação da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009 (Lei do Gás), em 2012, foram estabelecidos os procedimentos para demanda por terceiros de construção ou ampliação de gasodutos de transporte; e para a obtenção de autorização para o exercício da atividade de importação de gás natural. Prevê-se, para 2013, a definição de procedimentos para o fornecimento de informações relativas ao planejamento da expansão da malha de transporte dutoviário; de diretrizes para o processo licitatório dos gasodutos de transporte; e a regulamentação do Plano de Contingência no suprimento de gás natural. Prevê-se ainda a implementação de políticas para a ampliação da oferta nacional de gás natural, compreendendo, entre outras iniciativas, uma política para restrição à queima de gás natural, além da publicação de diretrizes para o aproveitamento do gás metano que ocorre associado aos depósitos de carvão.

b.3) Contrato de Cessão Onerosa

Em setembro de 2012, no exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em conformidade com a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, a Petrobras informou a conclusão do quarto poço perfurado após a assinatura do contrato de cessão onerosa, que comprovou a extensão dos reservatórios de óleo localizados no entorno do poço descobridor da área de Franco, no Pré-Sal da Bacia de Santos. A coluna de hidrocarbonetos verificada neste quarto poço foi de 438 metros, a qual se constituiu em uma das maiores já encontradas no Pré-Sal. Todos os poços perfurados encontraram óleo de boa qualidade, que foram comprovados por meio de amostragens recuperadas a partir do reservatório carbonático.

b.4) Rodadas de Licitação de Blocos

Estão previstas para 2013, no mês de maio, a 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e, no mês de novembro, a 1ª Rodada de Licitações de blocos, segundo o regime de partilha da produção. Também haverá em 2013 Rodada específica para recursos não convencionais de petróleo e gás natural.





b.5) Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

Em 2012 foi atualizado o Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de modo a constituir base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor. Nele encontram-se definidas zonas de interesse para a definição de regiões estratégicas no aproveitamento racional das reservas e o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural, tanto no âmbito de exploração & produção (*upstream*) e de refino (*midstream*), quanto no de abastecimento (*downstream*). O Zoneamento, que deverá ser publicado no início de 2013 por meio de Portaria do MME, contém uma série de mapas com os argumentos utilizados e um relatório com mais de 500 páginas. Esse estudo consta no PPA 2012-2015 e será a principal ferramenta para o planejamento governamental do setor petrolífero, envolvendo a elaboração das rodadas de licitações; as atividades do Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP; e a definição das áreas para Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria MME-MMA nº 198/2012). Pretende-se que o projeto Zoneamento seja atualizado com periodicidade bienal.

b.6) Refino e Petroquímica

No setor de refino, destaca-se a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com investimentos na ordem de R\$ 30,3 bilhões, que se encontra na fase de implantação e tem previsão de partida em 2014. Menciona-se, também, a refinaria Premium I, no Maranhão, com investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões, que se encontra na fase de terraplanagem, com previsão de início para 2017, e a refinaria Premium II, no Ceará, que deverá iniciar suas operações também em 2017 e alocação de cerca de R\$ 19,7 bilhões de investimentos. Essas iniciativas representarão um acréscimo de 1,46 milhão de barris por dia (bpd) e aumentarão em 80% a capacidade de processamento atual do Brasil.

No setor petroquímico, destaca-se a continuidade dos empreendimentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape/PE, com investimentos da ordem de R\$ 23,5 bilhões e R\$ 9,1 bilhões, respectivamente.

Todos os investimentos supracitados irão conferir maior capacidade de atendimento à crescente demanda por combustíveis e produtos petroquímicos, estando alinhados com o objetivo de melhorar a qualidade dos derivados, alcançando padrões internacionais e atendimento às normas ambientais.

Em janeiro de 2012, começaram as fases P7 e L6 do Proconve, em que é exigido o fornecimento, em todo o País, de diesel S50 (a letra S representa o símbolo químico do enxofre e o número 50 representa o teor dessa substância em partes por milhão – ppm), para atendimento da frota de veículos novos. Além do fornecimento desse combustível, iniciou-se também em 2012 o fornecimento do Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo (Arla 32). Trata-se de composto necessário aos veículos pesados a diesel com motores de tecnologia SCR – *Selective Catalitic Reduction* (Redução Catalítica Seletiva), fabricados a partir de 2012, com a função de auxiliar na diminuição das emissões veiculares. Ao longo do segundo semestre de 2012, o MME promoveu discussões com os agentes do mercado para a entrada, em 2013, no mercado nacional, de um diesel ainda mais limpo: o diesel S10, com 10 ppm de enxofre, que substituirá o atual diesel S50 em sua totalidade.

Foram instituídos, para o período de 2012 a 2015, percentuais mínimos de coleta de óleo usado ou contaminado pelos produtores e importadores de óleo lubrificante básico e acabado. Esse resíduo coletado é reprocessado, resultando em óleo lubrificante básico, produto este que reingressa na cadeia produtiva de forma sustentável, além de contribuir positivamente para a balança comercial, uma vez que o Brasil é importador de óleo lubrificante.

Em relação à logística de transporte marítimo de petróleo e derivados, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) vem desempenhando papel fundamental na revitalização da indústria naval brasileira, possibilitando crescimento do





número de trabalhadores empregados diretamente no setor, o qual alcançou aproximadamente 50 mil em 2012. Isso foi possível devido ao estabelecimento de política de conteúdo local associada ao crédito. Entre 2012 e 2014 está prevista a disponibilização de R\$ 25,1 bilhões em financiamento pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM). O Promef continuará ampliando a frota de transporte marítimo de petróleo e derivados com a construção de 49 navios com capacidade de cerca de 4,0 milhões TPB (Tonelagem de Porte Bruto). Atualmente, todos os 49 navios já foram licitados. Os investimentos previstos são superiores a R\$ 12 bilhões. Destaque-se que dois navios já foram entregues em 2012: João Cândido (maio) e Sérgio Buarque de Holanda (julho).

b.7) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Em 2012 foram concluídos dois novos pontos de entrega de gás natural na malha Nordeste e seis outros na malha Sudeste. Para a expansão futura, a atual legislação do setor prevê a publicação do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (Pemat), que deverá apontar as necessidades de ampliação de gasodutos e de construção de novos em um horizonte de dez anos. Prevê-se para 2013 a publicação da primeira edição do Pemat.

b.7.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito

No que tange à regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), está em construção desde março de 2012 o Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia). O projeto do terminal é constituído por um píer, um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu e um navio com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³/dia de gás natural. A previsão é de que o terminal seja concluído até o final de 2013.

b.7.2) Fertilizantes Nitrogenados

Está em construção, desde março de 2012, a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados de Uberaba (UFN V), em Minas Gerais, que poderá produzir, a partir de dezembro de 2015, 519 mil toneladas/ano de amônia para atendimento à demanda da região do Triângulo Mineiro e sua área de influência, agregando valor e flexibilidade à cadeia de gás natural. O investimento total previsto para a unidade é de cerca de R\$ 1,8 bilhão.

Vale destacar ainda a conclusão, em junho de 2012, da unidade de produção Arla32 da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia, implantada com o objetivo de agregar valor à ureia e atender à nova demanda gerada pela obrigação de redução das emissões dos veículos pesados a diesel S50. Essa unidade tem o objetivo de produzir o Agente Redutor Líquido de Nitrogênio Automotivo (Arla) e aumentar a produção de sulfato de amônio.

Para viabilizar a construção de fábricas de fertilizantes nitrogenados no País, considerando que o Brasil importa aproximadamente 73% do fertilizante nitrogenado para atender à demanda interna, foi instituído o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif), em setembro de 2012, pela Medida Provisória nº 582. O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos. Em 2013 serão empreendidos esforços no sentido de regulamentar o Regime supracitado.

b.8) Prominp e Conteúdo Local de Bens e Serviços

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) é formado por múltiplas iniciativas conectadas no sentido de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. Dentre os resultados alcançados pelo





Programa, merecem destaque a formação de mais de 91 mil alunos por meio do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), no período de setembro de 2006 até o final de 2012, sendo 9,5 mil alunos em 2012, e a substituição competitiva de importados, com a nacionalização de equipamentos como baleeiras, guindastes *offshore* e sistemas de automação e controle, bem como a consolidação do Programa Progredir, que permite acesso a empréstimos a menores taxas de juros.

b.9) Hidrogênio

Em relação às atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se o Projeto do Ônibus a Hidrogênio. Em 2012, no âmbito do referido projeto, foi dada continuidade ao processo de aquisição de três ônibus adicionais, cujo contrato foi assinado em dezembro de 2011 com o Consórcio fornecedor. Entre as atividades executadas está a finalização do projeto dos novos ônibus, o qual incorpora melhorias resultantes dos testes executados com o protótipo. Quanto à estação de produção e abastecimento de hidrogênio, construída nas dependências da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), encontra-se em fase final de comissionamento, após ter enfrentado dificuldades técnicas e burocráticas.

b.10) Biocombustíveis

O etanol e o biodiesel são nossos principais biocombustíveis na atualidade. Ambos são produzidos em escala comercial e complementam o suprimento da demanda de combustíveis líquidos de origem fóssil. No contexto mais amplo da energia, soma-se a contribuição do bagaço da cana-de-açúcar, que além de ser a fonte energética para mover usinas de açúcar e etanol, permite a oferta de excedentes crescentes de energia elétrica em processos de cogeração. Com isso, a agroenergia responde por pouco mais do que 25% da matriz energética nacional. Numa perspectiva de prazo mais amplo, o Brasil também vem apoiando e acompanhando o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração (a exemplo do etanol da palha de cana) e do bioquerosene de aviação.

No cenário internacional, o País continua ocupando posição de vanguarda na produção e no uso de energias de fontes renováveis, resultante de sua competitividade, de políticas governamentais de regulação e de apoio aos setores produtivos, e também de ações de cooperação internacional. Isso porque um dos objetivos do Brasil é transformar os biocombustíveis em *commodities* energéticas globais, começando pelo etanol. Uma das condições para tanto é a diversificação de ofertantes na esfera internacional, em face do caráter estratégico da energia.

Nesse sentido, o Brasil tem divulgado ativamente sua experiência na produção e uso em larga escala de biocombustíveis – etanol e biodiesel, compartilhando-a com países interessados em incluí-los em suas matrizes energéticas. Em 2012, destacam-se atividades realizadas no âmbito das cooperações bilaterais com os Estados Unidos, Holanda, Noruega, Itália, Rússia, Portugal, Quênia, Argentina, Senegal, Moçambique e Guiné Bissau. Na atuação perante organismos internacionais, o Brasil tem contribuído no *Bioenergy Implementing Agreement*, da Agência Internacional de Energia (IEA), e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2012*, principal publicação dessa entidade no contexto energético mundial, incluindo os biocombustíveis.

Também em 2012, no âmbito do Programa de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis (PRO-Renova), o País atuou na organização e realização de cursos de capacitação em eventos no exterior, com destaque para os eventos e reuniões de trabalho no Mali. Discussões específicas para o desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis também foram conduzidas na Rio+20, com a realização de evento da GBEP (*Global Bioenergy Partnership*) paralelamente à Conferência. O País realizou atividades de cooperação com blocos regionais, tais como União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental Cedeao, União Europeia e, em especial, com o Mercosul. O Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis completou sua oitava reunião em 2012, com o





objetivo de trocar experiências e informações e realizar estudos e levantamentos visando desenvolver harmonicamente os biocombustíveis nos países membros.

Para 2013, prevê-se a organização, no Brasil, de *workshop* internacional na área de biocombustíveis, atendendo simultaneamente diversos acordos bilaterais e multilaterais firmados pelo País nesta área, no âmbito de sua atuação na GBEP, considerada o principal fórum de discussão sobre sustentabilidade da bioenergia, tema também central para a transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas mundiais. A reunião anual de 2013 da *Clean Energy Ministerial* (CEM) também terá participação brasileira.

b.10.1) Etanol

Com as medidas governamentais iniciadas no final de 2011 visando estimular a renovação de canaviais e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, verificou-se aumento na produção de etanol em 2012, embora ainda inferior à marca de 27,5 bilhões de litros alcançada na safra 2008/2009. O setor produtivo ainda se recupera de uma retração na oferta de cana-de-açúcar, fruto de três safras desfavoráveis do ponto de vista climático e da perda de produtividade decorrente da redução de investimentos nos canaviais.

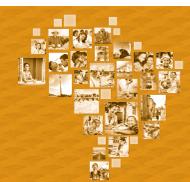
A perda de competitividade no mercado doméstico, decorrente da menor disponibilidade de matéria-prima e do aumento de seus custos e preços, reduziu o consumo de etanol carburante, que atingiu 17,8 bilhões de litros em 2012, frente aos 19,3 bilhões de 2011. Além de fatores relacionados à oferta, esse resultado foi influenciado pelo aumento acima de 7%, em 2012, do consumo de combustíveis dos veículos que utilizam etanol e gasolina, em função do crescimento da ordem de 13% no consumo de gasolina C. Em contrapartida, as exportações de etanol cresceram 55%, basicamente em função do prêmio pago pelo mercado americano aos biocombustíveis avançados, combinado com a quebra de safra naquele país, causando a redução da disponibilidade de milho para a produção de etanol.

Além de dar continuidade a encontros e troca de informações com representantes do setor, iniciados em 2011 visando subsidiar decisões governamentais frente às condições de oferta, demanda e logística de distribuição de etanol, foram adotadas importantes medidas para estimular o desenvolvimento do mercado desse biocombustível. A Lei nº 12.490, 16 de setembro de 2011, forneceu base jurídica para a ANP disciplinar a contratação prévia entre distribuidoras de combustíveis e usinas, visando assegurar a regularidade do abastecimento. A Lei nº 12.666, 14 de junho de 2012, autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento para estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços desse biocombustível e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.

b.10.2) Biodiesel

O biodiesel é o mais novo biocombustível integrante de nossa matriz energética, misturado compulsoriamente ao óleo diesel fóssil desde janeiro de 2008. Nesse curto espaço de tempo, a meta de mistura de 5% de biodiesel ao diesel (B5) foi antecipada em três anos para janeiro de 2010, sendo comercializada nos mais de 37 mil postos de revenda espalhados pelo território nacional. Esse avanço já coloca o País no rol dos três maiores consumidores mundiais de biodiesel, atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos.

Em 2012, o consumo nacional de biodiesel situou-se na faixa de 2,8 bilhões de litros, projetando-se, para 2013, total próximo a 3 bilhões de litros. A capacidade nominal instalada em 2012 atingiu 6,8 bilhões de litros, com 57 usinas autorizadas a produzir e a comercializar biodiesel nos leilões públicos, para abastecer o mercado. Desse total, 40 usinas, responsáveis por





aproximadamente 88% da oferta, são detentoras do selo Combustível Social, mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível e a redução de disparidades regionais.

O Governo vem realizando estudos e audiências com os principais elos da cadeia produtiva, incluindo análise de impacto regulatório do biodiesel, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do mercado e avançar no controle da qualidade do biodiesel. Como resultado desse processo, temos: i) adoção de novo modelo de leilões de biodiesel, com o objetivo de dar mais proteção ao consumidor e promover maior competição entre os produtores; ii) estabelecimento de especificação mais rigorosa do biodiesel; e iii) instituição de obrigações quanto ao controle da qualidade pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto no território nacional.

Ainda em relação ao PNPB, o Governo vem trabalhando no sentido de superar dois grandes desafios: diversificar matérias-primas para o biodiesel e ampliar a participação da agricultura familiar e das regiões carentes na cadeia produtiva do biodiesel. A diversificação é necessária porque ainda há alta dependência em relação ao óleo de soja (cerca de 80% das fontes). Para tal estão sendo apoiadas ações de pesquisa e desenvolvimento em novas oleaginosas, em consolidação de alternativas como a canola, na região Sul, e a palma de óleo na região Norte; além da realização de eventos técnicos de capacitação e difusão de tecnologias, especialmente para o Semiárido.

Quanto à participação da agricultura familiar, em 2012, cerca de 105 mil famílias de pequenos produtores rurais e 70 empreendimentos coletivos de agricultores familiares estavam diretamente envolvidos e integrados à cadeia produtiva do biodiesel. As aquisições de matéria-prima junto a esse público atingiram R\$ 1,5 bilhão. Espera-se que em 2013 o programa contemple 120 mil famílias e 80 empreendimentos coletivos, todos contando com o suporte da assistência técnica e extensão rural, e que as compras atinjam R\$ 2 bilhões.

Cabe ainda registrar as contribuições do biodiesel para diversificar nossa matriz energética, gerar emprego e renda no campo, melhorar as condições ambientais, sobretudo nos grandes centros metropolitanos, e reduzir dispêndios com a importação de diesel de petróleo. O esforço de substituição de importações alcançou, em 2012, US\$ 2,3 bilhões.

Em abril de 2012 foi realizado o 5º Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, reunindo trabalhos e apresentações de pesquisadores e especialistas voltados ao desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva do biodiesel. Além de dar continuidade ao apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação nessa área, em 2013 o Governo Federal pretende aperfeiçoar os mecanismos regulatórios, a capacitação de agricultores e extensionistas rurais, a difusão de novas tecnologias agrícolas e a diversificação de fontes de matérias-primas para o biodiesel, além de prosseguir na análise de medidas que proporcionem seu fortalecimento no mercado interno e abram perspectivas para o ingresso do País na exportação desse biocombustível.

b.11) Regulação e Fiscalização

Está previsto o envio de proposta ao Congresso Nacional que revisará a atual legislação que autoriza o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos no País, com o objetivo de promover maior envolvimento de todos os agentes econômicos da cadeia de abastecimento no sentido de garantir uma estocagem mínima de combustíveis (aliada ao aumento da capacidade nacional de armazenamento) que venha a assegurar o atendimento à demanda nacional.

Considerando o conjunto de investimentos realizados em 2012, foram adquiridos 10 mil km² de Sísmica 2D no Pré-Sal das bacias de Campos e Santos, processados 153.452 pontos de dados de sísmicos, adquiridos 780 quilômetros lineares de dados





sísmicos nos Estados do Acre e Maranhão, coletados duas mil amostras de solo nos Estados da Bahia e de Roraima, coletados 200 testemunhos de fundo oceânico no Estado do Ceará, e está sendo feito o estudo de sistema petrolífero do norte da Bacia do São Francisco (Estado da Bahia) em cooperação com Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesse mesmo ano, foi contratada a realização de processamento de 628.817 registros sísmicos adquiridos antes de 1998. Está em andamento a contratação de aquisição de 44.200 pontos de tiro de sísmica de reflexão bidimensional terrestre no Mato Grosso e a aquisição de 100 mil pontos de vibração de sísmica de reflexão bidimensional terrestre no estado do Mato Grosso do Sul.

Para 2013, estão previstos, além da execução dos projetos contratados, o início da perfuração de dois poços estratigráficos nos Estados de Mato Grosso e na Bahia, e a contratação de 4 mil km de sísmica 2D nos Estados do Piauí e do Paraná.

No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade ficou em torno de 1,9% confirmando a tendência de declínio observada nos exercícios anteriores. Em 2012, até outubro foram analisadas 213.384 amostras de combustíveis.

A ANP iniciou em 2011 o Programa de Monitoramento de Lubrificantes. Ao final de 2012, o Programa envolvia 19 instituições de pesquisa abrangendo 17 Estados. Foram analisadas 312 amostras que revelaram um índice de não conformidade de 11%. Em dezembro de 2011, esse índice era de 13,6% de um total de 345 amostras analisadas.

Em 2012 foram fiscalizadas 4.234 instalações de exploração e produção de petróleo e gás natural. Desse total, 46 foram realizadas diretamente pela ANP e 4.188, por meio de dois termos de cooperação com o Departamento de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC). Em relação à gestão das concessões de blocos exploratórios, serão intensificadas, em 2013, as atividades de fiscalização que compreendem perfuração de poços exploratórios, execução de testes de formação, testes de longa duração, medição da produção, entre outras. Essas fiscalizações também se destinam a evitar acidentes operacionais dos quais podem resultar impactos ambientais que afetam a sociedade como um todo e podem comprometer o abastecimento nacional.

As ações realizadas, em 2012, no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural compreenderam 2.953 embarcações fiscalizadas por meio de Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha.

Também foram realizadas 32 ações de fiscalização, em instalações de agentes econômicos produtores de combustíveis, quais sejam: Refinarias de Petróleo, Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Produtores de Biodiesel, Produtores de Solventes, Centrais de Matérias-Primas Petroquímicas e Formuladores de Combustíveis.

A ANP fiscaliza os agentes econômicos que atuam no setor de produção, distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. Em 2012, foram realizadas 20.786 ações de fiscalização. O planejamento para 2013 prevê 25 mil ações no ano voltadas para diversos segmentos do abastecimento nacional de combustíveis, visando à ampliação da abrangência da fiscalização no mercado de etanol.

c) Geologia, Mineração e Transformação Mineral

A gestão pública do setor mineral, em 2012, consistiu em ações que tiveram por objetivo ampliar e promover a participação da indústria da mineração no desenvolvimento socioeconômico do País.

No plano institucional, destaca-se o aprofundamento dos estudos para o aperfeiçoamento do marco legal que regerá a atividade de mineração no País, em substituição ao atual Código de Mineração (Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967).





Foi aprovado em 2012 o Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Projeto Meta), que consiste na execução de diversos subprojetos que visam à modernização tecnológica e organizacional dos setores de energia e mineral. Os subprojetos voltados para o setor mineral compreendem a construção de laboratórios, aquisição de modernos equipamentos e capacitação das instituições, incluindo suas vinculadas, para o exercício de suas atribuições. São 13 atividades de assistência ao setor mineral que serão divididas em duas etapas, a um custo aproximado de US\$ 25 milhões, das quais quatro tiveram início em 2012 e totalizaram mais de US\$ 5,6 milhões.

c.1) Geologia e Recursos Minerais

No período de 2004 a 2012, o total de recursos investidos no setor foi da ordem de R\$ 510,4 milhões, os quais possibilitaram a execução de mapeamentos geológicos e avaliação dos recursos minerais de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca de 20% da área continental, além de pesquisas na plataforma continental brasileira. A esses se somam levantamentos aerogeofísicos que totalizaram mais de 2,5 milhões km² de área recoberta, a um custo de mais de R\$ 217 milhões entre 2004 e 2012, análises geoquímicas em mais de 370 mil amostras de sedimentos de corrente, solo, água, rocha e minérios, bem como levantamentos de recursos hídricos.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) vem ampliando e consolidando sua atuação em estudos do meio físico, com foco direcionado para as fragilidades e vulnerabilidades dos terrenos frente a desastres naturais. Os trabalhos de campo foram conduzidos principalmente para as áreas urbanas dos Municípios, buscando a identificação de indícios do desenvolvimento de processos de ruptura em encostas. Em 2012 foram mapeados cerca de 300 Municípios críticos, estando previstos outros 250 em 2013.

c.2) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Destaca-se, tanto no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030) quanto no PPA 2012-2015 e Plano Brasil Maior 2011-2014, a iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender à demanda por matéria-prima mineral, com ênfase nos minerais em que o País é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes. Nesse sentido, foi instituído Grupo de Trabalho para a Normatização da Rochagem no Brasil.

Em 2012, foram analisadas duas solicitações de enquadramento de projetos de construção de mineroduto ao Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a qual prevê a suspensão da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins em obras de infraestrutura. Os incentivos concedidos viabilizaram investimentos em plantas industriais de processamento de minérios cujo montante foi de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões, nos Municípios de Itaitaiçu e São Joaquim de Bicas, ambos em Minas Gerais.

Em 2013, serão desenvolvidos projetos de levantamentos geológicos e de recursos minerais, aerogeofísicos, geoquímicos e hidrogeológicos, dos quais uma parte será destinada aos levantamentos da Plataforma Continental Brasileira, ao longo de seus mais de 3,5 milhões de km² visando à identificação do potencial mineral, sobretudo para minerais estratégicos como fosfato, granulados carbonáticos e depósitos polimetálicos.

Do total de R\$ 88,7 milhões destinados ao conhecimento geológico, acrescenta-se cerca de R\$ 12 milhões destinados a estudos e levantamentos de depósitos de minerais estratégicos, tais como lítio e elementos terras raras, de agrominerais como fosfato e potássio, bem como a implantação de sistema de informações e análises da disponibilidade e demanda de insumos minerais para construção civil, o mapeamento geológico-geotécnico de áreas sujeitas a riscos geológicos e o levantamento de informações para a previsão de cheias e inundações.





Também se destaca a continuidade de estudos do meio físico, com foco direcionado para as fragilidades e vulnerabilidades dos terrenos frente a desastres naturais, disponibilizando dados e conhecimento para a prevenção, mitigação e redução de danos em áreas de riscos geológicos, como deslizamentos e inundações, com vistas a subsidiar os agentes envolvidos na análise, gerenciamento e intervenção.

O Comitê Temático de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (CT APL Mineral) planeja realizar, durante o ano de 2013, os diagnósticos e agendas setoriais estratégicas para os segmentos de Cerâmica Vermelha, Rochas Ornamentais e Gemas, Joias e Afins, bem como consolidar e expandir a Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (Rede APL Mineral).

No que diz respeito ao Projeto Meta, deverá ser executado o Inventário e Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Pequena Mineração no Brasil. Na área de mudanças do clima, será dada continuidade ao trabalho de implementação do Plano Mineração de Baixo Carbono, bem como a continuidade do Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral.

2. Transportes

O planejamento e a execução das ações de transportes estão fundamentados nos conceitos de integração territorial, segurança e desenvolvimento sustentável do País, buscando equidade e justiça social. Com base nessas diretrizes, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) vem promovendo aumento na conectividade entre os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Lançado em agosto de 2012, o Programa de Investimentos em Logística visa ampliar e modernizar a infraestrutura de transportes no País e promover a integração entre rodovias e ferrovias, reduzindo custos e aumentando a competitividade. Estão previstos investimentos totais de R\$ 133 bilhões dos setores público e privado, sendo R\$ 79,5 bilhões nos primeiros cinco anos e o restante em até 25 anos. O planejamento e o acompanhamento das ações e projetos ficarão sob a responsabilidade da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), criada pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012.

No que concerne ao modal rodoviário e ferroviário, os principais objetivos do Programa são o de ampliar a escala dos investimentos públicos e privados, duplicar os principais eixos rodoviários do País, promover a reestruturação do modelo de investimentos em ferrovias e expandir a capacidade da malha ferroviária.

De acordo com a expectativa do Governo, o montante de investimentos em rodovias deve atingir R\$ 42 bilhões, que correspondem à expansão da malha em 7,5 mil km, sendo R\$ 23,5 bilhões nos próximos cinco anos e R\$ 23,5 bilhões no prazo de 20 anos. No que concerne ao setor ferroviário, a previsão é de investimentos da ordem de R\$ 91,0 bilhões, totalizando 10 mil km de expansão da malha. Serão aplicados R\$ 56 bilhões nos próximos cinco anos e R\$ 35 bilhões dentro de 25 anos.

Pelo modelo de Parcerias Público Privadas (PPP), previsto para o setor, o Governo contrata a construção, a manutenção e a operação da ferrovia, compra a capacidade integral de transporte da ferrovia e faz a oferta pública, assegurando o direito de passagem, na busca da modicidade tarifária. A venda de capacidade será feita para usuários que quiserem transportar carga própria, para os operadores ferroviários independentes e para os concessionários de transportes ferroviários. A criação do Operador Ferroviário Independente também é um passo importante em direção à operação integrada da malha ferroviária federal. A separação entre a empresa gestora da infraestrutura e o operador de transporte busca ampliar o acesso à malha ferroviária para que diversos setores da economia possam usufruir da infraestrutura ferroviária. Com isso, busca-se reduzir custos e aumentar a competitividade do País. O objetivo desse esforço é o resgate das ferrovias como alternativa logística de transporte e a quebra do monopólio na oferta de serviços ferroviários, além da redução do custo de transporte no País e da diminuição do fluxo do transporte de cargas pelas rodovias.





a) Planejamento

Dentre as principais ações de planejamento desenvolvidas no âmbito do PNLT em 2012, destacam-se:

- A conclusão da pesquisa sobre o tráfego diário médio anual nas rodovias federais, com elaboração de matrizes de origem e destino de mercadorias e passageiros para atualização da Base de Dados Georreferenciada do PNLT, além da identificação dos perfis dos usuários e das cargas e informações relacionadas às classes de veículos predominantes nesses transportes;
- A realização de estudos para a reimplantação dos trens de passageiros nos seguintes trechos: i) de Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande até o Balneário de Cassino, no Estado do Rio Grande do Sul – iniciado em 2012 com conclusão prevista para 2013; ii) Conceição da Feira, Salvador e Alagoinhas, no Estado da Bahia – iniciado em 2012 com conclusão para 2013; e iii) Codó (MA), Teresina (PI) e Altos (PI) – iniciado em 2012 com conclusão prevista para 2013; e
- O início da elaboração do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) com o objetivo de diagnosticar os gargalos e sugerir recomendações de intervenções para a inserção do transporte hidroviário interior de forma mais incisiva no contexto do planejamento nacional de transportes.

b) Transporte Rodoviário

A execução das obras rodoviárias de infraestrutura prioriza assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto, ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais e ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado, com alto índice de acidentes.

b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

Os investimentos realizados em 2012 voltados às ações de adequação e construção de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com foco estratégico para escoamento da produção, ampliação da fronteira agrícola, integração nacional e interligação com os países da América do Sul. Com o objetivo de superar gargalos operacionais, em termos de investimentos rodoviários, destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte:

- BR-364/AC, trecho Sena Madureira-Feijó (189,8 km) – executados 35,2 km em 2012, com previsão para conclusão em 2013;
- BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes-Oiapoque (168,0 km) – executados 55,0 km de pavimentação em 2012, com previsão de execução de 40,0 km para 2013;
- BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA-Santarém (947,0 km) – concluídas 52 pontes e executados 62,2 km em 2012, com previsão de execução de 70,0 km em 2013;
- BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA-Rurópolis (855,0 km) – executados 103,00 km em 2012;
- BR-319/RO, ponte sobre rio Madeira (1,8 km) – executados 86,9% da obra em 2012, com previsão para conclusão em 2013;
- BR-429/RO, trecho Presidente Médici-Costa Marques (304,3 km) – executados 47,3 km em 2012, com previsão de resgate dos sítios arqueológicos e conclusão da obra em 2013;





- BR-153/TO, travessias de Colinas do Tocantins (5,0 km) e Guaraí (4,9 km) – executados 4,0 km e concluídas as obras em 2012; e
- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7,0 km) – executados 7,0 km da pista principal e 11,0 km de vias marginais em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013.

Região Nordeste:

- BR-101/AL, trecho divisa PE/AL-divisa AL/SE (248,5 km) – executados 51,9 km em 2012, com previsão de execução de 50,0 km em 2013;
- BR-101/PB, trecho divisa PB/RN-divisa PB/PE (129,0 km) – obra concluída em 2012;
- BR-101/PE, trecho divisa PB/PE-divisa PE/AL (199,0 km) – executados 3,0 km, uma passagem inferior e uma ponte em 2012, com previsão de conclusão de trecho divisa PB/PE-Igarassu e de contratação das obras do contorno de Recife em 2013;
- BR-101/RN, trecho Natal-divisa RN/PB (81,0 km) – conclusão das obras de duplicação e de modernização em 2012, com previsão de início das obras complementares das marginais entre Natal e Parnamirim em 2013;
- BR-101/SE, trecho divisa AL/SE-divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o contorno de Aracaju – executados 55,0 km do trecho e concluído o contorno em 2012;
- BR-235/BA, trecho divisa SE/BA-divisa BA/PI (664,0 km) – executados 6,5 km em 2012, com previsão de execução de 30,0 km em 2013;
- BR-418/BA, trecho Caravelas-entroncamento BR-101/BA (72,8 km) – executados 14,1 km de pavimento e alargamento de quatro pontes em 2012, com previsão de execução de 8 km em 2013;
- BR-408/PE, adequação de trecho Carpina-entroncamento BR-232 (41,8 km) – executados 19,7 km em 2012, com previsão de execução de 15,0 km em 2013;
- BR-235/PI, trecho Gilbués-divisa PI/MA, Santa Filomena (130,2 km) – executados 57,2 km em 2012, com previsão de conclusão em 2013; e
- BR-324/BA, Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km) – executados 1,92 km em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013.

Para 2013 estão previstas ainda as construções dos contornos das cidades de Mossoró (BR-304/RN) e Campina Grande (BR-230/PB), além da conclusão da duplicação da ponte sobre o rio Jaguaribe, em Aracati (BR-304/CE).

Região Sudeste:

- BR-101/ES, duplicação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km) – executados 2,0 km de pavimentação e duas obras-de-arte especiais em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013;
- BR-050/MG, trecho Uberlândia-Araguari-Divisa MG/GO (68,4 km) – executados 21,4 km de duplicação em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013;
- BR-364/MG, trecho entroncamento BR-153/MG (Gurinhatã)-divisa MG/GO (75,6 km), executados 38,0 km em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013;
- BR-262/MG, adequação de capacidade da travessia urbana de Uberaba (16,5 km) – marginais (8,3 km): contrato assinado e obra iniciada em julho de 2012;





- BR-146/MG, construção e pavimentação Bom Jesus da Penha-Guaxupé – obra concluída em 30/08/2012;
- BR-146/MG, construção e pavimentação Passos-Bom Jesus da Penha – ação preparatória com previsão de licitação até 30/06/2013;
- BR-365/MG, trecho Uberlândia-entroncamento BR-153, Trevão (79,0 km) – 29,0 km de duplicação executados em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013; e
- BR-493/RJ, construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro (97,0 km), trecho entroncamento BR-040/RJ-entroncamento BR-101/RJ (71,0 km) – concluídas 23 obras-de-arte especiais em 2012, com previsão de conclusão de 45 obras-de-arte especiais e execução de pavimentação de 35 km em 2013. Trecho entroncamento BR-101/RJ (Manilha), Santa Guilhermina (26,0 km), com previsão de início para 2013.

Região Sul:

- BR-163/PR, contorno oeste de Cascavel (23,03 km) – executados 14,3 km em 2012, com previsão de conclusão em 2013;
- BR-376/PR, contorno rodoviário de Maringá (17,6 km) – executados 1.260 m de muros de contenção em 2012, com previsão de conclusão em 2013;
- BR-386/RS, trecho Tabaiá-Estrela (38,0 km) – executados 16,8 km e 76,0% de obras-de-arte especiais em 2012, com previsão de execução de 15,0 km em 2013;
- BR-392/RS, trecho Pelotas-Rio Grande (85,0 km) – executados 42,0 km e nove viadutos em 2012, com previsão de conclusão da duplicação em 2013;
- BR-448/RS, trecho Sapucaia-Porto Alegre (22,0 km) – executados 35% da obra e 20% de quatro viadutos em 2012, com previsão de conclusão em 2013;
- BR-282/SC, travessia de Lajes, obra iniciada em 10/01/2011 – viaduto duplo Av. Duque de Caxias, 80% concluídos; concluídos os viadutos Linha Ferroviária na Marginal Leste (LE) e Oeste (LD); viaduto duplo Av. Ponte Grande, 30% concluídos; viaduto duplo Av. Luiz de Camões, 35% concluídos; pista central, 0,6 km de terraplenagem em execução; via marginal, 4,4 km de terraplenagem e 3,7 km de capa concluídos. Previsão de conclusão da obra em 2013;
- BR-101/SC, trecho Palhoça-divisa SC/RS (145,6 km) – executados 19,5 km em 2012, com previsão de conclusão da duplicação em 2013; e
- BR-470/RS - trecho Barracão-Lagoa Vermelha, obra concluída em 2012.

Região Centro-Oeste:

- BR-060/GO, trecho Goiânia-Abadia de Goiás-Jataí (315,4 km) – executados 21,3 km em 2012, com previsão de conclusão da obra em 2013;
- BR-359/MS, trecho divisa MS/GO-entroncamento BR-163/MT (223,9 km) – obra concluída em 2012;
- BR-158/MT, trecho ribeirão Cascalheira-divisa MT/PA (481,3 km) – executados 14,0 km de construção e pavimentação em 2012, com previsão de execução de 40 km em 2013; e
- BR-242/MT, trecho BR-163/MT, Sorriso-BR-158/MT, Querência (481,1 km) – executados 57,7 km em 2012, com previsão de execução de 76,0 km em 2013.





b.2) Manutenção de Rodovias

Em 2012, houve continuidade das ações de conservação e manutenção tradicionais e, principalmente, do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema) que asseguraram a continuidade da manutenção de nossas rodovias. O Procrema contemplou o Crema 1ª etapa com intervenções de manutenção programadas para um horizonte de dois anos; e o Crema 2ª etapa com intervenções mais robustas distribuídas em um período de cinco anos.

Atualmente, estão em execução 18.631,3 km de conservação tradicional, 2.273,4 km de restauração tradicional, 32.476,0 km de Crema (1ª e 2ª etapas), perfazendo 53.380,7 km de rodovias com contratos de manutenção.

Foram executados 12,5 mil km de sinalização horizontal e vertical nas rodovias federais pavimentadas, por meio do Programa Nacional de Sinalização Rodoviária (ProSinal). No âmbito do Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas) foram executados 270 km de fornecimento e substituição de defensas em 2012. Em substituição aos Programas ProSinal e Prodefensas foi licitado em 2012 o Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal) com a inclusão de sinalização turística e para a Copa do Mundo FIFA 2014.

b.3) Operação Rodoviária

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV), em execução desde dezembro de 2010, consiste na instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade, para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. O Programa tem como foco principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Em 2012, foram instalados 973 equipamentos de controle de velocidade, perfazendo um total de 1.310 equipamentos, com meta de ampliação para 1.796 equipamentos em 2013.

Ainda no campo da operação rodoviária, o Governo realiza a fiscalização do excesso de peso transportado por meio da operacionalização da 1ª etapa do Plano Nacional de Pesagem (PNP), sendo que atualmente se encontram em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV). Nesses PPV todos os veículos de transporte de carga e de passageiros são submetidos à pesagem de forma a coibir o tráfego de veículos com excesso de peso. Em 2012, foram fiscalizados 8,7 milhões de veículos. Para 2013, o Governo planeja concluir os estudos de modernização do modelo atual de fiscalização.

b.4) Concessões Rodoviárias

Há 14 concessões rodoviárias vigentes, referentes às 1ª e 2ª etapas do Programa de Concessões de Rodovias Federais, que totalizam 4.763,8 km.

A 3ª etapa do Programa de Concessões está dividida em Fases I, II e III, uma extensão total de 7.977,7 km. A Fase I, composta pelos trechos BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG, perfazendo um total de 1.735,5 km, tiveram os Planos de Outorga aprovados em 2012. Novas audiências públicas foram realizadas entre agosto e setembro de 2012, com previsão dos leilões para início de 2013.

No que diz respeito à Fase II, composta pelo trecho BR-101/ES/BA, de 475,9 km, o processo licitatório foi finalizado, estando na fase de assinatura do contrato de concessão.

O Programa de Concessões foi ampliado em agosto de 2012, com a inclusão da Fase III, composta por sete lotes rodoviários, que perfazem um total de 5.748,3 km, a saber: BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO; BR-050/GO/MG; BR-163/MT; BR-163/262/267/MS e BR-060/153/262/DF/GO/MG.





Destacam-se ainda diversas obras de relevância e que resultarão em grandes benefícios aos usuários das rodovias concedidas, melhorando as condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto. A título de exemplo, citam-se as seguintes obras:

- Ampliação da Avenida do Contorno, em Niterói, na BR-101/RJ – a iniciar em 2013;
- Duplicação da BR-101/RJ trecho Macaé-Campos (42,0 km) – executados 40% da obra em 2012;
- Construção do contorno de Florianópolis na BR-101/SC – a iniciar em 2013; e
- Duplicação da BR-116/PR, trecho Curitiba-Mandirituba (5,6 km), executados 80% da obra em 2012.

b.5) Transporte de Cargas

O transporte rodoviário autorizado de cargas, atividade econômica realizada por terceiros e mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado em sua exploração no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). Estavam regularmente inscritos no RNTRC, em 2012, 769.539 transportadores, sendo 651.420 autônomos, 117.810 empresas e 309 cooperativas, com uma frota total de 1.823.253 veículos.

O pagamento eletrônico de frete visa formalizar os relacionamentos entre os embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco principal os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2012, foram cadastradas 2,9 milhões de operações de transporte. Foram também habilitados, em 2012, 56 Operadores de Transporte Multimodal (OTM), perfazendo um total de 420 OTM habilitados.

Quanto ao transporte rodoviário internacional de cargas, foram concedidas, em 2012, 183 habilitações a empresas brasileiras e 88 habilitações a empresas estrangeiras, totalizando 685 empresas brasileiras autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.237 empresas estrangeiras autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 65.082 veículos brasileiros e 41.530 veículos estrangeiros.

No que se refere à fiscalização do serviço de Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), foram realizadas 16.397.667 fiscalizações, resultando em 175.588 autos de infração em 2012. Desse total de fiscalizações, 16.164.749 referem-se à modalidade Excesso de Peso. Foram fiscalizados 124.635 veículos quanto à regularidade no RNTRC. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 23.501 veículos. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (Tric), foram fiscalizados 38.054 veículos em 2012. Outros 35.665 veículos foram fiscalizados na modalidade de Pagamento Eletrônico de Frete (PEF).

b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

Em 2012 deu-se continuidade ao aprimoramento do transporte interestadual de passageiros, cuja rede se pretende dinamizar por meio do Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (Propass Brasil), com a elaboração do Plano de Outorga.

Quanto ao serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip), em 2012, foram fiscalizados 369.564 veículos, dos quais 333.713 em Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA), localizados em terminais rodoviários de passageiros; 32.788 veículos fiscalizados em Comandos Operacionais em rodovias; e 3.063 veículos fiscalizados em atendimento a Ordens de Serviço. Ressalte-se, ainda, que houve a lavratura de 24.849 autos de infração do Triip.





c) Transporte Ferroviário

O transporte ferroviário é um modal de transporte eficiente energeticamente, dotado de elevada capacidade e com baixo custo operacional em relação ao volume total transportado, quando comparado ao transporte rodoviário, sendo adequado para o transporte de grandes volumes de cargas por longas distâncias.

c.1) Expansão da Malha

A expansão ferroviária está sendo planejada e implementada de forma integrada com os demais modais de transporte, visando a sua modernização e estruturação de sistema de alta capacidade para o transporte de cargas e passageiros de forma a atender à demanda gerada pela estrutura produtiva do País.

Ferrovias Norte-Sul

- Tramo Central: Palmas/TO-Uruaçu/GO (575,0 km) – concluída a colocação dos 211,0 km restantes de grade em 2012, com previsão de conclusão das obras complementares em 2013; e
- Tramo Sul: Uruaçu/GO-Anápolis/GO (280,0 km) – concluída a colocação de grade em 2012, com previsão de execução do pátio de Anápolis, linhas de interligação e conclusão das obras complementares ao longo do trecho, em 2013.

Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde/GO-Estrela d'Oeste/SP (681,0km) – executados 13,8% de infraestrutura, 0,3% de superestrutura e 13,2% de obras-de-arte especiais em 2012, com previsão de execução de 50,0% de infraestrutura, 40,0% de superestrutura e 42,0% de obras-de-arte especiais em 2013.

Ferrovias de Integração Oeste-Leste (Fiol)

- Trecho Ilhéus/BA-Caetité/BA (537,0 km) – executados 11,4% de infraestrutura e 3% de obras-de-arte especiais em 2012, com previsão de construção de 56,0% de infraestrutura, 55,0% de superestrutura e 55,0% de obras-de-arte especiais em 2013; e
- Trecho Caetité/BA-Barreiras/BA (485,0 km) – o projeto em 2012 foi adequado para cumprimento de normas ambientais. A previsão para 2013 é execução de 25% de infraestrutura e de 28% de obras-de-arte especiais em 2013.

Ferrovias Nova Transnordestina

- Trecho Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96,0 km) – executados 1% da infraestrutura, 5% de obras-de-arte especiais e 45% da superestrutura, com previsão de conclusão do trecho em dezembro de 2013;
- Trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE (163,0 km) – executados 82% da infraestrutura, 77% de obras-de-arte especiais e 17% da superestrutura em 2012, com previsão conclusão do trecho em 2013;
- Trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (420,0 km) – executados 17% da infraestrutura, 13% de obras-de-arte especiais em 2012;
- Trecho Salgueiro/PE-Suape/PE (522,0 km) – executados 22% da infraestrutura, 16% das obras-de-arte especiais e 20% da superestrutura em 2012; e
- Trecho Pecém/CE-Missão Velha/CE (527,0 km) – execução de 4% da infraestrutura e 3% de obras-de-arte especiais em 2012.





Conexão da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul

Conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTE) em 2012 e previsão para contratação do Projeto Básico para 2013.

Ferronorte

- Trecho Alto Araguaia/MT-Itiquira/MT (163,0 km) – conclusão da obra em 2012; e
- Trecho Itiquira/MT-Rondonópolis e Pátio de Rondonópolis (84,0 km) – conclusão do trecho em 2012, com previsão de conclusão do Pátio de Rondonópolis em 2013.

c.2) Adequação da Malha

Em 2012, foram concluídas as obras de rebaixamento da linha férrea no Município de Maringá/PR e a transposição sobre linha férrea no Município de Campos Altos/MG.

Com previsão de conclusão em 2013, destacam-se: a construção do terminal intermodal de Campo Grande/MS; a construção do contorno ferroviário e do pátio de Tutoia, no Município de Araraquara/SP; a adequação ferroviária e o pátio Anísio Braz, no Município de Barra Mansa/RJ; a construção de contorno ferroviário no Município de Três Lagoas/MS; e a adequação ferroviária no Município de Paverama/RS.

c.3) Regulação

O novo marco regulatório para o setor ferroviário prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes. Em atendimento à nova regra regulatória, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2011-2013, com previsão de investimentos privados de R\$ 30 bilhões para o triênio.

Para 2013, estão previstas a edição de normas regulatórias para o setor de transporte ferroviário de cargas com ênfase na pactuação e repactuação de metas por trecho, monocondução, metodologia e procedimentos de revisão tarifária e segurança na prestação do serviço de transporte ferroviário.

c.4) Concessão

Em cumprimento aos contratos de concessão, foi efetuada a revisão das tabelas de referência do serviço de transporte ferroviário concedido. Também foram autorizadas as seguintes obras e projetos:

- Ferrovia Nova Transnordestina – construção dos trechos Salgueiro-Porto de Suape e Eliseu Martins-Trindade;
- Segregação das linhas de carga e passageiros na região metropolitana de São Paulo – projeto de segregação das linhas na região metropolitana de São Paulo, especificamente o trecho Manoel Feio-Suzano, denominado Segregação Leste;
- Terminal Intermodal de Transbordo Ferroviário e Rodoviário – implantação de um terminal intermodal de transbordo ferroviário e rodoviário em área operacional no porto de Santos; e
- Novas Concessões – prevê-se para junho de 2013 a licitação de 12 concessões ferroviárias: Ferroanel de São Paulo (Tramo Norte); Ferroanel de São Paulo (Tramo Sul); acesso ao porto de Santos; Lucas do Rio Verde-Uruaçu; Uruaçu-Corinto-Campos; Rio de Janeiro-Campos-Vitória; Belo Horizonte-Salvador; Salvador-Recife; Estrela d'Oeste-Panorama-Maracaju; Maracaju-Mafra; São Paulo-Mafra-Rio Grande; e Açailândia-Vila do Conde.





c.5) Transporte de Carga e Passageiros

No segundo semestre de 2012, a União, os Governos do Distrito Federal e do Estado de Goiás firmaram Protocolo de Intenções para elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental (EVTEA) necessários à outorga da exploração do serviço público de transporte ferroviário regular de passageiros e de carga no trecho Brasília/DF-Anápolis/GO-Goiânia/GO. A assinatura do contrato do EVTEA está prevista para março de 2013.

Deu-se prosseguimento às atividades relativas ao projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas com o desenvolvimento de estudos com vistas à formulação de nova modelagem de concessão. Também foi realizada Audiência Pública no período de 23/08 a 28/09/2012, com sessões públicas presenciais nas cidades de Brasília/DF, São José dos Campos/SP, Aparecida/SP, Rio de Janeiro/RJ, Barra Mansa/RJ, Campinas/SP e São Paulo/SP, tendo sido recebidas mais de 900 contribuições. Prevê-se para 2013 o leilão para a concessão da exploração dos serviços de operador e tecnologia do TAV.

d) Transporte Hidroviário

A maior participação do modal hidroviário na matriz de transportes é fundamental para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros, pois permite a redução de custos logísticos, com sustentabilidade ambiental. Os investimentos visam disponibilizar infraestrutura necessária para movimentação de pessoas e bens, aproveitando o potencial hidroviário do País.

d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias

Em continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário foram executadas em 2012 ações pontuais para garantir a navegabilidade em mais de seis mil km das hidrovias federais. Dentre as intervenções realizadas destacaram-se: sinalização, destocamentos, retiradas de obstáculos e dragagens de manutenção.

No âmbito do PAC, foram realizadas obras de adequação e melhoramentos nos corredores das hidrovias do Madeira, Amazonas, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná, Paraguai e Mercosul, com destaque para dragagem pontual no rio Taquari e no tramo norte do rio Paraguai, bem como sinalização em trechos do rio Paraná.

d.2) Construção de Terminais Fluviais

A construção de terminais fluviais, concentrada nos Municípios da Região Norte onde o modal hidroviário é preponderante, representa importante medida de caráter socioeconômico, pois tais empreendimentos permitem a circulação regional de pessoas, dinamizam o fluxo de transporte de mercadorias e promovem a melhoria da qualidade de vida.

Em 2012 foi concluído o empreendimento de Cai n'Água, no Estado de Rondônia. No Amazonas, foram concluídos os portos fluviais dos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Novo Aripuanã, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, e iniciadas as obras de construção dos terminais em Apuí e Japurá.

Para 2013 estão previstas a conclusão das obras dos terminais de Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Carauri, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga, Manicoré e Tapauá.

d.3) Regulação e Fiscalização

Em 2012 foi aprimorada a regulação e divulgada a Carta de Serviços destinada ao cidadão usuário das hidrovias, do transporte hidroviário e de suas instalações portuárias.





Destacam-se normas aprovadas que aprimoram a regulação sobre: i) a prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes, em instalações de uso público nos portos organizados; ii) a outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de instalação portuária pública de pequeno porte e de estação de transbordo de cargas (ETC); e iii) os instrumentos de acompanhamento e controle da gestão ambiental em instalações portuárias.

Quanto à navegação interior, em 2012, destaca-se o crescimento de 7,3% no transporte de cargas em vias interiores e o aumento na participação das cargas com origem ou destino em vias interiores de 11,7% para 12,3% em relação ao ano de 2011.

A extensão das vias interiores navegáveis comercialmente no País totaliza 20.956 km, segundo os estudos realizados, em 2012, pelo Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH). Para 2013, serão disponibilizados à sociedade os potenciais cenários de utilização das hidrovias ampliadas e a conclusão do Plano Geral de Outorgas de terminais hidroviários.

Com relação à área de navegação marítima e de apoio, em 2012, foram emitidas 65 outorgas de autorização incluindo a navegação de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e de apoio portuário, referentes a 312 novas empresas brasileiras de navegação.

Em 2012, a Antaq realizou 566 ações de fiscalização de navegação interior. Foram celebrados 80 Termos de Ajustamento de Conduta, sendo 21 em portos, 37 relativos à navegação marítima e 22 relativos à navegação interior.

Destacam-se também, em 2012, as ações de fiscalização realizadas em cumprimento ao Termo de Cooperação, celebrado com a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (Conportos), para atendimento às exigências internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO), impostas pelo Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS/Code). Para 2013 está programada a conclusão da revisão da norma que disciplina os procedimentos de fiscalização.

e) Fomento à Indústria Naval

As ações de fomento à indústria naval brasileira são de fundamental importância para a ampliação da competitividade sistêmica da economia. A atual carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) compõe-se de 427 projetos contratados com os agentes financeiros, no total de R\$ 27,8 bilhões. Estão em construção 99 projetos com valor estimado em R\$ 12,2 bilhões, sendo 91 embarcações e oito estaleiros. Além de ampliar a capacidade produtiva, viabilizando maior oferta de embarcações, esses estaleiros irão contribuir para a consolidação dos novos polos navais, em especial os de Rio Grande do Sul (Rio Grande) e Pernambuco (Suape). Os 328 projetos restantes – cinco estaleiros, quatro diques flutuantes e 319 embarcações – representam investimento de R\$ 15,6 bilhões.

Em 2012 foram entregues 34 embarcações com financiamento de R\$ 2,5 bilhões do FMM. O ritmo de construção – embarcações entregues e em andamento – propiciou desembolsos de R\$ 4,8 bilhões. Esse desempenho tende a se acelerar nos próximos anos, considerando o aumento da capacidade de produção (novos estaleiros), os financiamentos já contratados, bem como as novas prioridades estabelecidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que somaram R\$ 15,8 bilhões, abrangendo 157 projetos, sendo 14 estaleiros e 143 embarcações.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef I e II) concluiu em 2012 a construção do petroleiro João Cândido e dos navios de produtos Sérgio Buarque de Holanda e Rômulo Almeida, tendo sido entregues os dois primeiros. Estão em construção mais 13 embarcações. Por meio do Promef foi também iniciada a construção do primeiro de 20 comboios hidroviários previstos para o transporte de etanol ao longo do rio Tietê.





f) Incentivos para os Investimentos no Setor Transportes

A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, instituiu incentivo fiscal para o financiamento de investimentos em infraestrutura junto ao setor privado, em especial nas áreas de transportes e logística, como objetivo de promover o financiamento privado aos investimentos de infraestrutura, reduzir os custos de captação de recursos a prazos mais longos, e contribuir para o desenvolvimento do mercado de títulos privados ainda incipiente no Brasil. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura.

Foram aprovados, em 2012, seis projetos de investimentos no montante de R\$ 8,6 bilhões, para os quais foram autorizadas emissões no valor de R\$ 2,3 bilhões. Dentre os projetos, três realizaram a emissão de debêntures de infraestrutura incentivadas, tendo obtido êxito na captação de R\$ 675 milhões. Esses lançamentos pioneiros permitirão apoiar o programa de investimento de empresas de infraestrutura logística, capazes de suportar o financiamento de 14% e 17% dos investimentos no período, respectivamente, em condições de custo e prazo favoráveis, cumprindo assim os objetivos do Governo Federal que levaram à criação desse incentivo.

No âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, foram aprovados, em 2012, dois projetos: i) Construção do trecho leste do Anel Rodoviário no Estado de São Paulo; e ii) Complexo Viário e Logístico de Suape, *Express Way*, em Pernambuco.

O enquadramento no Regime de Incentivos permite a suspensão da incidência das Contribuições para PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada.

3. Portos

Os portos brasileiros são responsáveis por 95% do fluxo de comércio exterior do País, o que demonstra a importância estratégica do setor. Para incremento da eficiência e produtividade no setor foi encaminhada ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 595, em 6 de dezembro de 2012, com proposição de novo modelo do Setor Portuário, estabelecendo mecanismos que estimulem a ampliação da infraestrutura dos portos, modernizem a gestão portuária, incentivem à expansão dos investimentos privados no setor.

Além das medidas que aprimoram o marco regulatório, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 54 bilhões até 2017, em portos e terminais, e a implantação do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (PND II), com o objetivo de realizar obras e serviços de engenharia de dragagem para manutenção ou ampliação de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias e evolução, e de fundeio, além de berços de atracação, compreendendo a remoção do material submerso e a escavação ou derrocamento do leito. Essa estratégia ampliou o escopo do Programa de Dragagem atualmente em execução, uma vez que incluiu a previsão de serviços de sinalização e balizamento; a aquisição, instalação, reposição, manutenção e modernização de sinais náuticos e equipamentos necessários às hidrovias e ao acesso aos portos e terminais portuários; o monitoramento ambiental; e o gerenciamento da execução dos serviços e obras.

a) Infraestrutura Portuária

Estão sendo implementadas diversas ações nos portos brasileiros com o objetivo de atender o incremento da demanda por movimentação de cargas. Da mesma forma, em razão dos eventos esportivos que acontecerão a partir de 2013, estão sendo realizadas obras de ampliação da infraestrutura de acostagem nos portos localizados nas Cidades-sede dos jogos.





Em 2012, foram alcançados os seguintes resultados:

Projetos e obras concluídos

- Ampliação e adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN);
- Construção do Berço 100, alargamento do Cais Sul e ampliação do Porto do Itaqui (MA);
- Derrocagem das Pedras de Teffé e Itapema, no porto de Santos (SP);
- Ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde (PA);
- Dragagem de aprofundamento dos canais de acesso aos portos de Fortaleza (CE), Natal (RN), São Francisco do Sul (SC) e Santos (SP); e
- Recuperação e reforço do molhe norte do Porto de Itajaí (SC).

Projetos, obras e atividades em andamento

- Construção do acesso rodoferroviário do Porto de Suape (PE) – 70% realizados;
- Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA) – 21% realizados;
- Recuperação, alargamento e ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória (ES) – 75% realizados;
- Estudos e projetos para implantação do Porto de Águas Profundas, no Estado do Espírito Santo;
- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá/SP (1ª fase) – 65% realizados;
- Construção do Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza (CE) – 16% realizados;
- Dragagem de aprofundamento do Acesso Aquaviário Externo ao Porto de Suape – 18% realizados;
- Dragagem de aprofundamento do Acesso Aquaviário ao Porto de Vitória (ES) – 35% realizados;
- Execução das obras de construção da Fase 2 do Terminal Marítimo de Passageiros, instalação de estacionamento, pavimentação e urbanização do entorno do Terminal no Porto do Recife (PE) – 75% realizados.
- Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE) – 47% realizados;
- Construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN) – 50% realizados;
- Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA) – 28% realizados;
- Alinhamento de cais para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos (SP) – 13% realizados; e
- Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Pecém (CE) – 51% realizados.

Estão em fase de preparação para contratação as seguintes ações:

- Construção do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Suape (PE);





- Alinhamento e Reforço do Berço 4 do Porto de Itajaí (SC);
- Execução de obras de retroárea do Porto de Itajaí (SC);
- Obras de restauração do Leito Marítimo em área adjacente ao Molhe Leste do Porto do Rio Grande (RS);
- Modernização do Cais Público do Porto Novo, do Porto de Rio Grande (RS);
- Reforço estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Construção de píer para navios de passageiros, no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN);
- Ampliação do Quebramar do Porto de Salvador (BA);
- Construção de Berço nos Dolphins do Atalaia com Retroárea, no Porto de Vitória (ES);
- Reforço do Píer de Acostagem no Alamoá, no Porto de Santos (SP);
- Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A ao 23, no Porto de Santos (SP);
- Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Santarém (PA);
- Pátio de estocagem para carga pesada no Cais Comercial do Porto de Vitória (ES);
- Reforço dos berços de atracação da Ilha Barnabé, no Porto de Santos (SP);
- Construção de passagem inferior (Mergulhão) no Valongo, no Porto de Santos (SP);
- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá/SP (2ª fase);
- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Santos/SP (trechos Alamoá/Saboó e Macuco/Ponta da Praia);
- Projeto de Construção de um píer com dois berços de atracação e ponte de acesso no Terminal da Alamoá, no Porto de Santos (SP);
- Implantação de píer em formato de Y no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Dragagem de aprofundamento no Porto de Barra do Furado (RJ); e
- Dragagem de aprofundamento no Porto de Imbituba (SC).

Para o ano de 2013 pretende-se, ainda:

- Concluir as obras de infraestrutura e acessos terrestres – construção do acesso rodoferroviário do Porto de Suape (PE) e construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA);
- Iniciar e concluir a restauração do leito marítimo em área adjacente ao Molhe Leste do Porto do Rio Grande (RS);
- Iniciar as seguintes obras: alinhamento e reforço do Berço 4 do Porto de Itajaí (SC); modernização do Cais Público do Porto Novo em Rio Grande (RS); e construção do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Suape (PE);





- Concluir as obras de infraestrutura e acessos terrestres constantes do PAC, tais como recuperação, alargamento e ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória (ES); implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no Município de Guarujá/SP (1ª fase); construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE); construção de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN); construção do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA); alinhamento de cais para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos (SP); e construção de píer para navios de passageiros, no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Iniciar as seguintes obras: ampliação do Quebramar do Porto de Salvador (BA); construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Santarém (PA); reforço estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ); construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN); reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A ao 23, no Porto de Santo (SP); e reforços estruturais de diversos berços em razão da dragagem no Porto de Santos (SP);
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento no Porto de Maceió (AL);
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto do Rio de Janeiro (RJ), 2ª fase;
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento ao Canal Externo e Interno do Porto de Santos (SP), 2ª fase;
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Itaguaí (RJ), Canal das Cabras;
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Itaguaí (RJ), Canal Preferencial (Derivativo);
- Licitar e iniciar a obra de dragagem de aprofundamento e manutenção do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Paranaguá (PR);
- Concluir a obra de dragagem de aprofundamento no Porto de Barra do Furado (RJ); e
- Concluir a obra de dragagem de aprofundamento no Porto de Imbituba (SC).

b) Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário

b.1) Aperfeiçoamento do Modelo Institucional

A Medida Provisória nº 595/2012, que aperfeiçoa o Modelo Institucional do Setor Portuário, define nova institucionalidade para o setor. A partir desse novo marco, as competências da Secretaria de Portos (SEP/PR) na formulação de políticas públicas e elaboração de diretrizes para o fomento do setor foram reforçadas e ampliadas, com a inclusão dos portos fluviais e lacustres, além dos marítimos. Nesse contexto, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) passa a vincular-se à SEP/PR.

As atuais Autoridades Portuárias também tiveram suas atividades revistas, mantendo a partir de agora o foco nas atribuições de administração do porto, com metas e indicadores de desempenho.

Ainda como suporte para as funções de Autoridade Portuária, as Administrações Portuárias contarão, em nível federal, com a Comissão Nacional de Autoridades nos Portos (Conaportos) e localmente com as Comissões Locais de Autoridades nos Portos (Clap). Essas comissões adotam diretrizes federais e monitoram de forma transparente e cotidiana o desempenho da atuação dos diversos agentes de fiscalização nos portos brasileiros. Foi ainda instituída pelo Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro





de 2012, a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem.

b.2) Plano Nacional de Logística Portuária

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e os 15 Planos Diretores Estratégicos – *Master Plans* dos principais portos públicos nacionais. O PNLN contempla a análise do desempenho atual do setor e a definição do planejamento estratégico com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazos.

Foi firmada, em 2012, cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse novo instrumento contempla, além de atualização e monitoramento do planejamento portuário, a elaboração dos *Master Plans* para os demais portos públicos nacionais.

b.3) Inteligência Logística Portuária

O Programa de Inteligência Logística Portuária é composto pelos seguintes projetos: Concentrador de Dados e Portal de Informações Portuárias – Porto Sem Papel; Sistema de Gerenciamento e Informações de Tráfego Marítimo – *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS); Cadeia Logística Portuária Inteligente; e Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Gestão Portuária).

Concebido para aperfeiçoar os procedimentos burocráticos que envolvem o manejo da carga por uma série de entes públicos que atuam nos portos, o projeto Porto Sem Papel consiste na criação de uma janela única, o Portal de Informações Portuárias. A janela única permite a troca eletrônica de dados entre os intervenientes, a padronização de documentos com a consequente redução do tempo para as anuências, diminuição dos custos e racionalização da burocracia dos processos portuários. O projeto será executado em duas fases. A primeira fase, já concluída em 2011, representou sua implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória. A segunda fase do Porto Sem Papel trata da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros no período de novembro de 2011 a dezembro de 2014.

Em 2012 o sistema foi implantado em mais 26 portos (Salvador, Aratu, Ilhéus, Fortaleza, Pecém, Angra dos Reis, Barra do Riacho, Forno, Itaguaí, Niterói, Recife, Suape, Cabedelo, Natal, Areia Branca, Maceió, Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Laguna, Paranaguá, Antonina, São Sebastião, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre).

O projeto VTMIS consiste na aquisição e instalação dos sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações com vistas a aumentar a eficiência dos portos, com base na ampliação da segurança da vida humana no mar, da segurança da navegação e da proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Em 2012, foram concluídos os projetos básicos de implantação dos portos do Rio de Janeiro e de Vitória e iniciados os projetos para os portos de Salvador e Aratu. Os estudos estão em fase de conclusão. A previsão é de que a implantação do sistema em seis portos brasileiros esteja concluída até dezembro de 2013.

O projeto Cadeia Logística Inteligente consiste no acesso às tecnologias de rastreamento de cargas selecionadas por parte dos setores público (intervenientes no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores) com vistas a aumentar a eficiência logística nos portos. Em 2012 iniciou-se uma prova de conceito em Santos para validação de processos e tecnologias. Paralelamente, o projeto foi divulgado nos portos de Santos e Vitória, nos quais foram realizados levantamentos





técnicos para mapeamento dos locais de instalação dos equipamentos de monitoramento da carga. Em 2013, pretende-se iniciar a implantação do projeto nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

Já o projeto Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Gestão Portuária) busca aperfeiçoar o processo de gestão nos portos administrados pelas Companhias Docas, por meio de aquisição e implantação de Sistema Cooperativo Integrado Governamental (GRP) nas respectivas Autoridades Portuárias. Tal projeto visa atender as sete Companhias Docas até o final de 2013.

b.4) Meio Ambiente e Integração Porto-Cidade

Foi instituído, em 2011, o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP), que disciplina a questão ambiental no setor portuário. Das sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, cinco aderiram ao PRGAP.

Devido à implementação do PRGAP, a partir de 2013, será utilizado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos Organizados, no processo de regularização dos portos, agilizando assim o licenciamento de futuros arrendamentos, aumentando a produtividade dos portos e reduzindo os custos de operação.

Em relação ao Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos portos marítimos, durante o ano de 2012, foi diagnosticada a situação de 22 portos no que tange à geração/movimentação dos resíduos sólidos e efluentes líquidos oriundos da atividade portuária. Com isso, será possível, em 2013, apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos e Efluentes Líquidos específico para cada um dos 22 portos marítimos, bem como detalhar as ações necessárias para que cada um dos portos possa executar o seu plano com adoção de tecnologias limpas e sustentáveis, como a utilização de energia solar e eólica, o reuso de água, e procedimentos ambientalmente recomendáveis.

b.5) Cabotagem

Com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, a SEP/PR estabeleceu em 2012, em parceria com o Ministério dos Transportes, o Programa Pró Cabotagem a ser discutido no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit). Tal iniciativa tem a finalidade de propor ações de curto, médio e longo prazos para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação e melhoria da operação. Também em 2012 foi cumprida a etapa planejada quanto ao Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura (IDA *International*), a qual tem por objetivo o desenvolvimento de sistema de informações voltado para a integração e gestão dos processos relativos à cabotagem.

b.6) Acessos Portuários

A necessária expansão de capacidade portuária no País deve estar concatenada à adequação dos acessos, pelos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário ou dutoviário em cada porto. Dessa forma, no atual processo de planejamento do setor portuário nacional, a melhoria dos acessos aos portos apresenta-se como um dos temas de maior relevância.

Nesse contexto, foi desenvolvido em 2012, trabalho para diagnosticar os principais acessos aos portos, e propor intervenções, com a finalidade de prover os portos de acessos condizentes ao seu respectivo perfil de movimentação de carga. Esse trabalho tem como premissa harmonizar as recomendações sobre acessos portuários contidos no planejamento integrado de transportes e portos.





Como resultado desta ação foi elaborada carteira de investimentos, na ordem de R\$ 2,6 bilhões, necessários à adequação dos acessos hidroviários, rodoviários, ferroviários e à criação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALP) nos 18 principais portos brasileiros. Registre-se que as referidas áreas, que podem variar de um pátio de regularização de tráfego, em sua forma mais simples, até uma Zona de Apoio Logístico Portuário (Zalp), mais complexa, têm a função de organizar o fluxo de cargas destinadas ou provenientes do porto, racionalizando o uso dos acessos portuários e minimizando o conflito porto-cidade, quanto aos tráfegos urbano e portuário.

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

O setor de transporte aéreo é de grande importância para o Brasil, sendo essencial para o transporte de passageiros e cargas. É ainda a aviação civil um vetor de integração nacional, por meio de ligação a localidades pouco acessíveis por vias terrestres ou aquáticas, e de integração do Brasil com outros países.

A demanda por transporte aéreo doméstico de passageiros no Brasil triplicou na última década. Em 2012, o indicador utilizado para mensuração dessa atividade econômica – expresso por meio da multiplicação do número de passageiros pagantes pela quantidade de quilômetros voados, apresentou aumento de 214,6% em relação ao ano de 2002. Na comparação com 2011, o crescimento foi da ordem de 6,8%. O índice de ocupação das aeronaves em voos domésticos também apresentou forte crescimento nos últimos dez anos, tendo passado de 56,7% em 2002 para 73% em 2012. No período de janeiro a setembro de 2012, a tarifa aérea média registrou suave redução de 0,15% em relação ao mesmo período de 2011.

Nesse contexto, a expansão significativa do transporte aéreo no Brasil, com a inclusão de segmentos sociais antes impossibilitados de utilizar o modal aéreo, requer atuação governamental tanto para expandir a infraestrutura aeroportuária quanto para torná-la mais eficiente e, portanto, adequada para atender a demanda crescente por serviços aéreos.

a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos

A gestão coordenada e eficiente entre as autoridades públicas que atuam nos aeroportos, visando melhorar a qualidade do atendimento aos usuários vem sendo desenvolvida pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), criada pelo Decreto nº 7.554, de 2011.

Em 2012, destacam-se as seguintes ações: i) a instituição das autoridades aeroportuárias locais nos aeroportos de Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Viracopos, em Campinas; ii) o planejamento e a execução de ações para recepção de delegações e autoridades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); e, a aprovação da proposta do Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo (Profal), por meio da Resolução nº 03, de 10 de dezembro de 2012, da Conaero, com o objetivo de promover a adoção de medidas apropriadas para facilitar o movimento de aeronaves civis, tripulantes, passageiros, bagagens, cargas, malas postais e provisões de bordo, eliminando-se os obstáculos desnecessários e reduzindo ao mínimo possível os tempos de espera.

A fim de otimizar o fluxo de passageiros nos aeroportos, foram implementadas melhorias de gestão, de forma que o cliente usufruísse de um atendimento mais eficiente nos aeroportos. No Aeroporto do Galeão, a melhoria global média no desempenho dos processos, que reflete o percentual de redução de tempo de processamento dos passageiros, foi de 37,9%. Em Confins, a melhoria global média no desempenho dos processos foi de 47,1%. Já nos aeroportos de Fortaleza, Congonhas e Santos Dumont os trabalhos foram iniciados em agosto de 2012 com a realização de diagnóstico. Atualmente, as equipes concentram-se na preparação dos projetos piloto, nos quais serão realizadas alterações de *layout*, treinamento de equipes e novas medições de desempenho. Estão sendo contemplados no trabalho os processos de *check-in*, controle de acesso, inspeção de passageiros, emigração, imigração e restituição de bagagens.





Em relação ao processo de delegação da exploração de aeródromos civis públicos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, foram adotadas novas minutas-padrão para os convênios de delegação, de modo a contemplar as inovações trazidas pela legislação vigente e dar maior robustez e segurança jurídica às delegações da infraestrutura aeroportuária.

O marco regulatório da gestão aeroportuária foi aprimorado com a edição do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as condições de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização. Dentre outras questões, esse decreto definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições da Lei nº 7.565, de 1986. Esses serviços caracterizam a aviação geral brasileira, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do País, buscando garantir transporte flexível para todo o território brasileiro, aumentar a mobilidade da população e promover a integração nacional.

Atendendo a Portaria Interministerial nº 24/MD/SAC, de 4 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a distribuição da prestação e remuneração dos serviços de navegação aérea, foram estabelecidos o Regime Tarifário e a Metodologia para o Reajuste e a Revisão das Tarifas de Navegação Aérea. Ainda no campo da navegação aérea, e em atendimento à supracitada Portaria, elaborou-se o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (Presna) entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que visa orientar a redistribuição da prestação dos serviços de navegação aérea entre os referidos órgãos e entidades prestadores de serviços.

No que tange à qualidade dos serviços prestados à sociedade, em março de 2012, foi publicada a Resolução Anac nº 218/2012, que obriga todas as companhias de transporte aéreo regular de passageiros a divulgarem os percentuais de atrasos e cancelamentos dos voos domésticos e internacionais no momento da venda da passagem. Ainda com o objetivo de aumentar a transparência na relação de consumo entre empresa e passageiro, a Resolução responsabiliza as companhias aéreas pela informação acerca do voo, mesmo quando forem ofertados por parceiros comerciais, como agências de viagens.

Com o advento da liberdade tarifária e de oferta, observa-se que as empresas têm buscado cada vez mais diversificar suas tarifas e assim capturar a preferência dos passageiros.

Em relação ao segmento internacional, no ano de 2012, promoveu-se a negociação de acordos com o objetivo de expandir a oferta de serviços aéreos por meio do incremento de capacidade e frequências, ampliação dos quadros de rota e conquista de novos direitos de tráfego. Nesse sentido, o Brasil negociou novos Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA) que deram início ao relacionamento aerocomercial do País com Albânia, Burkina Faso e Guatemala, bem assim iniciativas diplomáticas que flexibilizam acordos anteriores com Equador, Peru e Uruguai. Além dos acordos bilaterais, o Brasil aderiu ao Acordo Multilateral de Céus Abertos da Comissão Latino Americana de Aviação Civil (Clac), no dia 8 de novembro de 2012, durante o encerramento da XX Assembleia da Clac, realizada em Brasília/DF, que prevê flexibilização das relações aeronáuticas entre os países latino-americanos com o intuito de promover o aumento da conectividade e a integração da região. Importante mencionar que o Brasil foi eleito para exercer a presidência da Clac para o biênio 2013/2014.

Por fim, cabe destacar, no âmbito da gestão comercial dos aeroportos brasileiros, a qual trata das receitas provenientes da exploração de atividades comerciais, do estacionamento e das telecomunicações disponibilizadas nos sítios aeroportuários, que, no período de janeiro a setembro de 2012, foram geradas receitas na ordem de R\$ 1,022 milhão, representando um crescimento médio de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior.





b) Segurança, Fiscalização e Capacitação

A segurança operacional da aviação civil foi tema de suma importância nas ações do Governo, ao longo de 2012, no que se refere à harmonização das atividades do Comando da Aeronáutica (Comaer) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), relacionadas à prevenção de acidentes aeronáuticos, com destaque para a troca de informações técnicas; a centralização de ações recomendadas; a unificação de padrão de relatórios; o intercâmbio de instrutores; e a complementação da formação de recursos humanos.

Em junho de 2012, a Anac participou da Operação Pouso Forçado, força-tarefa da Polícia Federal e da Receita Federal do Brasil, criada para cumprir mandados de busca e apreensão de aeronaves estrangeiras que estavam no País com falsa declaração de entrada temporária.

Buscou-se, ainda, a melhoria do sistema Decolagem Certa (DCerta), ferramenta que permite a vigilância continuada de empresas, tripulantes e aeronaves em seus voos e que reduziu o nível de irregularidades em aproximadamente 30% comparativamente a 2011, fazendo do Brasil o único país do mundo a possuir fiscalização prévia e *on-line* de suas rotas.

Destaca-se, também, a realização da Ação Nacional de Aviação Civil 2012, evento itinerante realizado em diversas capitais do País (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belém, Manaus, Goiânia, Fortaleza e Belo Horizonte), e que teve como objetivo disseminar informações e conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo, apresentar os principais serviços *on-line* oferecidos por meio da página da Anac na Internet, aumentar a proximidade da Agência com seus principais públicos e coletar informações para subsidiar a formulação de estratégias de fiscalização e regulação, em consonância com as necessidades da sociedade.

Ainda, com o objetivo de aprimorar os níveis de segurança e fiscalização no setor, destaca-se a publicação, em novembro, da Resolução Anac nº 253/2012, que permite elevar em até mil vezes os valores das multas a serem aplicadas por infrações que causem grave dano à prestação do serviço aos usuários.

No tocante à segurança das operações aéreas, destaca-se que o País já possui um dos menores índices de acidentes aéreos do mundo. A meta para 2012 era reduzir o número de acidentes fatais a cada milhão de decolagens para a marca de 0,46 e o resultado alcançado foi de 0,22, superando a meta estabelecida.

Por fim, com o propósito de atender às demandas por segurança, sustentabilidade e serviços de excelência, especialmente durante a realização dos grandes eventos esportivos, iniciaram-se em 2012 os trabalhos para elaboração de um Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para a Aviação Civil.

c) Planejamento do Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil

Encontra-se em fase de concepção o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica, que tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica civil brasileira, considerando os aspectos relacionados ao controle e ao gerenciamento do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil (Pnac). O planejamento integrado, que deve ser concluído até dezembro de 2013, propiciará a consecução de objetivos e metas governamentais de forma coordenada, por meio da conjugação sinérgica dos esforços das organizações afins sob a coordenação da SAC-PR.





d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária

Dando continuidade às concessões para exploração de infraestrutura aeroportuária à iniciativa privada, em fevereiro de 2012, foram concedidos o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado no Município de Guarulhos/SP, o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas/SP, e o Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília/DF, adjudicados por R\$ 24,5 bilhões, quase cinco vezes o valor mínimo total de R\$ 5,47 bilhões estipulados pelo Governo Federal.

Os contratos foram assinados em junho de 2012, com prazos de concessão de 30 anos para Viracopos, 25 anos para Brasília e 20 anos para Guarulhos. Em julho de 2012, a Anac autorizou as concessionárias a iniciar as fases de transferência das operações e de ampliação dos aeroportos, para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviço. Esse processo de transferência encerrou-se em novembro, quando a operação dos três aeroportos concedidos foi definitivamente repassada aos consórcios vencedores dos leilões. Nesses aeroportos estão previstos pelos concessionários R\$ 3,24 bilhões em novos terminais de passageiros e vias terrestres associadas, acesso viário correspondente e estacionamentos de veículos. Esses investimentos vão dar as condições de receber, em 2014, cerca de 23,8 milhões de passageiros no Aeroporto de Campinas/SP, 26,5 milhões no Aeroporto de Brasília/DF e 52,7 milhões no Aeroporto de Guarulhos/SP, o que representa expansão de 155%, 89% e 103%, respectivamente, em relação à capacidade atual de cada aeroporto.

Os recursos arrecadados serão direcionados para o Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac), que tem como principal objetivo garantir a existência de um fluxo contínuo de recursos para a modernização do sistema aeroportuário nacional. Assim, o êxito alcançado no leilão foi importante não somente sob o ponto de vista dos três aeroportos concedidos, mas também pela geração de novas fontes de recursos para investimentos em todos os aeroportos da rede.

Também está sendo acompanhada a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (Asga), que atenderá a região da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Esse novo aeroporto, concedido à iniciativa privada em 2011, está sendo planejado para se tornar um dos principais aeroportos do Nordeste, funcionando como *hub* regional para voos nacionais e internacionais.

Outro marco importante para o setor em 2012 foi a conversão da Medida Provisória nº 551, de 22 de novembro de 2011, na Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, que trouxe importantes alterações no marco legal do setor, impactando diretamente na modelagem das concessões. Dentre essas alterações, podemos destacar: i) a redução em quase 30% do Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) incidente sobre as tarifas aeroportuárias e a eliminação do Ataero incidente sobre as tarifas aeronáuticas; ii) a alteração da destinação do Adicional sobre tarifa de embarque internacional do Tesouro Nacional para o Fnac, ou seja, para o fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civis; iii) a criação da tarifa de conexão, cuja responsabilidade de pagamento recai sobre o proprietário ou explorador da aeronave; e iv) a autorização da participação da Infraero em sociedades privadas. Realizou-se, assim, importante atualização do marco legal do setor, de forma a torná-lo mais eficiente e compatível com o relevante crescimento que a aviação brasileira tem vivenciado nos últimos anos.

No que concerne à aviação regional, foi elaborada, ao longo de 2012, metodologia de seleção de localidades passíveis de receber investimentos em infraestrutura aeroportuária com recursos do Fnac, com o objetivo de permitir que o transporte aéreo regular de passageiros atenda a um maior número de cidades no médio e longo prazos. Os investimentos realizados pelo Governo, por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) e de parcerias com os Estados, em aeroportos de interesse regional têm propiciado o atendimento da demanda. Dessa forma, existem 18 convênios em andamento, com o valor de cerca de R\$ 106,5 milhões, com o objetivo de efetivar a construção, reforma e ampliação da infraestrutura dos seguintes aeroportos: Penedo (AL), Fernando de Noronha (PE), Iguatu (CE), Linhares (ES), Caxambu (MG), Governador Valadares (MG), Angra dos Reis (RJ),





Cabo Frio (RJ), Resende (RJ), Dourados (MS), Cascavel (PR), Maringá (PR), Passo Fundo (RS), Rio Grande (RS), Santo Ângelo (RS), Caçador (SC), Correia Pinto (SC) e Videira (SC). Em 2012, o Profaa proveu recursos da ordem de R\$ 337,4 milhões para investimentos em obras e serviços de engenharia e de R\$ 78 milhões para aquisições de 48 carros contra incêndio de aeródromo.

Além do Profaa, no âmbito do Fnac, existem investimentos na ordem de R\$ 146,5 milhões sendo executados em parceria com o Comando da Aeronáutica (Comaer), com a finalidade de desenvolver infraestruturas aeroportuárias de interesse federal, mediante ações de construção, reforma, ampliação e aparelhamento de diversos aeródromos do País.

Há de se enfatizar, ainda, o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, anunciado pelo Governo Federal no dia 20 de dezembro de 2012, que consiste em ações voltadas à melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária aos passageiros, à ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e à reconstituição da rede de aviação regional.

As principais medidas desse Programa consistem em:

- Conceder os aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG), com estimativa de investimentos de R\$11,4 bilhões;
- Criar a Infraero Serviços, subsidiária da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, que, juntamente com um operador internacional, fornecerá serviços de assessoria à exploração de aeroportos;
- Fortalecer e ampliar a aviação regional por meio de concessão administrativa, parcerias com Estados e Municípios e investimentos – cuja fase inicial envolverá R\$ 7,3 bilhões, destinados a 270 aeroportos regionais;
- Aprimorar a regulação para *slots* (horários de chegadas e partidas) em aeroportos que operam no limite de sua capacidade, de modo que eles sejam distribuídos conforme critérios de eficiência (regularidade e pontualidade) e de participação nas redes de aviação regional e nacional; e
- Regularizar a autorização para exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral – ação iniciada com a edição do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as condições de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização.

Essas ações promoverão a expansão da malha aérea, a fim de desenvolver os polos regionais, fortalecer os centros de turismo, garantir o acesso às comunidades da Amazônia Legal e aumentar a integração do território nacional. Ademais, tais frentes permitirão aperfeiçoar a qualidade do serviço prestado ao passageiro, agregar novos aeroportos à rede de transporte aéreo regular e aumentar o número de rotas operadas pelas empresas aéreas.

Ainda, no que tange ao fomento aos investimentos no setor aeroportuário, o Governo tem estimulado, por meio da concessão de benefício tributário, a utilização do instrumento das debêntures como mais uma alternativa para o financiamento a longo prazo de obras de infraestrutura consideradas prioritárias para o desenvolvimento da economia nacional. Ressalta-se, nesse contexto, o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que permitirá que Sociedade de Propósito Específico explore infraestrutura aeroportuária mediante regime de concessão com suspensão do PIS/Pasep e da Cofins no caso de venda ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção e de serviços destinados a obras na infraestrutura aeroportuária concedida.

Em relação a investimentos na modernização e ampliação dos aeroportos operados pela Infraero, em 2012 merecem destaque a construção da torre de controle e edificações do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) do Aeroporto Inter-





nacional de Fortaleza e do Aeroporto de São Paulo/Congonhas (SP); as obras de edificação da torre de controle do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha (MG) e do Aeroporto Internacional de Salvador (BA); bem como a revitalização/recolocação do sistema ALS (*Approach Lighting System*) do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (PR) e do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS).

Em relação à logística de carga, em 2012, foram movimentadas 1.007.638 toneladas de carga pelos terminais de carga da Infraero. A meta de arrecadação foi ultrapassada em mais de R\$ 58 milhões, com destaque para o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (RJ), que obteve os melhores resultados financeiros da rede, e o Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de João Pessoa (PB), que alcançou o maior crescimento – atingindo a marca de 322%, em comparação ao mesmo período no ano de 2011.

Ainda no que diz respeito à logística, destacam-se os seguintes investimentos: ampliação e modernização do sistema de transelevadores e obra na rede de combate a incêndio nos terminais de cargas de exportação e importação do Aeroporto Internacional de Campinas (SP); *upgrade* do transelevador do terminal de logística de carga de importação do Aeroporto Internacional de Manaus (AM); aquisição de armazém estruturado modular para o terminal de logística de carga do Aeroporto de Guarulhos (SP); e aquisição de *dollies* e varredoras para a rede de terminais de logística de carga.

Dos projetos básicos e executivos concluídos em 2012, ou com perspectiva de execução próxima, figuram entre os mais relevantes: i) a reforma e ampliação da pista de pouso e do pátio de aeronaves, construção do terceiro terminal de passageiros, estacionamento de veículos e adequação do sistema viário do Aeroporto Internacional de Confins (MG); ii) a ampliação do terminal de passageiros, adequação do sistema viário e construção de estacionamento de veículos e construção do novo prédio administrativo do Aeroporto Internacional de Cuiabá (MT); iii) a ampliação do sistema de pátio e pistas de táxi do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS); iv) a reforma e adequação do terminal de passageiros e ampliação do pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional de Salvador (BA); v) a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC); vi) a construção do novo terminal de cargas, pátio de aeronaves, acesso viário, edifício administrativo e de apoio e áreas de estacionamento, bem como da torre de controle e seção de combate a incêndio do Aeroporto Internacional de Vitória (ES); e vii) a reforma, modernização e ampliação do terminal de passageiros e adequação do sistema viário do Aeroporto Internacional de Manaus (AM).

5. Comunicações

a) Programa Nacional de Banda Larga

O objetivo do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, é expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso à população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. O Programa contém ações que abrangem o fortalecimento do papel regulador do Estado e a construção de uma rede nacional de telecomunicações, além de medidas de incentivo à indústria, aos investimentos privados e ao desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, utiliza instrumentos de natureza fiscal, regulatória, de política industrial e de investimento direto, entre outras.

O Programa é constituído de uma série de ações, em diversas dimensões, organizadas da seguinte forma: i) outorga de espectro para banda larga; ii) desoneração tributária para estímulo ao investimento em redes (REPUBL); iii) ampliação do acesso à banda larga – terminais e serviços; iv) revisão do marco legal de implantação de infraestrutura de telecomunicações; v) saídas internacionais de dados – anel sulamericano e cabos submarinos; e vi) política de atração de conteúdos para o Brasil – *data centers*.





Em 2012, como resultado de suas ações, o número de conexões ativas de Internet alcançou mais de 86 milhões de acessos representando incremento de 6% no período de janeiro a dezembro de 2012. As ações realizadas com vistas a reduzir os custos de Internet, melhorar a qualidade e ampliar a cobertura que mais se destacaram em 2012 foram:

- Implantação de *backbone* nacional e internacional de fibras ópticas que pode atender cerca de 900 Municípios em 20 Estados e no Distrito Federal, permitindo participação de provedores regionais e aumento da oferta para o usuário final;
- Celebração de parcerias com governos estaduais e municipais, bem como com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para levar Internet de alta velocidade às universidades, aos centros de pesquisa e institutos federais de educação no interior do País;
- Implantação de diversas iniciativas para completar as conexões terrestres com Argentina, Uruguai e Paraguai, e instalação de cabos ópticos submarinos em parceria com empresas da América Latina, África e da Europa para garantir autonomia de comunicação internacional; e
- Instituição, por meio da Lei nº 12.715, de 2012, do Regime Tributário Especial para o PNBL (REPNBL), que estimulará a antecipação de investimentos adicionais da ordem de R\$ 17 bilhões, nos próximos cinco anos.

b) Avanços da Regulação de Telecomunicações

Na regulação dos serviços de telecomunicações foram emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) 19 Resoluções com grande impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados. As principais estão a seguir especificadas.

A licitação das faixas de 450 MHz e de 2,5 GHz com vistas a atender à crescente demanda por serviços de telecomunicações e propiciar a infraestrutura adequada à realização dos grandes eventos internacionais que ocorrerão no País nos próximos anos. No que se refere à licitação da faixa de 450 MHz, vale citar os compromissos assumidos pelas prestadoras, que incluem o atendimento às escolas públicas rurais com conexão de dados e às áreas rurais e regiões remotas situadas a até 30 quilômetros das localidades sede dos Municípios. Com a utilização da faixa de 2,5 GHz será introduzida no Brasil a telefonia móvel com tecnologias conhecidas como de quarta geração (4G), que permitirá a elevação da qualidade e da velocidade na transmissão de dados. Como resultado dessa licitação, combinada com licitações anteriores conduzidas pela Anatel em 2007 e 2010, todos os Municípios terão telefonia móvel prestada com tecnologias de terceira geração (3G).

Com o objetivo de estabelecer estímulos à competição, foram instituídas regras para a Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) adequadas ao atual panorama tecnológico e mercadológico nacional e à promoção da competição na oferta dos serviços de telecomunicações, com vistas a atuar, especialmente, nos conflitos entre prestadoras. Foram também fixados os critérios e diretrizes para identificação e análise de mercados relevantes do setor de telecomunicações e dos grupos com Poder de Mercado Significativo em cada mercado relevante, bem como estabelecimento de mecanismos de estímulo à competição.

Em 2012, também foi aprovado o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), que implementa dispositivos da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, e unifica os serviços de distribuição da programação nas plataformas por satélite, a cabo e por micro-ondas (TV paga). Em novembro de 2012, cerca de 16 milhões de domicílios contavam com serviço de TV por Assinatura, o que indica a oferta do serviço em 27 de cada 100 domicílios do País. Nos onze primeiros meses de 2012, o setor acumulou crescimento de 25,3%, com a adição de 3,2 milhões de novos assinantes em relação a 2011. Até novembro de 2012, 52,7 milhões de pessoas contavam com TV por Assinatura, e espera-se que, a partir da referida regulamentação, a presença da TV por Assinatura nos domicílios alcance cerca de 100 milhões de brasileiros.





Além disso, a ampliação da rede de fibra óptica decorrente da expansão da TV por Assinatura contribuirá para a massificação da Internet de alta velocidade.

Foram ainda normatizadas as condições de operação de satélites geoestacionários em Banda Ka com cobertura sobre o território brasileiro, com regras aplicáveis às exploradoras de satélites brasileiro e estrangeiro. Está previsto em 2013 o lançamento do primeiro satélite brasileiro a operar em Banda Ka. Pode-se identificar redução de mais de 90% no preço médio do megabit/segundo em razão desse lançamento, o que contribuirá para a disseminação da banda larga para áreas hoje não atendidas por redes terrestres, em especial as periferias das grandes cidades, a área rural dos municípios e boa parte da Amazônia.

Em continuidade à política de universalização do acesso aos serviços, foi aprovado o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Aice). Por meio do telefone popular, como ficou conhecido, famílias incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal passaram a ter acesso à telefonia fixa em condições especiais, com assinatura mensal de R\$ 9,50 sem impostos e entre R\$ 12,62 e R\$ 14,80 com impostos, dependendo da alíquota de tributos de cada Estado. A medida pode beneficiar cerca de 22 milhões de famílias inscritas nos programas sociais do Governo Federal. O cronograma de atendimento do Aice prevê ampliação progressiva da abrangência de famílias e a partir de 2014 todas as famílias incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal terão acesso ao serviço.

Destaca-se também a revitalização da telefonia de uso público. A sociedade pode acompanhar a situação dos orelhões em todo o Brasil por meio do Sistema Fique Ligado, disponível na página da Anatel na Internet, que possibilita a pesquisa em mapas digitais para a localização de orelhões e a obtenção de informações sobre a condição de funcionamento de cada aparelho.

Ainda a respeito da qualidade na prestação dos serviços, a Anatel adotou medida cautelar determinando a suspensão da venda do Serviço Móvel Pessoal de prestadoras que apresentaram o pior desempenho em cada unidade da Federação. Além disso, determinou que as prestadoras, atingidas ou não pela medida, apresentassem Plano Nacional de Ação de Melhoria da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, com providências que garantam a qualidade do serviço e das redes de telecomunicações, em especial quanto ao completamento e à interrupção de chamadas e ao atendimento aos usuários.

No que tange ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), foi aprovado o Regulamento de Gestão da Qualidade, que, entre outras inovações, traz a avaliação da qualidade percebida pelo usuário, de indicador de desempenho no atendimento e de Índice Comparativo, que aperfeiçoará o acompanhamento e a comparação das prestadoras desse serviço.

Sobre o Projeto Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas, dados da Anatel indicam que cerca de 64 mil escolas públicas urbanas estão conectadas, dentre as quais mais de 56 mil dispõem de velocidades iguais ou superiores a 2 Mbit/s.

Sobre os regulamentos em elaboração na Agência, cumpre ressaltar o Regulamento do Serviço Limitado Privado e a revisão do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, que serão concluídos em 2013, assim como outros importantes instrumentos regulatórios, com destaque para a revisão do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal; a revisão dos regulamentos aplicáveis ao Serviço Móvel Especializado; a revisão do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal, os regulamentos do Serviço Móvel Marítimo e Móvel Aeronáutico; a revisão do Regulamento do STFC, que propõe alterar regras de publicidade, tornando mais acessíveis e objetivas as informações sobre serviço aos usuários; e a revisão do Regulamento de Conselhos de Usuários, que amplia a atuação de tais Conselhos, bem como o seu fortalecimento.

Ao longo de 2013, espera-se dar continuidade ao processo de modernização da estrutura da Anatel, adequando-a ao cenário de convergência tecnológica mediante a divisão das competências por processos e não mais por serviços; a alocação das





principais atividades da Agência em Superintendências diferentes para descentralização do poder decisório; e a criação de mecanismos para aperfeiçoar a interação entre as superintendências.

c) Inovação em Telecomunicações

Com recursos do Fundo para o Desenvolvimento das Telecomunicações (Funttel), foram aplicados, em 2012, recursos não reembolsáveis da ordem de R\$ 86,55 milhões, em chamadas públicas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) para apoio a diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações; e celebrado contrato de empréstimos de 25 anos com a Finep, com recursos reembolsáveis para financiamento de projetos de empresas mediante a apresentação de planos de negócios de projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. O Funttel também vem apoiando, em parceria com o CNPq, o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (Pibiti), voltado para o aperfeiçoamento de recursos humanos de graduação nas áreas associadas ao desenvolvimento científico em telecomunicações. Em 2013, espera-se nova regulamentação para o Fundo, com vistas a estabelecer novas modalidades de aplicação de recursos e inovações em sua gestão.

Ainda em 2012, foi realizada a avaliação de resultados dos projetos apoiados pelo Funttel com o objetivo de aferir a eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos do Fundo, mediante a realização de visitas a 30 projetos em 19 instituições sediadas em 13 cidades, cujos projetos somam cerca de R\$ 100 milhões.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Foram aprimorados em 2012 os parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas mediante a criação de incentivos à regularização de infrações, à reparação de danos aos usuários, e desincentivos à litigância. Também foram instituídos novos procedimentos para o exercício das atividades de fiscalização, com a possibilidade de a Anatel se utilizar do acesso *on-line* a sistemas, aplicativos e facilidades tecnológicas das prestadoras.

Ao longo do exercício de 2012, foram realizadas 10.574 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado. Como resultado dessas ações, foram instaurados 3.513 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Durante o exercício de 2012, foram julgados pela Anatel 5.312 Pados e, destes, 3.732 geraram sanções de multas, totalizando cerca de R\$ 1,7 bilhão.

e) Serviços Postais

e.1) Universalização dos Serviços Postais

A universalização do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços postais continuaram sendo temas centrais para as políticas públicas de comunicações, ao mesmo tempo em que o dinamismo do mercado e as novas tendências internacionais de comunicação se colocaram como importantes desafios a serem endereçados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Em 2012, a ECT deu continuidade à expansão de sua rede de atendimento, abrangendo os distritos sedes de 46 Municípios e mais 209 outros distritos até então desprovidos de atendimento postal nas próprias localidades. Com isso, o atendimento





dos Correios está presente em todos os 5.565 Municípios e em 2.929 outros distritos, cumprindo as metas de universalização estabelecidas para 2012. No período, a ECT distribuiu em torno de nove bilhões de objetos entre cartas, encomendas e outros objetos postais. Para 2013 está prevista a extensão do atendimento postal a mais 450 distritos e a expansão da entrega domiciliar de objetos postais a, aproximadamente, mais de um milhão de habitantes.

e.2) Exportação por Remessas Postais

A Declaração Simplificada de Exportação (DSE) utilizada para a exportação por via postal possibilita que milhares de empresas, principalmente as micro e pequenas, possam ter acesso ao comércio exterior. Essa forma de exportação permitiu, nos onze meses de 2012, o envio de aproximadamente 900 tipos de produtos brasileiros a cerca de 200 países, com facilitação do despacho aduaneiro e redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil. Nesse ano, até o mês de novembro, essas exportações alcançaram US\$ 251,2 milhões.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2012, o Brasil foi eleito para os Conselhos de Administração e de Operações Postais da União Postal Universal (UPU) e houve aprovação de uma Resolução pelo Congresso realizado por esse organismo em Doha, no Qatar, que objetiva levar, aos países em desenvolvimento, a experiência brasileira na implantação do projeto de exportação por via postal.

Ainda em 2012, dentre a Carteira de Projetos do Cosiplan/Unasul/IIRSA, o projeto de sucesso de Exportação por Envios Postais teve seu nome alterado para Integração do Comércio através dos Serviços de Correios para as MPME. O objetivo é ampliar o escopo do projeto para contemplar os dois sentidos de fluxo do comércio exterior na região – exportação e importação –, incorporando também atividades para facilitar os procedimentos de desembaraço aduaneiro das remessas.

e.4) Serviços de Interesse Coletivo

Durante o ano de 2012, a ECT seguiu fornecendo apoio logístico a importantes programas governamentais em diferentes áreas, tais como: i) o Programa Leve-Leite, com distribuição de mais de 19 milhões de quilos de leite em pó aos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo; ii) a Operação Enem, que distribuiu mais de 12 milhões de provas para 5.791.229 inscritos; iii) a Operação Remédio em Casa que, por meio de contratos com governos estaduais e municipais, faz logística de distribuição de medicamentos; e iv) o programa de distribuição de livros didáticos, que atende 140 mil escolas em mais de 5.500 Municípios, com envio de 132 milhões de exemplares em benefício direto a 38 milhões de alunos da rede pública de ensino.

f) Radiodifusão

A redução do estoque de processos de radiodifusão é um dos objetivos do Governo. Nesse sentido, foram desenvolvidas melhorias de gestão, como a realização de mapeamento de processos, projeto de desenvolvimento de sistema para automação dos processos de radiodifusão e da parceria firmada com a Anatel para análise de processos técnicos de engenharia referentes à fase de pós-outorga dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares. Além disso, foi regulamentado, por meio da Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012, o Canal da Cidadania, com vistas a estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações.





f.1) Radiodifusão Comunitária

Em 2012, foram outorgadas cerca de 100 novas autorizações para a execução do serviço de radiodifusão comunitária, com redução de aproximadamente 500 processos de outorga no estoque. Com a divulgação do novo Plano Nacional de Outorgas (PNO 2012-2013) para o serviço de radiodifusão comunitária, pretende-se levar o serviço para todos os Municípios ao final do biênio, num avanço à política de universalização com o atendimento de 1.425 Municípios, sendo 822 ainda não cobertos pelo serviço.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

Em 2012, foram assinados contratos com 66 emissoras de rádio e televisão, chegando a 42% dos Municípios com pelo menos uma rádio e de 3% com pelo menos uma geradora de televisão. Complementarmente, 186 localidades foram contempladas com retransmissoras de televisão, aumentando para 57% o número de Municípios com emissora de televisão instalada, atendendo uma população de 157 milhões de brasileiros com sinal de TV em suas residências. Também houve a simplificação dos procedimentos para obtenção de outorga de rádio ou TV educativa, o que possibilitou um avanço no número dessas emissoras no País. De acordo com dados do Plano Nacional de Outorgas 2011-2012, 64 localidades foram atendidas, o que aumenta para 387 Municípios (7% do total) com pelo menos uma rádio educativa e para 169 (3% do total) com pelo menos uma geradora de televisão.

f.3) TV Digital

Diversas ações também foram implementadas pelo Governo a fim de proporcionar à população usuária dos serviços de TV aberta e gratuita os benefícios da TV Digital, com o cuidado de garantir que todos continuem recebendo o sinal de televisão, mesmo após o início do processo de desligamento a ocorrer nos próximos anos.

Atualmente, 66% das emissoras e quase 40% das retransmissoras analógicas já foram consignadas a operar, simultaneamente, com tecnologia digital, e 2% delas já foram licenciadas na nova tecnologia.

Os desafios que serão enfrentados para o sucesso do desligamento do sinal analógico não se resumem ao esforço do aumento da cobertura. A baixa penetração de receptores é também indicativo da necessidade do estabelecimento de uma política específica para evitar que a população em geral, em especial a de baixa renda, não fique sem acesso ao serviço de TV aberta e gratuita.

No âmbito internacional, em 2012, houve a continuidade da cooperação técnica em matéria de TV Digital aos países latino-americanos que adotaram o padrão ISDB-T, com ações de capacitação e de apoio à montagem de Laboratórios de TV Digital no Peru, Equador, Chile e Uruguai.

Do ponto de vista da recepção, foram aprovadas portarias interministeriais que preveem a incorporação paulatina do *middleware* de interatividade Ginga nos receptores de televisão produzidos no País. A partir de janeiro de 2013, 75% das TVs de LED e Plasma fabricadas deverão incluir o Ginga. Até 2014, o número de TVs fabricadas com Ginga deverá ser de 90%. Para estimular a adoção de conteúdos digitais interativos na programação das emissoras de televisão digital, o Ministério das Comunicações criou o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil). A iniciativa visa dar condições e capacitar equipes de emissoras públicas para a inserção de recursos de interatividade na programação, além de criar um repositório, uma rede de distribuição e plataforma para o intercâmbio de conteúdos entre elas.





f.4) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

Em 2012, foram finalizados os testes realizados com emissoras de várias classes e potências em diferentes cidades do Brasil referentes aos dois sistemas de rádio digital que responderam às convocações do Ministério das Comunicações, o sistema *Digital Radio Mondiale* – DRM (europeu) e o sistema *In-Band-On-Channel* – IBOC (norte-americano).

As avaliações foram concluídas em julho de 2012, com a elaboração de relatórios de *performance* das duas tecnologias nos testes, disponíveis na Internet. Foi criado, ainda em 2012, o Conselho Consultivo do Rádio Digital, composto por representantes de todos os segmentos envolvidos com o rádio no País, de forma a tornar o processo o mais aberto e transparente possível. A principal tarefa do Conselho Consultivo será avaliar os resultados dos testes já realizados com as duas potenciais tecnologias a serem adotadas no Brasil, firmando uma posição técnica de qual modelo funciona melhor. No entanto, a atuação do grupo deve ir além da definição do padrão de rádio digital. O trabalho envolverá, também, questões referentes a financiamento da transição atual do sistema e parâmetros internacionais.

f.5) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão

Visando orientar as atividades de fiscalização dos Serviços de Radiodifusão foi elaborado o Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2013 e instituído seu Comitê de Acompanhamento.

A implementação do PAF 2013 adota como procedimento Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão (SAR), que definirão os Municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório, nos termos da Portaria nº 86, de 15 de fevereiro de 2012, serão fiscalizadas. Os Sorteios são realizados em intervalos de, no máximo, dois meses, alcançando pelo menos um Município de cada macrorregião brasileira. Em 2012, foram realizados três sorteios, contemplando um total de 45 Municípios e 118 emissoras e retransmissoras, e prevê-se a fiscalização, até o final de 2013, das emissoras localizadas em todas as capitais. O procedimento já foi iniciado em dez capitais, abrangendo 230 emissoras e retransmissoras.

O resultado do fortalecimento das atividades de fiscalização em 2012 foi a aplicação de 622 multas e 129 suspensões a emissoras de radiodifusão e retransmissoras de TV no que se refere a infrações de conteúdo e jurídicas, sem considerar as infrações técnicas, de competência da Anatel.

Adicionalmente, foi realizada consulta pública relativa à Norma de Sanções Administrativas, que regulamentará todos os procedimentos relativos à aplicação de sanções administrativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, no que se refere a infrações relativas ao conteúdo da programação veiculada e aspectos legais, contratuais e societários. Após a análise das contribuições realizadas em Consulta Pública e da viabilidade jurídica, a norma será publicada ainda em 2013.

f.6) Loudness

Em 2012, foi colocada em consulta pública proposta de norma sobre a variação de volume entre a programação de rádio e TV e os intervalos comerciais veiculados nos intervalos da programação das TVs abertas, chamado mundialmente de *loudness*. Como resultado desse processo, foi publicada a Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012, estabelecendo que o limite máximo de variação de som será de dois decibéis. Para efeito de fiscalização, serão coletadas seis amostras de programação das emissoras num intervalo de 24 horas para verificar se há mudanças bruscas de volume. Constatada a





irregularidade, a emissora terá 30 dias para padronizar seus níveis de áudio. Quem descumprir o prazo terá a emissão dos sinais suspensa por até 30 dias.

g) Conteúdos Digitais Criativos

Foi iniciada a implementação de uma política voltada para a produção, desenvolvimento e distribuição de conteúdos digitais destinados ao uso em dispositivos móveis e receptores de televisão digital. Trata-se do fomento a aplicativos, jogos eletrônicos, obras audiovisuais, *softwares* para visualização, música e som. Como primeira medida, foram firmados dois convênios com os governos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 7 milhões cada, destinados à estruturação, gestão e sustentabilidade de centro de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos para uso compartilhado em um arranjo produtivo local de pequenas e médias empresas do setor. Cada centro será composto por equipamentos de alta tecnologia e de difícil acesso para muitas *startups* brasileiras, como estúdio de cinema e televisão, laboratório para testes e certificação de aplicativos e jogos, além de equipamentos voltados ao processamento de imagens audiovisuais de computação gráfica.

6. Saneamento

A melhoria da qualidade de vida da população, a prevenção de doenças infecciosas e parasitárias e a recuperação, conservação e preservação do meio ambiente estão diretamente associadas à promoção do saneamento básico, compreendendo os serviços de infraestruturas e instalações de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

O acesso a serviços de saneamento básico de qualidade constitui um dos aspectos do direito à cidade sustentável, segundo o Estatuto da Cidade, devendo, por conseguinte, ser assegurado a todos os cidadãos, por meio de medidas que garantam a gestão adequada e participativa de tais serviços, bem como com a instalação da infraestrutura necessária a sua oferta, nos termos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – Lei Nacional de Saneamento Básico.

A União, em conjunto com Estados e Municípios, atua no sentido de promover a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, tendo como princípios a equidade, a integralidade, a sustentabilidade, o efetivo controle social na gestão desses serviços e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, o Governo Federal tem promovido ações articuladas com o objetivo de reduzir o *déficit* de infraestrutura física (medidas estruturais) – particularmente por meio das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – e de promover a melhoria da gestão dos serviços de saneamento básico (medidas estruturantes) – especialmente por meio do planejamento, regulação, fiscalização do setor e ampliação do controle social, além do apoio à participação da comunidade na formulação da política e da capacitação dos gestores locais.

a) Medidas Estruturantes

Uma das premissas para a adequada estruturação da política de saneamento básico é a aprovação e implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), nos termos estabelecidos pela Lei nº 11.445, de 2007.

Essa lei define as diretrizes da política federal de saneamento básico, pautadas na equidade social e territorial do acesso aos serviços; na promoção da salubridade ambiental; na promoção do desenvolvimento institucional; no fomento ao





desenvolvimento científico e tecnológico e na minimização dos impactos ambientais. A Lei estabelece, ainda, a competência da União de elaborar o Plansab, que se constitui em um pacto de caráter institucional por meio do qual serão definidas as estratégias para o setor, a serem implementadas em um horizonte de 20 (vinte) anos. O Plansab tem o papel de articular a competência comum dos entes da federação em matéria de saneamento, pactuar metas territoriais, sociais e temáticas para a universalização dos serviços e orientar os programas, projetos e ações de investimento federais.

Em face de tal processo de planejamento, o Governo Federal, em articulação com os Estados, Municípios e sociedade, por meio de suas representações no Conselho Nacional das Cidades, elaborou o Estudo sobre o Panorama do Saneamento Básico no Brasil e a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Com a finalidade de garantir a participação da sociedade no processo de definição do Plano, foram realizados cinco seminários regionais e duas audiências públicas, em 2011, quando o texto proposto foi debatido publicamente.

Em 2012, em continuidade ao processo de participação da sociedade, o Plansab foi submetido à consulta pública pela Internet, encontrando-se atualmente em análise as sugestões e críticas ao texto, recebidas no curso da consulta. Em seguida, o texto do Plansab será apreciado pelos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e das Cidades, devendo ser normatizado por meio de Decreto.

Em consonância com os princípios norteadores do Plansab, o Governo tem buscado ampliar a implementação de medidas estruturantes em saneamento básico, as quais abrangem ações que têm por objetivo apoiar o desenvolvimento institucional dos titulares do serviço de saneamento (administrações públicas locais) por meio: i) da assistência técnica a entes federados e prestadores de serviços; ii) da capacitação de agentes públicos; iii) da realização de estudos e pesquisas setoriais; iv) das ações de controle e redução das perdas; v) do apoio ao desenvolvimento da gestão associada, da regulação e fiscalização; vi) da estruturação de sistemas de informação; vii) da elaboração de planos e projetos de saneamento básico; e viii) do incentivo à educação sanitária e ambiental. Tais medidas visam aperfeiçoar a gestão dos serviços, conferir o suporte político e gerencial necessário à sustentabilidade da prestação de serviços e aumentar a eficiência dos prestadores, de forma a garantir maior durabilidade aos benefícios advindos das medidas estruturais.

Nesse sentido, o Governo Federal tem buscado realizar atividades coordenadas e intersetorialmente articuladas, e empreender ações de fortalecimento da gestão e de aperfeiçoamento da prestação de serviços, embora os avanços em iniciativas de integração dos órgãos federais e subnacionais e em melhorias nas atividades de gestão, regulação e fiscalização do setor tendam a ser orçamentariamente mais favorecidos após a aprovação do Plano.

Entre as medidas estruturantes intensificadas, destaca-se o apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com ênfase na necessidade de garantia da participação social na sua elaboração. Ao longo de 2012, estão sendo apoiados pelo Ministério das Cidades 94 Planos Municipais de Saneamento Básico, com investimentos do PAC da ordem de R\$ 69 milhões.

Foram adotadas também medidas voltadas à capacitação dos proponentes, Municípios e Consórcios, para elaboração dos Planos Municipais, com enfoque na discussão e apresentação do conteúdo básico que deve integrar o Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico no Município e possíveis metodologias de planejamento a serem desenvolvidas na etapa do Prognóstico. Além das atividades destinadas à capacitação das equipes técnicas locais, em 2012, também foram realizadas palestras e oficinas de trabalho relativas à elaboração de planos municipais de saneamento básico, com enfoque na formulação da política pública e em suas diretrizes.





Estão previstas para 2013 novas reuniões de trabalho com representantes dos proponentes selecionados, oportunidade em que serão discutidos a elaboração, o acompanhamento e a coordenação dos demais produtos que integram os Planos Municipais de Saneamento Básico.

Com o objetivo de capacitar os agentes públicos no planejamento e condução de processos licitatórios, foram realizados, em 2012, quatro edições do curso Planejamento, Orçamentação, Licitação e Execução de Obras Públicas, o que possibilitou oferecer treinamento para cerca de 200 funcionários dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, oriundos de todas as unidades da Federação. Além de compreender os procedimentos relacionados à contratação e ao controle de obras e serviços de engenharia, pretende-se capacitar profissionais do setor público diretamente envolvidos no processo de elaboração de licitações, análise de projetos e orçamentos, e execução de obras e serviços de engenharia. Para 2013, estão previstas outras sete edições a serem realizadas regionalmente, o que possibilitará capacitar entre 450 e 500 técnicos em diferentes regiões do País.

Em 2012, foram realizados dois outros cursos de capacitação técnica destinados aos entes federados, com cerca de 40 servidores cada, tendo por conteúdo-base a discussão dos elementos necessários à negociação de contratos de concessão e de programa em saneamento básico, considerando a legislação vigente. Para 2013, estão previstas outras cinco turmas, realizadas regionalmente, o que possibilitará capacitar cerca de 250 técnicos.

Também cabe ressaltar, em 2012, a manutenção e o aprimoramento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), o qual contém informações e indicadores atualizados anual e ininterruptamente sobre os serviços de água e esgotos (desde 1995) e de resíduos sólidos urbanos (desde 2002). A amostra alcançou a marca de 4.960 Municípios com serviços de abastecimento de água, 2.725 Municípios com serviços de esgotamento sanitário e 2.070 Municípios com serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Com base nos dados coletados por meio do Snis – que são fornecidos por Municípios e prestadores de serviços de saneamento participantes – foram publicados, em 2012, os Diagnósticos do ano-base de 2009.

Para 2013, estão previstas ações diversas a serem realizadas pelo Governo, como a publicação normativa do Plansab, a continuidade do aporte financeiro para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e apoio ao Desenvolvimento Institucional (DI) voltado aos prestadores de serviços, além de ações de capacitação.

Cumprir ainda registrar que foi realizada, ao longo de 2012, a atualização dos Manuais Técnicos e Instruções Normativas que orientam a contratação e execução das iniciativas apoiadas com recursos da União, relativas às modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos urbanos e saneamento integrado. As alterações promovidas visaram à incorporação de inovações técnicas e administrativas e à simplificação de procedimentos, com vistas a agilizar a execução das iniciativas.

b) Investimentos em Saneamento Básico

No contexto do federalismo brasileiro, é da competência da União no setor de saneamento, conforme a Constituição Federal e a Lei nº 11.445, de 2007, o estabelecimento de diretrizes gerais para a execução da política pública. Aos titulares dos serviços de saneamento (administrações locais) compete a organização, o planejamento e a oferta dos serviços à população, que devem ser prestados de forma integral, com equidade, sustentabilidade econômica e eficiência operacional. No entanto, a Constituição Federal também estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas destinados à melhoria das condições de saneamento básico.





Em consonância com o preceito constitucional, a União tem envidado esforços para apoiar os titulares dos serviços na melhoria das condições de saneamento, buscando fornecer apoio financeiro e técnico aos entes federados e prestadores de serviços, com o fim de fortalecer sua capacidade de planejamento, de regulação e de fiscalização.

Nesse sentido, foram ampliados os recursos disponíveis para o setor e o Governo tem expandido o apoio aos empreendimentos e projetos em saneamento básico, por meio do repasse de recursos onerosos e não onerosos. Com o PAC, reverteram-se as limitações financeiras que restringiam os novos investimentos, elevando o volume de contratações de uma média de R\$ 3 bilhões anuais verificada de 2002 até 2006, para cerca de R\$ 10 bilhões por ano, de 2007 a 2010.

- **Investimentos do PAC 1**

Com relação aos Municípios localizados em regiões metropolitanas ou com população acima de 50 mil habitantes, do total de investimentos previstos para o PAC 1 Saneamento (período 2007-2010), foram contratados, no âmbito do Ministério das Cidades, 1.668 empreendimentos com operações correspondentes a R\$ 36,1 bilhões, o que representa 100% do total dos investimentos programados. Desse total, 64,9% foram contratados com recursos onerosos, preponderantemente de empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/BNDES) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e 35,1%, com recursos do Orçamento Geral da União (não onerosos). Em decorrência dos baixos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, cerca de 40% dos recursos, da ordem de R\$ 14,6 bilhões, foram destinados para investimentos em ampliação e melhorias dessa modalidade. Os empreendimentos de abastecimento de água foram contemplados com recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões.

- **Investimentos do PAC 2**

Como parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), serão disponibilizados R\$ 41,8 bilhões para os investimentos em saneamento, sob coordenação do Ministério das Cidades, para o quadriênio 2011-2014. Outros R\$ 4 bilhões para investimentos em saneamento ficarão sob responsabilidade da Funasa, para apoio às intervenções em Municípios de pequeno porte, totalizando investimentos de R\$ 45,8 bilhões.

Para os referidos recursos sob gestão do Ministério das Cidades, inicialmente, foram previstos investimentos da ordem de R\$ 8,9 bilhões para intervenções de abastecimento de água; R\$ 13,1 bilhões para esgotamento sanitário; R\$ 9 bilhões para intervenções de macrodrenagem com o objetivo de prevenir enchentes e inundações; R\$ 3 bilhões para ações de saneamento integrado (intervenções que incluem mais de uma modalidade de saneamento em uma mesma base territorial); R\$ 1,5 bilhão para destinação de resíduos sólidos; R\$ 600 milhões para planos de saneamento, estudos e projetos; além de R\$ 5 bilhões para financiamento privado, em diversas modalidades, totalizando R\$ 41,1 bilhões, aos quais foram acrescidos, posteriormente, mais R\$ 700 milhões, na modalidade de abastecimento de água.

Na sequência, dos R\$ 41,8 bilhões disponibilizados para investimentos em saneamento, sob coordenação do Ministério das Cidades, foram selecionados entre 2010 e 2012 cerca de R\$ 19,47 bilhões com empreendimentos na área de saneamento, dos quais 42,8% são provenientes de recursos de empréstimos do FAT e do FGTS (recursos onerosos) e 57,2% do OGU (recursos não onerosos).





Dentre os empreendimentos selecionados, cabe destacar:

- Em 2011, foram selecionadas, em caráter extraordinário, obras de macrodrenagem nos Municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro, num montante de R\$ 250 milhões; e
- Durante o período de junho a agosto de 2012, também ocorreram, em caráter extraordinário, duas outras seleções:
 - a primeira, de empreendimentos de obras de abastecimento de água, para mitigar os efeitos da estiagem em Municípios do Estado de Minas Gerais e da região Nordeste, tendo sido selecionadas 22 intervenções, que totalizam investimentos da ordem de R\$ 0,6 bilhão; e
 - a segunda seleção, para execução de obras de macrodrenagem, prevenção de enxurradas e alagamentos, e contenção de encostas, em Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com 20 iniciativas, em um montante da ordem de R\$ 2,5 bilhões.

Merece ênfase os esforços do Governo Federal na área de prevenção de desastres naturais, que levaram à criação do Programa Gestão de Riscos e Prevenção a Desastres, estruturado em quatro grandes eixos: mapeamento; prevenção; monitoramento e alerta; e resposta e reconstrução. O Ministério das Cidades atua no eixo da prevenção, com a execução de obras de drenagem urbana. As intervenções estruturais de drenagem urbana consistem em obras que devem, preferencialmente, privilegiar a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais. As soluções adotadas devem estar suficientemente embasadas por meio de estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Ressalta-se também que se encontra em andamento novo processo de seleção de propostas para execução de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que atendam Municípios com população superior a 250 mil habitantes, capitais ou Municípios localizados nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Belém/PA, e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF). Nessa seleção, estão sendo disponibilizados aos Governos Estaduais e Municipais investimentos da ordem de R\$ 20,8 bilhões, dos quais R\$ 12,8 bilhões destinam-se a obras de esgotamento sanitário e R\$ 8,0 bilhões a iniciativas de abastecimento de água, com prioridade em intervenções estruturantes para os sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que promovam significativa melhoria na oferta dos serviços. Os recursos serão provenientes do Orçamento Geral da União (R\$ 9,1 bilhões), bem como do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 11,7 bilhões.

Finalmente, do total já selecionado no PAC 2, conforme tabela a seguir, foram contratados R\$ 17,54 bilhões (90% dos recursos selecionados), em 911 operações, com destaque para ações de esgotamento sanitário, com 32,4% dos recursos; manejo de água pluviais, com 32,2%, e abastecimento de água, com 23,4%, o que reflete na melhoria das condições de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos e no aumento de investimentos na gestão de riscos e prevenção de desastres naturais.

Os empreendimentos contratados pelo PAC 2 estão com uma execução média de 5%, o que representa desembolsos da ordem de R\$ 669 milhões.





Total de investimentos do PAC, por modalidade, contratados e em contratação, sob gestão do Ministério das Cidades

MODALIDADE	INVESTIMENTO PAC 1 (R\$ MILHÕES)			INVESTIMENTO PAC 2 (R\$ MILHÕES)		
	CONTRATADO	EM CONTRATAÇÃO	TOTAL	CONTRATADO	EM CONTRATAÇÃO	TOTAL
Abastecimento de água	8.041,74	0,00	8.041,74	4.111,29	0,00	4.111,29
Desenvolvimento institucional	1.133,49	0,00	1.133,49	414,42	0,00	414,42
Esgotamento sanitário	14.550,56	0,00	14.550,56	5.699,61	0,00	5.699,61
Estudos e projetos	174,54	0,00	174,54	424,86	0,32	425,18
Manejo de águas pluviais	5.128,11	0,00	5.128,11	5.605,29	1.928,00	7.533,29
Manejo de resíduos sólidos	185,39	0,00	185,39	261,64	0,00	261,64
Saneamento integrado	6.950,26	0,00	6.950,26	1.022,75	0,00	1.022,75
TOTAL GERAL	36.164,08	0,00	36.164,08	17.539,86	1.928,32	19.468,18

Base: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN), atualizado em 19 de dezembro de 2012.

Obs.: Valores do PAC 1 estão apresentados em termos de Valor de Investimento (União + contrapartida); e do PAC 2, em termos de Valor de Repasse (União).

No tocante aos programas de investimentos referentes a saneamento, no ano de 2012 a União priorizou e reforçou a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos eixos Cidade Melhor e Água e Luz para Todos.

Para o exercício de 2013, além da continuidade das contratações das operações já selecionadas, está previsto novo processo de seleção pública de propostas de ações na área do saneamento.

A adoção de medidas estruturantes e estruturais, com investimentos de recursos federais em infraestrutura de saneamento, e a consolidação da política federal de saneamento e da política nacional de resíduos sólidos representam o esforço significativo que o Governo Federal tem realizado, visando à redução dos *déficits* de saneamento e a melhoria da gestão e da prestação dos serviços, em atendimento aos anseios da sociedade pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

7. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

As políticas públicas implementadas pelo setor habitacional são empreendidas com base na Política Nacional de Habitação e no arcabouço institucional que integra as três esferas de Governo do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), assegurando a articulação financeira do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) entre os entes da Federação.





Na implementação dessa Política, os principais eixos da ação governamental são: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Habitação, Urbanização de Assentamentos Precários e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que se desenvolveram a partir de fundamentos contidos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Tais programas refletem a prioridade do Governo a ações que têm como finalidade garantir condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda.

O Governo prevê investimentos da ordem de R\$ 305 bilhões até 2014 em programas de construção de moradias e melhoria de qualidade do ambiente urbano, além do avanço e da consolidação de novos marcos legais e institucionais, garantindo inclusão social e desenvolvimento sustentável das cidades.

Os investimentos do PAC (etapas 1 e 2) em Urbanização de Assentamentos Precários são da ordem de R\$ 50 bilhões de reais, beneficiando mais de 1,8 milhão de famílias moradoras de assentamentos precários.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) totalizou, até o final de 2012, investimentos da ordem de R\$ 155 bilhões, alocados em contratações de mais de dois milhões de unidades habitacionais, das quais 54% destinadas a atender famílias com renda de até R\$ 1.600,00; tendo sido entregues 1,05 milhão de moradias. Outra fonte de recursos relevantes para o setor habitacional é o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o qual, no quadriênio 2011-2014, possui previsão de investimentos da ordem de R\$ 176 bilhões.

As iniciativas empreendidas em 2012 para fomentar o desenvolvimento institucional e a cooperação técnica podem ser classificadas em cinco eixos principais: capacitação; desenvolvimento de estudos técnicos; cooperação técnica internacional e nacional; consolidação do SNHIS; e monitoramento e avaliação dos programas habitacionais. Tais ações objetivam o desenvolvimento institucional e a melhoria da capacidade técnica dos Estados e Municípios para execução dos projetos beneficiados com recursos provenientes do PAC e do PMCMV. Destaca-se ainda o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que objetiva elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade. Os principais resultados alcançados são detalhados a seguir.

b) Investimentos em Habitação – Urbanização de Assentamentos Precários

Os investimentos do Governo em intervenções de urbanização de assentamentos precários visam selecionar propostas com ações necessárias à melhoria das condições de habitabilidade e do espaço urbano por meio da aquisição, construção e melhoria habitacional, execução de infraestrutura e saneamento ambiental, construção de equipamentos comunitários, recuperação das áreas degradadas e implementação de trabalho social e regularização fundiária.

De acordo com o último balanço, em setembro de 2012, os programas e ações governamentais integrantes do eixo PAC Habitação contrataram recursos da ordem de R\$ 18,9 bilhões na primeira etapa do Programa (quadriênio 2007-2010). Desse total, os recursos contratados pela fonte do Orçamento Geral da União (OGU), na segunda etapa, resultaram em R\$ 9,7 bilhões, que somados aos recursos de Financiamento (R\$ 5,6 bilhões) e de Contrapartida (R\$ 3,6 bilhões) superaram em 12% a meta inicial de R\$ 16,9 bilhões.

Na continuidade do PAC (quadriênio 2011-2014), a produção habitacional necessária para a urbanização dos assentamentos precários está sendo realizada por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). No lançamento dessa etapa, foram





previstos R\$ 30,5 bilhões para investimentos em urbanização de tais assentamentos, sendo R\$ 18,8 bilhões para a produção habitacional pelo PMCMV, R\$ 8,2 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Desse montante, até setembro de 2012 foram selecionados 9,1 bilhões e contratados R\$ 8,9 bilhões.

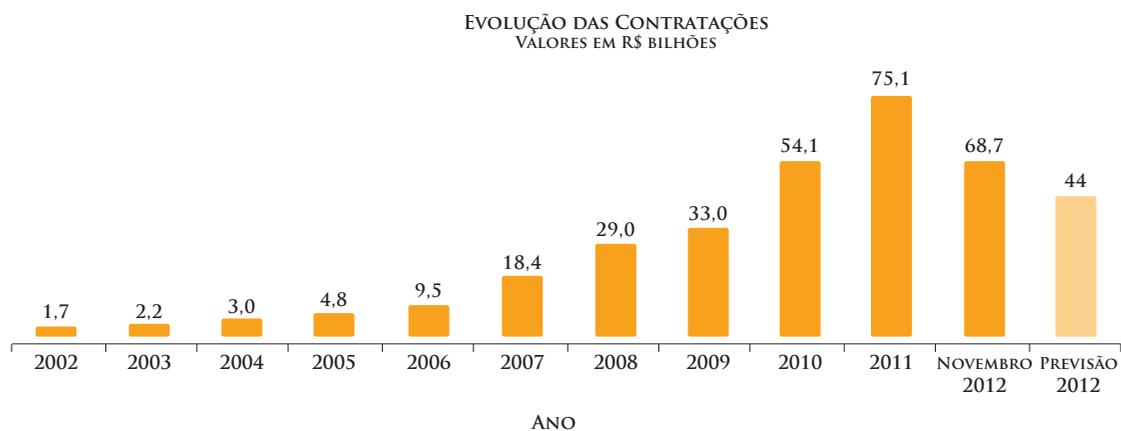
Ao todo, o PAC contempla 3.951 operações contratadas, resultando em R\$ 22,8 bilhões. Desse valor, R\$ 7,7 bilhões já foram liberados, representando 34% do valor total contratado e 41% do valor contratado na primeira etapa do PAC.

c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

Na segunda etapa do PAC, foi prevista alocação de R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para o quadriênio 2011-2014, tendo sido contratados R\$ 75 bilhões, em 2011, com recursos do SBPE, e até setembro de 2012, o financiamento correspondeu ao investimento de R\$ 54,5 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução das contratações de financiamento nos últimos dez anos.

No financiamento habitacional para pessoas físicas com recursos do FGTS, até 28 de dezembro de 2012, houve alocação de aproximadamente R\$ 35,4 bilhões, o que beneficiou 393 mil famílias.

Contratação de Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas (SBPE) (R\$ bilhões)



Fonte: Abecip/Bacen, até 30 de novembro de 2012.

d) Programa Minha Casa, Minha Vida

No mês de outubro de 2012, o Programa Minha Casa, Minha Vida atingiu a marca de dois milhões de unidades habitacionais contratadas, representando a viabilização do direito à moradia para cerca de 8 milhões de pessoas. A tabela a seguir apresenta o resumo das unidades contratadas e entregues até a referida data. O PMCMV atingiu a marca de um milhão de unidades entregues, conforme o quadro a seguir.



**Unidades Contratadas e Entregues no Programa Minha Casa, Minha Vida 1 e 2**

FAIXA	UNIDADES CONTRATADAS	UNIDADES ENTREGUES
Faixa 1	978.562	290.701
Faixa 2	1.017.560	688.452
Faixa 3	283.584	71.240
TOTAL	2.279.706	1.050.393

Fonte: Departamento de Produção Habitacional (DHAB) – 31/12/2012.

É importante realçar que as regras de operacionalização do PMCMV passam por reformulações constantes, visando ao aprimoramento do Programa, dentre as quais se destacam:

- Moradores de áreas rurais atendidos pelo PMCMV serão contemplados com 40 mil cisternas de placas. As cisternas serão construídas com as obras das residências rurais, que poderão ser em agrovilas ou unidades individuais, beneficiando cerca de 170 mil pessoas em zonas rurais com investimento de R\$ 85,8 milhões;
- Ampliação dos limites de valores dos imóveis e dos subsídios (renda familiar e valor para complementar o preço de aquisição do imóvel) e redução das taxas de juros dos financiamentos. As taxas de juros situam-se em 7,16% ao ano para as famílias classificadas na Faixa 3 do Programa; e de 6% e 5% ao ano para as demais faixas. O valor máximo de subsídio por família foi elevado para R\$ 25 mil e o valor máximo do imóvel a ser financiado pelo PMCMV foi elevado para R\$ 190 mil; e
- Para famílias com renda até R\$ 1.600,00, integrantes da Faixa 1, houve alteração dos valores máximos para aquisição de unidades habitacionais, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), considerando a atualização dos custos do terreno do imóvel, a edificação e a infraestrutura do local. A partir de agora, o teto das unidades habitacionais contratadas pelo FAR é R\$ 76 mil, variável de acordo com a unidade da Federação e o perfil do município. Além disso, houve redução do valor da prestação que a família deve pagar pelo imóvel, de 10% para 5% da renda da família beneficiada.

Em 2012, foram alocados no OGU R\$ 11,12 bilhões para o PMCMV e desembolsados R\$ 10,6 bilhões. Para 2013, o montante de recursos reservados ao Programa é da ordem de R\$ 12,5 bilhões, destinados a atender as famílias com renda até R\$ 1.600,00.

e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

As ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica buscam dinamizar o desempenho público, superar entraves identificados de organização institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social (SNHIS) e consolidar as bases de um sistema nacional articulado e integrado. Até 2012, 5.565 Municípios brasileiros já aderiram ao SNHIS. Desses, 3.875 Municípios estão regulares, ou seja, aproximadamente 70% cumprem os requisitos do SNHIS estando aptos a receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).





Dentre as ações destacam-se: i) a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS); ii) a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios; iii) a capacitação dos conselheiros para atuar no controle social da aplicação dos recursos dos fundos locais de habitação de interesse social; e iv) fomento a estudos técnicos.

Na área de desenvolvimento institucional são mais de dois mil contratos com Municípios beneficiados, nos 26 Estados e Distrito Federal, com investimento da ordem de R\$ 275,4 milhões oriundos do FNHIS. Foi concluído em 2012 o estudo Capacidades Governamentais e Políticas Habitacionais em nível local no Brasil.

Para 2013, serão alocados R\$ 301 milhões no FNHIS com o objetivo de servir de suporte para apoio à Habitação de Interesse Social (HIS), desenvolvimento institucional, planos e projetos, assistência técnica, monitoramento e avaliação para o fortalecimento da PNH.

Dentre as ações de monitoramento e avaliação dos programas e ações da habitação, destacam-se as seguintes realizações em 2012:

- Termo de cooperação para elaboração e lançamento da Chamada Pública, visando selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento, avaliação e o aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida e do eixo de Urbanização de Favelas do Programa de Aceleração do Crescimento, prevendo recursos num montante de R\$ 5 milhões;
- Celebração de parcerias com centros de excelência nacionais e internacionais para aprimoramento das políticas habitacionais e implantação de um sistema institucional aderente aos desafios atuais e futuros; e
- Estabelecimento de agenda de cooperação internacional no âmbito do Fórum de Diálogo Ibas – Índia, Brasil e África do Sul.

f) Qualidade e Produtividade

Em 2012, o Governo inseriu na Portaria nº 465, do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), exigências de utilização de materiais de empresas qualificadas nos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ) do Sistema de Qualificação dos Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); atendimento ao Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT) para sistemas inovadores; e certificação no Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) para empresas construtoras, visando melhorias na qualidade e produtividade nas obras dos programas habitacionais de interesse social.

Para 2013, espera-se a atuação diferenciada do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) que deixará de ser “provedor de soluções” para atuar como articulador setorial, empenhado na busca do consenso quanto à regulamentação do setor da construção civil, propiciando a sua modernização.

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

O Programa Papel Passado, que teve sua continuidade em 2012, está estruturado em quatro linhas de ação, quais sejam: i) apoio direto aos entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos; ii) capacitação de agentes públicos e sociais; iii) remoção de obstáculos jurídico-legais à regularização fundiária; e iv) cooperação e articulação institucional.

No âmbito do Programa, em 2012, foram concluídos oito contratos de repasse, totalizando 71 contratos concluídos em um universo de 200 contratos desde o início do Programa, em 2004; e firmado termo de cooperação com a Universidade Federal





do Pará para desenvolvimento da metodologia de regularização fundiária em áreas municipais doadas pelo Programa Terra Legal, bem como a efetivação da regularização de aproximadamente 14 mil imóveis em seis Municípios paraenses.

No âmbito do Planejamento Territorial e da Gestão Urbana Municipal e Interfederativa as principais ações promovidas foram:

- Diagramação do primeiro caderno técnico da coleção voltada à regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001);
- Desenvolvimento do projeto e estruturação do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana (Lacau), a ser implantado em 2013, com vistas à implementação do Sistema Nacional de Monitoramento da Ocupação Urbana, dando cumprimento aos dispositivos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, entre outras providências;
- Desenvolvimento, em parceria com o Banco Mundial, de uma proposição de metodologia para o monitoramento da ocupação urbana e regulamentação de mecanismos de acesso a informações;
- Realização de um Acordo de Cooperação Técnica com o Governo japonês para desenvolvimento de Metodologia de Planejamento da Expansão Urbana aplicada à Gestão de Riscos; e
- Realização de um Acordo de Cooperação com o Conservatório Nacional das Artes e Ofícios (CNAM), entidade do Governo francês, para apoio a construção da política nacional de governança metropolitana.

Na ação de apoio à elaboração e implementação de planos e projetos urbanos integrados de reabilitação de áreas urbanas procurou-se promover transformações urbanísticas de impacto em áreas urbanas de especial interesse (cultural, social, ambiental) para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade (dar uso adequado a imóveis vazios e áreas subutilizadas e degradadas) por meio de projetos urbanos integrados e ações de capacitação e difusão de conhecimento sobre o tema.

No que se refere ao tema acessibilidade, foram realizadas vistorias nos aeroportos das cidades que sediarão a Copa das Confederações de 2013, com o intuito de verificar se atendem aos padrões estabelecidos pelos normativos de acessibilidade. Além disso, houve monitoramento das ações de acessibilidade no Governo Federal por meio do acompanhamento do Plano Viver Sem Limite, abrangendo os empreendimentos habitacionais do PMCMV. Também foi realizada a seleção de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno das obras do PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades –, que deverão ser contratados em 2013.

Ainda para o ano de 2013 está prevista a elaboração de uma metodologia além de diretrizes de conteúdos técnicos para a campanha Cidades Sensíveis, Cidades Acessíveis, a fim de divulgar a Política Nacional de Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica, conforme as atualizações das normas técnicas de acessibilidade, com a finalidade de capacitar técnicos municipais e outros atores envolvidos para a aplicabilidade dos requisitos legais referentes à acessibilidade arquitetônica e urbanística.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), foram apoiados 31 projetos e 28 programas de extensão universitária, com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano e aprovados 17 projetos e 22 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Destaca-se ainda o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) que promoveu a capacitação de 685 técnicos e gestores municipais em temas relacionadas à política urbana, além de disponibilizar agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, *blogs*, fóruns temáticos e cursos a distância.





9. Mobilidade Urbana

a) Mobilidade Urbana

A Política Nacional de Mobilidade Urbana foi instituída pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

Nesse sentido, destacam-se, em 2012, os investimentos dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contribuem para a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estimulando a implantação de infraestruturas de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano mais eficientes:

- Mobilidade Grandes Cidades (PAC) – foram selecionados empreendimentos no valor de R\$ 22,43 bilhões. A aplicação plurianual dos recursos permitirá a realização de intervenções com objetivo de requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano, incluindo a implantação de sistemas metroviários em Municípios acima de 700 mil habitantes e no Distrito Federal;
- Mobilidade Médias Cidades (PAC) com R\$ 7 bilhões de recursos de financiamento, plurianuais – o Programa encontra-se em fase de seleção e objetiva fomentar ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano por meio de qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana para as cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes;
- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (PAC 2), 2ª etapa – prevê investimentos plurianuais no valor de R\$ 5,8 bilhões. Atualmente, encontra-se em fase de seleção de propostas para apoio à execução de obras de pavimentação e qualificação de vias por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, incluindo a infraestrutura necessária para sua plena funcionalidade, tais como: sistema de drenagem de águas pluviais, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, passeios com acessibilidade, sistemas cicloviários e medidas de moderação de tráfego e sinalização viária; e
- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (PAC 2), 1ª etapa – já foram executados R\$ 270 milhões dos R\$ 1,35 bilhão dos recursos de financiamento de operações de crédito contratadas.

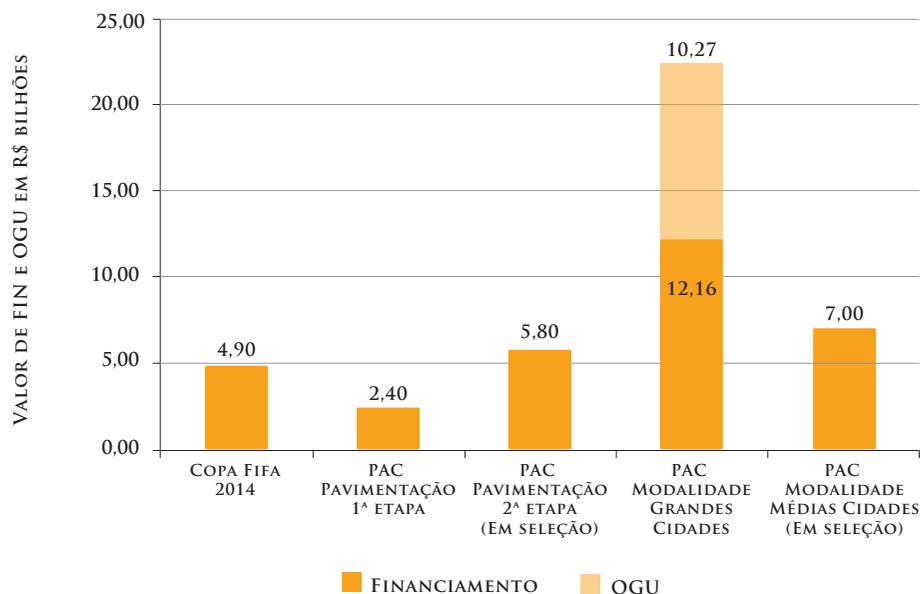
Esses investimentos são provenientes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como pode ser notado, os investimentos na área de transporte e da mobilidade urbana do Governo Federal foram expressivamente ampliados alcançando recursos superiores a R\$ 40 bilhões, conforme o gráfico.





Investimentos em mobilidade urbana associados aos eixos do PAC e à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 geridos pelo Ministério das Cidades



Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

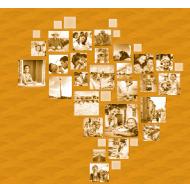
Foi ainda concluído, em 2012, o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima (PSTM) no que se refere a transporte de passageiros e de carga, no qual foram registradas as reduções advindas da implantação dos investimentos em melhorias da mobilidade urbana. Submetido a consulta pública, o PSTM foi objeto de discussão em cinco encontros regionais nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Recife/PE, Cuiabá/MT e Manaus/AM, além de um encontro específico sobre transporte e mobilidade urbana realizado em Brasília/DF.

Ampliando as hipóteses de captação de recursos para investimentos em transporte e mobilidade urbana, foram instituídos, em 2012, requisitos mínimos e procedimentos para aprovação de projetos de investimento a serem considerados prioritários, atendendo à previsão do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, que trata da possibilidade de emissão de debêntures por Sociedades de Propósito Específicos (SPE). As propostas devem, preferencialmente, mitigar os custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas na cidade e incentivar o uso de energias renováveis e menos poluentes.

Também, no âmbito do FGTS, foram normatizadas as operações de aquisição de títulos e debêntures pelo Agente Operador do FGTS, mais uma alternativa para financiar investimentos na área. Os volumes de contratações e de desembolsos de recursos nos próximos anos nos empreendimentos de mobilidade urbana serão gradativamente maiores, em virtude da execução progressiva das obras que estão nas etapas de contratação dos empreendimentos, elaboração de projetos, licitação e licenciamento ambiental.

b) Transporte Metroferroviário

O Trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, tem se caracterizado por um ritmo acelerado. O empreendimento prevê, no total, mais 9,3 km da Linha 1,





atingindo ao final da atual implantação um total de 43 km de extensão, de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho será estruturado em via elevada e comportará cinco novas estações. O empreendimento, incluindo a Obra de Expansão e outras Ações Complementares a ela vinculadas, está orçado em R\$ 938,2 milhões. Além da construção da via elevada e das estações, estão incluídos os serviços de melhoramento hidrodinâmico do Arroio Luiz Rau, a continuação da Av. Mauá, no Município de São Leopoldo (RS), e o aporte de recursos adicionais para o Programa de Reassentamento de famílias.

Em 2012, a obra de expansão Norte da Linha 1 atingiu 95,58% de execução; estando previsto o início da operação comercial das estações Industrial, Fenac e Novo Hamburgo para o segundo semestre de 2013. Os índices de execução foram recalculados a partir do 6º termo aditivo – de prazo e valor – ao contrato da obra de Expansão São Leopoldo-Novo Hamburgo, sofrendo acréscimo de novos serviços para atualização tecnológica do centro de controle operacional.

A implantação do Aeromóvel entre a Estação Aeroporto e o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS) – construção inédita no Brasil de um Sistema APM (*Automate People Mover*) – ligará o novo terminal de passageiros do referido aeroporto à Estação Aeroporto da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (Trensurb) e permitirá o acesso às dependências do sítio aeroportuário. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo de demanda expressiva, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Esse é um projeto piloto que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e também servir de modelo para outros sistemas do País. O projeto contempla implantação de 1 km de via elevada, construção de duas estações de embarque e desembarque, aquisição de dois veículos (150 e 300 lugares) e operação 100% automatizada. A estrutura do projeto contempla o pacote tecnológico, via elevada, material rodante e estações que estão com execução de 85%, 100%, 93% e 36%, respectivamente. Do cronograma geral 87% já foi concluído e a previsão de término é junho de 2013. Quanto à acessibilidade universal, no ano de 2012, foram executadas as obras do Caminho Acessível entre a Estação Aeroporto e o Prédio Administrativo da Trensurb e a acessibilidade da Estação Aeroporto.

Em relação aos outros investimentos em sistemas de transporte metroviário operados ou descentralizados pelo Governo Federal, destacam-se os sistemas de Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e João Pessoa (PB), que foram incluídos no PAC Equipamentos – Grandes Cidades.

Em 2012, nas Linhas Centro e Sul de Recife, o projeto atingiu 70,8% de avanço físico, incluindo a contratação dos novos Trens de Unidade Elétrica (TUE). As obras civis e a fabricação dos Veículos Leve sobre Trilhos (VLT) alcançaram o acumulado de 97% das ações previstas. Foram entregues os últimos quatro VLT da frota contratada. Além disso, foi contratada a fabricação de mais duas unidades que serão entregues no início de 2013, perfazendo um avanço físico acumulado de 85,30% até dezembro de 2012.

As atividades da Linha 1 (Eldorado Vilarinho) de Belo Horizonte (MG) foram retomadas em 2012 com aquisição de 10 TUE, com quatro carros cada, e fornecimento e instalação de blindagem das bilheterias e salas técnicas em 15 estações.

Em Salvador, as obras civis de implantação do Tramo I, Lapa-Acesso Norte, estão praticamente concluídas. A implantação da estação Bonocô atingiu 50% de avanço físico acumulado até 2012. No que diz respeito à modernização/recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe, foram concluídos os serviços de fabricação e montagem da superestrutura metálica da ponte São João. Foi licitada em julho de 2012 a aquisição dos materiais para a via permanente e da rede aérea da ponte.

Na Linha Sul de Fortaleza (CE), foram concluídas todas as pendências de acabamento, instalações e urbanizações. Foram entregues 13 estações do trecho em superfície, além das obras civis do centro de manutenção, prédio administrativo, Centro de Controle Operacional, todos os viadutos, passagens inferiores e passarelas, todo o trecho de via metroviária de via dupla





(superfície e elevado), totalizando 20,5 km e 1,5 km do trecho subterrâneo, da Rua Padre Cícero à Estação São Benedito e da Subestação Retificadora de Pajuçara. Concluídas obras civis no trecho subterrâneo, com 2,4 km em via dupla, entre as estações São Benedito e Chico da Silva (Central); conclusão das obras na Estação São Benedito, em andamento melhorias no sistema de energia das subestações retificadoras de Vila Pery (Maraponga) e Benfica e o restante do sistema de eletrificação. Do material rodante já foram entregues mais 12 TUE de três carros em 2012. Como marco importante pode-se ressaltar o início da operação assistida em junho de 2012. Já na Linha Oeste de Fortaleza, em 2012, foram realizados os testes dinâmicos dos dois últimos VLT e a operação assistida em todo o trecho com os seis VLT. A assistência técnica dos 13 carros de passageiros recuperados, tipo Pidner, composição movida a diesel, foi concluída e a dos VLT se estende até 2013. Prevê-se, ainda em 2013, a assinatura de termo de compromisso com o Governo do Estado do Ceará para a implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza (CE).

A ação de modernização do sistema de Maceió foi iniciada em 2009 com a contratação do fornecimento de frota de oito VLT, já entregues. Foi concluída a superestrutura do trecho entre a Rua Dias Cabral e a Passagem de Nível da Silvestre Pércles, bem como a ligação da drenagem à rede pública de água fluvial. Após a retirada da Feira do Passarinho, foram concluídos o desmonte da grade de segregação da via; o assentamento do AMV (equipamento de mudança de via-desvio), o assentamento de grade via 2 – que com a retirada de mudança da feira e a construção da estação de Mercado, outra via foi implantada fazendo com que a estação fique entre duas vias, permitindo o tráfego de mais composições e conseqüentemente aumentando o número de viagens – que se encontra em operação; e a montagem da via 1. Concluídos ainda a construção de muro de contenção em alvenaria de pedra argamassa entre as estacas 330 e 358, a construção do Muro de Fechamento da Rua Dias Cabral a Rua Melo Moraes, construção de garagem de auto de linha e vestiário para uso dos funcionários da manutenção ferroviária de Satuba, e a construção dos galpões dos módulos III e IV, situados nos boxes externos e central, da antiga Ceasa.

10. Trânsito

No âmbito do Parada pela Vida – Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito, programa criado em 2011 com a meta de redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50% até 2020, foram realizadas campanhas sazonais de utilidade pública, visando a conscientização da população a respeito do tema trânsito. Aliadas à fiscalização e à educação no trânsito, as campanhas contribuíram para reduzir o número de óbitos nas rodovias. Em 2012, registrou-se redução média de 20% no número de mortes no trânsito, em comparação com 2011, nos feriados em que as campanhas foram veiculadas: Carnaval, Semana Santa, *Corpus Christi*, Nossa Senhora Aparecida, Proclamação da República, Natal e Ano-Novo.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito, em sua XII edição, tem por objetivo estimular a reflexão de crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, sobre o trânsito no contexto da cidade, sua relação com o meio ambiente e qualidade de vida. Essa reflexão contribui para a formação de hábitos e a adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano. Por meio do certame foram inscritos 7.925 trabalhos nas categorias pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educador, educação no trânsito, obra técnica, comunicação e cidadania.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) elegeu para a Semana Nacional de Trânsito de 2012, comemorada anualmente no período de 18 a 25 de setembro, o tema “Década Mundial de Ações Para a Segurança do Trânsito – 2011-2020: Não Exceda a Velocidade, Preserve a Vida”. A velocidade foi tema inédito na semana nacional, bem como o foco na conscientização de jovens entre 18 e 25 anos, considerados o grupo mais vulnerável e de maior exposição ao risco de acidentes de trânsito. Na oportu-





nidade, foram desenvolvidas ações educativas em parceria com Órgãos Estaduais e Municipais de Trânsito e com entidades representativas dos setores de trânsito e transporte.

Destaca-se a regulamentação pelo Contran do simulador de direção, que será obrigatório nas autoescolas a partir de 2013. Segundo pesquisas norte-americanas, a utilização desse instrumento pode diminuir em até 50% o número de acidentes nos primeiros 24 meses após a obtenção da carteira de habilitação.

Em 2012, 158 Municípios foram integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e passaram a assumir a responsabilidade pelo planejamento, projeto, operação e fiscalização de trânsito em seu perímetro urbano e nas estradas municipais. A municipalização do trânsito favorece a solução de problemas relacionados à sinalização precária, a estacionamentos em locais inapropriados, à travessia de pedestres, a dimensões inadequadas de ruas e de praças, promove o respeito à qualidade de vida dos moradores e aproxima a população da administração municipal, fortalecendo a democracia e incentivando o desenvolvimento da cidadania no trânsito brasileiro. O Brasil conta hoje com 1.282 Municípios integrados ao SNT.

Na área de segurança veicular, destacam-se os novos percentuais de implantação obrigatória dos dispositivos de segurança *air-bag* e freios ABS aplicados à produção de veículos. Além disso, a mudança de paradigma estabelecida pelo novo normativo de homologação veicular resultou em um acompanhamento mais efetivo quanto aos ensaios de segurança passiva realizados em veículos. Em 2012 foi realizado o acompanhamento de ensaios em 27 laboratórios de segurança veicular, no Brasil e no exterior, de diversas montadoras de veículos, o que possibilitou verificar as condições de ensaio e os critérios de aprovação dos diversos veículos homologados no País. Desses ensaios de segurança, destaca-se o *crash-test*, realizado a partir do impacto de um veículo contra uma barreira fixa ou móvel, que pode ser também rígida ou deformável, com o intuito de analisar o comportamento estrutural do veículo na ocorrência de uma colisão. Quanto aos veículos em circulação, ressaltam-se as atividades desempenhadas junto as Instituições Técnicas Licenciadas na realização de inspeção técnica veicular visando ao aumento da segurança da frota, além do aprimoramento da segurança jurídica referente ao roubo e furto de motores e veículos advindos da implantação das empresas credenciadas de vistoria veicular.

Para 2013, o plano de ação a ser desenvolvido está fundamentado nos pilares engenharia, educação e fiscalização e no Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década de 2011-2020.





United Nations Conference on Sustainable Development

Rio de Janeiro, Brazil - 20 - 22 June 2012

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

O Brasil de hoje representa uma associação de crescimento econômico, progresso social, consciência ambiental e democracia. O País vive em paz com seus vizinhos e mantém relações de amizade e cooperação com todos os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

A defesa desses valores e dos interesses nacionais pela política externa brasileira traduziu-se, em 2012, no desenvolvimento e fortalecimento das relações bilaterais, além da presença ativa em organismos multilaterais, tanto regionais quanto globais. As ações brasileiras ao longo de 2012 estiveram voltadas para a construção da paz, a defesa dos direitos humanos, o aperfeiçoamento do convívio democrático e a promoção do desenvolvimento com justiça social, do combate à pobreza e à fome, do avanço científico e do desenvolvimento sustentável. A comunidade brasileira no exterior continuou recebendo atenção prioritária.

A corrente de comércio exterior brasileira em 2012 atingiu o valor US\$ 465,7 bilhões, o segundo mais elevado da série histórica. A América do Sul representou 16% do comércio exterior do Brasil, sendo que 87% de nossas exportações para a região foram compostas por produtos industrializados. O comércio exterior do Brasil manteve o equilíbrio na distribuição entre seus parceiros: em 2012, a União Europeia respondeu por 21% do total do comércio; a China, por 16%; e os Estados Unidos, por 13%.

O Governo brasileiro manteve, em 2012, o programa de cooperação técnica com países de menor desenvolvimento relativo e deu prosseguimento a suas atividades de assistência humanitária a países em situação de emergência, tendo sempre presente o princípio da sustentabilidade socioambiental. Em 2012, o País empreendeu 107 ações de assistência humanitária, em montante total superior a US\$ 100 milhões, beneficiando 76 países da América Latina, África e Ásia. No mesmo ano foram celebrados 132 atos internacionais bilaterais – dos quais 45% com países latino-americanos –, com mais de 50 países e organismos internacionais.

O Consulado do Brasil em Saint Georges de l'Oyapock (Guiana Francesa) foi instalado e iniciaram-se as providências para a abertura da Embaixada em Lilongue (Maláui). Durante o ano, foram abertas em Brasília as Embaixadas de Azerbaijão, Bangladesh, Burundi, Cazaquistão, Cingapura e Jamaica.

No plano administrativo, foram reavaliados, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, cerca de 100 mil documentos em cumprimento à Lei de Acesso à Informação. Com a liquidação dos últimos passivos relativos à situação previdenciária de auxiliares locais de Postos no exterior, solucionou-se um problema que já se prolongava por várias décadas.

a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em setembro de 2012, a Presidenta da República abriu, pela segunda vez, o Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, destacando a gravidade da crise econômica internacional, iniciada em 2008 e agravada por inadequada articulação entre políticas fiscais ortodoxas e insuficientes medidas de estímulo ao investimento e à demanda. A Presidenta ressaltou que a política monetária não poderia ser a única resposta para resolver o crescente desemprego e o aumento da pobreza que afetam as camadas mais vulneráveis da população. Tal opção desequilibraria as taxas de câmbio, valorizaria artificialmente as moedas de países emergentes e, conseqüentemente, implicaria perda de mercado para esses países. Foi destacada a importância das iniciativas legítimas de defesa comercial, amparadas pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), as quais não podem ser confundidas com o protecionismo ou outras formas de manipulação do comércio, que devem ser combatidas. A Presidenta defendeu ainda esforços de coordenação entre os países e organismos multilaterais como o G20, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com vistas a impedir o aprofundamento da recessão, controlar





a guerra cambial e reestimular a demanda global. Ainda no que se refere à crise internacional, a Presidenta deu sentido de urgência à construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global. No plano político, reiterou a crítica ao embargo norte-americano a Cuba. Defendeu também a reforma do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Salientou que, em sua ação externa, o Brasil seguirá empenhado em trabalhar por um ambiente de paz, democracia, prosperidade e justiça social, reiterando a necessidade de discutir a “responsabilidade ao proteger”, como complemento necessário à “responsabilidade de proteger”.

A Rio+20, realizada no Rio de Janeiro/RJ, em junho de 2012, considerada o mais importante encontro multilateral da década, foi a maior e mais participativa conferência da ONU. Contou com a expressiva participação de delegações internacionais e chefes de Estado ou de Governo, além de mais de 45 mil participantes. Ao final da Conferência, foi adotado o documento O Futuro que Queremos com várias disposições dentre as quais: i) o lançamento de processo para elaboração, até 2015, de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ii) a implementação do Plano Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis; iii) o desenvolvimento de Mecanismo de Facilitação para promoção da transferência e disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente responsáveis; iv) o estabelecimento do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável; v) a negociação de instrumento internacional para conservação e uso da biodiversidade marinha; e vi) o lançamento do Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), nova métrica de mensuração do progresso que vai além do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Em paralelo à Conferência, o Governo brasileiro promoveu os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, cujas recomendações deverão subsidiar a formulação de políticas públicas e iniciativas do setor privado sobre o tema. A prioridade da política externa brasileira na área de desenvolvimento sustentável em 2013 será dar seguimento aos processos lançados na Rio+20.

Na área de mudança do clima, o Brasil manteve participação intensa nas negociações sobre o esforço internacional de combate ao aquecimento global. Coordenou os países em desenvolvimento nas negociações sobre o Protocolo de Quioto, que levaram, na Conferência de Doha, em dezembro de 2012, à definição de novas metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa dos países desenvolvidos.

No âmbito da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, o Brasil participou da 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e trabalhou para o fortalecimento dos meios de implementação da Convenção. Na área da biossegurança, o Brasil assinou o Protocolo Suplementar de Nagoia-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação. Em 2013, o Brasil participará da 16ª Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites) e da 11ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UNCCD).

Em novembro de 2012, o Brasil sediou a IX Sessão Plenária e a XXVI Reunião do Comitê Executivo do Grupo de Observação da Terra (GEO), organização intergovernamental que busca promover o compartilhamento de dados gerados por sistemas globais de monitoramento.

O Brasil continua fortemente comprometido com seu Programa Antártico, mesmo em face das dificuldades ocasionadas pelo incêndio da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). No final de 2012, durante a XXXI Operação Antártica brasileira, deu-se início à retirada dos escombros da antiga base, o que permitirá a instalação de Módulos Emergenciais, que garantirão a continuidade das pesquisas brasileiras até que a nova base esteja concluída.

O Brasil tem participado de forma ativa nos principais foros internacionais relacionados à temática energética, além dos grupos temáticos no âmbito do G20. Prosseguem os esforços para transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional.





A política externa brasileira manteve-se engajada na promoção da agenda multilateral de desarmamento. A primeira reunião do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em abril, permitiu ao Brasil reiterar chamamento à negociação de novos instrumentos jurídicos, com vistas a um mundo livre de todas as armas nucleares. No plano regional, foi celebrado o 45º aniversário do Tratado de Tlatelolco, que estabeleceu a primeira zona livre de armas nucleares em área densamente povoada no globo.

O País também continuará envidando esforços para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), criada por iniciativa brasileira, em 1986. Espera, em conjunto com parceiros sul-americanos e africanos, consolidar o Atlântico Sul como uma Zona de Paz livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

A negociação de um Tratado sobre Comércio de Armas Convencionais (ATT) foi tema de Conferência das Nações Unidas realizada em julho, em Nova York, que se encerrou sem a adoção de um texto final. Comprometido com o objetivo de prevenir o tráfico ilícito de armas pequenas, armamento leve e munições, o Brasil trabalhará pela aprovação de um instrumento regulador por ocasião de nova Conferência, em março de 2013.

O Brasil continua comprometido também com a Aliança das Civilizações, que realizará seu V Fórum Internacional em Viena, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2013. Os objetivos da iniciativa estão em sintonia com a visão brasileira de promover a paz e construir convergências.

Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil participou das negociações sobre a criação de uma convenção interamericana dedicada à proteção e à promoção dos direitos dos idosos, e desempenhou importante papel nas tratativas que resultaram na aprovação, durante a 101ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio e junho de 2012, de recomendação sobre a adoção de pisos de proteção social pelos países-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em outubro de 2013, o País sediará a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.

O Brasil, em 2012, foi eleito pela terceira vez, para o Conselho de Direitos Humanos, em mandato que se estenderá até 2015. Em 2013, seguirá empenhado em favor de iniciativas que impliquem tratamento menos seletivo e politizado de situações de direitos humanos e que sejam capazes de contribuir para a busca de soluções possíveis e para fortalecer o diálogo e a cooperação em matéria de direitos humanos entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em 2013, terá início a Década Internacional dos Afrodescendentes. O enfrentamento do racismo e da discriminação constitui objetivo permanente da ação brasileira no plano internacional. Também merecem referência o Plano de Ação Conjunta Brasil-Estados Unidos para o Enfrentamento do Racismo e a Promoção da Igualdade, modelo inovador de mecanismo de diálogo e de cooperação nessa área.

O Brasil participou da VI Cúpula das Américas, realizada em Cartagena das Índias, em 14 e 15 de abril, e apoiou debate franco e aberto sobre temas como Cuba, Malvinas e o problema mundial das drogas.

O País participou ainda da XLII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Cochabamba (Bolívia), realizada em junho, cujo tema foi Segurança Alimentar com Soberania. Na oportunidade, celebrou-se a aprovação da Carta Social das Américas, após sete anos de negociação.

No âmbito do combate aos ilícitos transnacionais, avançou-se na consolidação do Conselho da Unasul sobre o Problema Mundial das Drogas e prosseguiram as tratativas para a abertura, em Brasília/DF, de Escritório de Parceria e Ligação com o





Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que terá missão de apoiar as iniciativas regionais de combate às drogas e aos ilícitos transnacionais.

Sobre transparência e combate à corrupção, a I Reunião de Alto Nível da Parceria de Governo Aberto (OGP), realizada em Brasília/DF, em abril de 2012, contou com a presença de Delegações de Alto Nível de 73 países. O Brasil voluntariou-se para ser incluído na lista dos primeiros países a receber visitas *in loco* do Mecanismo de Avaliação da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic).

A Presidenta da República participou da XXII Cúpula Ibero-Americana, em Cádiz (Espanha), em novembro, ocasião em que expôs a visão do Brasil sobre a importância da superação da crise financeira que afeta, em particular, a Europa e sobre os caminhos futuros de cooperação ibero-americana.

Na IV Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em Nova Delhi (Índia), em março de 2012, que também contou com a participação da Presidenta da República, os membros do grupo comprometeram-se a fazer avançar o mecanismo em seus dois pilares básicos: a coordenação em temas da governança mundial e a consolidação de uma agenda própria de cooperação intra-Brics. Em junho de 2012, no encontro de chefes de Estado e de Governo do Brics, à margem da Cúpula do G20, realizada em Los Cabos (México), decidiu-se que os países do Foro irão contribuir com US\$ 75 bilhões para o FMI, condicionados à aceleração de seu processo de reformas.

O Fórum Ibas – integrado por Índia, Brasil e África do Sul – realizou, em outubro de 2012, o III Ibsamar, exercício conjunto entre as Marinhas dos três países, e deu prosseguimento às tratativas visando à construção e ao lançamento do Satélite Ibas. A cooperação com terceiros países foi reconhecida pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (ECSS), que concedeu prêmio ao Fundo Ibas para o Alívio da Fome e da Pobreza. Novos projetos foram lançados em 2012 pelo Fundo Ibas, na Palestina, nas áreas de saúde e educação, e no Laos, em agricultura.

A Presidenta da República participou da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), realizada em Lima (Peru), em outubro de 2012. A Cúpula de Lima foi marcada por debates em torno das questões políticas do mundo árabe, em particular a situação israelo-palestina e a crise na Síria. Foi assinado o Marco de Cooperação na área de Combate à Desertificação e lançado o Fórum Aspa de Mulheres titulares de altos cargos governamentais. Paralelamente ao encontro de chefes de Estado e de Governo, realizou-se o III Encontro Empresarial Aspa, do qual participaram cerca de 450 empresários das duas regiões, permitindo a realização de mais de 200 rodadas de negócios.

Em dezembro de 2012, foi lançado o Portal ASA, que permite aos países sul-americanos e africanos compartilhar documentos e projetos ainda em discussão no segmento de ciência e tecnologia, propiciando maior agilidade e transparência em sua implementação. Em 2013 será realizada, em Malabo (Guiné Equatorial), a III Cúpula América do Sul-África (ASA).

b) Integração Regional

Em 2012, o Brasil buscou o aprofundamento e a ampliação de suas relações com os países e agrupamentos de países da América do Sul, da América Central e do Caribe.

No ano de 2012 o Mercosul recebeu um novo membro pleno. A efetivação da Venezuela como Estado Parte fortaleceu o Bloco, ampliando sua dimensão geopolítica com projeção caribenha e centro-americana. O Mercosul passou a ter uma população de cerca de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul) e um PIB em torno de US\$ 3,3 trilhões (83,2% do PIB sul-americano).





Além disso, em 2012 foi firmado Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul, instrumento que define as tarefas para a plena incorporação da Bolívia como o sexto Estado Parte, o que significará projeção ainda maior para o Bloco.

O Brasil, à frente da Presidência *Pro-Tempore* do Mercosul no segundo semestre do ano, buscou aprofundar a ação regional concertada em novos temas, como ciência, tecnologia, inovação e capacitação. Também tratou de estimular maior participação dos segmentos empresariais, com a realização do I Fórum Empresarial do Mercosul, à margem da Cúpula Presidencial de Brasília, em 7 de dezembro. A dimensão social e cidadã do Mercosul foi priorizada, com a realização da Cúpula Social, entre 4 e 6 de dezembro, que contou com participação intensa da sociedade civil e dos movimentos sociais dos países do Bloco. Ademais, Guiana e Suriname manifestaram interesse de iniciar negociações com vistas a se tornarem Estados Associados ao Bloco.

Ainda em 2012, a Unasul avançou em sua institucionalização, por meio da execução do primeiro orçamento comum e do funcionamento de sua Secretaria-Geral, com sede em Quito (Equador). No contexto do fortalecimento da paz sul-americana, o Conselho de Defesa publicou o Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa, que compila pela primeira vez informações oficiais baseadas em uma metodologia comum definida pelos 12 Estados Membros da Unasul.

Na vertente econômico-financeira, o Brasil promoveu, no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), o diálogo entre as instituições financeiras atuantes na região, com vistas a desenvolver alternativas viáveis para a execução da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API). Destacam-se ainda o apoio do País aos trabalhos de definição das políticas operacionais e da estrutura do Banco do Sul e aos projetos de infraestrutura, por meio das linhas de financiamento à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No âmbito da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), buscou-se fortalecer o papel de representação externa regional, ampliando a concertação de posições nas Nações Unidas e fortalecendo a cooperação com atores estratégicos, como União Europeia, China, Índia e Rússia.

Na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), concluiu-se o processo de adesão do Panamá, 13º país-membro. No Brasil, passaram a vigorar para federações de indústria e comércio, em 2012, os critérios adotados na Aladi para a emissão de Certificado de Origem Digital, iniciativa relevante para a facilitação do comércio no plano regional. Além disso, foi adotada versão atualizada da Nomenclatura da Aladi baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (Naladi-SH).

Merece destaque, ainda, o aprofundamento das discussões para a elaboração do Tratado Energético Sul-Americano durante a III Reunião do Conselho Energético Sul-Americano, em maio de 2012.

Em junho, durante as reuniões de Cúpula do Mercosul e da Unasul, foram aplicadas as cláusulas de democracia vigentes para suspender o Paraguai de ambas as organizações. As decisões a esse respeito, tomadas de forma unânime pelos chefes de Estado e de Governo do Mercosul e da América do Sul, refletiram a determinação dos Estados da região de agir de forma decisiva em favor da preservação do Estado de Direito.

c) Relações Bilaterais

O Brasil manteve, em 2012, atuação diplomática intensa em todas as regiões do mundo, dando prosseguimento ao processo de fortalecimento de nossa presença no plano internacional, por meio de uma rede de relações bilaterais.

Ao longo de 2012, foi intensa a agenda de visitas da Presidenta da República a países latino-americanos e caribenhos, e ampliaram-se os financiamentos brasileiros a projetos de infraestrutura e de integração regional, assim como a cooperação prestada pelo Brasil aos países.





Em relação ao Paraguai, cabe sublinhar que sua suspensão do Mercosul e da Unasul se fez sem prejuízo do bem-estar do povo paraguaio. A construção de um sistema de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes, com recursos de contribuições brasileiras ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), também evoluiu em 2012.

Com a Argentina podemos citar os seguintes avanços: i) a liberação de recursos do Brasil para os estudos sobre o Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (Sabia-MAR); ii) a busca de mecanismos de financiamento pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e sua congênera argentina para desenvolver a engenharia básica de um reator multipropósito de pesquisa; e iii) a realização de licitação internacional para a contratação dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos de Garabi e Panambi no trecho compartilhado do rio Uruguai.

Os Presidentes de Brasil e Uruguai definiram um plano de ação para o desenvolvimento sustentável e a integração entre os países com foco em seis áreas: i) integração produtiva; ii) ciência, tecnologia e inovação; iii) comunicação e informação; iv) integração da infraestrutura de transportes; v) livre circulação de bens e serviços; e vi) livre circulação de pessoas. Também foi dada continuidade aos principais projetos de interesse comum, como a implantação da hidrovia Uruguai-Brasil, a integração dos sistemas elétricos, a reativação da interconexão ferroviária Cacequi-Santana do Livramento-Rivera-Montevidéu e a construção de uma nova ponte sobre o rio Jaguarão.

Em relação à Venezuela, em 2012, a corrente de comércio bilateral atingiu US\$ 6 bilhões, gerando superávit de US\$ 4 bilhões (22% superior ao saldo de 2011). Vale ressaltar a conclusão das negociações para venda de aviões comerciais da Empresa Brasileira Aeronáutica S.A. (Embraer) à empresa venezuelana *Consortio Venezolano de Industrias Aeronáuticas y Servicios Aéreos* (Conviasa).

Com a Bolívia, no que se refere à integração fronteiriça, foram realizadas, em 2012, a I Reunião do Comitê Brasileira-Epitaciolândia (Acre)/Cobija (Pando) e a I Reunião da Comissão Mista para a construção da ponte internacional sobre o Igarapé Rapiará, entre a cidade de Plácido de Castro/AC e a antiga vila Montevideo, atual Puerto Evo Morales/Departamento de Pando. Na cooperação em temas de defesa e segurança, foram doados pela Força Aérea Brasileira ao Governo boliviano dois helicópteros (modelo UH-1H), de um total de quatro, que deverão ser empregados no combate ao narcotráfico.

O Chile prestou valioso auxílio por ocasião do incêndio da base brasileira na Antártica. Avançou-se na negociação do Tratado de Cooperação Antártica, que permitirá aprofundar ainda mais a parceria naquele continente. Registre-se, também, a assinatura de Memorando de Entendimento sobre cooperação em pesquisa agrícola, além de projeto de cooperação técnica.

As relações com a Colômbia continuaram a ganhar densidade. O Governo brasileiro manifestou seu apoio à iniciativa do Presidente Juan Manuel Santos de realizar negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Os estudantes colombianos permaneceram como os primeiros em número de bolsas concedidas no marco do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). O país vizinho conta com expressivos investimentos diretos de empresas brasileiras de vários setores, levando o Brasil, segundo os dados recentes disponíveis, a ocupar a posição de décimo principal investidor em estoque. Será realizada, no primeiro semestre de 2013, em São Paulo/SP, reunião do Foro de Dinamização do Comércio Bilateral, com o objetivo de reunir empresários dos dois países e identificar propostas para a ampliação do intercâmbio.

Com o Equador, o ano de 2012 marcou a assinatura de Acordo entre os Bancos Centrais, que permite o financiamento pelo BNDES de serviços não associados a bens, além de Acordo sobre Proteção do Patrimônio Cultural. Negociou-se, ainda, Acordo sobre Serviços Aéreos, que poderá viabilizar o estabelecimento de ligações aéreas diretas entre os dois países. As negociações com vistas à adesão do Equador ao Mercosul, iniciadas em maio, também poderão contribuir para aprofundar o relacionamento bilateral e a integração regional.





Em 2012, Brasil e Peru intensificaram a cooperação no combate ao narcotráfico. A Operação Trapézio II, realizada em agosto, resultou na apreensão de 52 toneladas de insumos químicos e na destruição de 12 laboratórios de refino de cocaína na região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Avançou-se nas negociações para instalação de controle integrado no posto de fronteira de Assis Brasil/AC – Iñapará e nos entendimentos para implantação no Peru de sistema análogo ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia. Houve também progressos na cooperação em desenvolvimento social, e Brasil e Peru assinaram acordo com a Corporação Andina de Fomento (CAF) para contratação de consultoria que deverá elaborar planos de desenvolvimento sustentável para a região fronteiriça nos próximos dez anos.

Com o Suriname, o Brasil continuou a avançar no tratamento de temas bilaterais, com ênfase em projetos hidrelétricos, além de cooperação técnica em agricultura, saúde e programas sociais. O Presidente do Suriname participou da Cúpula do Mercosul, em Brasília/DF.

Na relação com a Guiana, deu-se continuidade ao tratamento dos temas envolvendo as populações dos dois países que vivem na região fronteiriça, notadamente educação, agricultura e recursos hídricos. Continuou a ser discutida a possibilidade de pavimentação da conexão rodoviária, no marco de projeto mais amplo envolvendo a infraestrutura energética. Atendendo a pedido da Guiana, será realizada, possivelmente já em 2013, missão de cooperação técnica para auxiliar em procedimentos de certificação para exportação ao Brasil de rum e frutos do mar. O Presidente da Guiana participou da Cúpula do Mercosul, em Brasília/DF, em 7 de dezembro.

A Presidenta da República inaugurou a agenda internacional de 2012 em países do Caribe, com visitas a Cuba e ao Haiti. Em Cuba, a visita contribuiu para conferir destaque e seguimento à agenda econômica bilateral, marcada pela ampliação da presença empresarial brasileira naquele país e pela concessão de financiamentos oficiais brasileiros em áreas como infraestrutura e alimentos, a exemplo do Porto de Mariel, financiado em 80% de seu valor pelo Governo brasileiro. No Haiti, além de visitar o contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), a Presidenta da República examinou a situação do processo de reconstrução do país após o terremoto de 2010, e a cooperação brasileira prestada ao Haiti, que teve como destaque a área de saúde, estando em construção três hospitais, um centro de reabilitação e dois laboratórios de análises clínicas.

O País compareceu, na condição de convidado especial, à XV Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (Cofcor-Caricom), em Paramaribo (Suriname). Na ocasião, acordou-se que será realizada, em agosto de 2013, naquela mesma cidade, a Segunda Cúpula Brasil-Caricom.

O Brasil depositou, em dezembro de 2012, o Instrumento de Adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), etapa que constitui uma das condições formais para o País tornar-se sócio da instituição financeira. Caberá ao Brasil subscrever ações correspondentes a US\$ 28,2 milhões. A iniciativa brasileira permitirá a participação mais efetiva em projetos que visem ao desenvolvimento do Caribe, merecendo especial atenção a capacidade de atuação junto ao Haiti.

Com o México, foram redefinidos os termos da relação comercial no setor automotivo, tendo sido estabelecidos limites escalonados, até março de 2015, para exportações de veículos leves de cada um dos países com isenção de tarifa de importação. Foram acordados, igualmente, critérios de elevação do índice de conteúdo regional.

A visita da Presidenta da República aos Estados Unidos da América (EUA), em abril de 2012, propiciou o lançamento da Parceria Brasil-EUA para o Século XXI e marcou um importante avanço na cooperação bilateral, em particular, na área de ciência, tecnologia e inovação. Nesse contexto, os EUA deverão receber, nos próximos anos, dezenas de milhares de estudantes e pesquisadores brasileiros no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras. Ao longo do ano, foram realizadas reuniões da Comissão Mista em Ciência e Tecnologia, do Diálogo de Parceria Global e do Diálogo de Cooperação em Defesa. Foi criado o





Grupo de Trabalho sobre Vistos (GTV), voltado para a consideração de futura eliminação da necessidade de vistos em viagens entre os dois países, e assinada a Parceria em Aviação, visando ao aprimoramento dos sistemas aéreos, à troca de experiências na formação de pessoal e à promoção de sua cadeia industrial aeronáutica.

O relacionamento com o Canadá teve avanços com a realização de visita do Governador-Geral do Canadá ao Brasil. O Governo do Canadá anunciou que poderá receber, em quatro anos, até 12 mil bolsistas brasileiros, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

O Brasil continuou a aprofundar suas relações com a Europa. A Presidenta da República realizou, em 2012, visitas oficiais a Alemanha, Espanha, França, Reino Unido e Rússia. Visitaram o Brasil chefes de Estado ou de Governo da Bulgária, Espanha, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Reino Unido, Rússia e Turquia, bem como os ministros de Negócios Estrangeiros da Alemanha, Espanha, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Sérvia e Ucrânia e a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia.

Durante a visita à Alemanha, em março, a Presidenta da República participou, em Hannover, da inauguração da Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, *Software* e Serviços (CeBIT), cujo país-tema da edição de 2012 foi o Brasil – sexto maior mercado consumidor dessas tecnologias no mundo. No encontro com a Chanceler Federal da Alemanha, teve destaque o compromisso em cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação e para a promoção da participação das pequenas e médias empresas no comércio e nos investimentos.

Com relação à Espanha, o ano de 2012 foi marcado por uma sensível melhora no tratamento dispensado a viajantes brasileiros e pelo fortalecimento do diálogo e da cooperação bilateral.

O diálogo com a França foi marcado pelo avanço em áreas como comércio bilateral, cooperação em defesa, espaço, ciência e tecnologia, supercomputação e energia, tendo sido discutida a integração fronteiriça com a Guiana Francesa.

Por ocasião da abertura dos XXX Jogos Olímpicos em Londres (Reino Unido), foi discutida a agenda relacionada à cooperação esportiva, estratégica para a preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, além de outros temas da agenda bilateral.

Em 2012, Brasil e Rússia seguiram aprofundando o diálogo bilateral e no âmbito do Brics. Durante a visita da Presidenta da República, foi relançada a Parceria Estratégica, estabelecida há uma década, com ênfase na expansão do comércio bilateral e em ciência, tecnologia e inovação.

Com a Suécia, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Parceria e Diálogo para o Desenvolvimento Global, com vistas à promoção de iniciativas conjuntas para a redução da pobreza em terceiros países.

Em relação à Ucrânia, foi dado seguimento à cooperação espacial, desenvolvida no âmbito da Parceria Estratégica bilateral.

Com a Turquia, o Brasil continuou a aprofundar seus vínculos bilaterais, com destaque para o diálogo político e as oportunidades de cooperação nos campos aeroespacial e energético.

No que tange à União Europeia (UE), o Brasil atuou no sentido de fortalecer a parceria estratégica e aprofundar o diálogo bilateral, por meio da implementação dos compromissos assumidos no Plano de Ação Conjunta 2012-2014. Em janeiro de 2013, o Brasil sediou a VI Cúpula Brasil-UE.





As relações Brasil-África foram aprofundadas e diversificadas ao longo de 2012, especialmente por meio da cooperação bilateral e do apoio no tratamento das crises no continente. Nesse período, a Presidenta da República recebeu a visita do Presidente do Benin, com quem discutiu, em particular, a cooperação na área energética, e do Presidente da Tanzânia, ocasião em que teve destaque a cooperação agrícola.

Com a Líbia, o Brasil deu continuidade a processo de reaproximação iniciado no final de 2011, tendo sido reativada a Embaixada do Brasil em Trípoli.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil enviou representantes para integrar as Missões de Observação Eleitoral que acompanharam as eleições presidenciais na Guiné-Bissau e em Angola. Na IX Cúpula da CPLP, em Maputo (Moçambique), cujos temas centrais foram a situação política na Guiné-Bissau e a constituição do Conselho de Segurança Alimentar da CPLP, aprovaram-se os novos Estatutos da Organização, em cujos textos se destaca a introdução de artigo que prevê sanções em caso de ruptura da ordem constitucional.

No que concerne à União Africana (UA), o Brasil esteve representado na XVIII e na XIX Cúpulas da UA, realizadas em janeiro e julho de 2012, respectivamente.

O Brasil também participou da Cúpula da Diáspora Africana Global, em que apresentou as políticas brasileiras de promoção da igualdade racial e enfatizou o envolvimento do Brasil no debate sobre a relação entre África e a Diáspora, e das Conferências de Alto Nível sobre a Somália, defendendo a solução política do conflito.

Em 2012, o Brasil buscou estreitar relações com o Oriente Médio e elevar seu perfil junto à região. Na pauta bilateral com esses países, tiveram especial destaque a cooperação Sul-Sul, o diálogo político e as atividades de promoção comercial.

O País deu continuidade aos esforços diplomáticos a fim de contribuir para uma solução negociada para a crise na Síria, tendo mantido estreita coordenação com os principais atores internacionais e regionais.

O Brasil manifestou apoio ao Governo libanês nos esforços para manter a estabilidade no país, atingido pelos reflexos da crise na Síria. Além de participar ativamente da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), o Brasil contribuiu, em outubro, com US\$ 120 mil para os esforços de assistência humanitária a refugiados sírios no Líbano pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Nesse período, o Brasil manteve sua postura internacional ativa de apoiar a pronta retomada das negociações diretas entre Israel e Palestina. Criticou a paralisia do Quarteto para o Oriente Médio e reiterou a condenação da construção de assentamentos nos territórios palestinos. O Brasil manifestou, ademais, seu apoio ao pleito palestino de ingresso nas Nações Unidas como observador.

Na agenda bilateral, Brasil e Israel convergiram sobre o potencial de incremento do comércio, atualmente em cerca de US\$ 1,5 bilhão anuais, e sobre as oportunidades de investimentos e de cooperação na área de ciência, tecnologia e segurança de grandes eventos.

O Brasil deu seguimento às iniciativas de cooperação com a Palestina, alocando US\$ 7,5 milhões para financiamento de projetos, em Gaza, da Agência das Nações Unidas para Assistência e Obras para Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (UNRWA). Ademais, foram realizadas atividades de capacitação nas áreas de saúde e urbanismo e fornecido apoio para a reabilitação de centro hospitalar em Gaza e a construção de centro para pessoas com necessidades especiais em Nablus.





Em 2012, o Brasil contribuiu com US\$ 120 mil aos esforços de assistência humanitária a refugiados sírios em território jordaniano, também por intermédio do ACNUR.

O País passou a integrar o mecanismo de cooperação Amigos do Iêmen, estando presente nas três reuniões do agrupamento realizadas ao longo de 2012.

Após apresentar, em 2011, seu pleito à condição de observador na Organização da Cooperação Islâmica (OCI), o Governo brasileiro deu seguimento ao processo de aproximação do mundo muçulmano, tendo designado um Enviado Especial àquela organização em 2012.

Ao longo de 2012, o Brasil buscou dar continuidade ao processo de intensificação das relações bilaterais com países da Ásia e da Oceania.

As relações Brasil-China alcançaram novo patamar em 2012, com o estabelecimento de Parceria Estratégica Global e a criação do Diálogo Estratégico Global. Foi assinado o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021) com parâmetros e metas com foco em ciência, tecnologia e inovação; investimentos produtivos e de infraestrutura; comércio; e cooperação cultural e educacional. Realizou-se a II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo que rege os mais diversos aspectos do relacionamento bilateral.

Entre Brasil e Japão, teve destaque, em 2012, a assinatura de Memorandos de Entendimento para que o Japão receba estudantes brasileiros pelo Programa Ciência sem Fronteiras e sobre Cooperação no Campo de Tecnologia e Indústria Marítima.

Em maio, realizou-se em Seul, na Coreia do Sul, a III Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio, Investimentos e Cooperação Industrial.

Com Timor-Leste, o Brasil buscou contribuir para a consolidação da língua portuguesa, para o fortalecimento das instituições nacionais e a capacitação de mão de obra, com destaque para a manutenção de um Centro do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no país.

O diálogo político com países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) foi intenso em 2012, tendo sido realizados encontros presidenciais às margens da 67ª Assembleia Geral da ONU e da Rio+20, e formalizada a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC) da Asean. Em 2013, o Brasil deverá fortalecer sua agenda de cooperação com a Asean e avançar gestões no sentido de se tornar Parceiro de Diálogo da Associação.

A Presidenta da República realizou, em 31 de março de 2012, visita de Estado à Índia, ocasião em que foram definidas diretrizes para o fortalecimento da parceria entre os dois países, com o estabelecimento da meta de US\$ 15 bilhões para o intercâmbio bilateral até 2015. Foram identificadas novas áreas de cooperação em matéria de energia, agricultura, defesa, educação, ciência e tecnologia.

A Primeira-Ministra da Austrália visitou oficialmente o Brasil em junho de 2012, à margem da Rio+20. Na ocasião as duas mandatárias decidiram alçar o relacionamento bilateral ao patamar de parceria estratégica, o que permitirá o fortalecimento da cooperação e do diálogo sobre os principais temas da agenda bilateral e internacional.

d) Negociações Econômico-comerciais

No âmbito do G20, a Presidenta da República participou da Cúpula de Los Cabos, em junho de 2012, na qual se decidiu entre outros, a aprovação do Plano de Ação, compreendendo compromissos em apoio à recuperação da economia mundial e com





a implementação de iniciativas acordadas em áreas como reforma das instituições financeiras e da regulação do setor financeiro, agricultura e segurança alimentar.

O Brasil seguiu comprometido com os esforços que visaram à conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC), tendo atuado, ao longo de 2012, na implementação de ações para a promoção do comércio e do desenvolvimento. Em consonância com nosso compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, o Brasil lançou, em dezembro, a candidatura nacional ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Por iniciativa do Brasil, foi realizado, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, seminário sobre taxas de câmbio e comércio internacional, com o objetivo de debater as distorções que as flutuações das taxas de câmbio vêm gerando.

A adesão da Rússia à OMC, em 2012, marcou o ingresso do último integrante do Brics no sistema multilateral de comércio, o que deve fortalecer o compromisso dos países em desenvolvimento com a promoção de regras de comércio mais justas e transparentes.

O País manteve atuação de relevo no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e, paralelamente, realizou trabalho de acompanhamento dos diversos comitês da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e dos órgãos normativos internacionais de referência em matéria sanitária e fitossanitária.

Houve continuidade do esforço de capacitação e treinamento de especialistas em normas de solução de controvérsias da OMC. O Brasil também promoveu o primeiro encontro entre os países do agrupamento Brics para o intercâmbio de experiências na área de solução de controvérsias.

No âmbito das negociações comerciais bilaterais, o Brasil assinou com os Estados Unidos, em abril de 2012, cartas de intenções para reconhecimento mútuo da cachaça e dos uísques Tennessee e Bourbon como produtos originários de cada país. Também foram habilitados, pelos EUA, os primeiros estabelecimentos brasileiros autorizados a exportar carne suína para o mercado norte-americano. O Memorando de Entendimento que suspendeu o contencioso Brasil-Estados Unidos sobre algodão continuou em vigor, permitindo que o Instituto Brasileiro do Algodão seguisse recebendo “indenização” de US\$ 147 milhões anuais do Governo norte-americano, dos quais US\$ 10 milhões serão aplicados em projetos de cooperação com a África.

Com a China, o Brasil firmou, em junho de 2012, Acordo de Cooperação em Matéria Administrativa Aduaneira, a fim de harmonizar trâmites alfandegários, contribuindo para tornar mais eficientes os procedimentos necessários ao comércio bilateral. Destaca-se, ainda, o reconhecimento, pelo Governo japonês, do *status* de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação, o que abre um significativo mercado importador de carne suína às exportações do Estado.

A atuação brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) contribuiu para promover avanços nas negociações de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura. Há expectativa de que se realize, em 2013, Conferência Diplomática para negociar tratado sobre a matéria.

Foi realizada em Brasília/DF reunião do Grupo de Revisão pelos Pares (*Peer Review Group*) do Foro Global em Matéria de Transparência e Troca de Informações Tributárias. O Foro Global tem como objetivo difundir padrões de transparência tributária e combater a evasão fiscal, por meio de relatórios de avaliação, seguidos de recomendações às jurisdições-membro.

Ao longo de 2012, prosseguiram as negociações sobre o marco normativo de um futuro Acordo de Associação Birregional entre o Mercosul e a UE. Também foi conduzido, entre Mercosul e Canadá, o Diálogo Exploratório para examinar eventual ne-





gociação de um acordo de livre comércio. A fim de subsidiar as deliberações internas do Governo brasileiro sobre os próximos passos nesses processos, realizou-se consulta pública ao setor privado nacional.

Em junho de 2012, foi assinada, na Cúpula do Conselho Mercado Comum, em Mendoza (Argentina), Declaração Mercosul-China sobre o Fortalecimento da Cooperação Econômica e Comercial, que prevê medidas para incremento dos fluxos de comércio e investimentos.

No campo da promoção comercial, em 2012, contaram com a participação do empresariado nacional, 19 missões ao exterior para 29 diferentes países e as visitas oficiais da Presidenta da República ao exterior. Pretende-se intensificar as ações de promoção comercial para 2013 com foco nos 33 mercados-destaque da Estratégia Nacional de Exportações. Além disso, o Governo tem concentrado esforços na promoção de feiras que divulguem os produtos brasileiros e sirvam de plataforma para a conclusão de negócios. De janeiro a dezembro de 2012, o Brasil esteve presente em mais de 130 feiras no exterior e em 17 eventos afins no País.

e) Cooperação Técnica e Esportiva

Em 2012, o Brasil coordenou 342 iniciativas de cooperação técnica bilateral na América Latina e Caribe, em benefício de 32 países, nos mais diversos setores, como agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, minas e energia, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.

Na África, o Brasil desenvolveu cooperação técnica bilateral com 42 países, incluindo projetos, atividades isoladas e cursos de capacitação. Foram executadas 176 ações de cooperação bilateral, ao custo de US\$ 22,5 milhões.

O Brasil vem ampliando suas atividades de cooperação no Oriente Médio e na Ásia. Além das ações desenvolvidas, estão sendo negociados ou foram recém-firmados acordos de cooperação técnica com Tailândia, Afeganistão, Paquistão, Índia, Camboja, Indonésia, Laos, Vietnã, Mianmar, Fiji, Filipinas e Tonga.

As ações trilaterais permitiram complementar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Parcerias triangulares foram executadas com Japão, Alemanha, Itália, EUA, França e Reino Unido. As áreas de atuação trilateral têm-se concentrado na África de língua portuguesa e na América Latina. Em agosto de 2012, Brasil e Suécia firmaram Memorando de Entendimento para promoção de ações com vistas a reduzir a pobreza global. Adicionalmente, estão em negociação novas parcerias com Suíça, Austrália e Espanha.

Com relação à cooperação multilateral, o Brasil desenvolveu cooperação técnica com 25 organismos internacionais e com a Comissão Europeia. Ademais, no curso de 2012, foram implementados cerca de 20 projetos trilaterais do Brasil com organismos internacionais, proporcionando capacitação técnica para países da África, América Latina e Caribe, além de Timor-Leste.

Em 2013, continuará a ser priorizada a execução dos compromissos assumidos e dos projetos de cooperação acordados, a maioria dos quais se estenderão pelos próximos dois anos.

Relativamente à cooperação esportiva, o Governo brasileiro ofereceu, em 2012, cursos de capacitação a 24 treinadores de futebol de 17 países francófonos da África, além do Haiti.

No contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres de 2012, ganhou destaque a promoção cultural e comercial do País, com a realização do Programa de Observadores Governamentais para colher informações sobre a organização dos Jogos em áreas relativas a planejamento estratégico, segurança, meio ambiente, transportes, alfândega, comunicações,





diplomacia pública, mídia, infraestrutura, legado, cerimonial, protocolo, vistos e estratégias de projeção de imagem e reputação do país-sede.

Em 2013, o Programa de Voluntariado Público selecionará e capacitará, a distância, até 500 mil voluntários de países da América do Sul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para atuação nos megaeventos esportivos sediados no Brasil.

f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural

No âmbito da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, foi dada prioridade à promoção do Programa Ciência sem Fronteiras e à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Foram realizados diálogos com os Estados Unidos e com a Índia, bem como no âmbito do Brics e do Mercosul e inauguradas parcerias com a Noruega e o Peru. Para 2013, estão programadas reuniões com União Europeia, África do Sul, Japão, Colômbia, Portugal, Itália, Alemanha, Canadá, Coreia do Sul, Rússia e Índia. Com Israel, o Brasil deverá realizar iniciativa conjunta na área de inovação e programa de trabalho em biotecnologia, fármacos e medicamentos.

No âmbito da governança da Internet, o Brasil manteve participação ativa nos fóruns globais de discussão do tema, entre os quais o Fórum de Governança da Internet (IGF) e a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

A participação propositiva do Brasil no Conselho de Infraestrutura de Planejamento da Unasul e nos grupos de trabalho da Estratégia para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (eLAC) levou ao avanço de projetos como o Anel Óptico Sul-Americano e ao aprofundamento do intercâmbio de experiências em prol da massificação da banda larga e da consolidação de uma estratégia de economia digital para a América Latina.

A divulgação internacional do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T) consolidou-se no âmbito multilateral com o estabelecimento de estatuto da Conferência Intergovernamental da Televisão Digital Terrestre, e com a realização do Fórum Internacional do ISDB-T. Em 2013, os esforços de promoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital deverão concentrar-se na África Austral e na América Central.

No plano cultural, manteve-se como prioridade da diplomacia brasileira a promoção da língua portuguesa e a difusão da imagem e da cultura do Brasil, nas suas mais diversas manifestações e em toda sua diversidade. Em abril de 2012, o Brasil participou como homenageado da 25ª Feira Internacional do Livro de Bogotá, e, de setembro de 2012 a junho de 2013, comemora-se conjuntamente o Ano do Brasil em Portugal e o Ano de Portugal no Brasil, com inúmeros eventos artísticos, empresariais, de ciência e tecnologia e de promoção turística. Em 2013, o Brasil será o país homenageado da Feira Internacional do Livro de Frankfurt. Em dezembro de 2012, promoveu-se a harmonização dos prazos de transição adotados por Brasil e Portugal para a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, de modo a permitir que se desenvolvam, previamente ao término do período de transição – estendido até dezembro de 2015 –, os trabalhos para a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), necessário à completa implementação do Acordo.

Em 2012, o Rio de Janeiro/RJ foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na categoria “paisagem cultural”. No final de 2012, o frevo pernambucano foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Para atender ao crescente interesse pela cultura brasileira e por nosso idioma, deu-se continuidade à expansão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, com a abertura de Cursos de Português em Islamabad, Malabo e Cidade da Guatemala.





Em 2012, Centros Culturais do Brasil (CCB) foram consolidados e modernizados e outras unidades serão abertas em Caracas e em Buenos Aires. Para 2013, a prioridade será o fortalecimento dos CCBs.

Foi dada continuidade à promoção do ensino de Português como Língua de Herança junto a descendentes de brasileiros, particularmente crianças, nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e no Líbano. Em 2013, será priorizada a abertura de leitorados em países participantes do Programa Ciência sem Fronteiras, bem como nos países do Brics.

No âmbito da promoção do audiovisual, deu-se continuidade ao programa de apoio à distribuição internacional de filmes brasileiros, com o lançamento de 13 filmes em 11 diferentes países. Teve início, ainda, a publicação de série de pesquisas de mercado audiovisual, voltada à identificação de oportunidades de inserção competitiva em mercados estratégicos. Manteve-se o apoio a jovens talentos e organizou-se a primeira edição do Concurso Itamaraty para o Cinema Sul-Americano, a fim de incentivar o intercâmbio entre as cinematografias da América do Sul. Em 2013, o Concurso será mantido, devendo ocorrer no âmbito do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo.

Em 2012, foi publicada edição da revista Textos do Brasil, dedicada ao estudo da cultura dos povos indígenas do País. A edição de 2013 versará sobre as novas tendências artísticas da Música Popular Brasileira.

A coleção Mundo Afora ganhou, em 2012, edição sobre Políticas de Internacionalização de Universidades, e o Programa Formadores de Opinião trouxe ao Brasil jornalistas, especialistas em arte e acadêmicos estrangeiros.

g) Comunidades Brasileiras no Exterior

Além da assistência regular, a rede consular brasileira atendeu 42.319 nacionais em 2012, por meio de 279 consulados itinerantes, que são missões destinadas ao atendimento de brasileiros que residem fora da cidade em que a repartição consular está sediada. Tem sido dada atenção ao aumento do número de estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, que acarreta novas necessidades de atendimento consular. Nos Estados Unidos e em Cuba, o Brasil prestou, em regime de urgência, toda a assistência consular necessária aos brasileiros que de alguma forma foram vitimados pelo Furacão Sandy. Os brasileiros que se encontram na Síria também recebem assistência consular emergencial.

Anunciada no início de 2012, a decisão brasileira de adotar critérios recíprocos para o ingresso de nacionais espanhóis no Brasil deu ensejo a entendimentos bilaterais que resultaram na redução das inadmissões arbitrárias e tratamentos humilhantes em aeroportos espanhóis, tendo sido possível ainda prestar tratamento digno e humanitário aos inadmitidos.

Em 2012, o projeto Ligue-180 disponibilizou atendimento telefônico gratuito a mulheres na Espanha, em Portugal e na Itália, vítimas de violência de gênero, exploração laboral e tráfico de pessoas. Em 2013, o serviço deverá ser expandido a outros 17 países com grande comunidade brasileira.

Além de sete novos Consulados Honorários, criou-se mecanismo de acompanhamento das inadmissões de viajantes brasileiros no exterior, denominado Observatório de Inadmitidos. Foi lançada Cartilha de Orientações para o Trabalho no Exterior e iniciado projeto piloto em Portugal e Espanha de “SMS de boas vindas”, com o objetivo de facilitar o contato dos brasileiros no exterior com os consulados.

Em cooperação com a Organização Mundial para as Migrações, o Brasil deu seguimento ao reassentamento, no Acre, de brasileiros residentes na faixa de fronteira boliviana. No Paraguai, teve início nova fase do Programa de Regularização de Brasi-





leiros. Após etapa de emissão de vistos temporários de dois anos, passou-se a emitir, em 2012, o visto de residência definitivo aos 10.146 brasileiros contemplados nas jornadas do período inicial.

O Governo expandiu a rede de postos no exterior onde é possível realizar pedidos de saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Desde junho, os Consulados-Gerais do Brasil em Bruxelas, Londres, Paris e Roterdã, bem como a Embaixada em Dublin, passaram a oferecer esse serviço, o qual já se encontrava disponível nos Estados Unidos e no Japão.

Continuou a receber prioridade a negociação de acordos bilaterais e multilaterais de previdência social, que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a contabilização de tempo de serviço no Brasil e no país de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios. Em 2012, foram renegociados acordos nessa área com Luxemburgo e Espanha, além de ter sido firmado novo instrumento com a Coreia do Sul. Além dos oito acordos bilaterais e dois multilaterais de previdência social atualmente em vigor, encontram-se em fase de ratificação os convênios com Alemanha, Bélgica, França, Canadá e Québec.

Com vistas à assinatura de acordos bilaterais, prosseguiram as negociações com Austrália, Costa Rica, Filipinas, Hong Kong, Índia e Paraguai sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal; com Índia, Turquia e Ucrânia, sobre auxílio jurídico mútuo em matéria civil; com Alemanha, Equador, França, Índia, Japão, Nigéria, Polônia e Romênia, sobre transferência de pessoas condenadas; e com Alemanha, Áustria, Costa Rica, Filipinas e México, sobre extradição.

No âmbito de temas migratórios, destaca-se a entrada em vigor do Acordo entre o Brasil e a União Europeia sobre Isenção Parcial de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, permitindo que fosse dispensado tratamento uniforme aos nacionais dos Estados Partes da União Europeia, à exceção do Reino Unido e da República da Irlanda. Ademais, entraram em vigor outros acordos de isenção parcial de vistos com a Guiana, Sri Lanka, Seicheles e Laos; e memorando sobre a extensão, para três anos, do prazo de validade dos vistos com múltiplas entradas para fins de negócios, assinado com o Japão.

Na sequência do problema gerado pelo afluxo de imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas, está sendo oferecida aos cidadãos haitianos em Porto Príncipe a concessão, em caráter especial, de até 100 vistos por mês, com validade de até cinco anos, sem necessidade de comprovação de qualificação profissional ou de apresentação de contrato de trabalho. Ao longo de 2012, a Embaixada em Porto Príncipe concedeu cerca de 1.200 vistos permanentes a cidadãos haitianos, de acordo com a nova política.

Em relação à Guiana Francesa, permanecem os esforços do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Circulação Fronteiriça com vistas à formulação de regime de circulação transfronteiriça de pessoas entre São Jorge do Oiapoque (Guiana Francesa) e Oiapoque (Amapá).

Com relação ao Sistema Consular Integrado (SCI), foi desenvolvido módulo de integração com os sistemas de controle do Departamento de Polícia Federal (DPF), o que permitirá a identificação de falsificações de documentos de viagem/vistos brasileiros. Foi realizada reunião da Organização Internacional da Aviação Civil sobre padronização de documentos de viagem nos países das Américas. Para 2013, está previsto o desenvolvimento de documentos que obedeçam ao padrão cartorial brasileiro.

O Governo realizou em 2012 novas edições da Semana do Trabalhador Brasileiro no exterior, desta vez nas cidades de Genebra, Lisboa e Faro, para divulgar informações sobre legislação trabalhista, mercado de trabalho, previdência social, empreendedorismo e outros temas de grande utilidade. O Governo iniciou, no final de 2012, serviço de assessoria trabalhista aos brasileiros residentes no exterior, com a inauguração do Espaço do Trabalhador Brasileiro junto ao Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu, no Japão.





2. Soberania

a) Instrumentos de Planejamento para a Defesa Nacional

No ano de 2012 foi submetido à apreciação do Congresso Nacional o Livro Branco de Defesa Nacional que, somado à Estratégia Nacional de Defesa (END) e à Política Nacional de Defesa (PND), integra o conjunto de documentos de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa do Brasil. As propostas de atualização da END e da PND, também encaminhadas ao Poder Legislativo, reafirmam a postura do País quanto às prioridades da área; ao fomento à indústria nacional; e ao relacionamento com as demais nações.

No plano global, o Livro reconhece que o trabalho articulado de militares e diplomatas favorece a capacidade de as políticas externa e de defesa do País se anteciparem às transformações do sistema internacional. No plano regional, especialmente o sul-americano, o documento enfatiza que a relação entre as duas políticas deve fomentar e expandir a integração sul-americana e deve ser fator agregador para o afastamento de ameaças à paz e à segurança na região.

No que se refere ao Atlântico Sul, o texto dedica especial atenção à África, tendo em vista o crescente comércio entre o Brasil e aquele continente e a cooperação para produção de alimentos e outros bens agrícolas. A proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África tem significado estratégico para o Brasil e é mais um fator de consolidação dos laços de cooperação no Atlântico Sul.

Ainda em 2012, concluiu-se o desenvolvimento da metodologia de planejamento estratégico para a defesa e iniciou-se a elaboração de cenários para 2035, que servirão de base para futuros planejamentos no âmbito da defesa.

Outro instrumento de planejamento do Governo na área de defesa é o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed), que está em fase final de elaboração. O Paed consolidará os planos de articulação e de equipamento das três Forças e do Ministério da Defesa, bem como orientará a harmonização de projetos de interesses comuns entre as Forças Armadas, com destaque para o fortalecimento da base industrial nacional de defesa e para os benefícios sociais diretos e indiretos que os projetos da área podem oferecer.

b) Proteção da Amazônia

O Projeto Cartografia da Amazônia, iniciado em fevereiro de 2008, tem como objetivo produzir as cartografias terrestres, geológicas e náuticas dos 35% do território da Amazônia atualmente sem informações, acabando com os vazios cartográficos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a proteção da Região Amazônica.

No ano de 2012, foram atingidas as seguintes etapas do Projeto: i) concluída a construção do aviso hidrográfico Rio Tocantins – o primeiro de um total de quatro, para a realização da cartografia náutica dos rios navegáveis da Amazônia Legal – e iniciada a construção do navio hidro-oceanográfico Rio Branco; ii) concluído o imageamento, com radar de abertura sintética aeroembarcado, da área de cobertura vegetal, totalizando 1,1 milhão de km², de uma área total prevista de 1,8 milhão de km²; iii) levantamento das informações do terreno fundamentais para início da produção das cartas cartográficas nas escalas de 1:100.000 e de 1:50.000, correspondentes às áreas do vazio cartográfico da Amazônia Legal; iv) revitalização das aeronaves R-99 SAR (Radar de Abertura Sintética) da Força Aérea Brasileira, como também das estações de processamento de solo das imagens SAR, para conclusão em 2013 dos trabalhos de imageamento das áreas de não cobertura vegetal; e v) concluído o levantamento geofísico da cartografia geológica pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM).





O Programa Calha Norte (PCN) vem desenvolvendo, desde sua criação em 1985, um conjunto de ações tais como obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica, bem como a construção e manutenção das instalações militares que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico.

O PCN abrange, atualmente, 194 Municípios, 95 deles nos 10.938 km da faixa de fronteira, em seis Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), contemplando uma área de atuação de 32% do território nacional, na qual habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

No conjunto das atividades executadas pelo PCN, em 2012, destacam-se a realização de diversas ações na área de abrangência das unidades militares, como: i) a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distritos Navais, em apoio às ações de segurança do tráfego aquaviário; ii) o início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém/PA e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus/AM; iii) a conclusão das principais instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos/AM e a adequação dos pelotões de fronteira; iv) a aquisição e manutenção de embarcações para a Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara); v) a construção e reforma de imóveis residenciais e a dotação de infraestrutura nas vilas residenciais; vi) a reforma de hotéis para militares em trânsito; vii) a aquisição de suprimento e contratação de serviços para a manutenção de aeronaves que dão apoio às atividades do Programa; e viii) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves e das unidades militares sediadas na região.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade das ações, com intensificação daquelas voltadas para o desenvolvimento regional, como a construção de escolas, universidades, hospitais, redes de energia elétrica e pavimentação de rodovias, entre outras, buscando o atendimento do propósito do Programa de “fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região”.

c) Defesa Terrestre

Prosseguindo no seu processo de transformação, baseado no eixo estruturante de reorganização das Forças Armadas, conforme orientações contidas na END, o Exército Brasileiro iniciou, em 2012, a implementação de um conjunto de ações necessárias à substituição de suas estruturas operacionais, de forma a compatibilizá-las com a desejada evolução da Força Terrestre.

Como parte do plano de ação para 2013, o Exército iniciará um processo de aquisição e modernização de material de emprego militar, conferindo-lhe capacidade de se fazer presente em qualquer questão de interesse estratégico do Brasil.

Destaca-se, em 2012, o início da implantação do Centro de Defesa Cibernética, sob a coordenação do Exército Brasileiro, com a participação da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e de outros órgãos públicos e empresas nacionais da área de tecnologia da informação, com a realização da defesa cibernética da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O desenvolvimento inicial do primeiro antivírus nacional e do simulador de guerra cibernética por empresas brasileiras foi viabilizado com a realização do I Curso de Guerra Cibernética e do II Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas. Além disso, encontra-se em fase de implantação, com a participação de engenheiros das três Forças Armadas e empresas nacionais, o Projeto do Rádio Definido por *Software* (RDS).

Quanto ao Sistema de Vigilância de Fronteira (Sisfron), após a conclusão do seu projeto básico e licitação da empresa responsável pela implantação do projeto piloto, iniciaram-se, em 2012, a implantação do Centro de Monitoramento de Fronteiras, em Brasília/DF, do Centro Regional de Monitoramento, em Campo Grande/MS e do projeto piloto na região do Município de





Dourados/MS, na fronteira com o Paraguai, que servirá como plataforma experimental para a expansão do Sisfron para as regiões Norte e Sul.

O projeto Proteger, cujo propósito é defender locais como hidrelétricas, refinarias e usinas nucleares, permitirá que o Brasil possua um sistema completo de proteção das instalações estratégicas do País. No exercício de 2012, foi consolidado o planejamento inicial do projeto e elaborado um conjunto de ações, com a finalidade de implantar os Centros de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTT) que também contribuirão com as necessidades de comando e controle dos grandes eventos a serem sediados no País.

Em 2012, o Exército Brasileiro atuou em diversas frentes de trabalho, no Brasil e no exterior, por meio da realização de atividades que contaram com um efetivo superior a dez mil homens e mulheres, cujos objetivos referem-se aos seguintes temas: i) dissuasão e repressão de delitos transfronteiriços e ambientais; ii) intensificação da presença do Estado nas áreas mais remotas do território brasileiro; iii) garantia da lei e da ordem; iv) promoção do desenvolvimento sustentável; e v) manutenção da paz e da segurança internacionais. Dentre outras ações relevantes realizadas pela Força Terrestre em 2012, cabe destacar a sua participação nos processos de pacificação dos complexos da Penha e do Alemão na cidade do Rio de Janeiro, na manutenção da garantia da lei e da ordem naquelas comunidades, bem como o trabalho de apoio prestado ao Haiti, que deverá ter continuidade em 2013.

d) Defesa Aérea

Com vistas à manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, as principais ações realizadas no exercício de 2012 foram voltadas à adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo brasileiro; ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) e à qualificação de sua mão de obra e de sua estrutura de apoio como meio de cumprimento de sua missão.

Em 2012, a segunda fase do Projeto de Modernização das Aeronaves F5-BR, caças táticos de defesa aérea e ataque ao solo, compreendeu a entrega à Empresa Brasileira Aeronáutica S.A. (Embraer) de duas unidades do tipo F5, adquiridas da Força Aérea da Jordânia, para modernização. Em 2013, mais sete dessas aeronaves deverão ser modernizadas e as duas aeronaves restantes terão o processo de adequação tecnológica concluído em 2014.

Com relação ao Projeto A-1 (AM-X), em 2012, foram entregues à Embraer 13 caças-bombardeiros, de um total de 43, para início dos serviços de modernização. Em 2013, está previsto o recebimento pela FAB das cinco primeiras aeronaves, já modernizadas, em continuidade ao processo.

Ainda em 2012 foram recebidas cinco aeronaves de patrulha antissubmarino modernizadas do Projeto P-3BR. As últimas quatro serão entregues para operação em 2013.

A adequação da frota da FAB, em 2012, inclui a obtenção e o desenvolvimento de aeronaves, de modo a ampliar a sua capacidade operacional. Nessa área destacam-se:

- O recebimento das últimas quatro aeronaves Super Tucano (AL-X), de um total de 99 produzidas pela Embraer;
- O recebimento, em 2012, de quatro helicópteros EC-725 (HX-BR) produzidos pelo consórcio das empresas Helibras





(brasileira) e Eurocopter (francesa), fruto do acordo de compensação comercial e de cooperação industrial envolvendo a França e o Brasil;

- O recebimento de três helicópteros de combate, modelo MI-35, de fabricação russa – de um total de 13 aeronaves do tipo AH-2 Sabre adquiridas –, que estão sendo empregados na proteção das fronteiras da Amazônia;
- A aquisição de um sistema com duas aeronaves remotamente pilotadas, mais conhecidas como Veículo Aéreo não Tripulado (Vant), do modelo Hermes - 450WE, de fabricação israelense, ambas a serem entregues em 2013, o que permitirá execução de missões de reconhecimento aéreo e fotográfico em áreas de difícil acesso com baixo custo de operação; e
- O desenvolvimento pela Embraer do Cargueiro Tático Militar KC-390, aeronave a ser empregada pela FAB nas missões de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo, substituindo as aeronaves C-130 Hércules que estão atingindo os limites do ciclo operacional. Em 2012 foram concluídas as fases da concepção básica da aeronave e definição de fornecedores. Deu-se início à produção de componentes e à construção da infraestrutura da planta da fábrica em Botucatu/SP e de Gavião Peixoto/SP. A partir de março de 2013, serão iniciados projeto e certificações de produto e prosseguirão as obras de construção das plantas das fábricas dedicadas ao projeto.

Em cumprimento ao Plano de Missões de Ensino, vêm sendo realizados treinamentos específicos com simuladores de voo, inclusive utilizando o intercâmbio com outros países para esse fim e operações aéreas conjuntas e combinadas, tanto no País quanto no exterior. Em função dos reduzidos custos financeiros e riscos operacionais, serão intensificadas essas ações no decorrer de 2013.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2012, foi dada continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Foram concluídos, em 2012, 146 projetos de implantação, substituição e revitalização de equipamentos e sistemas, envolvendo as áreas de gerenciamento de tráfego aéreo, comunicações, vigilância, meteorologia aeronáutica, informações aeronáuticas, busca e salvamento e equipamentos de precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos do País. Ressalta-se, nesse caso, a implantação de *Instrument Landing System (ILS)*, Categoria “I”, um sistema de aproximação e pouso de precisão que conduz a aeronave até uma altura mínima de 60 metros sobre a cabeceira da pista, nas cidades de Campo Grande/MS e Florianópolis/SC.

Em 2012, foi implantado um novo sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro, denominado Sagitário, propiciando a modernização de torres de controle, a aquisição de novos radares secundários transportáveis e a publicação de procedimentos de aproximação para o Aeroporto Santos Dumont, permitindo o pouso de aeronaves em condições meteorológicas mais restritivas e a ampliação de sua capacidade de operação.

Para complementar a vigilância e o monitoramento do tráfego aéreo brasileiro, e atendendo aos conceitos de Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM) aderentes ao Plano Global de Navegação Aérea da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), projetos expressivos estão em desenvolvimento com previsão de conclusão em 2013, tais como:

- Implantação de equipamentos Vigilância Dependente Automática por Radiodifusão (ADS-B) na bacia petrolífera de Campos;





- Implantação de sistema de aproximação por multilateração na área terminal de Vitória/ES;
- Implementação da navegação baseada em performance em várias rotas do espaço aéreo sob responsabilidade do Brasil; e
- Implantação de dois novos radares – um em Londrina/PR e outro em Tanabi/SP – e início do processo de substituição de outros nove equipamentos localizados em várias regiões do País.

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) formou 56 doutores, 109 mestres e 86 mestres profissionais, totalizando 251 pós-graduados e 109 engenheiros, nas áreas de engenharia aeronáutica, mecânica-aeronáutica, eletrônica, computação, infraestrutura aeronáutica e aeroespacial, destacando-se a formatura da primeira turma do Brasil na especialidade de Engenharia Aeroespacial.

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em conjunto com a Agência Espacial Alemã (DLR), com a utilização de propulsores nacionais S40 e S44 desenvolvidos pelo próprio IAE, realizou importante campanha de lançamento de foguetes para experimentos de reentrada atmosférica, no Centro de Lançamento de Andoya – Andenes/Noruega. Outras campanhas com mesmo objetivo foram promovidas no Brasil com sucesso, especificamente nos Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI), num total de 20 lançamentos, incluindo foguetes de treinamento e veículos suborbitais. Destacam-se, ainda, as missões de rastreamento coordenadas pelo CLBI, relativas aos lançamentos realizados pela Agência Espacial Europeia (ESA) a partir da Guiana Francesa. É importante ressaltar que o acordo de rastreamento inclui a operação de foguetes Ariane (francês), Vega (italiano) e Soyuz (russo), sendo que um dos lançamentos realizados pela ESA conduziu o satélite *Star One C3*, utilizado pelo Brasil.

Outras importantes conquistas do Programa Espacial Brasileiro, em 2012, foram: i) o término da construção da nova Torre Móvel de Integração (TMI) do CLA; e ii) a conclusão da campanha de ensaios de separação em solo dos quatro propulsores do primeiro estágio do foguete VLS-1, com 100% de sucesso.

Também foram realizados ensaios com aeronaves de combate e armamentos tais como: i) da aeronave de combate A-1 (AM-X), quanto ao item segurança de voo, durante o primeiro voo do primeiro protótipo da aeronave modernizada pela Embraer; ii) do míssil de quinta geração A-Darter, em desenvolvimento na África do Sul; e iii) das novas bombas guiadas a laser, cujos resultados obtidos nos ensaios colocaram a FAB em um novo patamar operacional e a indústria em um novo paradigma de desenvolvimento de armamentos de alta tecnologia.

e) Defesa Naval

A proteção do mar e das águas fluviais do território brasileiro depende, entre outros fatores, do reaparelhamento da Marinha do Brasil. Assim, o Governo, ao longo dos últimos anos, vem envidando esforços no sentido de equipar a Força Marítima, por meio da aquisição e modernização de meios navais e aeronavais.

Nessa linha de atuação, o Governo brasileiro adquiriu da Empresa BAE Systems três Navios-Patrolha Oceânicos (NPaOc) de 1,8 mil toneladas: o Amazonas; o Apa, ambos recebidos em 2012; e o Araguari, que tem entrega prevista para abril de 2013.

Com relação aos Navios Patrulha (NPa) de 500 toneladas, da Classe Macaé, cinco unidades estão em construção no Estaleiro Ilha S.A, no Rio de Janeiro/RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e as outras duas em 2014.





Em 2012, houve assinatura de acordo de cooperação para a aquisição de um novo navio hidroceanográfico de pesquisa, com recebimento previsto para o segundo semestre de 2013, que atuará como plataforma científica e tecnológica para a realização de levantamentos geológicos do fundo do mar; para exploração de seus recursos naturais; bem como para obtenção de dados do ambiente operacional marinho, aprimorando a vigilância da Amazônia Azul.

Há previsão da retomada da construção das corvetas Classe Barroso em 2013, o que contribuirá para o reaparelhamento e para o fomento da construção naval brasileira, com a recuperação da capacidade dos estaleiros nacionais de construir meios militares. A atualização do projeto original já se encontra em curso e estima-se que o início da construção do primeiro navio ocorrerá em 2014, com duração de aproximadamente cinco anos.

Também está prevista para 2013 a continuidade das ações relativas ao Programa de Desenvolvimento de Meios de Superfície (Prosuper), que contempla a obtenção de cinco fragatas com deslocamento da ordem de seis mil toneladas, um Navio de Apoio Logístico de cerca de 23 mil toneladas, e cinco NPa de 1,8 mil toneladas em construção no Estaleiro Ilha S.A.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado a partir da parceria celebrada entre os Governos do Brasil e da França, em 2008, conta, atualmente, com a participação de cerca de 100 empresas brasileiras envolvidas no fornecimento de bens e serviços, e compreende três áreas de atuação: i) implantação do Estaleiro e Base Naval (EBN); ii) construção de quatro Submarinos Convencionais (S-BR); e iii) construção de Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR).

Os principais resultados do Prosub, em 2012, foram os seguintes: i) implantação do EBN e da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem); ii) inauguração do Escritório Técnico de Projetos em São Paulo; e iii) fabricação na França das seções de proa do primeiro submarino convencional, que deverão chegar ao Brasil em 2013, e início da construção do primeiro submarino (S-BR1), no País, com a fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep).

Outro projeto previsto para 2013 é a implantação da 2ª Esquadra, que será criada para atender à diretriz constante da END, a qual prevê o estabelecimento de uma Esquadra nas regiões Norte e Nordeste do País, mais próximo à foz do rio Amazonas. A implantação do complexo naval da 2ª Esquadra compreende a instalação de uma base naval, uma base de fuzileiros navais e uma base de abastecimento da Marinha e demais instalações referentes à infraestrutura logística, a fim de ampliar a capacidade de controle de áreas marítimas, com ênfase nas operações e ações de guerra naval no Atlântico Sul e prioridade para o litoral Norte/Nordeste, de modo a garantir a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas, ampliando a capacidade de defesa e segurança da Amazônia Azul.

Outro componente importante para o reaparelhamento da Marinha do Brasil é a aquisição e modernização de meios aeronavais. Em 2012, de um total de seis helicópteros de múltiplo emprego, adquiridos da empresa norte-americana *Sikorsky Aircraft Corporation*, quatro já foram recebidos e os dois restantes têm previsão de entrega para o primeiro semestre de 2014. Essas aeronaves podem ser empregadas em ações antissubmarino e contra alvos de superfície, uma vez que são dotadas de torpedos e mísseis ar-superfície.

No tocante ao processo de modernização de 12 aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A, (A4 *Skyhawk*), as duas primeiras unidades foram entregues à Embraer, com previsão de modernização da primeira aeronave em 2014.





Quanto à proteção das águas jurisdicionais do território brasileiro, merece destaque o delineamento da arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), com previsão de término no segundo semestre de 2013. Esse Sistema possibilitará o monitoramento e controle das áreas internacionais de responsabilidade do Brasil, e terá impacto decisivo no cumprimento das tarefas de segurança marítima, busca e salvamento e prevenção à poluição dessas águas.

Com relação ao patrulhamento naval, navios pertencentes às diversas forças distritais realizaram ações de patrulha, controle de área marítima e fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. Em 2012, houve incremento de 30% no número dessas operações – aumento de 40 operações em relação a 2011 – realizadas nas águas jurisdicionais brasileiras, especificamente nas áreas das bacias petrolíferas do Nordeste, das bacias petrolíferas do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, em diversas áreas do litoral brasileiro e nas principais hidrovias interiores.

f) Segurança da Navegação Aquaviária

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores, e para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e instalações de apoio, várias ações foram realizadas pela Marinha, em 2012, visando ao atendimento dos requisitos previstos na legislação nacional e internacional, relacionados com a segurança, inclusão social, promoção do desenvolvimento sustentável e repressão aos ilícitos transnacionais. Entre as estratégias adotadas, destacam-se:

- Continuidade da reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, iniciada em 2009, mediante a criação da Agência de São João da Barra/RJ e elevação da Agência de Porto Seguro/BA à categoria de Delegacia de Porto Seguro;
- Intensificação das ações de fiscalização das embarcações que navegam nas proximidades das praias e nas águas interiores brasileiras, por meio da realização das Operações Verão, em todo o Brasil, nas quais foram empreendidas ações educativas com repressão ao uso de bebidas alcoólicas pelos condutores. Ao todo foram executadas 148.150 ações relacionadas à inspeção naval e vistorias;
- Incremento das campanhas para eliminação dos acidentes de escarpelamento na Região Amazônica, pela intensificação das ações de proteção dos eixos das embarcações;
- Aumento do nível de exigência para habilitação de amadores, principalmente para as categorias de motonauta e arrais-amador, que passaram a ter requisitos de ordem prática, além da aprovação na prova teórica;
- Aumento da fiscalização em áreas de fronteira, por meio de ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e outros órgãos; e
- Incremento nas ações relativas à inclusão social, objetivando o acesso à educação e a geração de empregos. Em 2012, cerca de 35 mil vagas foram oferecidas para os cursos do Ensino Profissional Marítimo, possibilitando o acesso às categorias de aquaviários e portuários.

g) Atuação Subsidiária das Forças Armadas

No âmbito das atribuições subsidiárias, as Forças Armadas, sem comprometimento da sua missão constitucional primordial, têm atuado em diversas iniciativas implementadas no Brasil e no exterior, como: i) assistência médica e odontológica a populações ribeirinhas, com a realização de 23 eventos de assistência hospitalar, beneficiando 315 localidades das regiões Norte





e Centro-Oeste, que resultaram em 35.267 atendimentos médicos e 71.398 odontológicos; ii) apoio à defesa civil, quando da ocorrência de desastres naturais no socorro às vítimas de enchentes na região Sudeste, na Zona da Mata Mineira, na cidade de Manaus/AM e nos Estados do Espírito Santo e do Acre, bem como no combate aos incêndios no Amapá e no fornecimento de água para a população do Nordeste vítima da estiagem; iii) suporte logístico a órgãos públicos e entes da Federação, destacando-se a assistência no processo eleitoral; iv) apoio à manutenção da lei e da ordem, a exemplo das situações de greves do setor de segurança pública, tais como as ocorridas nos Estados do Ceará e da Bahia, e das ações de pacificação das comunidades do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro/RJ; e v) ajuda humanitária, inclusive, a outros países.

No âmbito internacional, foram coordenadas ações de apoio logístico na operação de resgate dos militares colombianos libertados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP). A operação, denominada Liberdade VI, contou com a participação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – Delegação Colômbia. Quanto à ajuda humanitária internacional, o Governo brasileiro, por intermédio das Forças Armadas, realizou missões de assistência humanitária a vários países amigos, destacando-se aquelas em apoio ao Haiti, o combate a incêndios florestais no Chile e no Equador e o transporte de medicamentos e doações para a Costa do Marfim.

h) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e outras Missões de Paz

No tocante à agenda de paz e segurança internacional, o Brasil manteve também importante presença em 13 missões de paz e escritórios da ONU, nos seguintes países: Sudão (Unisfa); Sudão do Sul (Unmiss); Libéria (Unmil); Costa do Marfim (Unoci); Haiti (Minustah); Timor-Leste (Unmit); Chipre (Unficyp); Saara Ocidental (Minurso); Líbano (Unifil); Guiné-Bissau (Unibgis); Líbia (Unsmil); Senegal (Unowa); e Síria (Unsmis).

O Brasil exerce o comando militar, desde o início da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah), e mantém-se como o maior contribuinte de tropas no país, com o emprego de 1.910 militares. No Líbano, o Brasil lidera a Força-Tarefa Marítima que compõe a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil) e contribui com a nau-capitânia da missão, a Fragata Liberal. A Unifil está empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que reduzam as situações de confronto entre Israel e Líbano, com base em proposta do Comandante brasileiro da Força-Tarefa Marítima.

A participação de tropas brasileiras em missões sob a égide da ONU tem contribuído para a busca da paz nesses dois cenários. Além disso, integrar missões de elevado grau de complexidade logística e operacional faz com que o Brasil assumira participação ativa na solução de problemas internacionais.

i) Operações Combinadas/Conjuntas

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) promove a realização conjunta de exercícios militares das Forças Armadas, ou seja, sob a coordenação centralizada e comando único. Destacam-se em 2012, as Operações Amazônia e Atlântico III, realizadas com a finalidade de simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

No tocante às operações previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, foram realizadas as Operações Ágata 4, 5 e 6, em 2012, com a finalidade de combater ilícitos praticados ao longo da faixa de fronteira. Assim, as três edições de 2012 das Operações Ágata fortaleceram a presença do Estado nas regiões de fronteira, aumentando de forma efetiva a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nesta região do Brasil.





O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) é responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças Armadas brasileiras. Devido a esse Sistema, o País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o conceito de Rádio Definido por *Software* (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares.

j) Atividade de Inteligência

O Governo, em 2012, desenvolveu ações operacionais dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Realizaram-se, ainda, avaliações de risco para a Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio+20), para a Cúpula do Mercosul, ocorrida em Brasília/DF, para as Cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e em diversas estruturas estratégicas nacionais. Em 2013, serão elaborados relatórios de avaliação de risco para a Jornada Mundial da Juventude (JM) e reavaliações para as Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

O Governo desenvolveu, também, atividades de detecção de acesso não autorizado a conhecimentos de natureza estratégica produzidos pelo Brasil, com emprego de metodologia própria. No contexto do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), produziram-se diagnósticos e relatórios sobre instituições públicas e privadas, entre as quais se destacam as representações diplomáticas brasileiras na Colômbia, no Haiti e na Venezuela. Para 2013, são previstas ações do PNPC nas áreas de defesa sanitária, de energia nuclear, de petróleo e de agropecuária.

O Brasil mantém relações bilaterais permanentes com mais de 80 serviços de inteligência estrangeiros e multilaterais com os serviços de inteligência integrantes do Fórum de Serviços de Informações e Inteligência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Fórum de Serviços de Inteligência dos Países Ibero-americanos (Fossi). Para 2013, serão ampliadas as ações de cooperação com os serviços de Inteligência de Angola e de Moçambique.

Tendo em vista a realização de grandes eventos no País nos próximos anos, como forma de ampliar a probabilidade de identificar possíveis ameaças terroristas em território nacional, o Governo priorizou em 2012 o compartilhamento de informações e ações conjuntas entre várias instituições. Foram implementadas ações de parceria com órgãos congêneres internacionais, bem como aperfeiçoadas metodologias e técnicas de obtenção e análise de dados.

k) Segurança da Informação

O Governo tem priorizado a área de segurança da informação e comunicações para a proteção contra ataques cibernéticos das redes da administração pública federal (APF). Em 2012, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) aprovou seis novas Normas Complementares que estabeleceram diretrizes de segurança da informação e comunicações a serem seguidas pelos órgãos e entidades da APF, nos temas: i) inventário e monitoramento de ativos de informação; ii) avaliação de conformidade; iii) gestão de mudanças; iv) utilização de tecnologias de computação em nuvem; v) uso de redes sociais; e vi) desenvolvimento de aplicações seguras.

Conforme o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta o art. 37 da Lei de Acesso à Informação e estabelece procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, foi estruturado o Núcleo de Segurança e Credenciamento. O Núcleo objetiva promover o credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades da APF, para o tratamento da informação classificada em graus de sigilo, inclusive àquelas provenientes de países e organizações internacionais com os quais o Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato, ou qualquer ato internacional.





VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

1. Informação ao Cidadão

As ações desenvolvidas ao longo do ano de 2012 tiveram como objetivo assegurar ao cidadão o exercício do direito de acesso à informação. Para tanto, o Poder Executivo Federal estimulou a participação social e ampliou os canais de informação e de prestação de contas à sociedade sobre ações, programas e iniciativas governamentais, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

No conjunto das ações de comunicação, destaca-se o esforço em utilizar, de forma integrada, as diferentes ferramentas e canais de comunicação – tais como imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital – para levar informações sobre programas, ações e medidas implementadas pelo Governo, além de orientações sobre direitos destinadas a estimular o cidadão a buscar os benefícios oferecidos pelas políticas públicas especialmente voltadas para a erradicação da extrema pobreza e geração de oportunidade para todos.

Em 2012 foram ampliados os critérios técnicos para cadastramento e programação de veículos para aplicação de verbas publicitárias. O número de veículos cadastrados, em 2012, alcançou 8.932, incremento de 4,8% em relação a 2011. O ano de 2012 marca também a expansão das ações de publicidade no meio Internet, que associada à qualificação de conteúdo aumentou em cerca de 100% o número de visitas ao Portal Brasil, passando de 6,4 milhões de acessos em 2011 para 12,7 milhões em 2012, o que demonstra a relevância da ferramenta digital na comunicação do Governo. No ano, foram publicadas 4.800 notícias e 1.250 textos institucionais no Portal Brasil, enriquecidos com formatos complementares, como fotos, infográficos e vídeos.

Realizaram-se 97 ações de publicidade institucional e de utilidade pública. Dentre as campanhas de utilidade pública, destacam-se a “Campanha de Divulgação do Plano Viver sem Limite” e a “Campanha de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica 2012” – esforço de comunicação realizado desde 2003, em apoio à mobilização para eliminação do sub-registro no País – e, ainda, a campanha de enfrentamento aos efeitos da seca no semiárido, que orientou como acessar as ações de apoio à população atingida pela estiagem prolongada. No âmbito das campanhas institucionais, os destaques são: “Brasil Carinhoso”; “Campanha *Crack*, é possível vencer”; “Campanha Rio+20”; e a “Campanha Regional 2012”, ação de comunicação, realizada a cada dois anos, com o objetivo de prestar contas dos investimentos do Executivo Federal em cada unidade da Federação.

No que diz respeito aos projetos de patrocínio, foi incorporado o componente educativo-ambiental, de forma a incentivar a gestão sustentável e a adoção de atitudes cidadãs para a promoção do desenvolvimento humano e o respeito ao meio ambiente. Mais de 51% dos patrocínios dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal incorporaram critérios ambientais.

No tocante a eventos como oportunidade de comunicação, destacam-se os seguintes: i) lançamento de um milhão de Bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni); ii) lançamento do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo); iii) PAC Mobilidade Grandes e Médias Cidades; iv) Ação Brasil Carinhoso; v) instalação da Comissão da Verdade; vi) Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias; vii) Plano de Prevenção & Redução de Riscos de Desastres Naturais; viii) mais de um milhão de moradias entregues do Programa Minha Casa, Minha Vida; e ix) investimentos em Logísticas: Portos e Aeroportos.





Mais de 26 mil jornalistas receberam, diariamente, informações referentes às ações do Governo, por meio do Boletim de Notícias e do Informativo Notícias do Dia – em 2012, com 204 e 242 edições, respectivamente. Também foram produzidas mais de 200 edições do informativo Em Questão.

A Presidenta da República concedeu 40 entrevistas nacionais, regionais e internacionais, tendo destaque, neste último grupo, as concedidas aos jornais *El País* e *Financial Times* e à revista *Forbes*. Em 2012, foram visitadas pela Presidenta da República 30 cidades brasileiras, em 52 viagens. Também foram realizados 50 programas de rádio Bom Dia Ministro, veiculadas 52 colunas Conversa com a Presidenta e 53 edições do Café com a Presidenta.

O relacionamento com a imprensa é baseado no constante aperfeiçoamento da transparência ativa e na igualdade de acesso às informações de natureza pública, observadas as especificidades de cada veículo. Enfatizou-se, em 2012, a divulgação espontânea de informações de interesse da sociedade, sobretudo por meio da Internet, incluídas as mídias sociais. Por meio da conta de [twitter@imprensa/PR](https://twitter.com/imprensa/PR) as ações e políticas de Governo são divulgadas para mais de 93 mil seguidores, que muitas vezes demandam esclarecimentos adicionais, gerando interatividade. O Blog do Planalto, voltado a outros públicos da sociedade, teve 1,1 milhão de acessos aos 878 *posts* publicados, incluídos 44 vídeos e [@blogplanalto](https://twitter.com/blogplanalto) superou 161 mil seguidores.

No plano internacional, a comunicação deu seguimento ao projeto de divulgação do Brasil no exterior. Em 2012, foram realizadas 11 teleconferências e cinco entrevistas de porta-vozes do Executivo, acerca de diferentes temas, com correspondentes estrangeiros sediados no Brasil e com jornalistas no exterior de veículos como *Financial Times*, *The Guardian* e *The New York Times*, que proporcionaram destaque sobre a evolução da economia brasileira em meio à crise mundial e sobre outros assuntos. Além disso, o Governo promoveu visitas ao Brasil de jornalistas estrangeiros e formadores de opinião para apresentação de políticas e programas desenvolvidos nas áreas econômica, social e de investimentos. Merece destaque a viagem com correspondentes estrangeiros baseados no Brasil, realizada por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a fim de divulgar práticas e programas que reforçam o compromisso brasileiro com a agricultura sustentável.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) iniciou importante processo de aprimoramento de sua gestão empresarial. Está sendo concluída proposta de nova arquitetura organizacional, mais adequada ao atual desenvolvimento tecnológico e mercadológico dos meios de comunicação de massa, bem como preparada a estrutura da empresa para absorver as atividades hoje executadas pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), por meio de contrato de gestão.

A Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão foi ampliada e passou a alcançar 26 unidades da Federação. A TV Brasil alcança aproximadamente cerca de 1,8 mil Municípios por meio de parcerias da EBC com 47 geradoras que retransmitem, em média, 89% de sua programação. Para fortalecer e ampliar a comunicação pública no Norte do País, foi criada a rede de rádios da Amazônia, que reúne 15 emissoras de seis Estados. A partir da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, será formada rede nacional para integrar outras dezenas de emissoras que compartilharão programas das rádios Nacional e Rádio MEC.

A programação da TV Brasil foi aprimorada com maior oferta de conteúdos educativos, informativos, culturais e de entretenimento. Em setembro de 2012, a grade foi revigorada com o lançamento de 27 novas séries de programas, e a TV Brasil passou a oferecer 18 horas diárias de legendagem oculta, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de três horas semanais, em média, de audiodescrição, recurso direcionado às pessoas com deficiência visual.





Na Rio+20, a EBC foi responsável pelo *pool* de transmissão de emissoras brasileiras gerador do sinal oficial das Nações Unidas e realizou cobertura do evento, oferecendo informação em tempo real aos veículos da empresa e nas redes sociais. Também foi responsável pela difusão da Rádio Cúpula dos Povos, tornando possível a liberdade de expressão dos movimentos sociais que acompanharam a Conferência.

O programa Caminhos da Reportagem se consolidou como referência em documentários televisivos ao abordar temas ignorados pela mídia comercial. A Agência Brasil teve aumento de 99% na audiência, no período de janeiro a dezembro de 2012, alcançando o patamar médio de 350 mil visitantes por mês. O resultado foi potencializado pelo lançamento do portal EBC integrando os conteúdos dos veículos da empresa em plataforma digital única e disponibilizando produtos específicos em linguagem multimídia para distribuição pelas redes sociais.

No campo da inovação tecnológica, a EBC deu passo importante para a melhoria da qualidade da exibição da programação, com a instalação do *Media Asset Management* (Gestão de Ativos de Mídia), no Rio de Janeiro/RJ e a aquisição dos módulos digitais de exibição que avançam em direção ao processo de migração para a plataforma digital de toda a cadeia de produção audiovisual da empresa.

Em 2013, terá continuidade a divulgação de ações de utilidade pública e institucionais, com ênfase na orientação e informação sobre políticas públicas e direitos dos cidadãos.

Diversos projetos de comunicação digital também serão implementados em 2013, com vistas ao aumento do acesso da sociedade aos conteúdos produzidos, a exemplo da adaptação dos portais Brasil e Planalto e do site da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) para acesso via *smartphones* e *tablets*.

No plano internacional, os esforços estarão voltados, em 2013, à divulgação das ações de promoção do esporte nacional e à preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Serão reforçadas as ações de imprensa voltadas a veículos internacionais a fim de contribuir para consolidar o conceito do Brasil como país que logrou desenvolver-se de forma sustentável, com redução da pobreza e inclusão social.

Ainda em 2013, o projeto piloto do Operador Nacional da Rede Pública de TV Digital iniciará os testes com programas de interatividade desenvolvidos por universidades públicas, e será realizado estudo de impacto socioeconômico com beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria para avaliar os efeitos da utilização da TV Digital Interativa. Para atender ao princípio da pluralidade, em 2013, serão reformulados os programas religiosos, que apresentarão formato que contemple a diversidade das manifestações religiosas presente no País.

2. Democracia e Diálogo

A participação social e o protagonismo da sociedade civil são essenciais para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da atuação do Estado, além de contribuir para a disseminação de valores de cidadania, elementos que fortalecem e consolidam a democracia no Brasil. Com o objetivo de avançar na construção de novos ambientes de interação do Governo com a sociedade, o ano de 2012 teve importantes destaques.





O primeiro deles foi a consolidação dos Planos de Mobilização e Participação Social, metodologia que viabiliza a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de programas e iniciativas prioritárias governamentais. Essa estratégia permite aprofundar o diálogo entre o Governo e a sociedade civil na construção das políticas públicas, com vistas a assegurar maior convergência dos programas às demandas da sociedade. O primeiro Plano sobre a implementação do Brasil Sem Miséria envolveu aproximadamente 300 pessoas. O segundo Plano de Mobilização resultou na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e na constituição de sua Comissão Nacional, por meio da publicação do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Por último destaca-se o Plano Juventude Viva, que reúne iniciativas governamentais para prevenir a violência contra jovens negros no Brasil. Em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) reuniram movimentos sociais do campo e da cidade no evento “Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria” para aprofundar o debate das ações do Plano, seus avanços e desafios, dando continuidade ao processo de participação social.

Dando continuidade ao processo de participação social no Sistema Federal de Planejamento e Orçamento, foi realizado em novembro o III Fórum Interconselhos, com a presença de aproximadamente 200 representantes de conselhos e entidades nacionais, além de movimentos sociais, com foco no monitoramento participativo do Plano Mais Brasil (PPA 2012-2015). No Fórum foi pactuado o monitoramento das seguintes agendas: i) políticas para as mulheres; ii) igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; iii) crianças e adolescentes; iv) juventude; v) idosos; vi) pessoa com deficiência; vii) população LGBT; e viii) povos indígenas e população de rua. Os objetivos principais da proposta são melhorar, coordenar e uniformizar as informações governamentais repassadas à sociedade, assim como ampliar a conexão entre participação social e as expressões das escolhas estratégicas de Governo, no âmbito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Como resultado, foi definida metodologia para monitoramento de agendas transversais de políticas públicas do Governo e estabelecida possibilidade do acompanhamento pela sociedade civil da execução orçamentária relacionada às políticas transversais, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (Siop). Para 2013, estão previstos encontros semestrais do Fórum Interconselhos, que fará análise dos relatórios produzidos no âmbito do PPA 2012-2015 e realizará debates e ações de fortalecimento das instâncias de monitoramento nos conselhos nacionais como meios de propiciar maior transparência na execução do planejamento e orçamento, verificar o diálogo entre as políticas públicas implementadas e os macrodesafios do País, assim como melhorar a qualidade do gasto público.

O Fórum Social Temático de 2012, iniciativa da sociedade civil internacional, foi realizado de 24 a 29 de janeiro, em Porto Alegre e em outras três cidades do Rio Grande do Sul, sob o tema “Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”. A edição de 2013 deverá ser realizada na Tunísia para discutir o tema “Crise, Desenvolvimento e Democracia”.

A participação social também será essencial na construção do novo plano de ação do Brasil na Parceria para o Governo Aberto – *Open Government Partnership* (OGP), iniciativa internacional criada para garantir que os governos assumam compromissos concretos de promoção de transparência, combate à corrupção e utilização de novas tecnologias para fortalecimento da governança. Em 2012 foi realizada consulta virtual sobre o Plano e, em 2013, haverá encontro presencial com a sociedade civil para sistematização das propostas de compromissos apresentadas.

A Participação Social também foi a marca de importantes eventos internacionais sediados pelo Brasil em 2012, como a Rio+20 e a Cúpula Social do Mercosul. Considerando-se todas as etapas da Rio+20, foram mais de 45 mil participantes





credenciados, dos quais cerca de 18 mil representavam a sociedade civil. O Riocentro foi palco de aproximadamente 500 eventos simultâneos à Conferência. Ocorreram ainda reuniões de empresários, cientistas e prefeitos. No total, foram mais de três mil eventos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). A Cúpula dos Povos, realizada paralelamente ao encontro oficial, foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, grupo plural composto pela sociedade civil, com suporte do Governo Federal. O encontro, que reuniu representantes da sociedade civil nacional e internacional, registrou a presença de mais de 30 mil pessoas por dia. A série de debates intitulada Diálogos Sociais: Rumo à Rio+20, realizada em Porto Alegre/RS, Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ, foi outra iniciativa de destaque que teve como objetivo aprofundar previamente a discussão sobre temas da Conferência nos diversos setores da sociedade. Todas essas ações tornaram a Rio+20 o evento da ONU com maior participação social.

A Cúpula Social do Mercosul, por sua vez, foi realizada em Brasília/DF em dezembro de 2012, na abrangência da Presidência *Pro-Tempore* brasileira. O evento contou com a presença de cerca de 500 representantes dos países membros do Bloco e mais de 65 mil acessos à transmissão *on-line* do evento ao longo dos quatro dias. Significou o ápice do processo de reflexão e diálogo social sobre a integração regional e a participação social no Bloco, e suas recomendações foram apresentadas à Cúpula de chefes de Estado. Ademais, de um compromisso político informal, a Cúpula foi institucionalizada como instância prevista no Mercosul.

Como processo inovador no âmbito do controle interno e da participação social, foram realizadas ações de auditoria participativa junto aos Comitês Populares da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de ouvir a opinião da sociedade civil sobre os impactos das grandes obras de portos e aeroportos, fomentando o diálogo e o controle social nas comunidades atingidas por empreendimentos vinculados ao evento esportivo. Foram ouvidos os Comitês de Natal/RN, Belo Horizonte/MG e Porto Alegre/RS e, em 2013, serão ouvidos os Comitês das demais nove Cidades-sede.

A Rede de Educação Cidadã (Recid), por meio da atuação de 650 educadores populares, desenvolveu um amplo processo de educação popular com populações vulneráveis: mulheres; jovens; assentados e acampados; comunidades indígenas e quilombolas; catadores de material reciclável; população LGBT, entre outros. Foram realizadas 2.018 oficinas pedagógicas de base, reunindo 45.712 pessoas. A atuação da Recid chegou a 357 Municípios. Também foram realizados 143 encontros intermunicipais, que reuniram 4.290 lideranças comunitárias e populares em torno do aprofundamento de temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Com o objetivo de construir proposta de marco regulatório das organizações da sociedade civil e qualificar a atuação do grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, foram realizadas diversas reuniões bilaterais com órgãos executores de políticas finalísticas, acadêmicos e entidades, e ouvidos mais de 250 gestores públicos para a elaboração de propostas e recomendações relacionadas ao arcabouço jurídico vigente, à promoção de estudos e pesquisas, à abertura de novas frentes de capacitação, à uniformização de entendimentos e à revisão de classificações orçamentárias e jurídicas.

Por fim, merece destaque a pesquisa Valores e Estrutura Social no Brasil acerca do impacto da mobilidade social sobre a estrutura de valores dos brasileiros. De abrangência nacional, a pesquisa sobre valores relativos à democracia, participação, igualdade racial, igualdade de gênero e sustentabilidade levantou dados empíricos capazes de auxiliar na construção de políticas públicas que levem em conta os valores democráticos e a participação da sociedade civil.





a) Conferências Nacionais e Mesas de Diálogo

Foram realizadas cinco conferências nacionais em 2012, algumas das quais precedidas de etapas municipais, estaduais e regionais, e outras 17 estão previstas para 2013, conforme os quadros a seguir:

CONFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2012	DATAS/ LOCAIS	TEMA CENTRAL
1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - CNATER	Etapa nacional: 23 a 26/abril, Brasília/DF	CNATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural
1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social	Etapa nacional: 8 a 20/maio, Brasília/DF	A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública
9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Etapa nacional: 14 a 17/julho, Brasília/DF	Plano Decenal de Política Nacional dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente
1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente	Etapa nacional: 8 a 11/agosto, Brasília/DF	Geração de mais e melhores empregos com proteção social; Erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; Fortalecimento do diálogo social
3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Etapa nacional: 3 a 6/dezembro, Brasília/DF	Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: novas perspectivas e desafios

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2013	ETAPA/PREVISÃO DE DATAS/LOCAIS
6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	Etapa nacional: Brasília/DF
4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	Etapa nacional: Brasília/DF
4ª Conferência Nacional de Esporte	Etapa nacional: Brasília/DF
3ª Conferência Nacional de Cultura	Etapa nacional: Brasília/DF
3ª Conferência Nacional de Igualdade Racial	Etapa nacional: Brasília/DF e Salvador/BA
2ª Conferência Nacional de Segurança Pública	Etapa nacional: Brasília/DF
2ª Conferência Nacional de Defesa Civil	Etapa nacional: Brasília/DF
1ª Conferência Nacional de Turismo	Etapa nacional: Brasília/DF
1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor	Etapa nacional: Brasília/DF
5ª Conferência Nacional das Cidades	Etapa nacional: 20 a 24 de novembro, Brasília/DF

Continua





Continuação

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2013	ETAPA/PREVISÃO DE DATAS/LOCAIS
1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional	Etapa nacional: 19 a 21 de março, Brasília/DF
2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Etapa nacional: setembro, Brasília/DF
4ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	Etapa nacional: 10 a 14 de outubro, Brasília/DF
4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente	Etapa nacional: 24 a 27 de outubro, Brasília/DF
5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena	Etapa nacional: 27 a 30 de novembro, Brasília/DF
1ª Conferência Nacional de Previdência Social	Etapa nacional: 19 a 21 de setembro, Brasília/DF
4ª Conferência Brasileiros no Mundo	Etapa nacional: Brasília/DF

Ainda no que diz respeito às conferências, foi lançado em 2012 o guia Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais, com o objetivo de contribuir para o êxito na organização desses espaços de construção coletiva.

No âmbito das mesas de diálogo, utilizadas para aprofundar temas específicos e de grande relevância para o Governo e para a sociedade, destacam-se: i) o selo Empresa Compromissada, concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e entregue a 180 empresas do setor consideradas cumpridoras de todas as práticas empresariais estabelecidas no Compromisso; e ii) a assinatura do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil e a aprovação do Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho, que estabelece as regras básicas para a atuação de representantes dos trabalhadores nas obras da indústria da construção. Em nove meses de vigência, 20 empresas com 22 obras aderiram. Oito dessas obras já receberam visitas técnicas de membros da Mesa Nacional Permanente: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA), Arena das Dunas Natal (RN), Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO), Mina Conceição (MG), Refinaria Paulínia (SP) e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião, foram firmados acordos para implementação do Compromisso pelas empresas responsáveis.

Outras mesas tiveram pautas importantes em 2012. A Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais discutiu temas de relevância, tais como: i) isenção de imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados, atendida pela edição da Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012; ii) desoneração da folha de pagamentos; iii) política industrial; iv) Acordo Coletivo Específico; v) Programa Nacional de Proteção ao Emprego; vi) Convenção 151 da OIT sobre organização sindical e processo de negociação dos trabalhadores do serviço público; vii) Convenção 158 da OIT sobre garantia do emprego contra a dispensa imotivada; viii) fator previdenciário; e ix) rotatividade e terceirização.

No âmbito da Mesa de Diálogos da Plataforma Operária e Camponesa da Energia, foi realizado, em 2012, Seminário sobre o Modelo Energético Brasileiro, tendo contado com a presença de aproximadamente 200 pessoas. A Mesa de Diálogos com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) elaborou proposta de política nacional de atendimento a essa população,





que será objeto de debates entre órgãos governamentais durante o ano de 2013. Foi instalada, ainda, a Mesa de Diálogos sobre Política Urbana, com o objetivo de debater a pauta unificada do movimento de moradia e instituir um canal de diálogo permanente. Em 2013, está prevista a elaboração e o debate sobre a proposta da Política Nacional Urbana.

As viagens realizadas pela Presidenta da República também são espaços destinados à interação com a sociedade. Em 2012, foram realizadas 109 atividades de articulação social e política em eventos nacionais com a presença da Presidenta da República.

No âmbito das pautas sindicais, foram realizadas 165 reuniões com representantes de Confederações, Federações, Sindicatos e Associações que apresentaram pautas de interesse dos trabalhadores, cujas demandas foram encaminhadas e passam por processo de monitoramento.

Para aprimorar a gestão de todas essas demandas apresentadas ao Governo pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, foi implantada a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais. Desde 2011, foram recebidas 1.022 demandas dos movimentos sociais, correspondendo a 461 ações efetivas requeridas aos órgãos públicos federais. Destas, 189 foram consideradas prioritárias para avaliação na Mesa de Monitoramento.

O ano de 2012 marcou a reestruturação dos trabalhos do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC). Foi debatida proposta para promover a inclusão social dos catadores e, ao mesmo tempo, buscar caminhos para implementar a coleta seletiva e o aumento da reciclagem. Para 2013, o CIISC discutirá a implantação das ações prioritárias no âmbito da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, com vistas ao cumprimento da determinação legal de fechamento dos lixões até 2014 e à promoção de condições dignas de vida e de trabalho aos catadores.

Reconhecendo a importância do diálogo com a sociedade, o Governo tem trabalhado no processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT. Entre outras obrigações, os países signatários dessa Convenção se comprometem a consultar os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a efetiva participação desses grupos na tomada de decisões. Merece destaque o fato de que o próprio processo de regulamentação será, em 2013, construído com a participação desse público.

b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Está previsto o alcance pelo Brasil de todos os Objetivos até 2015. Entretanto, no âmbito regional ainda há grande desigualdade a ser superada no atingimento das metas fixadas. Em face desse desafio, a meta para 2013 consiste em atuar fortemente na estratégia de municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em parceria com os núcleos estaduais de ODM, e lançar a Agenda de Compromissos dos ODM – Governo Federal e Municípios – 2013-2016 no II Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, a se realizar em Brasília, de 28 a 30 de janeiro de 2013. A referida Agenda visa oferecer aos novos prefeitos instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas, objetivando o fortalecimento da gestão de resultados de forma a estimular a adoção de ferramenta para melhoria da prestação de serviços ao cidadão e aumento da transparência nas ações realizadas.

Destaca-se ainda em 2012 a implementação do projeto ODM Brasil 2015, parceria entre Executivo Federal, empresas públicas e organismos internacionais com vistas a conferir maior celeridade a esse processo e à mobilização da sociedade em torno do ODM. Foi também realizada, em 2012, a 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade





às práticas que contribuem para o alcance dos ODM. Nessa edição, de 1.638 práticas inscritas, 20 iniciativas foram premiadas. Em 2013, está previsto o lançamento da 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil.

c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) consolidou-se, em seus nove anos de atuação, como fórum de participação social para o debate do desenvolvimento sustentável. Em 2012, o CDES realizou 82 atividades, entre reuniões ordinárias plenárias, de grupos de trabalho, seminários, colóquios e missões internacionais, sempre com forte capacidade mobilizadora de participação dos conselheiros, ministros e personalidades nacionais e internacionais.

O trabalho do CDES no ano de 2012 foi marcado pela participação na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Nas atividades preparatórias da Conferência foram organizados os Diálogos Sociais, com debate de vários temas de importância para o País e o mundo. Durante o evento, o CDES recebeu representantes de conselhos que integram a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis) e amplo conjunto de instituições e profissionais brasileiros, fortalecendo a rede de diálogo e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Ainda na Rio+20, o CDES e o Comitê Econômico e Social Europeu (Cese) apresentaram Parecer Conjunto sobre o desenvolvimento nos seus pilares econômico, social e ambiental. Por fim, o Conselho apresentou Moção sobre Indicadores do Desenvolvimento Sustentável, convergindo com o documento final da Rio+20, marcando o engajamento do Conselho no esforço de mensuração do desenvolvimento, para além do PIB.

Na 39ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES, além da posse dos novos conselheiros e a renovação dos mandatos, foram definidos os desafios e temas para o biênio 2012/2014. As prioridades são as seguintes: i) novos rumos da educação; ii) competitividade para acelerar o desenvolvimento; iii) ciência, tecnologia e inovação para a economia do conhecimento e sustentabilidade; iv) infraestrutura para o desenvolvimento: integração territorial, equidade e competitividade; v) justiça fiscal: arrecadação e aplicação dos recursos públicos para o desenvolvimento; e vi) desenvolvimento sustentável.

Na esfera internacional, em 2012, o CDES continuou as parcerias com conselhos econômicos e sociais da Europa, Rússia, Grécia, Armênia, Congo, Itália e Brics e reafirmou o trabalho de incentivo à criação de conselhos congêneres em outros países, notadamente na América Latina e Caribe, esforço também replicado dentro do Brasil.

O Observatório da Equidade (OE) prosseguiu o trabalho acompanhando os debates e alterações nas políticas tributária e educacional e prepara o acompanhamento de indicadores de desenvolvimento sustentável e de competitividade. Para 2013, além dos temas definidos, o CDES realizará um seminário internacional. Marco dos dez anos de seu funcionamento, o evento traçará paralelo entre as transformações ocorridas no Brasil e o trabalho do CDES durante esse período.

3. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

Em 2012, como resultado do processo de articulação com o Poder Legislativo, foram obtidos os seguintes resultados: i) conversão de 33 medidas provisórias em lei; ii) aprovação de 38 acordos internacionais e de 30 projetos de lei de autoria





do Poder Executivo; e iii) a confirmação congressional de 40 indicações de autoridades. A relevância desse resultado pode ser analisada ao se destacar alguns dos marcos legislativos aprovados em relação ao impacto nas políticas públicas, conforme evidenciado a seguir.

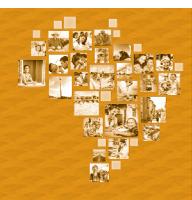
No tocante às proposições voltadas para o desenvolvimento econômico, destacam-se a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu a previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, bem como a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, que alterou as regras de remuneração da poupança, permitindo a queda histórica da taxa de juros no País. Foi também aprovada, em 2012, mais uma série de medidas do Plano Brasil Maior. A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, ampliou os Programas de Sustentação do Investimento (PSI) e Revitaliza do BNDES, e criou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF). Já a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, ampliou e aperfeiçoou a desoneração da folha de pagamentos, criou o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPUBL-Redes), medidas de extrema importância para o aumento da competitividade da indústria brasileira.

Nas áreas de infraestrutura e meio ambiente, a produção legislativa trouxe significativos avanços para o País. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e a Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, instituíram ampla revisão do Código Florestal. A Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, alterou o Adicional de Tarifas Aeronáuticas (Ataero) e outros dispositivos legais, com o objetivo de viabilizar o processo de concessão de exploração da infraestrutura aeroportuária. Merece registro também a Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012, que trata do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Saneamento e faz alterações no Programa Minha Casa, Minha Vida; a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); a Lei Geral da Copa, a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012; a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que estabeleceu a Política Nacional de Irrigação; e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que definiu condições para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, visando à redução das tarifas pagas pelos consumidores.

Ainda em 2012, a contratação de obras públicas passou a contar com importantes instrumentos legais: as Leis nºs 12.688, de 18 de julho de 2012, e 12.722, de 3 de outubro de 2012, e 12.745, de 19 de dezembro de 2012, que aprovaram a extensão do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) às obras do PAC e da educação e da saúde, respectivamente. Assim, será possível que os investimentos públicos ocorram de forma mais ágil e transparente, com mecanismos consagrados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, trouxe também avanços para a área social, com a instituição do Brasil Carinhoso, ação do Plano Brasil Sem Miséria. A produção legislativa promoveu ainda outros progressos sociais significativos, com a edição da Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012, e Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, eixos centrais do Plano Viver sem Limite, voltado às pessoas com deficiência. Destaca-se ainda a sanção da Lei nº 12.653, de 28 de maio de 2012, conhecida como a Lei Duvanier, que tipificou o crime de condicionar atendimento médico-hospitalar emergencial a qualquer garantia, a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, que assegurou validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV) e a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que criou o Vale-Cultura.

No campo da educação, além da extensão do RDC às obras no sistema público de ensino e da ampliação da oferta da educação infantil no âmbito do Brasil Carinhoso, destaca-se a criação de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com a sanção da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.





Na área de justiça e cidadania, foram editadas a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), bem como a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que alterou a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Medidas relevantes para as relações exteriores também foram aprovadas, a exemplo do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul instituído com a finalidade de financiar programas e projetos de estímulo à agricultura familiar nos países-membros. Ressalte-se ainda o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), entre outros de alta relevância política e econômica para o País.

No tocante às matérias importantes para o ano de 2013, foram identificadas como prioritárias a Proposta de Emenda à Constituição nº 197, de 2012, que modifica a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente sobre operações de comércio eletrônico; o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que dispõe sobre normas gerais associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País; e o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). É igualmente relevante a aprovação das seguintes matérias: Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, denominado Marco Civil da Internet; Projeto de Lei nº 2.442, de 2011, que dispõe sobre a política de combate aos crimes de tortura; o Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, que trata da responsabilidade de pessoa jurídica em caso de corrupção; o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que altera o marco legal das agências reguladoras; e o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2012, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal.

b) Articulação Federativa

Em 2012, o Governo seguiu dando ênfase ao diálogo federativo, estabelecido com todos os Estados e Municípios, de forma direta e republicana. Para tanto, foram fortalecidas as relações intergovernamentais por meio de instâncias permanentes, como o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os Fóruns Regionais de Governadores e as comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais.

Entre as medidas de destaque, está a articulação e acompanhamento do processo de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais. Nesse sentido, cabe destacar: i) o aperfeiçoamento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC); e ii) a adaptação do Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

Outro destaque do ano foi a agenda ambiental decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Foram realizados os seminários “Diálogos Federativos Rumo à Rio+20”, com vistas a ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e promover atuação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios em relação aos objetivos da Conferência.

Foram também realizadas, em 2012, ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados junto a órgãos públicos federais sobre os mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, a Rio+20, o apoio ao desenvolvimento industrial, as condutas vedadas aos Agentes Públicos Federais nas eleições, dentre outras. Destaca-se ainda a estratégia de promoção dos consórcios públicos, por meio do Programa Nacional





de Segurança Alimentar e Nutricional, com a visita, em 2012, a 21 territórios rurais para fornecer orientações sobre como formar consórcio público.

No segundo semestre de 2012, o Brasil assumiu a Presidência *Pro-Tempore* do Mercosul e coordenou os esforços do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) voltados ao preparo e à aprovação de seu plano de ação para o biênio 2012-2014. Esse planejamento será orientado pelo Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) e visa dar sustentabilidade às atividades dos membros nos seguintes eixos: cooperação entre cidades e regiões, cidadania regional, integração produtiva e integração fronteiriça.

Outro destaque em 2012 foi a participação na XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A marcha, realizada no mês de maio, reuniu cerca de 1,6 mil prefeitos. Na oportunidade foram apresentadas políticas e programas do Executivo implementados por meio de cooperação federativa. As estratégias de cooperação federativa no âmbito do Governo Federal, a exemplo dos esforços de desburocratização para as transferências voluntárias, os programas prioritários e a agenda de transição governamental foram temas de debate. Além disso, foi realizado o balanço da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) e feita a apresentação da agenda programada para seleção de ações de infraestrutura urbana e rural; do PAC Prevenção; e da terceira etapa de seleção do PAC Saneamento e PAC Mobilidade Médias Cidades, além do Programa Minha Casa, Minha Vida 2.

A parceria com Estados e Municípios se deu também no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, por meio de pactuação voluntária. Esse fato veio reforçar o compromisso assumido pelo Governo Federal de crescer distribuindo renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social.

No âmbito do Projeto de Desenvolvimento Inclusivo nos Estados, o Governo avançou em sua parceria de construção de um plano de redução da extrema pobreza nos Estados do Maranhão, Piauí e Amapá. Em outubro de 2012, foi realizado um seminário sobre “Políticas de inclusão produtiva no combate à pobreza rural”, que contou com a presença de representantes de oito Estados.

No tocante às finanças públicas, os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM) tiveram em 2012, entre janeiro e novembro, um acréscimo de aproximadamente 2,86% em relação ao mesmo período do ano anterior. No que se refere às transferências voluntárias, no ano de 2012, foram repassados R\$ 7,7 bilhões para Estados e Municípios, o que representa um aumento de 46,6% em relação ao ano de 2011.

Destaque-se também a ampliação para R\$ 58,3 bilhões do limite para contratação de operações de crédito de 21 Estados, de forma a permitir o aumento de investimentos nas áreas de infraestrutura, saneamento ambiental, moradia e mobilidade urbana.

Para 2013, um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas do Governo é contribuir para o desenvolvimento econômico, para a superação da extrema pobreza e para a redução das desigualdades sociais e regionais, por meio de ampla pactuação. Nesse sentido, pretende-se dar continuidade ao fomento para a criação de instrumentos de cooperação e coordenação federativa com vistas a criar escalas mais adequadas à prestação de serviços.





VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO



VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Transparência na Administração e Controle Social

A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que entrou em vigor em 18 de maio de 2012, representou um importante passo para a consolidação da democracia brasileira e das políticas de transparência governamental, garantindo o exercício do direito previsto na Constituição Federal de 1988, de que qualquer pessoa pode solicitar acesso a informações públicas, exceto as que legitimamente devem ser protegidas por motivos de segurança do Estado ou da sociedade. Entre as importantes modificações introduzidas, destaca-se a fixação de prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação: ultrassecreta 25 anos; secreta 15 anos; e reservada cinco anos.

No âmbito do Poder Executivo Federal, a Lei de Acesso à Informação foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que, entre outras normas, estabeleceu a obrigatoriedade da divulgação dos salários, de maneira individualizada, de todos os servidores federais, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa.

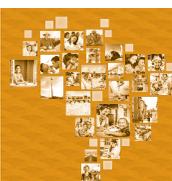
Para cumprir a Lei de Acesso à Informação foi adotado plano de ação único – com cronograma de providências a serem implementadas por todos os órgãos e entidades, como: i) criação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) pelo menos nas sedes dos órgãos e entidades; ii) desenvolvimento de área de Acesso à Informação nas páginas dos órgãos e entidades na Internet; iii) criação de grupo de trabalho e designação da autoridade de monitoramento; e iv) levantamento e organização de informações.

Em paralelo ao cumprimento do cronograma de providências, foram capacitados presencialmente cerca de 700 servidores. Além do curso presencial, seis mil servidores e empregados públicos participaram do curso virtual Rumo a uma cultura de acesso à Informação: a Lei nº 12.527, de 2011.

Ainda como parte da estratégia de implementação da Lei de Acesso à Informação, o Governo lançou, no dia 16 de maio de 2012, o Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), ferramenta disponível na Internet, que permite ao cidadão solicitar informações, acompanhar pedidos e apresentar recursos.

Até o final de 2012, nos primeiros oito meses de vigência da Lei de Acesso à Informação, o e-SIC recebeu mais de 51 mil pedidos, dos quais 98% foram respondidos, sendo que destes apenas 8,4% tiveram a resposta negada, por motivos como: i) os dados solicitados eram de natureza pessoal e, portanto, legalmente impedidos de serem fornecidos; ii) os documentos pedidos eram sigilosos; iii) os dados pedidos exigiam tratamento; e iv) os pedidos foram genéricos ou incompreensíveis. Outros 6,0% não puderam ser atendidos, ou por não tratarem de matéria da competência legal do órgão demandado ou pelo fato de a informação solicitada não existir. Os órgãos estão levando, em média, somente 10 dias para apresentar as repostas, embora a Lei permita até 30 dias.

Como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na área de transparência, o Brasil presidiu até setembro de 2012 a *Open Government Partnership* (OGP), iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. O Brasil compõe ainda seu Comitê Diretor Internacional, constituído também por representantes dos governos do México, África do Sul, Filipinas, Reino Unido, Indonésia, Tanzânia e Noruega, além de organizações da sociedade civil, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o *International Budget Partnership* (IBP), o *Africa Center for Open Governance* (Afrigoc) e o *Revenue Watch Institute* (RWI), entre outros.





Ainda em 2012, o Brasil organizou e sediou a 1ª Conferência Anual da OGP, evento que reuniu representantes de governos e da sociedade civil de vários países e apresentou os resultados alcançados em relação às metas de Governo Aberto fixadas nos compromissos de cada país. Nessa oportunidade também foram dadas as boas-vindas a 48 novos países, que apresentaram seus respectivos Planos de Ação e aderiram à iniciativa. O Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto Brasileiro, instituído por meio de Decreto de 15 de setembro de 2011, promove ações e medidas que visam: i) ao incremento da transparência e do acesso à informação pública; ii) à melhoria na prestação de serviços públicos; e iii) ao fortalecimento da integridade pública. Em outubro de 2012, o Brasil publicou balanço sobre a implementação do referido Plano de Ação, tendo iniciado concomitantemente o processo de revisão e atualização do plano atual.

Em novembro de 2012 também foi realizada no Brasil a 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), que reuniu mais de 1,9 mil representantes dos setores público e privado e de organizações sem fins lucrativos de 140 países. A Conferência debateu o tema Mobilizando as pessoas: Conectando agentes de mudança, distribuído em cinco desafios principais: i) extinguindo a impunidade; ii) governança limpa; iii) prevenindo fluxos financeiros ilícitos; iv) transições políticas levando a governos estáveis e transparentes; e v) esportes limpos.

O Portal da Transparência do Governo Federal – www.portaldatransparencia.gov.br – publica diariamente informações sobre a aplicação de recursos do Poder Executivo Federal. O volume de recursos apresentado no exercício superou os R\$ 10,8 trilhões e a média mensal de acessos ao portal atingiu 688 mil. Foram diversas as inovações que contribuíram para esse resultado, destacando-se: i) a publicação do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim); ii) a publicação da remuneração individualizada dos servidores do Governo Federal, em cumprimento ao Decreto nº 7.724, de 2012; iii) reformulação da seção Copa do Mundo FIFA 2014; iv) a publicação do Cadastro de Expulsões da Administração Federal (Ceaf); e v) a publicação de informações sobre imóveis funcionais de propriedade da União.

Em 2012 foram realizadas melhorias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) que possibilitou *download* de arquivo do Orçamento Federal de 2012 em formato de dados abertos, facultando à sociedade acompanhar a arrecadação e alocação de recursos públicos. Também foi publicada a terceira edição da cartilha Orçamento Federal ao Alcance de Todos, com a finalidade de tornar mais acessíveis as informações sobre o orçamento federal, abrangendo as receitas (impostos, taxas e contribuições, entre outras) e as despesas (gastos com educação, saúde, segurança, previdência, investimentos e outros) que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013 (PLOA 2013), encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2012.

Em 2012 foi lançado o portal de dados abertos – dados.gov.br – e a Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, que instituiu a Infraestrutura Nacional e Dados Abertos (Inda), política do Governo Federal para possibilitar a busca, o acesso, o reuso, o cruzamento e o compartilhamento com a sociedade das informações geradas e armazenadas na Internet pelos órgãos públicos.

É importante também mencionar a adesão do Governo Federal à *Global Initiative for Fiscal Transparency* (GIFT), uma rede de ação formada por diversos interessados com o fim de promover o avanço e a institucionalização de normas globais e melhorias contínuas e significativas no âmbito da transparência fiscal, engajamento e responsabilização nos países. O Brasil passou a compor o comitê de comissários do GIF, ao lado do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, do Governo das Filipinas e da *International Budget Partnership*.

Para que os países adotem os princípios globais orientadores sobre transparência fiscal definidos pela GIFT, o Governo brasileiro apresentou proposta de Resolução ao Comitê de Economia e Finanças da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), buscando o apoio aos princípios estratégicos do GIFT.





Em maio de 2012, foi lançado o Guia de Serviços Públicos do Governo Federal – www.servicos.gov.br – portal que disponibiliza para a sociedade as informações sobre os serviços prestados pelo Governo, com o propósito de integrar e universalizar o acesso aos serviços governamentais e simplificar do atendimento ao cidadão, atendendo aos pressupostos da Lei de Acesso à Informação.

2. Planejamento, Gestão e Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Políticas voltadas ao uso eficiente dos recursos públicos são fundamentais no suporte ao desenvolvimento econômico sustentável, ao bem-estar da população e à competitividade dos países.

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social atingiram R\$ 26,6 bilhões no período de janeiro a outubro de 2012, representando crescimento de 28% em relação ao mesmo período de 2011. Destacam-se os pagamentos de R\$ 11,2 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e de R\$ 8,1 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes, que juntos representam mais de 70% da despesa do PAC. Como resultado da implementação do PAC, a taxa de investimento total do setor público, incluindo as Empresas Estatais, situa-se em patamar superior a 3% do PIB desde 2009.

Para a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e a Copa Mundo FIFA 2014 estão previstos investimentos de R\$ 26,1 bilhões em infraestrutura, englobando investimentos em estádios, portos, aeroportos, mobilidade urbana, segurança, telecomunicações e turismo. Deste total, aproximadamente R\$ 15,2 bilhões se referem a recursos do Orçamento Geral da União e de financiamento por meio das instituições financeiras federais oficiais. Há também a promoção de políticas públicas na área de energia, hotelaria, qualificação e promoção que estão sendo potencializadas pela Copa.

Em apoio aos investimentos por parte dos entes federados, o Conselho Monetário Nacional (CMN) abriu, em 2012, linha de financiamento de R\$ 12,2 bilhões para obras em cidades com mais de 700 mil habitantes. Além disso, foi ampliado em R\$ 850 milhões o montante de recursos autorizados para a contratação de novas operações de crédito por empresas estaduais de energia elétrica sediadas em Estados-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, de forma a viabilizar empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e foi ampliado o montante de R\$ 3,75 bilhões para contratação de novas operações de crédito para prevenção em áreas de risco.

As ações concluídas no âmbito do PAC somam, até setembro de 2012, 38,5% do total previsto até 2014, apresentando resultado 82% superior ao mesmo período de 2011, quando o índice era de 11,3% de obras concluídas, correspondendo a um volume na ordem R\$ 80,2 bilhões. Isso significa que R\$ 272,7 bilhões foram concluídos até setembro de 2012. Nos próximos dois anos, a previsão do total de obras concluídas somará R\$ 708 bilhões em investimentos, equivalentes a 74,1% dos R\$ 955 bilhões previstos para o período 2011-2014.

Em transportes foram concluídas obras em 1.120 km de rodovias, com destaque para dois lotes de duplicação da BR-101/RN e a pavimentação da BR-470/RS; foram concluídos 163 km da Ferronorte do Alto Araguaia até Itiquira e as obras no Porto de Vila do Conde e no Porto de Itaqui. O PAC 2 já ampliou a capacidade nos aeroportos brasileiros em 13 milhões de passageiros por ano.

Em energia, o parque gerador brasileiro aumentou sua capacidade em 4.244 MW, desde o início do PAC 2. Em Rondônia, a Usina Santo Antônio já está em operação comercial, com seis máquinas gerando energia, e a Usina de Jirau já iniciou o enchimento do reservatório. A plataforma Cidade de Anchieta (ES), com capacidade de produção de 100 mil barris por dia,





entrou em operação na área do Pré-Sal e as descobertas no Pós-Sal nas bacias de Sergipe e Ceará abrem novas fronteiras de exploração de petróleo para a produção nacional.

O eixo Cidade Melhor concluiu 497 empreendimentos em saneamento e drenagem e também a linha Oeste do metrô de Fortaleza/CE. Para as cidades com população entre 250 e 700 mil habitantes, foi aberto o processo de seleção do PAC Mobilidade Médias Cidades, no qual serão priorizados projetos que integram o sistema de transporte coletivo e a melhoria da infraestrutura, incluindo a aquisição de equipamentos para modernizar os sistemas de transporte. Em 2012, foram selecionados mais 167 empreendimentos de drenagem do Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que beneficiarão 155 Municípios em 12 Estados.

O Programa Minha Casa, Minha Vida contratou 2,28 milhões de unidades habitacionais, sendo 1,05 milhão de moradias entregues, e foram concluídos 826 empreendimentos de Urbanização em Assentamentos Precários para melhorar as condições de habitação e infraestrutura urbana. E com o financiamento habitacional por meio do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), mais de 780 mil famílias puderam adquirir, reformar ou construir suas moradias.

No eixo Água e Luz para Todos foram concluídos 447 empreendimentos para melhorar a produção, tratamento e distribuição de água e realizadas mais de 337 mil ligações elétricas pelo Programa Luz para Todos, que desde seu início, já levou energia a mais de dez milhões de brasileiros. Entre as obras de integração e revitalização de bacias finalizadas em 2012, destacam-se a implantação de sistemas de abastecimento de água em 177 localidades na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. E também a Adutora do Algodão, na Bahia.

Nos anos de 2011 e 2012, o Governo Federal realizou cinco balanços do PAC 2, e em cada um deles foi elaborado e publicado na Internet – www.pac.gov.br – um Relatório Nacional, por eixos: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do programa. Para 2013, estão previstos mais três balanços.

Em 2013, será dada continuidade à política de priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura. Para execução do PAC, estão previstos aproximadamente R\$ 52,2 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 74,1 bilhões de orçamento de investimento das Empresas Estatais. Está também prevista a modelagem de Parceria Público-Privado para os seguintes projetos: i) na área de educação, com a Construção e Manutenção do Novo Colégio Militar de Manaus/AM; ii) na área de defesa, com a Logística de Abastecimento de Veículos Militares, a Fabricação do Novo Fuzil e a Reforma e Atualização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; iii) na área de educação e esporte, com a Reforma e Ampliação do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes; iv) na área do meio ambiente, com a Gestão dos Parques Nacionais de Jericoacoara e de Ubajara/CE, e de Sete Cidades e da Serra das Confusões, no Piauí; v) no setor de logística, com a Rede Postal Noturna; vi) para a administração pública, com edifícios de centros administrativos; e vii) no Programa Mais Irrigação, com destaque para o perímetro de Irrigação do Pontal, localizado em Pernambuco.

Ainda em apoio à maior eficiência dos investimentos, encontra-se em elaboração a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO), com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2013, o qual dará destaque para o Estudo sobre o Impacto Orçamentário dos Investimentos, que estabelece critérios para a mensuração de impactos orçamentários futuros provenientes dos investimentos inseridos no orçamento. Destaca-se também a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as obras do PAC.





a) Gestão do Plano Mais Brasil (PPA 2012-2015)

O Plano Mais Brasil anunciado em 18 de janeiro de 2012, com a Lei nº 12.593, instituído com o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), reflete a concepção de planejamento influenciada pela formulação e implementação das principais agendas de políticas públicas atuais, como o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Para monitoramento do PPA 2012-2015, foi implantado o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e publicados os seguintes instrumentos normativos de apoio à gestão: i) Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública; e ii) Guia de Monitoramento Temático. Encontra-se em construção a avaliação da dimensão estratégica do PPA 2012-2015, que irá possibilitar a análise da execução do Plano a partir dos onze macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo.

Para operacionalizar o monitoramento do PPA 2012-2015, foi publicado o Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, que estabelece competência ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano; disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano. Caberá aos órgãos responsáveis pelos objetivos do Plano prestar informações sobre o seu andamento e alcance. Com isso, espera-se que o monitoramento seja capaz de gerar informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento dos principais compromissos de Governo.

Em continuidade à agenda de participação social construída na elaboração do PPA 2012-2015, em 2012, foi realizado o III Fórum Interconselhos, com a participação de 120 representantes de 37 Conselhos Nacionais que atuam na formulação e avaliação de políticas públicas, além de representantes de entidades nacionais da sociedade civil.

Para 2013 estão previstas a consolidação semestral dos resultados do PPA 2012-2015 e a publicação e disseminação dos relatórios de monitoramento e avaliação, com destaque do encaminhamento ao Congresso Nacional, em maio, da avaliação do primeiro ano do Plano Mais Brasil.

b) Melhoria e Inovação da Gestão Pública

O Modelo de Excelência da Gestão Pública foi atualizado com a publicação de referencial contendo os conceitos e instrumento de avaliação dos critérios de excelência da gestão pública, para que os órgãos da Administração Pública verifiquem a conformidade de sua gestão às boas práticas de governança e implementem melhorias que auxiliem no alcance dos resultados institucionais.

A metodologia de elaboração da Carta de Serviços foi reformulada, transformando-se em ferramenta de análise e melhoria de processos, para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários. A Carta ao Cidadão e o Modelo de Excelência da Gestão Pública serão objeto de ampla disseminação aos órgãos e entidades da administração pública em 2013.

O projeto Agenda Federativa (União – Estados) possui duas finalidades independentes e complementares. A primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria e inovação da gestão pública, entre União e Estados, de forma a concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. A segunda consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros





(Pro-cidadão), que financiará a realização de oficinas de debate entre representantes dos Governos Federal e Estadual e sucederá ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage).

A melhoria da gestão pública também tem sido fomentada por projetos de cooperação internacional, com novas abordagens, estudos, além de *benchmarking*. Nesse contexto, merecem destaque em 2012: i) o Projeto Modernização da Gestão Pública, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (Aecid) viabilizou o aperfeiçoamento da metodologia da Carta de Serviços ao Cidadão e do modelo de excelência da gestão pública e possibilitou o lançamento da Série Inovação na Gestão Pública – Cooperação Brasil-Espanha; ii) o Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia que alocou R\$ 3,3 milhões no financiamento de 32 ações de inovação e melhoria de políticas públicas conduzidas pelos Ministérios do Planejamento, Cultura, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Relações Exteriores; Integração Nacional e Meio Ambiente, além da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Agência Nacional de Aviação Civil; e iii) a cooperação com o Reino Unido, por meio da qual foram iniciados projetos relativos à metodologia de gestão de portfólio de projetos estratégicos; orientações sobre gestão de risco-oportunidade para a administração pública brasileira; e customização da metodologia de *benchmarking* colaborativo para uso no âmbito do Governo.

O Promoex presta cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas, com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de contas públicas estaduais e municipais. Como resultados destacam-se: i) criação e implantação do Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil – www.controlepublico.org.br; ii) implementação da Rede Nacional dos Tribunais de Contas, propiciando fóruns de debates entre servidores, divulgações de trabalhos, artigos e de jurisprudências; iii) compartilhamento, entre os Tribunais de Contas, de soluções de Tecnologia da Informação (TI), sistemas de captura eletrônica de contas, processos de análises de contas de governo e atos de pessoal; iv) realização de auditorias de avaliação de programas de governo na área de educação, saúde e saneamento; e v) lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAG), que visam harmonizar os procedimentos de auditoria das Cortes de Contas às normas internacionais.

Em 2012 teve início o Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal (Prosis), com o objetivo de: i) modernizar os sistemas de planejamento e orçamento do Governo Federal; ii) aperfeiçoar a gestão de tecnologia de informação e comunicação; iii) melhorar a qualidade dos projetos de investimento público; iv) tornar mais eficiente a implementação dos programas governamentais, com base no aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e de apoio à execução do gasto público; e v) melhorar a coordenação interna do Governo Federal.

Foi realizado ainda o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal com premiação das experiências selecionadas de práticas inovadoras com eficácia comprovada prevista para março de 2013.

O aprimoramento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), no Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet), do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv) e o desenvolvimento dos sistemas para dar suporte ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e a nova versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) foram continuados em 2012 numa visão de inovação para o alcance de maior eficiência no gasto público.

As ações de revisão das normas e das funcionalidades do Sistema de Registro de Preços (SRP), de revisão da legislação e regulamentos da licitação da modalidade pregão, de ampliação do programa de contratações sustentáveis, com destaque à instituição da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap), em conformidade com o disposto no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, estão em andamento.





O Projeto Esplanada Sustentável (PES), instituído em 6 de junho de 2012, por meio da Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, tem a finalidade de integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho. O PES, por meio do Sistema do Programa de Eficiência do Gasto (SisPEG), vem promovendo sustentabilidade ambiental e social das despesas de energia elétrica, água e esgoto, vigilância, limpeza e telefonia, dentre outros.

A modernização da logística governamental com vistas à maior qualidade do gasto e melhoria de gestão terá continuidade em 2013 por meio da execução dos seguintes projetos: i) adequação da legislação sobre sustentabilidade, eficiência energética e resíduos eletroeletrônicos, ii) revisão dos modelos de terceirização de serviços; iii) proposição de novo modelo para o Sistema de Serviços Gerais (Sisg); e iv) desenvolvimento de um programa de capacitação para gestores de logística pública.

c) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

A Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República, tem como competência assessorar a Presidenta da República nos temas da eficiência governamental e competitividade. A Câmara é integrada por quatro ministros e quatro representantes da sociedade civil, com reconhecida experiência e liderança nas áreas pública e privadas. No período de junho de 2011 a dezembro de 2012, a Câmara promoveu 11 reuniões de trabalho, realizando a avaliação de ações e priorização de temas para ação.

A CGDC atua acompanhando os seguintes projetos prioritários:

- No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – implantação do Escritório de Projetos para dar suporte ao processo de modernização da gestão pública.
- No Ministério da Justiça: i) por meio do Departamento Penitenciário Nacional – redução do déficit de vagas no sistema penitenciário; ii) por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – redesenho dos processos da Secretaria; iii) por meio da Comissão de Anistia – redesenho dos processos de tomada de decisão com o objetivo de maior agilidade no julgamento dos processos; e iv) por meio da Coordenação Geral de Logística – aumento da eficiência dos processos.
- No Ministério da Saúde – aprimoramento do sistema de planejamento logístico e gestão de material e de patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, com aperfeiçoamento da cadeia logística dos insumos estratégicos de saúde, desde seu planejamento até a sua distribuição no Departamento de Logística.
- Na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, por meio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) – revisão da estrutura para adequação ao novo modelo de negócio da empresa, reformulação dos processos prioritários, implantação do gerenciamento matricial da receita e da despesa e implantação de um escritório de projetos.
- No Ministério das Comunicações, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – apoio ao desenho operacional visando à melhoria do Índice de Qualidade dos Correios (IQA), reformulação dos processos prioritários, implantação do gerenciamento matricial da receita e da despesa e implantação de um escritório de projetos.
- No Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – redesenho de processos de autorização de medicamentos; e reestruturação organizacional.





Estão ainda em execução, com o acompanhamento da Câmara: i) programa de aperfeiçoamento da gestão pública em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no que se refere ao diagnóstico da maturidade da gestão estratégica dos Ministérios; ii) identificação de macroprocessos críticos, específicos aos Ministérios e transversais a toda a Administração; iii) gestão da estratégia do Ministério dos Transportes, por meio da implantação do planejamento estratégico, envolvendo a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com destaque para o apoio à estruturação da EPL; iv) diagnóstico do sistema de outorgas de radiodifusão do Ministério das Comunicações, com vistas ao desenvolvimento de novo sistema com o objetivo de proporcionar maior agilidade nos processos de autorizações do Ministério; iv) gestão da estratégia do Ministério da Cultura, com a implantação de planejamento estratégico para iniciativas e apoio no redesenho dos processos de fomento a cultura; e v) auxílio na modelagem do processo de Governança da área de tecnologia de informação do Ministério da Justiça.

Com o apoio da Câmara, foram realizados e concluídos os seguintes projetos: i) implantação do conceito de Unidade de Entrega junto à Casa Civil da Presidência da República, aperfeiçoando o sistema de monitoramento e acompanhamento dos projetos prioritários; ii) desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoramento (SIM/PR), sistema de informação com indicadores, metas, iniciativas e planos de ação; iii) programa de eficiência do aeroporto de Guarulhos/SP, em conjunto com a Secretaria de Aviação Civil e a Infraero. Tal programa foi replicado nos aeroportos de Confins em Belo Horizonte/MG; do Galeão, no Rio de Janeiro/RJ; de Congonhas, em São Paulo/SP; de Santos Dumont, no Rio de Janeiro/RJ; e de Fortaleza/CE, e deverá envolver todos os aeroportos das Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, até final de 2013.

A CGDC também discutiu temas referentes às ações de desoneração da energia elétrica, reformulação do marco legal dos portos, política de concessões em rodovias e ferrovias, as ações do Programa Brasil Maior e na temática tributária, com vistas ao aumento da competitividade.

3. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal

A valorização dos servidores públicos federais e o fortalecimento das carreiras e planos de cargos dos órgãos e entidades federais é um dos eixos centrais da gestão de pessoas do Governo com vistas ao aprimoramento dos serviços públicos. Em 20 de janeiro de 2012, foi editado o Decreto nº 7.674, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal (SISRT), que prevê a gestão das informações produzidas na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Em 2012, o processo de negociação na MNNP envolveu cerca de 1,2 milhão de servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas), resultando em 32 Termos de Acordos com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo, incluindo os militares, sendo que 97,5% dos servidores serão abrangidos pelos reajustes propostos pelo Governo Federal. Para implementar os acordos, foram elaborados quatro Projetos de Lei sobre reajustes remuneratórios, contemplando aproximadamente 150 carreiras. Os reajustes de 15,8% na despesa de pessoal, parcelados de 2013 a 2015, de forma a promover a recomposição dos salários dos servidores, terão impacto orçamentário em torno de R\$ 6,4 bilhões de despesa primária em 2013.

Para 2013, o Governo Federal dará continuidade à MNNP, bem como reforçará a discussão de regulamentação do direito de greve no serviço público e a implementação da Convenção 151 da OIT, relativa à negociação de termos e condições de trabalho no serviço público. Pretende-se ainda analisar e julgar os processos de transposição de servidores do Estado de Rondônia para Quadro em Extinção da União, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009.





Em continuidade à valorização do servidor, está em curso o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança (Siape-Saúde), no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), com implantação em sete Unidades Siass e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do Siass, atualmente com 56 Unidades. Vale destacar, ainda, a realização do IV Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor (Enass); a interiorização da Rede Siass; a instituição da unidade de referência do Siass e o Núcleo de Atenção à Saúde Mental em Brasília; a instituição das Diretrizes em Saúde Bucal para a Promoção da Saúde do Servidor Público Federal; a disponibilização no Portal Siass de consulta pública sobre as Diretrizes de Promoção à Saúde do Servidor; o desenvolvimento do Módulo de Vigilância para fins de concessão dos adicionais ocupacionais (Siape-Saúde) e o desenvolvimento do Módulo de Perícia Oficial em Saúde e sua integração com o SiapeCad no Siape Saúde.

Visando à implementação do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais, em atendimento à Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, foi instituída a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), por meio do Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012. A partir de 2013, os novos servidores que venham a ingressar nos quadros da União passarão a contribuir, sobre a parcela acima do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para o novo regime complementar, reduzindo, a médio e longo prazo, as necessidades de financiamento do Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos.

Para recompor a força de trabalho, em 2012, foram autorizados concursos para 17.047 cargos e o provimento de 5.830 cargos efetivos. Dentre as vagas, destacam-se os 7.853 docentes para as universidades federais, 2.075 profissionais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 1.200 cargos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) destinados à substituição de postos de trabalho que se encontravam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e a ampliação e renovação da força de trabalho da entidade.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), com a competência de deferir o retorno do anistiado, foram julgados 964 processos, que resultaram no retorno à Administração de 608 anistiados.

Diante da necessidade de fortalecer a capacidade do Governo Federal em planejar, implementar políticas sociais e executar grandes obras, principalmente aquelas no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi realizado concurso público para o cargo de Analista de Infraestrutura, com ingresso de 132 profissionais, e o primeiro concurso público para o cargo de Analista de Políticas Sociais, com 825 vagas para os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para substituir consultores e terceirizados em situação irregular. A previsão de ingresso destes profissionais é para o primeiro semestre de 2013.

Para o projeto Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe.gov), em 2012, foi firmado contrato com o objetivo de construir uma nova solução tecnológica que substituirá o Siape, com conclusão prevista para sessenta meses, abrangendo também a gestão sobre provisão da força de trabalho, capacitação e desenvolvimento, avaliação de desempenho e evolução funcional.

Espera-se para meados de 2013 a operação da fase piloto do projeto Assentamento Funcional Digital (AFD), com a finalidade de promover a digitalização das pastas funcionais dos servidores, eliminar redundâncias e facilitar a atualização de documentos.

Ainda como prática da política de valorização dos servidores públicos federais e do fortalecimento da política nacional de desenvolvimento de pessoal, foram promovidas capacitações de aproximadamente 36 mil servidores públicos, em apoio às iniciativas de desenvolvimento dos dirigentes para melhoria da gestão das políticas públicas e ao aperfeiçoamento técnico e gerencial da administração pública federal. Destacam-se as seguintes ações:





- Realização de 20.602 capacitações em cursos a distância e de 11.289 capacitações em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento técnico e gerencial, contemplando os sistemas estruturantes da administração pública federal (APF);
- Foram realizadas Oficinas de Planejamento Estratégico para 15 órgãos da APF abrangendo 668 servidores e curso de formação inicial para 45 analistas de Planejamento e Orçamento e para 125 Analistas de Infraestrutura;
- Foram realizados cursos de capacitação e de atualização nos sistemas e normativos abrangidos pelo Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP) e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg/ComprasNet), com a capacitação de 12.860 servidores. Em 2013, pretende-se capacitar 13 mil servidores em atividades presenciais e a distância;
- Foram conferidos 82 títulos de especialistas a servidores que concluíram os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, Gestão de Pessoas no Serviço Público e em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Outros 61 servidores estão matriculados em turmas em andamento. Foram, ainda, capacitados 33 facilitadores para atuar no programa Avaliação Socioeconômica de Projetos;
- Capacitação de 200 agentes públicos das esferas municipal, estadual e federal, envolvidos na gestão de projetos de infraestrutura, em cursos sobre Contratos de Programa de Saneamento e do Regime Diferenciado de Contratações;
- Foram promovidas quatro edições do Café com Debate, nas quais foram realizadas 653 capacitações;
- Iniciou-se a segunda edição do Mestrado Profissional em Administração com foco em Orçamento Público e estão em andamento as especializações em Orçamento e Políticas Públicas e em Orçamento Público;
- Realização de turmas piloto em cursos presenciais a 50 servidores no âmbito do Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, relacionados às áreas de gestão de projetos, de fundamentos e conceitos da cooperação internacional e de aspectos de comunicação e interculturalidade; e
- Foram realizados dois cursos sobre Avaliação de Programas Sociais e Competências Conversacionais nas Organizações Públicas no Contexto Ibero-americano – para 52 servidores, incluindo brasileiros, representantes de 14 países ibero-americanos e de três países africanos. Ainda nesse contexto, foi elaborado o curso: Ética e Administração Pública na América Latina, na modalidade a distância, com uma turma piloto, e terá sua primeira oferta regular no início de 2013.

4. Informatização de Serviços Públicos e Informação

O portal Governo Eletrônico – www.governoeletronico.gov.br – em 2012, ampliou seu conteúdo com assuntos relacionados ao Sistema de Recursos de Administração em Informática (Sisp), incluindo uma área voltada à presença do Governo nas redes sociais e a relação de todos os Serviços de Informação ao Cidadão (SIC). Nesse mesmo ano, o portal disponibilizou mais de 100 consultas públicas de órgãos e entidades como Fundações, Empresas Públicas, Ministérios e até prefeituras. Menciona-se ainda como relevante o lançamento da versão 2.0 do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de sítios (Ases 2.0), que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais e a versão 3.0 do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), intensificando a melhoria da acessibilidade dos sítios e portais da APF. Em 2012 houve a avaliação de acessibilidade em mais de 50 sítios governamentais.

Ainda no âmbito do Sisp, foi elaborada e publicada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), para o triênio 2013-2015, instrumento que direciona os órgãos membros do sistema na adoção de práticas de gestão e governança da tecnologia da informação, bem como na racionalização dos recursos. Em 2012, foram realizados 977 atendimentos a órgãos federais, estaduais e municipais pela central de serviços e suporte do Sisp.





Na Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Governo Federal, destacam-se as seguintes ações: i) realização de chamada pública para projetos de interoperabilidade; ii) definição de uma cesta mínima de padrões a ser verificada pelos órgãos de controle; iii) retomada das discussões sobre o vocabulário controlado de Governo Eletrônico; e iv) definição de escopo para o projeto de plataforma de interoperabilidade do Governo Federal.

O Portal do Software Público Brasileiro ultrapassou, em 2012, o número de 60 soluções e/ou aplicativos disponibilizados para a sociedade, que contemplam a informatização de diversos processos da administração pública. Construído dentro de um ambiente de intensa colaboração, o portal encontra-se hoje com mais de 150 mil usuários.

Em 2012 foi disponibilizado o Processo de *Software* do Sisp, que consiste em uma metodologia de desenvolvimento de *software* envolvendo as atividades de planejamento dos recursos necessários para que a solução tecnológica tenha o ambiente essencial para o seu funcionamento. Foi disponibilizada também a versão 2.0 do Roteiro de Métricas, documento para melhor apoiar a medição e contratação de projetos de desenvolvimento de manutenção de sistemas informatizados de órgãos do Governo Federal.

No que tange à segurança da informação e de comunicações, foram emitidos 5.814 certificados digitais para acesso a sistemas estruturadores das atividades administrativas do Governo que gerenciam parcela dos gastos públicos.

Dentre as ações de governo eletrônico (e-Gov Federativo) dedicadas aos Municípios, destaca-se o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios Brasileiros (4CMBR) – comunidade, conhecimento, colaboração e compartilhamento dos Municípios Brasileiros – que auxilia a melhoria da gestão das prefeituras por meio do uso da tecnologia da informação, utilizando-se do Portal do Software Público Brasileiro (SPB), o qual disponibiliza soluções que atendem a necessidades diversas, tais como: i) i-Educar, que visa centralizar informações do sistema de gestão educacional; ii) e-Cidade, que é a integração informatizada dos órgãos municipais; iii) e-Nota, destinado para emissão de notas fiscais eletrônicas; iv) e-ISS, voltado para a modernização da gestão tributária; v) I-3Geo, que possibilita a geração de mapas e dados geográficos; vi) SGE, para a gestão de frotas; vii) GP-Web, sistema integrado de gestão de projetos; e viii) Siprev, para a gestão de Regime Próprio de Previdência Social. Destaca-se ainda, em 2012, a criação de linha de crédito que visa estimular as prefeituras na criação de projetos de modernização em TIC para receberem o financiamento do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e da Gestão dos Setores Sociais Básicos para a contratação de prestação de serviços para a implantação de *softwares* do portal do SPB.

Para o acompanhamento e disponibilização das informações econômico-financeiras das empresas estatais, foram priorizadas melhorias no Sistema de Informações das Estatais (Siest), com a inclusão dos módulos de Perfil das Estatais e Endividamento. Em 2013, serão desenvolvidos módulos do Siest, na área de pessoal, de processos próprios de acompanhamento do Orçamento de Investimentos, de governança corporativa, de política de pessoal das estatais e avaliação de empresas.

No âmbito da informação, cabe destacar que o Arquivo Nacional como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga) implementa a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Governo Federal, garantindo pleno acesso à informação.

No exercício de 2012, para a Gestão de Documentos Federais foi iniciada a implementação do Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital), tendo como resultado a preparação do Protocolo Integrado, que permitirá ao cidadão acompanhar a tramitação dos documentos de seu interesse em qualquer órgão ou entidade.





Já no campo da Política Internacional de Arquivos, deu-se continuidade às ações do Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal para as áreas dos Arquivos com intercâmbio de dados e informações entre os arquivos dos dois países e no Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

Com vistas à preservação do acervo nacional, foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, pela preservação de 336.766 documentos integrantes de diversos fundos arquivísticos, destacando-se aqueles relativos ao período do regime militar, à entrada de imigrantes e ao registro civil, resultando na publicação de 17 instrumentos de pesquisa.

Em relação ao Conarq, em 2012, foi publicada a Resolução nº 34, sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água. Seu plano de ação, para 2013, objetiva promover campanha nacional de sensibilização junto aos governos estaduais e municipais acerca da necessidade de criação de arquivos públicos, onde não houver, bem como de maior autonomia àqueles arquivos já institucionalizados.

5. Gestão do Patrimônio da União

Em 2012, áreas da União foram destinadas em apoio ao desenvolvimento local e a grandes empreendimentos previstos no PAC, em especial, aqueles voltados à atividade portuária e às indústrias navais, aquecidas pelo setor petrolífero, assim como foram destinados terrenos da União no Estado do Rio de Janeiro para a implantação de equipamentos esportivos e estruturas de apoio para a realização das atividades da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Em apoio ao fortalecimento da política nacional de meio ambiente, foi autorizada a destinação de áreas ao Ministério do Meio Ambiente somando 780.214,5 hectares para a regularização de sete Unidades de Conservação, a exemplo da Rebio Serra do Cachimbo no Pará; Flona Jacundá em Rondônia; e Resex Delta do Parnaíba no Piauí e no Maranhão.

Na ação de inclusão socioterritorial de famílias ribeirinhas agroextrativistas na Amazônia, foram outorgados 6.352 Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus) para famílias que vivem e preservam rios e ilhas federais na região Amazônica.

Na área de regularização fundiária, destacou-se a parceria com o governo do Distrito Federal permitindo a doação de áreas para o programa de regularização fundiária local, com destaque para as áreas de Itapoã e Riacho Fundo II, que beneficiarão aproximadamente 56 mil famílias que poderão receber seus títulos.

No que se refere ao patrimônio imobiliário da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), foram cadastrados em sistema a totalidade dos 47.021 imóveis não operacionais, permitindo a regularização de cerca de 900 contratos integrantes da carteira imobiliária da empresa, e possibilitando a titulação dos imóveis em favor das famílias de baixa renda que os ocupavam. Para garantir a ampliação de ramais ferroviários, aproximadamente 350 edificações localizadas em terrenos vinculados à operação ferroviária foram transferidas ao Dnit.

Foi integralizado o fundo contingente da extinta RFFSA com aporte de 1.144 imóveis, totalizando R\$ 1 bilhão em patrimônio, conforme previsão legal. Em 2012, foram alienados 31 imóveis do fundo contingente totalizando R\$ 71,5 milhões, que correspondem a 43% do total já alienado desde 2007.





No campo da demarcação, ainda em apoio aos programas de regularização fundiária, provisão habitacional, infraestrutura energética e incentivo ao desenvolvimento local, foram demarcados mais de 250 km de área de domínio da União, definidos como terrenos de marinha e terrenos marginais de rios federais e cadastrados 23.258 imóveis dominiais e outros 3.606 imóveis de uso especial. Quanto às receitas patrimoniais, o valor arrecadado no ano foi de R\$ 808,59 milhões, correspondendo a um aumento de 14,7% em relação a 2011, sendo as principais fontes representadas por laudêmio (45%), taxa de ocupação (18%), foro (10%) e outras receitas (27%).

Em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB), foi implantado o código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o Darf eletrônico (e-Darf), que possibilitou o recebimento de taxas e foros, por meio de acesso e obtenção do documento na Internet.

Foi desenvolvida, ainda, rotina de cobrança administrativa de créditos inadimplidos e o devido encaminhamento para fins de execução fiscal, o que resultará na eliminação do instituto da prescrição de créditos patrimoniais na Secretaria de Patrimônio da União a partir de 2013. Também, prevê-se para 2013 a consolidação do Plano Nacional de Caracterização, com vistas a ampliar o rol de imóveis incorporados à União.

6. Cooperação Internacional e Captação de Recursos Externos

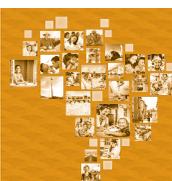
No que concerne à captação de recursos externos para financiamento de projetos do setor público, a maior demanda concentrou-se nos pleitos dos Estados e Municípios. A Comissão de Financiamentos Externos (Cofex) recomendou a preparação de 47 projetos, no total de US\$ 8,6 bilhões, sendo que, desse total, 40 projetos, com o montante de US\$ 8,4 bilhões, têm como mutuários Estados e Municípios, ampliando a participação dos entes subnacionais no total de recursos externos para o financiamento de projetos.

Em 2013, pretende-se aprimorar as ações que visem ao maior alinhamento dos projetos submetidos à Cofex às prioridades governamentais, além de buscar, em parceria com os organismos financeiros, posição proativa na preparação dos pleitos, contribuindo para a consolidação de melhores práticas no financiamento dos projetos. Serão realizadas ainda ações que visam reforçar a participação do Brasil como aportador de recursos aos organismos internacionais de forma compatível com as diretrizes orçamentárias, e introduzir novos meios para pagamento das contribuições aos organismos internacionais, em especial por meio da padronização em sistema eletrônico da documentação.

No âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-Americanas (Cosiplan), em 2012, o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional.

7. Produção e Disseminação de Dados

O calendário da disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010 encerrou-se em 2012 com a divulgação de informações sobre os temas Educação, Trabalho e Rendimento, Deficiência, Migração, Fecundidade, Famílias e Domicílios. Importante também mencionar o lançamento da publicação Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo, com informações inéditas sobre o pertencimento étnico, a língua falada pelos indígenas e ainda relativas às suas terras.





Em 2012, foram divulgados os resultados de duas pesquisas inéditas: i) a Pesquisa de Meios de Hospedagem – 2011, que forneceu um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos Municípios das capitais, nas regiões metropolitanas das capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride); e ii) a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas – 2010 (TIC-Empresa), que disponibilizou indicadores, pautados por recomendações internacionais.

Em 2013, serão divulgados os primeiros resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que tem o objetivo de produzir indicadores que permitem acompanhar o desempenho conjuntural dos serviços no País.

Durante o ano de 2012, teve prosseguimento a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) com a realização da coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) em todo o território nacional e com o planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde, com vistas à implantação em 2013. O SIPD é um marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares do País diante das demandas por informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira.

O planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA) teve continuidade em 2012 para responder às necessidades de aprimorar e disponibilizar novas informações, incluindo as condições de vida e pobreza nas áreas rurais. O Brasil tem liderança na discussão para a implementação na América Latina da Estratégia Global para Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias. O Plano de Ação da Estratégia Global contribui com informações para o combate à fome no mundo e para o diagnóstico de risco em segurança alimentar. Em 2013, terá prosseguimento o planejamento do SNPA, que aprimorará e disponibilizará novas informações em estatísticas agropecuárias.

No âmbito da área de geociências foi lançado: i) o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, com dados do Censo Agropecuário 2006 e das pesquisas populacionais, sociais, econômicas e ambientais, que oferece uma dimensão espacial, com o objetivo de retratar a realidade territorial do campo brasileiro; ii) os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2012; e iii) os Mapas Municipais Estatísticos do Censo Demográfico – 2010, representando o conjunto de setores censitários urbanos e rurais para cada Município, além dos limites municipais, distritais e de perímetros urbanos.

Em 2013 terão início as ações preparatórias para a Contagem da População 2015. Serão levantadas informações nos 5.565 Municípios, o que permitirá a atualização das estimativas populacionais para ajustá-las ao período intercensitário, fornecendo dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. As ações para atualizações do mapeamento e cadastro de endereços são expressivas, pois abrangem atividades de campo para revisão e atualização dos mais de 300 mil recortes do território nacional que representam os setores censitários. Serão também iniciadas as ações de planejamento do Censo Agropecuário 2015, que fornecerá informações sobre as características estruturais dos mais de cinco milhões estabelecimentos agropecuários do Brasil na maior desagregação geográfica possível; bem como será dada continuidade ao projeto de implantação da Série de Contas Nacionais – referência 2010, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas e à necessidade de incorporação de nova classificação de atividades e produtos e de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira.

No âmbito da área de geociências, terão destaque em 2013: i) divulgação do novo Plano Geodésico Brasileiro (PGB) para os próximos três anos; ii) conclusão da Base Cartográfica Contínua, totalmente integrada, na escala de 1:250.000 do território nacional; iii) divulgação dos estudos Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais – segundo volume – e Deslocamento da População; iv) disponibilização das informações geoespaciais sobre a hidroquímica, superficial e subterrânea, e hidrogeologia da região Nordeste; e v) disponibilização dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, bem como a elaboração de uma nova metodologia que norteará a publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Municipais.





Na esfera internacional, o Brasil exerceu em 2012 a Presidência *Pro-Tempore* da Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES), integrada pelos dirigentes dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Estados membros, cujo objetivo principal é elaborar um Plano Estratégico Estatístico do Mercosul que permita a adoção de um Sistema Estatístico Harmonizado no âmbito do bloco.

Foi criado o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que reúne distintos órgãos da administração pública para disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), visando aprofundar a inserção da dimensão territorial nas políticas públicas. E, houve o lançamento do novo visualizador da Infraestrutura – www.visualizador.inde.gov.br – contendo indicadores nacionais. Em 2012 foi oferecido treinamento para 30 órgãos em sua maioria em processo de adesão à Inde.

Durante o ano de 2012, destaca-se a criação da Plataforma Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de Pesquisa em Rede, propiciando apoio técnico e intercâmbio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com instituições congêneres, universidades e secretarias estaduais. A iniciativa selecionou 53 instituições, abrangendo 25 unidades da Federação com o apoio a 13 projetos e concessão de 149 bolsas. O Sistema de Apoio à Pesquisa contemplou cerca de 780 bolsistas em 274 projetos de pesquisa, realizando 123 chamadas públicas, apoiando, inclusive, a realização de 27 eventos técnico-científicos.

Outra atividade importante no cumprimento da missão de disseminação do conhecimento sob a perspectiva regional foi a realização, em 2012, das edições regionais das Conferências para o Desenvolvimento (Codes), promovidas em todas as unidades da Federação. Buscou-se, de um lado, o fortalecimento de um sistema nacional de planejamento para políticas públicas e, de outro, a aproximação com as realidades locais sobre potencialidades e desafios existentes nas várias porções do território nacional.

Neste biênio 2012-2013, a publicação Brasil em Desenvolvimento terá a “territorialidade” como tema transversal, aproveitando os microdados do Censo Demográfico e o Atlas do Desenvolvimento Humano, este realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Está em curso o planejamento estratégico do Ipea, cujos horizontes principais são 2014, ano de seu jubileu de ouro, e 2022, em consonância com o bicentenário da Independência brasileira. O balanço das contribuições do Ipea para as políticas públicas do Brasil nestes 50 anos norteará a edição 2013-2014 do Brasil em Desenvolvimento, bem como uma projeção de sua atuação para os próximos 10 anos. No âmbito externo, será relançado o projeto de Cátedras Latino-Americanas e Caribenhas, que criará uma rede de até 32 pesquisadores estrangeiros sobre os assuntos de interesse do Brasil no Continente.

8. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) vem, desde 2008, promovendo estudos e discussões e fomentando medidas com vistas à melhoria da governança regulatória, destacando-se temas como a profissionalização dos quadros das agências reguladoras, os processos de indicação e aprovação de seus dirigentes, a transparência e controle social, e a consolidação da autonomia regulatória inserida no contexto de implementação das políticas públicas.





O PRO-REG possui um conjunto de indicadores voltados para o acompanhamento tanto qualitativo quanto quantitativo da execução do Programa. Entre esses, destaca-se o Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA), criado para captar o desenvolvimento da qualidade regulatória das agências federais brasileiras. O IQRA concatena três dimensões de análise que são de relevância para os objetivos do Pro-Reg: coordenação institucional e monitoramento; autonomia e transparência; e mecanismos de consulta e prestação de contas, sendo que a soma dos atributos de cada uma das dimensões resulta em um índice normalizado que apresenta valores na faixa de 0 a 1. Em 2006, o IQRA foi estimado em 0,35, e esse valor é utilizado como linha de base do indicador. A meta estipulada, ao fim de 2011, era de um IQRA de 0,65. A última mensuração do IQRA, realizada no segundo semestre de 2012, com dados das dez agências reguladoras federais, apresentou o valor 0,68 para o indicador.

No âmbito das ações de capacitação, desde o início do Programa até dezembro de 2012 foram capacitadas 3538 pessoas, das quais 2.386 são de agências reguladoras federais, 534 de ministérios supervisores, 210 de agências reguladoras estaduais e municipais, 265 de entidades de defesa do consumidor e 143 de outras instituições.

O PRO-REG deu sequência no apoio aos projetos-piloto de Análise do Impacto Regulatório (AIR), atualmente conduzidos em sete agências reguladoras federais brasileiras: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em 2012, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), agência em nível estadual, iniciou a implantação de um projeto-piloto de AIR.

Em 2012 foram promovidas duas edições do curso avançado em metodologias de análise do impacto regulatório, para servidores selecionados, ministrados pela equipe de professores da *National School of Government* – UK. Ainda em 2012 foram realizados: i) curso sobre regulação e advocacia da concorrência, utilizando-se os parâmetros metodológicos da AIR para análise dos impactos concorrenciais; e ii) curso Regulação e Defesa do Consumidor, em sua sexta edição, para 60 participantes, cujo tema foi a “educação financeira”. Está prevista para o ano de 2013 a organização de outros três módulos do curso.

No intercâmbio com o *Better Regulation Executive* (BRE), do Reino Unido, com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil, foi dado prosseguimento aos projetos-piloto de AIR e iniciados dois novos projetos: i) avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, com a utilização da ferramenta de análise multicritério; e ii) Registros Eletrônicos em Saúde, com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, ações essas que deverão se estender em 2013.

A cooperação internacional foi ampliada com a realização, em novembro de 2012, de intercâmbio de informações com o *Office of Information and Regulatory Affairs* (Oira) dos Estados Unidos da América, em decorrência da agenda de trabalhos do V Diálogo de Parceria Econômica entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado daquele país, com início das tratativas sobre o processo de intercâmbio e cooperação, envolvendo todas as agências reguladoras federais.

O PRO-REG, em 2012, também promoveu a realização de dois seminários internacionais sobre experiências exitosas em regulação, que contou com a participação de especialistas brasileiros e de representantes dos países que fazem parte da Rede: Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru. Representantes do Brasil e do México estiveram presentes na Reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (Celac) para relatar os avanços obtidos sobre o desenvolvimento de uma Rede Latino-Americana de Melhora da Regulação e Competitividade e sugerir a efetivação da Rede como membro da Celac. Em 2013, será dada continuidade aos esforços de agregação e diálogo entre os países latino-americanos e caribenhos para que a Rede possa ser institucionalizada. Manteve-se, ainda, a colaboração com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mediante a participação nas reuniões do Comitê de Política Regulatória da instituição.





Em 2013 espera-se a continuidade do Programa no exercício das seguintes funções: i) promover a qualidade regulatória em toda a administração pública federal brasileira e liderar a disseminação desse objetivo nos demais níveis de Governo (estadual e municipal); ii) articular e acompanhar programas setoriais voltados à melhoria da qualidade da regulação e ao aperfeiçoamento da gestão em regulação; iii) promover a realização de programas de treinamento e capacitação sobre qualidade regulatória para instituições reguladoras e para outros atores relevantes do processo regulatório; e iv) consolidar e expandir a utilização da AIR como uma ferramenta de qualidade regulatória nas instituições reguladoras brasileiras, e supervisionar a sua implementação.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

A estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente exigem permanente monitoramento e supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o aperfeiçoamento da regulação prudencial.

Algumas ações levadas a efeito no ano de 2012 merecem maior destaque, quais sejam:

- Desenvolvimento de estudos preparatórios para o estabelecimento de um marco legal e regulatório de pagamentos móveis por meio *m-payments* e dos baseados em moeda eletrônica (*e-Money*), com significativo potencial de inclusão financeira dado o alcance da telefonia móvel em todos os segmentos da população. Entre outros aspectos, pretende-se disciplinar a participação de empresas não financeiras na prestação de serviços de pagamento, como cartões pré-pagos e telefonia móvel;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Informações de Crédito (SCR), por meio da redução de R\$ 5 mil para R\$ 1 mil do limite de identificação dos clientes com dívidas no sistema financeiro e inclusão de informações relativas à renda dos clientes pessoa física e ao faturamento e porte dos clientes pessoa jurídica. Essa ampliação da central de risco de crédito teve por objetivo aperfeiçoar os instrumentos da supervisão do SFN, bem como contribuir para o aprimoramento da análise de crédito e do processo de inclusão financeira dos cidadãos brasileiros;
- Adoção de providências para a implementação do Acordo de Basileia III, que propõe ajustes nos sistemas financeiros de todos os países, ampliando a quantidade e a qualidade do capital bancário e dos requerimentos específicos de liquidez. No Brasil, a regulamentação prudencial é mais rigorosa do que o atual padrão internacional, o que permitirá uma transição mais branda do SFN em direção ao novo padrão internacional. Nesse sentido, foi publicada em fevereiro de 2012 audiência pública (AP40) com a proposta brasileira para regulamentação do Acordo de Basileia III;
- Estabelecimento de requisitos e características mínimas para a criação do Fundo Garantidor de Crédito das Cooperativas (FGCoop), por meio de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que visa garantir os depositantes e realizar operações de assistência e de suporte financeiro com as cooperativas de crédito;
- Estabelecimento, por meio da Resolução CMN nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, de nova regra para acesso ao SFN, aperfeiçoando os requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras;
- Aprimoramento da gestão das Reservas Internacionais mediante melhoria contínua dos processos de trabalho resultando, desde outubro de 2012, na certificação ISO 9000;





- Avaliação da Regulação e Supervisão por organismos internacionais, conduzida pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, cuja conclusão confirma a excelência da regulação e supervisão do SFN, que apresenta elevados níveis de capital e de cobertura de inadimplência; e
- Elaboração de propostas de normativos, a serem publicados em 2013, dispondo sobre a política de responsabilidade socioambiental a ser desenvolvida pelas instituições financeiras.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Em 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, o qual confere mais atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

Em 2012 o Brasil participou do *Financial Stability Board* (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, bem como desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira, sendo um dos poucos países a dispor de três assentos no FSB.

Destacam-se ainda os trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco) em seus diversos Comitês, tendo o País coliderado o processo de transformação dos Comitês Técnico, Executivo e Consultor dos Mercados Emergentes, os quais se fundiram no que se denomina, atualmente, Conselho da Iosco.

Ainda no âmbito internacional destacam-se: i) o Memorando de Supervisão firmado com a *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador dos Estados Unidos da América, que estende a cobertura assegurada pelo Multilateral *Memorandum of Understanding* (MMoU) da Iosco; ii) o Acordo de Supervisão sobre agências classificadoras de risco celebrado com a *European Securities Markets Authority* (Esma); e iii) a participação em reuniões do *Council of Securities Regulators of the Americas* (Cosra), do *International Forum of Independent Audit Regulators* (Ifiar), do Grupo de Ação Financeira (Gafi), do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (Gafisud), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Ibero-americano de Mercados de Valores (IIMV).

A respeito das atividades de regulamentação do mercado em 2012, as principais referem-se às instruções CVM: i) nº 520 que regula o envio de informações trimestrais detalhadas sobre as operações de securitização efetuadas pelas companhias securitizadoras, permitindo a consolidação no *site* da CVM na Internet de panorama completo sobre a operação para os investidores e o mercado; ii) nº 521 sobre a atividade de classificação de risco de crédito (*rating*) no âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro; iii) nº 522 que altera a Instrução CVM nº 409/2004, proporcionando novo *status* na qualidade informacional divulgada aos investidores de fundos de investimento no Brasil; e iv) nº 523 que alterou a Instrução CVM nº 301/1999, dispondo sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa, referentes aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.

Foram ainda disponibilizados em audiência pública oito projetos de reforma normativa em 2012, com destaque para a alteração da Instrução CVM nº 356/2001, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).





Com relação às atividades de educação financeira e de investidores foram ofertados em 2012, por meio de ambiente virtual, quatro cursos, sendo três inteiramente novos – Investindo em Valores Mobiliários, Educação Financeira e Direitos e Deveres dos Acionistas Minoritários –, e o de matemática financeira, que já estava disponível no Portal do Investidor. No ano, os quatro cursos resultaram em 1.867 alunos inscritos.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

Os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta são operados por 120 sociedades seguradoras, 103 resseguradores, 19 sociedades de capitalização, 25 entidades abertas de previdência complementar e mais de 75 mil corretores de seguros.

Em 2012, foi consolidado o processo de abertura do mercado de resseguros, com incremento e maior concorrência no mercado local. Em dezembro de 2012 havia 13 resseguradores locais, 29 admitidos e 61 eventuais, além de 33 corretoras de resseguro. O crescimento expressivo do mercado local de resseguros propiciou desenvolvimento do mercado segurador nacional, disponibilização de produtos mais abrangentes e incremento da concorrência, com redução dos custos do seguro para o consumidor final.

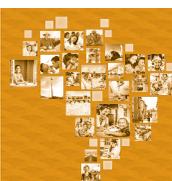
Entre janeiro e novembro de 2012, os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta faturaram R\$ 142 bilhões. Trata-se de aumento de 20% em relação ao mesmo período do exercício anterior, representando cerca de 3% do PIB, sem considerar os recursos captados pelos planos de saúde, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Previdência Complementar Fechada, regulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nesse período, as empresas constituíram reservas técnicas totais de aproximadamente R\$ 412 bilhões, que proporcionam expressiva contribuição para a construção da poupança nacional e para o desenvolvimento econômico.

Foram editados normativos com destaque para o estabelecimento de regras para o segmento de microsseguros, com a ampliação dos canais de contratação e a diminuição dos custos regulatórios, culminando na redução dos prêmios para valores acessíveis a novos consumidores. Foi também possibilitado aos Fundos de Investimento em Participações (FIP), cujos cotistas são Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), investir em empresas do mercado segurador.

Em 2012 concluiu-se o estudo para atualização de todas as normas referentes às regras de capital, reservas técnicas, teste de adequação de passivo e limites de retenção, com o duplo propósito de atender às boas práticas internacionais de supervisão, recomendadas pela *Internacional Association of Insurance Supervisors* (Iais), e propiciar o desenvolvimento dos mercados de seguro, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Foi instituído o Registro Eletrônico de Produtos (REP) que agilizará o processo de aprovação e possibilitará, ao consumidor de serviços de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização, a visualização dos planos comercializados pelas entidades supervisionadas no portal da Susep – www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-mercado/registro-eletronico-de-produtos.

Na área de eficiência da supervisão, dentre as principais ações realizadas em 2012 destacam-se: i) aumento de 47% no número de fiscalizações realizadas em relação a 2011; ii) estabelecimento de critérios objetivos e maior transparência do processo de escolha das empresas fiscalizadas, cuja relação passará a ser divulgada no portal da Susep; iii) fiscalização rigorosa de operações com indícios de lavagem de dinheiro; iv) atendimento ao consumidor, especialmente no segmento





de seguro garantia estendida; v) acompanhamento especial das seguradoras que atuam com seguro garantia, em razão das obras de infraestrutura em andamento no País; e vi) combate às empresas que atuam sem autorização ou que descumprem sistematicamente as normas do setor, causando prejuízo a milhares de consumidores, especialmente nos segmentos de seguro de automóvel, transporte e funeral.

Em 2012 foram identificadas e autuadas 300 empresas que agiam irregularmente, comercializando produtos e serviços com características de seguros. Foram fechadas mais de 20 empresas que atuavam de forma irregular e ajuizadas inúmeras ações com o propósito de responsabilizar seus sócios e coibir a proliferação dessa irregularidade.

Espera-se para 2013 a continuidade do processo de aperfeiçoamento dos produtos existentes, com uma linguagem mais clara e acessível ao consumidor, a criação de novos produtos que atendam às demandas atuais da população e o desenvolvimento do microsseguro no País. Estão sendo avaliadas, ainda, medidas que propiciem a redução de custos dos seguros de veículos usados e para os demais segmentos afetados pelo mercado irregular de seguros, bem como a regulação específica para os riscos do setor de petróleo e gás.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Em 29 de maio de 2012, entrou em vigor a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que promoveu a mais relevante transformação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) desde sua criação em 1994. A nova lei de defesa da concorrência alterou a forma de intervenção da administração pública em matéria antitruste e redesenhou as estruturas que atuam no SBDC, concentrando no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a análise e decisão dos processos administrativos e dos atos de concentração. À Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda caberá promover a advocacia da concorrência, por meio de políticas e regulamentos pró-competitivos junto, principalmente, a outros órgãos de Governo.

Com o advento dessa Lei, o Cade passou a ser composto por três órgãos: o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, a Superintendência-Geral e o Departamento de Estudos Econômicos. Em 2012, as principais ações realizadas foram destinadas a sua nova estruturação administrativa e organizacional com revisão do arcabouço normativo interno e desenvolvimento de novos sistemas de andamento processual, dentre outros.

Outra importante ação foi a implementação e o aperfeiçoamento do sistema de notificação prévia dos atos de concentração (fusão, aquisição, formação *joint-venture* etc.) a partir da edição da Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012. Como consequência dessas ações, reduziram-se os prazos de análise de atos de concentração e houve o fortalecimento da atuação no combate a condutas anticompetitivas.

Tiveram grande destaque no âmbito nacional e internacional em matéria de defesa da concorrência a realização da Conferência Anual da *International Competition Network* (ICN), a participação nas reuniões do Comitê de Concorrência e dos Grupos de Trabalho de Concorrência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a celebração do Memorando de Entendimentos com o Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual (Indecopi, Peru) e com o Ministério da Indústria e Comércio da República Popular da China (Saic).

Para 2013, espera-se a continuidade do fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e difusão da cultura da concorrência. Está prevista para 2013 a realização da programação do projeto Cade 50 Anos, que contempla, entre outras ações, a organização de ciclo de palestras sobre defesa da concorrência, o lançamento de livro comemorativo sobre a história da instituição e a evolução da política de defesa concorrencial, e a reativação do Programa de Intercâmbio do Cade (Princade).





f) Defesa do Consumidor

Dentre as ações de 2012, destacam-se aquelas voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor, a repressão às práticas infrativas, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias, e as ações de coordenação e integração do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), que congrega Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades civis de defesa do consumidor.

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor capacitou em 2012 2.026 integrantes do SNDC. Para a proteção da saúde e segurança do consumidor, foi editada nova portaria que regulamenta a comunicação de *recall* no Brasil (Portaria MJ nº 487, de 2012) e lançado o Sistema Nacional de Alertas Rápidos de *Recall*.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) está implantado em 25 Procons Estaduais e integra 274 cidades, compondo uma base de mais de 7,5 milhões de registros de atendimento a consumidores.

Para o ano de 2013 haverá ampliação do atendimento e orientação ao cidadão consumidor por meio do Programa Nacional Consumo, Cidadania e Desenvolvimento, bem como serão implantadas Câmaras Técnicas de Consumo e Turismo nos Estados que sediarão grandes eventos esportivos até 2014.

9. Política Fiscal

a) Arrecadação Tributária Federal

Em 2012 a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 992,1 bilhões, o que representa uma variação real acumulada de 0,27% quando comparada com o valor alcançado em 2011, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução na lucratividade de empresas que apuram o Imposto de Renda com base no Lucro Real; ii) recolhimentos extraordinários, nos meses de junho e julho de 2011, de R\$ 11,3 bilhões, relativos à consolidação/antecipação de receitas da Lei nº 11.941, de maio de 2009, e ao encerramento de questionamento na esfera judicial, relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); iii) desonerações tributárias, em especial da folha de pagamentos, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) combustível, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) sobre as operações de crédito das pessoas físicas e do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI); iv) queda de 2,53% na produção industrial, no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012; v) aumento nominal de 13,38% na massa salarial de dezembro de 2011 a novembro de 2012 em relação à igual período anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE); e vi) crescimento de 8,0% no volume de vendas de bens e serviços, no período de dezembro de 2011 a novembro de 2012.

As medidas de desoneração tributárias estabelecidas em 2012 de maior relevância são as seguintes: i) redução da alíquota do IOF sobre as operações de crédito da pessoa física; ii) redução a zero das alíquotas da Cide sobre a gasolina e o diesel; iii) redução da alíquota do IPI incidente sobre veículos, móveis e linha branca; iv) prorrogação da desoneração do IPI sobre Bens de Capital, Caminhões, Veículos Comerciais Leves e Materiais de Construção; e v) desoneração da Contribuição Previdenciária patronal para setores específicos.





b) Resultado Fiscal

O ano de 2012 se caracterizou pela deterioração do cenário econômico internacional, com grandes desafios fiscais para importantes economias europeias e lento poder de recuperação da economia americana. No ambiente doméstico, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam crescimento de 0,7% até o terceiro trimestre de 2012 frente ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, dados mais recentes de atividade sugerem o último trimestre de 2012 como de recuperação econômica.

A meta de superávit primário de R\$ 139,8 bilhões para o setor público consolidado não financeiro em 2012 foi, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 97,0 bilhões para o Governo Federal, compatível com a trajetória de queda do endividamento público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Encerrado o mês de novembro de 2012, o superávit acumulado no âmbito do setor público consolidado alcançou R\$ 82,7 bilhões, sendo R\$ 57,5 bilhões resultado do Governo Federal. No que concerne à trajetória da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), esta alcançou 35,0% do PIB em novembro de 2012, confirmando a trajetória descendente desde 2002.

De forma a contribuir para a retomada da atividade econômica doméstica, o Governo adotou uma série de medidas de desonerações tributárias e de aumento do montante de recursos para algumas programações de despesas. A implementação dessas medidas levou o Governo a utilizar a prerrogativa de abatimento de meta do superávit primário, conforme previsto no art. 3º da LDO-2012. No relatório de avaliação do 5º bimestre, foi prevista a utilização de R\$ 25,6 bilhões de abatimento das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), valor este inferior ao autorizado na LDO-2012 (R\$ 40,6 bilhões).

Em 2011, o Governo optou por aumentar em R\$ 10 bilhões a meta de superávit primário prevista na LDO-2011, dado que as condições econômicas eram favoráveis. Em 2012, optou-se pelo movimento de acomodação de um superávit primário menor, mas ainda em linha com as diretrizes da LDO-2012.

Esse resultado é plenamente compatível com a sustentabilidade intertemporal do endividamento do setor público. Em um ano em que as condições econômicas estão adversas, o Governo mantém-se orientado numa trajetória de política fiscal promotora da estabilidade econômica e do crescimento econômico sem pressões inflacionárias.

c) Administração da Dívida Pública

As metas traçadas para os indicadores da Dívida Pública Federal (DPF) no Plano Anual de Financiamento foram alcançadas em 2012. Destaca-se a elevação da participação das dívidas prefixada e remunerada por índice de preços, que já respondem, em conjunto, por mais de 73,9% da composição total da DPF, o que robustece a gradual e ininterrupta melhora do perfil da dívida pública. O prazo médio de vencimento da dívida chegou a quatro anos, apresentando avanços como maior valor desde 2002, início da série histórica.

Em 2013 espera-se manter a diretriz de substituir, gradualmente, os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços, buscando avançar no alongamento do prazo médio da DPF e na manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes.





d) Apoio aos Estados e Municípios

Em 2012, a arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) teve um crescimento de 4,41%, enquanto a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apresentou uma variação de -3,81%, quando comparados a 2011. Em razão disso, os repasses via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) apresentaram elevação de 3,11%, sendo que o FPM alcançou o montante de R\$ 54,7 bilhões em 2012 contra R\$ 53 bilhões em 2011 e o FPE teve repasses da ordem de R\$ 49,6 bilhões, em 2012, contra R\$ 48 bilhões no ano anterior. O fundo IPI-Exportação apontou -3,82%, passando de R\$ 3,5 bilhões, em 2011, para R\$ 3,4 bilhões, em 2012, no período janeiro a dezembro. Cabe destacar que a queda não foi significativa ao se levar em conta a redução de IPI concedida pelo Governo para o aquecimento da economia. A estimativa para 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária, aponta para uma elevação nominal de 11,1% nos repasses para o FPM; 11,5% para o FPE e 16,1% para o IPI-Exportação.

Por meio do Orçamento Geral da União, foi repassado aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para Compensação da Isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para Estados exportadores, o valor de R\$ 1,95 bilhão, de acordo com a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir).

Ainda em relação às exportações, também se destaca a edição da Medida Provisória nº 585, de 23 de outubro de 2012, com o propósito de fomentar as exportações, cujos recursos, no valor total de R\$ 1,95 bilhão, a título de auxílio financeiro, foram distribuídos aos Estados e Municípios no mês de novembro de acordo com coeficientes definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Outras medidas importantes de apoio foram: i) ampliação da linha de crédito, junto ao BNDES, para concessão de empréstimos em moeda aos Estados e ao Distrito Federal, com a finalidade de viabilizar investimentos previstos em orçamento; ii) ampliação do prazo para contratação das operações de crédito que forem incluídas nos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) para até 31 de dezembro de 2012; e iii) autorização concedida pelo Governo Federal para que 21 Estados ampliem seus limites de crédito fiscal, em R\$ 58,3 bilhões, no período de 2012-2014.

e) Dívida Ativa da União

O estoque da Dívida Ativa da União (DAU) administrado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) atingiu, em 2012, o valor aproximado de R\$ 1,146 trilhão, acréscimo de 14,8% em relação ao verificado no final do ano anterior. No acumulado do ano de 2012, a arrecadação da DAU atingiu aproximadamente R\$ 13,586 bilhões, já considerada a quantia de R\$ 2,19 bilhões a título de depósitos judiciais registrados no sistema Sida, que controla os créditos não tributários e tributários não previdenciários. O referido montante arrecadado com os depósitos judiciais representou crescimento de aproximadamente 30,25% em relação ao total registrado a mesmo título, no ano de 2011.

Sob o enfoque do desempenho da atuação exclusiva em face dos grandes devedores, conforme dados obtidos até o mês de dezembro de 2012, os números representativos do estoque de créditos inscritos em DAU eram de R\$ 745,4 bilhões, que correspondem a 65% do total do estoque de créditos cobrados pela PGFN.

Em 2012, houve a continuidade da implementação de ações para a redução do tempo para inscrição em Dívida Ativa, o aprimoramento da cobrança alternativa, a melhoria do controle das garantias e a depuração da dívida ativa. A Fazenda Nacional também deixou de contestar e/ou recorrer de posicionamentos contrários à jurisprudência consolidada dos





tribunais superiores, fato que contribuiu significativamente para a redução da litigiosidade no Poder Judiciário e para a maior celeridade processual. As ações e os resultados obtidos em 2012 foram positivos, cabendo realçar que ainda há margem para o crescimento dos valores relativos à recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, assim como para o incremento das garantias de satisfação desses créditos para o exercício de 2013.

f) Programa Nacional de Educação Fiscal

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) representa união de forças entre Estados, Municípios e diversas instituições federais com o intuito de conscientizar a sociedade a respeito da importância social dos tributos e da correta aplicação dos recursos públicos, incentivando maior participação do cidadão e fortalecendo os instrumentos de controle social. Em 2012, foram capacitados 17.174 disseminadores nos Estados, por intermédio do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, na modalidade de educação a distância, contribuindo para a promoção da cidadania fiscal.

10. Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção da Corrupção

Na 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a Corrupção (Mesicic), realizada em Washington/EUA, no período de 10 a 14 de setembro de 2012, foram analisadas a estrutura, a atuação e os resultados de cinco dos principais órgãos brasileiros responsáveis pela prevenção, detecção, punição e erradicação de práticas de corrupção: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Ministério Público Federal (MPF) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre os aspectos destacados pela OEA está a atuação preventiva – sobretudo pela ampliação da transparência e também a ação repressiva –, com o aumento do número de sanções administrativas aplicadas tanto a funcionários quanto a empresas privadas. Tiveram também destaque a aprovação da Lei de Acesso à Informação e o crescimento do número de investigações e punições de atos de corrupção.

Em 2012, foram realizadas mais duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética). Essas empresas adotam um conjunto de medidas de integridade e ética, contribuindo para a conscientização de gestores de empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção. Atualmente, compõem o Cadastro mais de 14 empresas, com organizações de grande porte, tanto do setor público quanto do setor privado, cuja lista se encontra disponível na Internet em www.cgu.gov.br/empresaproetica/cadastro-pro-etica/lista-empresas.asp.

O Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infantojuvenil, com destaque para: i) modernização do Portalzinho da Criança Cidadã; ii) concursos culturais com parceiros nos Estados e Municípios; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, no Distrito Federal e nos Estados; e iv) projeto “Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania”, em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa. Ao término de 2012, tais ações já haviam atingido mais de 1,5 milhão de alunos e 50 mil professores de oito mil escolas de todo o Brasil.

Em 2012, foram capacitados 1.220 servidores federais em Direito Disciplinar e mais de sete mil em assuntos relacionados, como transferências voluntárias, prestação de contas e aprimoramento dos programas de governo. Foram ainda capacitadas, por meio da educação à distância, 4.265 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção.





No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública são realizadas ações de capacitação, presencial e a distância, para agentes públicos municipais, e distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. Em 2012, 162 Municípios foram contemplados e 1.881 servidores públicos capacitados pelo Programa. Após as eleições municipais, houve a realização de ações de orientação aos gestores públicos em fim de mandato, com vistas a contribuir para o processo de transição governamental nos Municípios.

O Observatório da Despesa Pública (ODP) deu continuidade aos projetos de monitoramento das licitações públicas e dos gastos com cartões de pagamento, diárias, passagens e terceirização. Durante o ano de 2012, foram gerados mais de 45 mil alertas de transações que se enquadram em alguma das mais de 40 tipologias de ilícito mapeadas. Iniciaram-se estudos específicos sobre os gastos diretos do Governo e sobre as aquisições realizadas mediante o Sistema de Registro de Preços. Encontra-se em curso um mapeamento de situações que indicam conflito de interesses envolvendo servidores ligados a empresas contratadas pelo Governo.

Em 2013, pretende-se obter, junto ao Congresso Nacional, a aprovação do Projeto de Lei nº 7.528, de 2006, ora em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, e do Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Ambas as proposições constituem medidas de extrema importância para a prevenção e combate à corrupção na administração pública federal.

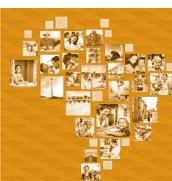
b) Controle Interno

As atividades de controle interno ao longo de 2012 foram intensificadas e implementadas sobre quatro linhas de atuação: i) avaliação da execução de programas de Governo; ii) avaliação da gestão dos administradores; iii) ações investigativas; e iv) orientação preventiva aos gestores públicos.

Os órgãos de controle interno realizaram, no âmbito da avaliação da execução de programas de Governo, em 2012, cerca de 4,3 mil ações de controle em todo o território nacional, com o objetivo de verificar a execução de mais de 100 programas/ações, tanto junto às autoridades responsáveis pela gestão dos recursos em nível local quanto junto aos beneficiários.

Por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, foi dada continuidade à sistemática de fiscalização dos recursos federais descentralizados aos Municípios, especialmente nos programas da área social. No ano de 2012, foram realizados dois eventos de sorteio, para fiscalização de 84 Municípios, envolvendo um montante estimado de recursos na ordem de R\$ 1,36 bilhão.

Dentre os resultados da atividade de avaliação da execução de programas de Governo, destacam-se: i) exclusão de 664 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, como resultado do processo de revisão dos dados cadastrais do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o que permitiu a inclusão de quantitativo igual de novas famílias sem aporte financeiro adicional; ii) destinação de 3% dos recursos transferidos aos Municípios pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para financiamento das atividades realizadas pelas instâncias de controle social; iii) proposta de alteração do atual Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); iv) elaboração de projeto padrão para confecção de projeto básico e modelos de edital e contrato no âmbito da ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para aplicação nas instituições que participarão da Fase III do Projeto de Expansão 2011-2014; e v) distribuição de cadernos que orientam de forma abrangente a execução do Programa





de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), dotando os Municípios de informações essenciais para o bom desempenho das ações socioeducativas.

Na avaliação da gestão dos administradores, foram realizadas auditorias anuais de contas em 550 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como aproximadamente duas mil auditorias e/ou fiscalizações de acompanhamento com foco na análise preventiva de editais, no acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno e na regularidade das transferências voluntárias e das licitações. Entre os efeitos positivos sobre a gestão pública, resultantes dessa atividade destacam-se: i) o impedimento ao superfaturamento de aproximadamente R\$ 2,5 milhões em licitação conduzida pela Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL; ii) publicação da Resolução nº 2.386, de 16 de fevereiro de 2012, da Agência Nacional de Transportes Aquáticos (Antaq), que elimina o risco de prorrogações de contratos de arrendamento de exploração dos portos organizados e das instalações portuárias além dos prazos neles estabelecidos; iii) providências no âmbito do Hospital Federal dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, decorrentes de renegociação de preços de serviços de apoio administrativo, evitando prejuízo no valor de R\$ 2,46 milhões, bem como a não homologação de pregão, que evitou superfaturamento no montante de R\$ 1,15 milhão; e iv) publicação da Portaria nº 248, de 11 de junho de 2012, do Ministério do Turismo, que estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos celebrados.

Ainda na linha de avaliação da gestão dos administradores foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, mais de mil processos de Tomada de Contas Especiais, representando um retorno potencial ao erário da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

No âmbito das ações investigativas, destacam-se: i) realização de auditoria especial em seis hospitais federais localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, perfazendo um valor aproximado R\$ 887 milhões fiscalizados, com identificação de prejuízo potencial na ordem de R\$ 96 milhões; ii) auditoria especial no Banco do Nordeste do Brasil, que demonstrou a existência de esquema de captação fraudulenta de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); iii) auditoria especial na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em que foram constatadas irregularidades, com prejuízo potencial de R\$ 12 milhões; e iv) investigação de aproximadamente 680 denúncias de cidadãos ou da imprensa e representações do Ministério Público, Polícia Federal, parlamentares e outras autoridades, em que foram fiscalizados mais de 280 Municípios.

A partir da parceria estabelecida entre instituições de defesa do Estado, como o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério Público da União (MPU), em 2012 foram realizados 22 trabalhos de operações especiais, que permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao erário: Ordem dos Pegadores/PA, Alien/MA, Amalteia/PB, Serra Talhada/PE, Boca de Lobo/BA, Operação em Clínicas Radiológicas/RO, Decoada/MS, Desvelação/TO, Gabarito/PB, Gaia/MS, Gaia II/MS, Insônia/AM, Lee Oswald/ES, Liceu – IFPA/PA, LogOff/PB, Nosferatu/PI, Pão e Circo/PB, Pão e Circo II/PB, Resgate/PE, Saneamento/TO, Boca de Lobo – Tucumã/PA e Gol de Mão/SP.

A Orientação Preventiva aos Gestores Públicos, no exercício de 2012, ocorreu por meio da oferta contínua de orientações e capacitações, com ênfase no fortalecimento do controle preventivo, na valorização das iniciativas de interação com os gestores públicos federais e na promoção da melhoria da gestão de recursos públicos.

c) Ações de Correição

Em 2012, o Governo aprimorou os mecanismos de responsabilização administrativa maximizando o uso dos instrumentos legais disponíveis para sancionar condutas ilícitas ou irregulares prejudiciais ao erário ou aos princípios que regem a administração pública, contribuindo para o combate à impunidade, independentemente das vias judiciais.





A responsabilização administrativa de agentes públicos do regime estatutário foi consolidada, em 2012, por meio da aplicação de 531 apenações expulivas, sendo 443 demissões, 48 cassações de aposentadoria e 40 destituições de cargo em comissão.

No tocante à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, objetivando punir os entes que cometem fraudes de grande repercussão em procedimentos licitatórios, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF) já propôs a declaração de inidoneidade a 18 empresas, desde a sua instituição em dezembro de 2007. Ainda em relação à responsabilização, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis), disponível na Internet em www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam, registrou 5.790 penalidades a empresas, até o mês de dezembro.

O fortalecimento do sistema de correição em 2012 ocorreu pela criação de novas unidades seccionais de Corregedorias, dentre elas a Corregedoria Seccional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Com vistas a apurar irregularidades cometidas por agentes públicos, no ano de 2012, foram instaurados e conduzidos 56 procedimentos administrativos disciplinares. Ainda, foram realizadas 36 inspeções correcionais e instaurados 1.037 processos de acompanhamento de procedimentos disciplinares. Implementou-se, em 2012, o sistema de Teleaudiências, que permite a realização de oitivas à distância, sem necessidade de deslocamento das comissões disciplinares.

d) Ouvidoria

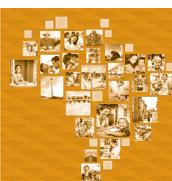
Na busca pela integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal foi instituída em 2012 a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) cujas diretrizes estão orientadas pelos princípios da participação e da cooperação. A execução da Profoco ocorrerá, em sua fase inicial, com a oferta de cursos de instituições parceiras e terá como principal colaboradora a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

No contexto de apoiar a permanente interlocução entre o Estado e os servidores públicos, a Ouvidoria do Servidor ampliou em 60% a rede de ouvidores na administração pública federal e, em 2012, passou a participar de projeto piloto coordenado pela Ouvidoria-Geral da União (OGU), que visa ao fortalecimento das ouvidorias do Poder Executivo Federal.

Ainda, em 2012, foi lançada a Casoteca de Ouvidorias Públicas que expõe estudos de caso com o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da administração pública federal, além de valorizar a experiência das ouvidorias no tratamento de reclamações, denúncias, informações, elogios e sugestões encaminhados pelos cidadãos – www.cgu.gov.br/Ouvidoria/Casoteca.

Cabe ressaltar, também, a disponibilização do tri dígito de utilidade pública 162 para acesso pelo cidadão aos serviços de ouvidoria pública, em especial às ouvidorias de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sob o aspecto da prevenção contra a inadequada prestação de serviço público, a OGU recebeu e processou, em 2012, 7.558 demandas provenientes de pessoas naturais e jurídicas, sendo: i) 5.869 (78%) classificadas como denúncias; ii) 1.112 (15%) como manifestações de ouvidoria englobando reclamações, elogios e sugestões; e iii) 558 (7%) revisões de respostas a pedidos de acesso à informação amparados pela Lei de Acesso à Informação, e 19 respostas produzidas a pedidos de informação direcionados à Ouvidoria-Geral.





e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na qualidade de Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil, tem sido internacionalmente reconhecido por suas iniciativas concretas que subsidiam a atuação de autoridades competentes na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Em 2012, foram produzidos mais de dois mil relatórios de inteligência financeira, que relacionaram cerca de 31 mil pessoas físicas ou jurídicas e consolidaram aproximadamente 54 mil comunicações de operações financeiras.

Como insumo para elaboração dos relatórios, foram utilizados mais de sete milhões de comunicações de operações financeiras reunidas em banco de dados. Desse total, mais de 1,5 milhão foram novas comunicações recebidas em 2012, as quais são provenientes dos setores econômicos obrigados a comunicar, nos termos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Para 2013, um dos desafios será produzir inteligência financeira de modo mais eficiente e eficaz sob a égide de um novo marco regulatório, a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Ao modernizar a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, a nova lei ampliou significativamente o rol de setores econômicos que devem participar do esforço de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como fez crescer o conjunto de obrigações a que tais setores estão sujeitos. Em função desse novo arcabouço legal, em 2013, serão editadas novas resoluções para os setores econômicos regulados contribuindo para maior efetividade na aplicação da lei.

Em 2012, a atuação do Coaf, juntamente com o Ministério Público, possibilitou o bloqueio judicial de R\$ 65 milhões, provenientes de atividades ilegais, e a aplicação de penalidades a várias empresas e a seus administradores, tendo como resultado R\$ 453,2 mil em multas.

No âmbito internacional, o Coaf empenhou-se, em 2012, na defesa do primeiro relatório de seguimento do Brasil no processo de avaliação mútua conduzido, em 2010, pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), organização intergovernamental, criada em 1989 por iniciativa do G7. O Gafi é o principal órgão no sistema internacional antilavagem de dinheiro e congrega atualmente 34 países membros, além de diversas organizações internacionais observadoras. Nesse contexto, o Coaf apresentou, perante o Gafi, a relação de ações realizadas e de avanços alcançados pelo País na correção de deficiências identificadas no sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Ao longo de 2013 serão desenvolvidas ações que promovam, de forma coordenada com outros órgãos governamentais, a discussão de projetos legislativos que tratam da tipificação criminal do financiamento do terrorismo. Com isso, visa-se promover avanços substanciais na adesão do Brasil às recomendações internacionais sobre o tema.

Destaca-se ainda o trabalho realizado no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla); e a capacitação em 2012 de 1.738 agentes públicos, entre membros das polícias federal e civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário, em 13 Estados. Também foi intensificada a implantação de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e a Corrupção (LAB-LD), consolidando a existência de 26 unidades em 2012, bem como foram firmados nove novos acordos para a instalação de LAB-LD nos Estados de fronteira das regiões Norte e Centro-Oeste, e junto à Receita Federal do Brasil. Ainda no âmbito da Enccla, serão analisadas e acompanhadas, visando a aprovação pelo Congresso, propostas legislativas sobre regulamentação do *lobby*, conflito de interesses, responsabilização de empresas por atos de corrupção, criminalização do enriquecimento ilícito, ratificação da Convenção da OIT sobre o trabalhador migrante, e organizações criminosas.





11. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Dentre as principais ações realizadas no exercício de 2012, relativas à defesa judicial de políticas públicas e de interesse da União no âmbito do Supremo Tribunal Federal, destacam-se: i) ADI nº 4.638 relativa à extensão dos poderes disciplinares da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), regulamentados pela Resolução nº 135/2011 daquele órgão; ii) ADC nº 19 ajuizada pelo Presidente da República para obter a confirmação da constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha; iii) ADI nº 4.578 e ADC nºs 29 e 30 que debatiam a constitucionalidade de diversos dispositivos da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa); iv) ADI nº 2.937 ajuizada contra a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto do Torcedor), comprovando o exercício da competência legislativa conferida à União pelo artigo 24, IX, da Constituição Federal de 1988; v) MS nº 28.279 no qual se reafirmou a legalidade de atos do CNJ no sentido de ser exigível o concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro; vi) ACO nºs 1.960, 1.928, 1.972 e outras que debatem a legalidade de cadastros que registram dados relativos ao cumprimento, pelos Estados federados, das exigências constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal; vii) RE nº 59.7285 e ADPF nº 186 que tratam da constitucionalidade de sistemas de cotas instituídos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade de Brasília (UnB); viii) ACO nº 312 ajuizada para buscar a nulidade de todos os títulos de propriedade rural, expedidos pelo Governo do Estado da Bahia, cujas respectivas glebas estejam localizadas na área da reserva indígena Caramuru-Catarina Paraguassu; ix) ADI nº 3.330 que discute a constitucionalidade da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, a qual instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni); x) RCL nºs 1.433, 12.575 e 12.878 ajuizadas com o objetivo de cassar decisões da Justiça do Trabalho que condenaram a União a pagar créditos trabalhistas de empregados terceirizados; xi) RCL nº 14.404 que garantiu a continuidade das obras da UHE Belo Monte; e xii) RCL nº 13.882/DF que assegurou a manutenção da política de medicamentos genéricos a cargo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A atuação também ocorreu em outras esferas do Poder Judiciário, de forma a viabilizar as políticas públicas relacionadas às ações governamentais, em especial o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Copa do Mundo FIFA 2014, além das seguintes atividades: i) manutenção de 70% do efetivo da Anvisa durante a greve dos servidores, para assegurar os serviços essenciais à população (STJ: MC 19.748); ii) ação demolitória proposta pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), viabilizando as obras da Ferrovia Transnordestina (0001397-34.2011.4.05.8310 - JF/PE); iii) viabilização da construção das usinas hidrelétricas no Rio Xingu e de Teles Pires, em Mato Grosso; iv) atuação que assegurou o leilão de concessão e/ou desapropriação para expansão dos aeroportos de Porto Alegre/RS, Guarulhos/SP, Campinas/SP e Brasília/DF e permitiu a retomada do porto de Manaus/AM pela União; v) manutenção no STJ do entendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à impossibilidade de acumulação de auxílio-acidente e aposentadoria após a MPV 1.596-14/1997 (STJ: REsp 1.296.673/MG); vi) ajuizamento de 21 ações civis públicas contra grandes desmatadores da Amazônia, com a cobrança de mais de R\$ 180 milhões, em parceria com o G-Amazônia; vii) assessoramento no leilão promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para ofertar exploração de serviço de telefonia móvel 4G; viii) ação relacionada ao reenquadramento funcional de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), garantindo economia de R\$ 480 milhões (Edarai 298303120094010000); ix) ação de âmbito nacional, durante processo eleitoral, visando à proteção do nome e da imagem das autarquias e fundações públicas federais, com representação contra 231 candidatos para a retirada do nome do órgão público do respectivo “nome de urna”; x) manutenção das regras do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), para o processo seletivo do programa que concede bolsas em universidades; xi) garantia da





efetividade da Lei de Acesso à Informação, com vitórias judiciais que permitiram divulgação dos salários dos servidores de forma individualizada no âmbito dos três Poderes da União; xii) recolhimento de mais de R\$ 2 milhões aos cofres públicos referentes a multas aplicadas, pelos auditores fiscais do trabalho, às empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista; e xiii) solução das ações desapropriatórias com vistas a viabilizar as obras de transposição do rio São Francisco, com êxito em 82% desses processos.

Em 2012, no âmbito das autarquias e fundações públicas federais foi gerada economia para a União de R\$ 5,04 bilhões em vitórias judiciais, R\$ 282,2 milhões na celebração de 83.965 acordos, gerando uma economia total para a União da ordem de R\$ 5,32 bilhões. Ainda quanto à redução da litigiosidade, a AGU desistiu de 1.281 recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na esfera da administração direta, foi economizado o total de R\$ 3,35 bilhões, sendo R\$ 2,85 de ações contra a União, julgadas improcedentes, e R\$ 513 milhões de descontos conseguidos em acordos judiciais em que a União era ré.

Na atividade de cobrança e recuperação dos créditos públicos, destacam-se as seguintes medidas: i) no âmbito das autarquias e fundações com a centralização da cobrança da dívida ativa houve a inscrição de 54.607 créditos, no valor de R\$ 1,88 bilhão, e ajuizamento de 37.932 execuções fiscais no valor de R\$ 1,79 bilhão; ii) arrecadação de R\$ 2,0 bilhões em contribuições sociais cobradas na Justiça do Trabalho; iii) centralização da inscrição em dívida e execução de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), totalizando R\$ 147,4 milhões; iv) ajuizamento de 390 ações regressivas acidentárias, representando o montante de R\$ 16,7 milhões; de 226 ações no Dia Nacional de Combate ao Acidente de Trabalho, cobrando R\$ 60,4 milhões; de 43 ações de improbidade administrativa para ressarcimento de R\$ 15,5 milhões; e de 1.176 ações de ressarcimento aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com potencial de recuperação de R\$ 64,5 milhões; v) encaminhamento a protesto de 7.927 créditos, com pagamento de R\$ 9,5 milhões; vi) incidência de imposto de renda da pessoa física sobre os juros de mora, exceto quando a verba principal não está sujeita à incidência do tributo ou quando os juros são recebidos na rescisão do contrato de trabalho por haver norma expressa de isenção; vii) possibilidade de apresentação de documentos novos na execução de sentença que reconhece o direito ao crédito-prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo necessário que tais documentos demonstrem efetivamente a ocorrência da exportação, bem como o ingresso de divisas no País, garantindo-se o contraditório; viii) impossibilidade de abatimento de créditos de Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) apurados pelo regime da não cumulatividade da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); ix) manutenção dos efeitos da medida cautelar fiscal e do arrolamento após a adesão do contribuinte a regime de parcelamento de créditos tributários; x) possibilidade de incidência do Imposto de Renda da pessoa jurídica e da CSLL sobre a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) decorrente de depósitos judiciais; xi) incidência de contribuição previdenciária sobre o auxílio-alimentação pago em pecúnia; xii) necessidade de que o aproveitamento do crédito-prêmio do IPI observe a sequência legal do Decreto nº 64.833, de 9 de janeiro de 1.969, iniciando-se pela compensação na escrita fiscal unicamente com o IPI e, em última hipótese, por meio de recebimento em espécie, o que se daria por meio de precatório; e xiii) inclusão do valor relativo ao crédito-prêmio do IPI na base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica.

No tocante à atividade consultiva, apontam-se as participações na elaboração e análise das seguintes medidas: i) apreciação das questões jurídicas relacionadas à Comissão da Verdade, criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011; ii) parecer que trata de créditos de carbono capturados em terras indígenas; iii) assessoramento jurídico junto ao Comitê Organizador da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); iv) coordenação do Grupo de Trabalho que tratou da uniformização de entendimento, em tese, da aplicação dos critérios para concessão,





renovação e cancelamento da certificação das entidades beneficentes de assistência social; v) manifestação em projetos de lei sobre crimes cometidos por organizações criminosas e no regulamento da Lei de Acesso à Informação; e vi) edição de Parecer que analisa a suspensão de Estado-membro por descumprimento de compromisso democrático e a adesão de novo Estado ao Mercosul.

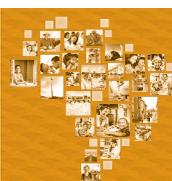
Além de efetuar a defesa judicial e extrajudicial da União, a AGU contribui para a redução da litigiosidade com a edição de súmulas em casos de jurisprudência iterativa, nos termos da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1.993, tendo editado cinco enunciados: i) nº 65, de 5 de julho; ii) nº 64, de 14 de maio; iii) nº 63, de 14 de maio; iv) nº 62, de 26 de abril; e v) nº 61, de 30 de março. Registra-se ainda que foi instituído, em agosto de 2012, o Programa de Redução de Litígios, tendo tido como resultado a desistência de 1.486 recursos no âmbito do STJ.

Medidas foram adotadas para o aumento da transparência e de combate à corrupção, entre as quais: i) obtenção da maior recuperação de créditos da história no combate à corrupção no País, com celebração de acordo judicial para o recolhimento aos cofres da União de parcelas que totalizam cerca de R\$ 468 milhões, cujo valor é o resultado do cálculo da quantia desviada da construção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, acordo este garantido pela penhora de 1.224 imóveis de propriedade do devedor; ii) repatriação de US\$ 6,8 milhões da conta bancária na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos; iii) procedimentos disciplinares internos, tendo sido instaurados 351 processos administrativos disciplinares, resultando na suspensão de 46 e demissão de 22 integrantes das carreiras de advogados da União, assistentes jurídicos, procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional; e iv) valores depositados no Tesouro Nacional, com a recuperação e ingresso no caixa, de R\$ 115,5 milhões, resultado de ações de combate à corrupção.

As atividades inerentes à competência da AGU são desenvolvidas por um quadro funcional de cerca de dez mil servidores, sendo dois mil do quadro administrativo e oito mil nas carreiras de procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do Banco Central do Brasil, advogados da União e assistentes jurídicos, além de consultores jurídicos junto aos Ministérios. Dentre as medidas inerentes à gestão de pessoas e de capacitação funcional destacam-se: i) envio ao Congresso Nacional de projeto de lei complementar que altera a Lei Orgânica da Advocacia-Geral; ii) criação de 560 cargos de advogados da União pela Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012; iii) realização de cerca de 4,2 mil atividades de capacitação dos servidores; iv) abertura do concurso para ingresso nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional; v) ampliação das atividades da Escola da AGU com celebração de parcerias internacionais com a Universidade de Roma “Torvergata”, com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Lisboa, Portugal, e com a Embaixada da França; e vi) estabelecimento de parceria entre a Escola da AGU e a UnB para realização de Pós-Graduação, além de outros órgãos públicos federais visando à formação e especialização dos recursos humanos.

Em 2013 será implementado plano de ação abordando os seguintes aspectos:

- Celeridade processual e redução da litigiosidade – adoção de jurisprudência pacificada nos Tribunais Superiores (STF e STJ) para expedir orientações normativas e súmulas, como instrumentos promotores de conciliação, extinção de processos, não interposição de recursos e de celebração de acordos;
- Aprimoramento das ações finalísticas – aprimorar as atividades de defesa e representação judicial e extrajudicial da União, inclusive com a participação presencial de advogados nas sessões de julgamento dos Tribunais, e aperfeiçoamento na interação das áreas de consultoria e contencioso;





- Arrecadação dos créditos da União – ampliar os programas e medidas de cobrança da dívida ativa da União; dar continuidade à centralização da cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações, incluindo os resultantes de acórdãos do TCU, e ao projeto de concessão de parcelamentos de débitos;
- Modernização e capacitação – dar continuidade às medidas de modernização e aumento da eficiência da máquina pública, modernização de instalações, capacitação dos servidores e expansão do quadro de pessoal mediante conclusão do concurso público de ingresso e nomeação dos aprovados nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional; e
- Transparência e acesso à informação – aperfeiçoar os instrumentos para o aumento da transparência da gestão e das atividades finalísticas; melhoria da eficiência para o acesso do cidadão às informações; e aprimoramento dos instrumentos de comunicação com o público externo.



ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS
ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)**



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Nossa missão:

**Fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade,
para uma atuação responsável e socialmente efetiva.**

PRESIDENTE

Roberto Monteiro Gurgel Santos

CORREGEDOR-NACIONAL

Jeferson Luiz Pereira Coelho

CONSELHEIROS

(Composição: Biênio 2011/2013)

Adilson Gurgel de Castro

Alessandro Tramujas Assad

Almino Afonso Fernandes

Claudia Maria de Freitas Chagas

Fabiano Augusto Martins da Silveira

Jarbas Soares Júnior

Jeferson Luiz Pereira Coelho

José Lázaro Alfredo Guimarães

Luiz Moreira Gomes Júnior

Maria Ester Henriques Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Taís Schilling Ferraz

Tito Souza do Amaral

SECRETÁRIO-GERAL

José Adércio Leite Sampaio

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA

Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe, também, o exercício do controle da atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal. Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo.

A estrutura organizacional do CNMP está orientada para o efetivo cumprimento da fiscalização e orientação do exercício administrativo e financeiro do Ministério Público no Brasil, além de promover a integração e o desenvolvimento da instituição.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu art. 130-A, §2º, inciso V, dispõe competir ao CNMP *“elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI”* que, por sua vez, dispõe sobre a competência do Presidente da República para remeter mensagem de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

Este relatório anual apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2012, com desdobramentos a serem expandidos no horizonte definido pelo seu Planejamento Estratégico (2010-2015), e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, quanto aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio dos dados e informações disponibilizados neste relatório, é possível que o cidadão acompanhe e fiscalize a atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.



O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

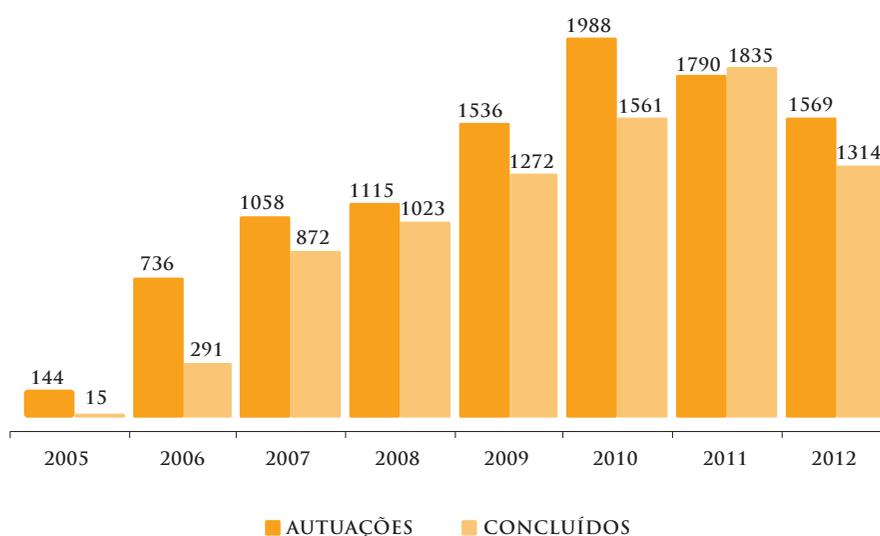
1. Movimentação Processual – Visão Geral

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é um colegiado que analisa e julga processos relativos à atuação funcional e administrativa do Ministério Público brasileiro.

Para melhor entendimento das análises que serão apresentadas neste relatório, destaca-se que são considerados processos concluídos aqueles que foram decididos por Decisão Monocrática ou Julgados em Sessão Plenária e que já estejam transitados em julgado, ou seja, são todos os processos com a situação atual de “Arquivado”. Por conseguinte, são considerados “processos em andamento” todos aqueles que não transitaram em julgado.

No gráfico 1, observa-se, desde a instalação do Conselho até 2010, uma tendência de crescimento no volume de processos autuados e concluídos ano a ano. Em 2011, observa-se, pela primeira vez, uma queda no número de autuações. Naquele ano, também pela primeira vez, o número de processos concluídos foi superior ao de autuações, permitindo uma redução no estoque de processos em andamento. Em 2012, verifica-se a manutenção da tendência de queda, com uma diminuição de 12,3% no volume de autuações em relação ao ano de 2011. O volume de processos concluídos também apresentou redução em relação ao ano de 2011. Entretanto, como o volume de processos concluídos foi inferior ao volume de processos autuados em 2012, houve um novo crescimento do passivo processual (processos em andamento). Espera-se a retomada da tendência de queda em 2013, com a introdução do sistema Sessão Eletrônica (iniciada no final de 2012), que permite a automação no julgamento dos processos e, mais adiante, com a implantação do processo eletrônico em toda a área finalística do Conselho.

Gráfico 1 – Evolução anual dos processos autuados e concluídos no CNMP, 2005-2012

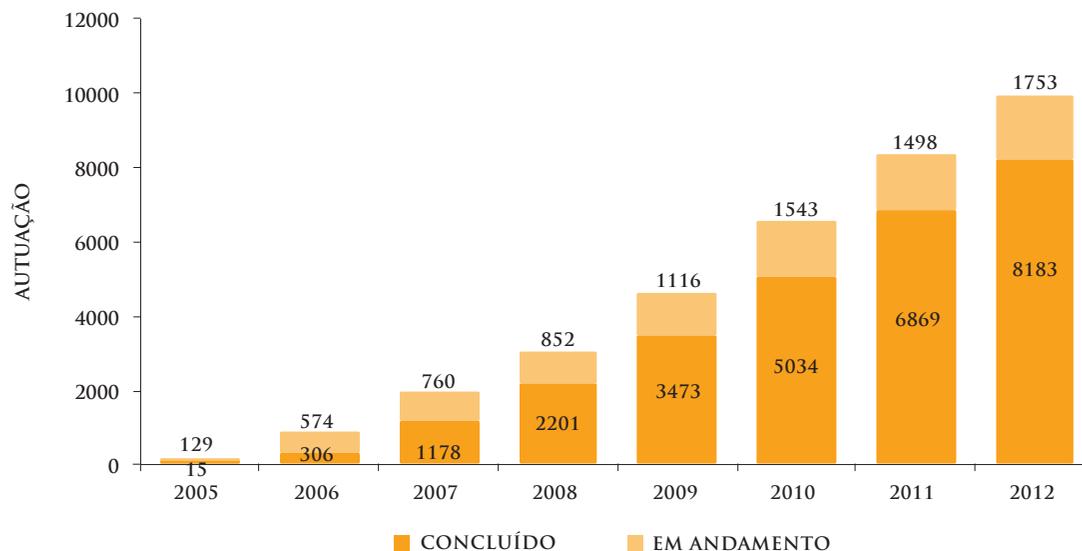


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.

O gráfico 2 mostra o volume acumulado de processos autuados, concluídos e em andamento desde a criação do CNMP.

Gráfico 2 – Evolução acumulada dos processos autuados, concluídos e em andamento no CNMP, 2005-2012

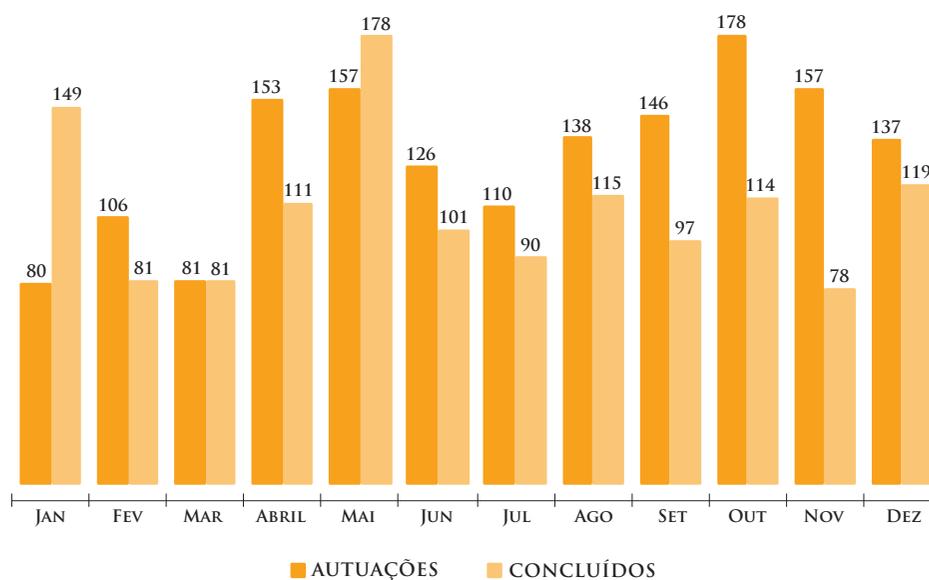


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.

No gráfico 3, para facilitar uma melhor visão da dinâmica dos processos no Conselho no período, apresenta-se o volume de processos autuados e concluídos mês a mês em 2012. Observa-se que o pico de processos autuados foi registrado no mês de outubro (178), seguido dos meses de maio e novembro (157 cada).

Gráfico 3 – Evolução mensal das autuações e dos processos concluídos no CNMP, 2012



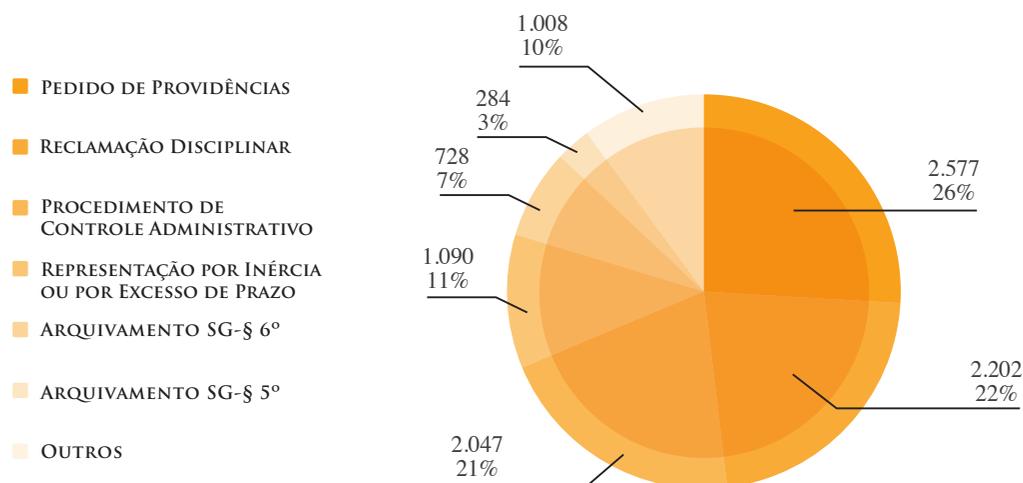
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.



O gráfico 4 apresenta uma visão geral dos principais tipos de processos autuados desde 2005, enquanto o gráfico 5 traz a mesma distribuição para os processos em andamento.

Gráfico 4 – Processos autuados no CNMP por Tipo Processual, 2005-2012

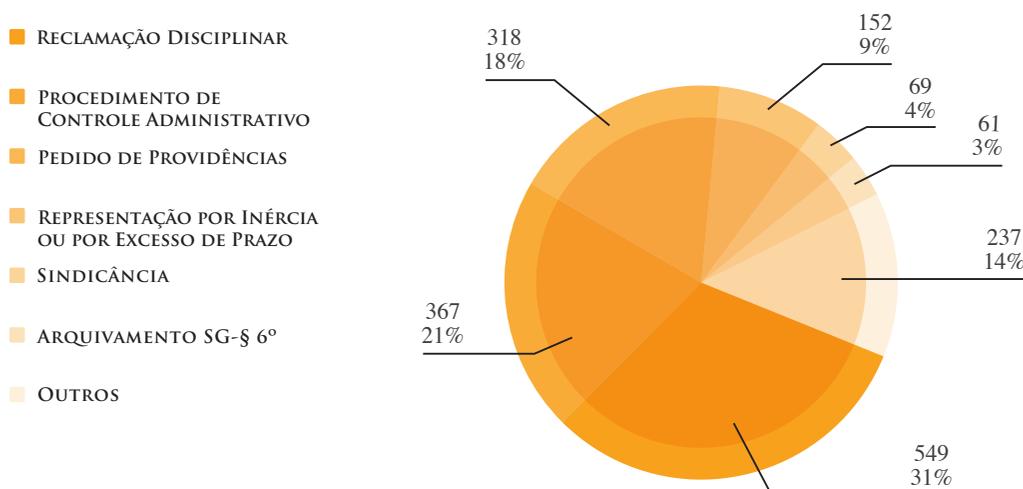


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.

O gráfico 5 mostra que três classes processuais (“Reclamação Disciplinar”, “Procedimento de Controle Administrativo” e “Pedido de Providências”) correspondem a cerca de 70% do volume processual em tramitação neste Conselho.

Gráfico 5 – Processos em andamento no CNMP por Tipo Processual, 2005-2012



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.

O quadro 1 detalha os tipos processuais existentes no Conselho Nacional do Ministério Público, com seus respectivos quantitativos e análises percentuais:

Quadro 1 – Distribuição de processos do CNMP por Tipo Processual, 2005-2012

TIPO PROCESSUAL	AUTUAÇÃO		DECISÃO		JULGAMENTO		CONCLUÍDOS		EM ANDAMENTO	
	Nº DE PROCESSOS	%								
Arquivamento SG- § 6º	728	7,33%	68	1,14%	-	-	667	8,15%	61	3,48%
Arquivamento SG- § 5º	284	2,86%	9	0,15%	1	0,03%	280	3,42%	4	0,23%
Diversos-ASI (Arguição de Suspeição e Impedimento)	9	0,09%	1	0,02%	8	0,23%	7	0,09%	2	0,11%
Diversos-PCA (Procedimento de Controle Administrativo)	2.047	20,60%	1.032	17,26%	1.063	30,87%	1.680	20,53%	367	20,94%
Diversos-PP (Pedido de Providências)	2.577	25,94%	1.260	21,07%	1.258	36,54%	2.259	27,61%	318	18,14%
Diversos-RCA (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)	87	0,88%	39	0,65%	48	1,39%	58	0,71%	29	1,65%
Diversos-REST (Restauração de Autos)	3	0,03%	3	0,05%	-	-	3	0,04%	0	0,00%
Diversos-RIEP (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)	1.090	10,97%	931	15,57%	146	4,24%	938	11,46%	152	8,67%
Diversos-RPA (Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público)	61	0,61%	37	0,62%	34	0,99%	50	0,61%	11	0,63%
Procedimentos Disciplinares-AA (Autos Advogados)	5	0,05%	1	0,02%	9	0,26%	5	0,06%	0	0,00%
Procedimentos Disciplinares-AVOC (Avocação de Processo Disciplinar)	11	0,11%	-	-	13	0,38%	10	0,12%	1	0,06%
Procedimentos Disciplinares-COR (Correição)	12	0,12%	7	0,12%	8	0,23%	9	0,11%	3	0,17%
Procedimentos Disciplinares-IAA (Inquérito Administrativo Advogado)	1	0,01%	-	-	1	0,03%	1	0,01%	0	0,00%
Procedimentos Disciplinares-INSP (Inspeção)	44	0,44%	4	0,07%	29	0,84%	7	0,09%	37	2,11%

Continua



Continuação

TIPO PROCESSUAL	AUTUAÇÃO		DECISÃO		JULGAMENTO		CONCLUÍDOS		EM ANDAMENTO	
	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%
	Procedimentos Disciplinares-PAV (Processo Administrativo Advogado)	5	0,05%	2	0,03%	9	0,26%	2	0,02%	3
Procedimentos Disciplinares-PAV (Pedido de Avocação)	40	0,40%	12	0,20%	26	0,76%	19	0,23%	21	1,20%
Procedimentos Disciplinares-PD (Processo Disciplinar)	64	0,64%	41	0,69%	43	1,25%	37	0,45%	27	1,54%
Procedimentos Disciplinares-PDA (Processo Disciplinar Advogado)	9	0,09%	3	0,05%	12	0,35%	4	0,05%	5	0,29%
Procedimentos Disciplinares-RD (Reclamação Disciplinar)	2.202	22,16%	1.940	32,44%	54	1,57%	1.653	20,20%	549	31,32%
Procedimentos Disciplinares-RPD (Revisão de Processo Disciplinar)	134	1,35%	125	2,09%	97	2,82%	114	1,39%	20	1,14%
Procedimentos Disciplinares-SA (Sindicância Advogada)	4	0,04%	1	0,02%	1	0,03%	2	0,02%	2	0,11%
Proposições Disciplinares-SIND (Sindicância)	81	0,82%	97	1,62%	43	1,25%	12	0,15%	69	3,94%
Proposições-PC (Proposta de Comissão)	2	0,02%	2	0,03%	-	-	1	0,01%	1	0,06%
Proposições-PER (Proposta de Emenda Regimental)	11	0,11%	1	0,02%	9	0,26%	10	0,12%	1	0,06%
Proposições-RES (Proposta de Resolução)	126	1,27%	14	0,23%	123	3,57%	96	1,17%	30	1,71%
Recursos-ED (Embargos de Declaração)	101	1,02%	41	0,69%	223	6,48%	97	1,19%	4	0,23%
Recursos-REC (Recurso Interno)	198	1,99%	309	5,17%	185	5,37%	162	1,98%	36	2,05%
Total Geral	9.936	100,00%	5.980	100,00%	3.443	100,00%	8.183	100,00%	1.753	100,00%

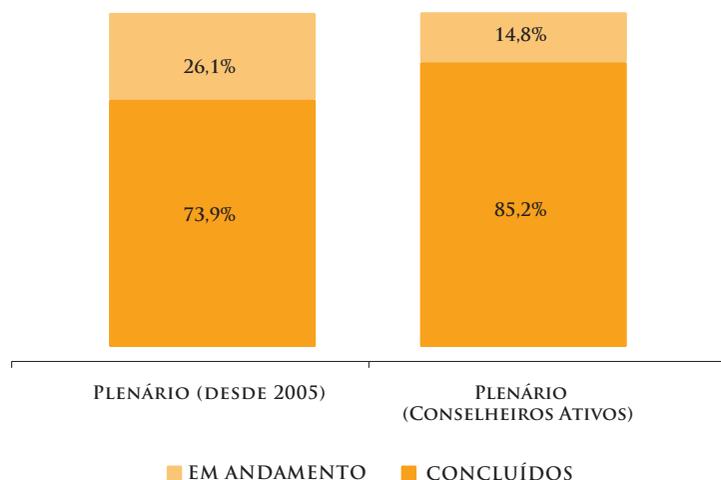
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012.

A análise dos processos em andamento mostra que esse número é impactado por processos que foram distribuídos no passado a Conselheiros cujos mandatos vieram a expirar sem que parte dos processos houvesse sido concluída. Isso gerou um passivo que teve de ser redistribuídos aos Conselheiros com mandato vigente, ampliando seu tempo total de tramitação.

A situação processual, concluídos e em andamento, dentre os Conselheiros em atuação no ano de 2012, considerando também o mandato anterior para aqueles Conselheiros que foram reconduzidos, é exposta pelo gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 – Comparativo da situação processual do Plenário, segundo a composição atual e desde o ano de 2005



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: 31 de dezembro de 2012

2. Organização Interna e Principais Realizações

A estrutura organizacional do CNMP contempla como órgãos de atuação: o Plenário, as Comissões, a Presidência, a Corregedoria Nacional, a Ouvidoria Nacional, a Assessoria de Comunicação Social, a Auditoria Interna e a Secretaria Geral, esta última composta por cinco secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria Processual e Secretaria de Tecnologia da Informação.

No decorrer do ano de 2012, foram alcançados resultados importantes na atuação do CNMP, os quais são apresentados neste relatório, destacando as atividades desenvolvidas em cada unidade.

2.1. Plenário

O Plenário do CNMP se reúne por meio de sessões. Em 2012 foram realizadas 12 Sessões Ordinárias e oito Sessões Extraordinárias, nas datas destacadas a seguir:



Quadro 2 – Sessões Ordinárias e Extraordinárias do CNMP em 2012

SESSÕES ORDINÁRIAS	SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS
31/1/2012	-
28/2/2012	29/2/2012
20/3/2012	21/3/2012
17/4/2012	18/4/2012
15/5/2012	29/5/2012
26/6/2012	27/6/2012
24/7/2012	-
28/8/2012	-
25/9/2012	26/9/2012
23/10/2012	24/10/2012
20/11/2012	21/11/2012
11/12/2012	-

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>) em 31 de dezembro de 2012.

Dentre os processos julgados nessas sessões, o Plenário decidiu acerca de temas relevantes para o Ministério Público, destacando-se os seguintes:

- Aprovação da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 03, que dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das pessoas naturais.
- Aprovação das Resoluções CNMP nº 81 a nº 90, que dispõem acerca da atuação funcional e administrativa do Ministério Público brasileiro (vide Quadro 4).
- Aprovação da Emenda Regimental CNMP nº 6, que cria a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais.
- Aplicação da pena de suspensão por 45 dias a membro do Ministério Público do Estado do Amazonas em relação à falta de atendimento à requisição de documentos e pela aplicação da pena de cassação de aposentadoria, com encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas para propositura de ação competente, pela falta de não recolhimento de contribuições.
- Aplicação de pena de demissão, convertida em suspensão por 90 dias a membro do Ministério Público Federal, de duas penas de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Amapá e de pena de suspensão por 60 dias em face de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.



- Instauração de 12 Processos Administrativos Disciplinares de membros do Ministério Público brasileiro.
- Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público no Ministério Público do Trabalho, no Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
- Ratificação do Projeto de Lei nº 4356/2012, que dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho, encaminhado ao Congresso Nacional.
- Decisão pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar do membro do Ministério Público do Estado de Goiás, determinando, ainda, o afastamento cautelar do requerido de suas funções pelo prazo de 60 dias e a avocação do procedimento em curso no Ministério Público daquele Estado.

2.2. Comissões

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do CNMP criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Público e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do CNMP. As Comissões são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Trata-se de órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

As Comissões Permanentes estão previstas no artigo 33 do Regimento Interno deste Conselho e são as seguintes: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF); ii) Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial (CSCCEAP); iii) Comissão de Planejamento Estratégico (CPE); iv) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP); v) Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ); vi) Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude (CIJ); e vii) Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais (CAADF).

As Comissões Temporárias são instituídas conforme previsto no artigo 32 e constituídas nos termos do artigo 34, ambos do Regimento Interno do CNMP. No ano de 2012, houve atuação de duas comissões temporárias: a Comissão Temporária de Acessibilidade (CTA) e a Comissão Temporária – Lei de Acesso à Informação (CTLAI).

2.2.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro atua na fiscalização da atividade administrativa e financeira dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. As principais realizações em 2012 foram:

- Dos procedimentos administrativos pendentes de decisões ou manifestações distribuídos para a CCAF, foram proferidas decisões e/ou manifestações em todos, realizando pedido de informações (quanto ao cumprimento das resoluções - CNMP), bem como diligências junto aos órgãos que não cumpriram determinações deste Conselho Nacional.
- Foram emitidos despachos/decisões em 53 procedimentos administrativos.



2.2.2. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial

A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A Comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao seu aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo da atividade policial. As principais realizações em 2012 foram:

- Participação no I Seminário Alagoano de Administração Penitenciária e de visita às Promotorias de Execução Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial de Maceió/AL, realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2012, em Maceió/AL.
- Participação na IV Reunião da Corregedoria Nacional com os Corregedores Gerais do Ministério Público da União e dos Estados, ocorrida no auditório da sede do CNMP nos dias 07 e 08 de maio de 2012, oportunidade em que o Presidente da CSCCEAP apresentou resultados dos relatórios de inspeções mensais de que trata a Resolução CNMP nº 56/2012 e ressaltou a importância dessas visitas aos estabelecimentos prisionais.
- Realização do II Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial nos dias 24 e 25 de maio de 2012, na sede do CNMP, contando com a participação de 63 membros do Ministério Público dos diversos ramos e unidades federativas. Dos quatro grupos de discussão formados na ocasião, foram extraídas conclusões que poderão gerar propostas de resoluções, além da Carta contra a Impunidade e a Insegurança.
- Realização do III Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional nos dias 23 e 24 de agosto de 2012, na sede do CNMP, com a participação de cerca de 80 membros do Ministério Público dos diversos ramos e unidades federativas. Na ocasião, formaram-se quatro grupos temáticos que, ao final, produziram importantes conclusões. O documento intitulado Carta de Brasília também foi objeto de aprovação na plenária.
- Participação da Comissão em diversas reuniões decorrentes do Acordo de Cooperação firmado pelo Ministério da Justiça, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais com o objetivo de melhoria do sistema penitenciário brasileiro e a redução do déficit prisional. As reuniões, ocorridas em Brasília, contaram com o apoio técnico e administrativo do DEPEN/MJ. Três eixos temáticos foram objeto do referido acordo: Grupo I – Sistema de Justiça, Grupo II – Modernização da Gestão e Grupo III – Reintegração Social.
- Recepção dos formulários de que trata a Resolução CNMP nº 56/2012 relativa à situação dos estabelecimentos prisionais brasileiros e processamento das informações neles contidas, com a retomada do desenvolvimento do sistema informatizado de captura e processamento dos dados da Resolução. A primeira iteração do sistema já foi apresentada e está prestes a ser homologada pela comissão, contemplando o recebimento dos formulários da Resolução CNMP nº 56/2012 por e-mail e preenchidos em PDF editável.
- O relatório geral dos resultados das inspeções aos estabelecimentos prisionais encontra-se em desenvolvimento. Foi enviado ofício-circular a todos os Ministérios Públicos para que pudessem fazer eventuais correções nos dados estatísticos. As respostas com os ajustes cabíveis foram consideradas.
- A cartilha sobre os direitos e deveres dos cidadãos frente à polícia está em fase de definição de ilustrações e deve ser lançada no primeiro semestre de 2013.



2.2.3. Comissão de Planejamento Estratégico

A Comissão de Planejamento Estratégico tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica do CNMP e na condução democrática do processo de planejamento e gestão estratégica, de longo e médio prazo, para o Ministério Público brasileiro como um todo. Faz parte também de seu escopo de atuação a troca de experiências em gestão com as unidades do Ministério Público. As principais realizações em 2012 foram:

- Lançamento do Banco Nacional de Projetos, sistema informatizado no qual os Ministérios Públicos cadastram experiências bem-sucedidas passíveis de replicação em outros órgãos.
- Realização de quatro Eventos Regionais (Rondônia, Santa Catarina, Alagoas e Mato Grosso) com o objetivo de divulgar o Mapa Estratégico Nacional e capacitar os Promotores e Procuradores do Ministério Público para utilização do Banco Nacional de Projetos.
- Realização, em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica, de duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) com o objetivo de monitorar os indicadores relativos ao Planejamento Estratégico do CNMP, auxiliando na tomada de decisões.
- Organização, em conjunto com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), da II Mostra de Sistemas do Ministério Público Brasileiro, durante os dias 10 e 11 de setembro, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O evento contou com o apoio das Secretarias de Tecnologia da Informação e de Gestão Estratégica do CNMP e teve a presença de aproximadamente 200 participantes de todas as unidades do Ministério Público dos Estados e da União.
- Elaboração de proposta de resolução conjunta com o Conselho Nacional de Justiça para Interoperabilidade de sistemas eletrônicos.
- Organização do Fórum Nacional de Gestão (FNG), que realizou três encontros em 2012 com a participação de representantes dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, nos quais foram formados seis grupos temáticos para elaboração de projetos comuns nos temas planejamento, projetos, processos, gestão por competências, qualidade de vida e gestão orçamentária e financeira. Elaboração e aprovação do Plano Diretor do Fórum Nacional de Gestão.
- Desenvolvimento do sistema Siproc – MP Pró-Cidadão que permitirá à sociedade consultar e acessar os Inquéritos Cíveis Públicos e Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelos Ministérios Públicos dos Estados e da União.
- Realização de cinco encontros do Comitê Gestor de Tabelas Unificadas, orientando os Ministérios Públicos dos Estados e da União na adoção de uma taxonomia padrão para o Ministério Público brasileiro.

2.2.4. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público destina-se à apreciação e ao estudo de situações e temas que possam caracterizar lesão à autonomia e à independência funcional do Ministério Público brasileiro. Visa, portanto, assegurar a garantia prevista no §1º do artigo 127 da Constituição Federal, através da análise de processos de sua competência, estudo de questões controvertidas, adoção de medidas corretivas e eventual elaboração de instrumentos normativos de competência do Conselho Nacional do Ministério Público. As principais realizações em 2012 foram:



- Estudos que vêm sendo desenvolvidos acerca da viabilidade da expedição de Recomendação que fixe os limites de atuação do Ministério Público em ações típicas da polícia judiciária e regulamente os grupos especiais e as forças tarefas no Ministério Público.
- A alteração da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e a tramitação do procedimento investigatório no âmbito do Ministério Público também é objeto de trabalho da CPAMP, buscando alinhar-se à sistemática do Código do Processo Penal quanto ao inquérito policial.
- Acompanhamento legislativo, a análise da legalidade e dos reflexos da PEC 37-A, tendente a excluir do Ministério Público a possibilidade de promover a investigação criminal.
- A atuação da Defensoria Pública, em seara própria de atuação do Ministério Público, especialmente em matéria de tutela coletiva, levou a Comissão a se posicionar sobre o tema, adotando diversas providências administrativas em defesa da segurança jurídica e da autonomia constitucionalmente assegurada ao Ministério Público.
- Análise quanto à viabilidade de firmar convênio do Conselho Nacional do Ministério Público com o Banco Central do Brasil, a fim de permitir acesso dos membros do Ministério Público ao cadastro de clientes do Sistema Financeiro Nacional, a exemplo do que já teria sido firmado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- Aprimoramento dos mecanismos de segurança pessoal dos agentes ministeriais para que estes possam ter pleno exercício de suas atribuições de forma a conferir concretude e efetividade à autonomia da instituição e ao princípio da independência funcional. Para tanto, a Comissão também tem acompanhado as atividades do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público, que pretende regulamentar a questão.
- Estudo sobre a viabilidade da edição de Recomendação ao Ministério Público brasileiro para orientar seus membros a requerer ao juízo competente, em caráter cautelar, a alienação dos bens apreendidos oriundos do tráfico de drogas, visando melhor operacionalização das ações focadas na Política Nacional sobre Drogas.

2.2.5. Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Visa, além disso, aprimorar a transparência dos dados relativos ao CNMP de maneira a conferir maior visibilidade às ações do órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação de um sistema de jurisprudência e a criação, confecção e distribuição da Revista de Jurisprudência e Doutrina do Conselho Nacional do Ministério Público. As principais realizações em 2012 foram:

- Implementação do ementário jurisprudencial (alimentação do sistema) de decisões do Conselho na seguinte sequência: decisões de 2009, após, as decisões de 2008, 2007, 2006, 2005 e, por fim, de 2010. Trata-se de demanda bastante recorrente, não apenas pelo público externo, como também pelos próprios Conselheiros e seus auxiliares na condução de seus trabalhos.
- Lançamento da terceira edição da Revista de Jurisprudência, em 2012, na qualidade de edição especial, trazendo como repertório as principais decisões deste Conselho Nacional durante o período de 2005 a 2011.
- Realização do I Seminário Nacional sobre a Atuação do Ministério Público na Copa do Mundo FIFA 2014, nos dias 22 e 23 de novembro, reunindo membros do Ministério Público da União e dos Estados.



2.2.6. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude

A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude tem como objetivo contribuir para que o Ministério Público brasileiro desempenhe de maneira mais eficiente a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme previsão constitucional (art. 227). Para realizar esse intento, a Comissão tem buscado realizar ações integradas às unidades do Ministério Público, em particular aos Centros de Apoio Operacional da Área da Infância e Juventude, atuando junto aos Poderes Executivo e Judiciário a fim de ver concretizadas as medidas de preservação dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. As principais realizações em 2012 foram:

- Deslocamento ao Estado do Espírito Santo para inspeção do sistema socioeducativo, com visitas a algumas unidades de internação e semiliberdade.
- Recebimento dos formulários referentes às Resoluções nº 67/2011 e 71/2011 e coleta desses dados em sistema informatizado, com a finalidade de realizar estudo estatístico acerca das condições das unidades de internação e semiliberdade e entidades de acolhimento institucional e familiar inspecionadas pelos membros do Ministério Público.
- Elaboração e distribuição do Manual de Implementação do Programa Adolescente Aprendiz, referente à Resolução CNMP nº 76/2011, com o auxílio de grupo de trabalho formado por membros do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Ministério Público dos Estados.
- Realização do Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil, em 22 de agosto de 2012, que reuniu membros do Ministério Público dos Estados, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Trabalho e Emprego. O evento tratou de quatro grandes temas, a saber: trabalho infantil doméstico, trabalho infantil artístico, trabalho infantil desportivo e autorização para o trabalho infantil.
- Proposição, participação e assinatura da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase em quatro áreas: Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e Trabalho Infantil, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde.
- Reunião com os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude dos Estados, em 4 de dezembro, para apresentar os trabalhos da Comissão durante o ano de 2012, planejar conjuntamente as ações para o ano de 2013 e assistir palestra proferida pela Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

2.2.7. Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais

A Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais foi criada em 2012 com o objetivo de sistematizar, fomentar e coordenar a atuação do Ministério Público brasileiro na efetivação dos direitos fundamentais e, para tal fim, dispõe de instrumentais como a pesquisa e o estudo dos temas e processos afetos aos direitos



fundamentais, podendo propor projetos, criar programas, realizar audiências públicas e elaborar resoluções e recomendações com abrangência nacional. Apesar da efetiva instalação da Comissão estar prevista para ocorrer somente em fevereiro de 2013, já em 2012 foram realizadas diversas ações, dentre as quais se destacam:

- Em outubro de 2012, a Comissão instalou-se em espaço físico próprio no CNMP, recebeu quadro de servidores e realizou diversas reuniões com integrantes de órgãos da administração pública federal (em especial com integrantes do Ministério da Justiça), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e membros do Ministério Público brasileiro.
- Durante as reuniões, a Comissão recebeu demandas para a realização de trabalhos interinstitucionais nas mais diversas áreas referentes ao acompanhamento da atuação do Ministério Público na efetivação dos direitos fundamentais, com especial ênfase nos temas que envolvem o direito à saúde – merecendo especial menção as tratativas iniciais para a criação da Estratégia Nacional de Defesa da Saúde (Enades), em fase de implementação com os parceiros CNJ e Conselho Nacional dos Municípios (CNM) –, combate à corrupção (Campanha O que você tem a ver com a corrupção, mediante encontro com o promotor de Justiça de Minas Gerais Jairo Cruz Moreira, coordenador nacional da campanha) e proteção dos direitos das pessoas com deficiência (reunião com integrantes da Secretaria de Direitos Humanos sobre acesso à Justiça para os deficientes, os regimes de exercício de sua capacidade legal e a adequada aplicação da Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência).
- Em novembro de 2012, visando identificar os focos principais, metas e estratégias para a atuação da Comissão, iniciaram-se os trabalhos de análise dos dados e indicadores estatísticos sobre o que pensa a população brasileira a respeito da atuação do Ministério Público brasileiro e do próprio CNMP, extraídos da pesquisa nacional de opinião realizada pelo Instituto Análise, por encomenda do Conselho Nacional do Ministério Público, a qual servirá de norte seguro para a delimitação dos objetivos e estratégias da Comissão.

2.2.8. Comissão Temporária de Acessibilidade

A Comissão Temporária de Acessibilidade, instituída pela Resolução CNMP n.º 81, de 31 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e Estados às normas de acessibilidade, tem por objetivos: i) acompanhar o cumprimento de aludida Resolução pelas diversas unidades do Ministério Público, além de traçar metas de atuação funcional na área de acessibilidade para seus membros; e ii) capacitar arquitetos e engenheiros dos quadros de servidores das unidades ministeriais, com o fito de que estes auxiliem as respectivas administrações na observância das normas de acessibilidade, bem como parametrizar a atuação dos membros do Ministério Público no que diz respeito à garantia dos direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, observados os ditames constitucionais e a legislação de regência. As principais realizações em 2012 foram:

- Organização dos *workshops* Todos Juntos por um Brasil Mais Acessível, que ocorreram no auditório da sede do CNMP em Brasília/DF, nos dias 19 e 20 de junho para o MPT, 28 e 29 de junho para o MPE, MPDFT e MPM e nos dias 03 e 04 de julho para o MPF.
- Impressão e disponibilização de cartilha de bolso voltada para arquitetos, engenheiros e membros do Ministério Público da União e dos Estados, que se baseia nas normas técnicas da ABNT e na legislação pátria em matéria de acessibilidade, apresentada em versão adaptada para as edificações públicas, dentre elas os prédios ministeriais, servindo de apoio ao cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012.
- Fiscalização do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012, com base no cronograma disponibilizado na página institucional do Conselho Nacional do Ministério Público na Internet.



- Disponibilização de um roteiro básico de acessibilidade, a ser preenchido pelo Ministério Público da União e dos Estados, a fim de aferir se as suas edificações atendem aos ditames legais concernentes à acessibilidade.
- Realização de reuniões com o Departamento de Governo Eletrônico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, objetivando a realização de um termo de cooperação, no qual fica estabelecido o compromisso daquele Departamento em capacitar os técnicos em informática do Ministério Público da União e dos Estados para que tornem seus sítios eletrônicos acessíveis.
- Participação em reuniões realizadas no Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPG) para apresentar o trabalho que está sendo desenvolvido pela Comissão e conscientizar os membros do Ministério Público da importância do cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012.
- Preparação de *workshops* para o ano de 2013, voltados para os membros do Ministério Público na área de acessibilidade.
- Elaboração de uma cartilha sobre as pessoas com deficiência, tendo por finalidade cientificar membros do Ministério Público e a população em geral sobre dados na área de acessibilidade e de um roteiro básico de atendimento prioritário, a ser disponibilizado para todo o Ministério Público brasileiro, visando ao cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012.

2.2.9. Comissão Temporária – Lei de Acesso à Informação

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a qual entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, prevendo procedimentos e prazos para que a Administração Pública responda a pedidos de informação apresentados por qualquer cidadão, além de estabelecer obrigações de transparência, o Conselho Nacional do Ministério Público deliberou em sua 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2012, pela criação de Comissão Temporária responsável por discutir, elaborar e propor ao Plenário minuta de Resolução que regulamentasse a matéria no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Cabe ressaltar que o tema ganhou grande repercussão na sociedade brasileira, devendo o Ministério Público brasileiro mostrar-se, uma vez mais, na vanguarda quanto à transparência e à publicidade em sua atuação. A premência de um posicionamento do Conselho, demandado pelo Ministério Público brasileiro e pela sociedade, exigiu que a Comissão trabalhasse intensamente, garantindo ao mesmo tempo amplo debate que permitisse a todos apresentarem suas visões (muitas vezes divergentes em determinadas questões) e a convergência para uma proposta que pudesse ser apresentada tempestivamente.

A principal realização da Comissão, em 2012, foi a elaboração e submissão ao Plenário da minuta que resultou na Resolução CNMP nº 89, de 28 de agosto de 2012, disciplinando o acesso à informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Em paralelo à Comissão, constituiu-se Grupo de Trabalho, denominado Grupo de Trabalho de Regulamentação da Lei de Acesso à Informação (GT-LAI), por meio da Portaria CNMP-SG Nº 53, de 31 de maio de 2012, para propor a regulamentação do acesso à informação e aplicação da LAI no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

2.3. Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem por objeto aprimorar o Sistema de Justiça e Segurança Pública, por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e adoção comum de atividades e metas, compartilhando estratégias e boas práticas, de modo a se implementar organização, agilidade e eficiência.



Para tanto, constituíram-se três Grupos de Trabalho, responsáveis pela execução de ações específicas, dentre eles o Grupo de Persecução Penal sob a coordenação do Conselho Nacional do Ministério Público, o qual elegeu ações prioritárias de execução em conjunto, condensadas em seis metas:

- A Meta 1 destina-se a identificar as principais causas de subnotificação nos crimes de homicídio.
- A Meta 2 visa à conclusão das investigações dos crimes de homicídio doloso iniciadas até 31/12/2007. Evoluiu para um segundo estágio, buscando atualmente extinguir as investigações deflagradas até 31/12/2008.
- A Meta 3 objetiva superar a fase de pronúncia nas ações penais por crimes de homicídios ajuizadas até 31/12/2008.
- A Meta 4 destina-se a julgar as ações penais relativas aos homicídios dolosos distribuídas até 31/12/2007.
- A Meta 5 busca aprimorar o programa de proteção às vítimas, testemunhas e depoentes especiais, de forma a aumentar o número de Estados aderentes, com o consequente aumento do número de pessoas assistidas e redução dos casos de abandono do programa.
- A Meta 6 corresponde à capacitação conjunta dos agentes do sistema de Segurança e Justiça na persecução penal do crime de homicídio, mediante a instituição de curso, cuja metodologia e programa foram estabelecidos com a participação de delegados, promotores, peritos, juízes e defensores de todas as Unidades Federativas.

Principais realizações

- Apresentação do diagnóstico da investigação de homicídios no País, em reunião com o Ministro da Justiça e com o Procurador-Geral da República.
- Formatação final do Curso de Capacitação em Persecução Penal dos Crimes de Homicídio e execução de seus primeiros módulos (o Módulo I foi ministrado nos Estados de Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe. Alagoas promoveu os Módulos I e II. No Estado do Espírito Santo foram realizados os Módulos I, II e III).
- Reuniões ordinárias do Grupo de Persecução Penal da Enasp, formado por gestores indicados pelas unidades do Ministério Público dos Estados, Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas e Delegacias Gerais, o qual busca: i) avaliar a execução das Metas nos Estados e divulgar os respectivos resultados; ii) disseminar estratégias; iii) orientar quanto à utilização dos Sistemas de Monitoramento (Inqueritômetro - desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP e Processômetro - desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CNJ); iv) definir novas propostas de Metas para o ano de 2013.
- Apresentação dos resultados da Meta 2 e lançamento do Relatório A Impunidade como Alvo em evento realizado no Conselho Nacional do Ministério Público com a presença do Presidente do CNMP, do Ministro da Justiça e do Presidente do CNJ, em junho de 2012.
- Concessão de Certificação pelo Cumprimento da Meta 2 aos Estados que atingiram o índice proposto de conclusão de inquéritos.
- Reunião do Comitê Gestor Enasp para deliberação sobre as metas e acompanhamento, pelos Conselhos, da execução das ações do Plano Brasil mais Seguro, implantado em Alagoas em julho de 2012.



- Realização de *workshop* para os gestores da Meta 2, voltado ao alinhamento de conhecimentos e ações relacionadas ao funcionamento dos Programas de Proteção a Vítimas, Testemunhas, Depoentes Especiais e Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, em agosto de 2012.
- Lançamento da Campanha Conte até 10, pela valorização da vida, em novembro, a qual tem por objetivo prevenir os homicídios que ocorrem no Brasil por motivos fúteis ou por impulso. A campanha conta com a adesão de todas as unidades do Ministério Público dos Estados e da União e das respectivas associações de classe, de representantes da sociedade civil e de mais de 150 veículos de comunicação. Tem a parceria do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, compondo-se de ações de mídia e massa e outras voltadas a públicos específicos, relacionados às principais causas de homicídio.
- Organização de *workshops*, nos Estados do Amazonas e Minas Gerais e no Distrito Federal, ocasião em que se reuniram Promotores de Justiça, Juízes de Direito e Delegados de Polícia Civil para definição e redefinição de estratégias de cumprimento das metas estabelecidas pelo Grupo de Persecução Penal.
- Consolidação dos dados acerca das causas de subnotificação dos crimes de homicídios, objeto da Meta 1, que constituirão relatório próprio, a ser apresentado no ano de 2013.
- Compilação de dados sobre a execução das Metas 3 e 4, buscando-se um diagnóstico sobre a tramitação das ações penais por homicídio e tentativa de homicídio doloso, visando à consolidação de um relatório final.

2.4. Presidência

Nos termos do art. 130-A, inciso I, da Constituição da República, a Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República. Compete ao Presidente garantir o bom funcionamento do órgão para o fortalecimento e aprimoramento do Ministério Público.

O CNMP possui atribuição de expedir atos normativos, conforme disposto no artigo 130-A, § 2º, I, da Constituição da República e no artigo 66 de seu Regimento Interno. Os atos normativos são apreciados e aprovados pelo Plenário e, então, expedidos e publicados pela Presidência.

Durante o ano de 2012, foram publicados uma Emenda Regimental, dez Resoluções, uma Resolução Conjunta e uma Recomendação, conforme destacado a seguir.

Quadro 3 – Emendas Regimentais aprovadas pelo CNMP em 2012

EMENDA REGIMENTAL	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Emenda Regimental nº 06	Acrescenta o inciso VII ao art. 33 do RICNMP, para criar a Comissão de Acompanhamento da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais.	27/6/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 02/08/2012, pág. 44.

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>) em 31 de dezembro de 2012.



Quadro 4 – Resoluções aprovadas pelo CNMP em 2012

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 81	Dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.	31/1/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 24/02/2012, págs. 113 e 114
Resolução nº 82	Dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.	29/2/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/04/2012
Resolução nº 83	Altera a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências.	28/2/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/04/2012, pag. 115
Resolução nº 84	Altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontram privados de liberdade em cadeias públicas.	28/2/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/04/2012, pag. 115
Resolução nº 85	Altera o art. 4º da Resolução nº 74/2011	29/2/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/04/2012, pag. 115
Resolução nº 86	Dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público.	21/3/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 07/05/2012, pag. 77
Resolução nº 87	Altera o art. 3º da Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências.	27/6/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 23/07/2012, pag. 68
Resolução nº 88	Dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte de membros do Ministério Público.	28/8/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 25/09/2012, pag. 81
Resolução nº 89	Regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.	28/8/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09/12, págs. 94 e 95
Resolução nº 90	Dá nova redação ao parágrafo segundo do art. 5º da Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2008.	24/10/2012	Publicada no DOU, Seção 1, de 27/11/2012, pag. 85

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>) em 31 de dezembro de 2012.



Quadro 5 – Resolução Conjunta aprovada pelo CNMP em 2012

RESOLUÇÃO CONJUNTA	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução Conjunta nº 3	Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	19/4/2012	Publicada no DJ-e nº 198/2012, em 26/10/12, págs. 2 e 3

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>) em 31 de dezembro de 2012.

Quadro 6 – Recomendação aprovada pelo CNMP em 2012

RECOMENDAÇÃO	DATA	ASSUNTO
Recomendação nº 20	26/6/2012	Recomenda que os membros do Ministério Público brasileiro atuem de forma célere, rigorosa e preferencial na apuração de crimes que dolosamente atentem contra a vida de jornalistas e assemelhados, relacionados ao exercício de sua função, por configurarem expressa violação ao direito fundamental à liberdade de expressão.

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>) em 31 de dezembro de 2012.

Além dos atos administrativos referidos acima, a Presidência do CNMP expede outros atos, regulando sua atuação interna e em conjunto com órgãos parceiros. Destacam-se, a seguir, os atos expedidos em 2012:

- **Termos de Cooperação Técnica:** i) Convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, objetivando o intercâmbio de informações de interesse recíproco (assinado em 5 de junho de 2012); ii) Convênio com os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, componentes do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, objetivando a cessão gratuita e recíproca de programas-fonte de sistemas e intercâmbio de informações e conhecimentos da área de tecnologia da informação e área fim (assinado em 26 de junho de 2012); e iii) Termo de Cooperação Técnica com a Corregedoria Nacional de Justiça, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, a Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba, o Ministério Público do Estado da Paraíba, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Paraíba, objetivando implementar o Projeto Presença do Juiz na Comarca, para dar celeridade às audiências de instrução e julgamento (assinado em 31 de outubro de 2012).
- **Notas Técnicas:** Nota Técnica nº 1 do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, que acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal (assinada em 29 de maio de 2012).



A Presidência também recebe e dá o devido encaminhamento às ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público. Em 2012, foram as seguintes:

- ADI 4220: Ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em face da Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007.
- MS 31.017: Impetrado por Deborah Giovannetti Macedo Guerner em face de decisão proferida pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001515/2009-73.
- MS 31.077: Impetrado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em face de decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000347/2011-13.
- MS 31.121: Impetrado por Francis Bullos em face de decisão do CNMP que rejeitou os embargos de declaração opostos contra acórdão proferido nos autos do Pedido de Providências CNMP nº 0.00.000.000450/2011-63.
- MS 31.143: Impetrado por José Luiz Saikali contra decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000700/2010-84.
- MS 31.199: Impetrado por Patrícia dos Santos Ramos em face de decisão do CNMP proferida nos autos da Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000338/2011-22.
- MS 31.263: Impetrado por Juliano Albuquerque e outros em face de decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001219/2011-97.
- MS 31.354: Impetrado pela Associação Nacional dos Procuradores da República em face de decisões do CNMP proferidas nos autos dos Processos CNMP nº 0.00.000.001515/2009-73 e nº 0.00.000.000981/2001-56.
- MS 31.424: Impetrado por Rudyard Paschoaletto contra decisão do CNMP prolatada nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001273/2011-32.
- MS 30.446: Impetrado por Henrique da Rosa Ziesemer em face de decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.002120/2010-21.
- MS 31.523: Impetrado por Matheus Baraldi Magnani contra decisão do CNMP proferida nos autos do Processo CNMP nº 0.00.000.000981/2011-56.
- MS 31.544: Impetrado por José Arturo Iunes Bobadilla Garcia em face de decisão do CNMP prolatada nos autos do Processo Administrativo Advogado CNMP nº 0.00.000.001032/2009-79.
- MS 31.578: Impetrado pelo Procurador Geral da República contra decisão do Conselheiro Almino Afonso Fernandes, que determinou o processamento das representações de nº 0.00.000.000600/2012-10 e 0.00.000.000603/2012-53.
- MS 31.625: Impetrado por Edmilson Barbosa Leray em face de decisão da Corregedoria Nacional do Ministério Público nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000968/2011-05.
- MS 31.697: Impetrado por Gustavo Henrique Cantanhede Morgado e Marissol Almeida de Menezes Morgado contra decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000330/2012-47.
- MS 30.921: Impetrado por Olympio Pereira da Silva Junior em face de decisão do CNMP proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001937/2010-82.



2.5. Corregedoria

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público é exercida por um Conselheiro eleito para um mandato de dois anos. Suas atribuições estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e regulamentadas pelo artigo 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Para o exercício de suas atividades, a Corregedoria conta atualmente com 8 membros auxiliares com dedicação exclusiva, 29 servidores e 3 estagiários.

Apresentam-se a seguir números relativos à atuação da Corregedoria Nacional no período de janeiro a dezembro de 2012.

Quadro 7 – Processos autuados na Corregedoria (todos os tipos) no período de Jan/2012–Dez/2012

TIPO	JAN-DEZ/2012	%
Reclamação Disciplinar	444	89,52
Revisão de Processo Disciplinar	15	3,02
Sindicância	15	3,02
Inspeção	18	3,63
Correição	4	0,81
TOTAL	496	100,00

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

2.5.1. Atividade Disciplinar

- **Reclamação Disciplinar**

Quadro 8 – Reclamações Disciplinares encerradas na Corregedoria Nacional, por motivo de arquivamento, no período de Jan/2012–Dez/2012

MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE	%
Atuação suficiente do órgão disciplinar de origem (art. 74, § 6º, RICNMP).	131	52,61
Indeferimento liminar. Falta de comprovação de autoria. (art. 74, § 1º, RICNMP)	44	17,67
Arquivamento sumário. O fato narrado não configura crime ou ilícito penal. Prescritas, anônimas, manifestamente improcedentes (art. 74, § 2º e art. 31, I, RICNMP).	62	24,90
Perda de objeto	6	2,41
Outros – Reclamações reatuadas como outros tipos processuais, juntadas a Processos Disciplinares, avocações, etc.	6	2,41
TOTAL	249	100,00

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.



- **Sindicância e Revisão de Processo Disciplinar**

Quadro 9 – Quantidade de Sindicâncias e Revisões de Processo Disciplinar autuados nos últimos três anos

TIPO PROCESSUAL	2010	2011	2012
Sindicância	32	18	15
Revisão de Processo Disciplinar	19	19	15

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

2.5.2. Atividade Executiva

- **Inspecções realizadas em 2012**

Quadro 10 – Inspecções realizadas em 2012.

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO
Mato Grosso do Sul	PR/MS	Ministério Público da União
	PRT/MS	Ministério Público da União
	PRM/MS	Ministério Público da União
	MP Estadual	Ministério Público do Estado
Roraima	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/RR	Ministério Público da União
	PR/RR	Ministério Público da União
Rio de Janeiro	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/RJ	Ministério Público da União
	PRM/RJ	Ministério Público da União
	PR/RJ	Ministério Público da União
Bahia	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/BA	Ministério Público da União
	PRM/BA	Ministério Público da União
	PR/BA	Ministério Público da União
Santa Catarina	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/SC	Ministério Público da União
	PR/SC	Ministério Público da União

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.



- **Quantitativo de visitas e procedimentos instaurados**

Quadro 11 – Quantitativo de Inspeções e procedimentos instaurados nos últimos anos

ANO	Nº DE VISITAS	Nº DE PROCEDIMENTOS	ESTADO
2009	2	7	PI, AM
2010	5	12	AL, PB, PA, PI, SP(*)
2011	2	7	SP(*), RN
2012	5	18	MS, RR, RJ, BA, SC

(*) Em 2010 foi inspecionado o MP do Estado e em 2011 as demais unidades do MP da União.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

- **Correição**

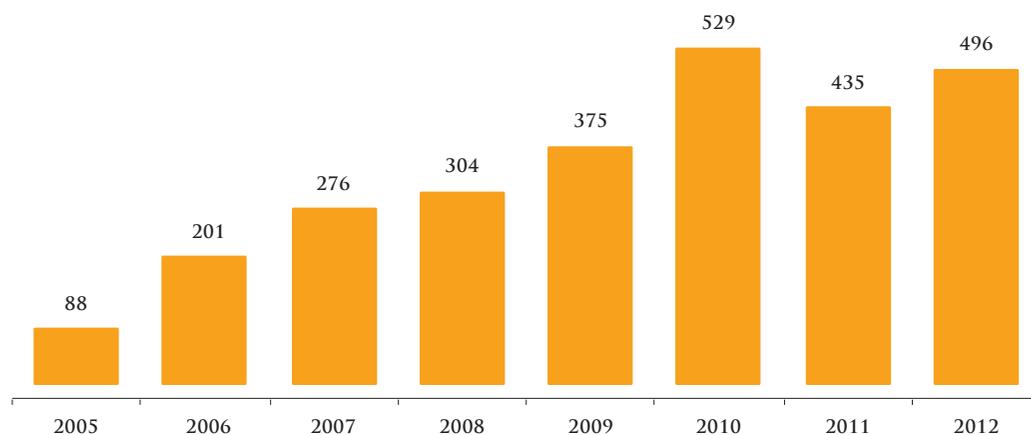
Quadro 12 – Quantitativo de Correições instauradas nos últimos 3 anos

ANO	QUANTIDADE
2010	5
2011	-
2012	4

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

- **Total de processos autuados por ano (todos os tipos)**

Gráfico 7 – Total de processos (todos os tipos) autuados na Corregedoria Nacional, por ano



Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.



2.5.3. Acompanhamento de Resoluções do CNMP

Quadro 13 – Acompanhamento de Resoluções do CNMP pela Corregedoria Nacional

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada Unidade.	Acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP-Ind.
43/2009	Institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correições no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios de tais atividades para análise dos trabalhos executados.	Calendários e Relatórios de 2012 em análise
73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A Corregedoria Nacional deve ser comunicada anualmente da relação de membros de cada Unidade que exercem atividades de docência.	
78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional, em conjunto com as Corregedorias-Gerais, será responsável por administrar esse sistema, além de participar de seu desenvolvimento e disponibilização.	O sistema informatizado encontra-se em fase de desenvolvimento.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

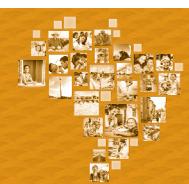
2.6. Ouvidoria

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público, órgão criado em 19 de julho de 2011 pela Portaria CNMP-PRESI nº 82, no decorrer do ano de 2012 realizou atividades pontuais de consolidação de sua atuação como setor auxiliar à gestão do órgão, para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo CNMP.

Um dos aspectos que demonstram essa tendência de amadurecimento institucional foi a atribuição de um caráter nacional à Ouvidoria, ampliando o seu âmbito de atuação e a sua abrangência de atividades, ocorrida através da proposta de mudança do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, situação que trará melhor integração com as ouvidorias das unidades do Ministério Público brasileiro.

Essa integração foi, ainda, percebida pelos órgãos externos ao próprio CNMP, que solicitaram a utilização do sistema informatizado da Ouvidoria Nacional para a implementação de seus respectivos setores. Foi especificamente o caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e do Ministério Público do Trabalho. Essas solicitações estão sendo operacionalizadas e efetivadas por meio de Termos de Cooperação.

Outro órgão da administração pública federal que solicitou um auxílio na fase de criação de sua ouvidoria foi a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei nº 12.528/2011 para apuração de violações graves de direitos humanos praticadas por agentes públicos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Quanto a essa comissão, está em estudo a elaboração de um Termo de Cooperação para capacitação, efetivação e consolidação dos fluxos de trabalho da atividade de ouvidoria.

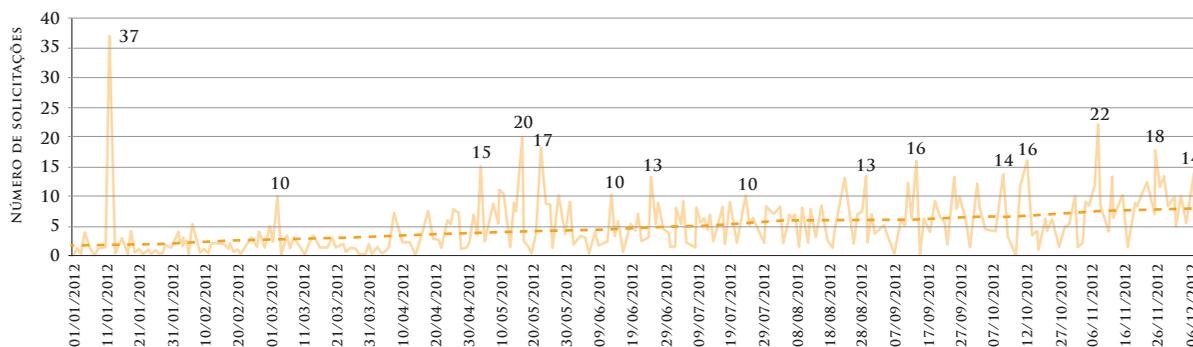


As principais realizações da Ouvidoria Nacional em 2012 foram:

- Participação na Comissão de Implementação da Lei de Acesso à Informação na estrutura do CNMP, na Comissão de Implantação do Processo Eletrônico e na Liga de Ouvidorias do Poder Executivo, a convite da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
- Criação de Grupo de Trabalho de Igualdade Racial, com realização da sua primeira reunião, quando foram elaborados questionários a respeito do tema e encaminhados aos Procuradores-Gerais.
- Participação no Curso de Capacitação de Mediadores e no Curso de Gestão de Ouvidorias no Setor Público.
- Apresentação e aprovação de proposta de promoção de cursos de treinamento em mediação de conflitos no âmbito dos Ministérios Públicos junto ao Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público.
- Constituição de Grupo de Trabalho para elaboração de resolução sobre as Ouvidorias das unidades do Ministério Público brasileiro.
- Assunção da tramitação de pedidos de informação da Lei nº 12.527/2011 em seu sistema informatizado.
- Assunção do meio de comunicação “Fale Conosco” pela Ouvidoria.

A principal via de entrada das solicitações típicas da Ouvidoria continua sendo o formulário eletrônico disponibilizado no sítio eletrônico (<http://www.cnmp.gov.br/ouvidoria>). O Gráfico 8 apresenta a compilação de dados colhidos durante o ano de 2012.

Gráfico 8 – Quantidade de solicitações recebidas por dia no ano de 2012



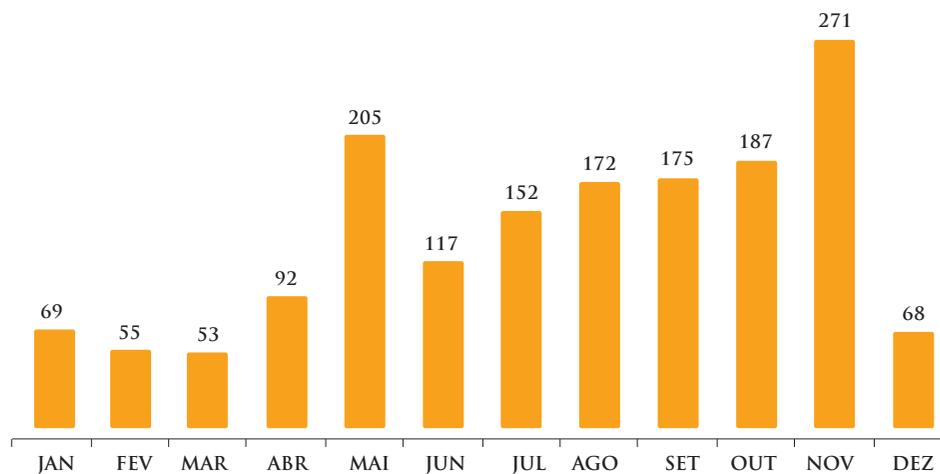
Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Data de corte: 10 de dezembro de 2012

No período de 1º de janeiro de 2012 a 10 de dezembro de 2012, foram recebidas, processadas e respondidas 1.616 solicitações. No Gráfico 8 demonstra o gradual crescimento da demanda da Ouvidoria do CNMP, encontrando-se a média atualmente em mais de oito solicitações por dia, considerando-se inclusive o recebimento aos sábados e domingos. Esta média dobrou no período de um ano, o que demonstra que os cidadãos estão cada vez mais cientes da existência e importância do serviço.



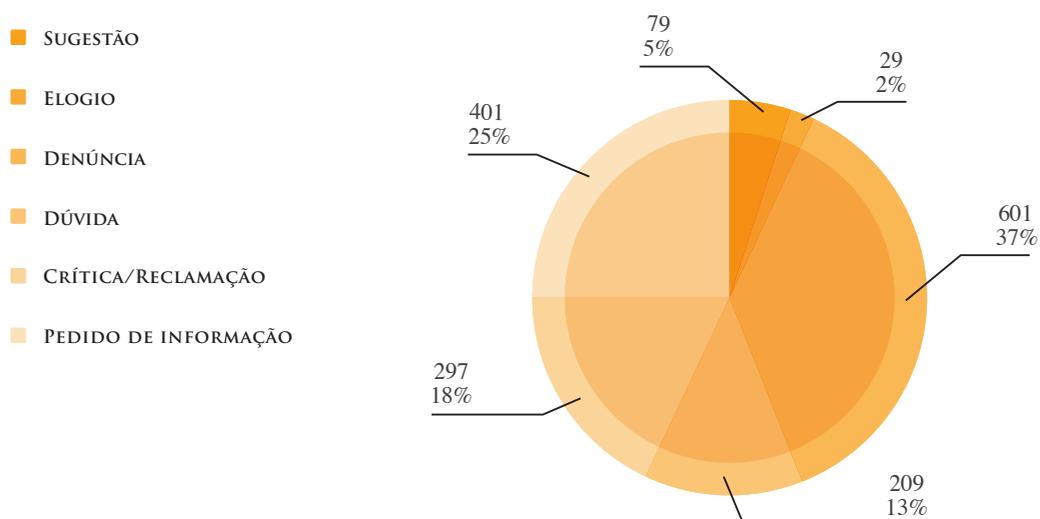
Gráfico 9 – Quantidade de solicitações recebidas por mês no ano de 2012



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Data de corte: 10 de dezembro de 2012.

Gráfico 10 – Quantidade de solicitações recebidas por categoria no ano de 2012



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

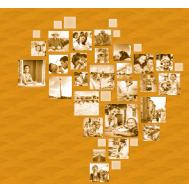
Data de corte: 10 de dezembro de 2012.

No ano de 2012, houve a criação da categoria “Pedido de informações”, especificamente para atender à necessidade de elaboração de relatórios pontuais relativos à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Percebe-se o considerável número de solicitações desta natureza desde o surgimento da lei.

O Gráfico 11 mostra a distribuição da origem das solicitações recebidas por unidade da Federação. O maior número de solicitações se concentra na parte Sudeste do País, seguida das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e, com baixo volume, da região Norte.



- Nas redes sociais, foram alcançados 5.502 *likes* no canal do CNMP no Facebook, com pico de alcance de 382.779 em novembro, e 8.583 seguidores na página do Conselho no Twitter.
- Foram registrados 625 atendimentos à imprensa, que resultaram em 1.423 inserções registradas em veículos de comunicação de todo o Brasil (televisão, rádio, internet e impressos). A equipe produziu 426 *releases* para a área de notícias do site do CNMP e para envio à imprensa.
- Foram produzidas 18 edições do informativo Direto do CNMP, boletim que veicula as notícias sobre as atividades do Conselho e que é uma das principais ferramentas de comunicação com membros e servidores do Ministério Público. Enviada para mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil, a *newsletter* teve sua periodicidade ampliada no segundo semestre, em virtude da grande demanda por divulgação de informações relativas ao Conselho. Antes vinculado à realização de sessões plenárias, o boletim agora é quinzenal.
- A partir do segundo semestre de 2012, além da organização de coletiva, do atendimento à imprensa e da produção de *spots* para veiculação gratuita em rádios, o trabalho de comunicação das atividades de inspeção incluiu a produção de vídeo sobre o atendimento ao público, para veiculação gratuita nas emissoras de tevê dos Estados inspecionados.
- Foi realizada pesquisa nacional de imagem do Ministério Público e do CNMP, por empresa contratada em pregão eletrônico. Os dados produzidos a partir de 21 grupos focais e de cinco mil questionários representam relevante diagnóstico da percepção da sociedade sobre ao papel do Ministério Público e do CNMP. Nova pesquisa está prevista para 2014.
- As atividades de articulação com as Assessorias de Comunicação do Ministério Público foram intensificadas com a realização de três reuniões do Comitê de Políticas de Comunicação do Ministério Público (CPCOM).
- A primeira campanha publicitária do CNMP lançada em novembro de 2012, com o tema Conte até 10. Paz, essa é a atitude, contou com a participação de atletas de renome – os lutadores de MMA Junior Cigano e Anderson Silva e os judocas Sarah Menezes e Leandro Guilherme – para passar mensagem de paz e tolerância. Para a campanha, foram produzidos 3 VTs, 1 *jingle* de 60 segundos, 3 *jingles* de 30 segundos, cartazes e anúncios para mídia impressa, assim como material de mídia *on-line*, como *banners web* e ativações nas mídias sociais, como Facebook e Twitter, e *game on-line*. Os atletas participantes não cobraram cachê e as peças foram exibidas gratuitamente por, pelo menos, 150 veículos de comunicação em todo o Brasil. Por meio de articulação com o Ministério Público dos Estados, foram realizados 16 lançamentos regionais da campanha, repercutindo o tema ao longo dos meses de novembro e dezembro. Milhares de apoios locais foram recebidos, desde ringues de MMA, academias de luta e times de futebol até escolas uniformizadas com a marca e vitrines de lojas. As ações no Twitter da campanha Conte até 10 tiveram abrangência (soma de seguidores dos perfis envolvidos) de 1.705.199 impactos, com mais de 2.272 mensagens criadas pelo CNMP, parceiros e cidadãos apenas no primeiro dia. Também no dia do lançamento, 91 notícias foram publicadas pela imprensa e veículos *on-line*.
- Coordenação da criação de projeto gráfico e produção editorial de cinco publicações institucionais do CNMP, com destaque para o número especial da Revista do CNMP, com a jurisprudência do Conselho, que teve distribuição de 16 mil exemplares em todo o Brasil; e para o relatório Meta 2: a impunidade como alvo, que trouxe um diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil.
- Foi realizada campanha do Planejamento Estratégico do Ministério Público brasileiro e do CNMP, com o aperfeiçoamento da identidade visual e reposicionamento da marca, e lançamento do Banco de Projetos. A campanha inclui a produção da publicação do relatório Ministério Público: um retrato, com os primeiros dados estatísticos nacionais da atuação do Ministério Público.
- Na comunicação interna, foram publicadas 512 notícias na intranet; elaboradas 26 edições do boletim Linha Direta, destinado a estimular a comunicação direta entre chefias e servidores; e elaboradas 56 edições do boletim eletrônico Conexão Digital, 11 edições da revista eletrônica Por Dentro do CNMP e realizados 12 eventos internos.



- Inscrição de quatro projetos no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2012, três dos quais premiados em segundo lugar: a Política de Comunicação Digital do CNMP, o canal do Conselho no Youtube e a *newsletter* Direto do CNMP. O prêmio é organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação de Justiça.

2.8. Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o setor responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como missão fortalecer e assessorar a direção do órgão, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios constitucionais e legais.

Principais realizações

- Elaboração e implementação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2012.
- Pesquisa e estudo de normas e decisões relacionadas às atividades de controle.
- Apoio às atividades da Corregedoria Nacional nos Estados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina com a confecção de seus respectivos relatórios.
- Acompanhamento da conformidade contábil do CNMP.
- Preparação e realização de trabalhos de auditoria de campo, relativos à gestão administrativa do CNMP.
- Emissão de pareceres e notas técnicas a pedido da Secretaria Geral e da Corregedoria Nacional do CNMP.
- Elaboração e revisão de manuais de procedimentos e listas de verificação.
- Elaboração do PAINT 2013.

2.9. Secretaria Geral

O Regimento Interno do CNMP dispõe no Capítulo VI, art. 38, que a Secretaria Geral é diretamente subordinada à Presidência, sendo dirigida por membro do Ministério Público designado pelo Presidente, nos termos do art. 29, inciso XX, cabendo-lhe assessorar todos os demais órgãos do Conselho.

A Secretaria Geral exerce as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público. A Secretaria também exerce os serviços cartorários do CNMP, como receber, autuar e movimentar os processos em tramitação; adotando, entre outras providências, a expedição rotineira de ofícios e de mandados de intimação, além de dar a correta destinação aos expedientes que chegam ao CNMP.

Principais realizações

- Em 2012, foram 136 processos analisados, dos quais 38 foram considerados cumpridos e 98 baixaram em diligência.
- Foram arquivadas sumariamente 133 petições iniciais, por manifesta incompetência do Conselho na matéria ou por falta de pedido de providência a ser adotada, conforme dispõe o art. 39, §6º, do Regimento Interno.
- Novo enfoque à administração de recursos humanos, financeiros e de materiais do CNMP. Sob o lema Boas ideias, novas atitudes, foi lançado o Programa de Gestão Sustentável, que possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental,



no âmbito do CNMP. O programa é baseado nos eixos Responsabilidade Social, Excelência em Gestão, Qualidade de Vida, Capacitação e Gestão Ambiental e, desde o seu lançamento, a Secretaria Geral já promoveu ações de responsabilidade social, instituindo programas de inclusão digital e orientação jurídica aos servidores terceirizados, e implementou, também, ações visando à qualidade de vida no trabalho, com vistas à melhoria no bem-estar de membros e servidores, de sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, de seus resultados. Instituiu a separação dos resíduos recicláveis e a sua destinação a associações de catadores de materiais recicláveis; iniciou a especificação de critérios ambientais para a aquisição de bens e contratação de serviços, além de implantar a gestão por processos e promover treinamentos com a finalidade de desenvolver competências técnicas e gerenciais ao quadro de pessoal.

- Modernização tecnológica do CNMP, através do desenvolvimento de sistemas, como o Sessão Eletrônica e o Processo Eletrônico que colaboram para dotar o Conselho dos meios necessários ao desempenho de suas competências constitucionais de forma mais eficiente.
- Instituição e estruturação da Biblioteca do CNMP, com a finalidade de atender membros e servidores nas necessidades de pesquisa e informação para o desempenho de suas atividades. A Biblioteca conta com um acervo de mais de quatro mil exemplares e, além disso, possui convênio para empréstimo de material bibliográfico em diversas bibliotecas da administração pública federal.
- Finalização da implementação do quadro próprio de pessoal do CNMP, medida de extrema importância para a operacionalização das competências constitucionais do Conselho e a maximização de sua capacidade de resolver as demandas da sociedade. Foram nomeados 37 candidatos aprovados em concurso público, dentre Técnicos e Analistas, e implementados 17 cargos em comissão e 17 funções de confiança. Realizou-se, também, processo seletivo público para estágio de nível superior, contratando-se 16 estudantes dos cursos de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Tecnologia da Informação.
- Participação em comissão, no âmbito da Procuradoria Geral da República, responsável por discutir e apresentar proposta de implementação de entidade fechada de previdência complementar para os membros e servidores do Ministério Público da União e para os servidores do CNMP.
- Suporte à realização de diversos eventos realizados pelo CNMP, com vistas ao planejamento estratégico nacional do Ministério Público brasileiro e ao seu aprimoramento como Instituição. Os eventos contaram com a participação de centenas de servidores e membros que atuam nas áreas meio e fim dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, de todo o País.

Integram a Secretaria Geral cinco Secretarias, cujos objetivos e principais realizações em 2012 são destacadas a seguir.

2.9.1. Secretaria de Administração

A Secretaria de Administração é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e supervisão das atividades relacionadas à administração de serviços gerais, de compras, de contratos, de material e patrimônio, de transportes, de serviços de engenharia e manutenção predial, e pela execução orçamentária e financeira do CNMP. Outra importante atribuição da Secretaria é a supervisão das atividades relacionadas à gestão de pessoas, dentre elas a aplicação de legislação específica, programa de estágio, movimentação, cadastro, lotação, pagamento, capacitação e desenvolvimento de membros e servidores.

Principais realizações

- **Gestão de Material e Patrimônio**, com destaque para: i) planejamento das contratações pelo sistema de Registro de Preços, no qual foram selecionados, através de pregão, fornecedores para atendimento às demandas do CNMP pelo período de 12 meses, evitando o acúmulo de material em estoque sem comprometer o abastecimento; ii) aperfeiçoamento



das rotinas de distribuição de materiais e patrimônio; iii) instrução de processo para doação dos bens avaliados por comissão como antieconômicos; iv) levantamento dos bens em depósito, cedidos por outros órgãos ao CNMP para confronto aos relatórios da Comissão de Inventário; v) coordenação das mudanças promovidas nas áreas administrativas dos antigos Edifícios-sede I e II com realização suplementar da atividade de definição de *layouts*; e vi) mapeamento dos processos de contratação e o desenvolvimento de portarias, modelos e rotinas regulamentando as contratações de material e serviços no CNMP, realizado em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica.

- **Gestão de Serviços**, com ênfase nas seguintes realizações: i) suporte logístico para a mudança da sede do CNMP, ocorrida em março de 2012, do Setor de Autarquias Sul e do Lago Sul para o Setor de Administração Federal Sul, unificando as duas sedes; ii) elaboração de termos de referência para mudanças na área de prestação de serviços de limpeza com o novo olhar de sustentabilidade, estabelecendo novas rotinas; e iii) organização e controle dos termos de responsabilidade dos telefones móveis institucionais.
- **Serviços de Engenharia e Manutenção Predial**, por meio da adequação e manutenção da nova sede do CNMP, compreendendo: i) adequação da alvenaria, do sistema hidráulico, elétrico, luminotécnico e cabeamento estruturado do edifício-sede, elaborando projetos, soluções, estudos e acompanhando as modificações realizadas pela construtora. Elaboração de *layouts* para comportar todos os ambientes de trabalho e de convivência no edifício, priorizando o aproveitamento de espaços e buscando proporcionar maior conforto aos servidores; ii) acompanhamento do serviço de execução de divisórias, tanto quando da mudança para a atual sede quanto posteriormente, de acordo com a demanda. Adequação dos ambientes com alteração dos *layouts*; iii) recomposição dos prédios que abrigavam a Sede II do CNMP para entrega aos proprietários após período de locação; iv) elaboração de termos de referência para contratação de expansão, atualização e manutenção preventiva e corretiva para a central telefônica. Em 2012, o CNMP passou a administrar seus serviços de telefonia fixa, adquirindo independência funcional em relação à Procuradoria Geral da República; e v) constituição de comissão para acompanhamento dos projetos de construção da futura sede própria do CNMP. O projeto básico de arquitetura e executivo de estruturas foram elaborados pela Comissão Regional de Obras da 11ª Região Militar (CRO/11) do Exército Brasileiro, mediante termo de cooperação e encontram-se em vias de aprovação dos órgãos competentes.
- **Gestão da Frota de Veículos e Serviços de Transportes**, com melhoria da rotina de serviços de transportes, com mapeamento dos processos da coordenadoria, implantação dos serviços de lavagem dos veículos oficiais na sede do CNMP e a finalização de aquisição de ternos, rádio comunicador e GPS.
- **Projetos**, destacando-se: i) atuação no planejamento, assessoramento técnico e execução da mudança, com a elaboração do manual da mudança, o que facilitou todo o processo, e sua realização ocorrida de 26 de março a 3 de abril de 2012, sem causar interrupções que pudessem comprometer o funcionamento do CNMP; e ii) lançamento, em 20 de setembro, do Programa de Gestão Sustentável, que proporciona a implantação dos conceitos de responsabilidade social e ambiental, o cuidado com as pessoas e com o meio em que interagem. A responsabilidade em relação ao meio ambiente deixou de ser apenas uma postura frente às imposições para transformar-se em atitudes voluntárias. Além da Agenda Ambiental, o Programa traz um olhar para Responsabilidade Social e Excelência em Gestão.
- **Biblioteca**, com sua montagem e organização a partir da mudança para a nova sede, abrangendo as seguintes ações: i) início da implantação do sistema de automação; ii) aquisição de 1.100 novos livros e pré-processamento técnico de 3.600 livros; iii) finalização do Manual e Normas de funcionamento da Biblioteca e dos processos de assinatura de 24 periódicos; iv) início do Programa de Inclusão Digital; e v) finalização dos *kits* de livros para os Gabinetes dos Conselheiros.
- **Gestão de Pessoas**: i) elaboração da DIRF 2011 relativa às diárias dos membros e servidores, com envio por memorandos e e-mails aos beneficiários; ii) posse, lotação e recepção de novos servidores. O quadro de servidores do CNMP fechou



o ano de 2012 com o total de 269 colaboradores, sendo 93 analistas, 111 técnicos, 53 requisitados e 12 sem vínculo; iii) 152 processos de treinamentos, sendo 143 abertos; 2 *In Company*; e 7 instrutorias, sendo que 106 servidores fizeram mais de 40 horas de treinamento no ano de 2012; iv) Realização de 183 avaliações de desempenho e 273 avaliações de estágio probatório; v) criação do Programa de Qualidade de Vida, com o desenvolvimento das seguintes ações: semana de integração, dia das mães, festa junina, dia das crianças, semana do servidor e confraternização de Natal, incluindo o Projeto Hora Boa, que é a utilização da hora de sobreaviso para cursos de línguas, artes manuais, entre outros; vi) celebração de contrato com a Casa da Moeda para confecção de Carteiras Funcionais dos Conselheiros e Servidores do CNMP; vii) estudos preliminares para a preparação de concurso para ingresso de servidores em quadro próprio do CNMP, com a implantação do quadro total da estrutura de funções criadas pela Lei nº 12.412/11; e viii) coordenação do processo de opção dos servidores, nos termos do art. 4º, § 1º e 2º da Lei nº 12.412/11 e do art. 8º da Portaria PRESI/CNMP nº 50/12. Cento e vinte três servidores tiveram o direito a fazer a opção pelo CNMP ou pelo MPU. Foram enviadas comunicações a todos e, até o momento, 93 servidores em exercício no CNMP já optaram, sendo 78 por permanecer no CNMP e 15 para retornar ao MPU. Oito termos de opção ainda serão entregues, referentes aos servidores que estavam em greve no período da notificação. Os 22 restantes são de servidores que foram removidos do CNMP ou estão em gozo de afastamentos como licença gestante, licença sem remuneração, etc.

2.9.2. Secretaria de Gestão Estratégica

À Secretaria de Gestão Estratégica compete: i) coordenar e garantir a execução do Planejamento Estratégico do CNMP, definido para o período 2010–2015; ii) monitorar os projetos estratégicos do CNMP, padronizando procedimentos e documentos relativos à sua gestão, além de consolidar e publicar informações sobre o desempenho desses mesmos projetos; iii) coordenar tecnicamente o mapeamento e otimização dos processos de trabalho das unidades do CNMP; iv) municiar o órgão com números e análises estatísticas relativas à tramitação processual e à atuação administrativa e funcional das unidades do Ministério Público; e v) subsidiar e apoiar tecnicamente as iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Principais realizações

- Revisão dos indicadores definidos no Plano Estratégico do CNMP e condução da 4ª e da 5ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE).
- Mapeamento e otimização dos processos e rotinas de trabalho, além da definição de indicadores de monitoramento para a Coordenadoria de Transportes (Cotran), para a Biblioteca (Biblio) e para a Coordenadoria de Orçamento e Finanças (Coofin).
- Revisão e melhoria do Relatório do Inqueritômetro, no âmbito da nova versão da ferramenta que permite o acompanhamento da conclusão de inquéritos antigos de homicídio no Brasil.
- Planejamento e elaboração da publicação Ministério Público: um retrato em parceria com a Comissão de Planejamento Estratégico.
- Assessoria à Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área de Infância e Juventude na revisão, reformulação e formatação dos relatórios periódicos e anuais relativos às Resoluções n.ºs 67 e 71, bem como a elaboração de relatórios com as informações referentes aos Roteiros de Inspeção Anual dessas Resoluções.
- Assessoria técnica ao Grupo de Trabalho - Lei de Acesso à Informação constituído pela Portaria CNMP-SG nº 053, de 31 de maio de 2012, que gerou os seguintes produtos: i) atualização do Portal do CNMP para o cumprimento do rol mínimo de informações a serem publicadas previstas na LAI; ii) implantação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) junto



ao Protocolo Jurídico da Secretaria Processual do CNMP e mapeamento de suas atribuições e fluxo de processo; iii) instrutoria para capacitação de membros, servidores e terceirizados do CNMP sobre a aplicação e cumprimento da Lei de Acesso à Informação no âmbito deste Conselho; e iv) elaboração e publicação da Portaria nº 169, que regulamenta a LAI no âmbito do CNMP.

- Acompanhamento do cumprimento, no âmbito do CNMP, das Resoluções nºs 66 e 86, que dispõem sobre o Portal da Transparência do Ministério Público, com a participação e assessoria técnica ao Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público.
- Elaboração de relatório preliminar com informações referentes à Resolução CNMP nº 56/2012, que trata das inspeções em estabelecimentos prisionais por membros do MP.
- Participação, junto à Comissão de Planejamento Estratégico, dos quatro Eventos Regionais da Ação Nacional - Banco de Projetos realizados no ano de 2012.
- Participação na elaboração da publicação Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil, relatório nacional da execução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).
- Coordenação, em conjunto com a Comissão de Planejamento Estratégico e com a Secretaria de Administração, das atividades do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG): realização de três reuniões presenciais, criação de ambiente virtual e lista de discussão, elaboração, aplicação e análise do Censo de Administração do Ministério Público 2012 e elaboração e aprovação do Plano Diretor do FNG.
- Coordenação da organização do 3º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado de 3 a 5 de dezembro de 2012, em Brasília, com 390 participantes de todo o Brasil.
- Acompanhamento e suporte metodológico ao Portal dos Direitos Coletivos (Siproc/MP Pró-Cidadão), oriundo da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 2 e ao SIP (Sistema de Inspeções Prisionais), oriundo da Resolução CNMP nº 56/2012.
- Elaboração de minutas de portarias regulamentando as atribuições das unidades subordinadas à Presidência do CNMP, as siglas de todas as unidades, os processos de contratações e gestão de contratos e a organização e funcionamento da Biblioteca.

2.9.3. Secretaria de Planejamento Orçamentário

A Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO) atua como órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento da Administração Federal, orientando tecnicamente as unidades gestoras do CNMP no planejamento e na execução das atividades afetas à área de orçamento e finanças.

Principais realizações

- Avaliação e condução da estratégia orçamentária e financeira do CNMP, com definição de procedimentos de acompanhamento do processo de planejamento e da execução orçamentária e financeira.
- Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, identificando e indicando soluções para as distorções entre a despesa prevista e a executada, com reprogramação e/ou solicitação de créditos adicionais.
- Elaboração de Cronograma Anual de Desembolso Mensal e suas alterações, advindas de contingenciamento e abertura de créditos adicionais.
- Reabertura de crédito especial da ação orçamentária de Construção do Edifício-sede.



- Elaboração e encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2013 à Secretaria de Orçamento Federal e à Presidência da República.
- Articulação, como Órgão Setorial de Orçamento, com outras unidades dos Poderes da República, em assuntos relativos à área de orçamento e finanças.

2.9.4. Secretaria Processual

A Secretaria Processual tem por finalidade o protocolo de documentos, a autuação e distribuição de processos, o atendimento ao público, o processamento dos feitos de competência do Conselho, os registros plenários, o cumprimento das decisões e resoluções do Conselho e o apoio administrativo aos Gabinetes e Comissões.

Principais realizações

- Desenvolvimento do Processo Eletrônico do CNMP, participando das especificações funcionais e efetuando todos os cadastramentos que o sistema exige para funcionamento.
- Secretariado das 12 Sessões Ordinárias e oito Sessões Extraordinárias do Plenário realizadas neste ano.
- Acompanhamento do cumprimento das Resoluções e Decisões Plenárias ou Monocráticas proferidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, quando se revestirem de caráter mandamental ou nas hipóteses em que assim determinar o Conselheiro Relator, conforme as tabelas abaixo:

Quadro 14 – Processos Individuais por ano e movimentações

MOVIMENTAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Processos com Determinação	3	29	32	53	55	119	44	9	344
Processos Cumpridos	1	27	30	48	45	111	35	5	302
Aguardando Expedição de Ofício	-	-	-	-	1	1	2	3	7
Aguardando Resposta do MP	-	-	-	1	-	1	1	-	3
Suspensos pelo STF	1	2	2	4	4	1	-	1	15
Enviado ao Gabinete do Relator	1	-	-	-	1	3	5	-	10
Enviado ao Gabinete do SG	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Enviado às Comissões	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Abertura de RCA*	-	-	-	-	2	2	1	-	5
Índice de cumprimento por ano**	33,3	93,1	93,8	90,6	81,8	93,3	79,5	55,6	87,8

Observações: * Reclamação Para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.

** Cálculo: Processos Cumpridos/Processos com determinação X 100

Fonte: Secretaria Processual.



Quadro 15 – Cumprimento das Resoluções por Unidade do Ministério Público

UNIDADE	REC Nº 03	RES Nº 9/10	RES Nº 22	RES Nº 23	RES Nº 30	RES Nº 38	RES Nº 42	RES Nº 64	RES Nº 63	RES Nº 13	RES Nº 50	RES Nº 65	RES Nº 53	RES Nº 40	RES Nº 37	RES Nº 27	RES Nº 70	RES Nº 89
MP/AC	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	C	C	C	P
MP/AL	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	A	P	C	C	P
MP/AP	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	A	A	C	C	P
MP/AM	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	C	C	C	P
MP/BA	C	P	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	A	C	C	C	C	P
MP/CE	C	C	C	C	C	A	C	C	A	N	C	A	C	C	A	C	C	P
MP/DFT	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	*	A	C	C	C	P
MP/ES	C	C	C	C	C	C	C	C	A	A	C	A	C	C	A	P	C	P
MP/GO	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	A	C	A	P	C	C	P
MP/MA	C	C	C	C	C	C	C	C	A	A	C	A	C	C	P	C	C	P
MP/MT	C	C	C	C	P	C	C	C	A	C	C	A	C	P	A	C	C	P
MP/MS	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	A	C	C	C
MP/MG	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	P	C	C	P
MP/PA	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	A	P	C	C	P
MP/PB	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	P	P	C	P	P	C	P
MP/PR	C	C	C	C	C	C	C	C	P	C	C	A	C	C	C	C	C	P
MP/PE	C	A	C	N	C	A	C	C	A	C	C	G	C	P	P	C	P	P
MP/PI	C	P	C	C	C	C	C	C	A	A	C	P	A	C	A	C	C	P
MP/RJ	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	C	C	C	C	P
MP/RN	C	C	C	C	C	C	C	C	P	A	C	C	C	A	C	C	C	P
MP/RS	C	C	C	C	C	C	C	C	A	A	C	A	C	C	A	C	C	C
MP/RO	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	A	C	C	C	C
MP/RR	C	C	C	C	P	A	C	C	A	C	C	A	C	A	P	C	C	P
MP/SC	C	P	C	C	C	C	C	C	A	N	C	A	C	A	C	C	C	P
MP/SP	C	C	C	C	C	C	N	C	A	C	C	A	C	P	C	C	C	A
MP/SE	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	P	C	C	C	P
MP/TO	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	A	C	A	C	C	C	A
MPF	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	A	C	C	C	C	C	P
MPT	C	C	C	C	C	C	C	C	A	*	C	A	*	C	A	C	C	P
MPM	A	P	C	C	C	C	P	A	A	C	C	A	*	C	C	C	C	A

Legenda:

- C:** Resolução foi considerada cumprida, seja por decisão da Comissão de Controle Administrativo, seja pelo Plenário.
- P:** Pendente de julgamento acerca do cumprimento: Procedimento de Controle Administrativo (PCA) já distribuído a um Relator.
- N:** PCA julgado com determinações: de posse do Núcleo de Acompanhamento das Decisões para verificação do cumprimento.
- A:** Processo arquivado sem julgamento de mérito.
- Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões.



2.9.5. Secretaria de Tecnologia da Informação

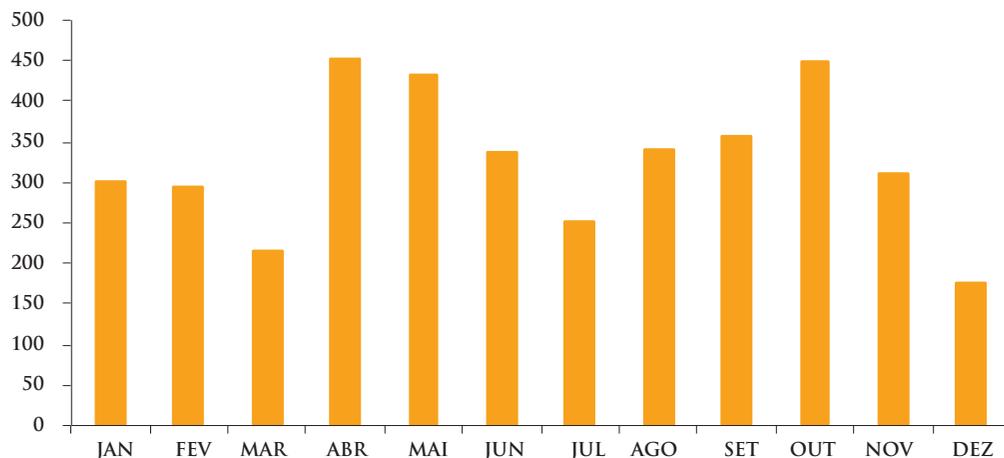
Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação: i) planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar atividades relacionadas à tecnologia da informação do CNMP; ii) propor políticas, acordos de cooperação, normas, procedimentos ou instrumentos congêneres relativos à tecnologia da informação de acordo com diretrizes estabelecidas pelo CNMP; e iii) promover a adoção das boas práticas de governança da tecnologia da informação a serem adotadas pelo CNMP em conformidade com normativos da instituição e demais órgãos de controle da administração pública federal.

Principais realizações

- Elaboração da Nota Técnica que finalizou contrato da fábrica de *software*.
- Elaboração das especificações de TI contidas no processo de licitação de telefonia móvel.
- Planejamento e execução da reunião do Comitê de Políticas de TI do Ministério Público brasileiro, em 9 e 10 de outubro, na qual foram criados quatro grupos de trabalho com representantes do Ministério Público dos Estados e da União: Interoperabilidade, Contratações de TI (estes sob a coordenação do CNMP), Infraestrutura de TI e Governança de TI, que deverão encaminhar propostas de resolução durante 2013. Reoperacionalização do Portal de Colaboração CPTI e moderação das listas de discussão do Comitê de Políticas de TI.
- Planejamento da contratação de sistema de cadastro e folha de pagamento do CNMP e participação, em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica, nas atividades de homologação do sistema *Channel*, que será utilizado no planejamento estratégico e gestão de projetos CNMP.
- **Na área de Infraestrutura e Produção** foi implantada a nova solução de processamento de dados composta por 14 servidores *Blade* e a solução de *Storage* composta por 16 *Terabytes*, garantindo maior confiabilidade na operação dos sistemas. Foi instalada a solução de *Firewall* para segurança do ambiente operacional e de Monitoração e Gerência de Ativos de rede. Transferimos da PGR para o CNMP a publicação na Internet das Sessões Plenárias do CNMP e foram publicados Sistemas como Sessão Eletrônica, MP Pró-Cidadão, Banco de Projetos.
- **Na área de Sistemas** desenvolveu-se internamente e realizou-se a implantação e liberação para uso do sistema da Resolução CNMP nº 81 para a Comissão de Acessibilidade, do sistema de Banco de Projetos, do sistema de controle de Sessões do Plenário (Sessão Eletrônica) e da Consulta a Indicadores de Transparência no portal do CNMP. Foi liberada para homologação a primeira versão do Sistema da Resolução CNMP nº 56/2012 e do Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP). Iniciou-se o projeto piloto do sistema MP Pró-Cidadão com todo o Ministério Público brasileiro, houve a disponibilização do Portal de Sistemas dentro do Portal do CNMP e a conclusão de projeto-piloto para implantação do Sistema de Controle de Acesso. Está prevista para 2013 a implantação do sistema genérico de resoluções, a integração dos sistemas do CNMP com o sistema de Controle de Acesso com senha unificada, os ajustes do Sistema MP Pró-Cidadão para entrada em produção, a implantação do Sistema de Processo Eletrônico do CNMP, a migração do sistema de pagamento GPS e sistemas acessórios ao pagamento da PGR para o CNMP e a implementação dos novos anexos da Resolução CNMP nº 74 no sistema CNMP Ind.
- **Na área de Atendimento ao Usuário** destaca-se a implantação do controle de impressão com divulgação de relatórios setoriais aos órgãos do CNMP. O total de atendimentos aos clientes internos atingiu 3.941 em 2012, com tempo médio de resolução de chamados de 109 horas corridas.



Gráfico 12 – Evolução do número de chamados atendidos durante o ano de 2012



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Cabe destacar ainda a importante participação da Secretaria de Tecnologia da Informação nas inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas atividades de assessoria, perícia e suporte técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público prosseguiu em sua jornada rumo à eficiência administrativa e ao cumprimento de sua missão constitucional.

Desde a sua instalação, em 2005, até os dias atuais, o CNMP tem exercido, de forma cada vez mais efetiva, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Os dados acima coligidos demonstram uma evolução constante na atuação do Conselho.

O ano de 2012 foi marcado por uma profícua atuação das Comissões e da Corregedoria. No âmbito administrativo, destaca-se a mudança para uma nova sede, que unificou toda a equipe do Conselho em um único espaço físico, otimizando a comunicação e os fluxos de trabalho. O Plano Estratégico 2010-2015 encontra-se em plena execução, com monitoramento dos indicadores estratégicos e seu desdobramento nas diversas unidades organizacionais.

O horizonte que se aproxima para 2013 é desafiador em função do término da composição atual e início de uma nova composição no meio do ano. Não obstante, o estabelecimento de um quadro de servidores permanentes, que conta ainda com o importante apoio de membros auxiliares e colaboradores, e o investimento no mapeamento e padronização dos procedimentos de trabalho garantirão a estabilidade e continuidade das ações do Conselho.



Presidência da República
Casa Civil
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion
e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 115g/m², em janeiro de 2013.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA